

Revista

SELL

Simpósio Internacional de Estudos
Linguísticos e Literários da UFTM

ISSN: 1983-3873



Estudos Linguísticos

Ascom-UFTM_A. Malagães



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Os Organizadores.....	6
A UTOPIA POLIFÔNICA DE BAKHTIN E AS VOZES DA MÍDIA Adriana Nadja Lélis Coutinho	7
CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E LINGUAGEM DE PROFESSORES TERENA, REGIÃO AQUIDAUANA – MS Alessandra Manoel Porto.....	26
O CORPO DOS BONECOS: FIGURAS MASCULINAS SOBRE O OLHAR DA LINGUAGEM Alessandra Rodrigues Santos.....	35
UMA ABORDAGEM METACOGNITIVA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS TEXTOS DE CAMPANHA POLÍTICA ELEITORAL DE MARCELO CRIVELLA: O DOMÍNIO SEXUALIDADE Aline Mendes Amantes.....	48
SOBRE A FORÇA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DE “PORÉM” Andréa Lopes Borges.....	79
ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A VELHICE NO ESTATUTO DO IDOSO Andreia Maria Ribeiro Silva; Diana Junkes Martha Toneto.....	93
RELEVO COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO NO DISCURSO PUBLICITÁRIO: ANÁLISE DE UM COMERCIAL DA DANONE Antonio Wallace Lordes.....	103
A APROPRIAÇÃO DO DISCURSO PUBLICITÁRIO PELO DISCURSO PROMOCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO Antonio Wallace Lordes; Terezinha Côgo Venturim.....	121
O DISCURSO AMOROSO DO SÉCULO XXI: ECOS DO AMOR ROMÂNTICO Cláudia Madalena Feistauer.....	133
ENTRE O DISCURSO RELIGIOSO E O DISCURSO SOBRE O FEMININO: ASPECTOS DO FUNCIONAMENTO DE UMA <i>SEMÂNTICA GLOBAL</i> NOS TEXTOS DE VISÃO MISSIONÁRIA Daiane Rodrigues de Oliveira.....	143
“POEMAS DOS BECOS DE GOIÁS E OUTRAS ESTÓRIAS”: UMA ANÁLISE DO LÉXICO Edna Silva Faria.....	155
NOS LIMIARES DA FICCIONALIDADE: ENUNCIÇÃO E SIGNIFICAÇÃO NO DISCURSO LITERÁRIO DE AFFONSO ÁVILA Elisson Ferreira Morato.....	171

UMA LÍNGUA VISUAL NA UNIVERSIDADE: POR QUE, O QUE E COMO ENSINAR? Etiene Abreu.....	186
ATUAIS TENDÊNCIAS DA SEMIÓTICA FRANCESA Fernando Moreno da Silva.....	199
“DEBAIXO DOS CARACÓIS DOS SEUS CABELOS”: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NA MPB Flávia Aparecida Soares; Maria Flávia Figueiredo	215
CATEGORIZAÇÃO DAS VARIAÇÕES DE ESCRITA: RELATO DE INTERVENÇÃO NA ORTOGRAFIA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL Francis Arthuso Paiva.....	230
O DISCURSO POLÍTICO DE POSSE: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO ETHOS NOS DISCURSOS DE FHC E LULA Geisa Fróes de Freitas.....	252
FALARES DE UM POVO: LAÇOS ENTRE CULTURA, LÉXICO E SOCIEDADE Gisele Martins Siqueira; Maria Sueli de Aguiar.....	272
LINGUÍSTICA DE <i>CORPUS</i> E ENSINO DE TERMINOGRAFIA PARA ALUNOS DE LETRAS E TRADUÇÃO: UMA PROPOSTA Guilherme Fromm.....	285
<i>MENAS</i> E OS DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA Heloisa Mara Mendes.....	303
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CORPORA EM PESQUISAS DE VARIAÇÃO/MUDANÇA LINGUÍSTICA Juliana Bertucci Barbosa; Talita de Cássia Marine; Daniel Soares da Costa; Niguelme Cardoso Arruda.....	320
CORRELAÇÃO ENTRE POSIÇÃO E EXTENSÃO DO VOCATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DOS SÉCULOS XIX E XX Juliana Costa Moreira.....	346
AS VOGAIS POSTÔNICAS DO SÉCULO XIII: UM OLHAR SOBRE A ESCRITA DA ÉPOCA Juliana Simões Fonte; Gladis Massini-Cagliari.....	362
USO DOS ADVÉRBIOS JÁ E AGORA COMO CONECTORES DE CONTRAJUNÇÃO Kátia Maria Capucci Fabri.....	380
RELATIVAS PREPOSICIONADAS: A FORÇA DA ESCOLA Marilza de Oliveira.....	399
PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO NO DISCURSO MUDIÁTICO: POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA-COTAS RACIAIS Marilza N. de Araújo Nascimento; Marlon Leal Rodrigues.....	414

A CONSTITUIÇÃO DO <i>ETHOS</i> RETÓRICO FEMININO NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF Marina Gláucia Verzola; Maria Flávia Figueiredo.....	426
TENSÃO ENTRE A MEMÓRIA OFICIAL E A MEMÓRIA ALEGÓRICA: O ESQUELETO ACHADO NO PAÇO IMPERIAL NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA Marina Pózes Pereira Santos; Pascoal Farinaccio.....	445
A SEMIÓTICA VISUAL EM “A VIDA SE INICIA MUITO ANTES DO QUE SE PENSA” Maristela de Souza Borba.....	464
PIRANGA E OURO BRANCO: UM ESTUDO SOBRE A ABERTURA DAS VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS Melina Rezende Dias.....	478
TESSITURA E TECEDURA: DISPOSITIVOS DE ANÁLISE EM MATERIALIDADES DO DISCURSO ARTÍSTICO Nádia Régia Maffi Neckel.....	503
NEGOCIAÇÃO INTERSUBJETIVA E ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE PERSUAÇÃO EM EDITORIAIS DA IMPRENSA PAULISTANA DE BAIRRO Paulo Roberto Gonçalves.....	519
O USO DO CONECTIVO <i>ONDE</i> E A APRENDIZAGEM DA ESCRITA Priscilla Barbosa Ribeiro.....	539
UM CONTRAPONTO ENTRE O DISCURSO NORTE-AMERICANO E O ISLÂMICO VEICULADOS PELA REVISTA <i>CAROS AMIGOS</i> Rosemeire de Jesus Ferrarezi Becari.....	552
VIOLÊNCIA DISCURSIVA NA/DA ESCOLA: ALGUNS SENTIDOS Silvana Aparecida Bastos Vieira da Silva; Marlon Leal Rodrigues.....	565
MARCAS LINGUÍSTICAS PRESENTES EM ANÚNCIOS DE JORNAIS DOS SÉCULOS XIX e XX Sílvia Maria Vieira.....	581
A REFERENCIAÇÃO EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA Solange Aparecida Faria Cardoso.....	605
“OMO FAZ, OMO MOSTRA”: UMA POSSÍVEL ANÁLISE DE PROPAGANDAS DE SABÃO EM PÓ Valéria Netto Valente.....	625
O HÍFEN NA ANÁLISE SILÁBICA AUTOMÁTICA DO PORTUGUÊS Vera Vasilévski.....	641
REFERÊNCIA E SENTIDO Virginia Beatriz Baesse Abrahão.....	661

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO SOBRE COMO CHEGAMOS AOS
MULTILETRAMENTOS
Viviane Raposo Pimenta; Valdete Aparecida Borges Andrade; Cláudia Gomes Silva
Guimarães.....676

APRESENTAÇÃO

A **Revista do SELL** da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), desde sua criação, em 2007, publica somente artigos decorrentes de trabalhos apresentados no SELL - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS – anterior à publicação do volume da revista.

A terceira edição do SELL, que se realiza, sem falha, na sequência dos anos ímpares desde 2007, aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de maio de 2011 e teve como tema **CONHECIMENTOS EM DIÁLOGO: LINGUAGENS E ENSINO**. Dessa forma, visamos à interação entre a área de Letras e Linguística e estudiosos de áreas afins, tais como a Comunicação, a Psicologia, a Educação, a História, a Fonoaudiologia etc. Durante o evento, conseguimos propiciar o debate, em alto nível, das questões relacionadas, na atualidade brasileira e internacional, à formação de professores e ao ensino de línguas e literaturas, dada a importância dessas disciplinas na formação básica dos educandos, essencial para o desempenho positivo no ensino superior.

Em relação às apresentações orais de trabalhos, no III SELL foram apresentadas 300 (trezentas) propostas de Comunicação Individual, 20 (vinte) de Comunicações Coordenadas (incluindo, cada uma, quatro trabalhos). Foram dessas apresentações que selecionamos, via pareceristas externos, 110 artigos para esta edição da **Revista do SELL**.

A terceira edição **Revista do SELL** está dividida em três números, apresentando os trabalhos por ordem alfabética do primeiro nome dos autores e contemplando as seguintes áreas:

Número I – Estudos Linguísticos

Número II – Estudos Literários

Número III – Estudos em Línguas Estrangeiras e outras áreas

Ressaltamos que os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Agrademos a contribuição de todos. Foi por meio de suas contribuições acadêmicas que pudemos concretizar a publicação de mais uma edição da **Revista do SELL**.

Os Organizadores

Profa. Dra. Juliana Bertucci Barbosa

Prof. Dr. Carlos Francisco de Moraes

Profa. Ms. Elizandra Zeulli

(Uberaba, Novembro de 2011)

A UTOPIA POLIFÔNICA DE BAKHTIN E AS VOZES DA MÍDIA

BAKHTIN'S POLYPHONY UTOPIA AND THE VOICE OF MASS MEDIA

Adriana Nadja Lélis Coutinho (PG – UFPE)

adrianaledis@uol.com.br

RESUMO: A riqueza temática do pensamento bakhtiniano representa avanços incalculáveis para os estudos da linguagem. No entanto, o reconhecimento tardio e o descompasso na recepção da obra de Bakhtin no ocidente deixaram lacunas significativas na compreensão de muitos de seus conceitos, dentre os quais o de Polifonia. Este estudo objetiva analisá-lo à luz do pensamento bakhtiniano e investigar suas possibilidades de utilização para apreciação de novos objetos, especialmente as mídias digitais. Para tanto, pretende-se repensar o conceito de polifonia, analisando suas características fundamentais: equipolência, plenivalência e imiscibilidade. Propõe-se também uma comparação da proposta bakhtiniana com a Teoria Polifônica de Ducrot, buscando alternativas de utilização desse conceito em objetos alheios à literatura. Em seguida, pretende-se verificar nas mídias interativas e redes sociais possibilidades de realização da utopia polifônica de Bakhtin. Finalizando, defende-se que esses novos espaços discursivos possibilitam maior liberdade de participação, abrem espaço para que essa participação se dê de forma mais igualitária (equipolência), que as vozes aí presentes se manifestem de maneira plena (plenivalência) e que mantenham sua independência umas das outras (imiscibilidade). Donde se deduz que representam lugares potenciais para que se investigue a manifestação do fenômeno em toda a radicalidade do conceito, como formulado por Bakhtin.

PALAVRAS-CHAVE: Polifonia; Bakhtin; Mídia

ABSTRACT: The richness thematic of the thoughts of Bakhtin represents incalculable advances for the language studies. However the late recognition and the disorder in the reception of the work of Bakhtin in the Occident left significant gaps in the understanding of many of their concepts, among the ones of the Polyphony. This study aims to analyze it according to the thoughts of Bakhtin and to investigate its possibilities of use for appreciation of new objects, especially the digital medias. To reach this goal, we intend rethink the polyphony concept, analyzing its fundamental characteristics: equipollence,

plenivalence and immiscibility. We also intend to make a comparison of the bakhtinian proposal with the Polyphonic Theory of Ducrot, seeking alternatives of use of this concept in objects strange to the literature. Next, we intend to verify in the interactive Medias and social nets possibilities of accomplishment of the polyphonic utopia of Bakhtin. To conclude, we defend that those new discursive spaces make possible more freedom participation, they open space for that participation happens in a more equalitarian way (equipolência), that the voices there presents are showed in a full way (plenivalência) and that they maintain their independence one of the others (imiscibilidade). It is deduced that they represent potential places so that it is possible to investigate the manifestation of the phenomenon in the whole radicalism of the concept, as formulated by Bakhtin.

KEYWORDS: Polyphony; Bakhtin; Media

*Vozes veladas, veludasas vozes,
Volúpias dos violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices velozes
Dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas.
Tudo nas cordas dos violões ecoa
E vibra e se contorce no ar, convulso...
Tudo na noite, tudo clama e voa
Sob a febril agitação de um pulso.
Cruz e Sousa*

1. INTRODUÇÃO

Para enveredar pelo universo dialógico da teoria bakhtiniana, é necessário, antes de tudo, assumir posição no diálogo, tomar uma palavra que responde a outras e que não somente responde, mas também interroga, e ainda ser capaz de permitir que o diálogo permaneça aberto, o que exige a consciência vigilante de que o texto é constitutivamente inacabado, e de que nada se pode ou se deve fazer para mudar tal estatuto. Se a questão se fecha, ou simula um fechamento ilusório, o discurso não é polifônico, não se inscreve, portanto, no ideal vislumbrado pelo Mestre.

Este ensaio, portanto, aceita e deseja participar do diálogo como uma voz que, inspirada na voz do autor no romance de Dostoiévski, deixa que as personagens falem, e que participa do diálogo, não como espectador passivo, mas com um ativismo dialógico, que se fundamenta no respeito “à consciência viva e isônoma do outro” (BAKHTIN, 2003, p. 339). Assim como a voz do herói vislumbrada na poética de Dostoiévski, essa voz não pode gritar, não pode vencer. Por isso, o objetivo (ou a utopia) deste ensaio – mais do que defender uma posição sobre a questão (e tal posição existe e se deixa entrever no

discurso) – é permitir que essa voz se exponha à voz do outro, que seja questionada, desvelada, desdobrada.

Este texto, na verdade, não começa aqui e não tem um único dono. Ele se inicia – ou prossegue, se considerarmos, como pensou Bakhtin, que os discursos sempre se inscrevem num grande e inconcluso diálogo – na disciplina Abordagens Discursivas¹, num debate cuja finalidade era discutir possibilidades de observar os objetos da mídia à luz da teoria de Bakhtin. Naquele momento, percebeu-se a complexidade do conceito de polifonia, tal como o formulou esse autor, e a dificuldade em identificá-lo em textos de mídia, onde os filtros são elementos constitutivos, mesmo considerando-se as novas mídias interativas, em que a autonomia de um autor/mediador é cada vez mais relativa.

Questiona-se, então: é possível pensar na polifonia bakhtiniana em textos midiáticos? Ou ainda: Se a polifonia, nos termos formulados por Bakhtin, não pode se manifestar na mídia, como explicar a ocorrência de vozes que “escapam” e que “invadem” os discursos da mídia?

Obviamente, tais questões continuarão abertas, uma vez que o inacabamento é a condição de existência desse ensaio. No entanto, pretende-se repensar o conceito de polifonia, à luz da definição do próprio autor, buscando extrair dele suas características fundamentais, o que se fará no capítulo 2. Em seguida, no capítulo 3, propõe-se uma comparação com a proposta de Ducrot, autor da teoria polifônica da enunciação, de modo a identificar possibilidades de utilização desse conceito em objetos alheios ao texto literário. O capítulo 4 será destinado a uma tentativa de vislumbrar nos novos objetos da comunicação, como as mídias interativas e as redes sociais, possibilidades de realização da utopia polifônica de Bakhtin. Finalizando, serão esboçadas considerações em resposta às indagações que originaram essa discussão.

2. NAS SUTILEZAS DO CONCEITO

A riqueza e a variedade temática do pensamento bakhtiniano representam avanços incalculáveis e inquestionáveis para os estudos da linguagem. No entanto, o reconhecimento tardio, devido às circunstâncias políticas que marcaram a trajetória intelectual de Bakhtin, e o descompasso na recepção de sua obra no ocidente, ocasionado pela tradução e divulgação dos escritos desse autor em momentos cronologicamente diversos da ordem em que foram produzidos, ocasionaram uma série

¹ Disciplina do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ministrada pelas professoras [Isaltina Maria Azevedo de Mello Gomes](#), [Yvana Fachine](#), [Cristina Teixeira Vieira de Melo](#) e [Karla Regina Macena Pereira Patriota](#).

de mal-entendidos e deixaram lacunas significativas na compreensão e na divulgação de valiosos conceitos na comunidade científica brasileira, dentre os quais o de polifonia.

Como grande parte dos conceitos bakhtinianos popularizados no mundo ocidental, a noção de polifonia disseminou-se na esfera acadêmica brasileira relacionada à presença de vozes diversas no interior do discurso, fossem elas explicitamente mostradas ou apenas subentendidas. Tal compreensão levou à utilização desse conceito como sinônimo de dialogismo, de intertextualidade ou de heterogeneidade discursiva, por exemplo, sem que se ressaltasse o caráter ideológico que tais vozes revelam.

Como acrescenta Tezza (2006), os estudos bakhtinianos sobre a obra de Dostoiévski provocaram uma universalização do conceito de polifonia como uma espécie de “positivo literário”, identificando-o como algo essencialmente bom. Para esse autor:

Aconteceu uma interessante fusão entre dois planos do conhecimento: o que era, por princípio, a definição técnica de um gênero passou discretamente a ser entendido como um valor desejável na vida: *nós devemos ser polifônicos*. (TEZZA, 2006; p. 237)

Para Tezza (2006), o próprio Bakhtin é também responsável por tal fusão, ou confusão, como denunciam alguns críticos. Como ele explica, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, o autor faz uma exortação direta e incisiva para que se abandonem os hábitos monológicos, contrariando o tom técnico e impessoal que normalmente se impõe em sua linguagem. Tal fato, associado a sua história pessoal e ao contexto da União Soviética naquele momento, são, para Tezza (2006, p.237), “um convite irresistível a especulações”.

A polifonia bakhtiniana, de fato, origina-se da presença de vozes ideológicas distintas no discurso, sem que se possa assegurar a prevalência de uma dessas vozes sobre as demais. Como explica Bezerra (2005), Bakhtin formulou uma tipologia universal do romance, fundamentada nas modalidades monofônica e polifônica. Como ele esclarece, o dialogismo e a polifonia associam-se ao caráter amplo e multifacetado do universo romanesco, à presença de grande número de personagens, à capacidade do autor para “recriar a riqueza dos seres e caracteres humanos traduzidos na multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada.” (p. 192)

No monologismo, por outro lado, o outro aparece como mero objeto, resultado da “reificação” (coisificação) do homem, produto da sociedade de classes e do capitalismo. Para Bakhtin, como ilustra Bezerra (2005), o autor do monólogo assume para si o

processo de criação, e não incorpora, nesse modelo, a consciência responsiva e isônoma do outro. O monólogo é visto como algo acabado, é surdo à voz do outro, ignorando sua força decisória.

É por isso que, para Bakhtin, como acrescenta o autor, foi na era capitalista, e mais especificamente na Rússia, que o romance polifônico pôde realizar-se, uma vez que “a essência conflituosa da vida social em formação não cabia nos limites da consciência monológica segura e calmamente contemplativa e requeria outro método de representação.” (p. 193). Por isso que, na representação literária, essa transição do monologismo para o dialogismo, cuja forma suprema é a polifonia, representa a libertação do indivíduo da consciência do autor e sua instituição como sujeito de sua própria consciência. Tal transição exige uma postura radicalmente nova do autor na concepção do personagem, restituindo ao homem reificado sua subjetividade.

O conceito de polifonia, vale enfatizar, foi formulado a partir da observação do texto literário. Analisando um fenômeno peculiar na obra de Dostoiévski, especificamente relacionado à relação entre o autor e as personagens, incluída aí a constituição do herói dostoiévskiano, Bakhtin utilizou uma metáfora musical para descrever um tipo de autoria que se dá pela orquestração de uma multiplicidade de vozes distintas e potencialmente equânimes.

É importante compreender a metáfora proposta por Bakhtin, que escolhe precisamente o termo polifonia por designar o fenômeno musical em que várias vozes ou melodias se sobrepõem simultaneamente, em contraposição a uma unidade rítmica padrão, na qual as vozes executam o mesmo movimento melódico, unissonamente, ou então são executadas como acompanhamento a uma melodia à qual se subordinam. Em Dostoiévski, de modo semelhante ao estilo musical da época medieval, a voz do autor não se sobrepõe às vozes dos personagens que ele cria. Tampouco prevalece um ponto de vista sobre os demais. Como explica Bakhtin (2005, p. 4), comparando esse autor com Goethe em *Prometeu*:

Dostoiévski não cria escravos mudos (como Zeus), mas pessoas livres, capazes de colocar-se lado a lado com seu criador, de discordar dele e até rebelar-se contra ele.

A multiplicidade de vozes e consciências imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência uma do autor, se desenvolve nos seus

romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo sua imiscibilidade. Dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais são, em realidade, não apenas objetos do discurso do autor mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante.

Percebe-se claramente, na explicação do autor, a caracterização desse fenômeno a partir de uma tríade de fatores sem os quais ele não seria possível: equipolência, imiscibilidade e plenivalência. A equipolência acentua especificamente a igualdade de condições para que essas vozes se manifestem, sem que se possa vislumbrar sobrevalência ideológica da voz do autor ou do herói imperando sobre as demais. A imiscibilidade diz respeito à independência que as vozes assumem, umas em relação às outras, garantindo a autonomia de seus pontos de vista. E a plenivalência revela a garantia de que cada voz preserve seu valor pleno, que se manifeste de modo exato, absoluto, sem, contudo se concluir, fechar ou acabar.

Analisando o uso do conceito de polifonia, Fiorin (2008, p.82) alerta:

Observe-se que polifonia é, então, diferente de dialogismo, heteroglossia e plurivocidade. Dialogismo diz respeito ao modo de funcionamento real da linguagem, que faz um enunciado constituir-se sempre em relação a outro. Heteroglossia e plurivocidade concernem à realidade heterogênea da linguagem e às línguas sociais diversas que circulam numa dada sociedade. A polifonia refere-se à equipolência de vozes. A plurivocidade não implica a polifonia, embora a polifonia acarrete necessariamente a plurivocidade. Confundir essas duas realidades é deixar de apreender a dimensão política das vozes.

Para Bakhtin (2005), o romance polifônico é uma criação de Dostoiévski. A polifonia é, para esse crítico, a chave artística dos romances do autor. Em sua obra, como pondera o filósofo russo, a voz do herói sobre si e sobre o mundo equipara-se com a voz comum do autor e se coaduna com as vozes de outros heróis, apresentando-se de forma tão plena quanto as demais. É essa multiplicidade de consciências plenivalentes e imiscíveis e sua interação em posição correlata com a voz do autor que constitui, para ele,

a ideia criativa de Dostoiévski. Com essa tese, Bakhtin (2005) põe em xeque os estudos até então formulados acerca desse autor, que, como denuncia, foram “incapazes de penetrar na arquitetura propriamente artística” (p. 6) de suas obras, limitando-se a explorá-las em torno de uma cosmovisão monológica ético-religiosa do autor e do conteúdo de suas obras.

Para Tezza (2006), os estudos de Bakhtin identificam na obra de Dostoiévski valores que são considerados por muitos críticos justamente como falhas ou defeitos.

O que poderia parecer um “defeito formal” em Dostoiévski, o seu suposto “mal-acabamento”, era de fato a expressão de uma literatura cujo centro estava exatamente na ideia do “não-acabamento” do homem, um conceito bastante produtivo na visão bakhtiniana do romance. (TEZZA, 2006; p. 236)

A ideia do não-acabamento do homem, por si só, implica na destituição do autor de sua onipotência, o que, na história da literatura, até aquele momento, representa uma revolução. De fato, a originalidade de Dostoiévski para o crítico russo não está na apreciação do indivíduo a partir da cosmovisão do autor, mas justamente na reunião de individualidades imiscíveis – livres e independentes do autor –, mas integrantes de seu plano. Como explica Bakhtin (2005; p. 11):

Isto, obviamente, não significa que a personagem saia do plano do autor. Não, essa independência e liberdade integram justamente o plano do autor. Esse plano como que determina de antemão a personagem para a liberdade (relativa, evidentemente) e a introduz como tal no plano rigoroso e calculado do todo.

A liberdade relativa da personagem não perturba a rigorosa precisão da construção assim como a existência de grandezas irracionais ou transfinitas na composição de uma fórmula matemática não lhe perturba a rigorosa precisão.

É importante destacar que a visão polifônica em Dostoiévski não implica na dissolução da unidade do romance. Tal unidade existe e está *acima* do estilo e do tom pessoais do autor, não se rompe nem se mecaniza, como esclarece Bakhtin (2005). O autor compara

ainda a unidade do romance em Dostoiévski à unidade do universo einsteiniano, ressaltando o relativismo e a complexidade que os aproximam: “É como se os diferentes sistemas de cálculo aqui se unificassem na complexa unidade do universo einsteiniano” (BAKHTIN, 2005; p. 15).

O relativismo e a complexidade na polifonia do romance dostoiévskiano não refletem passividade e impotência do autor diante das consciências que “orquestra”, como advogaram alguns críticos dessa teoria. Na realidade, como defende Bakhtin (2003), há um tipo particular de ativismo do autor no romance polifônico, de caráter dialógico.

O nosso ponto de vista não afirma, em hipótese alguma, uma certa passividade do autor, que apenas monta os pontos de vista alheios, as verdades alheias, renunciando inteiramente ao seu ponto de vista, à sua verdade. A questão não está aí, de maneira nenhuma, mas na relação de reciprocidade inteiramente nova e especial entre a minha verdade e a verdade do outro. O autor é profundamente ativo, mas o seu ativismo tem um caráter dialógico especial. (...) Esse ativismo que interroga, provoca, responde, concorda, discorda etc., ou seja, esse ativismo dialógico não é menos ativo que o ativismo que conclui, coisifica, explica por via causal, torna inanimada e abafa a voz do outro com argumentos desprovidos de sentido. (BAKHTIN, 2003; p. 339)

A igualdade e independência das personagens e sua vocação para a liberdade são, no romance polifônico, marcas do projeto de criação literária e participam, portanto, do plano do autor. Nesse sentido, representam, mais do que uma mera concessão do autor, um projeto de coautoria, como ressalta Bakhtin (2003), defendendo que as personagens do romancista russo são espécies de coautores de suas obras.

O projeto autoral de Dostoiévski, ancorado na coparticipação ativa dos personagens que caracterizam a polifonia, tal como descrito por Bakhtin, associa-se com a noção do outro defendida por este autor. Como explica Teixeira (2006), o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise representam questionamentos radicais à unicidade do sujeito falante – segundo o qual cada enunciado possui um único autor –, uma vez que tais abordagens rejeitam a imagem do locutor como centro e fonte consciente dos sentidos, bem como da língua como instrumento de comunicação desses sentidos. Apesar desse importante ponto em comum, os autores propõem caracterizações distintas do outro. Como acrescenta Teixeira (2006, p.232):

No entanto, o outro de Bakhtin não se confunde com o Outro lacaniano, noção esta que se fundamenta na concepção de um sujeito dividido,

que enuncia, sem saber o que diz, uma fala que diz muito sobre este saber. (...) Em Bakhtin, o outro tem consciência, é sempre “o outro de um outro” (interlocutor, discurso, superdestinatário) [...]

O outro de Bakhtin – aquele dos outros discursos, o outro-interlocutor – pertence ao campo do discurso, do sentido construído com as palavras “carregadas” de história. O outro do inconsciente, do imprevisto do sentido, de um sentido “desconstruído” no funcionamento autônomo do significante, que abre dentro do discurso uma outra heterogeneidade – de outra natureza – além da que estrutura o discurso para Bakhtin, está ausente do horizonte deste.

O outro bakhtiniano, portanto, inscreve-se no discurso dialogicamente. É no romance polifônico que a presença deste outro se faz de forma mais explícita e radical, dada a equipolência e independência que tais vozes assumem nessa forma de expressão. Daí a raridade da ocorrência da polifonia e a preciosidade de tal fenômeno na teoria de Bakhtin. O próprio autor manifestou, em seus últimos depoimentos, dificuldade em identificar tal equipolência em obras de outros autores do universo literário. Imaginar a polifonia bakhtiniana em textos não-literários, especialmente no campo das mídias no mundo contemporâneo, soa, então, como um sonho impossível, dada a natureza centralizadora dos discursos desse campo.

Ocorre que, para além dos arroubos frankfurtianos, é possível vislumbrar a manifestação de vozes dissonantes em textos midiáticos e é necessário investigar sistematicamente como tal fenômeno pode ser descrito. Daí a questão: É possível, respeitando a radicalidade do conceito bakhtiniano, identificar a polifonia nos textos midiáticos? Ou ainda: Há uma alternativa à teoria de Bakhtin para analisar a polifonia em outros objetos, para além do texto literário?

O linguista francês Oswald Ducrot é um dos responsáveis pela disseminação do conceito de polifonia no mundo atual. O autor, no entanto, embora retome a teoria bakhtiniana para justificar a denominação, propõe na verdade um novo conceito, o que leva, muitas vezes, ao uso do termo polifonia, associado à teoria bakhtiniana, sem que se refira, de fato, à proposta do autor russo. A compreensão do conceito de polifonia em Ducrot, bem como a comparação de sua teoria com a proposta bakhtiniana, pode auxiliar a elucidar as peculiaridades dessa teoria e vislumbrar alguma possibilidade de utilização para investigar novos objetos.

3. A TEORIA POLIFÔNICA DE OSWALD DUCROT

Ao propor o esboço de uma teoria polifônica da enunciação, Ducrot retoma a metáfora bakhtiniana, mas o faz sem incorporar suas características essenciais, uma vez que, como ele mesmo argumenta, a teoria de Bakhtin “sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequências de enunciados, jamais a enunciados de que esses textos são constituídos” (DUCROT, 1987; p. 161). A proposta polifônica desse autor, por outro lado, consiste em demonstrar que em um enunciado isolado se pode fazer ouvir mais de uma voz. Ou seja, enquanto Bakhtin trabalha numa perspectiva do texto, com ênfase em aspectos discursivos, Ducrot propõe uma abordagem cuja perspectiva direciona-se para os enunciados, com ênfase em aspectos semânticos.

Desse modo, seguindo a mesma tendência dos estudos bakhtinianos e da psicanálise, mas tendo como objetos de análise os enunciados, a perspectiva teórica desenvolvida por Ducrot tem como finalidade principal contestar o postulado da unicidade do sujeito falante, dominante nos estudos do que ele chamou de “lingüística moderna”, associados ao comparativismo, ao estruturalismo e ao gerativismo.

Situando seus estudos no interior da disciplina Pragmática Semântica ou Pragmática Linguística, Ducrot (1988) argumenta que em um mesmo enunciado se manifestam vários sujeitos com status linguísticos diferentes, relacionados a funções também diferentes, a saber: o sujeito empírico, o locutor e o enunciador.

O sujeito empírico de um enunciado, como explica Ducrot (1988), é o autor efetivo, o produtor do enunciado, cuja identificação, como ele argumenta, é bastante complexa, não somente pelo fato de que aquilo que as pessoas verbalizam em seus discursos são repetições de outros discursos formulados anteriormente, mas também porque, nas conversações cotidianas, no geral não se faz mais do que repetir o que se acabou de escutar. De todo modo, para Ducrot (1988), como linguista, não é relevante identificar o sujeito empírico do enunciado. Para ele, a determinação do sujeito empírico não é um problema linguístico.

Quanto ao locutor, Ducrot (1988) o define como a pessoa supostamente responsável pelo enunciado, a quem se atribui a responsabilidade da enunciação no próprio enunciado, caracterizada por determinadas marcas, como o uso da primeira pessoa. O autor chama a atenção para o fato de que o locutor pode ser completamente diferente do sujeito empírico, pois muitas vezes a pessoa que assume a responsabilidade pelo enunciado nem sempre o produziu, como é o caso de determinados objetos nos quais se escrevem frases orientando o uso, simulando a fala do próprio objeto. Há ainda, segundo ele, enunciados sem locutores, como os provérbios, cuja responsabilidade pode

ser atribuída a uma sabedoria coletiva e histórica, situada além de qualquer subjetividade individual.

Finalmente, Ducrot (1988) caracteriza a função do enunciador como a origem dos diferentes pontos de vista apresentados no enunciado. Nesse sentido, os enunciadores não se identificam como pessoas, mas como “‘puntos de perspectiva’ abstratos” (p. 20). Como explica o autor, o locutor pode se identificar com algum dos enunciadores apresentados, mas geralmente guarda certa distância deles. É sobre a função do enunciador que se volta a análise da teoria polifônica da enunciação de Ducrot. O humor e a negação, segundo ele, são exemplos nos quais se identifica a presença de mais de um enunciador.

Como argumenta Ducrot (1988), o que caracteriza o enunciado humorístico é o fato de apresentar pelo menos um ponto de vista insustentável, absurdo, o qual nunca é atribuído ao locutor. Além disso, no enunciado humorístico não há nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo. Ele qualifica de irônicos os enunciados nos quais o ponto de vista absurdo é atribuído a determinada personagem a quem se quer ridicularizar. A expressão irônica “Ah, muito bonito!”, por exemplo, apresenta um enunciador que faz uma avaliação favorável da ação à qual se refere, de modo que tal avaliação pareça absurda. Essa avaliação, obviamente, não pode ser atribuída ao locutor, que não se identifica com o enunciador favorável à ação apreciada. Há aí, portanto, dois pontos de vista opostos, ou dois enunciadores.

Quanto à negação, esse autor apresenta uma definição linguística desse conceito, inspirada em Freud:

Diré que en un enunciado negativo no-P, hay por lo menos dos enunciadores: Un primer enunciador E1 que expresa el punto de vista representado por P, y un segundo enunciador E2 que presenta um rechazo de ese punto de vista. Un enunciado negativo es pues una especie de diálogo entre dos enunciadores que se oponem el uno al outro. (DUCROT, 1988; p 23)

O autor segue afirmando que a negação diferencia-se do humor porque, embora também apresente um enunciador que afirma algo inadmissível do ponto de vista do locutor, apresenta também um outro enunciador que contesta esse ponto de vista insustentável. A diferença principal é, pois, o fato de que na negação o enunciado inadmissível aos olhos do locutor é rebatido por um outro enunciador. É o que ocorre, por exemplo, com o título de um artigo jornalístico sobre a guerrilha nas Filipinas: “*Niguna potencia extranjera (pienso en la URSS) sostiene a los guerrilleros*” (DUCROT, 1988; p

25). Para o autor, esse enunciado apresenta dois pontos de vista: um enunciador E1 positivo, que não pode ser identificado com o locutor, o qual acredita haver uma potência estrangeira sustentando os guerrilheiros, e um enunciador E2 que o contradiz.

A negação é, para ele, semelhante a uma peça de teatro, cujo enunciado, a despeito de sua aparência monológica, apresenta um diálogo cristalizado. Nesse diálogo instaurado no interior do enunciado se manifesta a polifonia. Nessa abordagem, no entanto, o conceito de polifonia restringe-se ao nível do enunciado e não implica uma análise da função do autor, como explica Ducrot (1987, p. 169):

Ressaltar-se-á que não faço intervir na minha caracterização da enunciação a noção de ato – a fortiori, não introduzo, pois, a noção de um sujeito autor da fala e dos atos de fala. Não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado: para mim é simplesmente o fato de que o enunciado aparece, e eu não quero tomar partido, no nível destas definições preliminares, em relação ao problema do autor do enunciado. Não tenho que decidir se há um autor e qual é ele.

Percebe-se aí claramente a distância que a polifonia de Ducrot assume em relação ao conceito original, o que permite afirmar que esse autor propõe um outro conceito, com a finalidade de observar objetos distintos do que propôs Bakhtin. Não se identificam nessa abordagem os três fatores característicos da polifonia bakhtiniana: a equipolência, a imiscibilidade e a plenivalência, uma vez que não importa para Ducrot se há ou não igualdade de condições para que essas vozes se manifestem, se tais vozes são independentes umas das outras ou se cada voz preserva seu valor pleno. De fato, analisando-se a partir de uma ótica bakhtiniana, poder-se-ia dizer que os enunciados observados por Ducrot na negação e no humor são monológicos, uma vez que sempre apontam para a prevalência ideológica de determinado ponto de vista.

O conceito proposto por Ducrot, no entanto, parece ter se popularizado como a noção de polifonia de Bakhtin, o que pode também ajudar a explicar a confusão conceitual no meio acadêmico. Mas, se a abordagem proposta por Ducrot não considera as vozes ideológicas em constante diálogo na arena discursiva, como é possível pensar na polifonia, numa perspectiva semelhante ao que propôs Bakhtin, em novos objetos, especialmente nos textos midiáticos?

4. RUMO À UTOPIA POLIFÔNICA DE BAKHTIN: AS VOZES DA MÍDIA

A identificação de uma atitude verdadeiramente radical do autor, de permitir que as vozes do mundo se manifestem livremente, sem as amarras que o poder da pena impõe,

sem o comando que constrói de forma constitutiva qualquer discurso, na realidade representa uma sintonia fina com a verdadeira utopia de Bakhtin, como destaca Faraco (2003). Há no pensador russo um profundo compromisso com a livre manifestação das consciências, com a liberdade e com a autonomia do sujeito, que não é único nem solitário, mas que se constrói e constrói sua história num grande e ininterrupto diálogo. Como frisa Faraco (2003, p. 72):

O diálogo é aí [no Círculo de Bakhtin] mais que apenas uma grande metáfora para tratar de assuntos de uma certa semiótica social, de uma filosofia da linguagem. Bakhtin não é apenas o filósofo das relações dialógicas em sentido amplo; o diálogo é também, no seu pensamento, a metáfora daquilo que poderíamos considerar como sua grande utopia.

A utopia de um mundo polifônico, em que vozes plenevalentes e consciências imiscíveis interagem num diálogo inconcluso, associa-se, como explica Faraco (2003), com a história pessoal de Bakhtin, profundamente marcada pela censura e pelo cerceamento da liberdade, inclusive com a imposição do exílio e a negação à participação na vida acadêmica. Para Schnaiderman (2005), Bakhtin deixa uma importante lição “sobre a importância da multiplicidade de vozes em nosso mundo – uma lição essencialmente de afirmação democrática e antiautoritária, partida de alguém que era vítima direta da violência stalinista.” (p. 15).

Está claro, vale ratificar, que o conceito de polifonia foi formulado por Bakhtin a partir da observação do texto literário, e especificamente de um autor, Dostoiévski, a quem considera o criador de um novo gênero, o romance polifônico. Como salienta Brait (2009), o conceito de polifonia não foi dado previamente, de modo que pudesse ser aplicado aos textos escolhidos. Para a autora, a obra de Dostoiévski é que levou Bakhtin à concepção do romance polifônico e sua arquitetura. Está claro também que a popularização do conceito não o reproduz em sua radicalidade, o que o torna, como denunciam vários de seus comentadores brasileiros, um conceito avulso.

Deve-se argumentar, entretanto, que o horizonte último de Bakhtin é o homem que fala na cultura. Não o herói arquetípico dos poemas épicos, mas o homem que pensa e que se manifesta livremente, sem subordinar-se à imagem objetificada do herói. Na figura do herói bakhtiniano, a palavra sobre si mesmo e sobre o mundo ressoa tão plenamente como a palavra do autor, como pondera Bakhtin (2005).

Pode-se afirmar, pelas próprias declarações do pensador russo, que esse autor não pôde testemunhar a realização de sua utopia além do espaço da literatura, e na obra de Dostoiévski, especificamente, como expressou em entrevista a Zbigniew Podgórzec, meio século depois de ter formulado o conceito (TEZZA, 2003). Questiona-se inclusive se tal utopia, pautada na descrição da polifonia como um “positivo literário”, não se inscreve num “dever ser”, tal como a neutralidade científica ou a imparcialidade jornalística, preceitos considerados impossíveis de se realizar plenamente, mas indispensáveis para o exercício das atividades que os propagam. Tezza (2003, p. 231), inclusive, sugere:

O conceito de polifonia é uma categoria não-reiterável; apesar de toda a aposta de Bakhtin no que ele chama de ‘novo gênero romanesco’, ele mesmo não conseguia encontrar (isso 40 anos depois, em 1974) mais do que dois ou três exemplos de romance polifônico, citando mais obras filosóficas que literárias, Camus em particular.

Mesmo que se considere, como defende Tezza (2003), que o conceito bakhtiniano de polifonia seja uma categoria não-reiterável, cabe questionar: se o mundo das mídias, tal como o conhecemos hoje, não existia para Bakhtin, é possível imaginá-lo como um lugar de manifestação de seu ideal polifônico? Ou ainda: se a mídia se caracteriza historicamente como um campo de disputa ideológica, apresentando-se como espaço de legitimação do poder hegemônico de determinados grupos sociais, como denunciam estudos das mais diversas áreas acadêmicas, como poderia oferecer espaço para a manifestação de vozes sociais tão diversas e em permanente conflito, respeitando os ideais de equipolência, plenivalência e imiscibilidade que o conceito bakhtiniano inclui constitutivamente?

A primeira questão põe em evidência um aspecto bastante significativo, que é o fato de que Bakhtin tinha como objeto de observação o texto literário, cujas vozes são orquestradas por um autor, que as cria em função de seu plano. A polifonia não é apenas um efeito de sentido, mas é parte do plano do autor, como o próprio Bakhtin reconhece. Se existem vozes que se fazem ouvir em condições de igualdade, é porque assim o autor projetou, assim desejou, assim decidiu.

Nesse sentido, observando o mundo das mídias, mesmo admitindo que as vozes que se podem representar numa reportagem, por exemplo, não são originadas exclusivamente do autor/jornalista, sua manifestação também depende de uma atitude do autor. Nesse caso, o autor seleciona não apenas o que deve ser colocado em pauta e

quem pode falar a respeito, mas o que pode aparecer daquilo que foi verbalizado pelo entrevistado. Talvez por isso os textos jornalísticos, no geral, pareçam plurivocais, mas nunca polifônicos. Nesse sentido, pode-se associar o texto canônico de uma reportagem, por exemplo, ao romance monológico descrito por Bakhtin, em que um ponto de vista se manifesta de modo privilegiado.

Mas é importante argumentar que, assim como na autoria do romance, o discurso da mídia mobiliza estratégias de delegação de falas, o que, também de modo equivalente, pode ou não implicar em efeitos polifônicos ou mesmo na verdadeira polifonia, como realizada por Dostoiévski. O que se quer defender com isso é que, se no romance dostoiévskiano, Bakhtin identifica uma abdicação irrestrita à autoridade, revelada no plano do autor, também no plano do autor do texto midiático existe a possibilidade de delegação de falas no sentido mais radical do termo, entendendo-se que delegar é transmitir poderes, autoridade.

Ademais, mesmo considerando, como adverte Tezza (2006), que a renúncia à autoridade pressuposta no romance polifônico implica que o centro significante da linguagem do autor seja colocado na perspectiva do outro – e é exatamente essa perspectiva que lhe interessa – isso de modo algum implica que o outro fale por si, sem a mediação do autor e sem a inscrição dessa fala no seu plano. Como pondera Tezza (2006; p. 245):

essa voz alheia não lhe vem intacta, a pura voz do outro se consubstanciando na minha mão. Ela chega até mim refratada, comentada, amada ou vilipendiada pelo meu olhar e pela minha intenção – mas, por mais forte que seja essa intenção, por mais pressão que eu exerça sobre a voz alheia, por mais monumental que seja minha presença diante do universo do outro, essa voz, esse ponto de vista, esse olhar alheio sobre o mundo está lá, necessariamente presente, com o seu grau de autonomia. Claro, eu abduco da autoridade direta da minha palavra, mas eu prossigo vivo no texto, na sombra de cada frase e na arquitetura do texto.

Considerando-se as novas mídias digitais, inclusive, percebe-se que a possibilidade de interatividade, a velocidade com que as informações são publicadas, repassadas e atualizadas, bem como a liberdade de participação colaborativa na construção do texto jornalístico permitem imaginar uma nova constituição da autoria

desses textos, ancorada em valores distintos. Por mais que mantenham um autor a quem cabe gerenciar a manifestação das vozes que se inscrevem no diálogo, os personagens não são criações desse autor, eles são também autores e, em tese, existem “de carne e osso” – mas só em tese, uma vez que muitas personalidades que se mostram nas redes sociais, nos blogs e nos sites de notícias são *fakes*, perfis falsos, criados com a finalidade de mascarar a identidade de seu autor.

Outras características podem ser observadas em relação a tais textos. Eles, no geral, não abrem mão de determinados filtros, com os quais podem garantir certo controle sobre o que é postado, como a possibilidade de excluir participantes ou de inibir a participação de determinadas pessoas, ou ainda de selecionar previamente o que pode ser inserido. Mesmo nas redes sociais, em que se abrem debates sobre os mais diversos temas, a respeito dos quais dificilmente se pode ter algum tipo de controle, é possível a existência de filtro, comandado por algum mediador.

Além do controle por parte da própria mídia, é comum a presença no debate de profissionais que se apresentam com identidades falsas, contratados para assumirem a defesa de empresas ou de grupos sociais. Nesse caso, pode-se argumentar que a equipolência poderia desaparecer, manifestando-se aí apenas efeitos de polifonia ou simulacros de polifonia. Mas se poderia argumentar que a presença da voz da empresa ou do grupo social representado por um *fake* é também necessária para que se garanta a equipolência.

Outra questão importante é que esses novos espaços discursivos cada vez mais necessitam da polêmica para garantir visibilidade e para sustentar a audiência. Para tanto, precisam oferecer ao interlocutor certa garantia de que o espaço é democrático e de que as diversas vozes sociais podem manifestar-se plenamente. Daí uma disposição maior para acolher cada vez mais as vozes dissonantes, o que não assegura, no entanto, que tais espaços tenham uma “vocalização” polifônica.

É possível, sim, argumentar que esses campos permitem reações ao discurso autoritário que tem caracterizado historicamente a atuação da mídia, funcionando inclusive como uma espécie de observatório da mídia tradicional. Como argumenta Barros (2007, p. 34):

Nos discursos autoritários abafam-se as vozes, escondem-se os diálogos e o discurso se faz discurso de verdade única, absoluta e incontestável. A única forma de contestar tais discursos é recuperar externamente a polêmica escondida, os confrontos sociais, ou seja,

contrapor ao discurso autoritário um outro discurso, responder a ele, com ele dialogar, polemizar.

Desse modo, pode-se alegar que os novos espaços discursivos instaurados com o advento da Internet possibilitam maior liberdade de participação, abrem espaço para que essa participação possa se dar de forma mais igualitária (equipolência), que as vozes aí presentes se manifestem de maneira plena (plenivalência) e que mantenham sua independência umas das outras (imiscibilidade). Donde se deduz que representam **lugares potenciais** para que se investigue a manifestação do fenômeno polifonia em toda a radicalidade do conceito, como formulado por Bakhtin.

5. FINALIZANDO...

Para simular um acabamento que de fato não se pode realizar, uma vez que este ensaio precisa se inscrever no diálogo e aceitar sua incompletude e sua refutabilidade, pode-se argumentar que, assim como Bakhtin não pôde testemunhar o apogeu do romance polifônico enquanto gênero, não se pode asseverar que os textos das novas mídias sejam, por sua natureza, polifônicos. No entanto, é possível afirmar que trazem, em grande medida, potencial para a polifonia. Em primeiro lugar, assim como o romance dostoievskiano, tais textos apresentam um inacabamento constitutivo, mantendo-se, na maioria dos casos, abertos para a inscrição de novos personagens/autores e para a interlocução entre eles. Esse inacabamento é condição para a manifestação da polifonia.

Outra característica das novas mídias é a necessidade permanente da polêmica como forma de assegurar a atenção da audiência e de alimentar o diálogo. A necessidade de polêmica, além de permitir que as vozes em conflito se manifestem com maior liberdade, associa-se a outra característica indispensável para a sobrevivência desses gêneros: eles precisam se apresentar como espaços democráticos. Por isso, precisam pelo menos simular certa democracia.

Além disso, esses espaços discursivos são autorreguláveis. Seus participantes estão envolvidos no diálogo e precisam, por isso, estar em permanente vigilância, de modo a assegurar a equipolência das vozes que se inscrevem em tais arenas discursivas. Bakhtin, embora tenha oposto o romance à poesia, afirmando que esta era monológica e aquele polifônico, não identificou o fenômeno da polifonia no gênero, mas na obra de um autor. Para ele, o ativismo do autor do romance polifônico consistia em permitir que as vozes se manifestassem livremente. Do mesmo modo, a chave para se investigar a

presença da polifonia bakhtiniana nas novas mídias pode se vislumbrar a partir dessa nova autoria que se instaura nesses espaços.

Mas isso é tema para um outro ensaio no mesmo diálogo...

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARROS, D. P. L. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2007

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005

_____. Dialogismo e polifonia em Esaú e Jacó. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (Orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BRAIT, B. Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem. In BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São paulo: Contexto, 2009.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Polifonia y Argumentacion**. Cali: Universidad Del Valle, 1988.

FARACO, C. A. **Linguagem e Diálogo: as ideias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

SCHNAIDERMAN, B. Bakhtin 40 graus (Uma experiência brasileira). In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

TEIXEIRA, M. O outro no um: reflexões em torno da concepção bakhtiniana de sujeito. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (Orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TEZZA, C. **Entre a prosa e a poesia**: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

_____. Sobre a autoridade poética. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (Orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

**CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E LINGUAGEM DE PROFESSORES TERENA, REGIÃO
AQUIDAUANA - MS**

**CONCEPTIONS LANGUAGE AND LANGUAGE TERENA'S TEACHERS, REGION
AQUIDAUANA – MS**

Alessandra Manoel Porto (PG-UFMS)

alemporto@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo busca refletir os conceitos de língua e linguagem no discurso de professores Terena, Região Aquidauana, em Mato Grosso do Sul. Os professores das escolas indígenas situadas nas aldeias da região mencionada, passam por processos de formação acadêmica superior (graduação e pós-graduação), convivem com uma educação bilingue - Terena nativa e Portuguesa, com projetos voltados à pró-revitalização da língua materna. Assim, partimos da hipótese de que há mudanças nas formações discursivas/ideológicas bem como na identidade docente desses professores indígenas, com base no relacionamento direto com os índios e com sociedade dominante. Enquanto procedimentos metodológicos, recortamos e analisamos dois excertos de uma entrevista realizada com um dos professores, cuja formação é Superior, com pós-graduação. Para isso, discutiremos alguns conceitos como identidade e sujeito presentes nas obras de Hall (2005) e Guerra (2010); e formação discursiva/ideológica de Foucault (1969, 1971 e 1990) e com ênfase nos processos de referenciação propostos por Cardoso (2003). Dessa forma, alguns resultados podem ser observados, a partir dos questionamentos que, embora em defesa da capacidade docente indígena, o sujeito busca argumentos em conhecimentos universais para sustentar seu posicionamento.

Palavras-chave: indígena, sociedade, discurso

Abstract: This paper aims to reflect the concepts of language and language in speech teachers Terena, Region Aquidauana, in Mato Grosso do Sul. The teachers from native schools in the village from region named, are in process of formation.(Graduation and Pos Graduation), live together with a bilingual education – Native Terena and Portuguese, with project to pro-revitalization of native language. So, we start from proposed of the possible change in ideological discursive formations, based on direct relationship with the Indians and also with the society. While methodological procedures, we cut out and analyse two

excerpts from an interview with one of the teachers, whose education and post-graduation. From this, we will discuss some concepts such as identity and subject of the works of Hall (2005) and Guerra (2010), discursive formation / ideological Foucault (1969, 1971 e 1990), and emphasis in the referral processes by Cardoso (2003). Thus, some results can be observed from the teacher who, although in defense of indigenous teaching capacity, the subject seeks universal Knowledge arguments to support his position.

Keywords: native, society, discourse

1. INTRODUÇÃO

A educação indígena, desde o “Descobrimento” até o século XX, esteve pautada pela catequização, civilização e pela integração forçada dos indígenas à sociedade nacional (cf. CNE/Parecer 14/99, p. 40), ou seja, eles eram obrigados a “apagar-se” para transformar-se nos moldes nacionais. Muitos são os documentos que buscaram assegurar às sociedades indígenas uma educação diferenciada, na tentativa de respeitar seu universo sociocultural. Podemos citar entre eles o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, 1973), a Constituição Federal (1988), as Diretrizes da Educação Indígena de Mato Grosso do Sul (1994), o Decreto nº 1.904/96 (Direitos Humanos), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9.394/96), a Resolução do CEB (03/99 – criação da Escola Indígena), o Parecer do Conselho Nacional de Educação (14/99), entre outros.

Embora haja algumas conquistas significativas em relação à educação indígena, uma das grandes perdas nesse processo de “integração” e “homogeneização” foi a língua materna. Segundo Oliveira (1976), a língua materna dos Terena foi sendo “substituída” a partir do contato, principalmente dos indígenas trabalhadores com os fazendeiros e com outros profissionais, por meio da lida com o gado e na abertura de estradas que, falando somente a língua Terena, dificultaria a oportunidade de emprego e isso foi sendo passado para as próximas gerações.

Ressaltamos que o período de coleta dos dados se deu por meio exploratório (entrevista *in locu*), sendo entrevistados nove professores indígenas, todos com formação superior (Normal Superior Indígena), dentre eles, dois pós-graduados (com mestrado em Educação e Ciências Sociais). As entrevistas foram transcritas e organizadas em recortes que melhor atendessem ao objetivo do trabalho: analisar como se processa a relação discursiva desses professores nas comunidades bilíngues, frente às influências da

sociedade dominante, por meio das formações discursivas/ideológicas e, conseqüentemente, a construção de sua identidade.

Hoje, com os projetos sociais voltados para a pró-revitalização da língua, tanto nas escolas, como externos a elas, a exemplo do projeto “KOERU” (que significa “Papagaio”, falador) que envolve os indígenas de um modo geral no ensino oral e escrito da língua Terena. Ainda, todo esse anseio foi reafirmado com a abertura de cursos superiores específicos à formação do professor indígena, oferecidos pelas Universidades Estaduais e Federais, concentradas no Centro-oeste do estado do Mato Grosso do Sul. Desse modo, a língua materna, que no passado era motivo de preconceito do indígena na sociedade, hoje passa por uma inversão: ela é “condição primária” para a afirmação da identidade étnica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a garantia de cidadania assegurada aos indígenas pela Constituição de 1988 e a reorganização da educação com a implantação das Escolas Indígenas pela LDB (art. 78) que a legitima como educação indígena, temos “deve ser intelectual e bilíngue, visando a reafirmação de suas identidades étnicas [...] além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional”, surge, então, a necessidade de investimento na formação dos professores indígenas. Esse direito/necessidade é normatizado também por meio legal (cf. CNE/Parecer 14/99, p. 49-50) que garante aos professores indígenas, capacitação em serviço e cursos específicos de formação que atendam as peculiaridades do trabalho pedagógico em escolas específicas.

A partir desse evento, procuramos compreender o posicionamento desses professores indígenas, incutidos nesse sistema de ensino, à luz do método investigativo foucaultiano, que concebe discurso “sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (Foucault, 1987, p. 51); ainda, por meio dele podemos observar no sujeito elementos de dispersão, que dependem significativamente da posição e do status que ele ocupa, dentro de um sistema de relações (IBID, p. 61).

Nessa cadeia discursiva, o sujeito vai se constituindo por meio das escolhas lexicais que procuram garantir “fielmente” suas ideologias, mas que na verdade, concordamos com Foucault (1987, p. 43), que nem sempre elas se mantêm como regras, daí a dispersão, momento de riqueza discursiva, que Foucault (1987, p. 66) denomina “grupo de conceitos discordantes”. Como parte desse jogo linguístico e ideológico,

respaldamos em Cardoso (2003, p. 116) quando concebe o processo discursivo como constitutivo das vozes do Outro (tanto como pessoa, como pessoa do discurso), recursos em que os processos de referência transcendem a materialidade linguística e se pautam na dimensão discursiva e ideológica.

Por meio de todos esses suportes teóricos discursivos, buscaremos compreender o processo constitutivo da identidade do professor indígena, a partir de Guerra (2010, p. 90) que diz que o índio é levado a ser cidadão sendo indígena ao mesmo tempo, e compreender sua identidade, sob a concepção de Hall (2005, p. 23), ao afirmar que o sujeito humano “está sendo “descentrado” na modernidade tardia”. Assim, como se encontra os processos idenitários dos sujeitos indígenas em questão?

3. DISCURSO: FORMAÇÃO DISCURSIVA/IDEOLÓGICA E IDENTIDADE

Trazemos para essa discussão preliminar apenas dois excertos transcritos por nós, parte dos dados coletados na entrevista com os professores Terena. Os recortes remetem ao discurso de um professor com formação superior (Normal Superior Indígena) e pós-graduado em Ciências Sociais, pertencente à Aldeia Bananal, Região Aquidauana – MS. O sujeito é falante da língua Terena, aprendeu a língua portuguesa aos onze anos de idade. Tanto o professor, como as sequências discursivas a serem apresentadas, foram selecionados dentre o *corpus* (entrevista transcrita), por atenderem aos objetivos deste trabalho. Os recortes foram organizados em **R1** e **R2**. Inicialmente apresentaremos o excerto/resposta do discurso de **R1**, cuja pergunta feita foi “Como são organizados os conteúdos relativos ao ensino da língua Terena dentro do currículo escolar”?

R1- **Os conteúdos acabam sendo descontextualizados...** por exemplo... nas aldeias do Distrito de Taunay... nas escolas... ah tem arte e cultura Terena de 1º Ano até o 5º Ano... tem língua Terena ***eles aprendem... são alfabetizado na língua materna até 4ª série... aí fica uma janela*** de 6º ano ao 9º ano não tem língua Terena... não tem arte e cultura... ***aí vai aparecer aonde... lá no 1º ano... 2º ano... 3º ano do médio***... e a janela que ficou... quatro anos isso não é por falta de reivindicar... isso não é por falta de os Terena... dos professores Terena fechar essa janela... ***mas quem é que fecha essa ponte... faz essa ponte pra nós... é o branco***... porque é... é... é... ***está na mão do branco que o Secretário da Educação... tanto do estado do município***... eles que vão

determinar o momento... quando eles quiserem... não é o nosso querer quanto Terena... quanto comunidade... quanto professor... (grifos nossos)

As formações discursivas que constituem R1 remetem ao discurso pedagógico, materializadas pelos itens lexicais “conteúdos”, “escolas”, “1º ano”, “2º ano”, “3º ano do médio”, “5º ano”, “6º ano”, “9º ano”, “4ª série”, “alfabetizado”, “língua materna”, “língua Terena”, “professores”, “secretário de educação” que se apresentam numa relação de confronto com o discurso da sociedade dominante representado pelos itens lexicais “branco”, “mão do branco”, “secretário”, “estado”, “município”, prevalecendo discursivamente “uma luta” por meio do discurso em refutação à autoridade delegada ao branco para escolher e determinar o que é viável para os indígenas; autoridade essa negada para os próprios indígenas, que se julgam capazes para tais decisões. Podemos relacionar essa relação discursiva ao que afirma Foucault (1972, p. 8-9) que a produção do discurso está estritamente ligada às formações de poder, nele está impresso as ideologias dos desejos de poder.

O sujeito, em **R1**, é constituído por um discurso de apontamento, afirmando que, mesmo com a inclusão da língua materna (língua Terena) no currículo das escolas indígenas, é o branco quem determina quando deve iniciar e terminar a sua inserção no processo escolar, isto é, é o branco quem organiza o currículo escolar, em detrimento da capacidade dos professores indígenas. Isso é possível observar quando o sujeito afirma que “... os conteúdos acabam sendo descontextualizados [...] eles aprendem... são alfabetizados na língua materna até 4ª série... aí fica uma janela [...] aí vai aparecer aonde... lá no 1º ano... 2º ano... 3º ano do médio [...]... mas quem é que fecha essa ponte [...] é o branco [...]”. Essa situação acaba sendo conflitante, haja vista que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – 9.394/96 - Art. 78-79) a educação indígena é de competência da União, mas com a colaboração dos sistemas de ensino estaduais e municipais, que devam garantir às escolas indígenas, serem organizadas, dentro das especificidades de cada grupo étnico. No discurso de **R1** é possível observar o descontentamento do professor indígena com a delegação dadas às parcerias no que tange às escolas indígenas, sente-se sem voz étnica para fazer restabelecer um novo olhar para a capacidade docente indígena, ou seja, confirma-se o pensamento de Souza (2003, p.94) de que uma há hierarquia até chegar para toda a sociedade: conjunto de obrigações e de direitos que buscam “organizar” a relação uns com os outros. Essa

hierarquia mencionada pelo autor representa, no discurso de **R1**, “delimitações de poder” – para ele, a escola é indígena, no entanto, opera sob a ideologia do estado/branco.

Diante disso, podemos afirmar que o sujeito em **R1** é conhecedor de seus direitos como cidadão indígena, não concordando que as decisões, especificamente aqui, relativas ao currículo, sejam tomadas pelo branco, quando afirma “[...] está na mão do que o secretário da educação... tanto do estado como do município [...]”, tendo em vista que atualmente, muitos indígenas possuem formação acadêmica igual ou até mesmo superior a muitos brancos, além do que, são indígenas, falantes da língua Terena e conhecedores da cultura étnica, fatores que segundo **R1** seriam características suficientes para colocar o professor indígena numa posição de decisão superior. Buscamos respaldo em Foucault (1990, p. 94-95) quando afirma que as relações de poder são intencionais e não-subjetivas, ou seja, não há poder que seja exercido sem metas, objetivos, onde há poder, há resistência e que ele depende de uma multiplicidade de pontos de resistência. O discurso de **R1** traz imbricado esse conjunto de resistências e desejos de poder.

Há ainda no discurso de **R1**, algumas articulações linguísticas que podem ser consideradas como marcas de referenciação, das quais o sujeito as utiliza para reforçar sua argumentação em defesa daquilo que acredita, ou seja, para retomar o referente “conteúdos”, ele utiliza de anáforas, dentro de um processo de recategorização, não garantida pela regularidade de gênero e número, mas discursivamente, como podemos observar: para retomar “conteúdos”, que nos remete a efeitos de sentido de “língua materna”, ele traz os itens lexicais “língua Terena”, “a janela”, “essa janela”, “essa ponte” que, segundo Cardoso (2003, p.151), o discurso é constituído no processo da formação discursiva como forma de uma verdade da formação ideológica, ou seja, “os conteúdos” resumem toda a luta discursiva do sujeito, pela implantação da língua materna no currículo da escola, mas pela ideologia da etnia e não pela ideologia do branco. Isso posto, concerne à concepção de sujeito proposta por Cardoso (2003), de que ele é um espaço tenso e seu discurso surge da ilusão de que apresenta fatos novos, como evidências da verdade.

Passaremos para análise do segundo recorte, o qual denominamos **R2**, que corresponde às respostas da questão “Professor, há diferenças entre um Terena falante da língua materna para um não falante, para o próprio Terena e para a sociedade?”:

R2- Sim... entre nós Terena... pela comunidade não-índio ela... ela já é... ela não tem... ela não sabe diferenciar isso... porque fala ou não fala ou não fala... nós da

comunidade índia ela é um índio como outro... então... em sociedade branca não sabe distinguir... muitos falam sociedade branca... ***muitos falam é... eu conheço índio... conhecer índio todo mundo conhece aqui em Aquidauana porque até porque há uma grande maioria aqui são indígenas...*** são Terena... mas temo uma grande questão... uma cláusula aplauso é... é... por trás disso... que é entender o Terena... e aí é diferente... entender... compreender... ***o Terena é totalmente diferente de você conhecer...***então é isso aí... (grifos nossos)

O excerto em **R2** é marcado pela formação discursiva étnico-cultural materializada pelos itens lexicais “Terena”, “comunidade índia”, “índio” e “indígenas”, cujas escolhas, organizadas pelo sujeito que se posiciona como defensor da identidade Terena, sendo o indígena falante ou não da língua materna. O discurso é constituído como defesa contra uma possível perspectiva da “sociedade branca” à respeito da identidade Terena. Buscamos compreensão desse posicionamento do sujeito em Foucault (1987, p. 52) quando fala das relações discursivas, que elas são organizadas no limite do discurso “[...] para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc”. O sujeito discute, como ponto crucial, que um Terena não pode ser identificado apenas pelo seu fenótipo, mas pelo seu interior, lugar que o “branco” não tem acesso. O sujeito traz a voz da sociedade para fortalecer sua argumentação, mas em forma de refutá-la: “[...] muitos falam é... eu conheço índio... conhecer índio todo mundo conhece aqui em Aquidauana porque... até porque uma grande maioria aqui são indígenas [...] o Terena é totalmente diferente de você conhecer [...]”. Essa situação busca respaldo em Guerra (2010, p. 25) ao afirmar que “deparamo-nos com um confronto de subjetividades em busca de legitimidade para suas visões sobre o que é ser “índio” no Brasil. [...] a sociedade se pergunta: são índios mesmo?”.

Para retomar o referente “nós Terena”, o sujeito utiliza dos recursos da referenciação, como podemos observar pela materialidade linguística: “comunidade índia”, “ela”, “um índio”, “outro”, “indígenas”, “Terena”, “o Terena”. Diante desse “jogo linguístico”, podemos afirmar que o sujeito, ao utilizar o referente “nós Terena”, se inclui como pertencente à ideologia que defende, entretanto, ao empregar as recategorizações subsequentes, ele se reserva, passando a defender “aquele índio não falante da língua materna”, sem se incluir (utiliza somente a terceira pessoa no singular e do plural), haja vista que ele se considera um “Terena autêntico”: é falante ativo. Entre outros termos, os processos anafóricos observados estão articulados dentro do que afirma Cardoso (2003,

p. 157), que são realizados a partir de “uma retomada, não propriamente textual, mas discursiva, dos já-ditos que sustentam o discurso”.

Podemos compreender ainda o discurso de **R2** como um sujeito constituído ao mesmo tempo por ideologias, como também, por uma história particular. Assim, na posição de sujeito socioistórico, acredita que seu discurso reflete os objetivos da realidade, pois além dos interdiscursos trazidos por ele, há a instauração do intradiscurso, quando, a partir da referência “nós Terena”, o sujeito elenca co-referências no interior do discurso, como sendo verdades absolutas, mantendo-se certo grau de distanciamento, embora faça parte do referente em questão, uma espécie de “primado da contradição” como define como (CARDOSO, 2003).

4. COMENTÁRIOS FINAIS

Este trabalho objetivou tecer algumas reflexões sobre língua e linguagem dos professores indígenas Terena, partindo da hipótese preliminar de que haveria mudança nas identidades desses professores, bem como nas suas formações discursivas/ideológicas com base no relacionamento direto com os índios e também com a sociedade.

Neste processo inicial, podemos afirmar que, embora os discursos do sujeito se mantenham em defesa da capacidade pedagógica dos professores indígenas, ora de modo subjetivo, ora como sujeito “denunciador”, é possível observar que a todo momento ele recorre a outros interdiscursos para tecer sua argumentação e a faz à luz de conhecimentos universais, da “sociedade branca”, almejando até mesmo ocupar cargos com poderes de decisão pleiteados atualmente apenas por brancos, respaldando-se na formação acadêmica do professor indígena que é, em muitos casos igual ou superior a muitos brancos.

Assim posto, confirmamos, neste trabalho preliminar, a hipótese de que o professor indígena tem alteradas suas formações discursivas/ideológicas e consequentemente sua identidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988, Arts. 210, 215, 242.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação_ *Lei Federal nº 9.394/96*. Brasília, DF, 1996, Art. 78.

CARDOSO, Silvia H. B. *A questão da referência*. Das teorias clássicas à dispersão de discursos. Campinas: Autores Associados, 2003, p. 115-173.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena*. Parecer nº 14. Brasília, 1999

FOUCAULT, Michel (1969). *Arqueologia do saber*. 3 ed. Trad. Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. Cp. 2. Method. In: _____. *The History of Sexuality*. Volume I. Translated by Robert Hurley, New York: Vintage Books, 1990, p. 92-102.

_____. (1971) *A ordem do discurso*. 8 ed. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUERRA, Vânia. M .L. *O indígenas de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultura na pós-modernidade*. 10 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

SOUZA, Jessé de. *A construção da subcidadnia: para uma política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Roberto. C. de. *Do índio ao bugre; o processo de assimilação dos Têrena*. Rio de Janeiro: Livraria E. Alves Editora, 1976.

O CORPO DOS BONECOS: FIGURAS MASCULINAS SOBRE O OLHAR DA LINGUAGEM

THE BODY OF THE DOLLS: FIGURES OF MALES IN THE LOOKING OF LANGUAGE

Alessandra Rodrigues Santos (PG – UNICAMP)

alessandrarsantos@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho objetiva compreender o funcionamento e os processos de produção de sentido que dizem respeito aos corpos dos bonecos que representam figuras de homens adultos, tais como Ken e Max Steel. Em nosso estudo, consideramos o corpo dos bonecos como materialidade discursiva, que tem uma história que o produz de determinada forma e não de outra. A discussão é sobre o corpo que se vende por meio dos bonecos, como material simbólico, inscrito por/na linguagem, constituído de aspectos historicamente determinados, que se sustenta em discursos conflitantes e importantes na construção de identificações. Ao longo da história, ocorrem movimentos de repetição, deslocamento e reformulação de sentidos e formas, e o modelo padrão de corpo passa a ser atravessado por discursos da medicina, da estética, do político e mesmo do religioso. A partir da análise dos bonecos mencionados e de outras materialidades a eles relativas (filmes, livros, imagens etc.), procuramos compreender como seus corpos foram se modificando ou não durante a história, materializando em suas próprias formas esses discursos sobre o corpo na história.

Palavras-chave: corpo, bonecos adultos, Análise do Discurso

Abstract: This study aims to understand the operation and production processes of meaning that relate to the bodies of dolls that represented adult males, such as Ken and Max Steel. In our study, we consider the body of the dolls as a discursive materiality, which has a history that produces a certain way and not another. The discussion is about the body that is sold through the dolls as symbolic material, inscribed by / in the language, made up of historically determined aspects, which relies on conflicting discourses and important in the processes of identification. Throughout history, there are repetitive movements, shift and reshaping of meanings and forms, and the standard model of the body passes to be crossed by discourses of medicine, esthetic, political and even religious. From the analysis of the figures mentioned and other material

relating to them (movies, books, pictures, etc..) seek to understand how their bodies were changing during the story or not, materializing in their own ways these discourses about the body in history .

Keywords: body, adult dolls, Discourse Analysis

1. INTRODUÇÃO

Contemporaneamente o corpo tornou-se objeto de vários estudos, sobretudo no que diz respeito às características biomecânicas e fisiológicas. Encontramos por exemplo, estudos que se ocupam de questões a ele relacionadas e que se referem os processos de identificação, culturais, fílmicas e literárias. O diálogo com estes estudos é de grande valia para nosso trabalho, que também aborda o corpo, mas por outra perspectiva: a da linguagem. O olhar sobre o corpo pelo viés dos estudos da linguagem, entretanto, tem tido poucas contribuições.

O corpo via perspectiva da linguagem, ou seja, a busca pela compreensão do corpo funcionando como linguagem pelo/no discurso é uma reflexão que pretendemos desenvolver nesse estudo. Para tanto, abordaremos o corpo no âmbito da Análise de Discurso, com referência aos trabalhos de M. Pêcheux e E. Orlandi e S. Hashiguti, principalmente, e seus atravessamentos com os textos de Michel Foucault e Jean Jacques Courtine, por exemplo. Ou seja, trataremos o corpo a partir de uma concepção que vai além das características biomecânicas e fisiológicas, passando a compreendê-lo também como material de linguagem que, sobretudo produz sentidos e é significado pela sua especificidade material (nesse sentido, principalmente por sua visibilidade) em sua relação com a história. Visamos abordá-lo tomando como material de análise os bonecos de corpos adultos, tais como Ken e o Max Steel.

Nosso ponto de partida é a observação desse material com o objetivo de compreender como as suas formas se mantêm ou se modificam ao longo da história, se são afetados pelos discursos e pelas tecnologias e como nos afetam. Sua eleição como material de pesquisa se deve ao fato de serem brinquedos comuns, de grande circulação no Brasil e em vários outros países, há vários anos e que são, dessa maneira, produtos de consumo muito significativos.

Tomamos os corpos dos bonecos como materialidade importante na construção de identificações sociais, como material simbólico cujas formas são efeito e sustentação de

diferentes discursos. Consideramos o corpo “como espaço de injunção, materialidade simbólica não-verbal que funciona na interface com o verbal.” (HASHIGUTI, 2008).

2. ANÁLISE DO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA MATERIALISTA

Para a realização de nosso trabalho, filiamo-nos na Análise de Discurso, datada do século XX com Michel Pêcheux, na França, e posteriormente, desenvolvida por vários pesquisadores no Brasil. Um de seus principais aspectos é o de teorizar e analisar a linguagem, pelo seu *funcionamento* (deslocando-se da posição de outras disciplinas que focam seus estudos na função), bem como pelos processos de significação. A chave desta área não está em investigar *qual é o sentido*, mas *como* ele foi produzido. É exatamente *como* o corpo dos bonecos adultos funciona ao longo da história e como essa materialidade é determinada pela ideologia que nos interessa.

A Análise de Discurso é uma disciplina de linguagem, que visa seu aspecto dinâmico, e para tanto, parte do estudo de seu objeto próprio, o *discurso*. A partir do conceito de discurso, esta disciplina trabalha ainda com os conceitos de sujeito inconsciente e de língua como materialidade simbólica e histórica, no sentido de ter um exterior que lhe é constitutivo. É importante ressaltar que o conceito de discurso não se equipara a noção de fala de Saussure, nem se confunde ao sentido de que a partir da interlocução entre dois falantes tem-se uma mensagem linear, transparente, e transmissão direta de sentidos. O discurso, como efeito de sentidos entre interlocutores, “é a língua na sua relação com a história, atravessada pela ideologia e falada por sujeitos que são posições discursivas, e não indivíduos do cogito.” (HASHIGUTI, 2008). A Análise de Discurso, portanto, se pauta na reflexão dos processos de produção de sentido, de relações interpessoais e do próprio sujeito, esse que é constituído na relação linguagem/história e interpelado pela ideologia.

3. HISTÓRIA E SENTIDOS DO CORPO

Refletindo sobre o corpo humano, analisando, sobretudo a trajetória de seu conceito ao longo dos séculos é notável a mudança de sentidos dados a este: desde sagrado a profano; de monstruoso a ideal; como instrumento de luta e política e como marca determinante de origem, gênero e classe social. Tantos sentidos diferentes justificam-se pelo fato de o corpo estar inscrito por/na linguagem, dado o seu caráter

dinâmico e devido ao atravessamento de diversos discursos (religioso, médico/genético, higienista, moral e social, estético) que o fazem ser significado diferentemente.

Além disso, o corpo como produtor de sentidos mantém relação direta não só com a história e a ideologia, mas com o próprio sujeito, por ser seu suporte material, possibilidade biofisiológica de existência orgânica e espaço simbólico. O corpo é o próprio sujeito que, significado através do olhar, pode ser objeto de cuidado, de beleza, de prazer ou insatisfação e repúdio. O conceito de corpo se constitui assim na relação sujeito/história e interpelado pela ideologia.

Quando falamos de corpo, não poderíamos é claro deixar de falar de práticas corporais e, sobretudo de estética. Nos anos 80 nos EUA explodiu uma prática integrante da cultura do corpo, mais especificamente a cultura dos músculos, e passou a ser o novo espetáculo nas ruas, graças à presença marcante dos *body-builders*, como a forma peculiar de andar: “braços afastados, cabeça enfiada no pescoço, peito abaulado, rigidez, balanço mecânico. O *body-builder* não anda; ele conduz seu corpo exibindo-o como um objeto imponente.” (COURTINE, 2005, p.82).

O desenvolvimento de bens e serviços visando o corpo e sua manutenção foi relevante nos anos 80, como a grande quantidade de fabricação de aparelhos de musculação, os suplementos e regimes nutricionais, revistas, academias, dentre outros. Toda uma rotina, um modo de vida característico dos *yuppies* (jovens profissionais urbanos) seguidores da cultura do músculo.

Dentro dessa perspectiva, o consumismo aumentou consideravelmente e de modo literal: um consumo orgânico excessivo (energia) e econômico (suplementos, academia, aparelhos, revistas, etc.). Desde então, as representações e práticas corporais na sociedade passam a se sustentar por uma obsessão dos invólucros corporais: “o desejo de obter uma tensão máxima na pele; o amor pelo liso, pelo polido, pelo fresco, pelo esbelto, pelo jovem;” (COURTINE, 2005, p.86), ou seja; a manifestação mais explícita do “narcisismo”.

A prática de *body-building*, assim como as demais que supervalorizam o corpo, trazem consigo um ideal de transformação, na verdade, um ideal de renascimento do indivíduo, este que se metamorfoseia em um outro, que “passa por uma conversão corporal” (COURTINE, 2005, p.89). Em consequência, a cultura do corpo tornou-se uma paixão americana, ocupando as horas de lazer e tornando-se um hábito rotineiro.

Nesse contexto, os esportes – especialmente o futebol americano – ganharam força, fundamentando assim a prática de educação física, sobretudo a saúde, a virilidade e os músculos desde o colégio. Com a virada do século o corpo continuou em foco, o

corpo entendido aqui como ideal corporal masculino de classe média e branco, o que veio a reafirmar um discurso atentando o machismo em oposição ao “sexo frágil” e, além disso, um discurso que atesta que “A fraqueza é crime” (COURTINE, 2005).

No entanto, vale ressaltar que, no caso das mulheres a saúde feminina passou a ser ligada à garantia de boa qualidade da reprodução da raça, e a prática de esportes se tornou mais frequente entre elas. É notável assim que, os corpos – independente de sexo – acabam se tornando peça chave para a ascensão e promoção individual, e mesmo uma mercadoria. “A beleza é um capital, a força, um investimento; todos dois são mercadorias cujo valor de troca vai crescer ao longo do século.” (COURTINE, 2005, p.98).

Na verdade, o corpo torna-se fonte de prazer para si e para os outros. O bem-estar, o desejo de renovação corporal, bem como a satisfação das mínimas necessidades passa a guiar o modo de vida dos indivíduos, e para atingir tais expectativas práticas diversas como o *body-building* e mesmo outros sacrifícios são feitos em servidão da aparência e ao culto ao corpo. Dessa maneira, o corpo se institui na sociedade, portanto, como objeto de espetáculo.

A medicina e seus avanços contribuíram/contribuem decisivamente no que se refere à noção de corpo na contemporaneidade. No contexto da busca incessante pelo corpo ideal, um outro discurso ganha espaço e mercado significativo na vida das pessoas: a estética. De fato, a masculinidade esteve sempre ligada à força, enquanto que a feminilidade à beleza. No entanto, com a instituição de padrões de beleza, conseqüentemente, desenhamos fisionomias, ditamos a moda e a concepção de feiúra atingiu não só o universo feminino mais também atingiu o universo masculino.

Entre os anos de 1900 e 1930 a feiúra e os mais variados defeitos eram considerados doenças e, portanto, deveriam ser tratados com remédios. A partir dos anos 60 com uma maior exibição do corpo a cosmetologia e a indústria da beleza ganha destaque mundial e o objetivo agora dos cosméticos não é somente o de disfarçar as imperfeições, mas também preveni-las e, sobretudo realçar a beleza natural.

As revistas e manuais de beleza ganham destaque, ainda mais pelo fato de esses serem escritos por profissionais ligados a beleza e a saúde. Assim, o corpo ganha visibilidade, é explorado e desejado. É inegável que o corpo, e conseqüentemente as práticas corporais como o *body-building* ganharam espaço e destaque nas culturas corporais, visando essencialmente o prazer e a satisfação. Além disso, tal cultura se mantém graças aos resquícios dos princípios religiosos – puritanismo –; a uma indústria e publicidade pesadas, e ao mercado de músculos cada vez maior que faz desencadear em uma “luta de aparências”. A busca da beleza não se justifica mais apenas pela a opinião

do outro, para inserir-se na sociedade ou combater a feiúra, mas tornar-se essencialmente uma necessidade de satisfação pessoal. Dessa maneira, o corpo se institui na sociedade, portanto, também como objeto de espetáculo.

4. O CORPO DOS BONECOS E AS DETERMINAÇÕES NA HISTÓRIA

Os corpos dos bonecos adultos retomam uma representação do corpo humano de uma maneira muito forte para as crianças, de tal forma que elas estabelecem relações destes corpos com a vida real. O corpo dos bonecos tem características específicas: é feito de plástico ou borracha, tem cores, articulações e muitos acessórios.

Quando tratamos dos corpos dos bonecos masculinos, percebemos que estes foram se modificando ao longo do tempo. De fato não é de se estranhar, já que a partir do século XIX, segundo Courtine (2008), o modelo padrão de corpo passa a ser atravessado por discursos da medicina, da estética, do político e mesmo do religioso. A prática de exercícios físicos passa a ser tanto um dever cristão como civil, além de exibir saúde e perfeição estética. Na constituição da prática do *bodybuilding* (COURTINE, op.cit.), o músculo tornou-se socialmente aceitável (isto é) visível no corpo masculino, este que passam a ser qualificado como perfeito se musculoso.

Ao falarmos dos brinquedos masculinos não poderíamos deixar de retomar aos *G. I. Joe*, ou mais conhecidos no Brasil como “Comandos em Ação” e a figura do Falcon. Os *G. I. Joe* se tratam de bonecos articulados de doze polegadas, projetados desde 1963, foram criados exclusivamente para os meninos, os quais representavam figuras de soldados do governo (expressão implícita na sigla *G.I – Government Issue*). O sucesso foi tamanho que a partir dessas figuras, foram criadas revistas em quadrinhos, desenhos animados e filmes referentes a eles.

No Brasil, os “Comandos em Ação” ganharam maior visibilidade em 1984, com a queda na venda dos Falcons, este que também era um boneco masculino que foi projetado a partir dos *G. I. Joes*. Os Falcons foram lançados pela empresa Estrela em 1978 com um perfil de soldado assim como os *G. I. Joe*, no entanto, com objetivos e estilos de batalhas diferentes. O Falcon, não somente lutava com o inimigo, mas também tinha por missão enfrentar a natureza, bem como os animais ferozes (tubarões, gorilas, polvos, etc).

5. “BONECAS MASCULINOS”²



Figura 1: Ken

(Fonte: <http://www.manbehindthedoll.com>)

Quanto à criação desses bonecos masculinos, vale ressaltar que, de início os pais dos meninos ficaram receosos, uma vez que seus filhos homens estavam teoricamente “brincando de bonecas”. Posteriormente, com a definição dos brinquedos e dos acessórios que vinham junto aos bonecos, tais como armas, facas, bombas, além da fisionomia barbada destes, características não femininas, os pais passaram a lançar um olhar diferente para tais brinquedos. Desde então, outros brinquedos com feições de bonecos masculinos foram surgindo, como os *Power Rangers*, o Ken, o Max Steel, e outras figuras representando soldados, bombeiros, policiais, dentre outras profissões consideradas essencialmente masculinas.

Para tratar dos corpos dos bonecos masculinos, bem como as suas transformações ou não, neste estudo nos detemos a olhar dois destes: o Ken e o Max Steel. O boneco Ken, apareceu pela primeira vez, em 1961, com um tom masculino, mais tímido, representando uma imagem de inocência, tal qual é possível observar na Figura 1 (acima). A análise dessa figura em comparação com as dos personagens G. I. Joe, por exemplo, permite compreender que ele surge em um discurso/situação bastante distinta da de outros bonecos masculinos, pois ele não se justifica, como veremos, por seus músculos ou missões e combates do qual participaria, mas sim por uma presença feminina. Ele mesmo é significado como boneca “doll”.

Ken surgiu pela necessidade de se dar um namorado a Barbie, uma vez que a finalidade primeira desta boneca era a educação das meninas, ela aparece como um mecanismo para ensinar boas maneiras, tornando as meninas verdadeiras *little ladies*. Com o aparecimento do Ken, a Barbie estaria inserida em novos contextos, se tornaria assim, mais real e exigindo novos cenários, novas roupas e acessórios para adaptar as

² O termo boneca/boneco normalmente é usado quando se faz referências a brinquedos femininos. Ao tratar de brinquedos masculinos, o termo utilizado, como foi averiguado nesta pesquisa, é figuras de ação. Optou-se por este subtítulo por ele trazer o deslocamento reconhecido do sentido da boneca, como brinquedo, para brinquedo feminino somente, num movimento determinado historicamente de delimitação de gêneros.

situações de bailes, encontros e namoro, ou seja, estratégia que renderia lucros para a Mattel.

Quanto ao Ken, vale fazer alguns apontamentos interessantes. Nos primeiros anos, apesar de a Barbie ser versátil em suas vestimentas, Ken apareceu com trajes de banho e com apenas uma roupa de festa (para acompanhar a Barbie) e como estudante. A partir de 1968, que ele ganhou uma nova versão, não muito significativa. Como Barbie e Ken eram namorados, o público esperava o casamento e posteriormente, os filhos do casal. No entanto, apenas encontramos registros de uma versão da Barbie grávida e que ainda teve pouca circulação no mercado.

Depois de alguns anos, Ken deixou de ser seu namorado, passando a ser apenas um amigo. Assim, ele ganhou profissões reconhecidas como masculinas, tais como médico, piloto, lutador de boxe, etc. Novas versões que já implicavam os sentidos de virilidade, masculinidade e força ao boneco, reafirmando a política dos músculos.

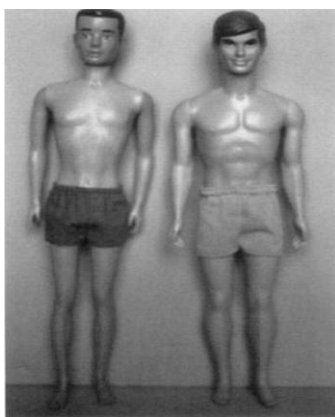


Figura 2: Transformações em Ken: 1961 e 1970

(Fonte: Pearson e Mullins (199 p. 245))

Quanto à terminologia bonecos para brinquedos masculinos fazemos uma ressalva. Hoje os bonecos masculinos, não mais são conhecidos assim, mas na verdade como “figuras de ação” - terminologia que apareceu com os próprios *G. I. Joes (action figure)* - já não mais possuem uma imagem tímida e inocente, como a versão inicial do boneco Ken, eles são extremamente fortes, e devem materializar os sentidos de coragem, rapidez e eficiência. Os brinquedos da linha Max Steel, por exemplo, são definidos como “figuras de ação” e reconhecidos pela própria empresa como “um super-herói inteligente e forte na medida certa, modelo exemplar para crianças, um herói que luta incessantemente contra o mal. Combinação única de fantasia e realidade”. (ROVERI, 2008).

Apesar de os bonecos Ken e Max Steel se apresentarem como figuras corporais masculinas o discurso de “masculinidade” representado por tais figuras é diferente. Ken é

um boneco cuja clientela enfocada é a de meninas e cuja existência se justifica por uma personagem principal feminina, a Barbie. Ou seja, Ken é visto como mais um acessório da Barbie. Já o Max Steel e outros da mesma linha são, diferentemente, chamados de figuras de ação e visam ganhar a clientela masculina. São brinquedos criados para os meninos, para lutas, corridas, etc. Estas denominações perpassam também questões de gênero, que são por sua vez, culturalmente construídas. Essas questões não foram, entretanto, enfocadas neste estudo.



Figura 3: Max Steel
(Fonte: Arquivo pessoal)

O que está em discussão nesse momento é o corpo desses brinquedos, essa materialidade que representa um corpo masculino, um modelo de corpo para a sociedade, e que (re)produz normas e valores sociais e estéticos.

Um corpo musculoso, forte e viril (tirado de academias, imagens publicitárias e veículos de entretenimento) vem historicamente se tornando o referencial de corporeidade masculina, enquanto corpos que desviam deste padrão são comumente satirizados ou mesmo excluídos da mídia. (ARAÚJO, 2007).

O caráter de masculinidade constrói uma imagem corporal, antes aspectos como barba e outros pêlos corporais indicavam virilidade, hoje os indicativos de tal característica são os músculos. (Glassner, 1989). O corpo dos bonecos adultos, representando pelas figuras do Ken e do Max Steel, por exemplo, vem justamente como uma reafirmação da necessidade de um corpo musculoso. Assim, os formatos dos corpos masculinos, obrigatoriamente/discursivamente, tiveram de ser modificados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar, neste estudo, de materialidades não verbais de circulação mundial foi uma tarefa delicada. Além disso, por inserir nos estudos da Análise do Discurso, uma disciplina que por essência é interpretação, e não empírica como as demais, exige uma postura de refinar o olhar sobre questões antes não pensadas, um deslocamento do conceito de corpo empírico e biofísico para um corpo discursivo, um corpo de linguagem.

Os corpos são historicamente marcados, são afetados e determinados pelos movimentos na história, pelos discursos e pelo olhar que é lançado pelo sujeito, portanto uma materialidade interconstitutiva das posições discursivas. O corpo agora é observado como condição de produção de formas e sentidos na história.

Para a Análise de Discurso, a consideração do corpo como fato de análise é relevante por tratar de um tema relacionado ao subjetivo, àquilo que funda o sujeito em sua condição simbólica, a uma materialidade que o constitui, que é afetada pela memória discursiva e que também determina sentidos. A leitura do corpo como linguagem possibilita e reafirma o deslocamento do corpo biológico, natural, para o corpo simbólico, cujos sentidos se constituem na e pela história em sua origem ideológica. (HASHIGUTI, 2008)

Os bonecos e/ou figuras de ação além de brinquedos, também se apresentam como representações de corpos ideais masculinos na sociedade. Essa imagem de corpo mudou ao longo dos anos, acompanhando, sobretudo o conceito de masculinidade, definido hoje pelos músculos, estes que por sua vez, devem ficar visíveis. Quanto à denominação ora de bonecos, ora de figuras de ação, também são determinadas, em última instância por questões de gênero. Ken é um boneco masculino, pois sua existência se faz graças à personagem feminina, ele é um acessório, uma propriedade da Barbie. Ele é um boneco, pois é um brinquedo de menina.



Figura 4: Ken

Fonte: <http://www.manbehindthedoll.com>

Max Steel não depende de outra figura, sua função não é ser namorado ou amigo de alguém, ele deve salvar o mundo, lutar, enfrentar perigos, ele é uma figura de ação, um brinquedo para os meninos e ator principal.

O conceito de corpo, bem como seu formato, cor, padrão, se relaciona aos discursos e diferentes posições ideologicamente determinados. Ao longo da história, ocorrem movimentos de repetição, deslocamento e reformulação. A necessidade em discutir como esses movimentos acontecem ao se tratar dos corpos dos bonecos masculinos, bem como uma teoria sobre o corpo pelo viés da linguagem, os quais foram os enfoques do nosso trabalho.

Acredita-se, que esta pesquisa traz contribuições para com a teoria discursiva, com elaboração de conceitos ainda pouco trabalhados, como também aos estudos na área sobre linguagem de maneira geral.

REFERÊNCIAS

BEIRAS, Adriano; Alex LODETTI, Alex; CABRAL, Arthur Grimm; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; RAIMUNDO, Pablo. Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma. **Psicologia & Sociedade Print version** ISSN 0102-7182. Psicol. Soc. vol.19 no. 3 Porto Alegre Sept./Dec. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000300010&script=sci_arttext&tlng=pt> Acessado em: 20/01/2010

BUTLER, J. (1993). **Bodies that matter**: On the discursive limits of "sex". New York: Routledge.

COURTINE, J. J. (org.) **História do Corpo** – Vol. 3: As mutações do olhar. O século XX. (trad. de E. F. Alves). Petrópolis: Vozes, 2008.

COURTINE, Jean- Jacques. **O desaparecimento dos monstros**. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=155&ID=106&ParamEnd=9> Acesso em: 23/08/2009.

GARCIA, Claudia. **Barbie: mais de 40 anos de história**. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/barbie.htm> Acessado em: 09/12/2009

GLASSNER, B. (1989). Men and muscles. In M. S. Kimmel & M. A. Messner (Eds.), **Men's Lives** (pp. 252-261). Boston: Allyn and Bacon.

HASHIGUTI, S. **Corpo de memória**. Tese de Doutorado em Lingüística Aplicada. 63 f. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7ªEd. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. Vão Surgindo sentidos. In: **Discurso Fundador**. 3ªEd. Campinas: Pontes: 2003. p. 11-25.

PEARSON, Marlys; MULLINS, Paul R. **Domesticating Barbie: an archaeology of Barbie material culture and domestic ideology**. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 3, n. 4, p. 225-259, 1999.

ROVERI, F. T. **Barbie: tudo o que você quer ser...: ou considerações sobre a educação de meninas**. Tese de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do Corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

Documentos eletrônicos:

Site da Barbie. Disponível em: <<http://barbiestyle.barbie.com/history.aspx>> Acesso em: 10/04/2011

Site do Max Steel. Disponível em: <www.maxsteel.com> Acesso em: 10/04/2011

Site do Ken. Disponível em: < www.manbehindthedoll.com> Acesso em: 10/04/2011

UMA ABORDAGEM METACOGNITIVA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS TEXTOS DE CAMPANHA POLÍTICA ELEITORAL DE MARCELO CRIVELLA: O DOMÍNIO SEXUALIDADE

METACOGNITIVE APPROACH ON THE CONSTRUCTION OF CAMPAIGN TEXTS OF MARCELLO CRIVELLA'S SITE : THE SEXUAL DOMAIN

Aline Mendes Amantes (UFRJ)

aline.amantes@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho analisa a construção dos textos de campanha do *site* de Marcelo Crivella, candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2008, à luz dos pressupostos teóricos relacionados à Metacognição. Tratamos, aqui, de como a escolha e utilização do léxico podem evidenciar o planejamento metacognitivo por parte dos autores dos textos – publicitários que coordenaram a campanha política. Demonstramos também como essas estratégias estão envolvidas na formulação, nas hipóteses e nos objetivos desses textos. Adicionalmente, verificamos como os textos articulam-se ao público-alvo, no que tange ao planejamento de leitura (hipóteses e objetivos do eleitorado). Dessa forma, explicamos, em termos metacognitivos, como o candidato administra seu duplo objetivo – manter e agregar votos – a partir do movimento cognitivo do eleitor. Para tanto, analisamos o léxico existente no texto de campanha do candidato, coletando termos que se combinam e não se combinam com o eleitorado específico e com o eleitorado pretendido do candidato. Hipotetizamos que esse uso do léxico se caracteriza como uma apropriação metacognitiva, isto é, a fala antecipatória que explicita o que um autor diz em seu discurso a partir do reconhecimento daqueles saberes prévios e insights de seus eleitores específicos e pretendidos. Com esse fim, aplicamos questionários ao eleitorado específico e pretendido de Marcelo Crivella, a fim de coletar o léxico utilizado pelo eleitorado e compará-lo ao léxico utilizado no texto de campanha do candidato.

PALAVRAS-CHAVE: apropriação metacognitiva, domínio de experiência cultural, léxico, metacognição, textos de campanha política.

ABSTRACT: In this work, we analyse the construction of campaign texts of Marcello Crivella's site, a candidate for Mayor of the City of Rio de Janeiro on 2008, in the light of theoretical assumptions related to Metacognition. We deal here with how choice and use

of words can prove metacognitive planning by the authors of these texts – advertising agents who coordinated political campaign. We also demonstrate how these strategies are involved in formulation, hypothesis and objectives of these texts. Additionally, we see how these texts are related to the public, regarding to reading planning (hypotheses and objectives of electors). Thus, we explain, according to metacognitive concepts, how candidate manages his dual purpose – to maintain and aggregate votes – from electors' cognitive movement. For this, we analyze the words at candidate's campaign texts, collecting terms which match and mismatch with specific electors and with intended electors of the candidate. We hypothesize that this use of words is characterized as an metacognitive appropriation, that is, an anticipatory speech which shows what an author says in his speech by recognizing those prior knowledge and insights of his specific electors and of his intended electors. Thus, we applied questionnaires to specific electors and to intended electors of Marcelo Crivella, in order to collect the words used by the electorate and compare it to the words used in candidate's political campaign texts.

KEYWORDS: metacognitive ownership, cultural experience domain, words, metacognition, political campaign texts.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos uma parte dos estudos desenvolvidos no Mestrado em Língua Portuguesa entre os anos de 2008 e 2010, em que analisamos a construção dos textos de campanha política eleitoral divulgados no *site* do candidato Marcelo Bezerra Crivella, Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e atual Senador da República, que concorreu ao cargo de prefeito do Município do Rio de Janeiro nas eleições de 2008, pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). Para essa análise, baseamo-nos em pressupostos referentes aos conceitos da metacognição e aos processos metacognitivos, sendo pensados em relação às estratégias utilizadas para a construção desses textos.

Partimos da concepção básica e preliminar sobre a metacognição, creditada a Flavell (1979), autor que cunhou o termo “metacognição” e propagou a importância de estudos nessa área. Outro trabalho importante nas formulações que baseiam este trabalho encontra-se em Nelson e Narens (1994), os quais desenvolveram uma estrutura descritiva dos processos metacognitivos que representa o processamento do fluxo da informação em dois planos. Além desses autores, Schneider e Lockl (2002) assumem que a metacognição diz respeito à autorregulação que leva os processos cognitivos a um

determinado objetivo, considerando seu monitoramento e controle ativos. Em nossa análise, utilizamos esses conceitos e a estrutura desenvolvida por Nelson e Narens (1990), reformulada e ampliada por Overschelde (2008).

A partir desses estudos em metacognição e dos processos metacognitivos utilizados para a construção do significado, selecionamos como *corpus* os textos da campanha política eleitoral de Marcelo Crivella, especificamente aqueles expostos em seu *site* e pertencentes às seções **Conheça o Crivella**, **Notícias** e **Plano de Governo**. A utilização desse *corpus* justifica-se em termos conceituais, já que os textos de campanha política eleitoral são altamente planejados e controlados. Tendo isso em vista, “na comunicação com os outros, devemos ter um conhecimento preciso do que eles sabem e do que acreditam (...). Tal conhecimento é valioso principalmente quando alguém precisa retomar a perspectiva do outro”³ (KORIAT, 2002, p. 280). O discurso de campanha de Marcelo Crivella aproxima-se de estudos que falam dos processos metacognitivos de monitoramento e controle, pois, nos textos, o candidato precisa atingir seu eleitorado, necessitando, para tanto, conhecer o que eles pensam e acham sobre o perfil de um candidato ideal para a cidade do Rio de Janeiro, na tentativa de amealhar ou manter votos e, conseqüentemente, vencer as eleições.

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, delineamos uma pesquisa de cunho qualitativo, que foi realizada com base em um questionário respondido por dois grupos de eleitores: (i) **eleitorado específico (EE)** – eleitores cativos de um determinado candidato; no caso de Marcelo Crivella, são os evangélicos neopentecostais, em sua maioria –; e (ii) **eleitorado pretendido (EP)** – eleitores que precisam ser convencidos a votar em um candidato diferente daquele em que naturalmente votariam; são os eleitores de todos os outros candidatos do pleito de 2008.

Convém destacar que esses grupos são antípodas, isto é, são absolutamente contrapostos no que se refere a sua percepção/conceptualização sobre Marcelo Crivella como um candidato para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, como pudemos constatar nas respostas dos questionários. Inclusive, os grupos rejeitam-se mutuamente, em especial os eleitores pretendidos, que demonstram total repúdio pela filiação religiosa do candidato – evangélico e integrante da Igreja Universal do Reino de Deus. As inquietações do eleitorado pretendido quanto à candidatura de Marcelo Crivella – isto é, suas hipóteses em termos metacognitivos – dizem respeito à possibilidade de ele se tornar o prefeito-representante da IURD, instituição religiosa que não é, de forma alguma,

³ Original: “*in (...) communicating with others, we must have an accurate knowledge about what the other knows or believes (...). Such knowledge is specially valuable when one has to take the perspective of the other*”.

benquista por parte da sociedade carioca. Os eleitores específicos acreditam, ainda, que o candidato instrumentaliza as igrejas como um reduto eleitoral, ferindo, por isso, a laicidade constitucional brasileira. Em contrapartida, os eleitores específicos – evangélicos, sobretudo da Universal – apoiaram, em grande parte, a carreira política de Marcelo Crivella justamente por seu vínculo com a igreja e seus compromissos religiosos. De acordo com as respostas do questionário, podemos asseverar que as hipóteses dessa parcela do eleitorado giram em torno da moralidade religiosa na esfera pública e de projetos políticos corporativistas de matiz religioso, o que Marcelo Crivella poderia representar como Prefeito do Rio de Janeiro.

Esse antipodismo particulariza nosso trabalho, uma vez que as características dos dois conjuntos fundamentais que compõem o eleitorado, que é o foco desta análise, engendram as formas peculiares, em termos metacognitivos, como o candidato deve lidar com eles, principalmente no que se refere ao uso do léxico.

Das respostas dos questionários, colhemos estruturas lexicais que foram analisadas juntamente com o léxico extraído dos textos do *site* de Marcelo Crivella (www.marcelocrivella.com.br) à época das eleições. Imperioso ressaltar que o *site* **www.marcelocrivella.com.br** veiculado atualmente e os textos nele divulgados não correspondem àqueles analisados nesta artigo, embora sejam similares.

Essa materialidade linguística é relevante para nossa discussão, uma vez que enfocamos as representações sobre o candidato ideal, as quais são construídas pelos grupos de eleitores de acordo com sua experiência cultural. Essas hipóteses e ideias são traduzidas e materializadas no léxico, o inventário aberto de palavras disponíveis em determinada língua. O léxico é o repositório de informações idiossincráticas que compreende diversos matizes de traços semânticos. Por isso, podemos dizer que o léxico é portador da ideia e do sentimento dos grupos de eleitores, enquadrando a realidade e despertando uma infinidade de imagens. O poder evocador e a força expressiva do léxico caracterizam-se pela seleção e pelos empregos pessoais que os grupos de eleitores e o candidato Marcelo Crivella fazem, abrangendo determinados domínios de seus pensamentos e de suas vidas. Segundo Coseriu (1986, p. 26), “(...) as palavras são formas de cultura que acompanham em sua difusão os conceitos e os objetos de civilização”. Portanto, incursionar pelo universo lexical é uma atividade que revela hábitos, ideias, conflitos e sentimentos das pessoas envolvidas no processo eleitoral que investigamos, possibilitando-nos analisar essa estrutura linguística em termos dos conceitos resumidos anteriormente.

Enfatizamos, sobretudo, a relação entre aquelas representações e os textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella. Diante disso, pretendemos investigar como a análise das escolhas lexicais e a utilização do léxico nos textos do candidato podem revelar o planejamento metacognitivo por parte do(s) autor(es) desses textos – no caso, o candidato e os publicitários que coordenaram a campanha política. Demonstramos, inclusive, como essas estratégias estão envolvidas na formulação, nas hipóteses e nos objetivos dos textos de Marcelo Crivella, em comparação às hipóteses e aos objetivos dos eleitores no que se refere à imagem do candidato ideal em quem votariam. Adicionalmente, a partir dos elementos lexicais e com base neles, verificamos como o texto de campanha política eleitoral articula-se às expectativas de leitura do público-alvo, buscando descobrir que ilações podemos obter dessa relação, e explicamos, em termos metacognitivos, como o candidato monitora suas hipóteses e controla seus objetivos a partir de uma suposição das hipóteses e dos objetivos do eleitorado.

Então, observando o léxico dos textos e dos questionários, analisamos em que medida o discurso do candidato busca ir ao encontro das expectativas e do perfil de seus eleitores, tentando retomar, ou não, o conhecimento prévio e os *insights* do eleitorado ao longo da campanha. A esse fenômeno, denominamos **apropriação metacognitiva**: o candidato apropria-se das hipóteses e das ideias que ocorrem a seu eleitorado pretendido e específico, na tentativa de influenciá-lo, variando a estratégia de repetição do léxico ora de um, ora de outro grupo de eleitores, ou de ambos. Compreender isso em termos metacognitivos se faz importante, uma vez que Marcelo Crivella tenta administrar suas próprias estratégias, refletindo sobre elas (monitorando-as), na expectativa de concretizar (controlar) sua árdua tarefa: (i) convencer a ambos os grupos de eleitores de que é o candidato ideal à Prefeitura do Rio de Janeiro; e (ii) conseguir votos suficientes para eleger-se.

Partindo dessa análise e levando em conta nosso objeto de estudo e os conceitos a ele relacionados, pretendemos contribuir para o desenvolvimento da reflexão teórica e descritiva no campo da metacognição, no sentido de como as estratégias metacognitivas estão envolvidas na formulação do texto analisado em nosso *corpus*; de como o candidato tenta monitorar as possíveis hipóteses e os objetivos dos grupos de eleitores; e de como esse monitoramento é utilizado para que o candidato controle sua própria atividade cognitiva, sendo eficiente ou não, e que repercussões isso acarreta na construção de seu texto de campanha política

1. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO CORPUS

1.1. Apresentação do objeto de estudo

1.1.1. Questionários

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, e uma vez que objetivamos conhecer o pensamento de alguns segmentos de nossa sociedade (eleitores e candidato), delineamos uma pesquisa de cunho qualitativo, que foi realizada com base em um questionário segundo alguns modelos disponíveis no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – <http://www.ibge.gov.br/home> –, por meio dos quais traçamos dados como nome, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, etnia, escolaridade, domínio de línguas estrangeiras, profissão, local de trabalho, renda, religião, bairro onde reside e seção eleitoral dos informantes. Também aferimos os motivos e as justificativas por que os eleitores votaram, ou não, nos candidatos que concorriam ao pleito no primeiro e no segundo turno de 2008, bem como por que acessaram, ou não, o *site* desses candidatos. Questionamos a respeito de ideologia, filiação e participação político-partidária, além de outras perguntas referentes às coligações. Imperioso ressaltar que nossa pesquisa foi espontânea, isto é, o eleitor manifestou sua opinião sem que apresentássemos qualquer informação indutiva na relação das perguntas, já que visamos ao levantamento do real perfil dos eleitores de Marcelo Crivella, bem como das hipóteses e dos objetivos desse eleitorado, principalmente no que se refere à leitura dos textos de campanha eleitoral do candidato, isto é, o que os grupos de eleitores esperam que Marcelo Crivella diga nesses textos.

1.1.2. Perfil do eleitorado específico

Denominamos **eleitorado específico** aquele grupo de eleitores cativos de um determinado candidato. Leia-se **cativo** não no sentido prototípico da palavra – subjugado, sujeito, obrigado –, como acontecia na República Velha (1889-1930), em que havia o voto de cabresto, por meio do qual o coronel (fazendeiro) obrigava e utilizava até mesmo a violência para que os eleitores de seu "curral eleitoral" votassem nos candidatos apoiados por ele. Como o voto era aberto, os capangas do coronel fiscalizavam e pressionavam os eleitores para que votassem nos candidatos indicados pelo coronel. Também utilizavam outros "recursos" para conseguir os objetivos políticos: compra de votos, votos fantasmas, troca de favores, fraudes eleitorais etc. Nesta artigo, entendemos **cativo** no sentido metafórico – seduzido, conquistado, encantado –, sendo uma expressão que indica um grupo de eleitores que geralmente vota e possivelmente não mudará o voto no mesmo

candidato, que sobre eles possui grande influência e é bastante conhecido e muito bem votado nesse grupo.

No grupo dos eleitores específicos, enquadram-se os evangélicos neopentecostais, em sua maioria, o que pode ser comprovado com as respostas à questão de número 19, pois todos os eleitores que votaram em Crivella intitularam-se evangélicos, ainda que de outras denominações. Porém, nesse grupo, predominaram os “**fiéis da IURD**”, conforme um eleitor específico exemplificou na resposta à questão de número 16 (cf. Anexo I).

A existência desse grupo de eleitores, e de um político como Marcelo Crivella – além de políticos como Rosinha Mateus e Anthony Garotinho, declaradamente evangélicos –, acontece em um panorama em que os evangélicos têm conquistado grande espaço no cenário político brasileiro, compondo uma bancada de mais de 80 congressistas e marcando presença em mais da metade das 5.507 câmaras municipais por todo o Brasil (GERALDO, 2006). Os evangélicos, em particular os da IURD, têm investido na política na tentativa de criar um reduto a fim de assegurar a sua participação nas decisões em âmbito nacional. Realizam campanhas em que declaram formalmente a sua opção religiosa, com ajuda financeira e realizações de cultos que orientam seus membros a votarem nos nomes preestabelecidos pelas igrejas. Além dos bispos e pastores portadores da voz institucional nos cultos, há os veículos de comunicação: o jornal Folha Universal e a Rede Record de Televisão, que também ajudam na veiculação e na propagação do ideal neopentecostal.

Essa prática da IURD de dizer como o fiel deve ser e agir aparece nas respostas à questão de número 17 de nosso questionário (cf. Anexo I). Um eleitor específico disse ter votado no candidato Marcello Crivella porque “o **pastor** pediu pra votar nele e a palavra do **pastor** é **profecia divina**”. Tendo isso em vista e de acordo com as respostas dos questionários, podemos dizer que fazem parte do **eleitorado específico** de Marcelo Crivella aqueles eleitores que têm duas hipóteses principais:

(i) Marcelo Crivella é um ótimo candidato para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

(ii) Os textos de campanha política eleitoral do *site* de Marcelo Crivella veiculam ideias e conceitos em que se pode acreditar, o que faz que as crenças e expectativas desse grupo de eleitores sejam confirmadas na leitura e na apreensão das ideias dos textos de campanha política eleitoral do candidato.

Essas hipóteses, que são prévias à leitura dos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella, interferem no processamento cognitivo da leitura desses textos. Sendo assim, hipotetizamos que o candidato as tome para si e as transforme em

seus próprios objetivos, isto é, ele tentaria se apropriar da percepção do eleitorado específico, na tentativa de mostrar-se igual em face das percepções/conceptualizações desse grupo.

1.1.3. Perfil dos eleitores pretendidos

Denominamos eleitorado pretendido aquele grupo de eleitores que precisam ser convencidos a votar em um candidato diferente daquele em que naturalmente votariam. Nesse grupo, enquadram-se os eleitores de todos os outros candidatos do pleito de 2008, como podemos constatar nas respostas às questões de números 17 e 19. Esses eleitores geralmente rejeitam a IURD e os valores que Marcelo Crivella representa, conforme demonstram as seguintes respostas à questão de número 20 (cf. Anexo I):

(i) “Crivella, pois considero que ele usa da **religião**, de **forma criminosa**, para atingir seus objetivos.”

(ii) “Crivella – **ODEIO! Oportunista, aproveitador da fé** das pessoas.”

O pensamento de que a IURD e os evangélicos dessa denominação são rejeitados pela sociedade são confirmados pelos próprios neopentecostais, e os pensamentos de que Marcelo Crivella pode representar e defender os ideais e as crenças dessa igreja na política, de que ele se utiliza da religião e da fé dos eleitores para se eleger e de que existe uma forte ligação entre a Igreja Universal e a campanha eleitoral do candidato são alvos frequentes de críticas pela mídia, como podemos ver abaixo:

“**Nossa Igreja sempre foi malvista** (...) diz o bispo e deputado federal Carlos Rodrigues (...).” (Veja online, 03 de novembro de 1999, <http://veja.abril.com.br/031199/p044.html>.)

“O **bispo** Gérson Cardoso, chefe da Igreja Universal no Rio, **pediu a fiéis votos no candidato a governador Marcelo Crivella** (PRB) e, sem citar nomes, disse que não se pode eleger ‘um cheirador de cocaína’. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral, **a propaganda eleitoral em igrejas é proibida**. (...) Em uma das reuniões mais cheias da semana, na catedral da Fé, **o bispo também pediu votos para os candidatos a deputado ligados à igreja**. ‘Estão orando pelo bispo Marcelo Crivella, senador Crivella? É o meu candidato. Qual é o número dele? Dez! É fácil, qual é o número bom, que nota todo mundo quer? Dez. Temos que ajudar ele, gente! E eleger o bispo Léo Vivas e a obreira Beatriz para ajudarem ele. Bispo Léo é 1010, para deputado federal. E a obreira Beatriz é 10100. É fácil: 10, 1010 e 10100.’” (Folha

Tendo isso em vista e as respostas do questionário, podemos dizer que fazem parte do **eleitorado pretendido** de Marcelo Crivella aqueles eleitores que têm duas hipóteses principais:

(i) Marcelo Crivella é um péssimo candidato para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

(ii) Os textos de campanha política eleitoral do *site* de Marcelo Crivella veiculam ideias e conceitos em que não se pode acreditar, o que faz que as crenças e expectativas desse grupo de eleitores não sejam confirmadas na leitura e na apreensão das ideias dos textos de campanha política eleitoral do candidato.

Assim como em relação aos eleitores específicos, as hipóteses do eleitorado pretendido também interferem no processamento cognitivo da leitura dos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella. Todavia, como as hipóteses desse grupo de eleitores são diferentes, pressupomos que o candidato as tome para si e as transforme em objetivos distintos daqueles referentes ao eleitorado específico, até porque se trata de grupos antagônicos, como já vimos anteriormente. Ele tentaria se apropriar da percepção do eleitorado específico na tentativa de opor-se, ou seja, mostrar-se diferente em face das percepções/conceitualizações dos eleitores pretendidos.

1.1.4. Corpus

Como vimos, cada grupo de eleitores existe diferentemente na esfera político-social e, por isso, tem ideologias diversas e demandas particulares. Por conta dessa diferença entre os grupos, que os faz se excluírem reciprocamente, como já mencionado, Marcelo Crivella seleciona as ideias para a construção dos textos de campanha política eleitoral com esses grupos em mente, já que os grupos de eleitores lerão os textos também com ele em mente. O candidato define, assim, como os textos de seu *site* serão lidos pelas diferentes parcelas do eleitorado. Tudo isso exige, por parte do candidato, um comportamento linguístico em que ele é compelido a negociar com eleitorados antagônicos e a acolher as hipóteses de ambos os grupos, que possuem um alto grau de rejeição mútua. Nada mais esperável, porque utilizamos a linguagem com a finalidade de negociar. Há justificativas para tanto, seja em sua condição de político e de evangélico e bispo da IURD; seja na situação eleitoral em que há dois grupos de eleitores que se opõem; seja nos resultados das diferentes campanhas, ou, especificamente, no léxico que ele utiliza nos textos divulgados nos *site*. Tendo isso em vista, o que justifica buscar o

léxico é justamente o fato de que Marcelo Crivella tem como estratégia de marketing político eleitoral assumir uma postura ambivalente para se eleger, principalmente a busca de reprodução do que os grupos de eleitores pensam a respeito do candidato.

Diante dessa dupla necessidade de negociação, selecionamos como *corpus*, nos textos de campanha política de Marcelo Crivella, as palavras que supomos representar, no plano das ideias, as hipóteses de seus interlocutores, no caso, os eleitores pretendidos e os eleitores específicos. Já as hipóteses do eleitorado serão demonstradas no léxico que pudemos encontrar nas respostas fornecidas por eles nos questionários. Essas marcas lexicais existem na medida em que o candidato reconhece que, diante de si, encontra o desafio de manter os eleitores que já tem e agregar o contingente de votos necessário para se eleger, na tentativa de equilibrar as diferentes hipóteses dos grupos de eleitores. Hipóteses essas que se contradizem e excluem. Vale destacar que o léxico é importante em nossa análise, uma vez que representa os conceitos, ou seja, tratamos das hipóteses do candidato e dos grupos de eleitores por meio das ideias representadas na linguagem, por meio do léxico – que são marcas denunciadoras daquela dupla tarefa de Marcelo Crivella.

Para tanto, analisamos comparativamente esses dados e constatamos alguns domínios de experiência nos quais os léxicos que representam as diferentes ideias e hipóteses dos grupos de eleitores e do candidato são enquadrados. Nesse caso, os vocábulos refletem a materialização dos diversos domínios de experiência cultural e constituem subconjuntos que pertencem a um mesmo domínio de interesse ou de conhecimento.

Podemos definir **domínio de experiência cultural** como a circunscrição de conceitos, ações, fatos e fenômenos que estão relacionados a uma experiência específica das pessoas e conhecida por elas. Em outras palavras, é o conjunto de impressões, vivências, ideias, percepções e aprendizados relacionados a um campo conceitual constituído social e historicamente. Trata-se de domínios dentro dos quais os conceitos e as ideias tanto dos eleitores quanto do candidato adquirem sua significação. Esse significado advém da experiência de atuação desses seres, já que se baseia nas experiências dos homens no mundo, com o qual interagem física (corpórea) e socioculturalmente (LACKOFF, 1987).

A partir da análise dos textos de Marcelo Crivella e das respostas dos grupos de eleitores, estabelecemos um dos domínios de experiência cultural mais relevante, em que as principais ideias discutidas pelos eleitores específicos e pelos pretendidos são enquadradas e os quais reaparecem nos textos do candidato: **sexualidade** – conjunto de

excitações e atividades, presentes desde a infância de um indivíduo, que está ligado ao coito, assim como aos conflitos daí resultantes, como o homossexualismo, em nosso caso.

Imperioso ressaltar que esse domínio é de suma importância, uma vez que os grupos de eleitores contrapõem-se exatamente nesses domínios – sexualidade e religião –, como demonstramos nas seções anteriores. Além disso, em face desse antagonismo, Marcelo Crivella tenta negociar, nesses domínios, com as duas parcelas antípodas do eleitorado concomitantemente. Esse domínio evidenciam a dupla tarefa de Marcelo Crivella – manter e captar votos de ambos os grupos de eleitores – na tentativa de equilibrar opiniões tão divergentes e contrapostas que se excluem mutuamente, como já mencionamos antes.

Vejamos abaixo as palavras encontradas nos questionários dos eleitores específicos e pretendidos e nos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella que se referem e se enquadram nesse domínio (44 palavras):

(i) *Eleitores Específicos* – aberração; armário; atentado; bicha; bichinha; bichona; casamento; destruir; ditadura gay; espalhar; fêmea; gays; homem-com-homem; homens; homossexual; homossexualismo; intolerantes; macho; mal; mulheres; não-natural; Satanás; simpatizantes; tanguinha de crochê; veadagem; veadinho; veado.

(ii) *Eleitores Pretendidos* – casamento; criminalização; defesa; gays; homofobia; homossexuais; homossexual; homossexualismo; mesmo sexo; PLC 122/06;⁴ preconceito; preconceituoso; tolerantes.

(iii) *Marcelo Crivella* – diversidade; homofóbica, reprimir; repudiar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Considerações preliminares

Como já mencionado nas seções anteriores, nosso objeto de análise é composto pelos textos de campanha política eleitoral do candidato Marcelo Crivella, divulgados no site www.marcelocrivella.com.br, destinado, exclusivamente, à campanha para o pleito de 2008 para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Os textos que analisamos pertencem às seções **Conheça o Crivella**, **Notícias** e **Plano de Governo**, das quais pudemos retirar uma parte

⁴ Projeto de lei que torna crime a discriminação contra idosos, deficientes e homossexuais.

de nosso *corpus*; a outra parte compõe-se das respostas dos questionários que serão analisadas nas seções adiante.

Nesses textos, Marcelo Crivella construiu sua imagem como figura pública sob duas perspectivas bem distintas – como também já ressaltamos previamente. Primeiro, o candidato relatou sua vida pessoal, destacando a forma de ser e de se relacionar com a família e as demais pessoas. Depois, descreveu seu histórico profissional e sua participação e trajetória política, destacando fatos relevantes, conquistas, posições em defesa de causas sociais etc. Essa estratégia foi necessária em razão das características do eleitorado do candidato, que dividimos em dois grupos, de acordo com as respostas dos questionários: **(i) eleitores específicos** (eleitores cativos de um determinado candidato; no caso de Marcelo Crivella, são os evangélicos neopentecostais, em sua maioria) e **(ii) eleitores pretendidos** (eleitores que precisam ser convencidos a votar em um candidato diferente daquele em que naturalmente votariam; são os eleitores de todos os outros candidatos do pleito de 2008).

Esses grupos de eleitores são antípodas e se rejeitam mutuamente, possuindo hipóteses absolutamente contrapostas a respeito de Marcelo Crivella como candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro. Isto é, a percepção/conceptualização que esses grupos têm a respeito da figura de Marcelo Crivella como candidato são antitéticas. Para o eleitorado pretendido, que demonstra certa ojeriza pela filiação religiosa do candidato (evangélico e integrante da IURD), Marcelo Crivella é um péssimo candidato, e seus textos, conseqüentemente, apresentam ideias e conceitos em que não podem acreditar. Isso faz que as crenças e as expectativas desse grupo de eleitores não sejam confirmadas na leitura e na apreensão das ideias dos textos do candidato. Já para o eleitorado específico, que apoia o candidato justamente pelo vínculo com a igreja, Marcelo Crivella é um ótimo candidato, e seus textos, conseqüentemente, apresentam ideias e conceitos em que podem acreditar. Isso faz que as crenças e as expectativas desse grupo de eleitores sejam confirmadas na leitura e na apreensão das ideias dos textos do candidato.

Tendo isso em vista, o candidato necessitou equilibrar seus *se/ves* como figura pública – *se/ves* que interessam ao presente estudo e que são manifestados em seus textos: (i) Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (o evangélico) e (ii) Senador da República (o político/candidato). Para tanto, houve a urgência de construir sua imagem pública como candidato e, conseqüentemente, seus textos de campanha política eleitoral com base no que os grupos de eleitores sabem e no que acreditam, isto é, em como eles o percebem/conceptualizam e no que acreditam que ele seja como político. Esse conhecimento é valioso principalmente porque Marcelo Crivella precisa

retomar a perspectiva de seu eleitorado, a fim de persuadi-lo, na tentativa de amealhar ou manter os votos – duplo objetivo do candidato.

Diante dessas circunstâncias, Marcelo Crivella não mais pôde contar apenas com seus eleitores específicos, estratégia essa que tem surtido efeito, com a eleição de diversos líderes evangélicos em muitos estados, como Rosinha Mateus e Anthony Garotinho, por exemplo, e, com certeza, auxiliou Crivella a eleger-se senador três vezes. A questão é que uma eleição para cargo administrativo não tem a mesma natureza da que a que elege legisladores – vereadores e deputados –, porque exige estratégias diferentes para convencer os eleitores a selecionar, entre os candidatos à disposição, apenas um, o qual deve atingir a maioria absoluta dos votos sem contar com vantagens da legenda partidária – o que leva o candidato a definir estratégias que conduzam a uma maioria. Dessa forma, para pleitear a majoritariedade, Marcelo Crivella deverá construir um discurso que, ao mesmo tempo, amealhe eleitores e não afaste os já alcançados. Isso é o que motiva o presente trabalho: a constatação de que o discurso do candidato Marcelo Crivella é ambivalente, direcionado a grupos díspares, como falamos previamente.

Como Marcelo Crivella precisa atingir ambos os grupos de eleitores concomitantemente, necessitando, para tanto, conhecer o que eles pensam e acham sobre o perfil de um candidato ideal para a cidade do Rio de Janeiro, utilizamos os conceitos referentes à metacognição, como o monitoramento e o controle, a fim de estabelecer considerações investigativas sobre os textos de campanha política eleitoral desse candidato. Pensamos esses conceitos principalmente em relação às estratégias utilizadas para a construção dos textos, já que esses são altamente controlados e monitorados.

Essas estratégias partem daquelas hipóteses dos dois grupos que compõem o eleitorado de Marcelo Crivella, as quais são prévias à leitura dos textos de campanha política eleitoral e, por isso, interferem no processamento cognitivo da leitura, sendo passíveis de flexibilização. É com essa flexibilização que o candidato conta ao construir seus textos, uma vez que as hipóteses, sendo anteriores, mutáveis e interferindo no processamento cognitivo da leitura, engendram as formas peculiares, em termos metacognitivos, como o candidato deve lidar com os dois grupos de eleitores, principalmente no que se refere ao uso do léxico – foco desta análise, já que tratamos das representações de um candidato ideal à Prefeitura do Rio de Janeiro, as quais são materializadas no léxico e construídas pelos grupos de eleitores de acordo com sua experiência cultural.

Tendo em vista que o candidato tem como estratégia de marketing político assumir uma postura ambivalente para se eleger, utilizar os estudos em metacognição justifica-se na medida em que ajudam a entender as formas de administração da cognição e da construção de significados.

2.2. Metacognição e os textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella

No caso específico de Marcelo Crivella, seu duplo objetivo gera a formação de duas diferentes estratégias metacognitivas para a construção de seus textos de campanha política eleitoral: uma para dar conta dos eleitores específicos, outra para dar conta dos eleitores pretendidos. Trata-se de duas formas de administrar os movimentos de *bottom-up* e *top-down*: o candidato deve, ao mesmo tempo, realizar dois tipos diferentes de monitoramento e controle, ou seja, construir dois discursos diferentes concomitantemente, para influir no processo decisório das parcelas antagônicas do eleitorado.

Com base naquelas representações dos grupos de eleitores e nos textos de campanha de Marcelo Crivella, analisamos o planejamento metacognitivo por parte do(s) autor(es) desses textos – no caso, os publicitários que coordenaram a campanha política. Vejamos, abaixo, a estrutura descritiva dos processos metacognitivos desenvolvida por Overschelde (2008), a partir da estrutura de Nelson e Narens (1994), que busca demonstrar os movimentos relacionados à metacognição, por meio dos quais ocorre o processamento do fluxo de informações, as quais são conceptualizadas em dois níveis:

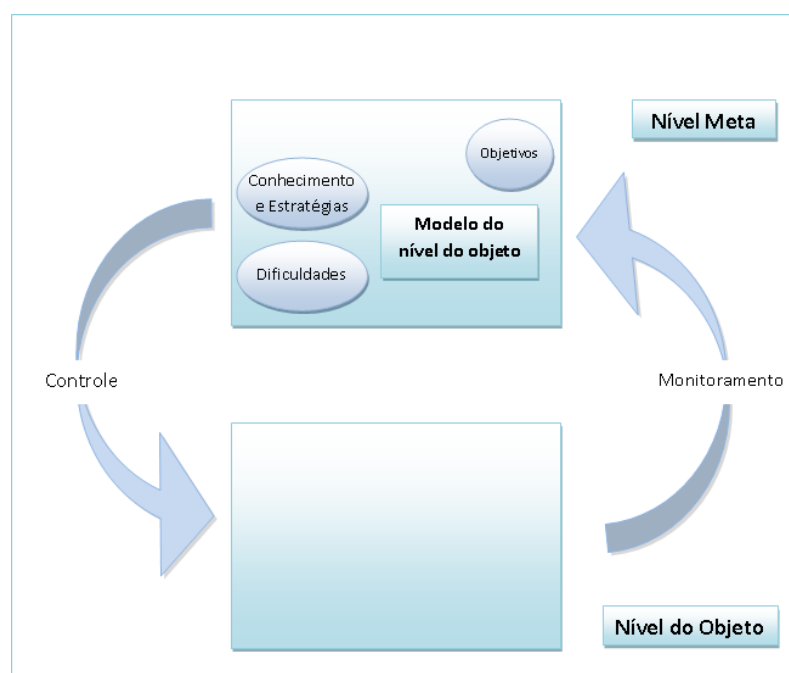


Figura 1. Esquema representativo dos processos metacognitivos, formulado por Overschelde (2008) com base em Nelson e Narens (1994).

Como podemos observar na Figura 1, os processamentos cognitivos ocorrem em dois níveis: **(i) nível do objeto** – plano em que as hipóteses dos grupos de eleitores são percebidas/conceitualizadas por Marcelo Crivella –; e **(ii) nível meta** – plano em que o candidato reflete sobre as hipóteses dos grupos de eleitores e em que elas são enquadradas e validadas pelo candidato. Esses níveis são inter-relacionados e retroalimentam-se por meio do fluxo de informações que ocorre com os movimentos de *bottom-up* e *top-down*, os quais são administrados pelos processos de monitoramento e controle, respectivamente. Tudo isso – os dois níveis (objeto e meta), os movimentos que viabilizam o fluxo de informações entre esses níveis (*bottom-up* e *top-down*) e os processos de administração desse fluxo (monitoramento e controle) – constitui o cerne da metacognição.

No nível do objeto, as hipóteses dos grupos de eleitores são percebidas/conceitualizadas e tornam-se materiais administráveis por Marcelo Crivella. A partir desse nível, o candidato envia informações ao nível meta por meio do monitoramento, processo de administração do movimento *bottom-up*, quando o candidato postula suas próprias hipóteses e reflete sobre as hipóteses dos grupos de eleitores na leitura dos textos de campanha política eleitoral.

No nível meta, Marcelo Crivella constrói um modelo do nível do objeto, modelo esse que são as representações atuais e dinâmicas das hipóteses dos grupos de eleitores. Esse modelo também é a representação da realidade externa e das dificuldades que Marcelo Crivella deve enfrentar – negociar, concomitantemente, com grupos de eleitores antípodas que possuem hipóteses distintas sobre ele como candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro. Além disso, esse modelo direciona-se a determinados objetivos do candidato, que também variam de acordo com os grupos de eleitores e suas hipóteses. Os objetivos de Marcelo Crivella dizem respeito a maximizar ganhos extrínsecos – manter e agregar eleitores – na tentativa de manter ou modificar a imagem que os grupos de eleitores têm dele, mostrando-se igual ou diferente das hipóteses dos eleitores específicos ou pretendidos, respectivamente.

Para atingir esses objetivos, Marcelo Crivella reenvia informações do nível meta para o nível do objeto por meio do controle, processo de administração do movimento *top-down*, quando o candidato tece julgamentos sobre ações possíveis por meio das quais o nível meta pode modificar o nível do objeto. Isto é, o candidato avalia o modelo do nível

do objeto a fim de decidir que caminho é o mais adequado para atingir seus objetivos – manter e agregar eleitores –, tendo em vista que as hipóteses dos grupos de eleitores são passíveis de flexibilização (e contando com isso). Essas estratégias também vão variar de acordo com as hipóteses dos grupos de eleitores.

Podemos, então, dizer que o monitoramento e o controle metacognitivos são processos que atuam para associar e ajustar os níveis objeto e meta, cuja articulação gera duas dimensões para a metacognição: (i) autoavaliação a partir da postulação de hipóteses sobre reflexão das hipóteses dos grupos de eleitores na leitura dos textos e (ii) modificar o curso da ação cognitiva de modo a alcançar o resultado desejável, a partir da estipulação de objetivos (manter e agregar eleitores) e das estratégias para consegui-los (repetição, ou não, do léxico).

Esse duplo objetivo de Marcelo Crivella gera a formação de duas diferentes estratégias metacognitivas na construção de seus textos de campanha política eleitoral: uma para dar conta dos eleitores específicos (evangélicos da IURD) e outra para dar conta dos eleitores pretendidos (eleitores de outros candidatos). Então, vejamos o esquema representativo dos processos metacognitivos em relação aos eleitores específicos e aos eleitores pretendidos nas Figuras 2 e 3, respectivamente:

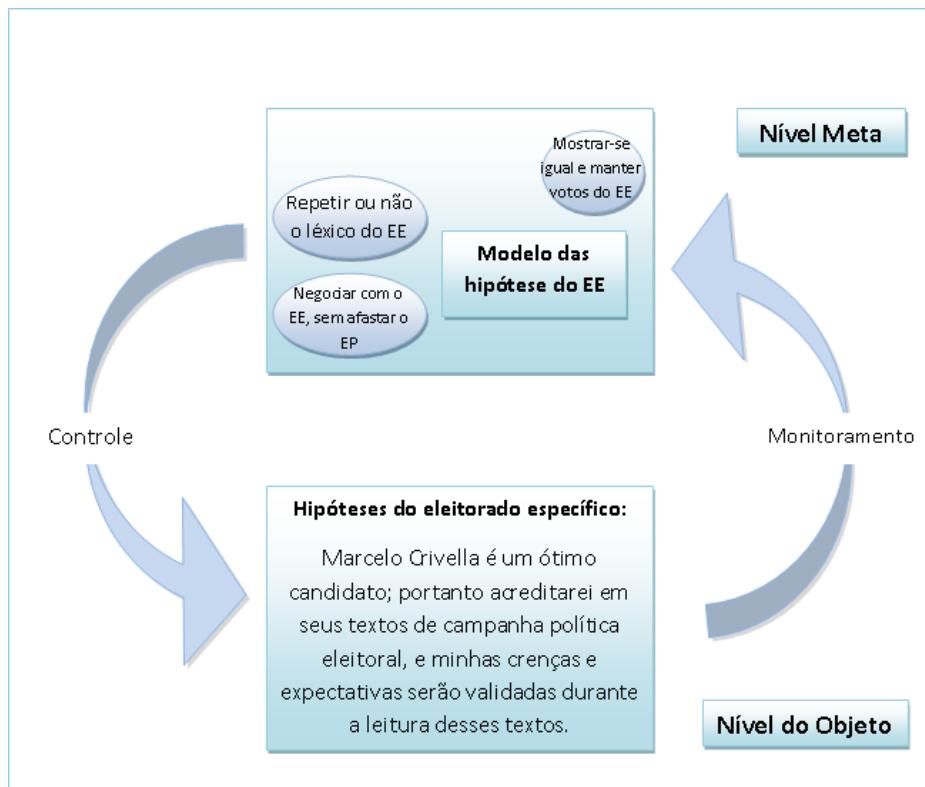


Figura 2. Esquema representativo dos processos metacognitivos em relação aos eleitores específicos.

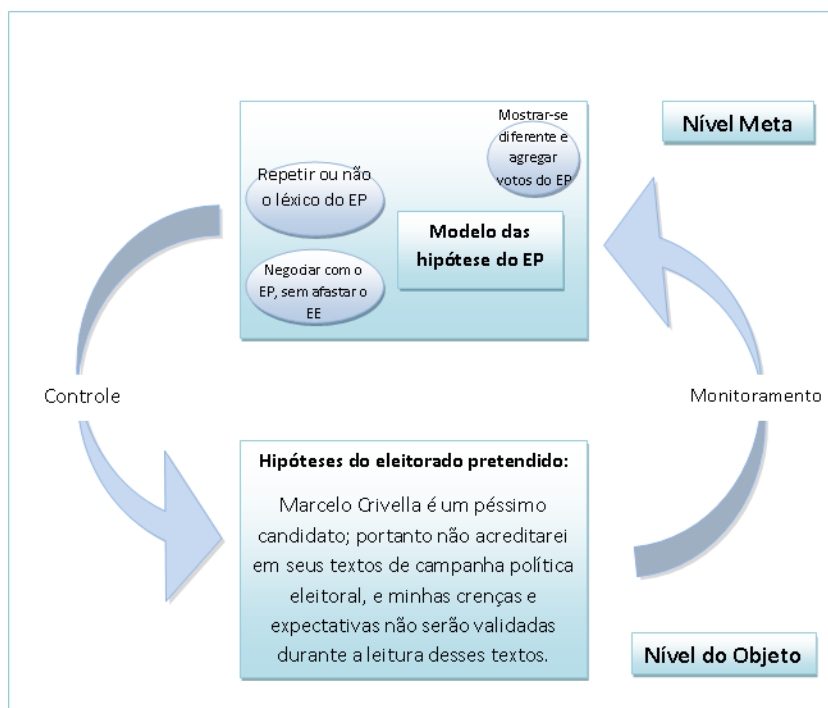


Figura 3. Esquema representativo dos processos metacognitivos em relação aos eleitores pretendidos.

Nessas figuras, podemos perceber as bases cognitivas da construção dos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella – a relação entre (i) diferentes

percepções/conceitualizações sobre o candidato, partilhadas pelos grupos de eleitores, e (ii) ações e estratégias do candidato para a construção de seus textos. Asseveramos, então, que o foco de Marcelo Crivella está no movimento *bottom-up*, uma vez que ele baseia as estratégias de construção de seus textos em como os dois grupos de eleitores o percebem/conceitualizam, tentando refletir sobre as hipóteses desses grupos na leitura de seus textos e tentando monitorá-las, a fim de confirmá-las ou modificá-las. O candidato precisa, preliminarmente, entender como o eleitor o vê, para, somente assim, elaborar seu *marketing* político. Marcelo Crivella tenta desenvolver seus textos para dar conta da duplicidade de objetivos, originada pelo conhecimento e pela avaliação do candidato sobre as diferentes representações de sua imagem enquanto político, que são partilhadas socioculturalmente pelos grupos de eleitores. Observando as figuras, supomos que Marcelo Crivella constrói seus textos a partir das diferentes hipóteses dos eleitores específicos e pretendidos, para que defina quais informações e representações irá colocar em seus textos e como irá divulgá-las.

No que se refere ao movimento *top-down*, o candidato controla as hipóteses dos grupos de eleitores, tendo em vista a necessidade (e a dificuldade) de, concomitantemente e em um mesmo texto, influir no processo decisório do eleitorado específico (os evangélicos neopentecostais, em sua maioria) e do eleitorado pretendido (eleitores de outros candidatos). Para administrar discursivamente seus objetivos ambivalentes, a estratégia definida por Marcelo Crivella – foco de nossa análise – é expressar-se seletivamente quanto ao léxico, apropriando-se das hipóteses e das ideias de seu eleitorado pretendido e específico, variando a estratégia de repetição ora de um, ora de outro grupo de eleitores. O que o candidato assinala com a escolha do léxico são as representações sobre ele que os grupos de eleitores constroem socioculturalmente, isto é, suas percepções, seus pensamentos, suas emoções, sua compreensão do mundo etc.

A esse fenômeno de repetição ou não do léxico, denominamos **apropriação metacognitiva**. A estratégia de marketing político eleitoral de Marcelo Crivella consiste na busca de ir ao encontro das expectativas e do perfil de seus eleitores, tentando retomar, ou não, o conhecimento prévio e os *insights* do eleitorado ao longo da campanha. O candidato apropria-se das hipóteses e dos conceitos que ocorrem a seu eleitorado específico e pretendido. Isso se comprova no léxico que encontramos nas respostas dos eleitores, que é reproduzido nos textos de Marcelo Crivella, a fim de convencê-los. Assim, Marcello Crivella tenta construir um discurso com um léxico contraditório, de modo a construir e desconstruir sua imagem perante o eleitorado. Vale destacar, mais uma vez,

que o léxico é importante em nossa análise, uma vez que representa conceitos, ou seja, é o tratamento das ideias representadas pelo léxico.

A dupla negociação de Marcello Crivella ganha materialidade quando confrontamos o léxico recorrente no texto de campanha política eleitoral e nas respostas fornecidas pelos eleitores específicos e pretendidos em nossos questionários. Analisando comparativamente esses dados, constatamos que o candidato realiza quatro movimentos na tentativa de antecipar a leitura do eleitorado, os quais enquadrados em dois grupos – *matching* e *mismatching*.

Marcello Crivella repete o léxico recorrente na fala dos eleitores específicos e repete o léxico recorrente na fala dos eleitores pretendidos. A esses dois movimentos, denominamos *matching*, uma vez que o candidato e o eleitor constroem hipóteses equivalentes e as validam da mesma maneira, havendo, por conseguinte, uma compatibilidade entre suas falas.

Além disso, o candidato não repete determinado léxico recorrente na fala dos eleitores específicos ou repete esse léxico, mas com significados diferentes dos utilizados por esse grupo. O candidato também não repete determinado léxico recorrente na fala dos eleitores pretendidos ou repete esse léxico, mas com significados diferentes dos utilizados por esse grupo. A esses movimentos, denominamos *mismatching*, pois são incompatibilidades entre o enquadramento do léxico utilizado pelo candidato e o enquadramento do léxico utilizado pelo eleitorado específico ou pelo pretendido, os quais validam diferentemente as hipóteses em comparação àquelas do candidato.

Tendo em vista que o candidato constrói seus textos a partir da percepção/conceptualização de seu eleitorado específico ou de seu eleitorado pretendido, temos, portanto, evidências da apropriação metacognitiva ora da fala dos eleitores pretendidos ora da fala dos eleitores específicos, que são retomadas no intuito de manter ou de agregar votos, respectivamente, como veremos no domínio de experiência cultural que analisamos nas seções adiante.

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Domínios de experiência cultural

O *corpus* de nossa análise trata das estruturas lexicais obtidas a partir das respostas dos questionários, analisadas juntamente com o léxico extraído do *site* de Marcello Crivella (www.marcelocrivella.com.br) à época das eleições. O léxico como *corpus* é uma opção relevante, uma vez que tratamos das representações sobre o candidato ideal, as quais são construídas pelos grupos de eleitores de acordo com sua

experiência cultural. Essas representações constituem as diferentes percepções/conceitualizações que cada grupo possui acerca de Marcelo Crivella como candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2008, que poderão levar à elaboração de distintas hipóteses de leitura do texto de campanha política eleitoral do candidato. O léxico é o portador das ideias e dos sentimentos desses grupos, enquadrando a realidade e abrangendo determinados domínios dos pensamentos e das vidas dos eleitores específicos e pretendidos, bem como do candidato.

Como o léxico é revelador de ideias, hábitos, conflitos, emoções do candidato e dos eleitores envolvidos no pleito eleitoral que estudamos, podemos analisar essa estrutura linguística em termos dos conceitos em metacognição – pressupostos referentes aos conceitos da metacognição e aos processos metacognitivos de monitoramento e controle –, uma vez que a construção dos textos de campanha política eleitoral é bastante planejada e controlada. No caso de Marcelo Crivella, o candidato precisa conhecer as hipóteses de seus eleitores específico e pretendido, para, então, tentar persuadi-los, contando com a flexibilização dessas hipóteses. A análise desta seção enfoca a relação entre essas hipóteses e os textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella, já que o candidato tenta administrar suas próprias estratégias, monitorando-as, na expectativa de controlar seu duplo objetivo: (i) manter os votos dos eleitores específicos, satisfazendo as hipóteses deles, e (ii) amealhar os votos dos eleitores pretendidos, modificando as hipóteses deles.

A tentativa de equivalência de pensamento com as duas parcelas antagônicas do eleitorado engendra ações metacognitivas distintas, direcionadas a cada grupo, como já vimos detalhadamente na seção anterior. Em razão dessa diferença, que os faz excluir-se reciprocamente, como também já mencionamos antes, Marcelo Crivella seleciona as ideias para a construção de seus textos com esses grupos em mente, já que eles lerão os textos também com o candidato em mente. Marcelo Crivella estipula, assim, o modo como os textos de seu *site* serão lidos pelas diferentes parcelas do eleitorado. Tudo isso exige, por parte do candidato, um comportamento linguístico em que ele é levado a negociar com grupos de eleitores antagônicos e a observar e tomar para si as hipóteses de ambos os grupos, que possuem um alto grau de rejeição mútua.

Em face da dupla necessidade de negociação, colhemos, nos textos de campanha política de Marcelo Crivella, o léxico que supomos demonstrar, no plano das ideias, as hipóteses dos eleitores pretendidos e dos específicos. Já as hipóteses do eleitorado são representadas nas palavras que pudemos encontrar nas respostas fornecidas por eles nos questionários. Essas marcas lexicais existem na medida em que o

candidato reconhece que, diante de si, encontra o desafio de manter os eleitores que já possui e agregar a quantidade de votos necessária para se eleger, na tentativa de equilibrar as diferentes hipóteses dos grupos de eleitores. Hipóteses essas que se contradizem e se excluem.

Comparamos esses dados – o léxico dos textos do *site* e das respostas dos questionários – e os selecionamos o domínio de experiência mais relevante, em que as palavras representativas das diferentes ideias e hipóteses dos grupos de eleitores são enquadradas e que reaparecem nos textos de Marcelo Crivella: sexualidade. Investigamos esse domínio de experiência com base na codificação explícita dessas experiências em expressões linguísticas, por meio das quais os eleitores e os candidatos expressam suas percepções/conceitualizações, pensamentos, emoções, compreensão de mundo etc. Vale ressaltar que nossa análise não visa a levantar meras concepções ou definições do domínio de experiência, mas investigar as hipóteses e os objetivos dos grupos de eleitores que o candidato toma para si na construção de seus textos, hipóteses essas subjacentes ao emprego dos lexemas referentes ao domínio sexualidade, que analisamos na seção seguinte.

3.2. Domínio sexualidade

O domínio de experiência **sexualidade** diz respeito ao conjunto de sensações e atividades, presentes desde a infância de um indivíduo e ligados ao coito e à reprodução, assim como aos conflitos daí resultantes, como a homossexualidade, no caso analisado nesta dissertação. O comportamento sexual humano é diversificado e determinado por uma combinação de vários fatores, tais como os relacionamentos do indivíduo com os outros, pelas próprias circunstâncias de vida e pela cultura na qual ele vive. Pode-se dizer que é o traço mais íntimo do ser humano e, como tal, manifesta-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com a realidade e as experiências vivenciadas por ele.

3.2.3. Marcelo Crivella e os eleitores específicos

O léxico-chave referente ao domínio de experiência cultural sexualidade é enquadrado e validado pelos eleitores específicos do candidato Marcelo Crivella de acordo com a concepção de sexualidade judaico-cristã, que consiste na atividade sexual realizada com seres humanos, adultos e vivos, consoante as convenções tradicionais cristãs, com a finalidade de manifestações afetivas ou de procriação. Sob essa percepção/conceitualização, a sexualidade diz respeito à atração sexual entre indivíduos de diferentes sexos, ou seja, atração de um homem por uma mulher ou de uma mulher

por um homem. Convém destacar que tudo o que foge a essa concepção, como, por exemplo, a homossexualidade, é considerado, por esse grupo de eleitores, transtorno sexual. Entendemos, aqui, os conceitos de transtorno sexual não no sentido psicológico dos termos, em que a homossexualidade, por exemplo, quando aceita pelo próprio indivíduo, não é considerada dessa forma. Mas, neste artigo, analisamos no sentido tradicionalista cristão neopentecostal, em que a homossexualidade é considerada um comportamento inaceitável perante a sociedade, portanto seria um pecado.

Tendo isso em vista, podemos asseverar que o eleitorado específico possui estas hipóteses sobre o candidato Marcelo Crivella, levando em conta o domínio de experiência cultural sexualidade:

(i) Marcelo Crivella é um ótimo candidato, pois “defende os princípios morais cristãos” e “protege a relação entre homem e mulher, em consonância com a tradicionalista moralidade sexual pentecostal”.

(ii) Assim, professando a moralidade sexual, o candidato governaria a cidade do Rio de Janeiro de uma forma mais adequada em comparação aos demais concorrentes.

Considerando a postulação dessas hipóteses, os textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella apresentarão ideias e conceitos em que os eleitores específicos acreditarão, tendo suas crenças e suas expectativas confirmadas na leitura e na apreensão das ideias desses textos. Vejamos, além das apresentadas acima, algumas respostas dos questionários que comprovam nossas afirmações:

(i) “Gabeira fere os princípios morais cristãos e receita a regulamentação da prostituição, cancelando o crime de exploração sexual.

(ii) “A Bíblia ensina que homem que se deita com outro homem, como se mulher fosse, comete abominação.”

(iii) “Homossexuais são seres seriamente afetados por Satanás. Só a cura espiritual é capaz de solucionar esse grande mal.”

(iv) “Defesa dos homossexuais, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, da criminalização da homofobia.”

(v) “Eles devem voltar para o armário.”

(vi) “Não sou contra os homossexuais, mas os pastores dizem que devemos defender o casamento entre homens e mulheres e a família tradicional. Não podemos deixar que ele imponha uma ideologia que vai totalmente contra a bíblia e a religião.”

(vii) “(...) defensor dos gays.”

(viii) “Não é um grupo religioso que está contra, é a sociedade num todo que professa a moralidade, a cultura da família tradicional. É um atentado contra a bíblia sagrada, contra o Criador, que fez macho e fêmea.”

(ix) “A sociedade toda será voltada aos gays.”

(x) “Esse candidato fez passeata com os gays e simpatizantes.”

(xi) “Voto no Crivella que é contra os homossexuais (...).”

(xii) “Gabeira é falso, mascarado para ganhar essas eleições. Afinal, ele tá segurando legal a onda da veadagem e no lance da maconha. Dum velho veado maconheiro, pulou prum senhor respeitável, ex-guerrilheiro, exilado pai e marido. As aparências enganam (e homem que é homem nunca usa tanguinha de crochê).”

(xiii) “Mais um bebedor de bebida alcoólica e traidor da esposa e que vive nos bares de olho nos homens alheios e que vive com medo dos que não faz esse tipo coisa feia.”

(xiv) “Não queremos a instalação de uma ditadura gay. Não acho que ser homossexual seja natural.”

Convém destacar que a maioria dos lexemas referentes ao domínio que analisamos nesta seção refere-se à questão da homossexualidade, sempre relacionada ao concorrente de Marcelo Crivella no pleito de 2008, Fernando Gabeira. Esse último, no decorrer campanha, defendeu opiniões próprias e firmes sobre a homossexualidade e a legalização da prostituição, sendo criticado e apontado, pelos eleitores específicos, como homossexual e usuário de maconha.

O candidato apropria-se da hipóteses dos grupos de eleitores, as quais transforma em seus objetivos, na medida precisa tomar para si a percepção/conceptualização que o eleitorado específico sobre o domínio de experiência cultural sexualidade. Na Figura 4 abaixo, representamos a estrutura metacognitiva dos processos de monitoramento e o controle, ativados na construção dos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella, em que foram ressaltadas as estratégias para que as hipóteses dos eleitores específicos passem a ser as dele, de modo que esse grupo de eleitores as mantenha.

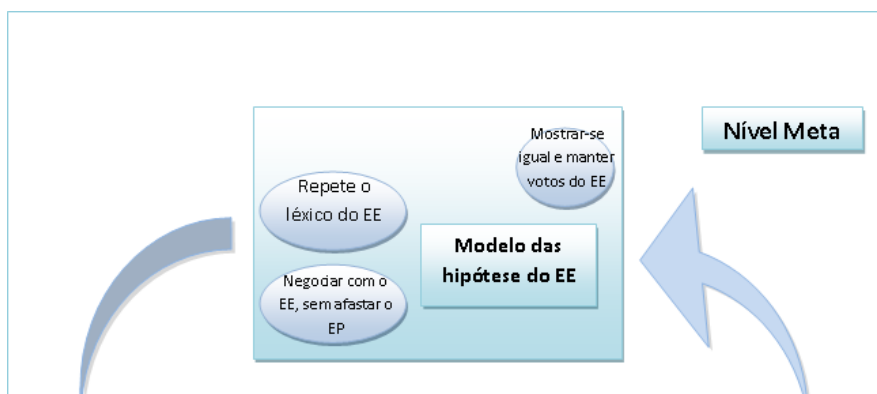


Figura 4. Esquema representativo dos processos metacognitivos em relação aos eleitores específicos no que diz respeito ao domínio de experiência cultural sexualidade.

Para mostrar-se igual ao que eleitorado específico hipotetiza, de modo a manter os votos desse grupo, Marcelo Crivella necessitaria apropriar-se da percepção/conceitualização que esse grupo tem acerca dele, no que se refere ao domínio de experiência cultural sexualidade. Todavia, embora Marcelo Crivella repita o léxico do eleitorado específico, diferentemente do que atestamos na análise dos dois outros domínios de experiência, ele e os eleitores específicos não postulam hipóteses equivalentes e não as validam da mesma maneira, havendo incompatibilidade entre suas falas (*mismatching*). Como veremos adiante, os *mismatchings* ocorrem quando o candidato, além de não se apropriar do enquadramento que os eleitores específicos realizam do domínio sexualidade, utiliza o mesmo léxico, mas com significados distintos.

Abaixo, destacamos a única passagem dos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella, em que aparece o léxico referente a esse domínio de experiência, que não foi enquadrado e validado da mesma forma que o eleitorado específico. O trecho seguinte foi retirado da subseção Carta ao Povo do Rio de Janeiro, da seção Plano de Governo.

(i) “2 – assumo o compromisso de repudiar a reprimir qualquer manifestação homofóbica na esfera do poder público municipal. A base de meu governo será o respeito à diversidade.”

Parece-nos que esse *mismatching* ocorre por impossibilidade de o candidato reproduzir as ideias de seus eleitores específicos sem afastar completamente os pretendidos, que não partilham da concepção judaico-cristã de sexualidade, como veremos na seção adiante, sobretudo em um contexto eleitoral em que Marcelo Crivella

esteve polarizado com outro candidato que, digamos, lhe é antípoda: Fernando Gabeira. Nesse caso, ocorre um clássico *mismatching*, em que há incompatibilidade total entre as hipóteses dos eleitores específicos e do candidato, no que se refere à apropriação das hipóteses desse grupo de eleitores e ao significado do léxico utilizado, já que o eleitorado específico firma suas convicções a partir das Escrituras, da Palavra de Deus, rejeitando a homossexualidade, por exemplo, porque a identifica como pecado, como disfunção de comportamento, como transtorno sexual. Não a chama de livre opção de vida e diversidade sexual, como Marcelo Crivella faz; mas reconhece como uma opção de vida condenada por Deus – como várias outras o são.

3.2.2. *Marcelo Crivella e os eleitores pretendidos*

Os eleitores pretendidos do candidato Marcelo Crivella validam e enquadram o léxico-chave referente ao domínio de experiência sexualidade diferentemente do eleitorado específico, este que conceptualiza e valida o léxico em termos de sexualidade judaico-cristã, como vimos na seção anterior. As palavras relativas ao domínio sexualidade não são usadas pelos eleitores pretendidos nesse sentido, uma vez que eles reenquadram o domínio em termos de liberdade sexual e opção pessoal. A partir das respostas dos questionários e da comparação do léxico utilizado por ambos os grupos de eleitores, bem como pelo próprio candidato em seus textos de campanha política eleitoral, podemos asseverar que o eleitorado pretendido possui uma percepção/conceptualização negativa a respeito de Marcelo Crivella no que diz respeito ao domínio que analisamos aqui. Os eleitores específicos levam em consideração a denominação religiosa do candidato e hipotetizam que ele se oponha à homossexualidade, por exemplo. Dessa forma, o candidato representaria, na esfera pública e política, a cosmovisão e a teologia da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no que se refere ao domínio sexualidade.

Levando em conta o que se disse acima, podemos afirmar que o eleitorado pretendido possui estas hipóteses sobre o candidato Marcelo Crivella:

(i) Marcelo Crivella é um péssimo candidato, pois é preconceituoso, demonstrando-se sexista e homofóbico.

(ii) Assim, o candidato não governaria a cidade do Rio de Janeiro de uma forma mais adequada em comparação aos demais concorrentes.

Avaliando essas hipóteses, os textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella apresentarão ideias e conceitos em que os eleitores pretendidos não acreditarão, bem como as crenças e as expectativas desse grupo não serão confirmadas na leitura e

na apreensão das ideias desses textos. Vejamos algumas respostas dos questionários que comprovam nossas elucubrações (cf. Anexo II):

(i) “Ele é pilantra e sexista... esse homem deveria estar atrás das grades.”

(ii) “(...) é homofóbico (...).”

(iii) “Representa uma religião que (...) manifesta homofobia (...).”

(iv) “Marcelo Crivella é contra o aborto e o homossexualismo. Não é possível que figuras públicas, que deveriam estar nos representando, sejam e continuem tão abertamente preconceituosas a esse ponto.

(v) “Ele é contra o PLC 122/06, sendo preconceituoso com os homossexuais. Por que então devemos ser tolerantes com o pastorzinho?”

Nessas respostas dos eleitores pretendidos, percebemos a utilização de determinados lexemas que demonstram que as hipóteses dos eleitores pretendidos dizem respeito a um diferente reenquadre e, conseqüentemente, a uma diferente validação das ideias e dos conceitos utilizados pelos eleitores específicos, no sentido de deslegitimar e descaracterizar a imagem do candidato, que é tido como preconceituoso, sexista e homofóbico. Essas considerações referem-se às hipóteses que os grupos de eleitores postularam sobre Marcelo Crivella como candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, as quais se refletem na maneira como eles percebem/conceptualizam os valores que o candidato preconiza em seus textos de campanha política eleitoral. Vejamos, na Figura 5 a seguir, a estrutura metacognitiva que representa o monitoramento e o controle da construção dos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella:

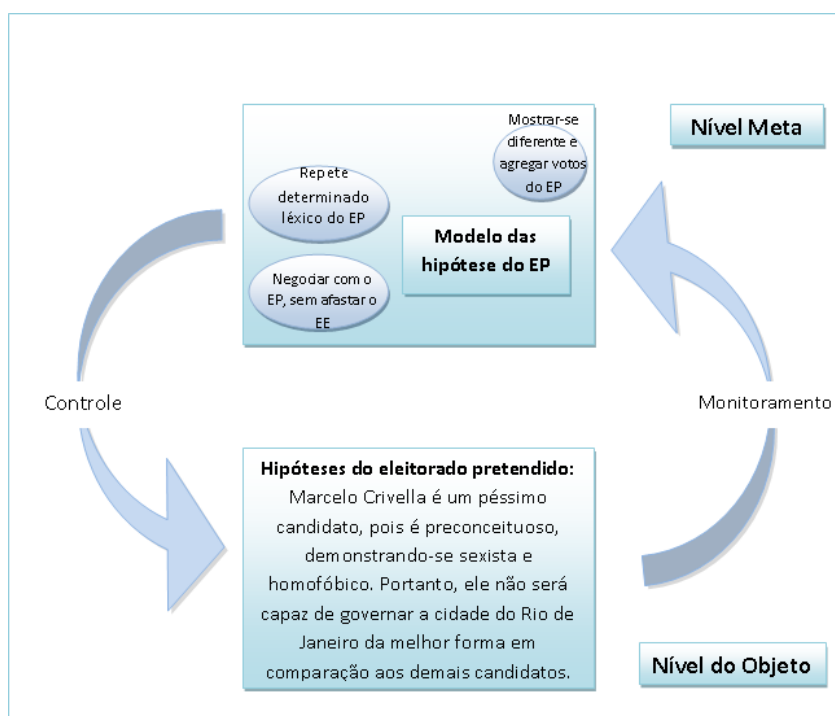


Figura 5. Esquema representativo dos processos metacognitivos em relação aos eleitores pretendidos no que diz respeito ao domínio de experiência cultural sexualidade.

De acordo com a representação na Figura 5, Marcelo Crivella tem como objetivos mostrar-se diferente do que hipotetiza o eleitorado pretendido, de modo a amealhar votos desse grupo. Para tanto, necessita apropriar-se da percepção/conceptualização que esse grupo tem acerca do candidato no que se refere ao domínio de experiência cultural sexualidade. Marcelo Crivella assume, então, a estratégia de repetição de determinado léxico recorrente na fala do eleitorado pretendido. Candidato e eleitor postulam hipóteses equivalentes e as validam da mesma maneira, havendo, por conseguinte, uma compatibilidade entre suas falas (*matching*) no que se refere à questão do repúdio à homofobia e da defesa da liberdade sexual. O candidato tenta descolar-se de seus preceitos religiosos para ter uma imagem mais palatável.

Vejamos, abaixo, a única passagem dos textos de campanha política eleitoral de Marcelo Crivella, em que aparece o léxico referente a esse domínio de experiência, que foi enquadrado e validado da mesma forma que o eleitorado específico. O trecho seguinte foi retirado das subseções Carta ao Povo do Rio de Janeiro, da seção Plano de Governo.

(i) “2 – assumo o compromisso de repudiar a reprimir qualquer manifestação homofóbica na esfera do poder público municipal. A base de meu governo será o respeito à diversidade.”

É interessante salientar que a utilização pelo próprio candidato da palavra homofóbica, que diz respeito ao domínio de experiência cultural sexualidade evidencia que ele tenta aproximar-se do eleitorado pretendido. Com isso, Marcelo Crivella tenta desconstruir as hipóteses desses eleitores, que enquadram sexualidade em termos de opção pessoal e liberdade sexual, mas sendo um elemento que negativiza o candidato por acharem que ele é sexista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos dados, apresentamos, de modo bem resumido, nossa avaliação a respeito dos *matchings* e dos *mismatchings* no domínio de experiência cultural desenvolvidos neste artigo – sexualidade. Levamos em consideração a percepção/conceptualização de dois grupos de eleitores (específicos e pretendidos), os

quais possuem ideias e conceitos bastante distintos a respeito desse domínio, grupos esses com que o candidato teve de lidar e negociar concomitantemente para construir seus textos de campanha política eleitoral.

Convém ressaltar que escolhemos esse domínio de experiência com base nas próprias respostas dos eleitores pretendidos e dos específicos, que divergiram exatamente nesse domínio. Em um primeiro momento, nossa análise esteve relacionada ao domínio de experiência cultural e procurou verificar, principalmente, como os eleitores específicos e os pretendidos enquadravam esse domínio, a partir da análise de suas escolhas lexicais nas respostas dos questionários, e, ainda, de que forma essa opção evidenciou suas hipóteses e seus objetivos, que são prévios à leitura dos textos de Marcelo Crivella, demonstrando, até mesmo, sua representação a respeito desse candidato.

Uma segunda etapa esteve mais inserida no campo dos estudos em metacognição, e sua finalidade foi averiguar como o candidato construiu seus textos a partir da percepção/conceptualização dos grupos de eleitores, tendo em vista sua árdua tarefa e as estratégias que empregou para tentar cumpri-la da melhor maneira: incluir, em seu discurso, o eleitorado específico e o pretendido ao mesmo tempo.

Em uma terceira etapa, verificamos como o candidato monitorou sua imagem como evangélico e político e como organizou as informações veiculadas em seus textos, adequando-os a seus objetivos e controlando seu discurso. Analisamos a equivalência das condições de validação entre as hipóteses e os objetivos dos grupos de eleitores e as hipóteses e os objetivos do candidato ao construir seus textos, a partir das compatibilidades e das incompatibilidades entre os diferentes enquadramentos do léxico em relação ao domínio sexualidade, enquadramentos esses realizados pelo candidato, pelos eleitores específicos e pelos eleitores pretendidos.

A análise desenvolvida nesta dissertação denotou a importância dos processos metacognitivos de monitoramento e controle para o estudo da construção dos textos de Marcelo Crivella, uma vez que são construções altamente planejadas e controladas, principalmente no caso desse candidato, que teve de lidar com grupos de eleitores antagônicos e que se rejeitam mutuamente, baseando-se em como esses grupos o percebem/conceptualizam. Com base no que já foi posto acerca dos dados na seção anterior, é possível destacar a correspondência entre os processos metacognitivos de monitoramento e controle, que auxiliaram na composição do protocolo de análise baseado no quadro exposto por Overschelde (2008), a partir de Nelson e Narens (1995), e as hipóteses e os objetivos dos grupos de eleitores, bem como suas diferentes

percepções/conceitualizações a respeito do candidato no que se refere ao domínio de experiência cultural que analisamos aqui. Fazendo a devida avaliação comparativa entre o léxico utilizado pelos grupos de eleitores e pelo candidato, a equivalência (*matching*) ou não (*mismatching*) das hipóteses dos grupos e do candidato pode ser demonstrada no seguinte quadro:

Quadro 1: A equivalência (*matching*) ou não (*mismatching*) das hipóteses dos grupos e do candidato

Grupos de eleitores / Domínios de experiência cultural	Eleitores Específicos		Eleitores Pretendidos	
	<i>Matchings</i>	<i>Mismatchings</i>	<i>Matchings</i>	<i>Mismatchings</i>
Sexualidade	∅	Opção pessoal e liberdade sexual. (EE: sexualidade de acordo com tradição cristã – atração sexual entre indivíduos de sexo diferente para manifestações afetivas/procriação. Fora isso: transtornos sexuais, comportamentos inaceitáveis perante a sociedade, pecado.)	Opção pessoal e liberdade sexual.	∅

Neste quadro, vemos claramente que revelou-se insuficiente sua estratégia de marketing político eleitoral para dissociar sua atividade de sua atuação religiosa. Seus insistentes esforços sucumbiram diante, principalmente, do domínio sexualidade, em que realmente não há como o candidato descolar seus *selves* (bispo/evangélico e senador/candidato). Não há como descaracterizar-se como membro da igreja, porque não é sua imagem como figura pública que está em questão, mas aquilo em que acredita, aquilo que o constitui. Diante do exposto, não é possível dissociar o senador/político do bispo/evangélico no que diz respeito ao domínio sexualidade, já que suas identidades política e religiosa confluem de imediato nesse domínio, no qual não houve *matching* com o eleitorado específico, até porque Marcelo Crivella não poderia mostrar totalmente sua opinião, sob pena de afastar totalmente os eleitores pretendidos. Por isso, decidiu ficar em “cima do muro”, apenas alegando que não haveria qualquer demonstração de homofobia em seu governo e evitando entrar em detalhes no assunto ou falar mais sobre isso.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, P. F. (2010). Textos factuais e problematizantes em livros didáticos de história: leitura e metacognição. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, Mestrado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa.
- FLAVELL, J. H. (1976). Metacognitive aspects of problem solving. In: Resnick, L. B. (ed.), *The nature of intelligence*. Hillsdale, New York: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 231-235.
- FLAVELL, J. H. (1979). Metacognition and cognitive monitoring. A new area of cognitive-developmental inquiry. In: *American Psychologist*, vol. 34(10), pp. 906-911.
- FLAVELL, J. H. (1981). Cognitive monitoring. In: Dickson, W. P. (ed.). *Children's oral communication skills*. New York: Academic Press, pp. 35-60.
- FLAVELL, J. H.; WELLMAN, H. M. (1977). Metamemory. In: Kail, R. V. e Hagen, O. W. (eds.). *Perspectives on the development of memory and cognition*. Hillsdale, New York: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 3-33.
- FLAVELL, J. H., MILLER, H. P.; MILLER, S. A. (1999). *Desenvolvimento cognitivo* (Trad. Claudia Dornelles). Porto Alegre: Artmed.
- GERALDO, P. H. B. *A construção da identidade: a participação de Crivella nas eleições municipais do Rio de Janeiro*.
- KORIAT, A. (2000). The Feeling of Knowing: Some metatheoretical implications for consciousness and control. In: *Consciousness and Cognition* 9, 147–148.
- KORIAT, A. (2002). Metacognition research: an interim report. In: T. Perfect & B. Schwartz (Eds.) *Applied Metacognition*. Cambridge: University Press, p. 287-286.
- NELSON, T. O.; NARENS, L. (1990). Metamemory: a theoretical framework and new findings. In: BOWER, G. (ed.). *The psychology of learning and motivation: advances in research and theory*, Volume 26, pp. 125-173. New York: Academic Press.
- KORIAT, T. O.; NARENS, L. (1994). Why investigate metacognition? In: Metcalfe, J. e Shimamura, A. P. (eds.). *Metacognition: knowing about knowing*, pp. 1-25. Cambridge, MA: MIT Press.
- OVERSCHELDE, J. P. V. (2008). Metacognition: knowing about knowing. In: DUNLOSKEY, J.; BJORK, R. (Eds.) (2008). *Handbook of Metamemory and Memory*. New York: Psychology Press, pp. 11-28.
- SCHNEIDER, W.; LOCKL, K. (2002). Procedural metacognitive in children: evidence for developmental trends. In: Dunlosky, J. e Bjork, R. (Eds.) (2008). *Handbook of Metamemory and Memory*. New York: Psychology Press, pp. 391-410.

SCHNEIDER, W.; LOCKL, K. (2002). The development of metacognitive knowledge in children and adolescents. In: T. Perfect & B. Schwartz (Eds.) Applied Metacognition. Cambridge: University Press, p. 224-257.

SOBRE A FORÇA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DE “PORÉM”

ABOUT THE FORCE AND ARGUMENTATIVE ORIENTATION OF “PORÉM”

Andréa Lopes Borges (PG-UFU)

andrealopesborges@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar como se dá a força e orientação argumentativa de **porém**, quando esse elemento ocorre com propriedades como: mobilidade, coocorrência e ambiguidade. Essas propriedades, de acordo com autores como Neves (2000) e Perini (2006), e estudos como o de Parreira (2006), aproximam **porém** da Classe dos advérbios, e, por isso, elas nos fazem questionar o funcionamento argumentativo desse operador, pois nos levam a pensar na possibilidade de prejudicarem sua força e orientação argumentativa, que, segundo Koch (2003), consiste, basicamente, em introduzir argumentos para conclusões contrárias, fazendo-os prevalecer. Para atingir a meta estabelecida: (i) Utilizamos as noções de Classe e Escala argumentativa de Ducrot (1981); (ii) Selecionamos, de acordo com as propriedades gramaticais de **porém** a serem investigadas neste estudo, quatro ocorrências desse operador. A análise das ocorrências de **porém** nos mostrou que, (i) Com exceção da ambiguidade, a mobilidade e coocorrência desse operador não prejudicam sua força e orientação argumentativa; (ii) A força e orientação argumentativa de **porém** com essas propriedades não se diferenciam muito de quando ele ocorre como conjunção coordenada adversativa; (iii) Esse operador pode introduzir argumentos para além de, como aponta Koch (2003), conclusões contrárias, para conclusões diferentes, independentes, e opostas.

Palavras-chave: Porém – Força argumentativa – Orientação argumentativa.

Abstract: This article aims to investigate how is the force and argumentative orientation of **porém** when this element occurs with properties such as mobility, co-occurrence and ambiguity. These properties, according to authors such as Neves (2000) and Perini (2006), and studies such as Parreira (2006), closer **porém** of the adverbs Class, and, therefore, they make us question the argumentative functioning of this operator, because they take us to think in the possibility that they impair its force and argumentative orientation, which, according to Koch (2003), is, basically, to introduce arguments to contrary conclusions, making them prevail. To achieve the target set: (i) We use the

notions of Class and argumentative Scale of Ducrot (1981), (ii) We selected, according to the grammatical properties of **porém** to be investigated in this study, four instances of this operator. The analysis of the occurrences of **porém** showed us that (i) Except for the ambiguity, mobility and co-occurrence of this operator does not affect their force and argumentative orientation, (ii) The force and argumentative orientation of **porém** with these properties do not differ greatly from when it occurs as coordinated adversative conjunction, (iii) This operator can introduce arguments in addition to, as pointed out by Koch (2003), contrary conclusions, to different, independent and opposite conclusions.

Keywords: Porém – Argumentative force – Argumentative orientation.

1. Introdução

Considerando que a linguagem é argumentativa, é possível afirmar, como acredita Ducrot (1981), que ela não é somente informacional, ou seja, sua significação depende, também, do uso que se faz dela. Isso significa que o valor semântico dos enunciados é determinado, não só, mas também, pelas necessidades e intenções comunicativas dos interlocutores.

Segundo Ducrot (1981), existem, na língua, marcas que evidenciam esse uso, ou seja, que “marcam a própria enunciação do enunciado”, conhecidas como Operadores Argumentativos (O.A.). (GUIMARÃES, 1995, p. 50).

Os Operadores Argumentativos são, segundo Ducrot (1981), elementos que estabelecem a relação argumentativa entre enunciados, pois os orientam para uma determinada conclusão. Têm, por esse motivo, a função de lhes determinar a força argumentativa e a direção para a qual apontam, sendo importantes instrumentos de construção e de sentido do texto.

Os argumentos quando orientados para a mesma conclusão constituem uma *Classe argumentativa*, e dependendo da relação de força estabelecida entre os enunciados, eles podem se hierarquizar, constituindo, assim, uma *Escala argumentativa*.

Dentre os operadores argumentativos, nos interessa, especialmente, **porém**, por esse operador apresentar propriedades que, de acordo com autores como Neves (2000) e Perini (2006), e estudos como o de Parreira (2006), o fazem variar entre as categorias de advérbio e conjunção, que, de um modo geral, são: mobilidade, coocorrência com outros elementos de conexão textual, e ambiguidade.

Essas propriedades nos fazem questionar o perfil argumentativo de **porém**, pois nos levam a pensar na possibilidade de prejudicarem o funcionamento argumentativo desse operador, que, segundo Koch (2003), consiste em orientar argumentos para conclusões contrárias, fazendo prevalecer o argumento introduzido por ele, significando que ele tem maior força argumentativa nessas construções.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo examinar como se dá a força e orientação argumentativa de **porém**, quando esse elemento ocorre com propriedades gramaticais como: mobilidade, coocorrência e ambiguidade.

Para atingir a meta estabelecida: (i) Utilizamos as noções de Classe e Escala Argumentativa de Ducrot (1981); (ii) Selecionamos quatro ocorrências de **porém**, retiradas de artigos de opinião, gênero que, segundo Rodrigues (2005), nos oferece vasto emprego de elementos como **porém**, de acordo com as propriedades pelas quais desejamos investigar a força e orientação argumentativa de **porém** neste estudo.

2. Operadores Argumentativos (OAs)

Segundo Ducrot (1981), os argumentos não constituem provas para conclusões, pois existem argumentos diferentes que autorizam a mesma conclusão, e conclusões diferentes autorizadas pelo mesmo argumento. Ao invés disso, a relação entre argumentos e conclusões se dá por uma relação de força, significando que existem argumentos que são mais fortes e outros que são mais fracos para uma determinada conclusão.

Segundo Ducrot (1981), a força argumentativa dos enunciados é verificada e determinada por marcas linguísticas que podem alterar a significação dos enunciados, na medida em que os orienta argumentativamente para uma determinada conclusão, com maior ou menor força. Essas marcas são chamadas de Operadores Argumentativos (OA), que funcionam como espécie de peça-chave para a construção do sentido argumentativo do texto. Por meio deles

- 1) pode-se construir a partir de P uma frase P' pela introdução de X em P;
- 2) um enunciado de P e um enunciado de P' têm valores argumentativos nitidamente diferentes;
- 3) esta diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença factual entre as informações fornecidas. (DUCROT, 1989, p. 18).

Isso significa que o sentido argumentativo de um enunciado não ocorre graças, somente, a sua própria significação, ou graças ao seu sentido literal, mas também graças à interferência de orientação linguística que esse enunciado recebe, ou seja, o sentido introduzido por um determinado Operador Argumentativo é crucial nesse jogo linguístico-argumentativo.

Os enunciados que são orientados para uma mesma conclusão constituem, segundo Ducrot (1981), uma *Classe Argumentativa*, onde os argumentos podem se hierarquizar, constituindo, assim, uma *Escala Argumentativa*. Segundo Guimarães (1987), *Classe Argumentativa* “é definida por uma conclusão e constituída pelos enunciados, cujos conteúdos podem ser argumento para tal conclusão”, e *Escala Argumentativa* “é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados.” (GUIMARÃES, 1987, p. 26-28).

Para Koch (2003), **porém** funciona argumentativamente orientando os enunciados para conclusões contrárias, ou seja, os enunciados orientados por esse operador constituem classes argumentativas diferentes. Esse tipo de orientação argumentativa consiste, basicamente, em contrapor enunciados/argumentos, o que resulta na eliminação do argumento anterior e prevalência do argumento introduzido por esse operador.

De acordo com Koch (2003), esse tipo de orientação funciona da seguinte maneira: o produtor do texto/enunciado apresenta um argumento, que num primeiro momento é aceito para uma determinada conclusão (R). Em seguida, o produtor apresenta outro argumento, introduzido por **porém**, que invalida o argumento anterior e orienta a conclusão para o contrário dela, ou seja, ~(não)R.

3. Os usos de porém

Porém é tradicionalmente conhecido como conjunção coordenada adversativa, de acordo com a classificação atribuída por gramáticas normativas, principalmente. No entanto, segundo Neves (2000) e Perini (2006), e estudos como o de Parreira (2006), **porém** apresenta propriedades que o fazem variar entre as categorias de advérbio e conjunção. Essas propriedades são: mobilidade (variabilidade posicional), coocorrência com outros elementos de conexão textual e ambiguidade (variação semântica entre os valores adversativo e conclusivo ou adversativo e explicativo).

Segundo Perini (2006), **porém**, em comparação a conjunções coordenadas, apresenta as seguintes propriedades:

Quadro 01: Propriedades sintáticas de conjunções coordenadas e de **porém**

CONJUNÇÕES COORDENADAS	PORÉM
A pontuação é opcional	A pontuação é obrigatória
Coordenam qualquer número de membros, não obrigatoriamente, mas em geral, os dois últimos	Não coordena mais de dois elementos
Quando não repetidas, ocorrem somente antes da última oração	Ocorre em qualquer posição, que não logo antes da última oração
Coordenam tanto orações, quanto Sintagmas Nominais (SNs)	Não coordena SNs

O quadro acima nos mostra que as propriedades sintáticas de **porém** são quase opostas as de conjunções coordenadas. Para Perini (2006), as propriedades relacionadas a **porém** equivalem a propriedades de advérbios da classe de *consequentemente*, que estabelecem uma conexão semântica entre duas orações. Segundo Perini (2006, p.147) “coordenadores” desse tipo podem coocorrer com marcas de subordinação, além de com outros coordenadores.

Neves (2000), por sua vez, acredita que pelo fato de **porém** poder coocorrer com **mas**, se aproxima do grupo dos advérbios juntivos (que operam conjunções). Por outro lado, ele não coocorre com **e** e com **ou**, o que o aproxima das conjunções. Apesar dessas possibilidades, essa autora o classifica como advérbio juntivo de contraste, mas afirma que, dentre os elementos do mesmo grupo, **porém** é o que está mais próximo das conjunções.

Por outro lado, Parreira (2006) aponta para outro valor de **porém**, o de explicar e/ou concluir, afirmando que, nesse momento, ele pode vir precedido de **e**.

Essas propriedades variáveis de **porém** estão associadas ao seu processo de gramaticalização. Pela gramaticalização de **porém**, Said Ali (1967) afirma que ele se originou do advérbio latino *proinde*, que tinha na antiga Língua Portuguesa (por volta do séc. XIV) o sentido de **por isso**, **portanto**, e Longhin (2003), que **porém** conservou a mobilidade de sua fonte adverbial.

Apesar das propriedades de **porém** fazê-lo variar entre categorias diferentes, parece não haver dúvidas de que, no que se refere ao seu valor semântico, ele se

aproxima mais das conjunções coordenadas pela prevalência do valor adversativo, que, em relação a **porém**, se manifesta de diferentes maneiras. Para Neves (2000), o valor adversativo desse elemento equivale a diferentes formas de contraposição:

- Contraposição em direção oposta
 - Contraste: ocorre quando há significação oposta ou diferente entre expressões contidas no enunciado anterior e no introduzido por **porém**;
 - Compensação: ocorre quando os argumentos têm direções diferentes, ou seja, o argumento anterior pressupõe uma conclusão e o introduzido por **porém** outra diferente;
 - Restrição: ocorre quando o segmento orientado por **porém** restringe o primeiro;
 - Negação da inferência: ocorre quando aquilo que é asseverado no primeiro segmento, é negado por aquele introduzido por **porém**. Tanto a asseveração quanto a negação podem vir lexicalizadas;
- Contraposição na mesma direção: ocorre quando o segmento introduzido por **porém** é superior, ou, não inferior ao primeiro. Essa hierarquização dos argumentos é comparativa ou superlativa;
- Contraposição em direção independente: ocorre quando o argumento anterior ao orientado por **porém** é considerado menos relevante. Essa desconsideração pelo argumento anterior pode vir lexicalizada;
- Contraposição com eliminação: ocorre quando o argumento introduzido por **porém** elimina o anterior, que pode ou não, ser recolocado ou substituído.

Para Fabri (2005), além do valor de contraste e negação apontados por Neves (2000), a retificação ou correção e a quebra de expectativa são os valores mais associados a **porém**.

Koch (2005), por sua vez, considera para **porém** o valor de contrajunção. Comparando os valores apontados por Koch (2005) e Fabri (2005) com os apontados por Neves (2000), podemos dizer que a contrajunção, função apontada por Koch (2005), equivale à contraposição com eliminação apontada por Neves (2000), e a quebra de expectativa, função apontada por Fabri (2005), equivale à negação da inferência apontada por Neves (2000).

4. Materiais e Métodos

Para a realização deste estudo selecionamos quatro ocorrências de **porém**, as quais correspondem a cada uma das propriedades desse operador: coocorrência, mobilidade, ambiguidade, e comportamento sintático-semântico de conjunção coordenada adversativa.

Essas ocorrências foram retiradas de quatro artigos de opinião, gênero que, segundo Rodrigues (2005), nos oferece vasto emprego de elementos como **porém**, de 3 diferentes jornais⁵ brasileiros: Gazeta de Alagoas; Zero Hora; e Pag 20.

(i) A 1ª ocorrência foi retirada do artigo “Esperar faz bem”, publicado em 21 de novembro de 2009, no jornal Zero Hora;

(ii) A 2ª ocorrência foi retirada do artigo “Ditadura e Petróleo”, publicado em 26 de novembro de 2009, no jornal Gazeta de Alagoas;

(iii) A 3ª ocorrência foi retirada do artigo “Retrato da campanha presidencial”, publicado em 27 de novembro de 2009, no jornal Pag 20;

(iv) A 4ª ocorrência foi retirada do artigo “Relato de um paciente (quase) terminal”, publicado em 24 de novembro de 2009, também, no jornal Pag 20.

Para a análise consideramos os trechos dos artigos nos quais havia **porém**. Em seguida, descrevemos a força e orientação argumentativa dos encadeamentos formados por esse operador argumentativo.

5. Análises

As quatro ocorrências de **porém** foram selecionadas em conformidade com as suas propriedades gramaticais: mobilidade, coocorrência, ambiguidade, e comportamento sintático-semântico de conjunção coordenada adversativa.

A ocorrência 1, abaixo, representa a mobilidade de **porém**, na qual ele é empregado no meio da oração, ou seja, em que ele apresenta variabilidade posicional:

*(01) Estamos todos de acordo quanto à realidade imediatista dos dias atuais, onde a espera é uma noção muito vaga, se não inexistente, na construção mental das pessoas. Há o modelo fast food, e outros “fasts”, todos que se quiser. Fast news (notícia rápida), fast date (namoro rápido), e por aí vai. Quem tem filhos em idade escolar percebe a enorme diferença na conduta do estudante perante a aprendizagem, de uma geração atrás para a atual. Há, **porém**, que se considerar o seguinte: todas as pessoas, no seu processo de desenvolvimento psíquico, atravessam um primeiro sistema, que Freud chamou “princípio do prazer”. Isto significa que o bebê ou criança bem pequena funciona buscando o prazer imediato, descarregando diretamente suas tensões sem condições de dar a estas um outro destino.*

⁵ Todos os jornais são jornais on-line.

A ocorrência 2, abaixo, representa a coocorrência de **porém**, na qual coocorre com a conjunção **assim como**:

*(02) Desde Monteiro Lobato (1882-1948), advogado, empresário visionário, intelectual e escritor sempre dedicado às causas nacionalistas, até nossos dias, o petróleo, como fator de independência econômica do País, tem sido motivo de inúmeras lides políticas. O próprio Lobato esteve preso, em virtude de sua luta em defesa do “ouro negro”. E, por ironia do destino, é em Lobato (Salvador) - nada a ver com o Monteiro – que teria sido descoberta a primeira jazida petrolífera. **Porém**, assim como o petróleo motivou a prisão do escritor, propiciou, bem mais adiante na história e também em regime autoritário, à soltura de um dissidente.*

A ocorrência 3, abaixo, representa **porém** com propriedades de conjunção coordenada adversativa, ou seja, empregado com valor adversativo, antes da última oração que coordena, e não coocorrendo com outra conjunção:

*(03) O governador paulista pode usar o espaço para tentar retomar seu crescimento nas pesquisas. **Porém**, será importante oferecer espaço para que Aécio Neves se exponha nacionalmente e se apresente como alternativa viável caso Serra desista.*

A ocorrência 4, abaixo, representa a ambiguidade de **porém** entre os valores adversativo e conclusivo.

*(04) Chegados os exames eles confirmaram que dada à baixa imunidade do meu organismo eu poderia estar com uma tuberculose (não da galopante, como diz o povo), mas uma virótica. (saibam que existem outros tipos de tuberculose que não a pulmonar. Ela pode atacar a medula óssea, os olhos, os ossos, etc. Quem tiver interesse há vasta literatura médica sobre o assunto). **Porém**, era preciso confirmar.*

Na ocorrência 01, **porém** estabelece entre o argumento que introduz e o anterior a ele a relação de contraste. No argumento que antecede **porém**, o produtor defende a ideia de que a geração atual é mais imediatista que as gerações passadas, por haver entre elas uma “*diferença de conduta*”. O contraste entre os argumentos é estabelecido,

assim que **porém** introduz o argumento que defende a ideia oposta de que ambas as gerações passam pelo mesmo “*desenvolvimento psíquico*”.

Dessa forma, o argumento introduzido por **porém** vai para uma direção oposta a do argumento anterior, e prevalece sobre ele, uma vez que se torna o foco do assunto tratado. Assim, nessa ocorrência são constituídas classes argumentativas diferentes, e, portanto, esses argumentos não formam um escala argumentativa, como representado no esquema abaixo:

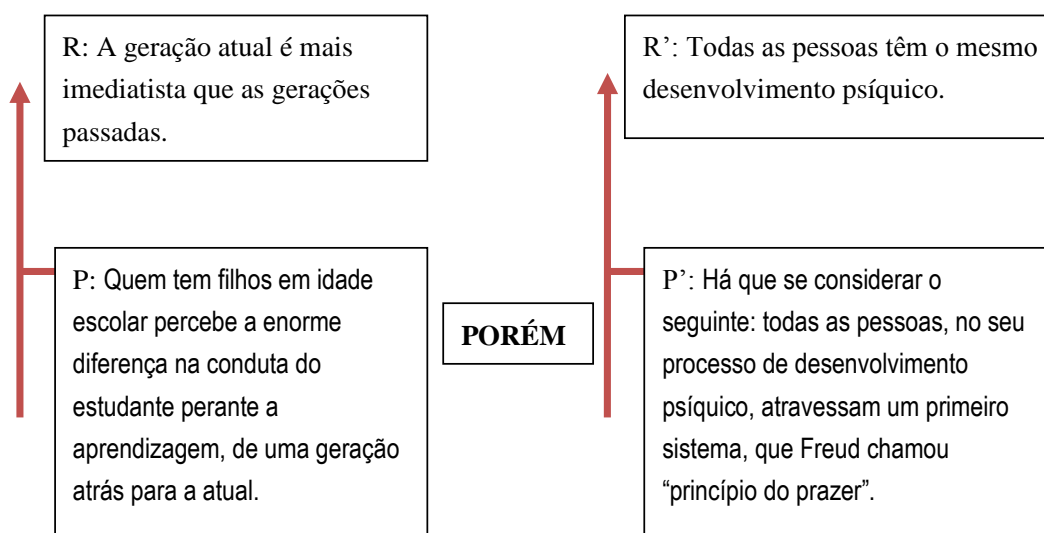


Figura 01: Classes argumentativas da ocorrência 01.

Acreditamos que o fato de **porém** ocorrer no meio da oração, ou seja, após o verbo *Há*, está relacionado a intenção do produtor do texto de criar expectativa por meio desse verbo, que causa maior impacto quanto ao que vem depois do operador, dando maior ênfase ao que deve *se considerar*.

Dessa forma, podemos dizer que a mobilidade, nessa ocorrência, não interfere na força argumentativa de **porém**, pois, tanto no início da oração, como na posição em que ele ocorre nesse encadeamento, estabelece a relação de contraste, ao contrário, ela funciona como recurso argumentativo, de que dispõe o produtor, para dar ênfase a uma parte do enunciado.

Na ocorrência 2, **porém** estabelece a relação de contraste entre o argumento anterior a ele, que defende a ideia de que Lobato esteve preso por defender a nacionalização do petróleo, e o argumento introduzido por ele, que defende a ideia de que o petróleo propiciou a soltura de um dissidente.

Por essa relação os argumentos não formam escala argumentativa, pois constituem classes argumentativas diferentes, uma vez que vão para direções opostas, e pela qual o argumento introduzido por **porém** se torna o foco do assunto tratado, e, portanto, é mais forte que o anterior, como mostra o esquema abaixo:

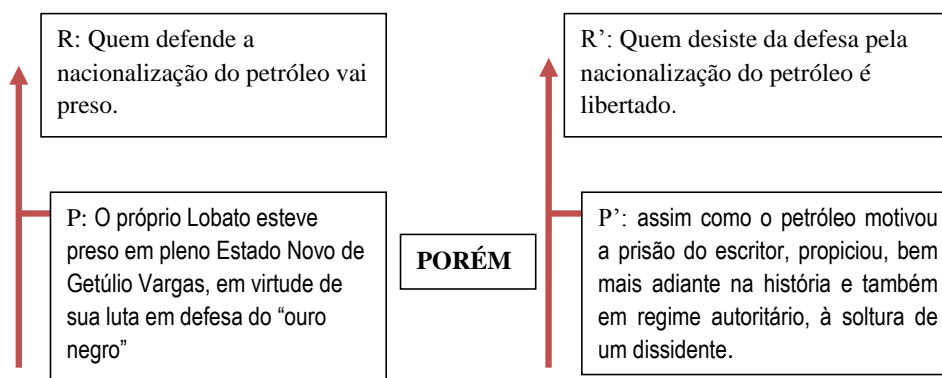


Figura 02: Classes argumentativas da ocorrência 02.

O argumento introduzido por **porém** é constituído da oração subordinada introduzida por **assim como**. Segundo Neves (2000) essa conjunção subordinada estabelece a correlação entre os enunciados, funcionando como uma espécie de comparante entre iguais.

Acreditamos que a intenção do produtor, com esse tipo de construção, é a de dar um tom de acusação ao enunciado anterior ao introduzido por **porém**, pois, ao retomar o argumento anterior pela relação de comparação introduzida pelo **assim como**, ele quer chamar a atenção para o tamanho do contraste que existe entre o argumento anterior e o introduzido por **porém**. Portanto, podemos dizer que a coocorrência é necessária na ocorrência 02 para que o produtor do texto atinja esse objetivo.

Na ocorrência 3, **porém** exerce a função de contraposição em direção independente, apontando o argumento anterior, que diz que Serra pode usar o espaço para crescer nas pesquisas, como menos relevante que a necessidade de oferecer espaço para Aécio, caso Serra desista, o que significa que, nessa ocorrência, prevalece o argumento introduzido por **porém**.

Como o argumento introduzido pelo operador considera o argumento anterior como menos relevante, e é orientado para uma conclusão independente da conclusão do argumento que o antecede, ambos os argumentos constituem classes argumentativas diferentes, não se organizando numa escala argumentativa, como representado no esquema abaixo:

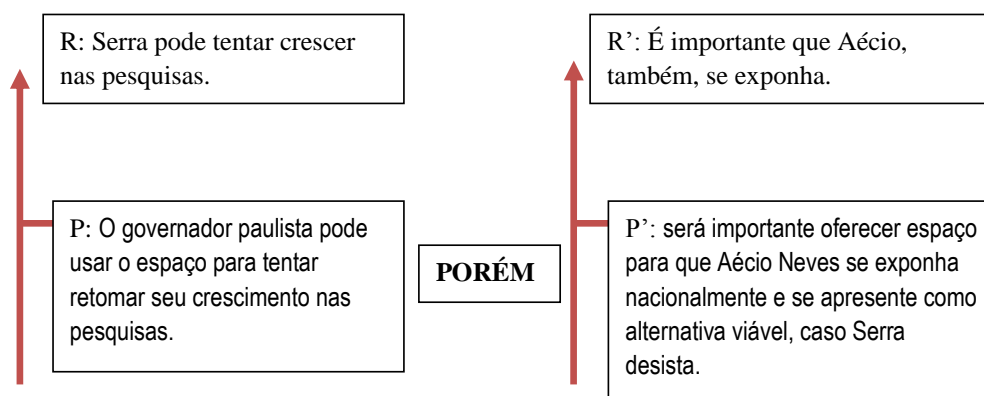


Figura 03: Classes argumentativas da ocorrência 03.

Na ocorrência 4, acreditamos que a intenção do produtor do texto seja a de criar uma relação adversativa, especificamente, de negação da inferência, entre as proposições. Entretanto, notamos que o verbo presente nessa ocorrência *poderia*, demonstra que não há confirmação da doença, ou seja, pode ser uma tuberculose. Assim, a oração introduzida por **porém** parece redundante se observada pelo valor adversativo desse elemento, pois, a necessidade de confirmação da doença é consequência da incerteza que se tem dela. Dessa forma, parece mais adequada a relação conclusiva entre o argumento anterior e o introduzido por **porém**, equivalendo ao emprego de conjunções como **por isso**, **portanto**.

Portanto, a construção semântica desse encadeamento torna o valor de **porém** ambíguo. Ou seja, ele não é nem inteiramente conclusivo, nem inteiramente adversativo, mas permite esses dois valores.

Dessa forma, a ocorrência 04 permite que a força argumentativa de **porém** seja vista, também, de duas formas diferentes. Pela relação de negação da inferência entre os enunciados, o argumento introduzido por **porém** nega aquilo que pode ser entendido pelo argumento anterior, sendo, portanto, mais forte. E, pela relação de conclusão não é possível falar em força argumentativa, uma vez que, **porém**, nesse caso, introduz a conclusão do enunciado, e não outro argumento.

Nesse sentido, como são duas as possibilidades de ver o argumento introduzido por **porém** na ocorrência 04, não é possível lhe definir a força argumentativa nessa ocorrência, e, conseqüentemente, não é possível definir a orientação argumentativa do argumento introduzido por **porém**, ou seja, optar por uma das duas direções possíveis, desencadeadas por esse operador, nessa ocorrência.

6. Conclusão

A análise da força e orientação argumentativa de **porém** a partir das propriedades: coocorrência, mobilidade e ambiguidade, nos mostrou que coocorrência e mobilidade não prejudicam seu funcionamento argumentativo, ao contrário, elas funcionam como recurso argumentativo a mais de que dispõe o produtor do texto, no momento de construir enunciados com **porém**.

Percebemos que a forma como **porém** estabelece força e orientação argumentativa num enunciado, com exceção da ambiguidade, com propriedades como coocorrência e mobilidade não se diferencia muito da forma como quando esse operador ocorre semântica e sintaticamente como conjunção coordenada adversativa, pois, tanto com propriedades que o distanciam das conjunções, quanto com propriedades que o aproximam delas, **porém** introduziu, nas ocorrências analisadas, argumentos mais fortes.

Quanto à ambiguidade de **porém**, ela prejudica sua força e orientação argumentativa, uma vez que ela faz com que o encadeamento por ele formado, apresente duas formas diferentes de ver a força e a orientação argumentativa, não sendo possível atribuir, ao enunciado, um sentido definido.

Portanto, as propriedades de **porém**, com exceção da ambiguidade, não prejudicam seu funcionamento argumentativo, mas auxiliam esse operador a desempenhar diferentes papéis argumentativos, sendo possível, conforme mostrou a análise das ocorrências selecionadas, **porém** introduzir argumentos para além de, como aponta Koch (2003), conclusões contrárias, para conclusões diferentes, independentes, e opostas.

Referências

ALI, Manoel Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1967. 375 p.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. São Paulo: Global, 1981. 264 p.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 13 – 38.

FABRI, Kátia Maria Capucci. Da diferenciação das conjunções adversativas em textos escritos. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 135-152, jan./jun. 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do Português. Campinas, SP: Pontes, 1987. 200 p.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995. 91 p.

KOCH, Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 134 p.

_____. **A coesão textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 84 p.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. **A gramaticalização da perífrase conjuncional só que**. 2003. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. 212 p.

NEVES, Maria Helena M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. unesp, 2000. 1037 p.

PARREIRA, Míriam Silveira. **Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal**. 2006. Dissertação (mestrado) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. 223 p.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. 380 p.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; ROTH, Désirée Motta (Org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.154 – 183.

ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A VELHICE NO ESTATUTO DO IDOSO

AN OLD-AGED DISCOURSE ANALYSIS SINCE THE ELDERLY STATUTE

Andreia Maria Ribeiro SILVA (UNIFRAN)

andreiaribeiroadv@hotmail.com

Diana Junkes Martha Toneto (UNIFRAN)

dianatoneto@unifran.br

Resumo: O *corpus* de análise do presente trabalho é a Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”. O chamado Estatuto do Idoso surgiu para regulamentar o art. 230 da Constituição Federal de 1988, que atribuiu à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas. As diversas formas de representação da velhice presentes no Estatuto evidenciam o interdiscurso que permeia cada título, capítulo e artigo da Lei, pois, a Lei nº 10.741, na realidade, é a materialização do esforço de políticos, segmentos organizados da sociedade e especialistas. A opção pelo referencial teórico da Análise do Discurso Francesa justifica-se pelo fato de possibilitar a análise das condições sócio-históricas de surgimento do discurso jurídico sobre o idoso. Pretende-se, portanto, analisar o discurso jurídico sobre o idoso brasileiro, de modo a captar, nos diversos artigos de lei, os efeitos de sentido possíveis para a velhice.

Palavras-chave: estatuto do idoso; discurso jurídico; linguagem; formações discursivas; formações imaginárias

Abstract: The *corpus* of this work is the Law No. 10741 of October 1, 2003, which "provides for the Elderly Statute and other provisions. " The so-called Status of Elderly appeared to regulate the art. 230 of the Constitution of 1988, which attributed to the family, society and the State the duty to assist the elderly. The different forms of representation of old age in the present Statute interdiscourse emerges at each title, chapter and article of law, therefore, Law No. 10,741, in fact, is the fruition of the efforts of politicians, organized segments of society and experts. The choice of theoretical framework of French Discourse Analysis is justified by the fact that it enables the analysis of socio-historical conditions of emergence of legal discourse on the elderly. It is intended, therefore, to examine the legal

discourse on the elderly population, to understand, in several articles of the law, the effects of possible meaning for old age.

Keywords: Elderly Statute; juridical discourse; language; discursive formations; imaginary formations.

1. Introdução

A Velhice
Olavo Bilac

Olha estas velhas árvores, mais belas
Do que as árvores moças, mais amigas,
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedoras da idade e das procelas...
O homem, a fera e o inseto, à sombra delas
Vivem, livres da fome e de fadigas:
E em seus galhos abrigam-se as cantigas
E os amores das aves tagarelas.
Não choremos, amigo, a mocidade!
Envelheçamos rindo. Envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem,
Na glória de alegria e da bondade,
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consolo aos que padecem!

O que é a velhice? O que é envelhecer e o que é ser velho? O poema de Olavo Bilac, escrito há mais de cem anos, serve para apontar os caminhos pelos quais acreditamos que deva ser entendida a velhice – como um tempo de sabedoria e acolhimento, como um tempo em que a memória discursiva é responsável pelo engendrar da engrenagem da vida que não se deve orientar para a morte, como seguidora do norte de uma bússola, mas como algo que tem ainda potencial de labirinto e desfruta de cada instante com a intensidade de quem tem força para transformar em verbo o vivido.

Nos últimos anos, a longevidade vem se tornando cada vez mais fato incontestável e possibilita, aos mais velhos, o prolongamento de suas atividades profissionais, inserção em meios sociais e, até mesmo, uma peculiar vida pessoal e afetiva. O presente trabalho poderia, simplesmente, ser iniciado com a apresentação de conceitos ou definições sobre o que vem a ser a velhice no mundo contemporâneo. Todavia, não se trata de um assunto pacífico. O que se sabe, e o que é ensinado às crianças já nos primeiros anos de escola, é que existe um ciclo vital, segundo o qual todo o ser vivo, nasce, cresce, reproduz-se, envelhece e morre, mas, ainda nessa perspectiva, identificam-se discursos que situam os idosos como aqueles em idade muito avançada e

outros que apontam, como marco empírico da velhice as pessoas de 60 ou 65 anos. Simone de Beauvoir, descreve com muita propriedade algumas características biológicas do envelhecimento:

No homem, o que caracteriza fisiologicamente a senescência é o que o doutor Destrem chama 'uma transformação pejorativa dos tecidos'. A massa dos tecidos metabolicamente ativos diminui, enquanto aumenta a dos tecidos metabolicamente inertes: tecidos, intersticiais e fibroesclerosados; eles são objeto de uma desidratação e de uma degeneração gordurosa. Há uma diminuição marcada da capacidade de regeneração celular. O progresso do tecido intersticial sobre os tecidos nobre é principalmente surpreendente no nível das glândulas e do sistema nervoso. Ele acarreta uma involução dos principais órgãos e um enfraquecimento de certas funções que não cessam de declinar até a morte (BEAUVOIR, 1990, p. 33/34).

Não obstante esta descrição tão rica do processo de envelhecimento, Simone de Beauvoir assevera:

Mas se a velhice, enquanto destino biológico, é uma realidade que transcende a história, não é menos verdade que este destino é vivido de maneira variável segundo o contexto social; inversamente: o sentido ou o não sentido de que se reveste a velhice no seio de uma sociedade coloca toda essa sociedade em questão, uma vez que, através dela, desvenda-se o sentido ou o não sentido de qualquer vida anterior (BEAUVOIR, 1990, p.16).

Sob outro prisma, há, ainda, quem entenda que:

[...] O que caracteriza a velhice é a perda dos ideais da juventude, é a dessintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança no futuro, o desamor ao trabalho. (ÁVILA, 1978, p.25).

Ou ainda, sobre este aspecto, são oportunas as palavras da Dra. Hana Hermanova, especialista em cuidados de saúde dos idosos de Copenhagen:

Envelhecer é uma fase normal da vida humana e deve ser considerada como tal [...] Nós sabemos que o envelhecimento é um processo individual com amplas variações e que os próprios idosos são um grupo heterogêneo. Para propósitos de elaboração de normas e legislação, utiliza-se uma definição cronológica que coloca o umbral da velhice nos 60. Tanto a prática quanto as pesquisas mostram que existe uma diferença marcante entre a faixa etária dos 60 ou mais, entre aqueles que têm menos de 75 e os que passam dos 75 (Hermonova, 1982, p.3).

Ou seja, segundo a citação, as mencionadas condições psíquicas, biológicas e sociais interferem diretamente na maneira como cada indivíduo e a própria sociedade concebem essa fase da vida humana, sendo impossível ignorá-las mesmo no processo legiferante. Como se vê, as formações discursivas que dão vazão ao imaginário sobre a velhice são variadas e migram tanto de uma posição radical que situa o idoso como alguém desprovido de qualquer mecanismo que lhe permita exercer atividades, quanto para outro que insere discursivamente o idoso na sociedade. Foge ao escopo deste trabalho a realização de uma discussão ampla sobre as várias formações discursivas sobre o idoso e sobre a velhice, embora o que nos mova seja uma perspectiva que aponta para a vitalidade do idoso; vitalidade esta que o estatuto do idoso parece não contemplar, de um lado e, de outro, corroborar para um situar dos mais velhos à margem dos processos de garantia dos direitos aos cidadãos.

Apesar da indiscutível relevância da geriatria, que se ocupa da velhice e das patologias que surgem, com o passar dos anos e da gerontologia, que se ocupa dos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos do envelhecimento, o que se pretende com este trabalho é analisar as representações da velhice presentes no discurso do Estado e manifestas na materialidade discursiva do texto legal. Nesse espectro, o presente trabalho toma como *corpus* de análise a Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”.

2. O idoso segundo o discurso legal

É importante mencionar que nos documentos oficiais publicados anteriormente à década de 60, as pessoas com 60 anos ou mais eram chamadas simplesmente de

“velhas”. Entretanto, a velhice, muito frequentemente, surgia associada à decadência e/ou incapacidade para o trabalho, ocasionando, com o passar do tempo, a adoção de um termo menos estereotipado para designar as pessoas de idade avançada, o que indica que a questão da velhice sofre, discursivamente, uma censura – é silenciada, interdita (ORLANDI, 2007) pela substituição de um termo mais severo, por um eufemismo, embora permaneça sub-repticiamente a mesma conotação negativa e exclusora.

A partir da década de 60, o termo “idoso”, passou a ser adotado oficialmente, para referir-se à população maior de 60 anos. Embora a intenção fosse a utilização de um termo mais respeitoso, na realidade, o que houve foi a simples troca de rótulos, portanto, o caráter pejorativo permanece como interdito, mas atua fortemente nos discursos sobre o idoso. Os problemas continuavam os mesmos e os “problemas dos velhos” passaram a ser encarados como “necessidades dos idosos” (BARROS, 1998, p.74). Também é curioso observar que o referido Estatuto surgiu somente em 2003, muito embora, em 1988, o art. 230, da Constituição Federal de 1988, já tivesse atribuído à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas.

O que justificaria o decurso de quinze anos para, só então, proceder-se à criação de uma lei regulamentadora do referido dispositivo constitucional e que revisasse, com maior profundidade o dizer sobre o idoso, promovendo deslocamentos de posições discursivas sobre a velhice? Tal fato parece encontrar justificativa no progressivo e considerável aumento da expectativa de vida dos brasileiros e também na abertura que tal aspecto promove na própria concepção de idoso – ou seja, modificaram-se as condições de produção do discurso sobre o idoso.

Dados do IBGE demonstram que, há 10 anos, o número de idosos no Brasil era de 14,5 milhões (8% da população nacional), contra 18 milhões (12% da população nacional) apurados no Censo de 2010. Portanto, não restam dúvidas de que o “Brasil está envelhecendo” e, em consequência, reclama políticas públicas para os idosos. Não se pode perder de vista que a sociedade brasileira segue um modelo calcado em uma formação ideológica capitalista, na qual o valor está do lado do ser humano economicamente ativo. Em contrapartida, desprestigia o inativo (assim nomeado, preconceituosamente), o aposentado e acaba por promover a marginalização dessas categorias (FERREIRA; SANTOS, 1979). Como poderá o idoso, nessas condições, exercer a cidadania?

Ou seja, verifica-se um duplo movimento aqui – de um lado a longevidade promove uma mudança nas condições de vida do idoso e, conseqüentemente, nas condições de produção do discurso sobre o idoso; de outro, o enraizamento dos discursos

sobre o idoso em uma formação ideológica capitalista são responsáveis pela manutenção de antigas condições de produção do discurso do idoso. De uma ou de outra forma, entre o silêncio que não diz discursivamente o direito do idoso e o silenciamento discursivo que oblitera a sua condição, agem para causar uma tensão no próprio discurso legal sobre a velhice. Portanto, a referida Lei, enquanto materialização do esforço de políticos, segmentos organizados da sociedade e especialistas, na tentativa de garantir uma vida digna à população idosa de nosso País e possibilitar o exercício da cidadania, é parte integrante de um conjunto de práticas discursivas que dotam a velhice de significação a partir de formações imaginárias que se cristalizam em formações discursivas arraigadas socialmente.

No meio jurídico adota-se o critério cronológico para designar a pessoa idosa. Assim, o Estatuto do Idoso considera como idosa a pessoa a partir dos 60 anos de idade, muito embora alguns direitos só lhe sejam conferidos a partir dos 65 anos. Além disso, apesar de trazer em seu bojo normas e diretrizes para a elaboração e execução de políticas sociais e serviços destinados aos idosos, o Estatuto ora apresenta o idoso como um cidadão apto para as diversas atividades sociais, ora o apresenta como um ser frágil, carente, inválido e dependente.

Isso porque, apesar de o discurso jurídico ser marcado pelo caráter dogmático e ter uma pretensão de isenção, sabemos com Authier que não há transparência, mas opacidade (AUTHIER-REVUZ, 2004), portanto, não há como negar que a velhice é percebida, sentida e vivenciada das mais diversas maneiras, pois, cada pessoa é um ser único e especial, marcado por condições psíquicas, biológicas e sociais que lhes são próprias e cada ser ou grupo é dito de um modo peculiar pelo(s) discurso(s) do Outro.

Aqui é importante salientar que a noção de formação discursiva é indissociável da noção de discurso. Foucault (1997, p.35) define formação discursiva como sendo “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou lingüística dada as condições do exercício da função enunciativa”. Ou seja, estão presentes na formação discursiva as condições histórico-sociais, englobando todo um conjunto de valores e ideologias, a partir do qual o discurso sobre a velhice se manifesta em um espaço discursivo determinado, *in casu*, no contexto jurídico nacional.

Nesse contexto, algumas questões merecerem ser respondidas. Quem é e como vive o idoso brasileiro nos dias atuais? Quais são suas necessidades básicas e como o Estado pretende supri-las? Qual seria o sistema de representações criado pelo Estado através da norma jurídica para referir-se ao idoso? A nosso ver a relevância dessa

discussão reside na possibilidade de, sob a perspectiva da AD, analisar os processos discursivos e as condições de possibilidades do discurso jurídico sobre a velhice.

Considerando-se que a referida Lei é parte integrante de um conjunto de práticas discursivas que dotam a velhice de significação a partir de formações imaginárias deve-se procurar identificar, por meio da análise do interdiscurso que permeia cada título, capítulo e artigo da referida Lei, as diversas formas de representação da velhice. Tendo por base a assertiva de que a velhice é uma questão social, sendo a exclusão do idoso decorrente de ideologias, dos preconceitos internalizados e expressos na nossa sociedade, assim como dos fatores econômicos (CASTRO, 1998:18), por isso, como decorrência será possível apontar mecanismos para a aferição da medida em que a construção de uma determinada imagem da velhice é capaz possibilitar a inclusão ou a exclusão do idoso no seio da sociedade.

Foi Michel Pêcheux quem, na década de sessenta, fez surgir a AD, concebendo o estudo da linguagem sob um novo prisma. A partir de Pêcheux o estudo da linguagem passou a ser realizado de forma totalmente vinculada às suas condições de produção, ou seja, levando-se em consideração os processos históricos e sociais subjacentes à linguagem. De acordo com as palavras da Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, “A AD nos permite trabalhar em busca dos processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais” (FERREIRA, 2001: 11). Assim, a análise dos artigos do Estatuto do Idoso considerará o sujeito, a história e a linguagem, sempre atentando para as condições de produção do referido instrumento normativo.

A AD entende que o sentido de um discurso está nas relações que este mantém com outros discursos. Nesse sentido, as diversas formas de representação da velhice presentes no Estatuto evidenciam o interdiscurso que permeia cada título, capítulo e artigo da Lei, pois, a Lei nº 10.741, isso porque:

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997).

3. Apontamentos para uma análise discursiva do estatuto do idoso

Para que se tenha uma dimensão do alcance do dispositivo teórico da AD na leitura do Estatuto do Idoso, discutiremos brevemente o seguinte trecho:

Art. 26 O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Afinal, ele tem ou não tem o direito ao exercício da atividade profissional? Qual a dimensão desse respeito às suas condições físicas, intelectuais e psíquicas? Até que ponto o respeito às referidas condições poderão constituir uma barreira ao exercício da atividade profissional?

Este único artigo do Estatuto, que à primeira vista pode parecer tão simples, está permeado pelo interdiscurso, trazendo em seu bojo uma relação de conflito. Senão vejamos: ao conferir ao idoso o direito de exercer uma atividade profissional; todavia, ao fazer a ressalva “respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, toda essa autonomia e capacidade é colocada em xeque.

Assim, surgem duas representações distintas para o idoso, a primeira relacionada à plena cidadania e capacidade para os atos da vida civil e para o trabalho; a segunda, relacionada à fragilidade, limitação, dependência e impotência.

O que irá determinar a preponderância de uma forma de representação sobre a outra, será a formação ideológica do sujeito, aqui entendida como “o conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras” (FERREIRA, 2011:16).

4. Considerações Finais

Voltando ao poema de Olavo Bilac mencionado no início deste texto, devemos dizer que é crucial que se repensem os lugares discursivos que engendram o imaginário sobre o idoso em nossa sociedade. Amparado pela lei e livre de um discurso que silencia a sua condição o idoso pode desfrutar de sua vida de forma mais plena e cidadã. Uma leitura indiciária (GINZBURG, 1989) que permita a emergência da materialidade discursiva da lei pode apontar caminhos para que se repense o idoso e pode, também, apontar caminhos para que se refute a ilusão de transparência do discurso legal, ilusão esta que as formações ideológicas e imaginárias engendram e as formações discursivas sublinham. Envelhecer é preciso, dizer a velhice de outro modo, também.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Revisão técnica da tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ÁVILA, Jarbas José. Geriatria e gerontologia: sua importância no mundo atual. In: **Senecta. Revista Médica – Clínica e Terapêutica da Terceira Idade**. Rio de Janeiro, ano 1, 1(1):22-5, 1978.

BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988

BRASIL. **Lei 10.741, de 1º de Outubro de 2003**, que Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

CASTRO, Odair Perugini de (Org.). **Velhice, que idade é essa?: uma construção psicossocial do envelhecimento**. Porto Alegre: Síntese, 1998.

FOULCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma Indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-180.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro *et al.* **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

HERMANOVA, Hana. Novas diretrizes nos países industrializados. In: **Organização Mundial de Saúde**. Remoçar a velhice. 1982, p. 3. (publicação avulsa).

ORLANDI, E. Prefácio a “O discurso: estrutura e acontecimento”. In: PECHÊUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2002, 3ª edição.

_____. **As formas do silêncio**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007

TONETO, Diana Junkes Martha. Constellate discourse and contingency: a lacanian mallarmaic reading of the contemporary man In: IX International ISAPL Congress: Positive, Ethical Effects of Psycholinguistics Research Today, 2010

Sites consultados

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0512201020.htm>. Acesso em 22/03/2011.

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,brasil-deve-se-preparar-para-envelhecimento-da-populacao--diz-ibge,646966,0.htm>. Acesso em 22/03/2011.

http://www.segs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25425:censo-2010-envelhecimento-da-populacao-preocupa-ministro-da-previdencia&catid=45:cat-seguros&Itemid=324. Acesso em 05/04/2011.

www.ibge.gov.br. Acesso em 05/04/2011.

RELEVO COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO NO DISCURSO PUBLICITÁRIO – ANÁLISE DE UM COMERCIAL DA DANONE

EMPHASIS PROCESS AS A CATCHING STRATEGY IN ADVERTISING DISCOURSE – ANALYSIS OF A DANONE'S COMERCIAL

Antonio Wallace Lordes (PG-UFES)

wallace_lds@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tratará da questão do relevo linguístico como estratégia de captação no discurso publicitário veiculado na televisão. A estratégia de relevo foi comentada inicialmente por Travaglia (1991), em sua tese de doutorado ao afirmar que alguns verbos funcionavam no texto segundo uma ordem pré-estabelecida que, em consequência disso, organizava suas camadas ou, nas palavras de Funchs (1987), seus quadros temáticos. Mais tarde, em Travaglia (1999; 2006), o autor destacou que vários poderiam ser os elementos textuais sobre os quais o relevo incidia. Por outro lado, nossa base discursiva se apoiará nos postulados da Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau (2006; 2009), especialista em discursos propagandísticos, dentre os quais podemos elencar: o discurso publicitário, o discurso político e o discurso promocional. Como *corpus*, tomou-se um comercial de um *Petit Suisse* fabricado pela empresa Danone, sob o nome de Danoninho. Observou-se, inicialmente, sobre quais partes do texto o relevo pode incidir, ocasionando uma espécie de manipulação. Segundo Charaudeau (2010), a dinâmica comunicativa da instância publicitária rege-se sob um tipo de contrato específico: o de *semi-engano*. Assim, esse artigo propõe-se a focalizar o funcionamento dos componentes linguístico-gramaticais em função de referentes externos na produção de possíveis efeitos de sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso promocional; Discurso publicitário; Estratégias discursivas; Captação do público.

ABSTRACT: This article will discuss the issue of the Linguistics Emphasis process as a catching strategy in the advertising discourse transmitted on television. The Emphasis process was initially commented by Travaglia (1991), in his PhD Thesis in claiming that some verbs in the text functioned according to a predetermined order, in consequence, organizing your layers or, in the words of Funchs (1987), its Thematic Frames. Later in

Travaglia (1999, 2006) the author pointed out that several could be textual elements on which the Emphasis process incurred. On the other hand, our discursive base will adopt the postulates of the theory Semiolinguistics from Patrick Charaudeau (2006, 2009), a specialist in propagandistic discourse, among which we can list: the advertising discourse, political discourse and the promotional discourse. As a corpus, it took a commercial of a Petit Suisse manufactured by Danone, called Danoninho. It's observed initially about which parts of the text the Emphasis process may incur, causing a kind of manipulation. According Charaudeau (2010), the communicative dynamics of advertising instance is regulated under a specific type of contract: the semi-mistake contract. Thus, this article intends to focus on the functioning of linguistic and grammatical components due to external referring to possible effects on the production of meaning.

KEYWORDS: Promotional discourse, Discourse advertising; discursive strategies; Capture of the public.

1. Introdução

O relevo é apontado por Travaglia (1991), em sua tese de doutorado, na qual esse autor já evidenciava a incidência do fenômeno ao afirmar que o aspecto verbal poderia funcionar como organizador do texto, no sentido de colocar numa relação de exposição e ocultamento as informações do mesmo compondo um esquema que Travaglia (1999) chama de primeiro e segundo plano, influenciando assim em sua relevância temática⁶. Mais recentemente podemos afirmar que o relevo, de acordo com Travaglia (2006), é o fenômeno do falante que ao produzir seu texto pode:

- a) Dar destaque a determinados elementos dentro desse mesmo texto, colocando-os em saliência em relação aos outros. Neste caso, temos uma supervalorização desses elementos em foco, é o que o autor denomina de relevo positivo ou relevo de proeminência;
- b) Ocultar certos elementos da mensagem, o que o autor chama de relevo negativo, ou rebaixamento. Neste tipo de relevo, o produtor do texto, por alguma razão, quer que determinados elementos do texto passem despercebidos ou não tenham a atenção do interlocutor, não por não serem importantes, mas em prol de estratégias que façam o texto “funcionar” de acordo com as intenções planejadas, sejam elas de quaisquer natureza.

⁶ O que comporia, nos termos de Funchs (1987), o quadro de relevância temática, ou seja, a relação de uma predicação com um quadro temático compartilhado entre os interlocutores.

Os elementos sobre os quais o relevo pode incidir vão desde certas partes do conteúdo ou certos tipos de conteúdo do tópico discursivo⁷ até recursos linguísticos, mudanças ou retomadas de tópicos, ou, ainda, um conjunto de elementos de um dado tipo que recobrem todo o conteúdo do texto, o que representaria “uma dimensão argumentativa, em sentido amplo”, Travaglia (1999, p.78). Assim, podemos afirmar que o relevo tem uma natureza ideacional/cognitiva e outra interacional. Essa orientação interacional pode ter um teor argumentativo já na própria apresentação do texto:

A própria apresentação que o produtor do texto faz para o receptor [...] representa já um aspecto interacional, pois na verdade o produtor com tal relevo está propondo ao seu interlocutor uma direção e não outra dentro da interação a que o uso do texto está servindo. (TRAVAGLIA, 1999, p.78).

Os efeitos do relevo atingem não somente a estrutura superficial do texto, no caso de sua incidência num ponto específico e isolado, como também no efeito que o texto pode causar, como um todo, na hora da recepção. Sua incidência sobre porções maiores do enunciado pode funcionar como uma “capa” que, aos poucos, vai cobrindo as lacunas e orientando o receptor, envolvendo todo o texto, dando a ele um sentido global.

Consideramos interessante avaliar a incidência do relevo positivo ou relevo de proeminência, pois ele parece traduzir, em grande parte, a intencionalidade do falante ao orientar a interpretação do texto para diversas direções e, ao mesmo tempo, auxiliar a manutenção do tópico discursivo.

Em relação ao tópico, levantamos a hipótese de que esse tipo de relevo tem as seguintes funções gerais:

- Relativizar a importância de uma informação sobre a(s) outra(s), no plano organizacional, numa relação hierárquica de aparecimento dessas informações no texto, influenciando assim na constituição e organização do quadro tópico;
- Enfatizar a relevância em detrimento da não relevância de outro(s) item(s) no texto podendo assim ocasionar o “desligamento” ou “desvio” de certas informações causando a ruptura do tópico, no plano sequencial, isto é, comprometendo a continuidade do tópico em questão;
- Reativar ou interligar uma cadeia referencial (os nódulos do texto), perdida em algum ponto, que recobre semanticamente, de forma coesa e coerente, toda a superfície textual, orientando o interlocutor às inferências necessárias à interpretação das formas

⁷ Entendemos por tópico discursivo a noção definida e caracterizada pelo grupo da abordagem textual-interativa na Gramática do Português Falado (Jubran, Travaglia et alii – 1991).

proeminentes. Isso pode favorecer a estabilidade do segmento tópico que sofreu ruptura no plano linear do texto.

No entanto, este artigo não tem a intenção de analisar a ocorrência do relevo no tópico discursivo. Objetivamos, primeiramente, trabalhar com o que se convencionou chamar de relevo, na concepção de Travaglia (1999, 2006), evidenciando seus diferentes tipos no *corpus* proposto, considerando suas três dimensões: quanto sua direção; relevo positivo (proeminência), e relevo negativo (rebaixamento), dos quais já falamos acima, e, de acordo com Travaglia (1991), quanto sua natureza; no quesito *Organização das informações em termos de informações essenciais e secundárias*. Neste último quesito, segundo o autor, o falante marca de alguma forma as informações que julga serem mais importantes. E, finalmente, quanto aos planos em que o relevo se instancia⁸ que, de acordo com Travaglia (1999), podem ser:

- Relevo emocional: quando o produtor do texto dá ênfase a certos tipos de elementos ou estruturas que desencadeiam um *efeito patêmico*⁹ em seu interlocutor;
- Relevo argumentativo: quando o produtor destaca uma informação que ele julga importante para se chegar à conclusão pretendida por ele, a persuasão aqui ocorre por meio do *logos*, Charaudeau (2010);
- Relevo ideacional/cognitivo: quando, em prol das ideias que estão sendo colocadas e sua consequente adesão, o produtor do texto aponta para certos elementos julgando-os importantes para seu receptor, ou seja, a captação do público ocorre por recursos argumentativos baseados na natureza sócio-ideológica dos mesmos, os quais envolvem crenças e valores de uma sociedade, o que Charaudeau (2004) localiza no nível da *memória dos discursos*.

Embora Travaglia (1991) considere que o verbo funcione como sinalizador das informações essenciais e secundárias num texto, esse mesmo autor, em Travaglia (1999), afirma que não só o verbo pode funcionar como ferramenta de organização dessas informações, podendo também o ser a entonação, elementos lexicais, tipos de oração, etc.

Por esse motivo, no *corpus*, apontaremos também, além dos objetivos elencados acima, recursos marcadores de relevo que perpassam vários planos da língua (fônico,

⁸ Neste quesito, nos embasaremos também nos postulados de Charaudeau (2004, 2007, 2010) que evidencia a questão da legitimação dos discursos envolvidos no ato e da legitimação dos sujeitos. Por isso, vamos enfatizar um possível diálogo entre esses dois autores, pois nesse ponto, acreditamos que suas teorias dialogam tranquilamente.

⁹ A noção aqui referida de efeito patêmico foi baseada em Charaudeau (2007).

lexical, morfológico, sintático) e que, conseqüentemente, auxiliam na constituição do texto (marcadores conversacionais, o uso de expletivos, recursos semióticos não-verbais). É interessante salientar que entendemos, por se tratar de um tipo de interação televisiva, esses recursos linguísticos podem ocorrer concomitantemente.

É importante dizer também que, devido ao *caráter multidimensional da linguagem* (Cf. CHARAUDEAU 2005) e as características interacionais dos textos, vários tipos de relevo podem aparecer no momento do processamento dos mesmos. E ainda, um dado relevo pode contar com várias funções em planos diferentes, muitas vezes umas derivadas das outras. Por exemplo, uma ênfase pode ter valor argumentativo, contrastivo, ideacional/cognitivo e assim por diante. Sem contar que um determinado marcador de relevo pode ter, por ocasião da recepção e interpretação do interlocutor, outro efeito de sentido pretendido, diferente daquele que era visado pelo produtor do texto. Pois como afirma o autor:

Parece-nos que esses tipos não são excludentes e podem aparecer em conjunção, sobretudo os tipos ligados aos planos de instanciação do relevo. Assim, por exemplo, é comum termos um relevo ao mesmo tempo emocional/argumentativo ou ideacional/argumentativo. (TRAVAGLIA,1999, p. 80-81)

Para atingirmos tal objetivo, selecionamos um *corpus* que compreende uma propaganda televisiva¹⁰ de um *Petit Suisse*, direcionado para o público infantil, na qual, inicialmente, suspeitamos haver incidência de relevo em relação à exibição de algumas informações e ocultamento de outras em prol de um efeito persuasivo no telespectador a fim de angariar credibilidade e um possível consumo de produtos por parte do público que está exposto a este tipo de interação.

2. O discurso publicitário segundo Charaudeau – um contrato de semi-engano

Pelo fato de o relevo ser um poderoso recurso de argumentação e captação no contexto midiático televisivo (dado ao fato que sua forte ocorrência, tanto de rebaixamento quanto de proeminência), entendemos que ele revela também um caráter altamente intencional do locutor/produtor do texto ao envolver seu interlocutor de modo sutil, sem que este perceba tal estratégia e, ainda, que, em face de uma série de motivos, faça-o acreditar que a verdade a ser aderida é a do anunciante. Assim, o discurso publicitário

¹⁰ A propaganda foi muito divulgada na televisão, mas por uma questão de praticidade, captamos o vídeo na internet, num site de exibição de vídeos. Vide referências.

pode ser comparado como uma malha espessa, com várias camadas e planos, porém, cheia de “furos”, (relevo de rebaixamento) e saliências (relevo de proeminência), que o fazem construir sua própria verdade, ou melhor dizendo, a verdade construída a partir da mentira:

[...] a verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz. No caso, o discurso de informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização. (CHARAUDEAU, 2006, p. 63)

Nossa suspeita é que, através de estratégias de captação, o anunciante usa determinados mecanismos linguísticos (verbais e não-verbais) para influenciar o público a adquirir tal produto através de um jogo que se instaura entre os interlocutores no qual toda a interação se fundamenta não apenas numa troca de informações, mas num contrato de *semi-engano*, Charaudeau (2010), do qual ambas as partes participam conscientemente. A respeito desse contrato, Patrick Charaudeau (2010) diz:

O discurso propagandístico se caracteriza por sua finalidade de incitação [...] O discurso publicitário se desenvolve num dispositivo triangular entre uma instância ‘publicista’, uma instância ‘concorrência’ (a outra marca de produto), uma instância ‘público’). [...] Como ‘consumidor comprador’ ele (o público) é destinado a ‘dever crer’ que tem uma carência e ele não pode desejar mais nada do que ser o agente de uma busca que cobrirá sua carência, sendo o objeto dessa busca o benefício louvado

3. As visadas discursivas no contexto propagandístico

Assim, conforme Charaudeau (2010), o discurso publicitário estaria configurado, segundo sua finalidade, numa *visada* de incitação, seja ela por argumentação (fazer o receptor acreditar que precisa de tal produto por meio de conclusão lógica) ou por captação (fazer o receptor acreditar que tem uma carência e precisa de tal bem, por meio da sedução).

Para a dinâmica desse tipo de contrato, o discurso publicitário, Charaudeau (2010) afirma:

O discurso propagandístico se caracteriza por sua finalidade de incitação, que como diz no início se define da maneira seguinte : o ‘Eu’ quer ‘fazer fazer’ (‘fazer pensar’) ; o ‘Eu’ está em posição de ‘não autoridade’ (para impor um fazer), e então deve procurar um

modo de 'fazer crer' (no sentido de que deve fazer que o outro chegue a crer) ; o 'Tu' está em posição de 'dever crer'. Todas essas características constituem parte dos contratos dos discursos publicitários, promocional e político.

Na teoria semiolinguística de Charaudeau (2006), são essas *visadas* que vão orientar toda a configuração do ato languageiro, pois vão servir de instrução para a elaboração das estratégias e também regular as manobras que podem ser feitas em prol da adesão do discurso do anunciante por parte de seu público alvo.

As visadas orientam as estratégias às quais o falante vai lançar mão e sobre as quais ele vai construir seu *projeto de fala*¹¹ a fim de ser compreendido pelo seu interlocutor. Assim, elas representam instruções discursivas segundo as quais o falante vai se guiar para instaurar sua legitimidade, pois estas instruções são provenientes ao mesmo tempo da identidade dos parceiros e do lugar que eles ocupam na troca. Porém, para que haja comunicação, os parceiros devem se reconhecer (reciprocamente) como portadores em potencial do discurso do qual fazem uso, o que irá garantir suas legitimidades. Na verdade, as instruções, leiam-se visadas, vão ser o ponto de partida para que se chegue a um meio de articular o domínio de prática social com a atividade discursiva, essa é a grande proposta de Charaudeau e é pelas visadas que ele propõe o início da análise:

Destes componentes, (a 'identidade' dos parceiros e o lugar que eles ocupam na troca, a 'finalidade', o 'propósito' e as 'circunstâncias materiais' nas quais a troca se realiza) me deterei mais particularmente, aqui, no da finalidade, porque é ele que, selecionando um tipo de finalidade, determina a orientação discursiva da comunicação. Este nível é metodologicamente aquele pelo qual deve começar a análise dos discursos, Charaudeau (2010), (ênfase do autor).

4. A legitimação dos sujeitos do ato comunicativo em Charaudeau

¹¹ A noção de *projeto de fala* está exposta em Charaudeau (2006, p. 71). O *projeto de fala* corresponde a dados internos do ato languageiro, segundo o qual o falante planeja seu modo de expressão, obedecendo às restrições impostas de acordo com o quadro do contrato de comunicação.

Para reforçar essa ideia do contrato de comunicação e sua dinâmica de apresentação, recensearemos alguns pressupostos da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau (2006).

De acordo com esse autor, todo ato de interação se alicerça, primeiramente, sobre um contrato do qual coadunam os sujeitos dessa interação. Tal fato é visto como uma encenação discursiva (*mise en scène*¹²) sob o postulado da intencionalidade. Porém, para que o ato “funcione”, enunciador e enunciatário devem reconhecer-se - a si mesmo e também reciprocamente, (princípio de alteridade)¹³. Esse reconhecimento só é possível a partir do lugar de onde falam, juntamente com a posição que ocupam na sociedade, pois isso vai conferir-lhes sua legitimidade para proferirem seu discurso.

Esse autor propõe um quadro que organiza os elementos do discurso em espaço interno (lugar do dizer) e espaço externo (lugar do fazer) e situa os sujeitos de sua teoria, a saber: EU comunicante e EU enunciatário, TU destinatário e TU interpretante. Se o lugar do qual fala o EUc, não for reconhecido pelo TUi, sua legitimidade ficará comprometida. No entanto, esse reconhecimento vai ser o resultado de troca entre os sujeitos do circuito interno (o plano linguístico, propriamente dito) onde seus papéis vão ser reconhecidos em decorrência da finalidade que os religa em termos de finalidade do ato, do propósito que pode ser convocado e das circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza.

A partir daí, os sujeitos da interação selecionam suas estratégias linguísticas, pois se o lugar social do qual falam lhes dão legitimidade, esse mesmo lugar lhes impõe restrições. Estamos falando de dois espaços. O lugar do *fazer*, que é de onde os sujeitos se reconhecem, e o lugar do *dizer*, que é aonde esses sujeitos vão se engajar linguisticamente e manifestar, através do discurso, seus projetos de fala. Esse é o lugar aonde, efetivamente, vão se legitimar e saber se suas estratégias de persuasão deram certo. Então, o sentido discursivo vai depender dessa dinâmica que envolve dois atores sociais que compactuam, cooperam para que a interação resulte num ato coerente.

¹² O termo *mise en scène* é utilizado na teoria de Charaudeau como ato de encenação, no sentido teatral do termo. Tal termo é emprestado do domínio das artes cênicas e teve sua origem no teatro clássico grego e refere-se à movimentação e posicionamento no palco, bem como no sete de filmagem. Esse autor considera que todo ato de comunicação envolve sujeitos (atores) que estariam interpretando papéis dentro do esquema de comunicação a fim de se reconhecerem e reconhecerem seus interlocutores como atuantes de uma dinâmica similar à dinâmica teatral, através da qual todos nós, quando falamos, usamos máscaras, estamos representando papéis sociais. Assim, nunca somos nós mesmos, sempre estamos a serviço dessa encenação que envolve legitimação e possíveis efeitos de sentido provocados em nossos interlocutores em prol do bom funcionamento do ato.

¹³ Esta noção do *princípio de alteridade* pode ser vista em Charaudeau (2009).

Nossa base metodológica acerca do relevo, como já foi dito, será direcionada segundo postulações de Travaglia (1991, 1999, 2006). Se de acordo com esse autor, a estratégia de relevo tem função cognitiva/ideacional e interativa, e, se ainda, neste último quesito, a própria apresentação do texto já pode influenciar o efeito de sentido pretendido pelo publicitário, no quesito cognitivo/ideacional, levantaremos a hipótese de este recurso estar ancorado no fator ideológico/social, embasado então na teoria semiolinguística de Charaudeau.

5. Análise de um comercial da Danone

O *corpus*, como já foi comentado, foi constituído de uma propaganda de televisão que, ao que parece, se utiliza do recurso do relevo para argumentação e captação do público alvo. No caso específico desse artigo, a propaganda escolhida foi do fabricante DANONE Ltda, produzida pela empresa Y&R Propaganda Ltda, dividida em 10 quadros¹⁴, e é sobre o *Petit Suisse* Danoninho, veiculada na TV em 16/08/2007¹⁵.

a. Os Sujeitos-alvo do Ato

É importante dizer que o público alvo do produto (ou seja, o TUi) são as crianças, uma vez que são elas que vão efetivamente consumir o produto, porém, como não lhes cabe o poder aquisitivo de obter o produto, as estratégias discursivas foram direcionadas para a captação e sedução de suas mães que seriam os consumidores em potencial, ou TUd, (no sentido de aquisição, e não especificamente de consumo, do termo). Como podemos perceber, de acordo com o quadro que organiza os lugares dos sujeitos da teoria de Charaudeau (2006), distribuindo seus papéis, há um paradoxo nessa propaganda.

O público alvo, verdadeiros consumidores do produto, cuja figura é representada pelo TUi, são as crianças. Porém, como não possuem o poder de decisão na aquisição do produto as estratégias internas do ato linguageiro são direcionadas para um público idealizado capaz de efetuar a compra do mesmo, ou seja, as mães. Assim, sua figura estaria representada pelo TUd, aquele que é projetado pelo EUe, que por sua vez, é também uma projeção do verdadeiro planejador de todo ato de fala, o EUc. Mas se olharmos por outro ângulo, considerando a intencionalidade do EUc, alimentada pela

¹⁴ A noção de “quadros” aqui é entendida como a troca do foco da filmagem bem como de seu conteúdo, propício para a análise em questão, ou seja, dividido em blocos como descrito na conclusão.

¹⁵ Cf. ficha técnica que precede a exibição do vídeo capturado em 18/12/2010

lógica mercadológica, a da lucratividade, os reais consumidores (no sentido de aquisição por compra) são as mães.

Então, estas estariam ao mesmo tempo na figura do TUi, por questões mercadológicas e por conta da intencionalidade do EUc e, também, na do TUd, pela interpretação do ato linguageiro (a propaganda em si) uma vez que elas é que teriam a capacidade cognitiva de assistir e se deixar persuadir pelas manobras discursivas elaboradas e materializadas dentro do circuito interno, no espaço do *dizer*.

b. Estratégias de Relevância na *Mise en Scène*

Como ferramenta de argumentação e captação foram utilizados nessa propaganda vários recursos verbais e não-verbais, bem como, estratégias de relevância, os quais vamos recensear a seguir. Começamos pela estratégia de relevância de proeminência na apresentação do produto.

No primeiro quadro (anexo, figura 1), é exibido o nome do produto em letras coloridas em azul e branco e vermelho, grandes e centralizadas (de maneira arqueada) com um recurso fônico de ênfase caracterizada por uma locução masculina que diz: “Danoninho”.

O segundo quadro da propaganda (anexo, figura 2) antecede a imagem de um médico pediatra que relata algo sobre a importância de uma alimentação saudável para o crescimento das crianças. O quadro contém também uma narração enfática acompanhada da música característica do produto e tem os seguintes dizeres: “Opinião do pediatra”.

O fato interessante nessa questão é exatamente a opinião do médico que serve de base para a legitimação do EUe, pois trata-se de um profissional da saúde e, especificamente, da saúde das crianças (pois no mesmo quadro aparece o número do registro do médico, CRM: 41543, ou seja, não se trata de um suposto profissional, mas de um profissional autêntico). Note que identificamos a figura do médico como EUe, não como EUc. Isso porque o EUc é o produtor da propaganda, não os que participam dela. O médico, no caso, está no espaço interno do ato, na instância do *dizer*, ou seja, está localizado no plano das estratégias discursivas.

Mais interessante ainda é que a própria aparição do médico após esse quadro não garantiria a credibilidade de seu enunciado, pois o que ele diz é do senso comum de todo profissional que tem o mínimo de noção sobre nutrição infantil. Em momento algum

ele diz para o público consumir o Danoninho¹⁶ ou que o referido iogurte contém os itens necessários à alimentação saudável. Sua imagem é associada ao consumo do produto automaticamente, pois ancora-se na memória discursiva dos sujeitos interpretantes, como estratégia de argumentação, apenas pela ordem de aparição. O que configuraria como uma estratégia de relevo de argumentação interacional, pela apresentação do texto segundo a qual o receptor teria uma direção, e não outra, dentro do contexto situacional, (TRAVAGLIA, 1999, p.78).

Logo após, o anunciante expõe o quadro que precede a opinião de uma mãe (anexo, figura 3), escrito exatamente “Opinião das mães”.

No quadro seguinte, que engloba uma sequência de cenas, o anunciante se vale do efeito patêmico ao mobilizar esforços de ordem ideacional, segundo os quais uma mãe deve cuidar e alimentar seu filho de maneira correta. Vejamos como isso ocorre.

A propaganda exhibe mãe e filha sob um ar de harmonia e felicidade o que se reflete no discurso da mãe ao falar sobre as vantagens do Danoninho, mobilizando assim fatores de ordem linguística que, de certa forma, parafraseiam o discurso do médico: quando a mãe diz que dá Danoninho a sua filha por saber que o iogurte tem nutrientes essenciais para uma alimentação saudável. Ou seja, através de um efeito *interdiscursivo*¹⁷, ele transfere a informação de um domínio científico para um domínio empírico (a opinião da mãe), apoiado no discurso anterior (o do médico). Há aí uma relação de ação (dar Danoninho à criança) e reação (proporcionar-lhe uma alimentação saudável) encomendada pelo efeito patêmico materno e pelo caráter testemunhal do discurso.

Outro ponto interessante é que nesse quadro um tipo de relevo é utilizado de maneira paradoxal: à medida que a mãe discursa em favor do produto, na parte inferior central, aparece a seguinte mensagem, em letras brancas, pequenas e maiúsculas:

NÃO CONTÉM CORANTES ARTIFICIAIS

Ou seja, é uma informação que favoreceria o fabricante, porém aparece em forma de relevo negativo. O mesmo ocorre com o logotipo do produto exibido no mesmo quadro, na parte superior à direita, em tamanho pequeno, suficiente apenas para o reconhecimento da marca do fabricante. É possível que ocorra, nesse caso, o que, de acordo com Travaglia (1991, p. 79), quanto à natureza do relevo, pode ser chamado de

¹⁶ Eis o texto proferido pelo médico: “As crianças precisam de uma alimentação balanceada. Cálcio e proteínas são essenciais para o crescimento”.

¹⁷ Noção retirada de Orlandi (1999).

Organização das informações em termos de informações essenciais e secundárias, que é quando o produtor do texto marca de alguma forma informações que considera essenciais e outras que considera menos importantes dentro do tópico que está desenvolvendo. O discurso testemunhal da mãe, nesse caso, ganha proeminência sobre as informações que o produtor considera secundárias.

No próximo quadro as imagens são bem elaboradas, embaladas pelo *jingle* do produto, já tão divulgado pela mídia. Mostra-se então uma torre com os principais elementos necessários para uma alimentação saudável de uma criança, numa ordem de maior importância e quantidade, na direção de baixo para cima. Cada camada da pirâmide (de cores diferentes, chamativas) representa um elemento, a saber, cálcio, proteína, vitamina, ferro, zinco e açúcar. O locutor afirma que o alimento tem os nutrientes na medida certa e apenas 6% de açúcar (topo da pirâmide). Resta saber à qual medida ele se refere.

Nessa parte da propaganda apresenta-se então a questão do relevo positivo e do relevo negativo no mesmo quadro, pois no topo esquerdo da tela aparece dentro de uma bola azul, em letras destacadas de cor branca, a seguinte mensagem:

Apenas 6% de açúcar*

O asterisco que aparece do lado do relevo de proeminência nos remete ao relevo negativo. Às informações que não seriam muito favoráveis ao anunciante, mas que, por motivos legais, têm de aparecer, porém, ocupam o espaço inferior da tela em letras negras, bem pequenas. Mesmo se o telespectador percebesse, teria dificuldades em ler, pois desaparecem muito rápido. As informações são as seguintes:

*Calculados sobre os valores diários de referência de carboidratos recomendados para crianças de 4 a 6 anos. Valor baseado em 2 potes de 40g.

Note que as informações, além de estarem numa linguagem inacessível para a maioria dos telespectadores, pois é muito específica da área de profissionais da saúde, em especial, que cuidam do desenvolvimento e alimentação das crianças, são muito desfavoráveis para o anunciante já que restringem os valores anunciados às crianças de 4 a 6 anos. Excluiriam, assim, uma grande parcela de consumidores, ocasionando um efeito contrário à intenção de qualquer discurso publicitário: de captar o maior número do público. Segundo Charaudeau:

[...] trata-se de um organismo que se define também através de uma lógica comercial: uma empresa numa economia de tipo liberal e, por conseguinte, em situação de concorrência com relação a outras empresas com a mesma finalidade. Por essa lógica, cada uma delas procura “captar” uma grande parte, se não a maior parte, do público, (CHARAUDEAU, 2006, pgs. 58-59), (ênfase do autor).

No próximo quadro ocorre o mesmo que no primeiro: a marca Danoninho é mostrada com bastante evidência em letras coloridas de azul e branco e vermelho, grandes e centralizadas (de maneira arqueada) com um recurso fônico de ênfase caracterizada por uma locução masculina; relevo de proeminência.

No penúltimo quadro (num conjunto de imagens alternadas) o anunciante recorre mais uma vez ao senso comum e à patemização ao mostrar crianças mais ou menos da mesma faixa etária, felizes, consumindo o Danoninho num ar de satisfação.

E, finalmente, no último quadro (anexo, figura 4) aparece a foto do produto com seu nome em destaque, como nos quadros 1 e 7, porém, agora, com uma frase em letras maiúsculas, centralizada na parte inferior da tela na cor negra e com a marca do fabricante do lado direito inferior. A frase é dita de forma enfática, mais uma vez pela mesma voz masculina:

PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

De certa forma, é importante dizer que essa frase tem valor anafórico, pois retoma a ideia expressa por todo o texto de diversas maneiras, anteriormente: a de que o Danoninho é fonte de uma alimentação saudável. Nos termos de Travaglia (1999, p.78), essa frase representaria uma *argumentação em sentido amplo*, pois recobre todo o valor semântico-argumentativo do texto. Ou seja, é o recurso do relevo positivo incidindo sobre porções maiores do texto.

6. Retomando alguns conceitos gerais

Vale dizer ainda que a própria apresentação dos quadros representa uma incidência do relevo em blocos maiores, num movimento de retomada ao que já foi dito, reforçando a ideia principal da propaganda, a respeito do benefício que Danoninho proporcionaria às crianças. Essa apresentação é bastante conveniente para o publicitário,

pois todos estão em relevo de proeminência, com letras grandes, coloridas e centralizadas, acompanhadas da música do produto. Além disso, esses quadros obedecem a uma ordem proposital orientando o sentido para uma ideia de causa x consequência, levando o receptor a ter grandes possibilidades de aderir suas ideias e comprar o produto.

No segundo quadro é apresentada a chamada para a suposta opinião do pediatra. Começa-se uma persuasão através de uma voz que geralmente não é contestada (a do discurso científico) e tem grande credibilidade por ser proferida por um especialista do assunto, que diz em nome da ciência, ou seja, está legitimada pela memória dos discursos do telespectador. Assim, esse quadro começa por trabalhar a legitimidade dos sujeitos envolvidos no ato pela voz do discurso científico.

No quarto quadro ocorre a chamada para a opinião da mãe. Voz também credibilizada com base em fatores sócio-ideacionais: o de que uma mãe sempre quer o melhor para seu filho, inclusive a melhor alimentação. A legitimidade aqui é pela figura materna que, dificilmente, não se preocupará com a boa alimentação do filho. Esse quadro se caracteriza pelos efeitos causados pela voz do senso comum (relevo ideacional cognitivo) e pelo efeito patêmico (relevo emocional). Assim, a legitimidade da mãe estaria garantida por esses dois fatores.

No sexto quadro, são apresentados dados que configurariam numa alimentação equilibrada e saudável representada pela pirâmide que distribui convenientemente os alimentos necessários para essa dieta, com base referencial a uma criança de 4 a 6 anos, informação esta apresentada em forma de relevo de rebaixamento. Mais uma vez, a credibilidade aqui é garantida pelo discurso científico.

No oitavo quadro ocorre a chamada para a opinião das crianças que no quadro seguinte¹⁸, no nono quadro, aparecem crianças felizes consumindo o produto, o que poderia causar um efeito patêmico nos interlocutores. Essa credibilidade é garantida, mais uma vez, pelo relevo emocional e pelo relevo ideacional/cognitivo.

O décimo quadro é primordialmente anafórico, que, como dissemos, serviria basicamente para retomar tudo aquilo que o texto-propaganda afirma o tempo todo: a ideia dos benefícios de Danoninho.

Assim, as estratégias de argumentação e captação podem ser divididas em blocos com a seguinte organização:

¹⁸ Ou conjunto de quadros seguintes, o que convencionamos classificar como um quadro apenas, devido ao seu aspecto intencional homogêneo, com variação somente na alternância de imagens.

- primeiro bloco: exposição do produto através do relevo de proeminência com base em recursos fônicos e gráficos com intuito de encaminhar a argumentação em prol de sua importância alimentar e, conseqüente, ratificação de tais qualidades do produto segundo a opinião de um profissional da área da saúde. Fatores externos ao ato: a posição e legitimidade do sujeito e a credibilidade em seu discurso com base científica. Fatores internos: estratégias e manobras discursivas com relação à disposição gráfica e mecanismos fônicos de modo a chamar a atenção do receptor e captar sua atenção e possível adesão;
- segundo bloco: preparação para o discurso da mãe através do relevo de proeminência com base em recursos fônicos e gráficos. Estratégias linguísticas com base no relevo de proeminência quanto sua natureza: *Organização das informações em termos de informações essenciais e secundárias*, com base ideacional/cognitiva e emocional reiterando o discurso do médico. Fatores externos: legitimação do discurso materno com base no senso comum e efeito patêmico do discurso. Fatores internos: estratégias linguísticas como o interdiscurso que propõe *dialogismo*¹⁹ entre senso comum e ciência.
- terceiro bloco: exposição de dados científicos com proeminência nas informações relevantes ao fabricante e ocultamento (relevo de rebaixamento) nas informações desfavoráveis ao mesmo através de recursos gráficos (tamanho, cores e movimentação das letras, imagens) e fônicos (narração dos dados apresentados como vantagens ao consumidor com ênfase em algumas palavras). Fatores externos ao ato: credibilidade nas informações oriundas do discurso científico. Fatores internos: estratégias como léxico elaborado e inacessível à maioria do público, apresentação dos dados relativamente não muito claros devido ao gênero e tipo de interação;
- quarto bloco: reiteração e *merchandising* do produto através da estratégia de relevo positivo, com ênfase em recurso fônico e repetição lexical;
- quinto bloco: preparação para a opinião das crianças através do relevo de proeminência com base em recursos fônicos e gráficos.
- sexto bloco: exibição da opinião das crianças através de recursos não-verbais: contentamento por parte das mesmas, no consumo do produto, expresso por imagens alternadas propositalmente, inclusive a retomada de imagem da mãe, e sua filha, do quadro anterior que relatava a favor de Danoninho. Fatores externos: credibilidade nas imagens de teor agradável e harmônico, convincentes o suficiente para os pais acreditarem estar fazendo algo de bom para seus filhos caso venham, eventualmente,

¹⁹ No sentido bakhtiniano do termo.

comprar o produto. Fatores internos: elementos de ordem não-verbal, manobra linguística através da semiótica da imagem como estratégia de argumentação.

- sétimo bloco: retomada semântica de todo o texto através do relevo de proeminência com a imagem do produto e seu nome em destaque, além da exibição do logotipo do fabricante (na parte inferior à direita) e a mensagem final (também em proeminência em letras maiúsculas, centralizada na parte inferior da tela), recobrando todo o texto anaforicamente:

PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Fatores externos: retomada de toda a legitimidade e posição dos atores do ato construída ao longo do texto. Fatores internos: disposição de imagens e enunciados que retomam discursivamente os aspectos argumentativos do texto, em sentido ideacional/cognitivo e emocional.

7. Considerações Finais

Por meio dos dados aqui expostos, esperamos ter deixado claro algumas questões:

- o relevo é uma forte ferramenta de estratégia para argumentação e captação também em *discursos propagandísticos*²⁰ como o publicitário;
- vários tipos de relevo, em diferentes dimensões da linguagem, podem ocorrer simultaneamente em um mesmo tipo de interação e também em um mesmo gênero segundo sua direção, seu tipo e sua natureza;
- os fatores sócio-ideológicos são essenciais no reconhecimento e legitimação dos sujeitos envolvidos no ato linguageiro, na consideração do sentido do texto e seus possíveis efeitos de sentido;
- todo ato de linguagem parte de um sujeito sócio-politicamente situado, a partir do qual todo ato se elabora sobre os pilares da intencionalidade e, ainda, sob a forma de diferentes aspectos e modos da linguagem num espaço de manobras e restrições linguísticas.

²⁰ Charaudeau (2010) classifica os discursos propagandísticos em três categorias: o discurso político, o discurso promocional e o discurso publicitário.

Esperamos ter contribuído com essa breve análise, segundo a qual o ato de enunciar não é apenas um processo simétrico de interação e, ainda, para me entender, não basta meu receptor ter apenas de cursar o caminho inverso de meu discurso.

Assim, todo ato, além de envolver uma série de fatores psico-sócioideológicos, envolve também uma dinâmica interna da linguagem num espaço de estratégias (lugar do dizer) que influencia o espaço externo do ato (lugar do fazer), porém esse espaço interno não é um vale-tudo uma vez que são os dados externos que impõem aos sujeitos internos algumas restrições, em nome de suas posições sociais e seu reconhecimento recíproco, enfim, de suas legitimidades.

Cabe salientar ainda que o recurso de relevo pode funcionar como uma das muitas possibilidades de se moverem os sujeitos no espaço interno da dinâmica comunicacional, pois podem servir como ferramentas para as manobras discursivas realizadas dentro do circuito linguístico em prol das intencionalidades suscitadas no levantamento, planejamento e realização do ato languageiro.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **A patemização na televisão como estratégia de autenticidade**. In: Mendes E. & Machado I.L. (org.), **As emoções no discurso**, Mercado Letras, Campinas (SP), 2007.

_____. **Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional**. In : PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2009, p. 309-326.

_____. **O discurso propagandista : uma tipologia**. In: Machado, Ida Lucia & Mello, Renato. **Análises do Discurso Hoje, vol. 3**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira (Lucerna) 2010.

_____. “Pathos e discurso político”. In: MACHADO, Ida Lucia, MENEZES, William, MENDES, Emilia (orgs.). *As Emoções no Discurso*, Volume 1. Rio de Janeiro : Lucerna, 2007. p. 240-251.

_____. “Uma análise semiolinguística do texto e do discurso”. IN: PAULIUKONIS, M.A.L., GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Uma problemática comunicacional dos gêneros discursivos**. In: Revista Signos, vol. 43, PUC, Valparaíso, 2010.

_____. “Uma teoria dos sujeitos da linguagem”. (Tradução de Ida Lúcia Machado, Renato de Mello e Williane Viriato Rolim). IN: MARI, H., MACHADO, I.L.,

MELLO, R. (orgs.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - FALE/UFMG, 2001, pp. 23-37.

_____. **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual**. In: Ida Lucia Machado e Renato de Mello. **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

DANONINHO. Disponível em: <http://www.youtube.com>. Acesso em 18/12/2010

JUBRAN, C. C. A. S.; TRAVAGLIA, L. C.; et alii. (1991). Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo (org.) **Gramática do Português Falado** Vol. II: *Níveis de análise linguística*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992: 357-447.

LOPES, Mônica Aparecida Lima. (2009) **Das categorias de língua às categorias de discurso na construção de identidades de gênero**. Niterói-RJ, UFF. Dissertação de mestrado, 144 p.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas-SP. Pontes, 1999.

TRAVAGLIA, L.C. (1999). "O relevo no Português falado: tipos e estratégias, processos e recursos" in NEVES, Maria Helena de Moura (org.). **Gramática do Português Falado Vol. VII: Novos estudos**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 77-130.

_____. **Relevo e desenvolvimento de tópico discursivo**. In: Ingedore Koch, Anna Christina Bentes, Renato Rezende (Orgs.) **Cadernos de Estudos Lingüísticos. O tópico discursivo**. 48 (1), Campinas: Unicamp, 2006, p. 53-70.

_____. (1991). **Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil**. Campinas/Uberlândia, UNICAMP/IEL, Tese de Doutorado, 330 p. + 124 p.

A APROPRIAÇÃO DO DISCURSO PUBLICITÁRIO PELO DISCURSO PROMOCIONAL COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO

THE APPROPRIATION OF ADVERTISING DISCOURSE FOR PROMOTIONAL DISCOURSE AS A CATCHING STRATEGY

Antonio Wallace Lordes (PG – UFES)

wallace_lds@hotmail.com

Terezinha Côgo Venturim (UFMG)

tventurim@hotmail.com

RESUMO: Nesse artigo, vamos investigar a relação entre o discurso de campanhas de prevenção e o discurso publicitário. Assim, vamos analisar à quais estratégias do discurso publicitário o discurso promocional recorre para conseguir adesão do público. Seguiremos os pressupostos teóricos da semiolinguística de Patrick Charaudeau (1999, 2001, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009, 2010). Segundo sua teoria, devemos levar em consideração as condições semiológicas do discurso para interpretar os atos de comunicação. Assim, o esquema de interpretação obedeceria a dois circuitos da linguagem aos quais podemos atribuir um espaço externo (lugar do fazer) e um espaço interno (lugar do dizer) e, ainda, segundo os quais, há uma relação não-assimétrica dos sujeitos do ato comunicativo obedecendo aos seguintes aspectos: (a) a situação de comunicação no qual se encontram os parceiros da troca linguageira, denominados “Eu comunicante” (EUc) e “Tu interpretante” (TUi); (b) as estratégias de *mise en scène*, geridas dentro do circuito interno de linguagem, no qual se situam os protagonistas do ato de comunicação: o “Eu enunciador” (EUe) e o “Tu destinatário” (TUd). A dinâmica dessas relações vai orientar o surgimento de um terceiro espaço: o lugar das manobras e restrições, do qual vão resultar os efeitos de sentido oriundos da relação desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso promocional; Discurso publicitário; Estratégias discursivas; Captação do público.

ABSTRACT: In this article, we investigate the relationship between the prevention campaign discourse and advertising discourse. So, we analyze to which strategies of advertising discourse the prevention campaign discourse appeals to get public attention.

We follow the theoretical assumptions of semiolinguistics from Patrick Charaudeau (1999, 2001, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009, 2010). According to his theory, we must take into account the semiologic conditions of discourse to interpret the communication acts. Then, the scheme of interpretation obey two circuits of language to which we can assign an external space (space of doing) and an internal space (space of saying), and also, according to which, there is a non-asymmetric relationship between the subjects of communicative act concerning the following aspects: (a) the communicative situation in which are located the partners of exchange language, called “Eu comunicante (EUc)” and the “Tu interpretante (TUi)”, (b) the strategies of *mise en scène* managed within the internal circuit of language, in which lie the protagonists of the communication act: the “Eu enunciator (EUe)” and the “Tu destinatário (TUD)”. The dynamics of these relationships will guide the emergence of a third space: the place of the maneuvers and restrictions, from which will result the effects of sense emanated from the relationship of these subjects.

KEYWORDS: Promotional Discourse; Advertising Discourse; Discursive Strategies; Public Catching.

1. Introdução

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar dois gêneros do domínio midiático propostos por Charaudeau (2010): o discurso publicitário e o discurso das campanhas de prevenção (chamado também de discurso promocional), os quais o autor engloba num âmbito maior de classificação chamando-os de discursos propagandísticos, pertencentes, por sua vez, ao domínio midiático.

Como objetivo principal, busca-se analisar à quais estratégias do discurso publicitário o discurso das campanhas de prevenção recorre para conseguir adesão do público embora este seja seu maior beneficiário.

Esse intercâmbio de estratégias, ao que parece, acontece por conta das intencionalidades dos sujeitos envolvidos na situação de comunicação e também por conta dos diferentes objetivos que estão na base desses dois tipos de discurso.

Atendendo aos objetivos desse trabalho, o corpo deste artigo seguirá o seguinte movimento:

- Tecer algumas características de cada um dos gêneros propostos concernindo às intenções dos proponentes do ato sob a perspectiva das visadas discursivas;

- Identificar o movimento discursivo desses sujeitos no circuito interno da linguagem em prol do reconhecimento e legitimidade recíproca dos mesmos;
- Analisar como essa dinâmica argumentativo-discursiva funciona no circuito interno da linguagem (lugar do dizer) cruzando características *da mise en discours* dos dois contratos, apontando seus traços semiológicos (inclusive não-verbais) em prol da captação do público.

Para tal análise optou-se como *corpus* duas peças promocionais que representam essa dinâmica do circuito interno. A primeira foi retirada de um *site* intitulado Na Web (NW!) postadas por Edson Baeta em 12 de novembro de 2007. A segunda foi retirada de um *blog* chamado Hoje to a fim de falar de... cujo dono assina como Bruno Camurati. Na seção onde se encontrava a referida peça, havia uma legenda identificando as figuras analisadas como pertencentes a uma campanha de prevenção contra a AIDS na França. Foram postadas em 11 de setembro de 2009.

2. Características do discurso propagandista segundo as visadas discursivas

Partimos do pressuposto de que toda manifestação linguageira leva, desde sua gênese, vestígios da identidade e da intencionalidade dos participantes do ato. Nesta perspectiva, a língua é vista como instrumento de interação e argumentação, pois nela, estão reunidas as ideologias dos atores do ato linguageiro que pretendem, a todo custo, influenciar seus parceiros, seja para lhes orientar, seja para lhes manipular. É essa a ideia que atravessa todo o constructo teórico das teorias da enunciação bem como, mais remotamente, a teoria polifônica de Bakhtin.

No discurso midiático, o propósito inicial do produtor se resume, numa dimensão ampla, no intuito de informar algo (*fazer saber*) a alguém que não tenha tal informação ou que se supõe que não a tenha. Porém, esse tipo de discurso congrega outros discursos com intenções diferentes, com outros objetivos, porém, agindo sob esse intuito maior que orienta todo o ato discursivo, o que Charaudeau (2004) chamou de *visadas discursivas*. Não vamos nos deter num quadro detalhado das visadas, pois isso desviaria muito de nosso intuito. Apenas vamos apontar aquelas que estão presentes no discurso propagandístico e em seus respectivos contratos, objetos de nossa análise: o promocional e o publicitário.

No discurso propagandístico há uma preponderância da visada da informação, pois este é um tipo de discurso que busca, na lógica mercadológica, sua legitimidade e se

auto-nomeia como entidade especializada em informar. No entanto, para conseguir concretizar essa legitimidade, ela necessita do reconhecimento de seus interlocutores, o público consumidor. Essa proposição está atrelada ao princípio de alteridade benvenisteano (não há um “eu” sem um “tu”). Para Patrick Charaudeau, o sujeito não é nem individual, nem coletivo. É uma abstração que significa e se ressignifica de acordo com a troca dos papéis no ato linguageiro.

O sujeito pode ser considerado como um lugar de produção da significação linguageira, para o qual esta significação retorna, a fim de construí-lo. O sujeito não é, pois, nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro. (Charaudeau, 2001:30)

Assim, não estando em posição de autoridade de obrigar o público a lhe dar o devido reconhecimento não tem outra alternativa senão incitar-lhe por meio da persuasão ou sedução. Daí o teor persuasivo da mídia em apelar para suas estratégias discursivas (seus *slogans*) para a captação do público numa proporção o mais abrangente possível.

2.1. Características do contrato publicitário

O contrato publicitário se caracteriza por seu teor apelativo que obedece a uma lógica econômica. Ou seja, seu objetivo principal é vender um produto, uma marca ou uma ideia. Sua visada principal é *fazer fazer*, ou seja, incitar o consumo, mas não estando em posição de autoridade para isso, o discurso publicitário lança mão de estratégias linguísticas que visam à sedução, tocando muitas vezes a emoção do público (*pathos*), Charaudeau (2007). Outras vezes vai lançar mão de recursos narrativos e/ou argumentativos, em prol de um encadeamento de ideias que leve o consumidor a concluir que seu produto é o melhor e o único, e que vai resolver seu problema (uma carência criada no imaginário do público pelo próprio discurso publicitário). Nesse nível a persuasão acontece através da palavra (*logos*).

Este tipo de plano em que o discurso atua obedece a uma lógica muitas vezes baseada na narratividade dos fatos. Vejamos o que Charaudeau (2010) fala desses dois modos de organização do discurso publicitário:

Em se tratando do (esquema) narrativo e do (esquema) argumentativo, o primeiro é mais adequado para seduzir o interlocutor. De fato, uma narração não impõe nada, ela apenas propõe um imaginário de busca cujo interlocutor poderia, se o quisesse, ser o herói, sob a forma de uma narrativa que diria, pelo menos de maneira implícita : “você tem

uma falta que busca preencher > você pode/deve partir em busca do preenchimento desta falta do qual você será o beneficiário > eis o objeto de busca que te permitirá preencher esta falta” (ênfase do autor)

Podemos afirmar então que, sob a visada principal do discurso publicitário (fazer fazer), a persuasão pode ocorrer também com a combinação desses dois modos de organização do discurso, ou seja, no plano das formas, o EUC estaria propício a usar desse tipo de lógica argumentativa para atingir seus objetivos.

2.2. Características do contrato promocional

O contrato promocional se caracteriza por uma lógica de benefício social. Ele não enaltece um produto, mas visa promover campanhas de prevenção com o objetivo de proteger a sociedade de uma possível ameaça ou flagelo. Assim, busca-se influenciar o público a uma mudança de atitude (deixar de fumar), a uma atitude de prevenção (usar preservativo). Então, podemos afirmar que sua visada principal é, assim como no discurso publicitário, *fazer fazer*, porém com outro objetivo, não aquele que visa o consumo, mas aquele que incide sobre uma possível mudança de comportamento. Sua legitimidade é baseada na detenção de informações que o público não tem, o que coloca o discurso promocional, então, sob a responsabilidade de promover um bem-estar coletivo. Seus preceitos estão sob a égide da ética e da moralidade. O público encontra-se na posição de *dever saber e dever querer* aderir tal ideia.

3. A dinâmica dos sujeitos no circuito interno da organização do ato linguageiro

Segundo a teoria Semiolinguística de Charaudeau todo ato de comunicação se estrutura sobre um postulado de intencionalidade, pois é a partir das intenções dos sujeitos da interação que o ato vai ser orientado para tal ou tal direção. Suas visadas traduzem, grosso modo, essas intenções as quais vão ser geridas no espaço externo do ato. É nesse espaço também que os sujeitos devem se reconhecer e se legitimarem uns aos outros, numa relação de contiguidade identitária. Já no espaço interno, os sujeitos protagonistas do ato de fala, vão trabalhar com os signos e estabelecer suas maneiras de dizer, respeitando, é claro, as restrições formais do contrato. Charaudeau (1995) concebe o ato de linguagem como resultado de uma encenação (*mise en scène*) discursiva, realizada por quatro sujeitos: dois parceiros e dois protagonistas. Vejamos quais são eles:

- O eu-comunicante (EUC)– sujeito empírico, social de que parte o discurso;

- (b) O eu-enunciador (EUE) – o sujeito discursivo (de papel) que, a priori, é reflexo do eu comunicante;
- (c) O tu-interpretante (TUi) – sujeito empírico, social a quem o discurso se dirige;
- (d) O tu-destinatário (TUd)– sujeito discursivo projetado como ideal pelo eu-enunciador.

Como podemos perceber, a teoria de Charaudeau articula duas dimensões da linguagem (interna e externa) que se completam, ou seja, a estruturação do ato linguageiro comporta dois espaços: um espaço de restrições, que compreende as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido, e um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *mise-en-scène* do ato de linguagem.

Na verdade, todo ato de linguagem veicula, através de sua expectativa discursiva, um saber sobre as representações linguísticas das práticas sociais dos protagonistas da linguagem. É normal que o aspecto perceptivo-sensorial da experiência se encontre integrado nesse saber e que seja, como o resto, memorizado na competência discursiva dos protagonistas (CHARAUDEAU, 2008, p. 37).

Assim sendo, para que um ato de linguagem seja válido é necessário que os parceiros se reconheçam e que possuam um mínimo de conhecimento partilhado, mas ao mesmo tempo estes parceiros têm uma margem de manobra que lhes permite usar de estratégias.

Em suma, o sujeito tem o direito de fazer suas escolhas dentro de uma margem pré-estabelecida de acordo com seu contrato de comunicação, mas, ao mesmo tempo, essa margem lhe impõe certas restrições que fazem parte do jogo interativo. Porém, esse pré-estabelecimento não funciona mecanicamente. Depende muito das expectativas, do reconhecimento e da confirmação ou refutação das identidades dos sujeitos dentro da *mise en scène* à qual o Charaudeau atribui características teatrais. Podemos dizer, então, que na abordagem semiolinguística de Charaudeau notamos um duplo espaço de significância: o do mundo externo e o do mundo interno. No mundo externo, encontramos os sujeitos que possuem uma identidade social e que compartilham informações em comum, compartilham cognitivamente do mundo que os rodeia. A esses dois sujeitos, Charaudeau chama de sujeito comunicante (EUC) e sujeito interpretante (TUi). No espaço interno da fala, do ato de enunciação, Charaudeau localiza outros dois sujeitos: o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUd). A semiotização do mundo é gerada a

partir da dinâmica dessas duas dimensões que se completam para fazer valer o ato linguageiro.

Enfim, podemos nos perguntar, nessa concepção, em que a Situação extralinguística se transforma. Ora, é preciso saber que, na tradição linguística, o contexto extralinguístico Situação é o contexto linguístico em oposição ao contexto linguístico (ou seja, o ambiente verbal manifesto). O contexto extralinguístico seria, então, constituído pelo ambiente material pertinente para a codificação ou a decodificação da mensagem, (CHARAUDEAU, 2008, p.32).

A relação entre os sujeitos do ato acontece da seguinte maneira: o EUc, cujo alvo é o TUi, projeta uma voz através da qual vai se pronunciar, ou seja, ele cria uma entidade que vai funcionar como seu porta-voz, (o EUE), que por sua vez vai se dirigir a outra entidade também projetada por ele, (o TUD). Se forem confirmadas as expectativas que o EUc projetou, com base no seu correspondente, o TUi, podemos dizer que houve sucesso no ato de interação. Como podemos notar, o processo não é simétrico podendo o TUi aceitar ou refutar as expectativas construídas pelo EUc. Essa aceitação ou refutação, no entanto, ocorre dentro do ato linguageiro, representado pelo sistema linguístico, no lugar do dizer onde os protagonistas, o EUE e o TUD constroem suas legitimidades realimentando suas entidades correspondentes e indicando se houve ou não interação desejada.

Resumindo, podemos definir a dinâmica estrutural do ato linguageiro da seguinte maneira: um ato de linguagem diz respeito à totalidade da encenação linguageira com seus dois circuitos (externo e interno). O externo diz respeito à relação contratual entre o EUc e o TUi, denominados por Charaudeau de parceiros. O interno diz respeito à encenação, à *mise en scène* do ato que tem como participantes o EUE e o TUD, chamados por Charaudeau de protagonistas, pois são os principais na encenação do dizer. A encenação do dizer se serve de qualquer fórmula verbal desde que delimite o papel dos protagonistas e ao circuito externo fica reservado, além da relação contratual, as manobras discursivas necessárias ao ato de fala do circuito interno. Portanto, os efeitos possíveis produzidos no ato da interação são resultado do ajustamento entre a encenação do dizer e a relação contratual do fazer.

4. Análise das peças promocionais

Transferindo essa dinâmica dos sujeitos linguísticos (sujeitos do circuito interno) de Charaudeau, podemos pressupor que a intenção do publicitário (o qual seria representado pelo EUc) é aproximar ao máximo o TUD (público ideal) do TUi (público

real). Essa necessidade levará o publicista a buscar estratégias que resultem nessa aproximação, pois, se caso isso não ocorrer, todo o processo de comunicação ficará comprometido, ocasionando um fracasso comunicacional e financeiro. Essa tentativa de aproximação vem sendo experimentada também, ao que parece, pelo discurso promocional que, de alguma forma, toma emprestado algumas estratégias do discurso publicitário para chamar a atenção do público.

Por exemplo, na peça promocional (figura 1 em anexo) o sujeito-comunicante se valeu de estratégias para a identificação com o seu público e legitimação de seu discurso.

A peça trata de uma campanha de conscientização contra o consumo de álcool por parte dos motoristas. Busca-se evitar a grande incidência de acidentes de trânsito por estas pessoas que, após consumirem álcool, dirigem sem ter a consciência do perigo que isso representa. Para sustentar a argumentação, que começa pela legitimação do sujeito e do discurso, o autor recorre a um consenso de que a bebida e o álcool não combinam, isso comprovado cientificamente e estatisticamente. Sua posição de legítimo em informar é advinda do domínio (a mídia) no qual veicula sua ideia.

A mídia, como já dissemos, traz consigo uma auto-nomeação de detentora e especialista da informação. Isso faz com que o público tenha credibilidade no tipo de anúncio. É a partir desses pressupostos, leiam-se expectativas, que o anunciante vai elaborar seu projeto de fala. Porém, para se chegar à mudança de comportamentos (hábitos), o anunciante vai ter que articular elementos do plano micro-social. Nesse plano, os sujeitos terão de se reconhecer, de se identificarem, para só então compactuarem ideologicamente.

Na peça referida, o produtor do texto recorreu à memória discursiva que remete à identificação coletiva de um público específico onde marcas de masculinização são essenciais para a ratificação do sujeito. Quer dizer, ele optou por trabalhar o que Charaudeau (2004) chama de nível das três memórias.

Diremos, primeiramente, à maneira de Bakhtin (1984:285), que é preciso, ao sujeito falante, referências para poder se inscrever no mundo dos signos, significar suas intenções e comunicar. Isso é o resultado do processo de socialização do sujeito através da linguagem e da linguagem através do sujeito, ser individual e coletivo. É conjuntamente que se constroem, em nome do uso, a normalização dos comportamentos, do sentido e das formas, o sujeito registrando-os em sua memória. Isso permite levantar a hipótese que existem no sujeito três memórias que testemunham cada uma das maneiras das quais se constituem as comunidades.

Essas memórias se resumem da seguinte maneira :

- Uma memória dos discursos : neste nível, a semantização das formas ocorre por meio de ritualizações languageiras que congrega falantes de um mesmo domínio, manifestando ideias através de esquemas linguísticos representacionais similares entre os grupos, constituindo assim uma identidade coletiva pela qual os sujeitos ratificam seus papéis. Neste plano, ocorre o processo de legitimação dos discursos de um dado domínio (o domínio jurídico, por exemplo). É com essa ideia que, segundo Charaudeau (2004), o discurso publicitário joga com seus *slogans*. Assim, essa memória é a que funda as comunidades discursivas que reúne sujeitos virtuais e que, por sua vez, partilham dos mesmos ideais e posicionamentos.

- Uma memória das situações de comunicação : este nível reúne sujeitos que utilizam dispositivos que normatizam as trocas comunicativas, as expectativas do ato estão neste nível. Aqui, os sujeitos regulam suas maneiras de dizer devido às restrições do contrato, mas, ao mesmo tempo, têm uma margem de manobras para a elaboração de seu projeto de fala.

- Uma memória das formas de signos : este nível tem a ver com as características estilísticas e composicionais das formas de dizer rotinizadas nas práticas discursivas, quer dizer através de seus usos. Este é o nível que funda as comunidades semiológicas, ou seja, que partilham do mesmo código verbal ou de outras semioses. Aqui, o que conta é a execução do ato languageiro no circuito interno da linguagem. Esta memória semiológica, por sua rotinização, determina o que deve ou não ser dito em determinadas situações. E através dela que os sujeitos de uma comunidade estabelecem seus critérios de julgamento de ordem estética, ética e pragmática. Pode-se resumi-la na rotinização das formas de comportamentos e de linguagem.

Agora que expomos os principais pontos de cada uma dessas memórias é fácil identificar que na peça referida o autor recorreu aos três tipos de memórias de maneira que ficassem evidentes e balanceadas, pois todas elas, com a ajuda de signos não-verbais, foram acionadas de maneira transversalizada. Os efeitos de sentido intencionados pelo promovedor da peça são produzidos a partir desses signos que carregam em si o poder da representatividade, ou seja, num sentido amplo, a argumentação estaria sendo orientada pela memória dos discursos que esses signos evocam.

Para ser mais preciso, neste caso, localizamos duas referências principais no anúncio que representam os ideais dos sujeitos interpretantes, marcados ideologicamente por uma cultura machista: o carro e a bebida alcoólica. Sabemos que em tal cultura o

carro representa a força e virilidade masculina, pois simbolicamente indica poder e ostentação. E a bebida representa um rito de passagem da fase da adolescência para a fase adulta desse público. Juntos, esses dois elementos vão dar o tom persuasivo, oriundos do circuito interno, ou seja, vão indicar quais formas linguísticas seriam mais apropriadas para se conseguir a captação de tal público (respeitando-se, é claro, as restrições formais desse tipo de interação: o gênero, o suporte, a organização discursiva, o tipo de linguagem mais adequada; elementos que, juntos, constituem a *mise en discours*).

Interessante analisar que neste momento entra em cena, no plano das representações e das formas, a organização discursiva com base no esquema narrativo do qual Charaudeau (2010) fala: a estratégia de se colocar três imagens numa sequência cronologicamente proposital incitaria o TUi a pensar que uma coisa (a bebida e a direção) leva à outra (ao acidente). Tal fato pode ser observado uma vez que é a partir do segundo quadro que a tampa da garrafa aparece amassada e fora da bebida, ou seja, quando consumida a bebida acoólica leva a algum tipo de prejuízo físico. E para corroborar tal esquema, no último quadro além da tampa da garrafa aparecer amassada, ela aparece virada, representando aí o próprio carro capotado, com a seguinte mensagem: “Don’t drink and drive”, traduzido em nossa língua como “Se beber, não dirija”. É nesse terceiro quadro que o lugar do dizer finalmente se concretiza, pois os quadros que antecederam tal mensagem já vinham construindo essa ideia com outro tipo de semiologia: o da imagem.

Resta esclarecer que é muito comum que as estratégias utilizadas pelas campanhas de prevenção lidem com o signo não-verbal ao lado a linguagem escrita causando um efeito de contiguidade. Isso porque a utilização dos signos não-verbais podem representar a ideologia de um povo, pois como diz Pêcheux (1988), “*É o efeito ideológico do discurso que constituirá o sentido das palavras, expressões ou proposições*”, e, nesse caso, de uma cultura machista baseada na força, no poder, no vício e na competitividade, tudo isso, é claro, relacionado à virilidade. É essa a estratégia discursiva que poderíamos atribuir como empréstimo do discurso publicitário ao promocional: o apelo do não-verbal (imagens chocam!) em congruência com a linguagem verbal, em prol da sustentação de estereótipos, de identidades, no caso, a ostentação da figura masculina.

Na segunda análise, partiremos de duas figuras (anexo 2), mas que estão seguindo uma mesma orientação, pois fazem parte de uma mesma campanha, por isso a consideraremos como uma peça apenas.

No anúncio referido, o promovente usou ícones de uma cultura popular de história em quadrinhos. Tratam-se de figuras heróicas que representam o bem e a força. Porém, para causar um contraste, ele associa caracterizações (não muito comuns para os personagens em questão) sinalizadas pela aparência esquelética de figuras que, nas histórias em quadrinhos, são indestrutíveis. Se por um lado, tais personagens representam força e indestrutibilidade, por outro, há uma doença (a AIDS) que não tem cura e mata. Esse saber a respeito da doença já é de longa data divulgado pela comunidade científica, que aliás, se encontra no direito de proferir tal discurso e, provavelmente, por ser uma voz de alta credibilidade, vai conseguir compartilhar opiniões em comum com o público para o qual direciona-se o anúncio (memória das situações de comunicação). É a voz do consenso aliada ao estatuto de credibilidade científica. Estaria aí garantida a legitimidade do sujeito e seu reconhecimento como digno de informar tais fatos.

Resta à entidade promovente saber a quais manobras, mecanismos linguísticos, recorrerá para atingir tal público, para fazer valer seu projeto de fala. Aqui vale uma observação: pela força da representatividade, as imagens por si só já transmitem a ideia de suscetibilidade e fragilidade à doença por parte de qualquer pessoa, inclusive pelos super heróis. Porém, há necessidade de identificação entre os protagonistas do ato de linguagem de modo que essa identificação tenha repercussão sobre o sujeito do plano externo da linguagem, para quem a persuasão tem de efetivamente surtir efeito, pois ele é o alvo: o TUi. Isso se dará, primeiramente, pela imagem de personagens que já conquistaram o gosto popular via mídia de consumo. Daí o teor publicitário do anúncio: vende-se uma falsa ideia ancorada no mito da eterna juventude: o da indestrutibilidade. Não teria o mesmo efeito, por exemplo, se ao invés de apresentar os super heróis fossem apresentadas as imagens de dois anciãos (memória dos discursos).

Resta ao plano das marcas formais, garantir verbalmente, num movimento, mais uma vez, de congruência e completude às imagens divulgadas, garantir a identificação e o reconhecimento dos sujeitos do plano interno, aproximando assim o TUd do TUi. Para isso, o autor da peça se utiliza de um discurso de igualdade incutindo na cabeça do público que somos todos iguais perante às doenças e que esta, que é fatal, afeta até os indestrutíveis, aqueles com os quais o público (o TUi) se identifica, ou seja, deixa claro em seu projeto de fala que TODOS, sem exceção, podem contrair o vírus HIV e sucumbirem.

É interessante notar também que o promovente teve o cuidado de exibir nas imagens uma mulher e um homem. Ele quer garantir que a mensagem seja passada uniformemente para a sociedade, sem restrições de sexo. Assim, a seleção de imagens

configura também uma estratégia discursiva planejada no âmbito da memória dos discursos, no nível social, porém resignificada através da disposição das imagens no plano interno junto com o enunciado “Aids makes us equal” (A Aids nos torna iguais) e, mais abaixo, “Protect yourself” (Proteja-se) para então repercutir na opinião pública e atingir o TUI, ou seja, sutir efeito no âmbito do qual o criador da anúncio se baseou para gerir tais estratégias. Estamos falando de um movimento de re-alimentação através do qual organiza-se o projeto de fala e seleciona-se elementos com base na identidade dos parceiros da troca localizada no circuito externo para então tratá-los no nível do discurso e redirecioná-los para o público causando-se o efeito pretendido pelo produtor do ato languageiro.

5. Considerações finais

Através desta breve análise podemos perceber o quanto é importante considerar a linguagem como um fenômeno multidimensional e articulado nos dois planos dos quais falamos ao longo do trabalho. Acreditamos que a proposta de Charaudeau constitui um aparato teórico satisfatório para dar conta de analisar os tipos de propagandas que circulam em nossa sociedade, sejam elas para incitar ao consumo ou para incitar a mudança de comportamento perante a uma ameaça. Esta análise põe em questão também que o plano situacional está intimamente ligado ao plano linguístico e que os sujeitos da cena enunciativa não estão desprovidos de influências externas, ideológicas, articuladas no âmbito do fazer. Mas que é exatamente a partir dessa articulação que a linguagem toma forma e surte o efeito pretendido no interlocutor, vista, é claro, como um instrumento de ação e de persuasão que faz o outro agir, pois a linguagem está sempre inserida em contextos ideológicos que a faz tomar consistência e significar o mundo.

Portanto, nesse mundo a ser significado é que os sujeitos vão agir e criar instrumentos de troca de modo a ressignificar os referentes da sociedade a qual pertencem. Ou seja, a linguagem é um instrumento de transformação.

Assim, percebemos que o discurso publicitário e o discurso promocional, vistos como manifestações languageiras de caráter altamente persuasivos, dialogam livremente, uma vez que se utilizam de estratégias em comum, porém com propósitos diferentes. Ficou claro, neste ponto que o propósito inicial de ambos os contratos é incitar (*fazer fazer*), mas ao longo do processo, por uma questão de efeito visado para a interpretação final, há um empréstimo por parte do discurso promocional de estratégias que articulam suas intenções para outras finalidades senão a de incitar.

Referências:

CHARAUDEAU, Patrick. **Análise do discurso: controvérsias e perspectivas**. In: MARI, H. et al. **Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges- Núcleo de Análise do Discurso. Fale-UFMG, 1999.

_____. **A patemização na televisão como estratégia de autenticidade**. In: Mendes E. & Machado I.L. (org.), **As emoções no discurso**, Mercado Letras, Campinas (SP), 2007.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional**. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2009.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O discurso propagandista : uma tipologia**. In: Machado, Ida Lucia & Mello, Renato. **Análises do Discurso Hoje, vol. 3**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira (Lucerna) 2010.

_____. **Uma Análise Semiolingüística do Texto e do Discurso**. In: Pauliukonis, Maria Aparecida Lino & Gavazzi, Sigrid (Org.). **Da língua ao discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Uma problemática comunicacional dos gêneros discursivos**. In: Revista Signos, vol. 43, PUC, Valparaíso, 2010.

_____. **Uma teoria dos sujeitos da linguagem**. In: MARI, Hugo et al (Org.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

_____. **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual**. In: Ida Lucia Machado e Renato de Mello. **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. São Paulo, UNICAMP, 1988.

<http://camubruno.wordpress.com/2007/09/11/aids-makes-us-equal/> acesso em 02/05/2011

<http://naweb.wordpress.com/2007/11/12/propagandas-inteligentes/> acesso em 02/05/2011

Anexos:



Figura 1



Figura 2



Figura 3

O DISCURSO AMOROSO DO SÉCULO XXI: ECOS DO AMOR ROMÂNTICO

LOVING THE DISCURSE OF THE CENTURY XXI: ROMANTIC LOVE OF ECHOES

Cláudia Madalena Feistauer (UNEB / PG-PUC-RS)

claudiafeistauer@ig.com.br

Resumo: O discurso se materializa na linguagem, dessa forma esta análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso amoroso do século XXI considerando a hipótese de que as relações interpessoais tem refletido a celeridade da vida moderna e possuem pouca ou nenhuma vinculação. No entanto, percebe-se que por trás desse discurso ecos do amor romântico, da busca pelo “par ideal”. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar o discurso amoroso do século XXI buscando ecos do amor romântico. Para tanto, buscar-se-á efeitos de sentido em textos vinculados em meio eletrônico num caso específico do suicídio da atriz e modelo Cibele Dorsa. . Considerando que as práticas sociais e as práticas discursivas se entrelaçam serão utilizados os postulados da Análise do Discurso da linha francesa, uma vez que a AD constitui importante ferramenta potencializadora da investigação, pois permite desvelar as posições do sujeito e situando o amor na sociedade atual não se pode prescindir de uma análise que leve em conta a exterioridade e a historicidade.

Palavras-chave: Amor, Amor Líquido, Análise do Discurso.

Abstract: The speech is embodied in language, at the time, this analysis is intended to highlight the meanings of love discourse of the XXI century considering the hypothesis that interpersonal relationships has reflected the speed of modern life and have little or no binding. However it is clear that behind this discourse echoes of romantic love, the search for the "perfect match". This study aims to analyze the speech of the century seeking loving echoes of romantic love. To do so, will seek meaning effects in texts linked electronically in a particular case of the suicide of actress and model Cybele Dorsa. . Whereas the social practices and discursive practices are intertwined will be used postulates of Discourse Analysis of the French line, since the AD is an important potentiator of research tool because it allows to reveal the positions of the subject and putting the love in society today do not may be dispensed with an analysis that takes into account the externality and historicity.

Keywords: Love, Love Liquid, Discourse Analysis.

1. Introdução

A linguagem humana exerce fascínio nas mais diferentes culturas e sociedades desde tempos imemoriais, é uma fonte fecunda de múltiplos valores, inseparável do homem, segue-o em todos seus atos.

O interesse dos homens de diferentes épocas pode ser comprovado por diversos fatos: na Grécia antiga havia discussões entre naturalistas e convencionalistas; na Índia o interesse era preservar a língua por questões religiosas; na Idade média procuravam construir uma teoria geral da linguagem.

Entretanto, tais investigações sobre a linguagem não tinham base epistemológica consistente e se limitavam a especulações filosófico-religiosas e à busca da normatização rígida.

Somente no século XX houve a instituição das bases da Linguística Moderna como ciência autônoma dotada de objeto específico de estudo e de aporte teórico e metodológico sólidos. A Linguística, portanto é uma ciência recente que definiu-se com bastante sucesso entre as Ciências Humanas como o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana e se encaixa na abordagem do Estruturalismo que considera os idiomas como sistemas estruturados.

O responsável por dar à Linguística o status de ciência foi Ferdinand de Saussure que muito contribuiu para a afirmação do estruturalismo na Europa. Tanto que se convencionou datar seu nascimento como movimento identificável em Linguística a partir da publicação da obra póstuma Curso de linguística Geral de Saussure em 1916.

Como o livro não foi publicado por Saussure e resulta da compilação de anotações de três de seus discípulos; Bally, Riedlinger e Sechehaye, pairam suspeitas sobre a legitimidade das idéias veiculadas na obra.

Não se pretende aqui discutir o fato nem tampouco tentar recuperar as fontes verdadeiras do pensamento do mestre. O foco é comprovar as contribuições ao estudo da linguagem deixadas pelo conteúdo da obra que influencia até hoje os estudos linguísticos.

Saussure estabeleceu dicotomias para a compreensão do fenômeno linguístico uma das dicotomias do estruturalismo saussureano encontra-se nos pontos de vista sincrônico e diacrônico em relação ao estudo das línguas. Os neogramáticos do século XIX adotaram a perspectiva segundo a qual a linguística, na medida em que é científica e explicativa, tem que ser necessariamente histórica. Saussure argumenta que a descrição

sincrônica de línguas particulares podia ser científica e também explicativa. A explicação sincrônica difere da diacrônica por ser estrutural em vez de causal.

Saussure, ao se opor ao pensamento neogramático não nega a validade da explicação histórica. Isso porque Saussure desenvolveu um trabalho sobre o proto-europeu que pode ser visto como uma predição da reconstrução histórica dessa língua e que foi aprimorado por outros estudiosos estruturalistas. Além disso, o que ele afirmava em suas conferências em genebra sobre Linguística geral era que o modo de explicação sincrônico e diacrônico eram complementares e que o diacrônico era dependente do sincrônico.

Outra dicotomia que juntamente com o par sincronia/diacronia constitui uma das mais fecundas a distinção entre langue e parole (língua e fala). De acordo com Saussure (1997, p. 17) uma língua é uma forma e não uma substância.

Um importante conceito dado por Saussure foi o de signo linguístico. Segundo ele, é uma entidade psíquica de duas faces o significante e o significado (SAUSSURE, 1997, p. 80).

Saussure estabeleceu dois princípios para o signo linguístico:

1º) A arbitrariedade do signo – o signo é arbitrário com relação ao significado, com o qual não tem nenhum vínculo material

2º) O caráter linear do significante - a natureza do significante é auditiva e se realiza em sequência.

No quadro abaixo são elencadas as diferenças ente o significante e o significado:

Quadro I: diferenças ente o significante e o significado

SIGNIFICANTE	SIGNIFICADO
<ul style="list-style-type: none"> • IMAGEM ACÚSTICA <ul style="list-style-type: none"> • PERCEPTÍVEL • PSICO-FÍSICO • IMPRESSÃO PSÍQUICA DO SOM <ul style="list-style-type: none"> • REPRESENTANTE • TRADUÇÃO FÔNICA DE UM CONCEITO <ul style="list-style-type: none"> • PRESENÇA <ul style="list-style-type: none"> • SOM • MATÉRIA • INCORPORANTE • SENSORIAL 	<ul style="list-style-type: none"> • CONCEITO <ul style="list-style-type: none"> • INTELIGÍVEL • PSÍQUICO • EVOCAÇÃO PSÍQUICA PROVOCADA PELO SOM <ul style="list-style-type: none"> • REPRESENTADO • CORRELATO MENTAL DO SIGNIFICANTE <ul style="list-style-type: none"> • AUSÊNCIA • PENSAMENTO <ul style="list-style-type: none"> • IDÉIA • INCORPORADO • CONCEITUAL

Fonte: CARVALHO, 1997, p. 51

2. Gerativismo

Na década de 1950 Noam Avram Chomsky criou o Gerativismo. Sua teoria passou a ser conhecida a partir da publicação de *Syntactic Structures*. O gerativismo se propõe a explicar os fatos linguísticos e usa as intuições para julgar a sentença.

Segundo ele, a mente deve ser estudada assim como se estuda o corpo humano; cada parte do cérebro tem sua função, portanto, existe uma parte que é responsável pela linguagem. Da mesma maneira como crescimento e as fases de desenvolvimento do corpo humano são determinadas geneticamente, algumas faculdades mentais da mente, como compreensão matemática, habilidade de identificar traços da personalidade dos indivíduos a partir de breves contatos, a habilidade de criar formas artísticas, também são determinadas geneticamente.

Chomsky fez pesquisas silogísticas, ou seja, pelo método dedutivo lançando as idéias para depois comprová-las na realidade. Considerando um dos princípios de que a linguagem deriva de um fator genético pode-se dizer que toda pessoa possui uma intuição gramatical. Uma criança compreende e é capaz de emitir muitas frases inéditas. A linguagem não é adquirida por fatores externos, a mente sustenta a dedução.

A gramática gerativista retrata o conhecimento mentalizado que os falantes possuem da língua que é a competência linguística. Esse conhecimento mesmo que não seja usado está guardado no cérebro. O uso que cada indivíduo faz desse conhecimento no dia-a-dia é chamado de desempenho mas não recebe muita importância do gerativismo.

Chomsky estabeleceu dois tipos de gramáticas dentro do gerativismo. Uma delas é a Gramática Universal (GU) que está presente em todas as línguas e remete-se ao estado zero da mente e é comum a qualquer pessoa. As propriedades semântica, sintática e fonológica são integrantes da gramática universal; um exemplo dessas propriedades são os elementos anafóricos: João mora em Curitiba. Ele veio para cá em 1999. Esses elementos se relacionam com elementos da outra fase. A outra é a Gramática Particular (GP) que se utiliza da gramática universal e também das características próprias de cada língua. Os elementos da língua fazem parte da GU, já a forma e ordem de como esses elementos são organizados na linguagem fazem parte da GP.

São postulados por Chomsky, três estados linguísticos. O primeiro é o estado zero do indivíduo que é comum a todos, geneticamente determinado mas pode ter algumas alterações. Apesar de ser um estado inicial é complexo, pois já se consegue organizar dados e estruturá-los. À medida que a criança vai crescendo e aprendendo a

língua com as pessoas que convive, passa por estados intermediários e quando atinge o domínio da língua chega ao estado estacionário que, segundo pesquisas, é por volta da puberdade.

Dentro dessa teoria, a gramática é simplesmente um mecanismo capaz de associar um conjunto de representações a cada sentença da língua e a gramática universal é o conjunto de condições que essas representações devem obedecer.

Tais teorias ditas formalistas não incluem um elemento fundamental no processo de interação promovido pela linguagem – o sujeito que só vai ser destacado a partir da década de 1960 com o advento da Análise do Discurso (AD) na França que teve como precursor Michel Pechêux.

3. Análise do Discurso

O objeto da Análise do Discurso é o “discurso”. O vocábulo discurso etimologicamente dá idéia de curso, percurso, de correr por, de movimento. Como se fosse um rio, o discurso, dessa forma, remete à circulação de enunciações na sociedade.

Os termos discurso e análise do discurso são tomados em diferentes acepções nas diversas teorias.

Nas expressões como: discurso oral e discurso escrito, discurso jornalístico, processos de coesão e coerência do discurso, discurso estético, identifica-se uma acepção de discurso significando texto. Tais expressões equivalem ao que denomina-se de texto oral, de texto escrito, de texto jornalístico.

Em expressões como discurso autoritário, discurso proferido, discurso pronunciado, identifica-se o campo da oratória, da retórica. Nesse sentido, o termo discurso refere-se à elocução que tem o objetivo de comover, persuadir etc. Mas se, por outro lado, são encontradas as expressões discurso progressista, discurso religioso, discurso político, discurso neoliberal, discurso machista, discurso feminista etc., o discurso não tem significado de texto ou elocução, mas algo que vai além do texto, material empírico em que se materializa o discurso.

O Discurso pode ser entendido como a prática social de produção de textos, de acordo com a teoria mais aceita atualmente. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu *contexto* histórico-social; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m).

Análise do Discurso constitui uma prática e um campo da linguística e da comunicação especializada em analisar construções ideológicas presentes num texto. É

muito utilizada, por exemplo, para analisar textos da mídia e as ideologias que trazem em si.

De acordo com Orlandi (2003, p. 15):

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Portanto, a noção elementar que se tem de discurso como sinônimo de mensagem, informação, pronúncia de meras palavras combinadas em frases, não corresponde ao interesse básico da Análise do Discurso. Podendo estar relacionada tanto à História quanto à Sociologia, a Análise do Discurso vai buscar, na verdade, o sentido ou sentidos produzidos pelo sujeito ao elaborar um discurso, as suas intenções e a forma como é recebido por quem ouve ou lê suas palavras. Por isso Pêcheux (1997) define discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores”.

A peça chave para a Análise do Discurso (AD) é o sujeito, pois é a partir dele que surgem os discursos, embora ele não seja o centro do seu discurso e não tenha poder de decisão, escolha e estratégias de produção discursiva, na concepção da AD. Ele atua como alguém que pensa ter o domínio sobre o que diz, mas na verdade, é o inconsciente e as ideologias de cada um que determinam os discursos. O sujeito não tem condições de despojar-se de desses elementos de sua formação idiossincrásica no momento de emitir opiniões ou fazer colocações, por mais neutras que possam parecer. Assim, ele “é determinado, sem se dar conta, a dizer o que o seu lugar de formação social impõe que seja dito.” (INDURSKY, 1998).

No discurso se inter-relacionam língua e história, onde participam elementos externos. E são nesses elementos que se baseia a Análise do Discurso, buscando no contexto em que é construído o discurso, os seus possíveis sentidos. Assim sendo, a AD não pode ser confundida com uma simples análise de texto, visto que esta se detém nas relações internas analisando apenas o aspecto linguístico do discurso. Para a AD a situação histórico-social na qual se organiza um discurso é de essencial relevância na extração dos sentidos, ou melhor dizendo, na constatação dos “efeitos de sentido”, provocados pelo sujeito discursante e nos sujeitos ouvintes ou leitores do discurso.

Indursky (1998) é bastante perspicaz ao perceber e apontar que existe uma diferença entre sentido e “efeito de sentido”:

Há aí, um deslocamento, a partir do qual não é mais possível pensar na transmissão de informação entre interlocutores. Pensar nesses termos conduz a uma concepção de sentido prévio estabilizado, verdadeiro, único, sem lugar para a ambiguidade, para o desvio e o mal-entendido. Isso é recusado pela Análise do Discurso. Nesse quadro teórico, postula-se que o sentido sempre pode ser outro, e isto está na dependência do lugar em que os interlocutores se inscrevem. Ou seja, nada garante que um discurso produza o mesmo sentido tanto para quem o formulou como para quem o interpretou. Entre os interlocutores há um intervalo que vai muito além do espaço físico que o separa. Há que considerar também por posições ideológicas diversas, inscritas em formações discursivas igualmente diferentes, as quais são responsáveis pela produção não-coincidentes, atribuídos a um mesmo dizer.

A celeridade das informações e avanços tecnológicos da atualidade vem se refletindo nas relações interpessoais. Toda a cultura contemporânea baseia-se na voracidade da aquisição de bens, na ideia de troca mutuamente favorável. A felicidade do homem moderno consiste na sensação de poder com a compra de tudo o que deseja. E sempre está em busca de novas conquistas.

O significado do amor transformou-se ao longo do tempo e pode-se classificá-lo da seguinte forma:

Eros - um amor apaixonado fundamentado e baseado na aparência física.

Psiquê - um amor "espiritual", baseado na mente e nos sentimentos eternos.

Ludus - o amor que é jogado como um jogo; amor brincalhão.

Storge - um amor afetuoso que se desenvolve lentamente, com base em similaridade

Pragma - amor pragmático, que visualiza apenas o momento e a necessidade temporária, do agora

Mania - amor altamente emocional, instável; o estereótipo de amor romântico

Agape - amor altruísta; espiritual

4. O amor na modernidade

A celeridade das informações e avanços tecnológicos da atualidade vem se refletindo nas relações interpessoais. Toda a cultura contemporânea baseia-se na voracidade da aquisição de bens, na ideia de troca mutuamente favorável. A felicidade do homem moderno consiste na sensação de poder com a compra de tudo o que deseja. E sempre está em busca de novas conquistas. (*FROM, 2000*).

Bauman (2004) considera a era da modernidade em que vivemos – um mundo repleto de sinais confusos, propenso a - com rapidez e de forma imprevisível é fatal para nossa capacidade de amar, seja esse amor direcionado ao próximo ou a nós mesmos.

Um tipo de envolvimento atual é denominado “ficar” - tipo de envolvimento que não chega a ser um envolvimento amoroso pleno, mas quase. Está mais para um ensaio do que para as vias de fato.

De maneira geral, os próprios jovens definem que o ficar vai até o ponto em que começaria uma relação sexual. Para eles, abraçar, beijar, acariciar, tocar as partes íntimas e até praticar sexo oral são indicadores que graduam desde as ficadas mais tranquilas até as mais calientes. Pesquisas feitas nos EUA e na Europa mostram que, para os jovens, sexo oral não é sexo. É preliminar, é aquecimento, é ficar. Mas transar não está incluído no rol do ficar! Pelo menos, não de forma geral! (BOUER, 2001). Esse tipo de envolvimento pode ser considerado como “amor líquido” de que fala Bauman.

Em consonância com a AD, parte-se do pressuposto de que sujeito e sentido se constroem junto com o texto, em determinado contexto sócio-histórico. Por contexto sócio-histórico entendemos o contexto em sentido amplo, isto é, as relações ideológicas, as oposições, as lutas de classe que perpassam a construção do discurso e fazem com que o sujeito ocupe determinadas posições para produzir seu discurso, criando, assim, os efeitos de sentido.

O discurso do ficar reflete as relações estabelecidas na sociedade atual que “coisifica” o ser, que determina relações fugazes com pouca ou nenhuma vinculação.

No entanto, outros discursos que circulam socialmente refletem uma perspectiva romântica do amor, como pode ser desatacado no caso do suicídio da atriz e modelo Cibelle Dorsa.

Ela se atirou do sétimo andar do prédio onde morava, em São Paulo após a morte do seu noivo, que dois meses antes havia se jogado do mesmo apartamento. Ele tinha problemas com drogas.

No dia em que o noivo se matou, Cibele postou no tweeter “Meu noivo se suicidou essa noite, com ele morto eu me sinto morta. Prefiro ir com ele, minha força não faz mais sentido. Quero ir encontrá-lo.”, “Uma parte da minha vida se foi, talvez a maior, ele era muito grande para ser apenas uma pequena parte”, “Te amo meu amor, você que me deu tanta vontade de viver...” “Estou confusa, não sei se sou covarde pq não me mato ou se sou covarde pq quero viver”.

Antes de se matar Cibele também tuitou: “Lamento, eu não consegui suportar a morte nos meus braços, mas lutei, até onde eu pude.”

Verifica-se que o Amor Mania suplantou o Amor Ágape, uma vez que a atriz era mãe de duas crianças e o amor de mãe é considerado incondicional, altruísta e ela colocou o amor romântico acima de tudo.

Percebe-se também presente no discurso finais proferidos pela atriz o estereótipo do Amor Romântico de Romeu e Julieta que leva o sentimento às últimas conseqüências, a morte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objeto discursivo tomado para análise, é necessário sair da materialidade linguística para compreendê-la em sua exterioridade, no social, espaço em que o linguístico, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância. O Discurso tem existência na exterioridade do linguístico, no social, é marcado sócio-histórico-ideologicamente .

O sujeito constituído por diferentes vozes sociais, é marcado por intensa heterogeneidade e conflitos, espaços em que o desejo se inter-relaciona constitutivamente com o social e manifesta-se por meio da linguagem (FERNANDES, 2008).

Percebe-se que as relações amorosas da modernidade, mesmo com a atitude de não vinculação, encontra-se nos discursos que circulam socialmente, ecos do amor romântico, a busca desenfreada por parceiros reflete o sujeito fragmentado, que ao falar e/ou enunciar seu discurso, ele sempre está se remetendo ao já-dito, a outros discursos, no caso, o discurso da pós-modernidade que prega as relações superficiais, mas que na verdade deixa nas entrelinhas a busca pelo par ideal, um companheiro (a) fiel e duradouro (a), construído pelo ideal romântico. Prova disso são os inúmeros livros publicados com o tema, os filmes românticos que tanto fazem sucesso bem como palavras e juras de amor eterno que circulam mesmo entre a geração jovem.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Amor Líquido** – sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BOUER, J. **Será que "ficar" é mesmo novidade?** Veja Especial Jovens: Setembro de 2001. Disponível em: http://veja.abril.com.br/especiais/jovens/p_033.html. Acesso em: 10.05.2011.
- CARVALHO, Castelar. **Para compreender Saussure**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FERNADES, C. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. São Carlos: Clara Luz, 2008.
- FROM, E. **A arte de amar**. (tradução Milton Amado). Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- INDURSKY, Freda. **O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas**. In: Gragoatá, n. 5. Niterói, RJ: EdUFF, 2º sem. 1998.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**. 2 ed. São Paulo: Pontes, 2005.
- PÊCHAUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**.; Campinas: EDUNICAMP, 1997.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
Site: <http://margaridasempapel.wordpress.com/2011/03/28/antes-de-se-matar-cibele-dorsa-enviou-carta-de-suicidio-para-a-revista-caras/>Acesso: 10.05.2011.
http://veja.abril.com.br/especiais/jovens/p_033.html. Acesso em: 10.05.2011.

ENTRE O DISCURSO RELIGIOSO E O DISCURSO SOBRE O FEMININO: ASPECTOS DO FUNCIONAMENTO DE UMA SEMÂNTICA GLOBAL NOS TEXTOS DE VISÃO MISSIONÁRIA

BETWEEN THE RELIGIOUS DISCOURSE AND THE DISCOURSE ABOUT THE WOMAN: ASPECTS OF THE FUNCTIONING OF A GLOBAL SEMANTIC IN TEXTS OF VISÃO MISSIONÁRIA

Daiane Rodrigues de Oliveira (PG-ILE/UNICAMP)

daiane.unicamp@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute como o texto bíblico sobre a submissão feminina aparece na revista **Visão Missionária**. Para tanto, tomamos como base a noção de *Semântica Global* proposta por Maingueneau (2008) e a noção de *Comentário* apresentada por Foucault (1970). De acordo com esses autores, tentamos mostrar como o texto do apóstolo Paulo é interpretado nessa revista cristã.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Comentário, Discurso Religioso, Semântica Global

Abstract: This paper discusses how the biblical text about the woman submission appears in the magazine **Visão Missionária**. In other to do this, we are based in the notion of *Global Semantic* proposed by Maingueneau (2008) and in the notion of *Commentary* presented by Foucault (1999). In accordance with these authors, we try to show how the text of the apostle Paul is interpreted in this Christian magazine.

Keywords: Discourse Analysis, Commentary, Religious Discourse, Global Semantic

1. Considerações Iniciais

Em decorrência da Revolução Francesa, o século XIX é marcado por movimentos feministas, que buscavam igualdade social e política entre os sexos. As mulheres lutavam pelo direito de serem cidadãs e votar, de terem condições justas de trabalho e controle sobre os seus próprios corpos. Nessa busca, deparavam-se com diversos campos do saber, como a filosofia e o direito, que não reconheciam a igualdade de direito entre

homens e mulheres. No domínio religioso cristão, a igualdade entre os sexos ainda esbarrava nos textos bíblicos que pregavam a submissão feminina. No protestantismo, a interpretação da Bíblia é uma questão chave. Ao apresentar, em 1517, as 95 teses que colocavam em xeque a prática das indulgências como meio de alcançar a salvação, Lutero defendia que a interpretação católica dos textos bíblicos estava equivocada. No século XIX, as feministas protestantes se valeram de uma estratégia semelhante, a fim de combater que a submissão política da mulher fosse um desígnio cristão.

O objetivo desse trabalho é discutir como o texto sobre a submissão feminina é interpretado na revista **Visão Missionária**. Buscamos explicitar como o enunciador de um discurso religioso/cristão faz funcionar, a partir de sua competência discursiva, esse texto bíblico. Para tanto, recorreremos à noção de *Semântica Global* proposta por Maingueneau (1984) e, além disso, mobilizamos a noção de *Comentário* apresentada por Foucault em **A ordem do discurso** (1970).

Antes de analisarmos os textos propriamente batistas, apresentamos sumariamente a constituição do movimento feminista protestante no século XIX. Julgamos interessante apresentar esse posicionamento porque é o momento em que o texto sobre a submissão feminina, como um postulado cristão, foi posto em questão. O movimento abre condições de possibilidade para o questionamento do texto. Esclarecemos que as mulheres batistas não se apresentam ou reconhecem como feministas. Porém, a tese de que há algo de “estranho” no texto da submissão feminina, visto como um postulado cristão, também reaparece em **Visão Missionária**.

2. A Semântica Global do discurso batista e a revista **Visão Missionária**

Maingueneau (2008) propõe que cada discurso é regido por uma *Semântica Global*, que regula desde os diferentes planos de discurso até os espaços institucionais nos quais este discurso circula. Segundo o autor, cada enunciador de discurso dispõe de uma *competência discursiva*²¹: um sistema simples, porém, fortemente estruturado, o qual permite que ele seja capaz reconhecer enunciados pertencentes a sua própria FD como

²¹ Maingueneau (2008) propõe a existência de uma competência discursiva semelhante ao modelo da competência linguística de Chomsky, mas diferente desta, a discursiva não se funda na hipótese do inatismo, nem pode ser analisada como a gramática do discurso, pois não busca definir porque frases são gramaticais ou não, nem está ligada a uma língua específica, mas toma a língua como um sistema *a priori* que se impõe ao discurso. Enquanto a questão da aquisição da linguagem chomskiana relaciona-se à explicação da capacidade que os falantes têm de aprender uma língua diante de um número limitado de *performances*, a “aquisição” da competência discursiva relaciona-se à simplicidade do sistema de restrições do discurso e a possibilidade de dominá-lo.

também seja “capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa FD”. Além disso, essa competência ainda tem uma propriedade *interdiscursiva* que permite que o enunciador reconheça enunciados contrários a sua competência. Nas palavras do autor, a competência *interdiscursiva* supõe a “aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados ou das formaçã(o)es do espaço discursivo que constitui (em) seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p.55).

Maingueneau (2006a, 2006b) também propõe que, entre os vários tipos de discursos, há um determinado grupo que tem um estatuto particular: os *discursos constituintes*. Segundo o autor, estes discursos apresentam-se como autorizados no próprio ato de sua enunciação, legitimam as práticas discursivas de uma sociedade, dão sentido aos atos de seus membros e funcionam como fonte de legitimação para outros discursos, visto que se descrevem como ancorados em algum Absoluto, que, apesar de se supor exterior a eles, é, paradoxalmente, construído por eles na enunciação. Para o pesquisador, o discurso religioso, assim como o filosófico, o científico e o literário, é um discurso constituinte. Desse modo, enquanto derivados de um *discurso constituinte*, cada posicionamento do campo religioso descreve-se como o verdadeiro defensor da fé. No domínio do cristianismo, cada posicionamento descreve-se como o defensor da fé verdadeira deturpada pelos demais e também como o verdadeiro interpretante da Bíblia.

No que tange ao posicionamento cristão-batista, o modo de *encadeamento* dos textos é marcado por um grande número de citações e comentários de textos bíblicos. Propomos que essa necessidade de repetir os textos faz parte da *semântica global* desse discurso. Apresentar sua fonte constantemente seria um modo de tentar evidenciar que não foge dela. A revista **Visão Missionária**, que é uma publicação trimestral da **União Feminina Batista do Brasil**, também tem esse modo de *encadeamento*. Esse periódico, que aborda diferentes questões relacionadas à vida da mulher no seu cotidiano, tenta mostrar como uma mulher cristã deve se comportar.

3. O feminismo protestante e a competência discursiva cristã no que diz respeito à mulher

A historiadora Élisabeth Sledziewski (1991) afirma que a Revolução Francesa foi uma mutação decisiva na história das mulheres, na medida em que põe em causa a hierarquia dos sexos. Com a Revolução, as mulheres alcançaram direitos na sucessão dos bens, a maioria civil e a possibilidade de testemunhar nos registros civis e, principalmente, direitos sobre o estado civil e o divórcio. O casamento é estabelecido

como um contrato civil, em que os dois contratantes “são igualmente responsáveis e capazes de verificar por si mesmo se as obrigações criadas pelo seu acordo são corretamente executadas” (SLEDZIEWSKI, 1991, p.45). A nova lei do casamento abre uma nova possibilidade: aquela que pode escolher o marido, também deveria poder escolher o governo. No entanto, a possibilidade da mulher se colocar em pé de igualdade com o homem no corpo político causou reações contrárias mesmo entre os revolucionários franceses. Filósofos justificavam que era a própria natureza (a vocação natural feminina para cuidar do lar e a sua fragilidade) que exigia que as mulheres se mantivessem fora da vida política. Em resposta a isso, diferentes textos foram produzidos no sentido de tentar mostrar a igualdade entre as partes. Embora os enfoques fossem diferentes, uns de caráter mais filosófico, outros políticos e outros éticos, todos defendiam a igualdade entre os sexos.

No campo da religião cristã, a questão da igualdade entre os sexos toca diretamente o texto bíblico sobre submissão feminina de autoria do apóstolo Paulo:

Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos. (Efésios, 5:22-24).

Esse texto tem sido objeto de diversos comentários na teologia cristã. Discutindo o papel da mulher na religião, Jean Baubérot (1991) afirma que o protestantismo se afasta do catolicismo, na medida em que considera a vida secular e a vida conjugal um lugar privilegiado para a mulher, porém, no que diz respeito ao sacerdócio, esse também ainda não é aceito para as mulheres. Segundo o autor, a situação das mulheres no protestantismo é marcada por uma certa ambivalência. De um lado, a concepção do sacerdócio universal proposta por Lutero faz com que haja uma preocupação com a instrução das mulheres nos países protestantes, o que leva a um relativo avanço da educação nesses países no século XIX. Mas, por outro lado, as mulheres são excluídas de exercerem a função pastoral, por causa da concepção social dominante da repartição dos papéis masculino e feminino e, principalmente, pelas passagens das epístolas de Paulo relativas às mulheres.

De acordo com Baubérot, nos Estados Unidos, as mulheres protestantes participaram de campanhas antiescravagista. Essa participação começou com um artigo de um jornalista calvinista que pedia que as mulheres da alta sociedade lutassem pela libertação das mulheres negras, “entregues à crueldade e à “concupiscência” dos homens” (BAUBÉROT, 1991, p.247). Diante dessa conclamação, essas mulheres

organizaram um movimento antiescravagista feminino. Elas acusavam as igrejas de manter em situação de inferioridade os negros, mesmo quando livres. Muitas faziam protestos diante de um numeroso auditório, o que fez com que a associação dos pastores congregacionalistas publicasse uma carta na qual, a partir de citações do Novo Testamento, defendia que o papel das mulheres não consistia em tratar de assuntos públicos. Baubérot afirma que com essa carta, a questão de gênero somou-se à da escravidão. Para o autor, a união dessas duas questões foi muito importante, porque talvez as mulheres pudessem ter se calado diante da argumentação dos pastores no que diz respeito às mulheres, porém viam no combate da escravidão uma causa divina.

Em resposta a carta dos pastores congregacionalistas, Sarah Grimé publica, em 1838, **Letters on Equality of the Sexes, and the Condition of Woman**, considerado o primeiro manifesto feminino protestante. Neste, a autora afirma que a Bíblia, corretamente traduzida e interpretada, não ensina a desigualdade entre homens e mulheres, mas, ao contrário, propõe que ambos foram criados com os mesmo direitos e deveres. Chamamos a atenção nessas cartas para a interpretação que Grimé (1838) faz das postulações do apóstolo Paulo a respeito da mulher. A autora afirma que o principal suporte para o dogma de que as mulheres seriam inferiores e, por consequência, submissas ao marido, é encontrado em algumas epístolas desse apóstolo. A respeito dessas, a autora afirma que, quando Paulo diz que a mulher deve ser submissa ao marido, ele estava sob influência de preconceitos judeus, os quais não permitiam, por exemplo, que mulheres lessem nas sinagogas. Nesse sentido, para Grimé, nessa questão, Paulo não falava como um cristão, mas como um judeu. A autora defende que pensar que o homem é superior a mulher é uma ordem divina seria um absurdo, e a única justificativa para isso seria paixão humana pela supremacia, o que caracterizaria, na concepção da feminista, o homem como uma criatura corrupta e caída. Assim, ela conclui que Paulo, enquanto cristão, não poderia afirmar a inferioridade feminina.

Analisando o texto de Grimé (1838) segundo a hipótese da *semântica global*, podemos afirmar que, para ela, o que falha no texto de Paulo é que este segue a semântica global da doutrina judaica e não da doutrina cristã. A autora não reconhece essa submissão como um postulado da sua competência discursiva cristã, mas como o da competência de seu Outro: o judeu.

4. As interpretações da submissão feminina em Visão Missionária

4.1 A submissão voluntária

Desde as cartas de Grímté (1838), o texto que trata da submissão feminina é uma questão polêmica na teologia protestante. Em **Visão Missionária**, enquanto revista cristã, o texto bíblico da submissão feminina é um tema imposto. Nessa revista, o texto é comentado de diversos modos. Foucault (1999) propõe que entre os procedimentos internos de controle do discurso, ao lado do autor e das disciplinas, está o procedimento do *comentário*. Assim, entre os discursos, há um certo desnivelamento. De um lado, estão os atos de fala que desaparecem no próprio ato que os pronunciou, de outro, aqueles discursos permanecem e estão na própria origem do dizer. Acredita-se que em tais discursos guardam um tipo de segredo ou riqueza, por isso, são, indefinidamente, repetidos, retomados e transformados. A noção de comentário explicitada por Foucault diz respeito a esse tipo de discurso, que, como explica o autor, “para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1999, p.22). Entre esses discursos que são comentados, o filósofo inclui os textos religiosos. Tais textos circulam com um estatuto de narrativa maior, como se guardassem um tesouro de sentido, o qual deve ser indefinidamente comentado.

Nesse sentido, um comentário do texto sobre a submissão feminina foi apresentado na revista **Visão Missionária**, na edição do segundo trimestre de 1983. Em um artigo que discute as “*Chaves Bíblicas para o sucesso no lar*”, a submissão é apresentada como uma dessas chaves.

A submissão é o desígnio de Deus para a mulher: é o ato de adoração a Deus, quando é uma atitude adotada por decisão livre, deliberada e voluntária dela para com o marido. [...] Caldas Aulete define submissão como obediência voluntária. Biblicamente, submissão significa:

- 1) Rendição – quando nos sujeitamos à soberania de Jesus Cristo, rendemos a nossa vontade.
- 2) Deixa de Resistir – você percebe que está resistindo mentalmente? – “Não é justo! Por quê”.
- 3) Aceitar a autoridade de Outro – Dizer “sim” à autoridade de outra pessoa
- 4) Ceder Sem Murmurar – fazer tudo sem murmurações e contendas (Fil. 2: 14).
- 5) Igualdade de Condições em Relação ao Marido – No que se refere à inteligência e outras qualidades, ele (o Senhor) quer que façamos uso dessas características em nosso lar.

6) Ceder sua própria opinião – submeter às opiniões ao marido. Isso não é um direito, mas uma responsabilidade.

7) Ser submissa – aprender a se curvar para o Senhor Jesus, pode atingir seu marido (grifos nossos).

No texto, a submissão só é considerada um desígnio de Deus e um ato adoração quando é uma “decisão livre, deliberada e voluntária”. Primeiro, há uma tentativa de precisar “submissão” em termos do dicionário: “obediência voluntária”, e, a seguir, tenta-se precisar o termo *biblicamente*. Nessa definição, o sentido de submissão passa por três questões: (i) a submissão é, sobretudo, a Deus; (ii) a submissão significa igualdade de condições, a mulher seria submissa, mas em igualdade de condições; (iii) a submissão funciona como um meio de atingir (evangelizar) o marido.

A questão da submissão também é discutida no texto “*Relacionamento horizontal no lar*” no primeiro trimestre de 1988, do qual selecionamos os seguintes excertos:

O marido, como cabeça da família, tem a solene obrigação de estabelecer uma atmosfera de amor e tranquilidade no lar; a mulher, com sua submissão voluntária, colabora com esse clima de felicidade (grifos nossos).

Inúmeras vezes, na Bíblia, a responsabilidade primeira do marido para com sua mulher é ressaltada [amá-la]; há referência quanto à mulher amar também o marido (Tito 2:4); mas sua principal responsabilidade como mulher é obedecer a seu marido. Obediência envolve submissão. E submissão ao marido é, realmente, submissão ao Senhor. Se a mulher acha que o marido não merece sua submissão, deve subordinar-se a ele por amor ao Senhor (grifos nossos).

Aqui a submissão da mulher é especificada como “voluntária”. O que retoma o sentido do dicionário “obediência voluntária”. A especificação (voluntária) de obediência é expandida para submissão. Essa especificação aponta para um sentido de que a submissão não seria uma ordem ou obrigação, mas uma atitude derivada da livre vontade de ser submissa. Ela não é obrigada a ser, mas é porque quer ser. As obrigações dos cônjuges são estabelecidas: o marido deve amar a esposa e a essa obedecer ao marido. O texto levanta a seguinte problemática: se o marido for um cristão fiel, ser submissa a ele é bom, porém, e se o marido não for um cristão, deve a mulher ainda ser submissa? A essa questão, responde: “Se a mulher acha que o marido não merece sua submissão,

deve subordinar-se a ele por amor ao Senhor”. A submissão é descrita assim como um ato de obediência a Deus. Desse modo, nesse texto, também são defendidas as teses de que a submissão feminina é, em última instância, submissão a Deus, e de que essa é uma forma de evangelizar o marido.

Em suma, nos dois textos de **Visão Missionária**, são afirmadas três teses fundamentais: i. a mulher deve ser submissa ao marido, porque a submissão a ele é, em última instância, submissão a Deus; ii. a submissão é um meio de evangelização do marido; iii. a submissão é um ato voluntário, ou seja, a mulher pode escolher ser ou não submissa.

De acordo como Foucault (1999), o comentário tem dois papéis, a saber, a construção (indefinidamente) de novos discursos e a possibilidade de dizer o que realmente estava no texto primeiro, ou seja, “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 1999, p.25). Desse modo, explica o autor, o comentário permite dizer algo além do texto primeiro, porém “com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado” (Ibidem, p.26).

Nos textos analisados, o enunciador de **Visão Missionária** tece um *comentário* a respeito do texto bíblico. Em certo sentido esse comentário tenta atualizar o texto bíblico às condições de produção da revista. O mesmo é reafirmado/retomado: a mulher deve ser submissa: “é um exemplo que deve ser imitado pela mulher crente desejosa de sabedoria de coração”, “é a chave para levar um marido incrédulo a Deus”. No entanto, para que o texto bíblico não seja julgado preconceituoso ou “injusto”, o enunciador desse discurso comenta-o, visando anular o sentido impositivo de submissão. O comentário tenta acabar com as possíveis resistências: “Não é justo! Por quê?”, “Se a mulher acha que o marido não merece sua submissão”, apelando para o caráter voluntário da submissão.

Assim, diferentemente de Grimé (1838) que descreve o texto sobre a submissão feminina como derivado de uma competência não cristã, nesses artigos de **Visão Missionária**, o texto é repetido e apropriado. Tenta-se anular um sentido de submissão como algo imposto e, portanto, negativo, para mostrá-la como uma “atitude voluntária e livre”.

4.2 A necessidade de contextualização do texto

No primeiro trimestre de 2010, **Visão Missionária** apresentou o texto “*Mulheres e homens: iguais nas diferenças*”. Após a descrição de algumas conquistas femininas ao

longo do século XX, como chefiar grandes empresas ou governar países, e o papel da mulher como uma provedora do lar, junto com o marido, é afirmando no texto:

Este é o século 21 nas grandes metrópoles. Não há sentido em se falar, hoje, em submissão, como muitos ainda defendem a partir da leitura literalista do texto bíblico. A palavra está mais do que desgastada, mas não há outra: a mensagem bíblica precisa ser contextualizada. Aliás, nunca entendi porque contextualizamos algumas passagens bíblicas e outras, não. Mulheres falam em igrejas (mesmo naquelas comunidades mais obscurantistas) e há proibição na Bíblia quanto a este ato (1Co 14. 33-35). Os intérpretes são quase unânimes em descartar a interpretação literal, no que fazem bem. Essa deveria ser a regra (grifos nossos).

Nesse texto, a posição em funcionamento é diferente dos anteriores. Aqui o texto da submissão deve ser contextualizado. O texto é visto como circunstancial, servia para aquela realidade de Paulo, mas não se aplica mais: “não há sentido falar, hoje, em submissão”. Segundo o texto, falar em submissão seria adotar uma leitura “literalista do texto bíblico”, o que deve ser descartado.

No que diz respeito à posição da Convenção Batista Brasileira, José Pereira, em **História dos batistas no Brasil** (1985), afirma:

Os batistas da Convenção Batista Brasileira não têm restrições quanto ao trabalho das mulheres nas igrejas. Entendem que as advertências feitas pelo apóstolo Paulo se prendiam a situações locais, passageiras, e que foram superadas à proporção que o próprio cristianismo foi operando, o que se pode chamar de redenção da mulher (p.217).

Para Pereira, as considerações de Paulo sobre a mulher também foram circunstanciais: “locais, passageiras” e superadas, com a chamada “redenção da mulher” operada pelo cristianismo.

O historiador David Oslon (1997) afirma que uma das contribuições de Aquino, e também de Lutero, foi mostrar que um texto é produzido por uma pessoa histórica, dirigido a uma audiência histórica particular. Nesse sentido, a interpretação do texto como circunstancial propõe que o texto da submissão foi escrito por Paulo para uma platéia específica (judeus que se tornavam cristãos no início do cristianismo). Desse modo, o texto não deveria ser interpretado como uma espécie de ordem divina irrevogável e atemporal, mas como ligado a situações “locais” e “passageiras”.

4.3 *Maridos sejam sujeitos às suas mulheres: o cotexto do texto*

Por fim, gostaríamos de apresentar mais uma forma de interpretação do texto sobre a submissão feminina. O texto “*Maridos: sejam sujeitos às suas mulheres*” foi publicado na revista **Ultimato** (Marco-Abril 2011), periódico evangélico não ligado a uma denominação específica. O texto é de autoria da psicóloga batista, Dagmar Grzybowski. Para a autora, a chave da interpretação do texto sobre a submissão está em seu cotexto:

O fato de haver uma divisão de assunto entre os versículos 21 e 22 faz com que se perca a fluência natural do texto escrito. [...] em Efésios, imediatamente antes de falar sobre a submissão da mulher, Paulo afirma: “*Sujeitem-se uns aos outros*” (Ef. 5.21). Ora, *uns aos outros* significa que os maridos devem sujeitar-se às esposas da mesma forma que elas aos maridos (GRZYBOWSKI, 2011, p.31).

Segundo a autora, para compreender a questão, é preciso considerar o texto bíblico anterior ao da submissão feminina, que diz que cada um deve sujeitar-se ao outro. Desse modo, para a autora, assim como a mulher estaria submissa ao marido, o marido estaria à esposa. Nessa explicação, a autora acrescenta:

Infelizmente, em uma parte significativa das igrejas cristãs, existe dificuldade em lidar com a questão do funcionamento dos papéis na relação conjugal. Influenciados pelos ranços culturais de matizes machistas, tendemos a distorcer o propósito de Deus na criação e vivemos um modelo alicerçado na temporalidade da queda (Ibidem, p.31).

Assim, para a autora, a submissão seria um resultado da queda do homem no Éden. De acordo com ela, haveria três momentos distintos da história: o da harmonia da criação, em que todos eram iguais; o após queda, em que haveria hierarquia e o momento da restauração com Cristo, em que todos seriam novamente iguais.

Uma tese sustentada tanto nos textos de Grimté (1838) e de Pereira (1985) e quanto no de Grzybowski (2011) é de que o cristianismo operou chamada “redenção da mulher”. Segundo tal tese, a queda da humanidade no Éden teria causado a submissão da mulher, a igualdade só teria sido restabelecida pela morte de Cristo.

Além da explicação pelo contexto, Grzybowski ainda defende que a submissão é própria do caráter cristão: “é necessária a compreensão de que o único modelo de liderança aceito em qualquer relação, a partir de Cristo, é o modelo do próprio Cristo: o líder-servo que dá a sua vida em favor dos liderados” (2011, p.31). Nesse sentido, para a autora, submeter-se ao outro é um comportamento apropriado ao cristão, porque segue “o modelo do próprio Cristo”, sendo, portanto, algo positivo.

5. Considerações finais

Desse modo, em **Visão Missionária**, o texto da submissão feminina é comentado de diferentes formas: comportamento cristão, decorrência da “queda” do homem, meio de evangelizar o marido, atitude voluntária. Quando interpretado como uma atitude voluntária, o texto ganha um caráter optativo e cerceia a interpretação de que a mulher seria oprimida ou julgada inferior, interpretação esta que poderia fazer com que o texto fosse julgado preconceituoso.

A relação de **Visão Missionária** com os textos bíblicos é regulada pela *semântica global* do discurso cristão-batista. Esse discurso, como um posicionamento derivado de um *discurso constituinte*, tem a necessidade retomar constantemente a Bíblia, a fim de tentar evidenciar que não foge dela. Assim, ao citar um texto que pode parecer polêmico (como o da submissão), o enunciador batista comenta-o, não para anulá-lo, mas para defendê-lo, mesmo que seja para afirmar que esse já não se aplica mais hoje literalmente ou que a submissão é um comportamento próprio de todos os cristãos, sejam homens ou mulheres.

Referências

BAUBÉROT, J. Da mulher Protestante. In: **História das Mulheres no Ocidente. O século XIX**. DUBY, G. PERROT, M. (org.). vol. IV. Porto: Afrontamento, 1991. p.239-255.

FOUCAULT, M. (1970) **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

GRIMTÉ, S.M. **Letters on the equality of the sexes and the condition of woman**. Boston: Isaac Knapp, 1838.

GRZYBOWSKI, D.F. Maridos: sejam sujeitos às suas mulheres. **Revista Ultimato**. Ano XLIV, Mar/Abr. 2011. p.31.

MAINGUENEAU, D.(autor). POSSENTI, S.; SILVA, M. C. P. S. (org.). **Cenas da enunciação**. São Paulo: Criar, 2006a. 181p.

_____. **Discurso literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006b. 329p.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008. 184p.

OLSON, D. **O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. São Paulo: Ática, 1997.

PEREIRA, J. R. **História dos Batistas no Brasil 1882-1982**. 2ªed. Rio de Janeiro:Juerp, 1985.

SLEDZIEWSKI, E. G. Revolução Francesa. A viragem. In: **História das Mulheres no Ocidente. O século XIX**. DUBY, G. PERROT, M. (org.). vol. IV. Porto: Afrontamento, 1991. p.41-57.

“POEMAS DOS BECOS DE GOIÁS E OUTRAS ESTÓRIAS”: UMA ANÁLISE DO LÉXICO

“POEMS OF THE ALLEYS FROM GOIÁS AND ANOTHER STORIES”: AN ANALYSIS OF THE LEXICON

Edna Silva Faria (UFG)

edfar2005@hotmail.com

Resumo: O texto escrito é uma realização linguística situada em um contexto. Sua concretização se dá pelo uso da língua numa perspectiva entre aquele que o produz e aquele que o lê. Daí seu caráter social. O texto literário cumpre um papel mais específico, por lidar com o texto numa esfera cuja essencialidade é caracterizada pelo uso da palavra em um sentido mais amplo e uma especificidade elementar, como ocorre no texto poético. Este artigo busca apresentar uma breve análise do léxico utilizado em poemas de autoria da poetisa²² Cora Coralina, numa perspectiva de identificar elementos referenciais por ela empregados, realizando um levantamento daqueles que se dão por escolha lexical e dos que se aplicam aos processos de formação de palavras em língua portuguesa. Procedese ainda a uma categorização dessas escolhas, evidenciando a que esses vocábulos se referem e qual a sua relevância para a tecitura textual da poetisa bem como sua importância para a elaboração de um texto que reconstrói um momento histórico vivenciado pela autora.

Palavras-chave: Texto. Linguística histórica. Léxico.

1. Introdução

Objeto de estudo das ciências da linguagem, a palavra é a materialização de um ideário, constituindo um acervo vocabular de uma sociedade. Esse acervo modifica-se constantemente, por motivos diferentes, alterando termos já existentes ou incorporando outros oriundos das transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorrem nos grupos sociais.

O *corpus* escolhido para este trabalho é o léxico empregado pela poetisa Cora Coralina nos textos que compõem o livro “Poemas dos becos de Goiás e outras histórias mais”, cuja vitalidade acentuada promovem um passeio pela história ímpar de uma mulher que, por meio de seus textos e da vivência de sua época, assimilava o presente e, ao

²² Embora na atualidade haja uma preferência pelo termo “poeta” para designar tanto os escritores de poemas do sexo masculino quanto os do feminino, optou-se pelo uso da forma indicada pelas gramáticas de língua portuguesa.

mesmo tempo, retomava o passado, recriando com seu vocabulário, um painel da história de da Cidade de Goiás, através de sua percepção de mundo, de um olhar atento ao cotidiano, mas que também se mostrava aberta ao futuro com suas indefinições e inovações.

Empregando uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e na análise de dados, este artigo realiza uma investigação dos vocábulos empregados pela escritora na produção nos textos que compõem o livro em questão, ressaltando aqueles a escolha lexical bem como os que se caracterizam pelos processos de formação de palavras, seja o de derivação ou de composição. Procura, ainda, apresentar como essas escolhas se categorizam, realçando o elemento poético dos textos selecionados, uma vez que o léxico tem como particularidade proporcionar o recorte de realidades no mundo, constituindo um acervo social de grande valia para o conhecimento das sociedades e de sua cultura.

Assim, o trabalho está dividido em três partes: a primeira, em que são tratados alguns aspectos concernentes à criação verbal, à produção artística, ao texto e à natureza do texto poético. A segunda, que foca processos de formação das palavras, em que se discute rapidamente como esses conceitos são tratados por alguns gramáticos com referências a alterações sofridas pelas línguas, no campo da linguística histórica, retomando alguns dos principais métodos de identificação de mudanças das línguas. Na terceira e última parte, realiza-se uma análise dos vocábulos constituidores dos textos previamente selecionados, que não seguem um critério de data ou ordem cronológica de criação, porém buscando evidenciar como essa escolha lexical significa no texto, sendo, por exemplo, um recurso para o conhecimento de termos antigos ou regionalismos, ou de vocábulos de origem estrangeira que compõem um quadro de uma mundivivência própria da poetisa e da historicidade de seus textos.

2. PALAVRAS, TEXTOS, POEMAS DE GOIÁS E OUTRAS ESTÓRIAS MAIS

Os estudos linguísticos há muito têm voltado o seu olhar sobre as questões que envolvem a palavra em contextos verbais escritos e orais. Esses estudos questionam o sentido e as relações que se estabelecem no agrupamento das palavras, formando esses compostos cuja função precípua é a de comunicar, informar ou de expressar sentimentos e emoções. O ambiente textual é o lugar em que tais elementos se definem e se interrelacionam, num processo de troca constante entre universos distintos, porém intimamente ligados: o de quem escreve e o de quem lê.

Vários autores procuram definir textos da melhor forma possível e com o máximo de clareza. Essa tentativa não é vã. Cada um, a sua maneira, é produzido com objetivos diferentes para públicos diferentes, portanto com significativas diferenças. Verifica-se a presença deles no cotidiano, nas mais variadas formas, a encantar, estimular, entristecer, questionar. Por suas particularidades, são agrupados, classificados e estudados, segundo seu tipo ou gênero e Koch (2008) refere-se a eles frisando que são formas de facilitar o entendimento da realidade, podendo revelar argumentos críticos, orientando um planejamento para a ação no contexto social.

Os textos proporcionam uma imersão num circuito ao mesmo tempo particular e universal. É por meio deles que se identificam crenças, valores, costumes, hábitos, num entrecruzamento constante dessas duas realidades. Acerca desse fator, Marcuschi (2008, p. 94) analisa o texto

como uma realidade e não como uma virtualidade. Pois o texto não é apenas um sistema formal e sim uma realização linguística a que chamamos de evento comunicativo e que preenche condições não meramente formais. Um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte.

No entanto, nesse universo em que a renovação é uma constante, alguns textos assumem uma processo especial de constituição, não apenas pela forma estética e estrutural que assumem, porém pela natureza que adquirem. Esses textos, que consistem em um arranjo especial das palavras, são chamados de literários. Não é o interesse neste momento estabelecer um estudo aprofundado acerca desse tema ou das definições acerca do tema, uma vez que não é o objetivo deste estudo. Interessa, *a priori*, focar tal aspecto a fim de se esclarecer que o conteúdo material é o elemento que será tratado neste trabalho: as palavras, vistas não pela perspectiva dos estudos literários, mas da linguística histórica, intentando inventariar a escolha lexical realizada por Cora Coralina e sua relevância para a construção de um ideário histórico do passado retratado em seus poemas.

A breve discussão acerca do texto literário será realizada a fim de se demonstrar a relevância da seleção vocabular para que o escritor, no momento de produção, alcance seu objetivo com êxito. Por esse motivo, o foco maior será a maneira como o léxico utilizado pelo autor é imprescindível à construção das imagens presentes no texto, contribuindo para a elaboração do cenário apresentado, da caracterização de ambientes, dos seres que povoam as histórias, realçando o sentido, a significação de sua tessitura poética, pois, como afirma Aguiar e Silva (1979, p. 148) “é inegável que toda a obra

literária tem de manter relações com a realidade existente e que um poema como uma tela, tem de se vincular, de algum modo, ao universo em que se situa o homem”.

Comumente, organizam-se os textos em dois grupos, distinguindo-se os textos não-literários e os textos literários. Em prosa ou verso, os textos literários caracterizam-se por um arranjo especial das palavras, ressaltando o seu caráter conotativo e um intenso uso da linguagem figurada, possibilitando uma maior significação, apresentam-se eles na forma de prosa ou verso, que também pode se fundir, processo adotado por alguns escritores modernos. Os poemas, por sua natureza lírica e mais individualizante, especializam ainda mais as palavras e, através dessa disposição diferenciada, buscam aproximar-se mais da sensação, constituindo um ambiente fomentador do subjetivismo, estreitando sua relação com a sensibilidade, com um mundo individual, interior, fundado no presente, mas que retoma o passado como forma de recordação.

Acerca dessa caracterização do lírico, Faria (2005, p. 36) destaca que “o texto lírico provoca uma disposição anímica de maneira que o que tocou a alma do poeta deve tocar também o leitor, o poeta recria o que está em seu íntimo, procedimento que se refletirá nos seus poemas, nos frutos de sua criação”.

Seja pela forma clássica, seguindo um modelo mais rígido e estilizado, ou pela tendência mais moderna, mais livre e aberto, os textos literários encerram uma especialização dos vocábulos empregados pelo escritor e, em parágrafos ou versos, compõem um conjunto significativo em que se diluem sentimentos, ideias, numa visão muito particular de si mesmo, dos homens, de um tempo historicamente marcado e cujas marcas se fixam em quem o vivencia.

Os textos que servem de fonte para este estudo têm focos diferentes: em alguns momentos, a voz lírica se volta para si mesma, buscando a revelação de seu mundo interior; em outros, voltam-se para um tempo arcaico, no passado, realizando uma contemplação sobre o universo presente nas memórias da menina da cidade de Goiás, dos becos, do tempo de criança, das lembranças da professora, escola e dos colegas, de todo um contexto experienciado em uma época meditada e resguardada na memória de uma mulher participante do seu tempo.

Os sentimentos experimentados e as vivências são ricamente exemplificados em um léxico repleto de expressões que transitam entre um linguajar mais elevado, de nível mais formal e outro, de tonalidade mais popular, coloquial, sendo ambos ricamente explorados pela poetisa, como se verifica no emprego de “imperecível”, “ourinol”, “entremez”, “nascituro”, ou pelo uso de expressões como “bença”, “derréis”, “xailles”, “causos”.

Destacam-se outros poemas que, impregnados de forte tendência narrativa, são marcados por um olhar único sobre a cidade que acolheu “Aninha” e por um lirismo particularmente desenhado na escolha lexical realizada, na qual se reconhece uma presença intensa da expressividade regional, popular e oral, ao lado de vocábulos arcaicos e já em desuso, mas que são fundamentais para a configuração das cenas, das imagens e representações partilhadas pela leitura dos textos em questão. Assim, tem-se um conhecimento ímpar das paisagens íntimas e exteriores, desenhadas por um construto verbal que mescla o atual com o antigo, o religioso e o material, o real e o imaginário, o urbano e o rural, numa cadência tocante, como o transitar do tempo pelos becos de Goiás.

A presença de palavras como “fornido”, “pereba”, “pinguelona”, “braba”, “aluguer”, “demuda” constituem fator fundamental para que a expressividade e as representações intentadas pela autora dos textos alcance êxito ímpar.

3. A LINGUÍSTICA HISTÓRICA E AS MUDANÇAS LINGUÍSTICAS

Fernando Tarallo (1990), em “Itinerário histórico da língua portuguesa”, convida os leitores a participarem de uma volta no tempo, conhecendo o percurso que essa língua realizou, bem como a estrutura que a sustenta. Tal qual o pesquisador, Cora Coralina convida os leitores a realizar uma incursão na história através de suas estórias. O fato de que as línguas podem ser estudadas a partir da forma mais antiga, que fundamentou o surgimento de uma configuração mais moderna e que uma maneira de estudo do sistema é também possível, fazendo o percurso contrário, ou seja, partindo-se do material que está disponível na atualidade, foi destacado por Tarallo (1990, p. 23)

[...] adiantando a idéia segundo a qual em qualquer ponto do túnel do tempo, em que venhamos a aterrizar, encontraremos um sistema em pleno funcionamento que, por sua vez, apresentará as formas residuais do passado mais remoto contracenando com formas mais inovadoras de um futuro.

As línguas mudam lenta e gradativamente, constituindo novas formas, seja no campo semântico, fonético ou sintático. Como o objeto de estudo da linguística histórica, as mudanças linguísticas podem ser analisadas por métodos diferentes como também podem revelar pistas sobre as mudanças das línguas, resgatando a trajetória de suas origens. Uma forma de mudança evidente é a fonológica, submetida ao princípio da

regularidade. Esse princípio ressalta o fator de que as regras que estabelecem a mudança são de natureza fonológica.

Acerca desse aspecto, Tarallo (1990, p. 49) aponta que "... a mudança fonológica atua através da mediação de alofones posicionalmente definidos, no microâmbito da palavra". Esse fator permite classificar as mudanças fonológicas em três grupos definidos: a condicionada estruturalmente, a não-condicionada e por analogia. A mudança fonológica condicionada estruturalmente permite identificar interfaces entre línguas originárias de uma mesma Protolíngua. Dessa maneira, os processos de formação das palavras permitem recuperar algum material apagado por meio das transformações sofridas ao longo do tempo, tal qual ocorre com a forma "aluguer", atualmente "aluguel".

As línguas podem ser estudadas nos seus aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e léxicos, dentre outros, por meio de procedimentos e métodos diversos, como o Método Comparativo e o da Reconstrução Interna. Essas técnicas permitem conhecer mudanças ocorridas nas línguas, a maneira como aconteceram e o período quando esses eventos de deram. Por esse motivo, o léxico é o local onde a língua se fortalece constantemente e também se atualiza, permitindo o conhecimento histórico de um universo que é próprio de uma determinada cultura e sociedade. Nos textos da autora selecionada para este estudo, não raro são encontradas expressões empregadas pelas suas "personagens", tal qual "suscrito", "percisão", "Pretovelho", "suberbio", caracterizando uma fala própria dos negros das senzala. Segundo Isquerdo e Krieger (2004, p. 11):

[...] o léxico como repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades no decurso da história, razão porque estudar o léxico implica também resgatar a cultura. A palavra favorece a transfiguração da experiência num universo de discurso e, conseqüentemente, assume diferentes dimensões dependendo da natureza desse discurso.

A língua é um dos meios de expressão utilizado por pessoas de uma sociedade e Crowley (2003) afirma que a maior parte da variação linguística está ligada a preocupações sociais. Conforme suas constatações, as pessoas tendem a imitar as classes sociais mais elevadas no que se refere a comportamento, a usos e à própria língua, e a maior parte da variação está intimamente ligada a preocupações sociais. Isso reflete as inúmeras possibilidades que uma língua pode oferecer enquanto fonte de conhecimento e de compreensão do mundo.

O pesquisador destaca ainda que esses estudos acerca da língua podem dizer sobre pessoas que habitaram determinado lugar em determinada época pelos traços de sua permanência no local, que são capazes de dizer sobre rotas comerciais antigas, sobre movimentos populacionais e outros tipos de contatos entre as pessoas, podem informar sobre socializações culturais realizadas por aquelas pessoas enquanto grupo social, ou seja, os arqueólogos têm condições de oferecer um mapa da história da movimentação humana no mundo, no entanto, revela que “Um arqueologista não pode nos dizer que língua era falada por um grupo de pessoas”²³ (CROWLEY, 2003, p. 291) e conclui ironicamente dizendo que se se quiser saber algo a respeito das línguas, deve-se procurar a resposta com um linguista. Essa perspectiva pode ser identificada nos poemas que servem como fonte para este estudo, uma vez que, por meio deles, são construídas imagens referenciais de um tempo vivenciado pela poetisa, perspectivável no verso “Aquele gente antiga”,/ passadiça, era assim:/ severa, ralhadeira” (DENÓFRIO, 2004).

Qualquer que seja o estudo realizado acerca das mudanças passadas na língua, a fonte será sempre a palavra, situada num determinado tempo, no cotidiano da língua, exercendo o papel de documentar as modificações e transformações ocorridas.

A construção de um texto parte da seleção vocabular realizada pelo escritor/produtor, que pode optar pelo emprego de uma forma mais popular, mais culta ou oral, apropriando-se da melhor forma, a fim de conseguir seu objetivo. Cora Coralina não escapa a essas possibilidades e as palavras selecionadas para compor seus textos são os nutrientes de histórias contadas em forma de verso, denominados por alguns de poemas e por outros de prosa poética. A liberdade de sua escolha lexical compactua com a proposta poética modernista da experimentação, da proposta poética como forma de interpretar com um novo olhar a realidade brasileira e, na sua particularidade, a de Goiás. Por isso é que a miscelânea da linguagem compõe um quadro que reflete as mudanças ocorridas, seja pela perda ou pelo acréscimo de elementos.

Com os textos de Cora Coralina não é diferente. No vocabulário empregado pela poetisa, transitam termos fruto da oralidade, como “causos”, “corenta”, “comezainas”, dividindo o mesmo espaço com outros mais sofisticados, tal qual “emproados”, “hieráticos” e outros de língua estrangeira. A variedade do léxico reflete a riqueza das imagens compostas, registrando marcas de coloquialidade, como o encurtamento aparente em “corenta” (quarenta), em que se identifica a fusão de um “u” com um “a”, e em “derréis”, junção da preposição “de” com o substantivo “réis”.

²³ No original: “An archeologist cannot tell us what language was spoken in the by a group of people”.

Uma cultura pode influenciar um língua, especialmente no que se refere ao seu vocabulário, também a língua pode influenciar uma cultura, pois é uma maneira de mediar ações que, por sua vez, são descritas na língua, assim a cultura é afirmada na língua. A reconstrução cultural fornece dados históricos importantes sobre comportamento, modo de vida, hábitos culturais e organizacionais de uma sociedade em um determinado ponto no tempo, apoiada na arqueologia, na história oral e na cultura comparativa, daí sua relevância para os estudos linguísticos. A linguagem dá espaço para repensar as mudanças culturais e nenhum aspecto cultural pode ser estudado sem referência ao signo linguístico usado para ele, pois a língua é o arcabouço da cultura.

4. O LÉXICO DOS POEMAS DOS BECOS DE GOIÁS E OUTRAS PALAVRAS MAIS

A língua é espaço de interação e de representação de ideias, sentimentos, conceitos inseridos em um universo individual ou social, servindo como registro desses novos conhecimentos ao longo dos tempos, de um *modus vivendi* que se altera com grande rapidez e, concomitantemente, servindo como receptáculo para as inovações lexicais que acontecem, reforçando a grande mobilidade da língua.

Um aspecto relevante nos estudos lexicais é o fato de se retomar o passado histórico por meio dos vocábulos empregados pelos autores, compondo um quadro de determinada época. Por esse motivo, proceder-se-á a uma análise dos vocábulos empregados por Cora Coralina nos poemas presentes no livro citado, ressaltando que os vocábulos compõem grupos que se entrecruzam, integram uma escolha lexical ímpar e exótica e que, simultaneamente, constituem um processo de formação de palavras, seja por derivação ou por composição e suas variantes.

A expressividade de um texto se apresenta sobretudo na escolha lexical realizada por aquele que escreve, a estilística, seja no emprego de palavras de uso corrente ou não, seja pela criação de outras, procedimento comum no universo literário. É importante destacar que, do elenco de palavras selecionadas, ressaltam-se aquelas relacionadas à caracterização de pessoas, lugares ou coisas, como no caso de “encarquilhados”, “fornido”, “manteúdo”; outras, que se referem a ações: “alimpa”, “chispando”, “espiritava”, “braba”; e as que nomeiam seres, coisas, objetos, elementos da natureza: “vintém”, “ourinol”, “mesorra”, “banguês”. Dentre todas as selecionadas, identifica-se o emprego de sufixos, de prefixos e de outros elementos, permitindo, inclusive, a criação de novas palavras, fato que se dá em “atoado”, “macheados”, “estrangeirados”, “furnidas”.

4.1. Dos processos de formação das palavras

A morfologia é a parte da gramática que trata dos processos de formação das palavras. Segundo Coutinho (2005, p.166) “raiz é o nome que se dá ao elemento primário e significativo da palavra, em torno da qual se agrupam os outros elementos de formação. É também denominada *base* e *semantema*”. A raiz pode ser ainda nomeada de radical que, quando recebe novos elementos, transforma-se em outra palavra.

Tais processos de formação permitem que sejam agrupados tanto elementos anteriores (prefixos) quanto posteriores (sufixos) e as desinências, responsáveis pela indicação das formas verbais. Esses morfemas – afixos e desinências – são recursos usuais que alteram o sentido ou acrescentam outros, favorecendo a constituição de nova roupagem ao léxico de uma língua.

Coutinho (2005) destaca ainda que a língua portuguesa teve como modelo os mesmos procedimentos do latim na formação de palavras, distinguindo-se quatro processos: derivação, composição, parassintetismo e onomatopeia.

Acerca dos processos de formação das palavras, Lapa (1970), por sua, aponta os seguintes procedimentos: composição, que agrupa os compostos perfeitos e imperfeitos, compostos literários e científicos e composição abstrata; os prefixos e os sufixos. Esse autor não inclui nos modelos de composição o que ocorre por justaposição e aglutinação especificamente. No entanto, esse recurso é amplamente empregado por escritores e falantes da língua.

Segundo Cereja e Magalhães (1999, p. 86), derivação “é o processo pelo qual a partir de uma palavra se formam outras, por meio do acréscimo de certos elementos que lhe alteram o sentido primitivo ou lhe acrescentam um sentido novo”. Esses autores apontam ainda que os processos de derivação são: a) prefixal – quando há um acréscimo de um prefixo a um radical; b) sufixal – o acréscimo é de um sufixo ao radical; c) parassintética – quando, simultaneamente, há o acréscimo de um prefixo e de um sufixo ao radical; d) prefixal e sufixal – há o acréscimo não simultâneo de prefixo e de sufixo ao radical da palavra; e) regressiva – quando sufixos ou desinências são eliminadas da palavra.

Gramáticas mais modernas incluem a parassíntese no processo de derivação e posicionam a onomatopeia no setor das figuras de linguagem, tal qual procedem Cereja e Magalhães, não fazendo a distinção da composição, conforme se dá em Lapa. A distinção proposta por esses e outros gramáticos evidencia a possibilidade de organização dos morfemas, que se ajustam a radicais a fim de conseguirem traduzir as ideias dos falantes.

Acerca desse aspecto e considerando a existência ou não de regras para a formação das palavras, Villalva (2000, p. 19) destaca que

O módulo de regras de formação de palavras, que se ocupa quer da derivação quer da flexão, seleciona elementos na lista de morfemas e estipula as sequencias bem formadas, determinando as suas propriedades não-idiossincráticas e gerando livremente todas as palavras possíveis, de acordo com suas especificações, por concatenação de afixos e radicais ou palavras.

Esse fator é altamente significativo na constituição do léxico de uma língua, mesmo que os vocábulos não sejam dicionarizados. A liberdade de criação de palavras representa significativamente a capacidade cultural de uma sociedade.

No que se refere ao processo de derivação e de sua constituição, Napoleão Mendes de Almeida, em sua “Gramática Metódica da Língua Portuguesa” (1994, p. 404), explica que “na derivação o sentido da palavra fundamental é modificado mediante troca ou acréscimo de sílaba ou sílabas finais (derivação própria, feita por sufixação: *mel + oso = meloso*) ou por um dos processos semânticos (*derivação imprópria*)” (Grifos do autor).

A escolha lexical é uma opção particular do autor, imbuído de traduzir, à sua maneira, a forma como vê o mundo. O espaço do texto literário é o local em que o discurso se particulariza, privilegiando as opções, as escolhas, dado o seu caráter criativo e singular. É no léxico que o texto literário se diferencia do sistema, do ordinário, exercitando a criatividade e as potencialidades expressivas de inovação e diferenciação do escritor. Esse modo de operar com as palavras dá forma a uma mundivivência traduzida na singularidade da expressão.

Cora Coralina faz jus a essas referências ao empregar vocábulos da coloquialidade, retratando o falar de um tempo não muito distante, retomado pela memória e pelas palavras, em que a oralidade se marca como um diferencial entre as classes sociais, entre o falar das ruas e das pessoas escolarizadas. Pelo emprego de palavras como “xales” (xales), “corenta” (quarenta), “fermosura” (formosura), “loiceiro” (louceiro), “bença” (bênção), “aluguer” (aluguel), “cheiração” (ato de cheirar excessivamente), “desconforme” (que não está em conformidade), “cacunda” (corcunda), “passo-preto”(pássaro preto), “bestera” (besteira), “sustância” (substância), “chuvada” (excesso de chuva), “atoado” (à toa), nota-se como a poetisa esta inserida no cotidiano de seu lugar, de sua cidade.

A escolha desses termos demonstra um olhar voltado para o seu tempo, em que a rua, a fala simples das pessoas simples é fonte de recursos para a construção das imagens em que o singelo, o modesto contribuem para a constituição do caráter expressivo do texto. O ambiente fornece os elementos ao construto textual, cuja singularidade se concretiza pelo uso de termos únicos, porém que referem todo um conjunto composto por objetos, coisas, sensações, apreensões do mundo real transpostos para o universo da literatura.

Conforme dito anteriormente, não é o foco principal deste trabalho uma teorização acerca do texto literário, no entanto é importante retomar o ponto em que trata dos textos como poemas. Sendo ou não esse gênero literário, o importante é que, em muitos deles, tem-se histórias que fazem parte do universo da poetisa e, por esse motivo, desencadeia-se uma caracterização das personagens que transitam por esses textos. Nesse aspecto e no que se refere ao viés lexical, as escolhas de Cora são fundamentais para a constituição de sua época, ressaltando-se o fato de coexistirem palavras que nomeiam, que caracterizam, que indicam ações, sejam elas formadas pelo processo de derivação ou de composição.

No que se refere à caracterização, a maior parte dos vocábulos empregados deriva de verbos no particípio regular (constituindo derivação imprópria) a cujos radicais acrescenta-se um sufixo (geralmente *ado* e *ada*), conforme os exemplos: “mestreados” (mestre + ados); “laborado” (labor + ado); “calandrado” (calandr + ado); “estrangeirado” (estrangeiro + ado); “esmiuçado” (esmiuç + ado); “comutado” (comut + ado); “arrochados” (arroch + ados); “casteados” (casto + ados); “estribado” (estrib + ado); “intervalado” (intervalo + ado); “lanceado” (lance + ado); “atoado” (a + toa + ado); “anemiadas” (anemia + ada); “arribadas” (arriba + adas); “conluidas” (conluio + adas); “macheadas” (macho + adas), dentre outras.

Os adjetivos citados, além de caracterizarem os elementos a que se referem, sugerem também um grau de carinho, de ternura, de grande intimidade entre a escritora, as palavras e as pessoas, às coisas às quais se liga. Essa escolha torna explícita a relação unificadora da poetisa com o seu lugar, o lugar de onde fala e que constitui aquilo que ela diz.

Dos vocábulos apresentados acima, ressalta-se que alguns derivam de substantivos, tal qual ocorre no caso de “atoado”- à toa; “anemiados” – anemia; “conluidas” – conluio; “macheadas” – macho. Esse recurso largamente empregado pela poetisa demonstra uma flexibilidade da língua, mesmo que alguns termos não sejam

lexicalizados, como é o caso de “atoado” e “macheado”, cujas formas não são referidas gramaticalmente, no entanto sugerem a grande capacidade criadora do léxico.

Na diversidade de palavras empregadas por Cora Coralina, outras há que são caracterizadoras e configuram um processo de derivação, mas cujo sufixo não corresponde à terminação do particípio, como é o caso de “madrão”, “avoengas”, “meados”, “buliçosa”, “malina”, “inzoneira”, “lanzudos”, “primevo”, “manquitola”, “manteúdo”, “nascituro”.

No que concerne à derivação por prefixação, Coutinho (2005, p. 176) aponta que a prefixação consiste em “antepor-se à palavra um elemento secundário de formação, chamado prefixo, que lhe ajunta ordinariamente uma ideia acessória. Se o prefixo se ajunta a uma forma verbal toma o nome de préverbo”. Esse autor apresenta ainda uma classificação para esses prefixos e ressalta que, à sua visão, o emprego de prefixos constitui uma forma de composição, tal qual para Mattoso Camara, Bourciez e J. J. Nunes.

Independentemente das questões conceituais provocadas por essas divergentes concepções, o processo de formação por derivação é um recurso amplamente empregado por Cora Coralina. Nos poemas, não raro são encontradas formas como “atinente”, “alimpa”, “retorta”, “embarriga”, “reboja”, “retelhar”, “desconforme”, “enfloram”, “amerceia”, “avinhado”, “ressaindo”, “enrama”, “encama”, “emprazou”, “evai”. No que diz respeito à prefixação, Lapa (1970, p. 81) apresenta algumas particularidades desse processo, afirmando que “Existem na língua algumas palavras começadas por *a*, uma espécie de prefixo *a* que se chama *a* prostético. A partícula foi principalmente usada na língua antiga: *alagoa*, *alimpa*, *arreçar*, *alevantar*, etc” (grifos do autor).

Sobre essa questão, o autor esclarece ainda que, de maneira geral, modernamente esse *a* prostético foi repudiado, sendo tomado como elemento arcaizante, muito em uso na linguagem plebeia portuguesa, galega e brasileira. Ressalta que escritores atuais empregam-no num tom vagamente humorístico. Nos textos objeto deste estudo, o que se observa é que o emprego dessa terminologia inscreve uma particularização do léxico, ao caracterizar o linguajar de um tempo, de uma comunidade, acentuando a influência popular na língua, tal qual procede hodiernamente.

Cora Coralina faz uso dessas formas, como se nota em: “alimpa”, “amerceia”, “avinhado”, “atinente”, “encama”, “enrama”, “emprazou”, “evai”. Para Coutinho (2005), tais prefixos podem ser classificados como populares por serem conhecidos e empregados pelo povo e apresentam valor expletivo, por apenas alterarem a forma das palavras, sem que uma outra ideia nova se ajunte ao termo. Segundo o pesquisador, “o papel dessas

partículas é o de juntar à palavra a que se agrega uma ideia qualquer acessória” (COUTINHO, 2005, p. 176).

Acerca da derivação sufixal, Lapa (1970) ressalta que os sufixos comportam grande força emocional, que os sentimentos humanos resumidos no amor e na aversão refletem-se sobretudo em alguns morfemas sufixais, que espelham, conforme o autor, “essa feição dupla e contraditória do nosso temperamento: delicadeza lírica e observação galhofeira e motejadora” (LAPA, 1970, p. 84).

Tais colocações pontuam um dos elementos de principal destaque nos poemas ou na prosa poética de Cora: a ternura com que se seu olhar se volta para aquilo que vê. Dessa maneira e pelo emprego de palavras como “avoengas”, “lanzudos”, “primevo”, “manquitola”, “buliçosa”, “malina”, dentre outras, refletem a intimidade da poetisa com o mundo que a cerca, em que se destaca um sentimento de carinho, de simpatia na apreensão da graciosidade dos seres, dos objetos, da vida em que está inserida. Tudo o que a cerca é mote para sua composição.

A valoração negativa ou positiva advinda dos morfemas lexicais está diretamente associada ao contexto. Assim, o sufixo “-udo”, que comporta uma noção de grandeza, de exagero, tendendo ao disforme, transforma-se em uma imagem positiva, provocando a sensação de conforto, maciez, de agradabilidade ao toque, incitando no leitor o desejo de tocar, pela imaginação, aquele ser repleto de lã. Esse fato também ocorre com o vocábulo “manteúdo”, cujo sufixo poderia conter um conceito de exagero, no entanto, comporta uma sensação de abundância, de abundância, por meio do acréscimo do morfema “-udo”, realçando a grande força expressiva que os sufixos oferecem à língua.

Os processos de formação de palavras referem a existência de uma base à qual se acoplam outros morfemas, afixos que originam palavras, produzindo uma nova informação de natureza semântica. Essa ocorrência é possível porque há uma unidade da língua que permite a criação para atender a uma necessidade momentânea e, mesmo que não estejam lexicalizados, contribuem para intensificar a expressividade do escritor.

Conforme Villalva (2000, p. 54)

As regras de formação de palavras especificam ainda a categoria sintática e a estrutura de subcategorização da nova palavra, bem como o seu significado, que é função do significado de base. A informação que as regras de formação de palavras atribuem aos derivados coincide com a informação a que são sensíveis.

Outro processo de formação de palavras recorrente em língua portuguesa consiste na combinação de um prefixo e um sufixo ao radical de base. No que se refere a esse processo, há algumas controvérsias, uma vez que, para alguns autores, pode constituir também um processo chamado parassintetismo.

Segundo Coutinho (2005, p. 181), parassintetismo é a combinação do “processo da derivação sufixal, ou derivação própria, com o da prefixação. [...] Dizemos com o da prefixação, porque a quase totalidade dos parassintéticos é assim formada”. Esse autor aponta ainda que outros estudiosos tratam do processo parassintético como aquele a cujo vocábulo criado foram anexados os morfemas (prefixo e sufixo) simultaneamente, não ocorrendo a possibilidade de uma outra palavra somente com o prefixo ou com o sufixo. Para Coutinho (2005), as formas parassintéticas classificam-se em parassintéticos nominais, constituídos por nomes, substantivos ou adjetivos, e os verbais, que são representados por verbos.

O parassintetismo é um recurso empregado por Cora. Quanto a esse caso, uma variedade de exemplos se apresenta, como em: “malzelados” (mal + zelo + ados); “embodocados” (em + bodoque + ados); “arrochados” (a + rocha + ados); “engalicada” (em + galico + adas); “malsinada” (mal + sina + ada); “encarquilhados” (em + carquilha + ados); “emasculados” (em + másculo + ados); “apreçado” (a + preço + ado); “entroncado” (em + tronco + ados); “emporcalhado” (em + porco + lh + ados); “recanteado” (re + canto + ado); “empaiolado” (em + paiol + ado); “embandeirado” (em + bandeira + ado). Todos eles correspondem ao parassintetismo nominal. O uso desse processo chama a atenção porque foram empregados com o objetivo de caracterizar os seres, o que demonstra uma preocupação da poetisa com a construção das imagens na representação de seu ambiente, do ambiente que quer deixar gravado na memória do leitor.

Quanto aos parassintéticos verbais, estes também se fazem presentes nos poemas e, tal qual sua finalidade, configuram ações das personagens que transitam nos textos, identificando sua ligação e relevância para a constituição dos acontecimentos, do habitantes do mundo das lembranças. Dentre esses termos destacam-se: “esbarrondando”, “esporando”, “rechinando”, “perrengando”, “embonando”, “repolhando”. Essas palavras revelam ainda a particularidade da relação poetisa-mundo, pois denotam uma intimidade entre ambos, um sentimento de conhecimento, de pertencimento, de grande proximidade entre ela e aqueles que atuam em seus textos. A imagem conotada é a de que a poetisa, ao mesmo tempo em que escreve, vivencia o momento, vê bem de perto todos os eventos e os transporta para as páginas de seu livro, num convite para que seu leitor adentre esse mundo tão particular e singular.

5. CONCLUSÃO

Objeto de discussão no passado e no presente, a palavra é um elemento que direciona diferentes discussões acerca de seu uso, de sua origem. No entanto, essas discussões e tentativas de definição não são suficientes para comportar toda a sua significância. Seja objeto fonológico, gramatical ou ortográfico, a palavra comporta uma base de significação que permite sua modificação pelo acréscimo de morfemas, afixos (prefixos ou sufixos), ou ainda o emparelhamento de duas bases, compondo uma nova palavra e, conseqüentemente, um novo significado.

Os processos de formação de palavras são um procedimento que permitem um enriquecimento da língua e, ao mesmo tempo, demonstram a criatividade que a língua dispõe a seus falantes. Acrescentando-se prefixos ou sufixos, momentaneamente ou não, esses processos fortalecem o dinamismo linguístico.

Como objeto de comunicação, de informação e de representação de um mundo real ou imaginário, a palavra falada ou escrita é um elo entre o indivíduo e o mundo, entre si e o outro. Pela sua natureza e força, está presente em todos os momentos e lugares. É onipresente. Pelo seu uso, pode especializar um discurso, fato relevante nos textos literários. O uso da palavra parte de uma escolha individual e única, de acordo com o objetivo de seu usuário, caracterizando a escolha lexical pessoal de quem a toma.

A cadeia lexical explorada por Cora Coralina registra a riqueza da língua e a capacidade criadora da poetisa. Os vocábulos escolhidos na composição de seus textos dão conta de um mundo único, vivido e experimentado em suas alegrias e tristezas, através de um olhar que desvenda uma sociedade, um grupo, um lugar e a alma das pessoas que habitam esses mundos. A expressão desse universo se fortalece pela formação de novas palavras, pelo uso de termos mais coloquiais, de um cotidiano freqüentado por figuras ímpares, pelo recurso do processo de formação de palavras, com prefixos e sufixos empregados para caracterizar, sugerir, demonstrar ações, na representação de um mundo que existe pela língua e que por meio dela é significado.

REFERÊNCIAS

- CEREJA, W. R. e MAGALHAES, T. C. *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*. São Paulo: Atual, 1999.
- COUTINHO, I. L. *Gramática Histórica*. 7. ed. (19ª. impressão). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

- CROWLEY, T. *An introduction to historical linguistics*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2003.
- DENÓFRIO, Darci França. *Cora Coralina, melhores poemas*. São Paulo: Global, 2004. (Col. Melhores poemas)
- FARIA, E. S. *O trágico moderno nos contos de Lygia Fagundes Telles*. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado. 2005.
- ISQUERDO, A. N. e KRIEGER, M. G. (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. 2. Campo Grande: UFMS, 2004.
- KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- LAPA, M. R. *Estilística da Língua Portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- SILVA, V. M. A. *Teoria da literatura*. 3. ed. (revista e aumentada). Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
- TARALLO, F. *Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas – unidades e hierarquias nas palavras do português*. Braga: Empresa do Diário do Minho, 2000. Fundação Calouste Goulbekian.

NOS LIMIARES DA FICCIONALIDADE: ENUNCIÇÃO E SIGNIFICAÇÃO NO DISCURSO LITERÁRIO DE AFFONSO ÁVILA

IN THE THRESHOLDS OF THE FICTIONALITY: ENUNCIATION AND MEANING IN LITERARY DISCOURSE BY AFFONSO ÁVILA

Elisson Ferreira Morato (CEFET MG)

elissonmorato@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de discutir a produção de efeitos de factualidade e ficcionalidade no discurso literário através da obra de Affonso Ávila. Tomamos como referencial teórico a Análise do Discurso de linha francesa, e, especificamente, a teoria Semiolinguística de Charaudeau (1983, 2004). Utilizamos os conceitos de *situação* e *contrato* comunicacionais de Charaudeau, e as noções de *factualidade* e *ficcionalidade* de Mendes-Lopes (2004) na análise do poema *Rochas Roladas* do livro *Código de Minas*. Conforme a Semiolinguística, o sentido não é construído apenas graças ao material verbal da língua, mas também ao contexto sócio-histórico do discurso. Assim, o estatuto do discurso pode oscilar entre factual e ficcional conforme o contexto de sua produção. A ficcionalidade, para Mendes-Lopes (2004) perpassa qualquer gênero de discurso e pode ser: *constitutiva*, *colaborativa* ou *predominante*. No poema analisado, Affonso Ávila coleta e insere trechos de discursos não-ficcionais em seu discurso literário. Inserindo fragmentos de discursos factuais no texto ficcional, Ávila nos permite observar a fragilidade dos limites entre fato e ficção na linguagem.

Palavras-chave: Factualidade. Ficcionalidade. Discurso literário. Teoria Semiolinguística.

Abstract: This paper has the objective of discuss the production of effects of factuality and fictionality in literary discourse through the work of Affonso Ávila. We take as theoretical reference the Analysis of Discourse from french line, and specifically the Semiolinguistics theory by Charaudeau (1983, 2004). Using the concepts of situation and communicational contract by Charaudeau, and the notions of factuality and fictionality by Mendes-Lopes (2004) we analyse the poem *Rochas Roladas* from the book *Código de Minas*. According to Semiolinguistics, the meaning is not built only through the verbal material of the language, but also to the socio-historical context of discourse. Thus, the status of

discourse can range between factual and fictional due to the context of its production. The fictionality, according to Mendes-Lopes (2004), permeates every kind of discourse and can be: constitutive, collaborative or predominant. In the poem analyzed, Affonso Ávila collects and inserts excerpts of factual discourses in his literary discourse. Inserting fragments of factual discourses in the fictional text, Ávila allows us to observe the fragility of the boundaries between fact and fiction in the language.

Keywords: Factuality. Fictionality. Literary discourse. Semiolinguistics theory.

1. Introdução:

Este trabalho discute a relação entre ficcionalidade e facticidade no discurso literário tomando por base a obra poética de Affonso Ávila (*1921). Para tanto, analisamos o poema *Rochas Roladas*, contido no livro *Código de Minas*. Para a análise do texto, recorreremos às contribuições de Mendes-Lopes (2004) sobre a ficcionalidade, contribuições que, por sua vez, remetem a teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (1983, 2004), e, em especial, aos conceitos de *situação* e *contrato comunicacional*.

O poema de Affonso Ávila que analisamos apresenta uma espécie de mosaico formado por versos do próprio poeta e fragmentos de textos factuais. O que nos mostra a problemática que se estabelece quando estabelecemos uma fronteira rígida entre o factual e o ficcional.

2. O estudo da ficção: uma problemática

O termo “ficção” é amplamente utilizado tanto no discurso científico quanto no discurso do senso comum. De maneira geral, ficção designa uma situação ou conjunto de situações irrealis construídas por meio de uma representação artística (literatura, cinema, teatro, pintura, música etc). O *Dicionário Aurélio*, por exemplo, nos traz o significado de “simulação, fingimento, coisa imaginária” (Ferreira, 1975, p.773). A palavra ficção também pode ser usada com sentido pejorativo para designar informações propositada ou equivocadamente falsas.

De maneira geral, a ficção é entendida como uma característica própria de certos tipos de texto cuja finalidade é antes distrair do que informar o leitor. Por essa razão, a ficcionalidade é associada, comumente a literatura ou a outras formas de expressão que tem mais compromisso com uma verossimilhança do que com a realidade. É possível que essa forma de associar a ficção a textos estéticos tenha consolidado uma tradição que

mantém o estudo da ficção estritamente no campo dos estudos literários. Por outro lado, se entendida como um produto resultante da construção textual, a ficção também pode se constituir como uma preocupação dos estudos linguísticos.

Nessa perspectiva, os textos ficcionais também poderiam ser considerados enunciados linguísticos, já que “são formas possíveis, observáveis e que possuem sentido, eles devem ser considerados como os traços de operações enunciativas que desvelam a atividade da linguagem ao mesmo título que qualquer outro modo de enunciação²⁴” (Atlani-Voisin, 2000, p. 124).

Uma das questões que poderiam ser colocadas para uma abordagem da ficcionalidade sob o viés dos estudos linguísticos poderia ser justamente o porquê de alguns textos serem ficcionais e outros não. Quais seriam os traços ou características que nos permitiriam distinguir entre um texto ficcional e um texto factual, e, desse modo, porque o texto literário seria, por excelência, um espaço ficcional?

Podemos acatar a tese de Mendes-Lopes, segundo a qual “o uso da língua é o mesmo tanto em textos factuais quanto em textos ficcionais” (2004, p. 106), de modo a entendermos que não é o manuseio de significantes que determina o estatuto factual o ficcional de um texto. Não vemos marcas linguísticas (uso de determinadas figuras de linguagem, de primeira ou terceira pessoa, de determinados verbos) que poderiam construir por si só o estatuto de um texto. Assim, a ficcionalidade poderia ser o fator resultante de operações extralinguísticas, operações de construção de sentido que seriam de natureza enunciativa. A continuidade dessa abordagem, por sua vez, nos exige o esclarecimento das noções teóricas fundamentais com que trabalhamos.

3. Um conceito de ficção pelos estudos linguísticos:

Podemos iniciar essa abordagem alegando que a *ficção* é o ato ou efeito de sentido produzido pela *ficcionalidade* (cf. MENDES-LOPES, 2004). Por sua vez, a ficcionalidade é um conjunto de procedimentos operados *na* e *pela* linguagem, e que tem como resultado o estatuto ficcional de um texto. Dessa maneira, podemos entender que a ficção é, ou seria, um efeito de parecer ser verdadeiro.

Do mesmo modo que a ficção é dada por procedimentos relacionados à linguagem, a *factualidade* é o ato ou efeito de operações realizadas *na* e *pela* linguagem. Efeito que

²⁴ Tradução nossa para: “les énoncés fictionnels sont des formes possibles, observables et qui font sens, ils doivent être considérés comme les traces d’opérations énonciatives qui dévoilent l’activité de langage au même titre que tout autre mode d’énonciation.”

consiste em fazer ou permitir reconhecer no texto uma situação efetivamente acontecida. Curiosamente, tanto o efeito gerado pela ficcionalidade quanto pela factualidade procuram adequar-se a uma aparência de realidade. E embora tenhamos operações de ficcionalidade e factualidade, observamos, com certa frequência, uma mudança de estatuto relacionada aos textos. A qualidade de ficcional ou factual, assim, não é fixa, nem é definida pelo texto em si.

A literatura, por exemplo, é um espaço em que predomina o estatuto ficcional dos textos, mas também encontramos texto cujo estatuto contenha algo de factual, como na crônica, no romance histórico, no romance reportagem. Se dissermos que a ficcionalidade predomina porque ela é própria da literatura, além de cometer uma tautologia, desperdiçaríamos a oportunidade de conhecer melhor esse fenômeno e seus embates com a factualidade. Para tanto, investigamos a ficcionalidade sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente sob a teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau.

4. A Teoria Semiolinguística: uma apresentação

A Teoria Semiolinguística estuda a relação entre as formas linguísticas e o sentidos que delas/nelas se pode construir a partir da ação de sujeitos dotados de uma intencionalidade relacionada ao ato de comunicação. Por meio dessa concepção, podemos observar que a significação é construída na/pela língua através da ação dos sujeitos sociais imbuídos de um propósito de influenciar o interlocutor. Não se trata de estudar os efeitos da cadeia de significantes, mas de como os significantes ganham sentido em conformidade com a intencionalidade dos sujeitos da linguagem.

Os sujeitos da linguagem, por sua vez, não devem ser entendidos como falantes empíricos, ou seres concretos, mas sim como nos diz Charaudeau (2008, p. 22):

O sujeito pode ser considerado como um lugar de produção de significação languageira, para o qual esta atividade retorna a fim de constituí-lo. O sujeito não é, pois nem um indivíduo preciso, nem um ser particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação.

O discurso, por seu turno, é o exercício social da linguagem, significando daí que todas as vezes que nos comunicamos dentro um papel social determinado, (e estamos sempre em papéis sociais

determinados) estamos transformando a língua em discurso, seja por escrito seja através da fala. Esse ato é o que se denomina de enunciação e que, por sua vez, dá origem aos diferentes tipos ou gêneros de discurso.

Devemos enfatizar que, na Análise do Discurso o termo **discurso** é preferencialmente usado em lugar de *texto*, porque aquele tem sentido mais amplo que este: o discurso é entendido como uma relação de um texto com o conjunto de circunstâncias no qual foi produzido enquanto que o texto é um registro, uma materialidade de um ato de enunciação que pode ser interpretado de um modo ou de outro, conforme a situação em que seja lido. Texto, nessa perspectiva, também pode ser entendido como uma unidade apropriada para uma análise, um *corpus*, uma superfície de eventos discursivos que se toma para análise.

Das formas de interação social nascem os diferentes discursos, e, nessa perspectiva, temos os diversos gêneros discursivos, derivados dos papéis circunstanciais exercidos pelos sujeitos da linguagem. Por essa razão temos o discurso publicitário, o discurso literário, o discurso político etc. O sentido do discurso, por seu turno, é construído em concordância com as circunstâncias nas quais se deram sua produção e no diálogo dessa produção com a instância da recepção, instâncias representadas pelos sujeitos da linguagem. Esse dizer ocorre em diferentes situações. O que determina tanto o sentido quanto o gênero em que se encontra materializado esse ato de dizer. Se o sentido do enunciado é influenciado pela situação e pelos sujeitos, o mesmo ocorre com o estatuto de um discurso, que pode ser factual ou ficcional. Para tanto, vejamos o que nos diz, em termos mais precisos, a Semiologia.

5. Situação, contrato e enunciação:

De acordo com a Semiologia, toda comunicação se articula através de um processo de troca envolvendo pelo menos dois parceiros, sujeitos da linguagem, que são o produtor e o receptor do discurso. Essa troca ocorre dentro de uma determinada situação social, na qual é gerado um contrato enunciativo. A situação pode ser entendida como o contexto extra-linguístico no qual ocorre a comunicação e envolve as circunstâncias na qual ocorre a troca comunicativa. A situação de comunicação consiste assim em um conjunto de circunstâncias sociais, psicológicas e materiais no qual ocorre a troca linguageira, que, *grosso modo*, corresponderia à noção geral de contexto. Esse

conjunto de circunstâncias, por sua vez, gera o contrato comunicacional, que é um quadro de restrições dentro da qual se firma a enunciação.

Para Charaudeau (1983, p. 50), “a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertençam a um mesmo corpo de práticas sociais que sejam suscetíveis de se colocarem em conformidade com as representações languageiras destas práticas sociais²⁵”. Desse modo, o contrato faz mais que dispor os sujeitos da linguagem frente a frente, ele os coloca em um universo comum em que seja possível uma construção comum dos sentidos do texto e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos papéis que eles exercem nessa troca.

O contrato, assim, é um conjunto de restrições que configura a troca languageira ao mesmo tempo em que determina os diferentes tipos de comunicação que, por sua vez, originam os diferentes gêneros de discurso. Segundo Charaudeau (2004, 25), essas restrições são quatro:

.A *identidade*, que diz respeito ao papel social exercido pelos sujeitos participantes da troca languageira;

.A *finalidade*, que constitui o objetivo central da troca comunicacional;

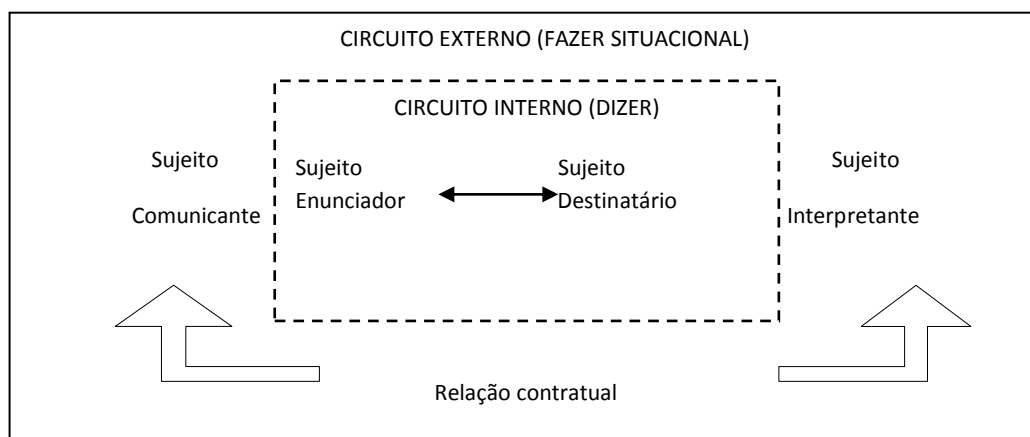
.O *macro-tema*, que pode ser entendido como o assunto da troca comunicacional;

.Os *dispositivos materiais* da comunicação, que são os suportes de que os sujeitos da troca dispõem para se comunicarem, esses dispositivos podem ser exemplificados por meios impressos (livro, jornal), televisivos (telejornal, telenovela), radiofônicos etc. E nessa perspectiva, a identidade dos sujeitos da linguagem (professor/aluno, escritor/leitor, médico/paciente, político/eleitor), o objetivo com que eles trocam a comunicação, o assunto tratado e o canal usado na troca languageira, definem o tipo de discurso (didático, literário, médico, político) e ao mesmo seu estatuto, ficcional ou factual.

A articulação do contrato comunicacional pode ser ilustrada através do esquema teórico apresentado por Charaudeau (2008, p.20) que apresentamos abaixo:

²⁵ TRADUÇÃO NOSSA PARA: “LA NOTION DE CONTRAT PRÉSUPPOSE QUE LES INDIVIDUS APPARTENANT À UM MÊME CORPS DE PRATIQUES SOCIALES SOIENT SUSCETIBLES DE SE METTRE D’ACCORD SUR LES REPRÉSENTATIONS LANGAGIÈRES DE CES PRATIQUES SOCIALES.”

Quadro 1: esquema enunciativo da Semiologia



O quadro comunicacional representa o modelo semiolinguístico de troca linguageira no qual temos o circuito externo e o interno. O circuito externo é o universo das práticas sócias e das vivências psicológicas dos sujeitos comunicante e interpretante. O circuito interno é o próprio universo do discurso, espaço virtual que existe na e pela atividade da linguagem. Se no universo do fazer situacional temos a situação de comunicação movida por seres psicossociais, no universo do dizer temos o mundo do discurso, no qual os seres psicossociais se tornam seres de palavras, seres que existem enquanto vozes enunciativas e receptores virtuais do discurso.

6. Ficção e ficcionalidade no domínio da linguagem:

O trabalho de Mendes-Lopes (2004) nos traz uma definição bastante operacional de ficção. Para a autora, a ficção “é a simulação de uma situação possível” (MENDES-LOPES, 2004, p. 117). Por sua vez, a ficcionalidade seria “o mecanismo de produção da ficção” (MENDES-LOPES, 2004, p. 117). Amparada na Teoria Semiolinguística, a autora nos informa que a ficcionalidade, perpassando todo e qualquer discurso, pode ser dividida em três tipos. Nesse caso, temos a “ficcionalidade constitutiva”, a “colaborativa” e a “predominante”. A “ficcionalidade constitutiva” (MENDES-LOPES, 2004, p. 131) ocorre em qualquer tipo de representação através da linguagem. Esse tipo opera como um mecanismo de simulação através do qual as palavras representam as coisas do mundo, ou seja, o próprio sistema linguístico é dotado de uma ficcionalidade constitutiva, na medida em que as palavras representam os seres e objetos do mundo e não são elas mesmas os objetos que representam.

A tipologia seguinte, a “ficcionalidade colaborativa” (MENDES-LOPES, 2004 p. 134-5) se caracteriza por “um considerável entrelaçamento de efeitos de real e de efeitos de ficção” (MENDES-LOPES, 2004, p. 135). Nesse caso, temos um tipo de efeito dado graças à representação ou a reconstrução de eventos através do discurso: notícias, reportagens, relatos são exemplos de uma ficcionalidade colaborativa porque, ao mesmo tempo em que buscam representar os fatos e objetos do mundo o fazem de maneira subjetiva.

A “ficcionalidade predominante” (MENDES-LOPES, 2004, p. 140), por sua vez, trata da ficção em sua acepção clássica. Essa tipologia seria típica daqueles gêneros de texto em que temos efeitos de ficção e real de modo a fazer uma história fictícia se parecer com uma história real ao mesmo tempo em que o autor se esforça para manter o texto como uma criação fictícia.

O discurso literário é um exemplo típico de ocorrência da ficcionalidade predominante. O escritor ou poeta constrói um mundo fictício através das palavras ao mesmo tempo em que busca, através dos efeitos de real, convencer o leitor que ele (o leitor) está dentro de um mundo possível, passível de ser real, ao mesmo tempo em que nos deixa entrever que se trata de mundo constituído apenas de palavras. Essa postulação será retomada nas páginas seguintes, na análise do *corpus*. Após a apresentação dessas considerações teóricas, passemos então a um olhar sobre o texto que submeteremos a análise.

7. Apresentação do *corpus*:

O poema *Rochas Roladas* é formado com trechos de textos de origens diversas: temos fragmentos de notícias de jornal, de boletins econômicos, descrições geológicas e biológicas e até mesmo a reprodução literal de um testamento do século XVIII. Esse conjunto heterogêneo é dividido em dez partes distribuídas em quatro páginas do livro que o contém. Há também uma página inicial contendo o título do poema com a seguinte epígrafe: “a montanha assim minerada apresenta um aspecto curioso, com suas profundas escavações, e as suas rochas roladas uma em cima das outras. W. L. Eschewege (*Pluto Brasiliensis*)”.

Trata-se de um trecho de autoria do Barão de Eschewege, mineralogista e geólogo alemão que esteve em Minas no princípio do século XIX a serviço da Coroa portuguesa com a missão de diagnosticar a queda da produção aurífera. Eschewege descreve no fragmento citado o aspecto de uma montanha escavada pela ação de mineradores. O

resultado desses trabalhos eram profundos sulcos talhados na montanha e a profusão de cascalho solto pelas encostas.

Através dessa chave de leitura, constatamos que o poema não é apenas uma colagem desconexa de discursos, já que representa uma espécie de escavação mineradora que deixa expostos vários fragmentos sobre Minas Gerais: fragmentos que tratam sobre identidade, economia, religiosidade, moralidade, geologia, história etc. Esses trechos, por sua vez, podem ser metaforizados como as “rochas roladas umas em cima das outras” de que trata Eschewege.

São trechos que possuem estatuto ficcional ou factual, provenientes de fontes diversas e que não se relacionam de maneira, aparentemente, fluída, não havendo entre eles uma sintaxe muito visível. Por outro lado, esses fragmentos se agregam pelo denominador comum de sua jazida: são trechos que tratam de diversos aspectos de Minas Gerais, tema central do poema e também do livro *Código de Minas*.

Se o trabalho do poeta é nítido naqueles versos em que constatamos o estatuto ficcional, não temos nos trechos factuais uma elaboração poética que lhes um aspecto de ficção pura. Inclusive porque Affonso Ávila cita a fonte (jornal, boletim) desses fragmentos como se a intenção fosse justamente reafirmar seu estatuto factual. Vejamos as partes 1 e 5 do poema:

1

Cabeceira quádrupla das águas
marasmo mar ázimo sem fermento
cemitério de navios do São Francisco
o rio sai da caixa

dos 8.836.270 brasileiros nascidos
em Minas Gerais e recenseados
a 1º de julho de 1950, 1.367.239
viviavam fora do estado (*Anuário
Estatístico do Brasil, 1957*)

a emigração se faz por terra
na miragem de mar e ar
(...)

5

A filantropia

com seus alto-falantes

80.000 crianças passam fome em Belo Horizonte

(de uma promoção dos *Diários Associados*)

a filáucia²⁶

com seus cofres-fortes

no quinquênio 1957/1961 os depósitos bancários

em Minas elevaram-se de 22 para 72 bilhões

(de uma publicação do Ministério da Fazenda)

Voltamos a frisar que o poeta não apenas reproduz, mas também cita as fontes (Anuário Estatístico do Brasil, Diários Associados, Ministério da Fazenda) dos textos factuais que insere no poema e assim reafirma seu caráter factual. Nesses recortes, conforme podemos observar, o poeta faz que os trechos factuais e ficcionais dividam espaço do texto literário. Mas vejamos agora a parte 7 do poema:

7

*estando eu o P.e Bernardo Madr.a
indigno filho do Príncipe dos Apóstolos Sam Pedro
doente em hua cama mas em meu perfeito Juízo
e entendimento que Deos medeu, etemedome
da morte por ser mortal, então sabendo agora
emque Deos será servido levarme desta vida
para a outra edezejando por minha alma
no caminho da Salvação Ordeney fazre este
meu Testam.to*

*Meu corpo será sepultado de bayxo do
Altar de N. Sr.a do Carmo cita na capella*

²⁶ FILÁUCIA: AMOR-PRÓPRIO, EGOÍSMO

*do roزاری do alto da cruz para que ninguém
tenha mais notícia deste escandalozo
Sacerdote, e amortalhado nas minhas
vestimentas Sacerdotais, que as tenho
em minha caza há m.tos annos
acompanhado pelo meu Rdº Parocho
e mais doze Sacerdotes, e se fará
hum officio do corpo prezente
com os mesmos Sacerdotes, e selhe
dara a Esmolla costumada
E no mesmo offº asiterá muzica
que seja boa e sedará adita
muzica dezaseis oitavos, e não querendo
seme digão trinta eduas Missas,
e hira o meu corpo em hu caixão
com toda a ligeireza*

No trecho citado anteriormente, temos um testamento escrito por um sacerdote, possivelmente residente em Ouro Preto, já que faz referência a Igreja de Santa Ifigênia do Alto da Cruz, erigida pela Irmandade do Rosário. No texto, o dito sacerdote expressa sua última vontade expressando seu arrependimento por alguma prática desrespeitosa e toma as providências necessárias para que consiga a salvação de sua alma através do cuidado com as cerimônias fúnebres.

Podemos observar que o poeta minimiza os efeitos de ficcionalidade ao reproduzir inclusive o sistema ortográfico vigente no século XVIII, transcrevendo também algumas incorreções cometidas pelo escrevente. Não temos, portanto, um texto cujo estatuto seja marcadamente ficcional. Não há marcas linguísticas que possam determiná-lo como ficcional, a não ser pela reorganização do texto original em versos. Vejamos assim, como a Semiologia nos permite abordar essa questão.

8. Ficcionalidade e factualidade no discurso literário:

Ao iniciar esta análise, chamamos atenção para o que nos diz Charaudeau (1983, p. 98). Para o autor, qualquer ato de linguagem é perpassado por efeitos de real e de

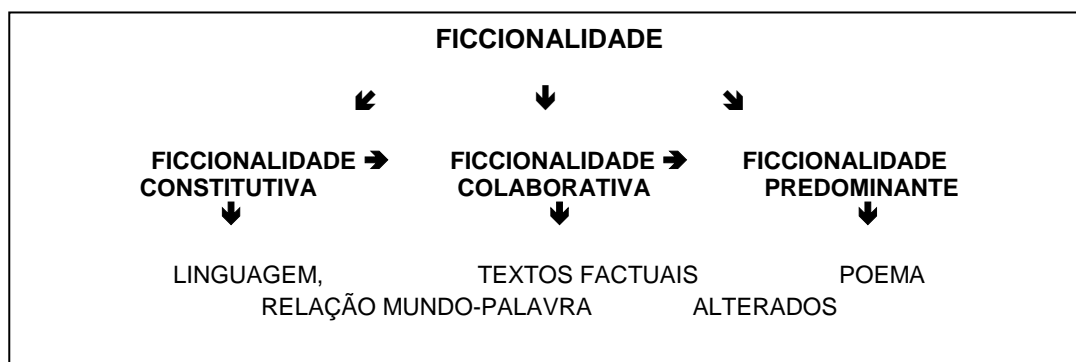
ficção: “todo projeto de fala se realiza através da encenação de efeitos de ficção e de efeitos de real²⁷” Tal postulação implica que, desse modo, o discurso transita entre o fato e a ficção podendo ser interpretado deste modo ou daquele.

No caso do poema de Affonso Ávila, temos uma ficcionalidade constitutiva no texto em si, já que ocorre, naturalmente, uma relação entre palavra e mundo, especificamente, as palavras do poema representam seres e coisas. Na ficcionalidade colaborativa, por sua vez, os fatos relatados podem, ou poderiam, ser constatados historicamente. Nesse caso não se trata de uma ficção pura. É o que ocorre com um relato histórico sobre a Inconfidência Mineira ou a Revolução Francesa, por exemplo. Mas deve-se levar em conta que esses trechos, embora remetam a uma realidade histórica, constroem uma simulação dos fatos. De modo que os fragmentos factuais que o poeta utiliza para construir seu poema é marcado por uma ficcionalidade colaborativa, já que eles apresentam uma simulação de cenários contextuais diversos em Minas Gerais.

Nesse caso, ainda que Affonso Ávila tenha usado um discurso cujo estatuto é factual para construir seu poema, sabemos que o poema em si é dotado de um estatuto de ficcionalidade. Essa ficcionalidade predominante não é dada apenas pelas palavras, mas também pela própria estruturação gráfica do poema: embora reproduza textos factuais, o poeta cria versos, quebrando a estrutura original da matéria prima utilizada e constrói outros efeitos de sentido além daquele que consiste simplesmente em informar dados sobre o estado de Minas Gerais.

Nessa ficcionalização do factual pode-se observar que o poeta segue uma espécie de processo que atravessa os três modos para dar ao poema o estatuto de uma ficcionalidade predominante. A esse processo buscamos representar a seguir da seguinte maneira:

Quadro 2: tipos de ficcionalidade no poema



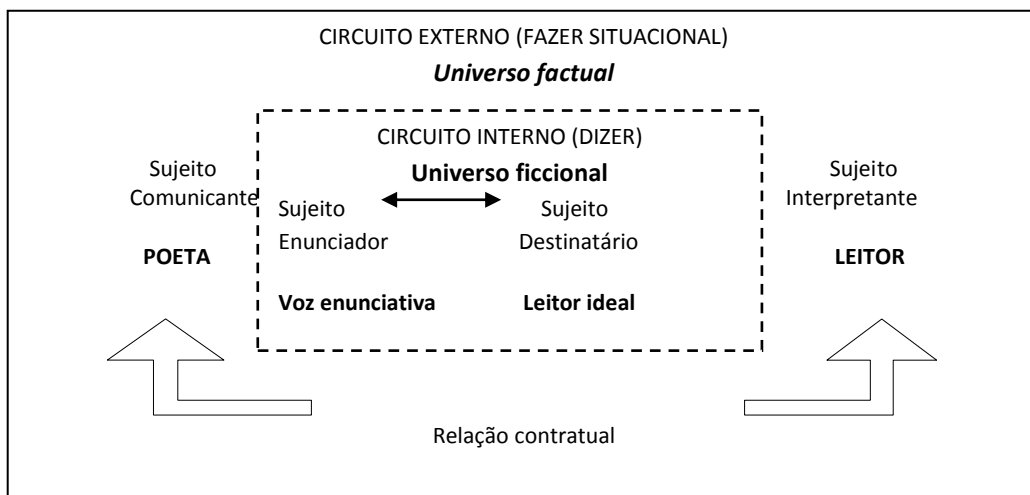
²⁷ TRADUÇÃO NOSSA PARA: “TOUT PROJET DE PAROLE SE RÉALISE A TRAVERS DE LA MISE EN SCÈNE D’EFFETS DE FICTION ET D’EFFETS DE RÉEL”.

De acordo com o esquema mostrado anteriormente, o poema de Affonso Ávila é construído com um trabalho que envolve as três modalidades de ficcionalidade: há uma ficcionalidade constitutiva, que é aquela inscrita na representação do mundo através da linguagem. Há também uma ficcionalidade colaborativa inscrita nos textos factuais pinçados para a elaboração do poema. A partir desse processo, o autor chega à construção de uma ficcionalidade predominante que é aquela que caracteriza o discurso literário: o poema constrói um mundo possível em que há interpretações variadas.

O poeta re-enuncia discursos factuais dentro de uma nova situação de comunicação e, assim, constrói um discurso literário ficcional usando como matéria-prima textos cujo estatuto é factual. Os textos originais utilizados foram produzidos por sujeitos da linguagem específicos, dentro uma situação e de um contrato comunicacionais também específicos. Affonso Ávila se apropria desse material discursivo e o utiliza dentro de outra situação de comunicação na qual temos um contrato estabelecido entre o poeta e seus possíveis leitores: o contrato, nesse caso, provoca uma alteração do estatuto do discurso dos trechos utilizados de factual para ficcional.

Podemos representar esse processo enunciativo e o efeito de ficcionalidade dele decorrente no quadro seguinte:

Quadro 3: a enunciação no texto literário



Desse modo, a ficcionalidade é uma construção enunciativa, tanto quanto a factualidade. Factualidade e ficcionalidade seriam, assim, decorrentes de processos enunciativos enquadrados em um contrato comunicacional específico: o estatuto ficcional

ou factual de um texto depende, por sua vez, de uma postura dos sujeitos da troca linguageira e não de um dado apriorístico existente no texto.

9. Conclusões e perspectivas:

A análise do poema de Affonso Ávila nos permite tirar algumas conclusões que vão além da simples constatação de que o autor perpassa dois tipos de ficcionalidade antes de chegar à ficcionalidade predominante no *Rochas Roladas*. Desse modo, podemos dizer que a ficção depende de uma espécie de acordo entre o poeta, sujeito comunicante, e seus possíveis leitores. De modo que o efeito de factualidade habita o discurso ficcional com a mesma frequência que a ficcionalidade se aloja no discurso factual.

A literatura é um tipo de discurso privilegiado para a ocorrência de transgressões ou desobediências a conceitos ou estatutos cristalizados. Desse modo, é pelo discurso literário que pensamos, neste artigo, a fragilidade de uma fronteira entre o factual e o ficcional. A ficcionalidade não é independente do real. Ela nasce dele ao mesmo tempo em que nos permite observá-lo de maneira deslocada. A ficção se mostra como um olhar criativo sobre a realidade, o que nos permite, através dessa reflexão, pensar e/ou repensar nossa postura ou mesmo nosso lugar no real.

Referências

ATLANI-VOISIN, François. Énonciation fictionnelle et constructions référentielles. Réflexions à partir du Bavard de Louis-René des Forêts. In: *Langue Française*. Nº 128. Paris: Larousse, 2000. pp. 113-125.

ÁVILA, Affonso. Rochas Roladas. In: *Código de Minas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. pp. 79-84.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, G.M. P.; MACHADO, I. L. e EMEDIATO, W. *Análises do Discurso Hoje, Volume 1*. Rio de Janeiro: Lucerna/Nova Fronteira, 2008. pp.11-30.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buraque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MENDES-LOPES, Emília. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004.

UMA LÍNGUA VISUAL NA UNIVERSIDADE: POR QUE, O QUE E COMO ENSINAR?

A VISUAL LANGUAGE IN UNIVERSITY: WHY, WHAT AND HOW TO TEACH?

Etiene Abreu (UNIRIO)

etieneabreu@yahoo.com.br

Resumo: Com a promulgação do decreto 5626/05 passa a existir a obrigatoriedade da implementação da Língua Brasileira de Sinais - Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e de fonoaudiologia e como optativa nos demais cursos nas instituições do ensino superior. Porém, diferente das línguas a que comumente se tem acesso, a língua de sinais é uma língua de modalidade visual (ou visoespacial). Além das diferenças linguísticas, muitas questões históricas, filosóficas e políticas são relevantes para a compreensão dessa língua. Os surdos têm lutado pelo reconhecimento de suas peculiaridades como grupo social, considerando-se parte de uma minoria linguística. Após anos de movimentos ocorridos na comunidade surda brasileira, podemos listar algumas conquistas como a regulamentação da Libras e a promulgação do decreto que a insere dessa no espaço acadêmico, possibilitando discussões aprofundadas sobre várias questões relacionadas à pessoa surda. O presente artigo visa discutir sobre questões relevantes sobre o ensino de Libras na Universidade, considerando suas peculiaridades e singularidades.

Palavras-chave: Língua De Sinais, Universidade, Ensino.

Abstract: After the Decree 5626/05 now is obligatory teach the Brazilian Sign Language – Libras in institutions of higher education. However, different of the languages that are commonly we have access, Libras is a language of visual modality (or visuospatial). In addition to linguistic differences, many questions historical, philosophical and policies are relevants to understanding the language. Deaf people have struggled for recognition of its characteristics as a social group, part of a minority that uses a specific language. After years of movements in the Brazilian deaf communitys, we may list some achievements such the oficial of Libras and the promulgation of the decree which put this in the academic space, allowing for detailed discussions on various issues related to deaf

people. This article aims to discuss relevant issues on teaching Libras at the University, considering their peculiarities and singularities.

Keywords: Sign Language, University, Teach.

INTRODUÇÃO

O que pensar ao ouvir o termo “língua visual”? E como uma “língua visual” chegou às universidades brasileiras?

A humanidade busca maneiras de se comunicar, como forma de preservação, de socialização de histórias, costumes e aprendizados. A língua é um instrumento eficiente para isso. Grupos sociais diversos utiliza(ra)m a história oral para preservar suas memórias e tradições, além de ilustrações e pinturas. Atualmente, vivemos em uma época em que se valoriza o uso da escrita como meio de comunicar ideias, fatos, conhecimentos. Com o advento da internet e de recursos tecnológicos em constante evolução, não raro encontramos diferentes recursos para apresentar uma ideia ou fato, não só a forma escrita – e algumas vezes, nem mesmo há palavras – mas imagens estáticas (fotografias e gravuras) ou em movimento (vídeos), músicas, sons, e quais outras mídias forem possíveis.

Contudo, apesar da capacidade de linguagem englobar várias sensações: ver, ouvir, sentir – a língua é, de fato, a maneira principal de interação e desenvolvimentos humanos. Talvez por isso, muitas pesquisas na área da linguística tenham focado o estudo das línguas, sua aquisição e seu papel social.

Saussure (1977), por exemplo, ao definir ‘língua’ diz:

“pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma **imagem auditiva** vem associar-se a um conceito. Ela é a parte social da linguagem (...) um homem privado do uso da fala conserva a língua contanto compreenda os signos vocais que **ouve**” (p. 22, grifo meu).

Note que, para o linguista, a capacidade de compreender uma língua ou aprendê-la, estava diretamente associada com o ouvir²⁸.

Chomsky (2009) que procurou estudar a relação da mente e da competência humana de linguagem aponta que os seres humanos têm inata a capacidade de aprender uma língua. Para o autor, a gramática de determinada língua “é um sistema de regras que

²⁸ Interessante ressaltar que, na mesma obra, o autor compara a língua “ao alfabeto dos surdos-mudos” (SAUSSURE, 1977. p. 24). Isso parece reforçar a ideia de que, para o autor, a capacidade de entender o alfabeto fonético e sua ordenação estava diretamente relacionada à compreensão da língua.

determina certo acoplamento entre **som e significado**” (p.208). Assim ele descreve a língua:

“No nível mais rudimentar de descrição, podemos dizer que uma língua **associa som e significado** de um modo particular; ter um domínio de uma língua é ser capaz, em princípio, de entender o que é dito e produzir um sinal com uma interpretação semântica desejada. (...) Não interpretamos o que é dito em nossa presença apenas pela aplicação dos princípios linguísticos que determinam as propriedades fonéticas e semânticas de um enunciado. As crenças extralinguísticas acerca do falante e da situação desempenham um papel fundamental na determinação de como a fala é produzida, identificada e entendida” (pp. 193-194, grifo meu).

Como podemos notar, o interesse dos linguistas na capacidade humana da linguagem, principalmente da língua, dá frequentemente atenção a fala, a produção de sons e a articulação e organização desses sons para formar unidades significativas e compreensivas.

As concepções desses autores concordavam com o que se acreditava enquanto Ciência então. Para a ciência, naquela época, só era possível fazer uma pesquisa minuciosa e produzir conhecimento válido se separássemos a ‘parte’ do ‘todo’ e a entendêssemos isoladamente. Conforme afirma Boaventura Santos (2010) acerca do paradigma da Ciência Moderna: “Conhecer significa dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou” (p. 28). Estudava-se a ‘língua’ como exterior ao sujeito, isolada, relativizando o seu papel social. Sobre esse viés, se não há fala, não há língua, nem sujeito. Uma língua visual seria, portanto, improvável.

Mas retomemos a pergunta inicial: o que pensar ao ouvir o termo ‘língua visual’? Registros apontam que no século XVI registra-se na Europa a existência de uma língua produzida sem ‘fala’ (ROCHA, 2008). Sem fala no sentido mecânico: sem a necessidade de organizar sons (fonemas) para formar uma unidade significativa (palavra). Com eram produzidas as palavras? Principalmente pela produção de códigos visuais. Eis uma língua visual! Sim, as línguas de sinais – como são chamadas – são línguas que têm por base palavras formadas visualmente: através de expressão facial e corporal, movimentos das mãos e do corpo, e da configuração das mãos. As línguas de sinais eram (e são) utilizadas por pessoas surdas, que na ausência do ouvir, significam o mundo através do que veem e do que expressam visualmente.

Com as concepções epistemológicas, ideológicas e políticas defendidas na época seria muito pouco possível que línguas de sinais fossem legitimadas. Assim, no final do século XIX tais línguas foram proibidas em todo o mundo. As línguas de sinais só foram

reconhecidas e novamente 'aceitas' a partir das últimas duas décadas século XX. Muitos estudos têm buscado apontar os impactos dessa proibição para as comunidades surdas em todo o mundo. No Brasil, o movimento pelo reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira – Libras ganha força a partir da década de 1980 e a legalidade da língua é oficializada em 2002 – início do século XXI – com a Lei 10.436. Com a promulgação do decreto 5.626/05, houve a regulamentação dessa lei e a obrigatoriedade do estudo de LIBRAS em cursos do ensino superior.

A trajetória das línguas de sinais em todo o mundo e no Brasil, nos ajuda a compreender, ou ainda, a nos aproximar dos ideais defendidos pela política pública que traz a Língua de Sinais Brasileira para os cursos de Ensino Superior, ajudando-nos assim a pensar sobre *porque ensiná-la*. É interessante conhecermos, mesmo que brevemente, algumas características dessa língua e das comunidades que a utilizam, e ainda as implicações de seu uso para a pessoa surda, para nos ajudar a refletir sobre *o que ensinar*. E ainda, discutirmos sobre especificidades de uma língua visual, suas diferenças em relação à língua oral colabora para uma discussão sobre *como ensiná-la*.

1. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – DA INVISIBILIDADE À UNIVERSIDADE

Sujeitos surdos têm feito uso de línguas de sinais por todo o mundo, e têm sido bem-sucedidos em discutir os mais variados assuntos, ligados às mais diversas áreas do conhecimento. As línguas de sinais começaram a ficar 'visíveis' no cenário mundial, principalmente entre o final do século XVIII e início do século XIX (SACKS, 2010). As comunidades surdas utilizavam língua de sinais para discutir assuntos variados, "havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem sucedidos" (PERLIN; STROBEL, 2008). No Brasil, pela iniciativa de Dom Pedro II foi criada em 1856 uma escola para surdos, o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, (hoje chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), tendo sido convidado o professor surdo Ernest Huet para dar suporte na criação e na direção dessa instituição (ROCHA, 2008).

Contudo, é importante compreender o contexto histórico social dessa época. O positivismo, característica da Ciência Moderna, começa a se impor como paradigma epistemológico dominante no mesmo período (SANTOS, 2010).

“A nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (p. 21).

Reconhecer uma língua ‘sem fala’, uma língua que não estava de acordo com a hegemonia então estabelecida, não cabia nesse paradigma. As línguas de sinais começam então a ser questionadas, deslegitimadas, até serem proibidas em 1880, num congresso em Milão. Segundo Sacks (2010):

O que estava acontecendo com os surdos e a língua de sinais era parte de um movimento geral (e, para quem preferir “político”) da época: uma tendência à opressão e ao conformismo vitorianos, à intolerância com as minorias de todos os tipos – religiosas, linguísticas, éticas. (p. 33).

No Brasil, mesmo no instituto destinado às pessoas surdas, o uso de sinais também foi proibido. O método oral, defendido no Congresso de Milão, era o único admitido e considerado válido para as pessoas surdas. A sobrevivência da Língua de Sinais Brasileira se deu pela resistência dos surdos, que continuaram utilizando-a em reuniões religiosas, encontros de lazer, nas associações de surdos, ou em grupos familiares (MONTEIRO, 2006; ROCHA, 2008).

Apesar da maioria das pesquisas linguísticas voltarem-se para a fala, na década de 1960, William Stokoe interessou-se pela Língua Americana de Sinais – ASL, produzindo pesquisas relevantes sobre ela (CAPOVILLA, 2000). As pesquisas de Stokoe contribuíram significativamente para que as línguas de sinais estivessem novamente em evidência no cenário mundial. As pesquisas de Vygotsky também colaboraram para uma nova visão sobre o sujeito surdo. Por apontar que a língua colabora na regulação das funções mentais superiores, ou seja, na estruturação do pensamento e na autorregulação, afirmando a necessidade da interação para que o ser humano aprenda a língua e, por conseguinte, se desenvolvam (VYGOTSKY, 2008), muitos estudiosos começaram a questionar se a ausência de uma língua ou o uso de uma semilíngua²⁹ não prejudicaria o desenvolvimento do sujeito surdo.

Assim, as línguas de sinais voltam a ganhar força política apenas em meados do século XX, quando pesquisas na área da linguística passam a focar tais línguas. O

²⁹ Capovilla (2000), ao contar a história das filosofias voltadas à educação das pessoas surdas, aponta que a oralização levou com que alguns nem aprendessem a língua oral do país nem aprendessem uma língua de sinais. E que quando o uso de sinais era associado simultaneamente à língua oral, os sujeitos surdos acabavam aprendendo semilínguas, pois nem compreendiam perfeitamente a língua oral, nem a língua de sinais.

contexto histórico aponta para diversas movimentações sociais em prol do respeito e da tolerância. Com as declarações de Jomtiem³⁰ e de Salamanca³¹, na década de 1990, o contexto educacional também começa a mudar, valorizando-se a inclusão. O ideal de respeito e tolerância aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

No final da década, várias pesquisas, algumas delas promovidas com intensidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, começam a defender a legitimidade da Língua Brasileira de Sinais (FERREIRA, 2003). A comunidade surda brasileira³², engajada em movimentos cada vez mais intensos, obtém conquistas. No ano de 2002, a Língua de Sinais Brasileira foi oficialmente reconhecida pela Lei 10.436. Mas era necessário mais do que isso para que a situação de exclusão dos surdos mudasse.

É necessário pensar no que a língua de sinais representa para uma pessoa surda. Para isso, convido à reflexão considerando trechos da narrativa feita por Emmanuelle Laborit, uma surda francesa, atriz, que descreve de forma contundente sua experiência de não-ouvir, suas conquistas, angústias e ideias.

O que queria dizer aquela mímica das pessoas à minha volta, com a boca num círculo ou esticada em diferentes caretas, os lábios formando trejeitos esquisitos? Eu "sentia" a diferença quando se tratava de zanga, de tristeza ou de alegria, mas o muro invisível que me separava dos sons correspondentes àquela mímica era ao mesmo tempo de vidro transparente e de betão. Imaginava encontrar-me dum lado desse muro e os outros, de igual modo, do outro lado. (...)

A minha mãe diz que já não sabia o que fazer comigo. Olhava para mim incapaz de inventar fosse o que fosse que permitisse estabelecer um elo entre nós. Por vezes já nem conseguia brincar. Já não me dizia nada. Pensava: *"Não posso dizer que a amo, pois ela não me ouve"*. (...)

Da minha primeira infância, as recordações são estranhas. Um caos na minha cabeça, uma sequência de imagens sem relação entre si, como sequências de um filme montadas umas atrás das outras, com longas

30Documento internacional produzido a partir da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, no ano de 2000, onde discutiu-se o direito fundamental à educação, e o Brasil, como signatário, assumiu o compromisso de erradicar o analfabetismo. (BRASIL, 2004)

31Documento internacional produzido a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, onde países signatários, sendo o Brasil um deles, apresentam ações e metas relacionadas à inclusão.

32O termo "comunidade surda" envolve não só as pessoas surdas de determinada localidade, mas ouvintes que compartilham de seus interesses comuns, como professores, intérpretes e familiares. (STROBEL, 2008)

tiras negras, grandes espaços perdidos. Entre os zero e os sete anos, a minha vida está cheia de lacunas. Só tenho recordações visuais. Como flashbacks, imagens de que ignoro a cronologia. Creio que não havia rigorosamente nada no meu cérebro durante esse período. Futuro, passado, tudo estava na mesma linha de espaço-tempo.

A mãe dizia ontem... e eu não sabia onde era ontem, o que era ontem. E amanhã também não. E não podia perguntar-lhe. Estava impotente, não tinha a menor consciência da passagem do tempo.

Havia a luz do dia, a escuridão da noite e era tudo.

Ainda não consigo pôr datas nesse período de zero a sete anos.

Nem ordenar aquilo que fiz. O tempo era o momento presente. (...)

Eu não podia comunicar com as outras pessoas, portanto, não era como as outras pessoas, os adultos. Ia, pois, "acabar". E houve alturas, quando eu não conseguia mesmo comunicar, perguntar tudo aquilo que pretendia compreender, ou quando não havia resposta, então aí pensava na morte. E tinha medo (...).

Para aqueles que nascem com o nome na cabeça, o nome que o pai e a mãe repetem, que têm por hábito virar a cabeça quando alguém chama por esse nome, deve ser difícil entenderem-me. A sua identidade lhes é dada à nascença. Não precisam pensar no assunto, não se interrogam acerca de si mesmos. São "eu", são "eu, mim" naturalmente, sem esforço. Conhecem-se, identificam-se, apresentam-se às outras pessoas com um símbolo que os representa. Mas a Emmanuelle surda não sabia que era "eu" ou "mim".

Compreendeu-o com a língua gestual, e agora sabe. Emmanuelle agora pode dizer: "Chamo-me Emmanuelle" (LABORIT, 1996)

Emmanuelle nos ajuda a entender a situação desfavorável que a maioria das crianças surdas tem enfrentado. Segundo Sacks(2010), a maioria das crianças surdas nascem em famílias de ouvintes o que as coloca em contato com uma língua que desconhecem, e que não podem conhecer da mesma maneira que os ouvintes, já que para isso seria necessário **ouvir**. Como Laborit, a maioria das crianças não compreende a língua usada por sua família, e acaba ficando isolada – já que, muitas vezes, ninguém na família sabe comunicar-se eficazmente com ela. Também é necessário perceber na narrativa, como a ausência de uma língua dificulta (ou impede) o desenvolvimento, o

conhecimento de certos conceitos aparentemente elementares. Noções abstratas – como a noção temporal – são difíceis de ser compreendidas. A construção da identidade também perpassa pelo uso da língua, já que o nome nos ajuda a construir uma referência sobre nós mesmos na nossa relação com os outros.

Para Emmanuele, assim como para muitos surdos, a língua de sinais possibilitou sair de um estado de inércia, ausência, para um estado de autodescobrimento, autoconhecimento, reconhecimento social e desenvolvimento. Pensando sob esse olhar, fica evidente que é fundamental que a criança surda tenha a possibilidade aprender a língua de sinais o mais cedo possível, para que se desenvolva sem prejuízos. De outra forma, “o vazio linguístico impedirá a criança de ultrapassar o nível das operações mentais mais elementares” (BAPTISTA, 2008. p. 59).

Mesmo após o reconhecimento da Libras por lei, muitas crianças não têm tido acesso à LIBRAS no início da vida. Algumas delas vão ter contato com a língua – de forma sistemática ou assistemática – quando ingressam na escola. Por isso, o espaço escolar tem sido considerado extremamente importante para os sujeitos surdos no Brasil. É o espaço que colabora significativamente para a manutenção da sua língua, para a construção de sua identidade e para sua inserção social.

Ainda assim, muitos ouvintes ainda não compreendem a necessidade de se valorizar a língua de sinais e permitir que esta, sendo a língua que possibilita que os surdos aprendam, pensem e se desenvolvam, seja usada como língua de instrução, e seja vista como legítima. Por isso, as comunidades surdas têm continuado sua luta pela afirmação de sua língua. Uma nova conquista foi a promulgação do decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei 10.436/02 e instituiu novas ações em prol da Libras.

Entre as ações está a implementação da Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória nos cursos de Formação de Professores³³, nos níveis médio e superior. Para os demais cursos de ensino superior, a disciplina de LIBRAS deve ser ofertada como optativa. Apesar de existir críticas sobre o limite posto pelo decreto (apenas para as licenciaturas a disciplina é obrigatória), a abertura desse espaço para o ensino e discussão da Libras, visa colaborar para uma transformação de olhares, contribuindo para que profissionais da educação, e outros que optem por cursar a disciplina, aproximem-se da realidade dos sujeitos surdos e veja a língua de sinais, não

³³ Segundo o texto do decreto, entende-se por cursos de formações de professores no Ensino Superior, todos os cursos de licenciaturas.

como uma língua deficiente, mas como uma língua completa produzida numa modalidade diferente: visual³⁴.

De fato, a diferença linguística tem sido considerada um ‘nó’ na participação das pessoas surdas na sociedade. Baptista (2008) afirma que as principais dificuldades enfrentadas pela pessoa surda – quer na escola, quer em outros espaços de interação social – estão diretamente ligadas a questões de ordem linguísticas, sabendo que, apesar da surdez não causar diretamente um atraso cognitivo, a não aprendizagem da língua materna no período devido, pode causar prejuízos a seu desenvolvimento como um todo. Assim a possibilidade de se estudar a língua de sinais no contexto acadêmico, pode contribuir para que ações realmente inclusivas e de respeito às diferenças sejam efetivadas.

2. POSSÍVEIS DISCUSSÕES SOBRE E EM LIBRAS NA UNIVERSIDADE

O que lemos até aqui nos ajuda a refletir sobre a trajetória da Língua de Sinais Brasileira até sua chegada ao espaço universitário. Podemos concluir também que, sendo uma língua, com todas as suas peculiaridades, não poderá ser aprendida de forma plena – para tornar um futuro professor fluente na língua – em apenas um semestre de estudo. Além disso, podemos considerar que, tratando-se de uma língua, a falta de contato com a comunidade surda dificultará a fluência. Dito isso, podemos questionar sobre que aspectos da língua de sinais poderiam ser discutidos na Universidade.

Parece relevante que os estudantes que tenham contato com a disciplina conheçam as questões históricas que envolvem a Língua de Sinais Brasileira, bem como as concepções filosóficas, políticas e educacionais que vêm sendo construídas ao longo dos anos. Ao falar das visões que se tem acerca dos sujeitos surdos e de sua língua, Skliar (2010) aponta que “a questão didática, a questão do conhecimento, tanto o escolar quanto o não escolar, e a questão das interações que as regulam, devem ser criticamente discutidas e reconstruídas” (p. 28). Aproximar-se de tais questões pode contribuir para que os olhares sobre a língua de sinais sejam transformados. É necessário que os estudantes percebam a Língua Brasileira de Sinais como “uma língua completa, por

³⁴ É válido notar que muitos pesquisadores utilizam o termo ‘visoespacial’ para designar a modalidade das línguas de sinais. Em momento algum discordo desse termo. Minha opção por utilizar o termo “visual”, é apenas no intuito de reforçar que, diferente das línguas orais – comumente estudadas – as línguas de sinais expressam a maneira que os surdos percebem e experimentam o mundo: de forma visual (QUADROS, 2004. p.10).

inteiro, que se fala no espaço, com as mãos, a expressão do rosto, do corpo” (LABORIT, 1996).

Porém, o contato com a língua não pode limitar-se à compreensão do contexto social da qual faz parte. Os futuros professores podem ser levados a considerar as diferenças existentes entre a língua oral que utilizam e a língua de sinais. Por que isso seria significativo? Apesar do reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira, existe a manutenção da ideia de que a língua oral é superior a língua de sinais, ou que a língua de sinais é apenas um meio simplificado de comunicação que não consegue significar conceitos abstratos, ou ainda, que a língua de sinais é apenas um suporte para o aprendizado da língua que de fato importa – a língua oral hegemônica (GESSER, 2009).

As línguas de sinais possuem gramática e estrutura próprias, sendo possível relacionar suas características fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas. A Língua Brasileira de Sinais não é ‘outra forma’ da língua portuguesa, o que implica entender que as estruturas das duas línguas são distintas. Logo, traduzir informações disponíveis na língua portuguesa para a língua de sinais, e vice-versa, não significa reproduzir cada palavra de uma língua para a outra. Envolve conhecimento específico, e transformação da frase para a realidade da língua-alvo (QUADROS, 2004). Ter contato com os aspectos gramaticais, linguísticos da Libras pode colaborar para que a essa seja percebida como uma língua legítima, autêntica e completa.

O que envolveria, no espaço escolar, compreender a língua de sinais dessa forma? Como é apontado por Lodi e Moura(2006) há

a necessidade de ser desenvolvida uma nova postura em relação à educação de crianças surdas, pois um processo de ensino-aprendizagem que respeite a diferença desta minoria deve possibilitar que a LIBRAS assuma o lugar de L1, base sobre a qual uma comparação/construção dos processos enunciativos próprios de cada língua e uma reflexão linguística e metalinguística podem ser promovidas, e, portanto, deslocamentos de sentidos de uma língua à outra realizados (Idem).

Possibilitar que no espaço escolar a Língua Brasileira de Sinais seja reconhecida e respeitada, envolve pensar ações onde a Libras seja a língua de instrução de sujeitos surdos. Isso demandaria educadores bilíngues e, é necessário reconhecer que a oferta da disciplina não caracteriza a formação de pedagogos, professores ou fonoaudiólogos bilíngues. Porém, as discussões oportunizadas pela presença da Libras na vida

acadêmica de tais estudantes, poderá leva-los a compreender tais questões e assumir posturas mais adequadas ao atuarem com sujeitos surdos, reconhecendo a necessidade de profissionais fluentes.

Espera-se que os estudantes tenham contato com leituras que abordem questões relacionadas à surdez e à língua de sinais, produzidos por pesquisadores **surdos** e ouvintes, publicações como os “Estudos Surdos” têm colaborado para que várias pesquisas sobre essa temática sejam socializadas no meio acadêmico.

“A *Série Pesquisas em Estudos Surdos* é uma ideia que surgiu no sentido de tornar públicas as investigações que estão sendo realizadas na perspectiva dos surdos. As investigações que estão sendo realizadas no Brasil começam a apresentar outras possibilidades que vão além, ou seja, rompem com a mesmidade. Os surdos começam a ser autores” (QUADROS, 2006. p.8)

Contudo, além disso, os estudantes podem ser incentivados a terem contato com comunidades surdas, como forma de perceberem a língua no seu uso cotidiano. Podem, também, ser motivados a participar de encontros onde sejam discutidas questões relevantes à educação, à acessibilidade, ao respeito e às políticas públicas das pessoas surdas, aproximando-se das discussões políticas atuais na área.

Compreende-se que o contato com a língua – como disciplina da graduação – é limitada. Contudo, é necessário que percebam que palavras isoladas não constituem uma língua. É preciso atentar para situações de aprendizagem que favoreçam o contato com a produção de textos, frases, diálogos em língua de sinais e que os estudantes possam ser levados a discutir sobre eles e, mesmo com o tempo curto de estudo, pensar (e utilizar) a língua em situações cotidianas, reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada da Língua Brasileira de Sinais na universidade é um fato recente. Muito há para se discutir, refletir e pesquisar sobre o ensino dessa língua nos cursos de nível superior. Não existe uma fórmula pronta sobre o quê e como ensinar – seja na disciplina de Libras ou em qualquer outra área do conhecimento. Mas algumas questões aqui apresentadas têm se mostrado relevantes em diversos estudos e pesquisas. Segundo Skliar (2010) as representações sociais da surdez e da língua de sinais têm se constituído um sério impedimento para ações inclusivas. Portanto, discutir sobre língua de

sinais, a partir de outros vieses, visa contribuir para que tais representações sejam repensadas e transformadas.

O reconhecimento da Libras vai bem além do 'consentimento' de seu uso nos espaços sociais. Perceber a Língua de Sinais Brasileira como língua legítima envolve respeitá-la como completa, como língua em que sujeitos surdos pensam, constroem sua identidade e seus conhecimentos.

Espera-se que, com a presença da Libras no espaço acadêmico, as discussões sobre a educação de surdos seja ressignificada, a partir dos olhares dos educadores em formação. O presente artigo, longe de pretender oferecer respostas, vem questionar, problematizar o ensino de Libras na universidade, esperando que diferentes perguntas surjam, colaborando com outras pesquisas e reflexões.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, J. *Os Surdos na Escola: A Exclusão pela Inclusão*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2008.

BRASIL. *Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. MEC: 2005

BRASIL. *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*.

CAPOVILLA, F. *Filosofias Educacionais Em Relação Ao Surdo: Do Oralismo À Comunicação Total Ao Bilinguismo*. In: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira*. Volume II. São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom: 2000.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e Mente*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora. UNESP, 2009.

FERREIRA, Lucinda. *Legislação e a Língua Brasileira de Sinais*. Ferreira & Bergoncci consultoria e publicações. São Paulo, 2003.

GESSER, Audrei. *LIBRAS: Que língua é essa?* São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LABORIT, Emmanuelle. *O vôo da gaivota*. São Paulo: Best Seller, 1996.

LODI, Ana Claudia Balieiro ; MOURA, Maria Cecília de . *Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social*. ETD. Educação Temática Digital, Campinas, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2006.

MONTEIRO, Myrna S. *História Dos Movimentos Surdos e o Reconhecimento da Libras No Brasil*. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006.

PERLIN, Gladis e STROBEL. Karin. *Fundamentos da educação de surdos*. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/4559884/Fundamentos-da-Educacao-dos-Surdos>. Acesso em 25/04/2011.

QUADROS, Ronice. (Org.) *Estudos surdos I*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

_____. *O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.: il.

ROCHA, Solange. *O INES e a educação de Surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 7ªed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

SKLIAR, Carlos. *A Surdez: Um Olhar Sobre as Diferenças*. Porto Alegre Editora: Mediação, 1998. 4ed. 2010.

VYGOTSKY, L. S., *A Formação Social da Mente*. 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ATUAIS TENDÊNCIAS DA SEMIÓTICA FRANCESA

TRENDS IN FRENCH SEMIOTICS

Fernando Moreno da Silva (FAPESP - Pós doutorando - UNESP/FCLAr)

fermosilva@yahoo.com.br

Resumo: O artigo tem o objetivo de traçar um percurso epistemológico da teoria semiótica francesa, estabelecida inicialmente por Greimas (1976). Assim, comparando o quadro teórico atual com o modelo clássico, pretende-se mostrar os avanços dessa disciplina, passando pela teoria da narratividade, pela incorporação dos estudos enunciativos, pela teoria das paixões e pela tensividade.

Palavras-chave: linguística; semiótica francesa; percurso teórico.

Abstract: The article aims to describe the route of epistemological French semiotics, initially established by Greimas (1976). Thus, comparing the current stage with the classic model, is intended to show the progress of this discipline, going by the theory of narrative, by incorporating enunciative studies, the theory of the passions and tensitivenesses.

Keywords: linguistics; French semiotics; theoretical development.

Perceber não é experimentar um sem-número de impressões que trariam consigo recordações capazes de completá-las, é ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível.

Merleau-Ponty, 1999, p. 47

Introdução

Quando se usa o termo “semiótica”, é preciso especificar com que teoria se pretende trabalhar. Há três grandes correntes teóricas em semiótica³⁵: (i) semiótica de

³⁵ Ao lado dessas que poderiam ser chamadas “macrosemióticas” (americana, francesa e russa), surgem semióticas específicas: umas que se definem pela expressão (semiótica visual, auditiva, etc.), outras pela

origem americana, criada por Charles Sanders Peirce (1839-1914); (ii) semiótica de origem francesa, iniciada por Algirdas Julien Greimas (1917-1992); e (iii) semiótica da cultura, que se desenvolveu a partir de um grupo conhecido como Escola de Tartu-Moscou, cujo principal nome é Iuri Lótman (1922-1993). Este artigo vai discutir a semiótica francesa.

1. A semiótica francesa

A semiótica francesa ou da Escola de Paris, criada para ser uma teoria da significação, é um modelo de descrição do sentido, ou seja, uma metalinguagem. “A semiótica deveria ocupar, em relação às ciências humanas, o lugar que a língua, segundo Hjelmslev, ocupa frente aos demais sistemas semióticos, e que decorre de sua capacidade de assegurar a traduzibilidade entre outros sistemas.” (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 55).

Além de se dedicar ao estudo do conteúdo, a semiótica francesa destaca a arquitetura dele, ou seja, como o texto se organiza para expressar o conteúdo. Assim, o percurso gerativo³⁶ serve para explicar a construção do sentido: como a significação vai se construindo no interior do texto.

[...] essa estratificação considera simplesmente a significação por meio de um folheado, como a massa do mesmo nome ou as camadas geológicas, ainda que essas metáforas sejam enganosas: não se trata de uma simples superposição cumulativa, mas antes, como se tentou mostrar, de uma rede hierarquizada de dependências em que cada um dos níveis mais profundos converte

cultura (semiótica da dança, do cinema, da publicidade, das artes, etc.). A linguística, por exemplo, pode ser definida como a semiótica das línguas

³⁶ O percurso gerativo de sentido apresenta três níveis de leitura: fundamental, narrativo e discurso. O primeiro deles, o fundamental, baseia-se na projeção da categoria tímico-fórica /euforia/ e /disforia/. Nesta fase, os valores ainda são virtuais, não estando relacionados a um sujeito. Transferindo-se ao nível imediatamente superior — o percurso vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto —, a categoria tímico-fórica converte-se em categoria modal, modificando a relação do sujeito com seu objeto. Neste plano narrativo, os valores são atualizados e investidos no objeto, relacionando-se, por disjunção ou conjunção, com o sujeito. Daí, portanto, a denominação *objeto-valor* (Ov): é o ser querido, é aquilo que se busca e se quer alcançar ao final das transformações de estado de uma narrativa.

Cada um dos níveis de leitura é composto de seus respectivos elementos: a) no fundamental, há termos-objetos, formando uma estrutura elementar; b) no narrativo, actantes (destinador-manipulador, sujeito, destinador-julgador, oponente, adjuvante e objeto); c) no discursivo: enunciador/enunciário pertencentes à enunciação pressuposta e narrador/narratário pertencentes à enunciação enunciada ou ao enunciado propriamente dito. Os actantes são concretizados no texto pelo atores, que são as personagens.

seus dados semânticos e sintáticos, articulando-os e especificando-os no momento de sua passagem ao grau superior. (BERTRAND, 2003, p. 47)

Sendo um ramo das ciências da linguagem que se ocupa dos conjuntos significantes, seu objeto de análise será sempre um signo, tomado no sentido amplo do termo (texto verbal, não verbal e sincrético), enfim, tudo que carrega um sentido.

A semiótica greimasiana nasceu na década nos anos de 1960, no auge do estruturalismo. Os grandes precursores dessa ciência são o suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) e o dinamarquês Louis Trolle Hjelmslev (1899-1965). O método de Saussure (1969) funcionou como uma ciência piloto entre as ciências humanas, oferecendo um modelo de cientificidade. E a teoria da linguagem proposta por Hjelmslev (1975) é uma continuação dos ensinamentos do mestre genebrino. “A práxis descritiva proposta por *Semântica Estrutural* e pelo *Dicionário de semiótica* permite aplicar o aparato teórico dos *Prolegômenos* à análise dos textos que Hjelmslev recomendava.” (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 63)

Surgida nesse cenário, não poderia fugir do caráter estrutural, evidente sobretudo quando se aborda, no nível fundamental do percurso gerativo, as estruturas elementares. O título de seu discurso fundador, *Semântica estrutural*, publicada em 1966, por Algirdas Julien Greimas, é mais uma indicação dessa influência. Sua ligação com o estruturalismo francês e sua insistência em um imanentismo ortodoxo, conferiu-lhe inicialmente um caráter formal, anti-historicista e “idealista”.

2. Incorporação dos estudos enunciativos

Mas uma importante renovação na teoria semiótica ocorreu com a incorporação nos anos de 1970 dos estudos da enunciação, que contribuiu, por assim dizer, para a passagem de um modelo puramente imanentista a uma abordagem extralinguística dos objetos analisados.

Com uma perspectiva estrutural para descrever o sistema da língua, a semiótica privilegiava o enunciado e recusava a subjetividade. Descrevia-se qualquer conjunto significativo, independentemente da forma ou da linguagem, com exclusão de qualquer elemento extralinguístico. A herança estrutural era patente.

Seguindo os ensinamentos de Hjelmslev, a semiótica deveria “necessariamente, levando as considerações e mudanças da fala, recusar-se a lhes atribuir um papel preponderante e buscar uma constância que não seja enraizada em uma realidade extralinguística” (HJELMSLEV, 1975, p. 15). Predominava, portanto, o princípio da objetivação, da imanência. Por isso, a enunciação fica nesse primeiro estágio em segundo plano, excluindo o sujeito do discurso de sua reflexão (CORTINA; MARCHEZAN, 2004. p. 410-14)

Quando se percebe, no entanto, que o sentido das palavras só consegue apreender uma parcela do conteúdo, força-se a restabelecer o vínculo entre linguístico e extralinguístico. Contrapondo-se ao estruturalismo, as teorias enunciativas destacam a fala, veem a linguagem como ação. O conceito de enunciação impulsiona a linguística a ultrapassar os limites da língua.

No auge dos estudos enunciativos, na década de 70, a enunciação trouxe um desconforto à semiótica. Mesmo reconhecendo sua importância, temia-se que ela promovesse a entrada dos fatores externos na descrição do sentido, mexendo com o modelo imanente, embasado no estruturalismo formal. A semiótica não queria se confundir com questões da ontologia, sociologia ou psicologia.

Diante dessa incógnita (incorporar ou não a enunciação), a semiótica valeu-se da seguinte estratégia: considerar a enunciação como uma instância pressuposta ao enunciado.

Nenhum ‘eu’ encontrado no discurso pode, assim, ser identificado como o sujeito da enunciação propriamente dita: ele é apenas um simulacro construído, sujeito de uma enunciação antiga e citada e, como tal, observável em sua incompletude, em seus percursos e suas transformações. (BERTRAND, 2003, p. 93)

A teoria da subjetividade de Benveniste (1976) foi inovadora e desempenhou importante papel na retomada das questões referentes ao sujeito e à significação, porque possibilitou um deslocamento de sentido na concepção de linguagem, considerando o sujeito como elemento essencial. Com ela, a semiótica incorpora a enunciação, projetando no discurso as marcas de pessoa, tempo e espaço.

A enunciação é compreendida por duas vertentes: comunicação e produção. Na primeira, a enunciação é entendida por meio da relação do fazer-persuasivo de um produtor que visa a agir sobre um receptor, encarregado, por seu turno, do fazer-interpretativo. Essa primeira abordagem da enunciação é típica dos estudos da Retórica.

Em relação à produção, enunciação é um ato que põe em funcionamento a língua, produzindo um enunciado. É impossível estudá-la diretamente, porquanto é uma instância linguística pressuposta pelo enunciado. Mas como seu produto, o enunciado pode conter traços que reconstituem o ato enunciativo. Esse mecanismo, que consiste em projetar no discurso as marcas de pessoa, tempo e espaço, é conhecido por *debreagem*, subdivida em dois tipos.

A primeira é a *debreagem enunciativa* (FIORIN, 1996), que instala no enunciado as pessoas da enunciação (eu/tu), o espaço da enunciação (aqui) e o tempo da enunciação (agora), produzindo o efeito de sentido da subjetividade. A segunda é a *debreagem enunciva*, responsável pela instalação das pessoas do enunciado (ele), do espaço do enunciado (lá ou alhures) e do tempo do enunciado (então), criando o efeito de sentido da objetividade.

Abaixo, os integrantes da enunciação, dispostos em níveis (FIORIN, 1996):

1º nível	enunciador versus enunciatário
2º nível	narrador versus narratário
3º nível	interlocutor versus interlocutário

Sabe-se que, em todo processo de comunicação, a um “eu” corresponde sempre um “tu”. Por isso, diante do enunciador está o enunciatário; do narrador, o narratário; do interlocutor, o interlocutário.

O enunciador é uma imagem construída ao longo do texto, uma idealização do ser que produziu o discurso corrente. Traçando um paralelo com a Retórica clássica, cujo princípio preconiza, num ato de comunicação, o envolvimento de três componentes (orador, auditório e discurso), o enunciador seria, aproximando-o das tradições aristotélicas, o *ethos* do orador, a voz que ecoa numa construção discursiva.

Discini (2003) afirma que estilo é o *ethos*, um modo próprio de dizer a partir da análise de uma totalidade. É no dito que se busca um modo próprio de dizer. “Para descrever um estilo, a análise procurará reconstruir quem diz pelo modo de dizer...” (p. 7). “Assim, entende-se o estilo como um percurso do objeto (o enunciado) ao sujeito (da enunciação)”. (p. 28). Construir um estilo, portanto, é dar corpo a uma totalidade na qual há recorrência de percursos temáticos.

Enquanto o enunciador é a instância pressuposta que produz o enunciado, o narrador, apresentando-se num segundo nível, é o “eu” projetado no interior do texto, fruto da criação do autor implícito. É uma delegação de voz levada a efeito pelo enunciador.

Um último e terceiro nível surge quando o narrador delega voz aos actantes do enunciado. Nesse momento, aquele que fala se transforma no interlocutor. Na terminologia dos estudos literários, é a fala dos personagens. O sinal marcante para essa distinção é o uso do discurso direto. O espaço dado aos personagens é introduzido pelo mecanismo da debreagem interna ou de segundo grau, prestando-se a criar o efeito de sentido de realidade, pois parece que a própria personagem toma a palavra. Esses seriam, portanto, os níveis enunciativos.

3. Do descontínuo ao contínuo

Outra importante renovação no percurso da teoria semiótica foi a passagem da semiótica da ação para a semiótica das paixões. “Sob o estímulo de Greimas, a semiótica deu ênfase, sucessivamente, ao fazer, ao crer e ao sentir. Observamos de imediato que o crer foi menos ‘bem servido’ que as duas outras dimensões.” (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 102)

Nos início, as discussões semióticas se voltavam ao estudo de uma sintaxe narrativa que caracterizavam os elementos comuns presentes nas relações estabelecidas entre seus actantes. Greimas formula a teoria da narratividade inspirado em Propp (1984), que percebe nos contos maravilhosos uma regularidade, com certo número de ações iguais em todos eles. Das 31 funções (entendidas como as ações das personagens na narrativa), Greimas vai reduzi-las à relação entre sujeito e objeto³⁷.

Assim a semiótica da ação privilegia o esquema narrativo canônico, que explicita passo a passo o desenvolvimento da relação entre sujeito e objeto nos seus estados conjuntivos (conjunção e disjunção). “A existência semiótica é dada pela relação do sujeito com um objeto. Em outras palavras, um sujeito só tem existência na medida em que está em relação com um objeto.” (FIORIN, 2000, p. 178). Quando o sujeito está em poder de seu objeto, dizemos que esse sujeito está em conjunção com seu objeto; quando está privado dele, o sujeito está em disjunção. Em grande parte, conjunção é um estado

³⁷ Os objetos são investidos de um valor. Por isso, o sujeito busca, em verdade, não o objeto, mas o valor nele investido. Um jovem que queira comprar um carro deseja não o carro em si (objeto), mas o conforto (valor) que o veículo lhe proporcionará. Dependendo do valor, o objeto pode ser definido como objeto-valor ou objeto-modal. Este é o meio que permite chegar ao objeto-valor, da falta à realização; aquele é o fim ao qual almejo. No exemplo dado acima, o dinheiro é objeto-modal, ao passo que o carro é objeto-valor.

positivo, enquanto disjunção é negativo. Há casos, todavia, em que a conjunção é negativa. O vício de beber é uma conjunção negativa. A disjunção — longe da bebida — seria positiva.

Com isso, descreviam-se exaustivamente os textos com base no esquema narrativo, com todos os estados e as transformações por que passava uma narrativa, valendo-se do clássico modelo do programa narrativo (PN), unidade mínima da sintaxe narrativa:

Modelo: $PN = F[S1 \rightarrow (S2 \cap Ov)]$,

F = função

\rightarrow = transformação

S1 = sujeito do fazer

S2 = sujeito de estado

\cap = conjunção

U = disjunção

Ov = objeto-valor

A semiótica da ação, talvez por ter sido a primeira preocupação na semiótica, apropriando-se da narratividade, foi mais desenvolvida que a semiótica da paixão. Essa primazia, ou talvez essa antecendência, faz com que a semiótica da ação seja sempre uma referência.

Com os desdobramentos das modalidades da semântica narrativa, do nível intermediário do percurso gerativo (nível narrativo), a semiótica enveredou pelos estudos das paixões (GREIMAS & FONTANILLE, 1993). A modalização do ser dá existência modal ao sujeito de estado, definindo estados passionais, que são efeitos de sentido de bem-estar ou de mal-estar, resultante da relação do sujeito com seu objeto. Esses estados passionais são chamados de “paixão”, que “devem ser entendidas como efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito do estado” (BARROS, 2001, p. 61). A paixão (estado de alma) foca o sujeito de estado, que segue um percurso entendido como uma sucessão de estados passionais.

Qualquer texto pode discursivizar a subjetividade em seu discurso. Com isso, constroem-se o discurso apaixonado (quando há um tom passional, ou seja, a paixão subjaz ao ato enunciativo) e o discurso da paixão (quando essa paixão é citada ou representada). Discurso apaixonado é depreendido da enunciação; discurso da paixão, do enunciado. “A Semiótica, ao examinar as paixões, não faz um estudo dos caracteres e

dos temperamentos. Ao contrário, considera que os efeitos afetivos ou passionais do discurso resultam da modalização do sujeito de estado.” (FIORIN, 2007, p. 10). A modalização, por meio da combinação de modalidades, permitiu investigar não apenas os atos, mas as transformações dos estados do sujeito ou efeitos de sentido passionais. Assim, paixão é sinônimo de ordenação sintagmática de modalidades:

Vergonha: querer-ser (desejo) + dever-ser (necessidade) + saber-não-ser (falsidade)

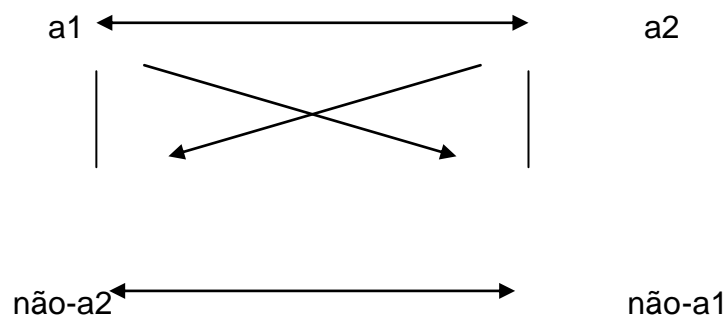
A semiótica levou algum tempo para abordar tais fenômenos, pois era preciso descobrir os meios para tratar todos esses temas como *propriedades do discurso*, e não como propriedades do ‘espírito’, como temas próprios a uma teoria da significação, e não a um ramo da psicologia cognitiva. Os fenômenos eram reconhecidos, faltava construí-los como objetos de conhecimento do ponto de vista da semiótica do discurso. (FONTANILLE, 2007, p. 24-25)

O estudo das paixões revelou que há uma etapa anterior ao nível fundamental no percurso gerativo: a percepção (etapa das pré-condições do sentido). É nessa direção – no potencial que a dimensão sensorial representa nos processos de significação – que os estudos semióticos estão avançando cada vez mais.

A semiótica tensiva, dando prosseguimento às discussões levantadas pelo estudo das paixões, representou uma abertura para as questões relacionadas à participação dos elementos contínuos na construção do sentido, oferecendo ao quadrado semiótico a incorporação de gradações.

Considerado por algum tempo uma espécie de símbolo da semiótica greimasiana, a primeira explicação sistemática do quadrado semiótico aparece em “Sobre o sentido” (GREIMAS, 1975), no capítulo “O jogo das restrições semióticas”, de Greimas e Rastier. “Compreende-se por quadrado semiótico a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 364).

O quadrado trabalha com as estruturas elementares (herança da fonologia) da significação, integrando três tipos de relações ou de estruturas binárias que servem como instrumento de descrição:



- (S1 vs S2 e não-S2 vs não-S1): eixo de contrariedade
- (S1 vs não-S1 e S2 vs não-S2): eixo de contradição
- (não-S2 vs S1 e não-S1 vs e S2): eixo de complementaridade

No quadrado semiótico, há uma semântica binária formada nas relações de contrariedade, contradição e implicação. Mas no nível discursivo, porém, há uma semântica complexa, com muitos valores. Na comparação desses dois níveis, fica fácil entender por que um texto traz possibilidades semânticas gradativas.

Enquanto a abordagem intensiva traz a oposição “quente x frio” (termos opostos em extremidades), o modelo extensivo traz termos gradativos: quente / morno / fresco / frio / glacial. Ou seja, muitas posições intermediárias. Segundo Lopes (2004, p. 37), Edward Sapir escreveu um capítulo sobre semântica dedicado à questão da gradação (do vago), que viria a inspirar Claude Zilberberg na construção da semiótica tensiva.

Assim, subjacentes às operações canônicas do quadrado semiótico (contrariedade, contradição e implicação) estariam os gradientes de intensidade (sensível) e extensidade (inteligível), que expressam propriedades elementares da percepção.

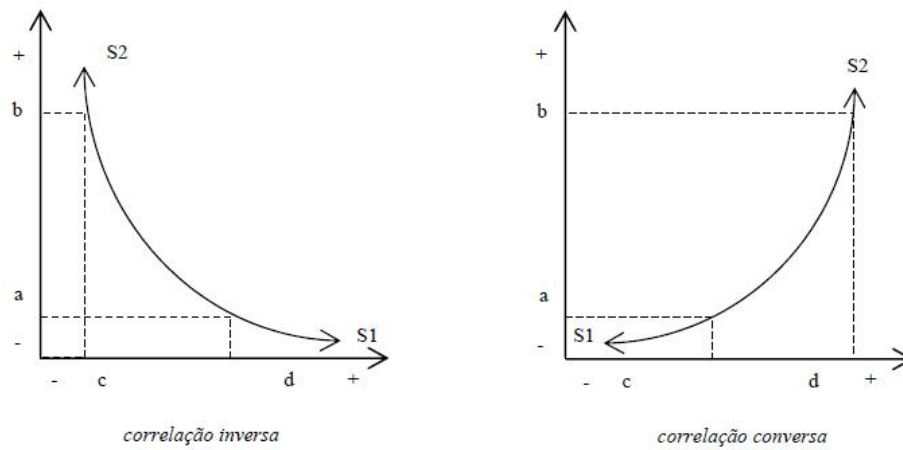


Figura 01: A articulação entre o sensível (ab) e o inteligível (cd)

A articulação entre o sensível (ab) e o inteligível (cd) refere-se à emergência da significação a partir da experiência da percepção. O uso dessas duas “dimensões” ou “profundidades” (assim chamadas as setas da intensidade e da extensidade) tem sido um dos focos da teoria recentemente, pois representa uma reformulação da semântica fundamental a partir das premissas tensivas.

Com a incursão no universo sensível, promovido pelas ferramentas tensivas, a semiótica acaba retomando nos anos de 1990 os princípios fenomenológicos, especialmente a fenomenologia de Merleau-Ponty (1999, p. 1): “A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo.”.

Merleau-Ponty (1999) explora o campo da percepção e procura pensar o conceito de “estar no mundo”. Isso envolve a questão da significação, pois as coisas adquirem sentido conforme o ponto de vista adotado em relação a elas. Essa mediação entre sujeito e coisas se dá por meio do corpo (um pré-sujeito, um mediador entre coisas e intelecto).

Já em *Semântica estrutural*, Greimas (1976, p. 15) considerava “a percepção como o lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação”. Ainda que ele reconheça que a percepção é própria do processo de significação, decide não se ocupar dela naquele momento. Assim, no início a semiótica empreendia uma separação entre interior (linguístico) e exterior (sensível) no processo de significação, dando prioridade ao linguístico (CORTINA; MARCHEZAN, 2004. p. 418). Mas com o tempo há uma diluição dessa oposição, quando se retomam os princípios fenomenológicos para tratar da questão das paixões. Com essa retomada da fenomenologia, ganha importância o corpo (que percebe e sente) na investigação do sentido.

O corpo (instância proprioceptiva) passa a ser visto como instância produtora de sentido, pois é o lugar onde se dá a operação de semióse, em que o plano do conteúdo (de origem interoceptiva) é posto em relação com o plano da expressão (de origem exteroceptiva). Interoceptividade se relaciona com as sensações (corresponde ao mundo interior, cognitivo e emocional do sujeito). Exteroceptividade, às percepções (associadas ao mundo exterior pelos sentidos). Cabe à proprioceptividade fazer a passagem de um ao outro.

4. Balanço dos desenvolvimentos da teoria

Feito esse panorama sobre as principais mudanças epistemológicas da semiótica francesa, cumpre sintetizar suas tendências teóricas. Desse esboço, o que se percebe é que “a disciplina ‘pura e dura’ que muitos quiseram ver na semiótica se transformava em um espaço plural habitado por diversas iniciativas e desenvolvimentos variados.” (DORRA, 2002 p. 118).

Por certo tempo, sobretudo na fase inicial, a preocupação da semiótica foi exclusivamente com o percurso gerativo do sentido. Separaram-se o plano do conteúdo e o plano da expressão para debruçar-se apenas sobre o plano do conteúdo. Nos últimos anos, porém, as preocupações se voltaram para os dois extremos do percurso gerativo:

a) **aquém** do percurso gerativo:

A questão das precondições do sentido, a precondição tensivo-fórica. O sujeito que percebe (exteroceptivo e interoceptivo) e o sujeito que sente (dimensão proprioceptiva). Em seu último livro, Floch (1997, p. 39), ao se referir à dimensão do sensível (contato entre o si e o mundo), diz que esse campo da sensação estaria “aquém do semiótico” (no plano neuro-biológico, talvez)

b) **além** do percurso:

Embora os estudos enunciativos tenham sido incorporados na década de 1970, seus desenvolvimentos na semiótica ainda é algo muito presente. Podem-se destacar na enunciação as preocupações com as projeções de pessoas, tempo e espaço dos discursos e as relações entre enunciador e enunciatário para os estudos de argumentação.

Beividas (1995, p. 175), falando dos limites do percurso gerativo que delimitam a existência semiótica do sujeito, diz:

Importa notar aqui que a ‘região’ semiótica entre esses dois limites não está de uma vez fixada para sempre. Ela deve ser concebida com relativa ‘elasticidade’. E essas forças de pressão, para um lado ou outro, são edificantes na medida em que testam os graus de elasticidade. Noutras palavras o desafio parece ser: até onde puxar o *a quo* para a região substancialista do corpo e esticar o *ad quem* para os limites extremos do texto (e intertexto), sem perder a pertinência da existência semiótica do sujeito.

Além dos desenvolvimentos da metodologia, focando o plano do conteúdo por meio do percurso gerativo do sentido, a semiótica sofre mudanças no que diz respeito aos seus objetos: “da análise inicial de um certo tipo de texto – verbal – passou-se a textos não-verbais, sincréticos, figurativos ou temáticos, poéticos (de arte, em geral), científicos, canções etc., enfim, a qualquer tipo de texto.” (BARROS, 2007, p. 16).

Os novos objetos obrigam a semiótica a reformular também sua metodologia. Aqui, apontamos uma terceira tendência na teoria: o estudo do plano da expressão. Além dos novos rumos no “além” e no “aquém”, a semiótica parte para fora do percurso.

O estudo dos sistemas semissimbólicos (semióticas sincréticas e semiótica visual) é um campo de investigação recente que parece ter sido impulsionado pelo aumento das pesquisas voltadas à compreensão dos textos midiáticos. Na preocupação de se aprofundar no plano do conteúdo, a semiótica acabou ignorando aquilo de que Hjelmslev (1975, p. 60) falou no *Prolegômenos*: “sentido da expressão”.

Greimas (2002, p. 35), em “Da Imperfeição”, ao falar da dimensão sensorial do plano visual, estabelece uma hierarquia de sensações:

Nível superficial	forma (eidético)
Nível intermediário	cor (cromático)
Nível profundo	luz

É com base nesse “percurso gerativo da expressão” (se assim podemos denominá-lo) que estudos do plano da expressão foram e vêm sendo desenvolvidos, por Floch (1985, 1990, 1995), PIETROFORTE (2007, 2010), entre outros.

Essa idéia é retomada por Oliveira (2004, p. 118), que propõe um esquema metodológico, de acordo com o qual “partindo-se do estudo dos *ícones* manifestos no nível superficial da expressão, das figuras que se manifestam no nível intermediário, chega-se ao dos traços não figurativos, os formantes, no nível da estrutura profunda do plano de expressão”:

Nível superficial	Ícones	
Nível intermediário	Figuras	
Nível profundo (Formantes não- figurativos)	Dimensão	Exemplo de sintagmas
	Eidética	Largo vs estreito Horizontal vs vertical
	Cromática	Cor quente vs cor fria
	Matérica	Liso vs rugoso Fosco vs brilhante
	Topológica	Alto vs baixo Central vs periférico

Considerações finais

Como se vê, pode-se dividir resumidamente a trajetória da semiótica francesa em duas grandes fases: (i) a primeira é a clássica, descontínua, categorial; (ii) a segunda, tensiva, contínua. Esse rápido comentário sobre algumas das principais reformulações por que passou a teoria semiótica desde sua fundação, nos anos 60, é apenas uma constatação de que “ela descobre novos campos de investigação e desloca progressivamente seus centros de interesse” (FONTANILLE, 2007, p. 22).

Ainda que a semiótica tenha mantido, ao longo de seu percurso como teoria da significação, “praticamente intacta a sua couraça epistemológica, suas grandes linhas de reflexão (o papel da imanência na análise textual, a narratividade, a reflexão sobre as modalidades, o conceito de “percurso” e de “geração”, etc.)” (PORTELA, 2008, p.17), a morte de Greimas em 1992 permitiu a abertura para novos rumos por parte dos colaboradores do projeto semiótico:

Tal postura fez com que esses pesquisadores desenvolvessem velhas e novas linhas de trabalho, conduzindo a teoria à aquisição de uma face mais heterogênea em contraposição à pesquisa mais específica de outrora – conforme se pode comprovar pela observação das diferenças encontradas nas publicações mais recentes de alguns semioticistas. (MARTINS, 2006, p. 24-25)

Com isso, vê-se atualmente na semiótica francesa as pesquisas enveredarem sobretudo pela semiótica tensiva (ZILBERBERG, 2006a, 2006b), pela sociossemiótica (LANDOWSKI, 1992, 2002, 2004, 2005), pela semiótica discursiva (FONTANILLE, 2007) e pelos estudos semissimbólicos.

Quando Merleau-Ponty (1999, p. 20) diz que “o inacabamento da fenomenologia e o seu andar incoativo não são o signo de um fracasso, eles eram inevitáveis porque a fenomenologia tem como tarefa revelar o mistério do mundo e o mistério da razão”, pode-se fazer aqui um paralelo com a semiótica, haja vista o quadro teórico atual, comparado com a semiótica clássica. Assim como a fenomenologia, a semiótica é inacabada, pois também passa constantemente por reformulações, sendo, portanto, uma ciência em construção.

Referências

- BARROS, D. L. P. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- _____. Rumos da semiótica. **Todas as Letras** (São Paulo), volume 9, n. 1, p. 12-23, 2007.
- BEVIDAS, Waldir. A construção da subjetividade: pulsões e paixões. In.: LANDOWSKI, Eric e OLIVEIRA, Ana Cláudia. **Do inteligível ao sensível**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 169-179.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Trad. de Ivã Lopes e Grupo Casa. Bauru: EDUSC, 2003.
- CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. Teoria semiótica: a questão do sentido. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 393-438.

- DISCINI, N. **O estilo nos textos**: histórias em quadrinhos, mídia e literatura. São Paulo: Contexto, 2003.
- DORRA, Raúl. Perspectiva da semiótica. In.: GREIMAS, Algirdas Julien. **Da imperfeição**. Prefácio e tradução de Ana Claudia de Oliveira. Apresentações de Paolo Fabbri, Raúl Dorra, Eric Landowski. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 113-124.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **Elementos de análise do discurso**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. Semiótica das paixões: o ressentimento. **Alfa**, São Paulo, n. 51 (1), p. 9-22, 2007.
- FLOCH, Jean-Marie. **Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit**: pour une sémiotique plastique. Paris/Amsterdam: Editions Hadès/Benjamins, 1985.
- _____. **Sous les signes, les stratégies**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- _____. **Identités visuelles**. Paris: PUF, 1995.
- _____. **Lecture de Tintin au Tibet**. Paris: PUF, 1997.
- FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.
- FONTANILLE, J. & ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. Tradução de Ivã Lopes, Luis Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Humanitas, 2001.
- GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Trad. Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. **Semântica estrutural**. Pesquisa de Método. Tradução de Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976.
- GREIMAS, A. J. & FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**. Dos estados de coisas aos estados de alma. Tradução de Maria José R. Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix. 1983.
- _____. **Da imperfeição**. Prefácio e tradução de Ana Claudia de Oliveira. Apresentações de Paolo Fabbri, Raúl Dorra, Eric Landowski. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LANDOWSKI, É. **A sociedade refletida**: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- _____. **Presenças do outro**. Ensaio de sociossemiótica. Tradução de Mary Amazonas L. de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Coleção Estudos)
- _____. *Passions sans nom*. Paris, PUF, 2004.

- ____. *Les interactions risquées*. Limoges, PULIM, 2005.
- LOPES, M. Semântica extensiva. In.: CORTINA, A; MARCHEZAN, R. C. (Orgs.). **Razões e sensibilidades: a semiótica em foco**. Araraquara: Laboratório editorial/FCL/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.
- MARTINS, G. V. **Semiótica e imaginário**: caminhos convergentes para a apreensão do(s) sentido (s). 2002. 119 p. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Universidade São Paulo, São Paulo.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- OLIVEIRA, Ana Claudia de. As semioses pictóricas. In.: OLIVEIRA, Ana Claudia de (org.). *Semiótica plástica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004. p. 115-158.
- PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Análise do texto visual**: a construção da imagem. São Paulo: Contexto, 2007.
- ____. **Semiótica visual**: os percursos do olhar. 2. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- PORTELA, J. C. **Práticas Didáticas**: um estudo sobre os manuais brasileiros de semiótica greimasiana. 2008. 181 p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara,.
- PROPP, V. **Morfologia do conto maravilhoso**. Trad. do russo de Jasma Paravich Sarkan. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- ZILBERBERG, C. **Razão e poética do sentido**. Tradução de Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit; Waldir Bevidas. São Paulo: Edusp, 2006a.
- ____. **Eléments de Grammaire Tensive**. Limoges: Pulim, 2006b.

“DEBAIXO DOS CARACÓIS DOS SEUS CABELOS”: POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NA MPB

“UNDERNEATH THE CURLS OF HIS HAIR”: POSSIBILITIES OF CONSTRUCTION OF MEANING IN MPB

Flávia Aparecida Soares (PG- UNIFRAN)

flaaresns@yahoo.com.br

Maria Flávia Figueiredo (UNIFRAN)

mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br

Resumo: A situação comunicativa interfere na análise e na construção de sentidos de um texto. Neste artigo procuramos demonstrar como a música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos” de Erasmo Carlos e Roberto Carlos pode ser analisada a partir de uma situação comunicativa em sentido estrito, podendo ainda ser entendida em seu contexto comunicativo em sentido ampliado. Os pressupostos teóricos nos quais o trabalho se fundamenta são os da Linguística Textual, especialmente, as considerações feitas por Fávero e Koch (1983), Koch (2009) e Koch e Travaglia (1990). Para esses autores o texto deve ser entendido como qualquer manifestação escrita ou falada que possua um significado, independente de sua extensão, e é um contínuo textual caracterizado por vários princípios que fazem com que seus sentidos sejam apreendidos. Assim, o sentido do texto não é constituído apenas por sua estrutura textual de informações explícitas, mas também por dados que se apresentam de maneira implícita e que podem ser recuperados. Para alcançarmos nosso objetivo, fizemos, primeiramente, a análise de um fragmento do *corpus* com vistas a reconhecer algumas marcas linguísticas, e em seguida, ao longo das análises, pudemos constatar que a coerência está presente em todos os versos, funcionando como um princípio de interpretabilidade.

Palavras-chave: Explícito; Implícito; Linguística Textual; Música.

Abstract: The communicative situation affects the analysis and construction of meanings of a text. In this paper we demonstrate how the song “Underneath the curls of his hair” by Erasmo Carlos and Roberto Carlos can be seen from a communicative situation in a strict sense, and can still be seen in its communicative context in a broad sense. The theoretical

assumptions on which the work is based are those of Textual Linguistics, especially the considerations made by Favero and Koch (1983), Koch (2009) and Koch and Travaglia (1990). For these authors, the text must be understood as any written or spoken expression that has meaning, regardless of its length, and it is a continuous textual characterized by several principles that make its meanings be seized. Thus the meaning of the text is not only constituted by its textual structure of explicit information, but also by data presented in an implicit way and can be recovered. Looking forward to accomplish our objective, we, first, made the analysis of a fragment of the corpus in order to recognize some linguistic traces. Then, along the analysis, we found that coherence is present in all the verses, functioning as a principle of interpretability.

Keywords: Explicit; implicit; Textual Linguistics; Music.

INTRODUÇÃO

A música faz parte de um processo comunicativo em que um autor/compositor procura atingir um ouvinte/leitor e assim veicular uma mensagem que possa lhe fazer sentido. Ela é, na maioria das vezes, carregada de um conteúdo ideológico que nem sempre é percebido pelo ouvinte/receptor, mas nem por isso ele deixará de entendê-la em sentido estrito.

A análise da música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos”, de Erasmo Carlos e Roberto Carlos, sob as vertentes da Linguística Textual, principalmente no que se refere ao explícito a ao implícito, visa a colaborar para o entendimento dos efeitos de sentido que a constituem.

A pesquisa terá como base as abordagens teóricas da Linguística Textual, em especial as considerações feitas por Koch e Travaglia (1990), em que a situação comunicativa interfere na produção/recepção do texto. De acordo com os autores, um texto pode ser entendido tanto em seu sentido estrito, considerando-se apenas o (contexto imediato de interação), ou pode ser entendido levando-se em consideração o contexto sócio-político e cultural em que foi/está inserido (sentido mais amplo).

Consideramos a música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos” um bom exemplo de análise por nos possibilitar uma interpretação em sentido estrito, ou seja, o contato com sua melodia, sua poesia e as diversas interpretações (dentro da construção/elaboração de sentidos possíveis), e também por possibilitar um estudo mais amplo, indo ao encontro do que está implícito (construção dos sentidos daquilo que a

música não revela claramente), ou seja, uma análise que somente será possível após a recuperação do contexto em que a canção foi produzida.

Com respaldo em Koch e Travaglia (1990), percebe-se que o conhecimento de uma situação comunicativa mais ampla possibilita a focalização, que pode ser entendida como as abordagens ou os pontos de vista através dos quais as entidades evocadas no texto passam a ser encaradas, afetando, assim, não apenas o que o produtor do texto quer informar, mas também o que o ouvinte/leitor compreende. A esse respeito, Bentes (2004, p. 262) esclarece que:

(uma situação) comunicativa mais ampla contribui para a focalização que pode ser entendida como a(s) perspectiva(s) ou ponto(s) de vista pelo(s) qual(is) as entidades evocadas no texto passam a ser vistas, perspectivas estas que, com certeza, afetam não só aquilo que o produtor diz, mas também o que o leitor ou destinatário interpreta.

1. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A LINGUÍSTICA TEXTUAL

Considerar o texto atualmente como objeto de análise no campo de estudos da linguística textual é pouco ou praticamente em nada questionável, mas nem sempre foi assim. Bentes (2004) reflete sobre os vários percursos da linguística até se chegar propriamente a uma linguística denominada linguística do texto. A autora nos mostra os avanços desta nova ciência e nos possibilita um contato com “o universo textual” desde as primeiras abordagens teóricas sobre o texto até os dias atuais.

A autora relata-nos que, em um primeiro momento, denominado de linguística estrutural, o objeto de estudo da linguística eram frases isoladas, o que se tornou questionável para alguns estudiosos da época, possibilitando, então, o surgimento de uma gramática chamada gramática textual. Essa gramática tinha como objetivo principal descrever o texto e analisá-lo por si mesmo. Acreditava-se que o texto possuía propriedades que se referiam ao próprio sistema abstrato da língua e que as gramáticas textuais conseguiriam descrever todos os seus significados. Lembramos que o texto, nesse sentido, ainda era tido como um produto (estrutura pronta e acabada) e que não eram considerados os processos de construção textual.

A partir de 1960 surge, então, na Europa, a chamada linguística textual, ciência que tem como objeto de estudo o texto, que, de acordo com Bentes e Mussalim (2004, p.

16 e 17), atualmente “tem como principal interesse os processos de produção, recepção e interpretação, reintegrando o sujeito e a situação de comunicação em seu escopo teórico”.

Notamos que a linguística textual deu um grande salto: o texto, que antes era visto simplesmente como produto, passou a ser analisado como um processo. O sujeito e a situação de comunicação que foram excluídos pela linguística estrutural agora são reintroduzidos na análise dos textos e tornam-se imprescindíveis para a constituição dessa nova ciência.

Percebemos também que os avanços não ocorreram de forma imediata e que a linguística textual é uma ciência em constante evolução. Sendo assim, a análise de textos também não é uma tarefa fácil, visto que a concepção do que vem a se constituir texto nem sempre foi/é homogênea.

2. CONCEPÇÕES DE TEXTO E O SENTIDO DOS TEXTOS

Texto não é um termo que admite um único significado, assim, vários são os autores que procuram defini-lo e, como observam Fávero e Koch (1983), pode ser tomado em duas acepções.

A palavra texto às vezes é entendida por alguns autores como sinônimo de discurso e outras vezes não.

O texto em sentido amplo designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (uma música, um filme, uma escultura, um poema, etc...), e, em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade comunicativa de um sujeito, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor ou pelo (locutor e interlocutor, no caso de diálogos) e o evento de sua enunciação. (Fávero e Koch, 1983, p.25).

As autoras consideram que o discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos em sentido estrito, já o texto deve ser tido como qualquer manifestação falada ou escrita que possua um todo de significado independente de sua extensão. O

texto é, pois, uma extensão comunicativa cotextual e contextual caracterizada por vários princípios que fazem com que seus sentidos sejam apreendidos (os princípios de interpretabilidade).

Para efeito de análise, nesta pesquisa consideramos o texto como sendo uma unidade comunicativa tanto oral quanto escrita, em que seja um todo de comunicação e de significado. Portanto, para discursarmos melhor sobre os pressupostos textuais e sobre os aspectos que colaboram para a formação de bons textos, tomaremos ainda um outro conceito de texto elaborado por Koch (2009, p.27).

O texto é uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos de ordem cognitiva, como também a interação de acordo com as práticas socioculturais.

Assim, o sentido de um texto não é constituído apenas por sua estrutura textual e de informações que estão nele explícitas, mas também de dados que se apresentam de maneira implícita e que podem ser recuperados, caso o leitor reconheça a situação comunicativa em sentido amplo.

Essa perspectiva teórica, além de nos possibilitar um estudo para o que está fora do texto, procura também explicar a realização dos sistemas linguísticos em contextos da vida real, nas quais tanto o produtor quanto o receptor são importantes para a construção e elaboração dos sentidos do texto.

Podemos afirmar, de acordo com Bentes (2004), que a linguística textual atem-se a elaboração, funcionamento e recepção dos textos escritos e orais. A autora também aponta outros aspectos importantes no que se refere à construção dos sentidos do texto, relacionados à coerência textual.

Marcuschi (1983) considera que o texto seja o objeto de estudos da linguística e o vê como sendo uma instância comunicativa oral ou escrita e não como apenas uma sequência aleatória de frases.

O texto deve ser visto como uma seqüência de atos de linguagem (escritos ou falados) e não uma seqüência de frases de algum modo

coesas. Com isto, entram, na análise geral do texto, tanto as condições gerais dos indivíduos como os contextos institucionais de produção e recepção, uma vez que estes são responsáveis pelos processos de formação de sentidos comprometidos com os processos sociais e configurações ideológicas. (Marcuschi, 1983, p.22).

Consideramos tais conceitos como sendo de suma importância, visto que a coerência e a coesão textuais são termos que apresentam divergências no que tange à sua definição.

Para Charolles (1989 apud BENTES, 2004, p. 257), “não há textos incoerentes em si, porque não há regras de boa formação de textos, (como se tem para as frases); tudo depende dos usuários (do produtor e principalmente do receptor) do texto e da situação”.

Em consonância com o autor podemos afirmar que não existe então o chamado “não texto”, ou seja, não existe um texto incoerente em si, mas sim um leitor incoerente para com as ideias do produtor do texto.

Já Fávero (2006, p.41) considera impossível saber o que é que o produtor do texto quer dizer. Para a autora, “um texto prevê determinados sentidos, excluindo outros, determinadas leituras, excluindo outras, porém não transmite uma única leitura. Deste modo, a análise levantará marcas que levarão às intenções do texto, mas com certeza não haverá uma única leitura”.

Koch e Travaglia (1990) afirmam que “a textualidade ou textura” é aquilo que faz de uma sequência linguística um texto e não um amontoado aleatório de palavras. A sequência é percebida como um texto, quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global.

Para efeito de análise, consideraremos como um texto coerente aquele que possui um encadeamento de ideias, mantém uma sequência lógica e faz sentido para aqueles que estão inseridos em seu “universo cognitivo”, de modo que a coerência deve estar presente no texto, mas o leitor só estará pronto para entender o texto e perceber seus fatores de coerência caso “coopere” ao fazer a leitura e interpretação desse texto.

3. OS EFEITOS DE SENTIDO DO TEXTO

A coerência e a coesão constituem dois princípios importantes de textualidade. Percebemos que alguns autores fazem distinção entre os dois termos, outros não, e há

também aqueles que consideram apenas um desses fenômenos ou analisam vários aspectos relacionados a eles sem seguir nenhum critério.

A coerência, de acordo com Koch (1997, apud BENTES, 2004, p. 256) “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores uma configuração veiculadora de sentido”. Já a coesão, também de acordo a autora (1997, apud BENTES, 2004, p. 256) pode ser considerada “o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual encontram-se interligados, por meio de recursos também lingüísticos, formando seqüências veiculadoras de sentido”.

Podemos entender, então, a coerência manifestada em sentido macro como aquilo que faz com que um texto seja aceitável, lógico e nos faça sentido. Quando somos capazes de entender um texto oral ou escrito é porque fomos capazes de atribuir coerência a esse texto. Assim, a coerência relaciona-se a ideias, informações e conhecimentos. De maneira que, ouvir ou ler um texto e lhe atribuir sentidos significa processar os diversos significados que ele possa ter.

Já a coesão se refere ao modo como os elementos lingüísticos estão interligados no texto. Manifestada em nível microestrutural, ela se refere aos modos como os componentes do universo textual estão ligados numa sequência de frases.

Conforme salientamos, a atribuição da qualidade de coerência ou incoerência de um texto não é unânime; um mesmo texto pode fazer sentido para um determinado leitor/ouvinte e pode ser tomado como incoerente por outro.

4. “DEBAIXO DOS CARACÓIS DOS SEUS CABELOS”: Possibilidades de construção dos sentidos

Por reconhecermos a complexidade dos processos de produção e compreensão dos textos nas diferentes situações comunicativas é que buscamos analisar a música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos”. Tendo salientado que a situação comunicativa interfere na produção/recepção de um texto e que o texto, conforme relata Koch (2009), pode ser analisado tanto em sentido estrito quanto em um sentido mais amplo, primeiramente optamos por fazer a análise de um fragmento da música considerando somente o contexto imediato de interação, e reconhecendo assim algumas marcas que estão nele explícitas.

Procuramos, por meio da análise, demonstrar algumas das possibilidades de interpretação da melodia e mostrar que a letra é possível de ser interpretada sem os conhecimentos de determinados elementos do contexto em que a música foi produzida. Tomemos então o seguinte fragmento como análise:

- 1) “Um dia a areia branca
- 2) Seus pés irão tocar
- 3) E vai molhar seus cabelos
- 4) A água azul do mar”.

Esses versos nos relatam em sentido estrito que um dia os pés de alguém irão tocar a areia branca, e que a água azul do mar irá molhar os seus cabelos, ou, ainda, que um dia, alguém que nunca tocou a areia branca entrará em contato com ela e com as águas azuis do mar.

Assim, ao analisarmos os quatro primeiros versos da canção, deparamos com o explícito (aquilo que a música diz). Podemos, então, afirmar que os versos fazem sentido, pois conseguimos captar uma mensagem a partir deles. E agindo dessa maneira, estamos cooperando com o texto. Podemos dizer, então, que esse fragmento textual é para nós um todo de sentido e de significado (faz sentido e transmite um significado), e o leitor/ouvinte consegue entendê-lo sem muito esforço.

O que fizemos ao analisar os primeiros versos da música foi procurar demonstrar que eles possuem sentido, ou seja, são coerentes entre si, e, ao longo das análises, procuraremos expor de que modo a coerência está presente em todos os versos da canção funcionando como um princípio de interpretabilidade.

Salientamos mais uma vez que é imprescindível ao leitor/ouvinte cooperar com a interpretação, pois cabe aos leitores/ouvintes emitirem julgamentos sobre a coerência (sentido macro) ou a incoerência (falta de organização em sentido macro) dos textos a eles destinados.

Desse modo, eles podem concluir que nem todos os textos são em princípio aceitáveis, assim, haverá para eles textos incoerentes, e, ao fazerem um julgamento sobre o sentido ou não sentido de um texto, o texto será classificado para eles como coerente ou não.

Ao considerarmos a linguagem, em termos de produção/recepção verificamos que seu sentido está na interação entre emissor/receptor, que em dado contexto de uso se manifesta pela ativação dos conhecimentos partilhados, o compositor verbaliza as

unidades referenciais necessárias para os efeitos de sentido e o receptor ativa seus conhecimentos para captar a mensagem que o texto deseja transmitir.

De acordo com Koch (2009, p.47),

As inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o leitor, partindo da informação veiculada e levando em conta o contexto, constrói novas representações mentais e estabelece uma ponte entre a informação explícita e a não explicitada.

Notamos também que em algumas partes da música o autor/compositor apresenta determinados segmentos textuais ou palavras-chave que induzem o ouvinte/leitor a inferir um sentido mais amplo e a se questionar sobre os fatores que levaram o eu lírico (aquele a quem a letra se refere) a se fazer distante.

- 31) “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos
- 32) Uma estória pra contar
- 33) De um mundo tão distante
- 34) Debaixo dos caracóis dos seus cabelos
- 35) Um soluço e a vontade
- 36) De ficar mais um instante”...

Podemos inferir, a partir dos versos acima, que o compositor/cantor não se refere a uma pessoa qualquer, mas a um eu lírico de cabelos encaracolados que se faz distante não por vontade própria, que seus cabelos guardam uma “estória” de um mundo distante daquele em que ele vive agora; que ele chorou ao ter que partir e que, ao ir embora, desejava ficar mais um instante.

No que diz respeito às estratégias de construções do (s) sentido (s) no texto é interessante observarmos a repetição da sequência “**debaixo dos caracóis dos seus cabelos**” em que podemos inferir precisamente que a música é destinada a alguém de cabelos encaracolados, e essa repetição garante ao ouvinte/leitor uma nova possibilidade de análise, e despertar-lhe o desejo de explorar os sentimentos advindos do mundo deste “**ser de cabelos encaracolados**”, suas vontades e seu sonho de “**voltar pra sua gente**”, como também desperta no ouvinte/leitor a curiosidade, para saber mais sobre os motivos que levam “esse alguém” a se fazer distante e “querer”, mas não “poder” voltar.

Até agora nos concentramos na análise em sentido estrito de pequenos fragmentos da música, verificando a existência de sua

poesia e de sua musicalidade. Ressaltamos também que não pretendemos esgotar aqui todas as estratégias de produção e recepção do texto, apenas contribuir para que os seus mais diversos sentidos sejam assimilados e possibilitar para que surjam outras análises. Com base em Koch (2009, p. 35),

As estratégias cognitivas consistem em estratégias de usos do conhecimento. E esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes, o que torna possível no momento da compreensão, reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou mesmos não desejados pelo produtor.

5. SOBRE A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: O implícito em “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos”

Como expusemos no início da pesquisa, nosso objetivo ao nos propor analisar a música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos” é o de procurar identificar o explícito e o implícito que a compõem. Conforme salientamos, acreditamos que nosso *corpus* seja um bom exemplo, por possibilitar uma análise riquíssima tanto em um sentido estrito quanto em um sentido ampliado.

Conforme verificamos, o conhecimento de uma situação comunicativa mais ampla contribui para a focalização, que pode ser vista como as opiniões ou os pontos de vista pelos quais as entidades evocadas no texto passam a ser encaradas, afetando assim, não só a mensagem que o autor quer transmitir, mas também aquilo que o ouvinte/leitor interpreta. Porém, para que isso aconteça, precisamos nos situar no momento em que a música foi composta e recuperar seu contexto histórico.

De acordo com Bernardo (2007), a música popular brasileira teve fundamental importância na disseminação de mensagens sobre o sistema político que vigorou no Brasil entre os anos de 1964-1985. No período do regime militar, qualquer manifestação contra o sistema de governo vigente era considerada como ofensa, e seus veiculadores poderiam sofrer diversos tipos de sanções, tais como: censura, deportação, exílio, prisão, tortura e até a morte. Nesse período, muitos artistas foram perseguidos em nome da ordem do país, os artistas eram cada vez mais “enclausurados”, então, um dos únicos

meios de que dispunham para denunciar o sistema de governo e os acontecimentos da época era compor canções que buscassem furar o bloqueio da censura por meio de uma linguagem metafórica.

Nessa época, por causa das fortes repressões sofridas pelos órgãos militares, alguns artistas viviam no exílio, entre eles o cantor e compositor baiano Caetano Veloso. Foi então que Erasmo Carlos e Roberto Carlos, sabendo das angústias do amigo que se encontrava distante de sua terra Natal e do seu desejo de voltar para o Brasil, compuseram a música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos”, com a intenção de homenageá-lo.

Ao sabermos que o compositor/poeta tinha em mente uma pessoa específica, a qual procura homenagear, os versos da canção passam a ter um sentido diferente para nós. Assim, o conhecimento da situação comunicativa mais ampla nos permite saber que a canção foi destinada a Caetano Veloso e os versos adquirem novos (outros) sentidos.

“Um dia a areia branca
Seus pés irão tocar
E vai molhar seus cabelos a
A água azul do mar...
Um dia vou você
Chegando num sorriso
Pisando a areia branca
Que é seu paraíso”...

Recuperado o contexto histórico, percebemos que a música não fala simplesmente de alguém triste, em um lugar distante e que deseja voltar para a casa, mas sim das tristezas, da solidão e do desejo específicos de Caetano Veloso ao querer voltar para o Brasil.

Sabemos agora também, que “a areia branca” não é uma areia de um lugar qualquer, mas sim a areia branca de uma praia da Bahia, pois Caetano Veloso é baiano e sente saudades da sua terra Natal e do Brasil. Em contato com a situação comunicativa reconstruída, daquele tempo em que a liberdade era apenas “um valor cultivado no coração e nas mentes”, entramos, pois no universo do que está implícito na música, e acreditamos que os poetas “escondiam o que diziam ao dizer”, por isso a canção transmite um significado repleto de outras (novas) significações.

Ressaltamos que a análise do implícito somente foi possível após a recuperação do contexto histórico e nos possibilitou grandes descobertas, tais como a imagem do artista no período da ditadura militar, as sanções que sofriam e principalmente, conhecermos sobre o “sujeito”, de quem os versos falam: não um “sujeito qualquer”, mas sim baiano específico, de cabelos compridos e encaracolados, que durante alguns anos do regime militar foi exilado e esteve morando em Londres.

A partir de agora, nossa análise já não será mais a mesma, pois o conhecimento mais amplo nos possibilitou olhar a música de outra forma, atentos para os principais motivos de sua composição. Não estamos dizendo que a análise em sentido amplo seja mais importante do que a análise em sentido restrito, nosso objetivo aqui não é este, pretendemos apenas mostrar que a análise em sentido restrito nos faz enxergar o explícito, ou seja, a poesia que os versos transmitem e as diversas possibilidades de interpretação de sentido; já a análise em sentido amplo, após a recuperação do conhecimento do contexto sócio-político-cultural, nos leva a conhecer as marcas do que está implícito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, neste breve artigo, sob os fundamentos da linguística textual, analisar as marcas do explícito e do implícito que compõem a música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos”, de Erasmo Carlos/Roberto Carlos. Esperamos que nossas análises tenham contribuído para um entendimento melhor dessa música em sentido estrito e em sentido amplo. Esclarecemos também que não tivemos a intenção de esgotar todas as possibilidades de estudos e, sim, colaborar para um enriquecimento dos seus significados e possibilitar aos leitores a assimilação de outros (novos) sentidos.

REFERÊNCIAS

BENTES, A. C. Linguística textual. In. BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. 7, pág 245-282.

BERNARDO, C. J. **A MPB como recipiente de protestos contra a ditadura militar: as metáforas carregadas de vozes contra o regime autoritário**. Dissertação do mestrado em

Letras. Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. KOCH, I. G. V. **Linguística textual**: Introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística textual**: o que é e como se faz. Recife: UFPE, 1983.

APÊNDICE

O EXPLÍCITO EM DEBAIXO DOS CARACÓIS DOS SEUS CABELOS

Gostaríamos de acrescentar ao nosso trabalho, uma análise completa em sentido estrito, da música “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos” de Erasmo Carlos e Roberto Carlos. Acreditamos que essa análise possa despertar em nosso leitor o interesse para outras “análises possíveis”.

Análise da música em sentido estrito

- | | |
|--|------------------------------|
| 1“ Um dia a areia branca | 14 De ficar mais um instante |
| 2 Seus pés irão tocar | 15 Você anda pela tarde |
| 3 E vai molhar seus cabelos | 16 E o seu olhar tristonho |
| 4 A água azul do mar | 17 Deixa sangrar no peito |
| 5 Janelas e portas vão se abrir | 18 Uma saudade e um sonho |
| 6 Pra ver você chegar | 19 Um dia vou ver você |
| 7 E irá se sentir em casa | 20 Chegando num sorriso |
| 8 Sorrindo vai chorar | 21 Pisando a areia branca |
| 9 Debaixo dos caracóis dos seus cabelos | 22 Que é seu paraíso |
| 10 Uma estória pra contar | 23 As luzes e o colorido |
| 11 De um mundo tão distante | 24 Que você vê agora |
| 12 Debaixo dos caracóis dos seus cabelos | 25 Nas ruas por onde anda |
| 13 Um soluço e a vontade | 26 Na casa onde mora |

27 Você olha tudo e nada

28 Lhe faz ficar contente

29 Você só deseja agora

30 Voltar pra sua gente

31 Debaixo dos caracóis dos seus cabelos

32 Uma estória pra contar

33 De um mundo tão distante

34 Debaixo dos caracóis dos seus cabelos

35 Um soluço e a vontade

36 De ficar mais um instante”...

Da linha 1 à linha 4, “Debaixo dos caracóis dos seus cabelos” pode estar referindo-se ao ouvinte/leitor que um dia irá tocar com os pés a água azul do mar.

Da linha 5 à linha 6, percebemos que o compositor/cantor refere-se a alguém que se faz distante de sua/seu amada/amado, e que “as janelas e portas” irão se abrir para recebê-la/recebê-lo novamente.

Já nas linhas 7 e 8, a pessoa que se faz distante irá sentir-se em casa outra vez e de tanta alegria, irá chorar por estar perto dos seus entes queridos.

Da linha 9 à linha 11, novamente tem-se uma declaração de amor, em que são exaltados os caracóis dos cabelos de alguém, entendemos que “os caracóis dos seus cabelos” é uma forma de homenagear a pessoa amada, ao revelar que por trás dos seus cabelos estão escondidas grandes histórias de amor.

Da linha 12 à linha 14, percebemos novamente a exaltação aos cabelos da amada/amado acrescida do desejo de que o tempo não passe para que fiquem juntos mais um instante.

Da linha 15 à linha 18, nota-se de que o autor/cantor fala de seus sentimentos, o ser amado não está perto fisicamente, somente em pensamentos, a pessoa amada ainda está distante e por isso está triste, com o peito sangrando e com saudades.

Da linha 19 à linha 22, percebemos que a pessoa querida um dia retornará aos braços do seu amado/amada, chegará com um sorriso largo, e “pisará a areia branca que é seu paraíso”. Pressupomos então que o lugar onde eles moram tem praia, pois a “areia branca” nos remete aos primeiros versos e está relacionada à “água azul do mar”.

Da linha 23 à linha 30, notamos de maneira mais clara que a música tem um destinatário específico: _ alguém de cabelos encaracolados e que se faz ausente, sente-se triste e que quer, mas que por algum motivo não pode voltar.

Da linha 31 à linha 36, percebemos que os cabelos encaracolados guardam muitas histórias, ou seja, eles guardam recordações dos fatos sobre as situações cotidianas em relação à família, aos amigos, a terra Natal, etc.

Ao retornarmos à linha 36, quando o autor nos relata que a pessoa distante “tem vontade de ficar mais um instante”, entendemos que a pessoa a qual se refere à música foi embora de repente, não por vontade própria; mas por necessidade e/ou opressão.

CATEGORIZAÇÃO DAS VARIAÇÕES DE ESCRITA: RELATO DE INTERVENÇÃO NA ORTOGRAFIA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CATEGORIZATION OF VARIATIONS OF WRITTEN: REPORT OF INTERVENTION ON THE ORTHOGRAPHY OF ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS

Francis Arthuso Paiva (UFMG)

paivafrancis@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho era intervir na aprendizagem da ortografia de alunos da 5ª série do ensino fundamental, a fim de solucionar os problemas dessa natureza que ainda apresentavam. Com base na categorização das variações de escrita proposta por Toneli (1998) categorizamos as variações de escrita de dez textos produzidos por dez alunos. A categorização de escrita compreende as seguintes variações: variações provenientes da utilização de outros tipos de escrita, não alfabéticos; variações decorrentes de problemas ligados à percepção visual e auditiva; variações de interferência da oralidade na escrita, segunda variação com mais problemas nos textos do corpus; variações por causa da desconsideração de regras, variação com maior número de problemas nos textos dos alunos. E, por último, variações por violação da forma dicionarizada da palavra, terceira maior ocorrência de problemas no corpus. No total, houve 69 variações de escrita em dez textos analisados. A partir dessa categorização, propomos atividades de intervenção apresentadas aqui para sanar os problemas ortográficos apresentados por esses alunos. Garantir que alunos aprendam as regras ortográficas é uma maneira de igualar as condições para que possam romper a superficialidade do texto. Não é o principal, tampouco o menos importante dos estudos da linguagem.

Palavras-chave: Variações da escrita; Ortografia; Fonologia

Abstract: The aim of this study was to intervene in the learning of orthography in students from 5th grade of elementary school to solve such problems that still remain. Based on the categorization variations of written proposal by Toneli (1998) categorize them in texts produced by ten students. Categorization of writing includes the following variations: variations from the use of other types of writing, not alphabetic; variations due to problems in visual and auditory perception; variations of interference of orality in writing, the second

variation with more problems in the texts of the corpus ; variations because of disregard of rules, varying with the greatest number of problems in the texts of the students. And lastly, for violation of the dictionary form of the word, the third most frequent problems in the corpus. In total, there were 69 variations of written in ten texts analyzed. From this categorization, we propose intervention activities presented here to address the orthographic problems presented by these students. Ensuring that students learn the orthographic rules is a way to level the conditions that they can break through the superficiality of the text. Not the principal, nor the least important of language studies.

Keywords: Variations of writing, orthography, phonology

1 INTRODUÇÃO

O sistema ortográfico de uma língua natural é algo abstrato e arbitrário. A importância que se dá às regras ortográficas é substancial, haja vista a nova ortografia que vigorará em países falantes de língua portuguesa em 2008. Essa reforma, como se fosse uma lei, denuncia a arbitrariedade vigente nos sistemas ortográficos. No âmbito da educação formal, a desconsideração dessa arbitrariedade tem causado prejuízos enormes nos alfabetizandos, tornando-se um problema para os alunos até mesmo em outros níveis de ensino após a alfabetização, e o que é mais danoso: escrever ortograficamente correto se torna inacessível para muitas pessoas para o resto da vida, apesar de ter passado pela escola e cumprido todo o programa da educação básica. A abstração do sistema ortográfico se torna concreto, mas para excluir.

Visando à melhoria do ensino de ortografia, vários estudiosos se dedicaram a pesquisar o que leva um falante a não aprender um código que representa sua língua. Basicamente, descobriram que a principal causa da não aprendizagem se deve justamente a essa relação paradoxal entre língua falada e sua representação escrita. Ou melhor, a escrita não é uma mera representação da fala. Com base nessa constatação, verificaram que há categorias de variações de escrita recorrentes nos erros de ortografia. E, a partir dessa categorização, propuseram uma maneira mais científica de se ensinar ortografia. A principal premissa desse ensino é ensinar considerando a língua falada pelo aluno e nunca misturar língua falada com língua escrita. A partir disso, foi possível preparar uma pedagogia que vai da didática contrastiva, passando pela reflexão até, quando preciso, a memorização. Esse modo mais flexível de ensinar a ortografia põe fim

à didática do “decoreba”, que acreditava ser a língua uma representação fiel da fala, sem margens a exceções.

Neste trabalho, usarei a categorização das variações de escrita proposta por Toneli (1998) para analisar um corpus de textos de nove alunos de uma classe da 5ª série do ensino fundamental, que apresentam problemas ortográficos, pois é consenso entre especialistas da educação que alunos da 5ª série tenham eliminado todos os problemas ortográficos, o que o corpus selecionado contradiz. Há um texto de um adulto da EJA. Essa análise tem por finalidade atividades de intervenção capazes de melhorar, senão sanar, os problemas ortográficos desses alunos. A organização deste trabalho visa à leitura pelo professor que intervirá nas salas de aula. Por isso, optei por incluir os textos dos alunos no corpo do trabalho, e as atividades são acompanhadas de observações denominadas Para o professor.

Nosso objetivo era intervir na aprendizagem da ortografia de alunos da 5ª série do ensino fundamental, a fim de solucionar os problemas dessa natureza que ainda apresentam. Com base na categorização das variações de escrita proposto por Toneli (1998), categorizar os erros ortográficos dos textos produzidos por alunos da 5ª série. A partir da categorização, propor atividades de intervenção para sanar os problemas ortográficos apresentados pelos alunos.

2 A RAZÃO DO PROBLEMA

O alfabetizando, no primeiro momento de sua alfabetização, descobre que há uma relação de representação entre as letras e o som que ele produz ao falar. Portanto, ele acredita que a alfabetização é a aprendizagem do desenho das letras correspondentes ao som, como se todas as relações entre fala e escrita fossem biunívocas. A correspondência biunívoca é a relação entre som e uma letra, isto é letras e fonemas se correspondem mutuamente, sem exceções. Essa correspondência não é predominante na língua portuguesa, o que gera conflito no momento em que o alfabetizando percebe, inicialmente, que há relação entre letras e sons que produz.

Exemplos de relação biunívoca:

pato: /'pa to/ Quiabo: /ki 'a bo/ diferentemente ocorre em Canto: ['kã tu]

A relação entre os sons i e u e suas representações ortográficas são exemplos de relações não-biunívocas.

Exemplos: Fala-se [mi 'ni nu], mas escreve-se menino. Fala-se ['ã du], mas escreve-se ando.

Outros exemplos de correspondência não-biunívoca:

[‘ha tu] = rato [‘ka hu] = carro [‘ka ru] = caro]

Graças às correspondências não-biunívocas é que existe a tentativa dos alfabetizandos de dar lógica ao que escrevem. Estes, em negrito, são exemplos de escritas que seguem a lógica da biunivocidade:

[‘moh ti] = **morti** em vez de morte.

[‘ma tu] = **matu** em vez de mato.

[ã ‘z w] = **anzou** em vez de anzol.

O professor bem preparado deve responder ao aluno que lhe pergunta por que se escreve o que não se fala, segundo a lógica da biunivocidade, que é preciso considerar a posição das letras como no caso do l final representado pelo o e o i pelo e. Além de mudanças na língua que fizeram do L final um u na língua falada, porém, na escrita, permanece o L.

2.1 A (i)lógica da arbitrariedade

As palavras laço, jeito, mesa, posseiro são exemplos da arbitrariedade da ortografia, pois poderiam ser grafadas laso, jeito, meza e poseiro. Desse modo, não há como ensinar regras como as de morte, mato e anzol. Não se trata simplesmente de não-biunivocidade, mas a representação por mais de uma letra para um mesmo som. Neste caso, é preciso aprender palavra por palavra, portanto, é preciso incentivar os alunos para isso.

Segundo Dantas (1992, p.93), utilizando as idéias de Wallon

Isto constitui um claro exemplo da necessidade de pensar o desenvolvimento como um processo não linear, que precisa por vezes voltar atrás para recuperar possibilidades atrofiadas pela tendência imperialista da corticalização, do voluntário e do lógico. Esta tarefa é incompatível com uma visão continuísta e unidimensional ; fica melhor servida no quadro explosivo e ziguezagueante de uma psicogenética onde dialético é sinônimo de contraditório e paradoxal.

Para a psicogênese de Henri Wallon, ao mesmo tempo em que a criança leva esse choque entre o sensório-motor com o qual se comunicava antes e o novo sistema semiotizado de que dispõe agora, ela busca, através de seu discurso, se individualizar, ser autônomo em suas interações. Para isso, procura uma lógica em todas as suas ações, no entanto se vê refém do outro que detém a chave para decifrar um código escrito diferente do seu código oral.

Portanto, Wallon chama atenção para o fator mais paradoxal do processo de desenvolvimento. A criança busca sua individualização, porém percebe que para construí-la é necessário voltar-se para o social de onde retira seu desenvolvimento. Portanto o esquema Walloniano se constrói no seguinte movimento:

Esquema walloniano:

Desenvolvimento = do ser estritamente emocional, mas geneticamente sociável para o ser pretensamente racional em busca de sua individualização e de volta ao ser simbiótico ao outro com quem se desenvolve. Por conseguinte, a intervenção do professor como adulto em uma ³⁸instância de desenvolvimento adiante de seu aluno é importantíssima para o aprendizado do código escrito de uma língua. A categorização das variações de escrita é uma grande contribuição para esse ensino.

3 CATEGORIZAÇÃO DAS VARIAÇÕES DA ESCRITA

As categorias de variação da escrita proposta por Tonelli (1998) compreendem cinco categorias distintas de variações ortográficas provenientes de interferências também distintas.

3.1 Categoria 1

A categoria 1 compreende as variações provenientes da utilização de outros tipos de escrita, não alfabéticos.

Exemplos: *ao (olha), *paa (para)

Essa categoria ocorre principalmente no início da alfabetização. No corpus deste trabalho não houve ocorrência desta categoria.

³⁸ Conferir a teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky.

3.2 Categoria 2

A categoria 2 compreende as variações decorrentes de problemas ligados à percepção visual e auditiva.

3.2.1 Visual

O aluno troca letras porque não distingue o desenho delas.

Exemplo: *dala (bala)

Confusão entre os desenhos da letra d e b.

Também não houve ocorrência dessa categoria no corpus analisado.

3.2.2 Auditiva

O aluno troca letras porque não distingue seus sons.

Exemplo: *bandito (bandido)

Troca do fonema [d] por [t].

No texto do aluno da EJA presente no corpus há três ocorrências dessa categoria.

3.3 Categoria 3

A interferência da oralidade na escrita é o princípio desta categoria. No corpus analisado, é a segunda categoria mais presente.

Exemplo: *corre (correr), *mitido (metido) *se (você).

Essa interferência, de acordo Toneli (1998, 179), acontece por causa dos processos fonológicos:

1. Apagamento de consoante na coda: *corre (correr)
2. Apagamento de sílaba átona: *bacate (abacate)
3. Redução de encontro consonantal: *bincando (brincando)
4. Epêntese: *pineu (pneu)
5. Monotongação: *bobera (bobeira)
6. Metátese: *drento (dentro)
7. Assimilação: *cantano (cantando)
8. Crase: *coperativa (cooperativa)
9. Ditongação: *mais (mas)
10. Alçamento de vogais: *passiando (passeando)
11. Rotacismo: *framengo (flamengo)
12. Coalescência: *otomóvel (automóvel)
13. Vocalização: última (última)

14. Junção do clítico em uma única palavra morfológica: *concerteza (com certeza) e
 15. Redução: *se (você).

Os fatores 1, 3, 5, 9, 10, 13, 14 e 15 foram exemplificados com palavras retiradas do corpus deste trabalho. Os outros fatores não ocorreram no corpus e seus exemplos foram retirados de Toneli (1998, p.185-190)

3.4 Categoria 04

Essas variações ocorrem por causa da desconsideração das regras contextuais. São regras que o aluno deveria aprender, pois através da reflexão sobre essas regras isso é possível. No corpus analisado, essa categoria apresentou mais ocorrências.

3.5 Categoria 05

Essa categoria apresenta variações por violação da forma dicionarizada da palavra. Sua intervenção deve ser através da memorização, pois compreende o léxico com ortografia arbitrária, sem qualquer regra de uso, como vimos no subtópico 3.1.

4 A ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DO CORPUS

Dez textos serviram de análise das variações de escrita. Nove deles são de alunos da 5ª série do ensino fundamental de uma escola da rede privada de ensino de Minas Gerais. O outro pertence a um aluno da EJA da 1ª série do ensino médio. A seguir, os textos analisados:

A seguir, os gráficos com porcentagem e a tabela com as categorias de variação da escrita encontradas nos textos do corpus.

Gráfico 01: Variações por texto/aluno. Total de variações de escrita: 69

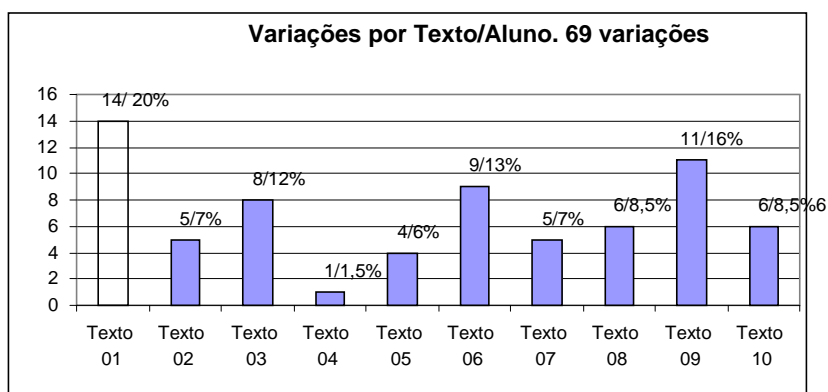
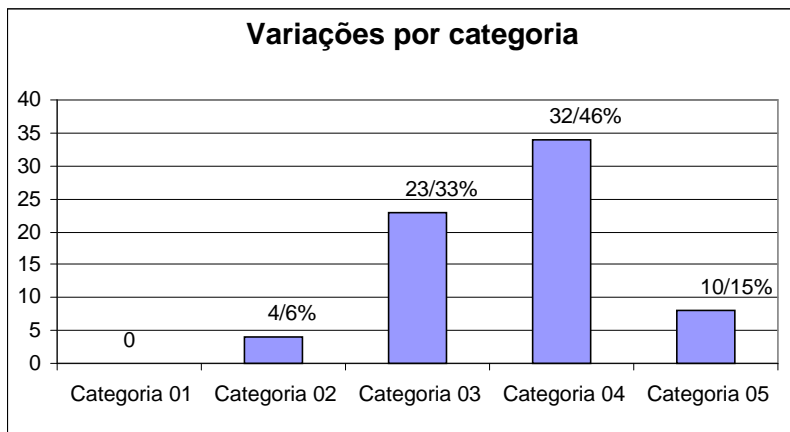


Gráfico 02: Variações por categoria. Total de variações de escrita: 69



4.1 Análise dos dados

Os problemas advindos da categoria 01 são: *teve/deve,*almozar/almoçar, *bandito/bandido e *tireito/direito. Como foi visto no subtópico 4.2.2, são decorrentes da não distinção dos sons. Para solucionar este problema é preciso que o aluno ouça e distinga a diferença entre os fones [t] e [d], pois o [t] é desvozeado e o [d] é vozeado, apesar de ambos serem alveolares ou dental. É o que acontece também com o [z] vozeado e o [s] desvozeado.

4.1.1 Variações da categoria

No subtópico 4.3, vimos que a categoria 3 engloba aquelas variações decorrentes da influência da oralidade. No corpus, encontramos variações por causa dos processos fonológicos relacionados abaixo. Os exemplos são as próprias variações do corpus.

4.1.1.1 Apagamento de consoante na coda

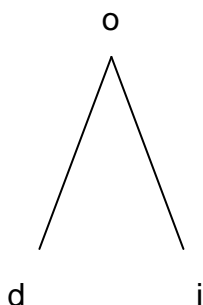
As variações foram: *corre/ correr, *luta/lutar, *diverti/divertir, *durmi/dormir, *lagar/largar e *etava/estava. A coda é a parte mais vulnerável da sílaba. Essa parte é formada sempre pelos arquifonemas L, S e R. Na busca pela sílaba canônica CV (consoante e vogal) do português, o aluno termina por escrever a palavra retirando esses arquifonemas da coda da sílaba em que aparece. No corpus, isso ocorre mais nos verbos no infinitivo. Esse fenômeno do infinitivo é um traço gradual da língua falada, ou seja, aparece na fala de todos os brasileiros, não se tratando de uma variedade menos prestigiada, mas pertencente em todos os falantes da língua.

4.1.1.2 Redução de encontro consonantal

A variação foi: *bincando/brincando. Também buscando a sílaba canônica CV, o aluno aqui escreve sem o encontro consonantal br da sílaba brin. Por se tratar da segunda parte do onset ramificado – o onset é a parte inicial de uma sílaba, posição sempre ocupada por uma consoante – é de pronuncia difícil e, portanto, foge ao canônico CV.

4.1.1.3 Monotongação

As variações foram: *dodo/doido, *bobera/bobeira, *gosto/gostou, *loco/louco. A influência desse fator se deve a pouca influência das semivogais de uma sílaba.



A semivogal i não é pronunciada na sílaba CVs de doido, portanto o aluno escreve *dodo, canonicamente CvCv.

4.1.1.4 Alçamento de vogais

As variações foram: *qui/que, *mi/me, *mitido/metido, *miiinininos/meninos, *passiando/passeando e *desisperada/desperada. Esse fator age por assimilação. A vogal tônica age na pretônica . [mi'ni nos] em vez de [me'ni nos]

4.1.1.5 Vocalização

A variação foi: última (última). Esse fator influencia na mudança de consoante em vogal. O ú da sílaba úl substitui o l que foi vocalizado.

4.1.1.6 Ditongação

A variação foi: *mais/mas. Monotongos são transformados em ditongos. O ['mas] se transforma em ['mays].

4.1.1.7 Junção do clítico em uma única palavra morfológica

As variações foram: *derrepente/de repente e *concerteza/com certeza. Aqui o fator de influência foi a junção de palavras de expressões que se pronunciam juntas,

constituindo apenas uma palavra fonológica, porém se escreve separadas. As preposições de e com são palavras clíticas (sem acento), portanto não têm destaque juntamente às outras palavras da expressão. Na pronúncia, o acento acontece nas sílabas paroxítonas, que, aliás, é a sílaba canonicamente acentuada no português. Em derrepente e concerteza as sílabas acentuadas são pen e te respectivamente. Ao escrever, o aluno cria apenas uma palavra paroxítona.

4.1.1.8 Redução

A variação foi: *se/você. Há redução da palavra você escrita com a representação s do fone [s], em vez de c.

4.1.2 Variações da categoria 4

No subtópico 4.4, vimos que a categoria 04 engloba todas as variações decorrentes da desconsideração de regras contextuais da língua.

4.1.2.1 Acentuação Gráfica

No português, o acento das palavras acontece na última, penúltima e antepenúltima sílaba. Todas as antepenúltimas sílabas tônicas são grafadas pelo acento circunflexo – sons fechados nasalizadas – e agudo – sons abertos. Essas palavras são as proparoxítonas. As paroxítonas são as palavras acentuadas na penúltima sílaba. Toda paroxítona não terminada em a,e,o – exceto em ditongos ia, ie, io – seguidas ou não de s e terminadas em em (ens) são acentuadas graficamente. Já as oxítonas são as palavras com sílaba tônica na última sílaba. Apenas palavras oxítonas terminadas em em (ens) e vogais a, e, o seguidas de s ou não recebem acento gráfico.

4.1.2.1.1 Proparoxítonas

As variações foram: *Roboticolandia/Roboticolândia, *ótima/ótima, *biologo/biólogo, *Pacífico/pacífico e *rapido/rápido. Em *Pacífico/pacífico, a palavra pacífico existe, porém, no texto analisado, o aluno queria escrever Pacífico. Há diferença de acentuação deve ser mostrada para ele, e não a diferença de sentido das palavras.

4.1.2.1.2 Paroxítonas

As variações foram: *dificiu/difícil, *facio/fácil, *varias/várias, *anuncio/ anúncio, carater/ caráter e *Estavão/ estavam.. Em *dificiu/difícil e *facio/fácil, a regra é: acentua-se todas as paroxítonas terminadas em l. Há, nessas variações, também a variação 05, pois

foram escritas sem o l final. Em *varias/várias e *anuncio/ anúncio, a regra é: todas as paroxítonas terminadas em ditongo ia, ie e io seguidos ou não de s são acentuadas. Em carater/ caráter a regra é: paroxítonas terminadas em r são acentuadas. Por último, em *Estavão/ estavam, a palavra estavam é paroxítona, portanto termina em m, pois apenas oxítonas terminadas com som [ãw] são grafadas com ão.

4.1.2.1.3 Oxítonas

As variações foram: *amanha/amanhã, *ate/até. *esta/está. *tráz/trás. Como se viu em 5.1.2.1, apenas oxítonas terminadas em a, e, o, seguidas ou não de s, são acentuadas. Em *esta/está, o aluno desejava escrever [es 'ta] em vez de ['es ta] por exemplo. Em *tráz/trás, da expressão de trás, há também uma variação cognata de traz de trazer. De todo modo, entender essa variação como 04 e não como 05 ajuda melhor o aluno escrevê-la na variação correta.

4.1.2.1.4 Monossílabos e acentos diferenciadores

As variações foram: *so/só, *ví/vi, *tao/tão e *pais/país. Os monossílabos constituídos de vogais a, e, o abertos são acentuados como em só e tão, mas não em vi. Em *pais/país, há o acento diferenciador entre ['pays] e [pa'is].

4.1.2.1.5 Paroxítonas terminadas em e

As ocorrências foram: *ringui/ringue, *devi/deve e *daqueli/daquele. Paroxítonas terminadas com o fone [i] devem ser escritas com e.

4.1.2.2 Emprego do s

As variações foram: *interresante/interessante, *asustamos/ assustamos e *pudese/pudesse. Todas essas variações infringem a uma única regra: ao usar o s para representar o fone [s] entre duas vogais deve-se escrever ss.

4.1.2.3 Uso do dígrafo gu

A variação foi: *chegei/cheguei. O g usado diante de e, i deve ser escrito com o dígrafo gu como em cheguei.

4.1.2.4 Emprego de um único r

A variação foi: *dirreção/direção. Entre duas vogais para representar o som de [r] usa-se apenas um r. O uso de rr é para representar o som de [h] entre duas vogais.

4.1..2.5 Nasalização final das palavras

As ocorrências foram: *son/som e *homen/homem. A vogal nasalizada em final de palavra é representada por vogal (rã) ou vogal e a letra m como em homem e som. Há exceções como nas paroxítonas acentuadas graficamente como em hífen e pólen.

4.1.2.6 Outros

As variações foram: *equanto/enquanto e *há/a. O há variação do verbo haver deve ser escrito com a consoante muda h em diferenciação do a preposição ou artigo. Além disso, como monossílabo constituído de vogal a aberta, deve ser acentuado graficamente. Já a variação *equanto/enquanto parece ser um descuido do produtor do texto.

4.1.3 Variações da categoria 5

No subtópico 4.5, ficou clara a arbitrariedade da ortografia de algumas palavras da língua. A categoria 5 compreende todas as variações de escrita que infringem a norma dicionarizada das palavras. Nesta categoria, não há necessidade da descrição dos fenômenos das variações encontradas no corpus, até mesmo porque não é possível. O que deve ser feito é a memorização dessas palavras. Apenas listemo-las para melhor visualização da próxima etapa deste trabalho.

As variações foram: *dificiu/ difícil, *imprecionante/impressionante, *facio/fácil, *voutei/voltei, *crecer/crescer, *ganhace/ganhasse, *almentava/aumentava, *cemi/semi. *esquesi/esqueci e *sidadão/cidadão.

É possível observar que todas essas variações seriam possíveis do ponto de vista fonológico. A palavra esqueci [eske'si], por exemplo, poderia ser escrita com s, mas arbitrariamente não o é. Infelizmente, o trabalho pedagógico com essas palavras se restringe à memorização.

5 UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo, tentar-se-á propor atividades que possam melhorar a ortografia dos alunos que apresentaram variações na escrita do corpus analisado. As atividades serão para as categorias de variações 03, 04 e 05, por serem mais representativas e constantes nos alunos da 5ª série do ensino fundamental.

5.1 Atividades para categoria 3

As atividades para sanar as variações da categoria 3 devem ser construídas pela didática contrastiva, pois elas ocorrem graças à interferência da oralidade. Portanto deve ser mostrado aos alunos esse contraste entre fala e escrita.

5.1.1 Atividade 01

Leia atentamente este caso para resolver as questões.

CAUSOS DE ROLANDO BOLDRIN

Caçador de paturis

Eram dois caipiras metidos a caçadores de paturis, aquele pássaro que lembra um patinho e que sempre anda em bando, numa algazarra danada:

- Cumpadi, cumé que ocê costuma caçá paturi?
- Cumo quarqué pessoa. Caçando nos mato. Que pergunta mais estapafúrdia, cumpadi.
- Espera aí, cumpadi. Que é caçando, eu sei, mas quero sabê com o quê ocê custuma caçá.
- Com o que haverá de? Com a minha espingarda de cartucho, ué? Ocê sabe que a carga é grande. Intão na hora que eu puxo o gató, eu chequeio o braço pra móde espaiá a porta. Derrubo uns 10 paturi só com um tiro da bicharêda.
- Pois eu faço diferente. Caço de noite e sem espingarda nenhuma. A minha lanterna é daquelas que tem um facho grandão de luz que parece olofróte dos campo de aviação.
- Ara! Já to querendo sabê como é isso. Caçá de noite e só com a lanterna, pra mim é nova, cumpadi.
- Espia só. Os paturi chegam em bando e vão se aninhando naquela arve frondosa. Ficam ali apinhocado mais de 200. Tudo pronto pra drumi. Pois bem. Eu chego quietinho com a minha lanterna no escuro, aprumo pra riba, pra perto da arve e acendo o facho de luz, pro rumo do céu. Aí eu começo a rodopiá aquele facho de luz. De repente, os paturi percebe e entra naquele facho de luz que formou ansim quiném um anér. E entra mais outro, e mais outro. Eu continuo rodando aquele anér de luz... E quando a roda toda ta cheia de paturi... aí eu, num solavanco de surpresa, rodopio ao contrário. Os paturi trombam tudo uns nos ôtro e cai aquele despropósito no chão. Tudo tonto co as cabeçada que deram!

Adaptado de **Contando Causos**, de Rolando Boldrin (Nova Alexandria, 2001)

QUESTÃO 01

O caso Caçador de paturis possui diálogos que são escritos em linguagem bastante coloquial, próximo do modo como seus personagens falam. Retire do texto os vários exemplos dessas palavras.

QUESTÃO 02

Produza um parágrafo, definindo o perfil dos personagens do texto.

QUESTÃO 03

Há palavras pronunciadas pelos personagens que são típicas da variedade “caipira” da língua. Porém, há outras que são faladas por todos os falantes brasileiros, inclusive por você. Retire do texto os exemplos dessas palavras que nós também falamos.

QUESTÃO 04

Após selecionar os exemplos da questão 03, organize-os em uma tabela. Essa tabela deve conter as palavras escritas do modo como estão no texto e, ao lado, o modo como devemos escrevê-la corretamente.

QUESTÃO 05

A que conclusão você chegou sobre a diferença entre fala e escrita?

PARA O PROFESSOR

Atenção, professor, essa atividade, preferencialmente, deve seguir o seguinte roteiro:

- 1- Leitura silenciosa do caso pelos alunos.
- 2- Leitura em voz alta para que os alunos possam perceber a diferença entre escrita – leitura silenciosa – e oralidade – leitura em voz alta. Incentive-os a dramatizarem a leitura para melhor percepção da oralidade. Lembre-se de que casos são orais.
- 3- A questão 01 serve para que os alunos selecionem palavras escritas do modo como os personagens as falam.
- 4- A questão 02 serve para que os alunos reconheçam quem fala daquele modo, provavelmente falantes da zona rural, com baixa escolaridade. Ao ouvir as respostas dos alunos, cuidado para que não cometam nenhum preconceito e aproveite para lhes falar sobre variedades lingüísticas.
- 5- A questão 03 funciona como o início da contrastividade de modo reflexivo. Os alunos devem encontrar semelhanças entre a fala deles e a fala dos personagens. Essas semelhanças são traços graduais da língua portuguesa brasileira. Atente-se para que nenhum exemplo fique de fora das respostas dos alunos. Há no texto muitos exemplos de traços graduais como infinitivo sem o r final – 6 variações no corpus analisado –, alçamento de vogais – 6 variações –, monotongação – 4 variações –, junção de clítico – 2 variações –, entre outros.
- 6- A questão 04 é a prática contrastiva. Os alunos devem organizar as palavras encontradas em uma tabela contrapondo a variação oral e escrita formal das palavras retiradas do texto – essa atividade pode ser em grupo ou em dupla –.

7- A questão 05 é o fechamento da atividade com uma produção textual sobre a reflexão dos alunos: as diferenças entre fala e escrita, as razões dessas diferenças, o que há de comum entre as falas brasileiras, a importância de se escrever ortograficamente correto é tão importante quanto respeitar o modo como as pessoas falam, há razões para falarmos diferente e escrevermos diferente. Essas são conclusões interessantes a que devem chegar os alunos. Evite juízos de valor preconceituosos por parte dos alunos como considerar alguma fala errada e/ou inferior a outras.

5.1.2 Atividade 02

Após a realização da atividade 01, que é mais reflexiva, utilizar a atividade 02, em que foram utilizadas as palavras do corpus, retiradas dos textos dos próprios alunos.

Atividade 02

Escreva as palavras corretamente ao lado do modo como as falamos.

Fala-se assim:	Escreve-se assim:
Corrê	
dôdo	
desisperada	
mais (conjunção)	
Luta	
Divertí	
mi (pronome)	
etava	
se (pronome de tratamento)	
Gostô	
Lagar	
Fala-se assim:	Escreve-se assim:

passiando	
bobera	
concerteza	
miiininos	
útima	
loco	
bincando	
mitido	
qui	
durmi	
derrepente	

5.2 Atividades para categoria 4

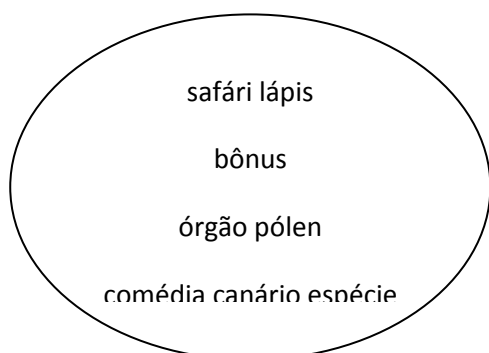
As atividades para sanar as variações da categoria 4 devem ser construídas a fim de promover a reflexão das regras a ser afixadas pelos alunos, pois a simples memorização não gera efeito satisfatório.

5.2.1 Atividade 01

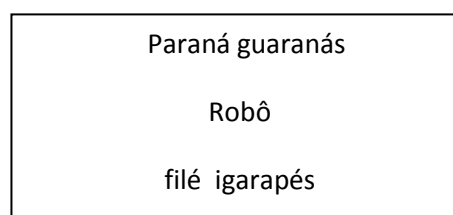
Trabalho com grupo de palavras

Descubra o que há em comum e de diferente entre as palavras dos círculos e as palavras do quadrado. Uma dica: divida-as em sílabas e observe as sílabas tônicas e sílabas finais.

GRUPO 01

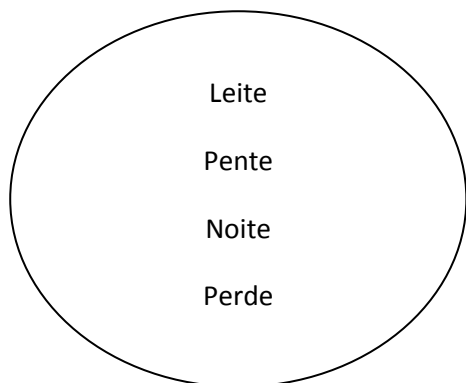


O que há em comum?

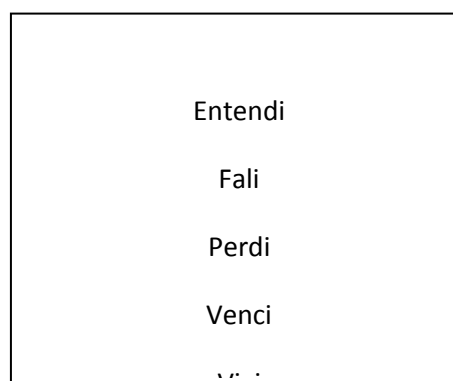


O que há de diferente?

GRUPO 02

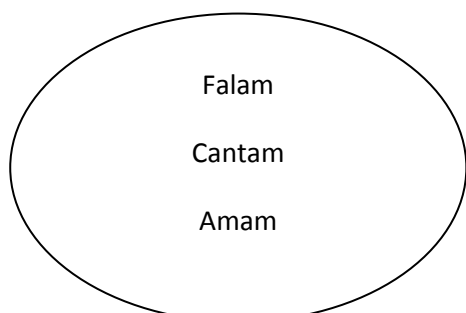


O que há em comum?

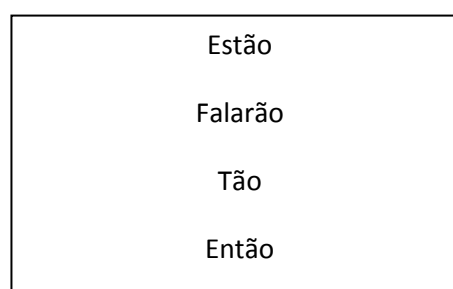


O que há de diferente?

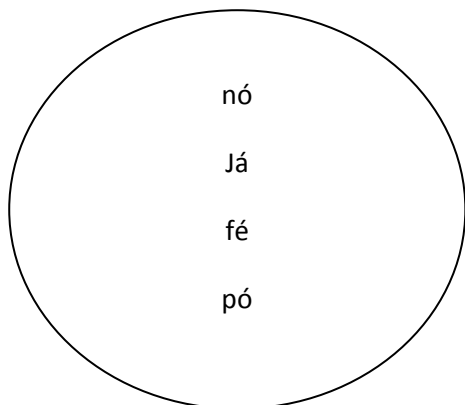
GRUPO 03



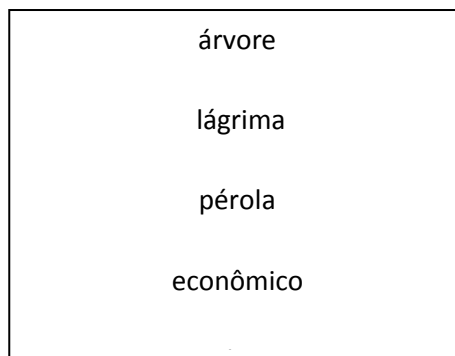
O que há em comum?



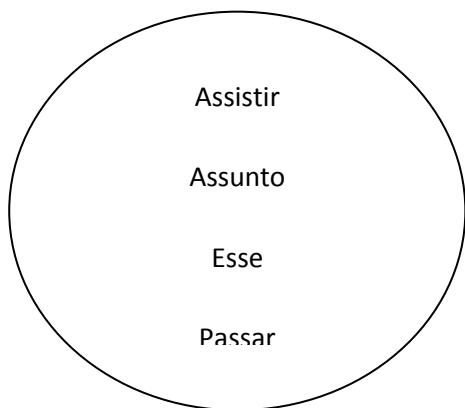
O que há de diferente?

GRUPO 04

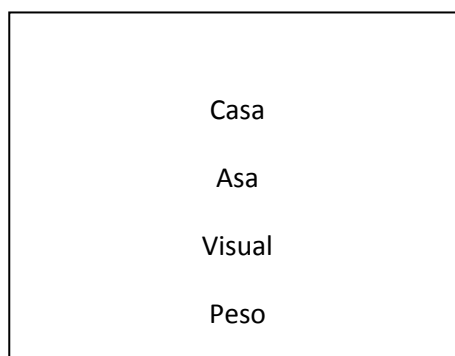
O que há em comum?



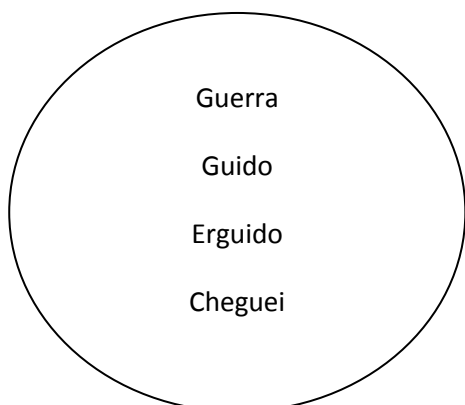
O que há de diferente?

GRUPO 05

O que há em comum?



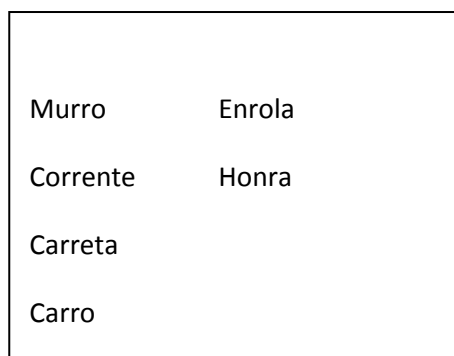
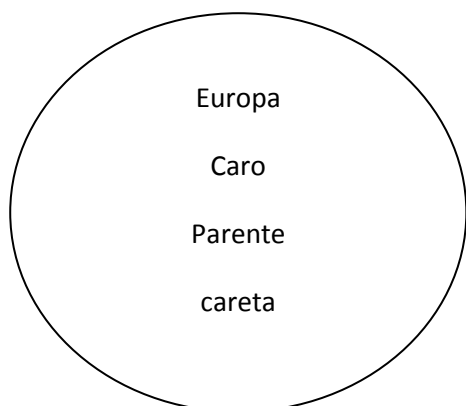
O que há de diferente?

GRUPO 06

O que há em comum?



O que há de diferente?

GRUPO 07

O que há em comum?

O que há de diferente?

Produza um pequeno texto, **EXPLICANDO** as regras que você aprendeu com esta atividade.

PARA O PROFESSOR

Os grupos de palavras foram dispostos intencionalmente, a fim de gerar reflexões entre as comparações feitas pelos alunos. O grupo 01 traz a diferença entre paroxítonas e oxítonas. O que há de comum é a terminação em vogais e sons nasais. Porém, a diferença é: todas paroxítonas que não terminam em m ou ens e nem em a, e, o são acentuadas graficamente – exceto terminadas em ditongos ia, ie, io. Já as oxítonas terminadas em a, e, o e em m ou ens são acentuadas. Após isso ficar claro, o grupo 02 será de fácil resolução. Nele encontramos palavras terminadas em e, i. O que há de comum é o fato de terminarem com o som [i] na língua falada, o que gera variações. Parece pertencer à variação 03, porém optei por incluí-la aqui, porque há uma regra que deve ser seguida, observando a sílaba tônica. Eis o que há de diferente: se a palavra é oxítona, é terminada com i, se é paroxítona é terminada com e. Há exceções de paroxítonas terminadas em i, que são acentuadas, mas elas estão no grupo 01 e isso deve ficar claro. Outra variação que pode ser resolvida através da sílaba tônica é a de terminação nasalizada das palavras. No grupo 03, encontramos essas palavras. As oxítonas são terminadas em ão, já as paroxítonas são terminadas em am. Essa é a diferença. A semelhança é a terminação nasalizada, obviamente. O grupo 04 parece não haver semelhanças, mas a semelhança é justamente todas as palavras serem acentuadas graficamente e a diferença é que há as palavras maiores, proparoxítonas, e menores, os monossílabos. Enquanto todas as proparoxítonas são acentuadas, acentuam-se apenas os monossílabos abertos. Os pronomes átonos, por exemplo, ou conjunções e preposições são clíticos, sem acentuação, como vimos.

Essa atividade tem como requisito básico os alunos saberem divisão silábica e saber diferenciar a sílaba tônica das palavras. Portanto, reveja com eles se necessário essa habilidade para que isso fique bem claro para eles antes de iniciarem a atividade.

O grupo 05 apresenta a diferença de representação do som [s]. Se o s estiver entre duas vogais é representado por ss. Se, no entanto, for escrito sozinho, representará o som de [z]. Essas são as semelhanças e diferenças, portanto. O grupo 06 compara o uso do dígrafo gu com o uso do g apenas. Seguido de vogais e, i deve-se usar o dígrafo para representar o som [g]. Por fim, o grupo 07 compara o uso de rr e r. Entre duas vogais, usa-se o rr para representar o som. Para o som de [ra] usa-se o r único. Há duas palavras honra e enrola que mostram que o som de [ra] também pode ser representado por r, mas é preciso ser antecedido por sílaba nasalizada.

5.2.2 Atividade 02

Após a resolução da atividade 01, que é mais reflexiva, utilizar a atividade 02, em que foram utilizadas as palavras do corpus, retiradas dos textos dos alunos.

Atividade 02

Após você ter criado suas regras de acentuação, corrija as palavras abaixo que apresentam problemas em relação à acentuação.

So:	Ví:
Ringui:	Pacífico: (adjetivo)
Roboticolândia:	Esta: (verbo)
Amanha:	devi (Verbo no presente, 3ª pessoa do singular):
Dificiu:	Daqueli:
Facio:	Homen:
A (verbo):	Estavão:
ótima:	Asustamos:
Varias:	Pudese:
Ate:	Rapido:
Biologo:	tao (advérbio):
Interresante:	Carater:
Dirreção:	Pais (nação):
Tráz:	
Son:	
Chegei:	
Anuncio (substantivo):	

5.3 Atividades para categoria 5

As variações decorrentes da categoria 5 são aquelas em que se infringe a regra arbitrária dicionarizada, portanto as atividades não seguem nem a didática contrastiva, nem a reflexiva. A memorização através de um trabalho contínuo é o que pode dar resultado.

5.3.1 Atividade 01

QUESTÃO 01

Leia os textos a seguir para identificar as palavras ortograficamente erradas e utilize o seu conhecimento sobre ortografia para corrigi-las.

Texto 01

“Falando em lutar eu sou o segundo mais forte de Roboticolandia, ainda pois amanhã vou enfrentar o Vetik o mais forte de Roboticolandia, equanto isso vou me preparar, pois vai ser dificiu ganhar.

Arrumacabeça coloca musculos 20x elevado arruma perna pronto pernas arrumadas, agora vamos arrumar o tronco pronto estou dodo pronyo para lutá amanhã agora é so durmir.

Data: 14/06/07

Dia da luta

Venham ver hoje 17:30 a lutar mais imprecionante de todos os tempos!venham ver a luta do século, venham!!... ver... local no ringui mais imprecionante de todos” (...)

Texto 02

“Quando fui no supermercado e derrepente um robô com inveja de mim começou a atirar também, mas não adiantou assim tudo ficou bem então fiz as compras e voutei para casa”.

Texto 03

“Minha irmã queria ate levar a pobre da tartaruga. Eu amei essa viagem acho que quando crescer quero ser biologa.”

Texto 04

“Em um domingo estava nas cemi-finais quando vi um lindo carro esporte vermelho que havia acabado de ganhar nas cemi-finais.”

QUESTÃO 02

Após corrigir os textos, compare sua correção com a de um colega e veja se faltou alguma palavra sem corrigir.

5.3.2 Atividade 02

Após a resolução da atividade 01, propor a atividade 02, em que foram utilizadas as variações encontradas no corpus.

Atividade 02

QUESTÃO 01

Agora você vai conferir no dicionário a escrita das palavras: dificiu, imprecionante, facio, voutei, crecer, ganhace, almentava, cemi, esquesi e sidadão.

QUESTÃO 02

Alguma das regras que você aprendeu se aplica a essas palavras? EXPLIQUE por quê.

PARA O PROFESSOR

Nessa atividade, buscou-se utilizar o que o aluno aprendeu com as atividades para categoria 3 e 4. Como se trata de memorização, as variações da categoria 5 devem ser uma atividade constante e solucioná-las com apenas uma atividade é impossível. Os textos pertencem aos próprios alunos e são parte do corpus deste trabalho. As atividades de correção entre alunos mais o uso do dicionário são exercícios positivos para memorização das palavras de ortografia arbitrária. Na questão 02 da atividade 02, procure orientá-los sobre a não existência de regras de escrita dessas palavras e que há outras palavras nessa mesma situação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fonologia trouxe uma enorme contribuição à lingüística e vice-versa. Reconhecer a interferência da oralidade na escrita do aluno foi uma delas. Espero que este trabalho tenha trazido benefícios para quem utilizar as atividades propostas, porém o mais importante é utilizar a teoria que levou a

elas. O trabalho com a ortografia não pode ser desconsiderado. Embora não resolva todos os problemas da textualidade do aprendiz, é muito valorizado pela sociedade. Para muitos leigos, para não usar a expressão analfabetos funcionais, a superfície textual é a camada a que costumam chegar ao lerem um texto. Garantir que alunos aprendam as regras ortográficas é uma maneira de igualar as condições para que possam romper a superficialidade do texto. Não é o principal, tampouco o menos importante dos estudos da linguagem.

Para atingir esse nível, a proposta aqui apresentada é eficiente. O trabalho de diagnóstico, juntamente com a categorização das variações e, conseqüentemente, propostas de intervenção a partir de didáticas específicas é o caminho a ser trilhado. No entanto, este trabalho apenas faz sentido se for conseqüência da produção textual, que, ao lado da leitura, são os objetivos maiores do ensino de língua materna. Escrever ortograficamente correto para escrever textos eficientes e não para simplesmente produzir atividades de exibição de conhecimentos escolares.

O trabalho com a ortografia, portanto, deve ser feito com objetivos maiores e bem traçados, pois se assim não o for, continuaremos a apresentar resultados falhos nos exames de proficiência.

7 REFERÊNCIAS

DANTAS, Heloysa. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: DANTAS, Heloysa. *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Sumus. 1992.

TONELI, Neiva Costa. *A construção do sistema ortográfico: uma análise das variações de escrita em pontos de instabilidade silábica*. Belo Horizonte: FALE / UFMG, dissertação de mestrado, 1998.

O DISCURSO POLÍTICO DE POSSE: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO ETHOS NOS DISCURSOS DE FHC E LULA

THE POLITICAL DISCOURSE OF INAUGURATION: AN *ETHOS* CONSTITUTION ANALYSES IN THE FHC AND LULA'S DISCOURSE

Geisa Fróes de Freitas (UFBA/PPGLL/CAPES)

gff_ba@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho consiste em analisar como se constitui o *ethos* nos discursos políticos de posse proferidos pelos ex- presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, em solenidades de posse das eleições em 1995 e 2003 respectivamente, e avaliar o confronto de duas formações discursivas sobre o discurso do preparo, social-democrata e popular-corporativista sob o prisma da Análise do Discurso de linha francesa. A pesquisa terá como suporte teórico as discussões traçadas por Maingueneau (1997, 2008), retomando o seu esquema para análise dos processos de constituição do *ethos* e da cena enunciativa, e por Courtine (2009) e Piovezani (2009), para tratarem o discurso político a partir dos discursos transversos no interior de diferentes formações discursivas. Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, como procedimento metodológico, adotar-se-á o estudo bibliográfico para análise e aquisição de dados. Por ser uma pesquisa em andamento, as análises do *corpora* encontram-se iniciadas e incompletas, por isso não será possível apresentar resultados conclusivos, mas apenas a título de constatar o funcionamento analítico respaldado na teoria que nos servirá como base.

Palavras-chave: discurso político, *ethos*, formação discursiva

Abstract: This research has as mainly goal to examine how constitutes the *ethos* in the political discourses when the ex-Presidents Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva took office, at inaugurations in the elections in 1995 and in 2003 respectively, and evaluate the clash between two and corporatist-popular under the French Discourse Analysis point of view. The

research is based on the theoretical arguments outlined by Maingueneau (1997, 2008), taking up his scheme for processes analysis of *ethos*' formation and expository scene, and by Courtine (2009) and Piovezani (2009), to treat the political discourse from the transverse discourse within different discursive formations. Because it is a qualitative research, it is going to adopt the bibliographic analysis and data acquisition. Like it is an ongoing research, the *corpora* analysis are at the beginning, so they are incomplete. For that reason, it is not possible to show conclusive results, but merely as an analytical note the operation supported the theory that it will serve to us as a basis.

Keywords: political discourse, *ethos*, discursive formation

Todo governo atual [...] é em parte um governo da palavra e da imagem.
(Marc Augé)

Considerações iniciais

Sabe-se que o discurso político contemporâneo é movido por uma série de elementos que o constituem, diferentemente do discurso tradicional que buscava apenas examiná-lo como um objeto verbal. Infelizmente, muitos trabalhos realizados sobre o atual discurso político ainda não consideram suficientemente suas novas formas de análises.

Em seu início, os analistas do discurso procuraram definir o seu campo de atuação, analisando os *corpora* mais bem marcados, sobretudo nos discursos políticos de esquerda. Contudo, com os avanços dos estudos do discurso, notou-se a necessidade de ampliação das categorias de análises. Dessa forma, as novas análises propõem novos valores, novas sensibilidades, novas cenas enunciativas, novas discursividades no uso dos elementos lingüísticos.

Atualmente, a noção de *ethos* vem sendo analisada por diferentes teóricos sem, entretanto, desviarem-se de sua origem na Retórica Aristotélica. Mesmo com um número significativo de pesquisas concernente ao *ethos*, muito ainda há que ser feito, a fim de ampliar as discussões acerca da problemática acima tratada, já que na maioria dos casos, os vestígios do *ethos* estão presentes na pesquisa moderna, frequentemente escondidos, ou melhor, rechaçados para outras problemáticas, seja como atos de linguagem, como

argumentação, como condição de sinceridade, ou como máximas conversacionais.

Nossas reflexões sobre a cena enunciativa e a constituição do *ethos* no discurso político estão fundamentadas em Maingueneau (1997, 2008). Conforme o referido autor (2000, p.60), o *ethos* não deve ser isolado de outros parâmetros do discurso, pois contribui de maneira decisiva para sua legitimação. Assim, nesta pesquisa, propomos analisar o *ethos* no discurso político de posse, a partir do esquema desenvolvido por Maingueneau, sob o prisma da Análise do Discurso de Linha Francesa.

1. O discurso político

Sabe-se que os estudos no campo da AD, por muitos anos se dedicaram a maioria das análises em *corpora* político, iniciados a partir do discurso comunista, mais precisamente em discursos proferidos em diferentes conjunturas da história da formação social francesa. Tais estudos foram iniciados na década de 60, na França, e seu objeto era considerado homogêneo e estável. Assim, por muito tempo se considerou a tipologia do discurso político particularmente fácil.

Em seu início, invocou o *materialismo histórico* e uma *teoria das ideologias* tal como ela foi definida por Althusser. Em seguida, ela se apropriou, ao final de um trabalho crítico do conceito de *formação discursiva* proposto por Foucault e deu lugar a pesquisas que tinha por objetivo revelar os pressupostos ideológicos que se escondiam sob a linguagem, isso com a ajuda de métodos de análise diversos.

Atualmente, os estudos que se desenvolvem sobre o discurso político combinam vários métodos: análise enunciativa, análise argumentativa, análise lexicométrica, estilístico, entre outros. Paralelamente nos anos 80, surge a análise crítica do discurso, definida e defendida por Van Dijk. Enquanto na análise do discurso francesa, sob a influência de Foucault e Pêcheux.

Segundo Piovezani Filho (2007, p. 113), nos últimos textos de Pêcheux tratam de mudanças do discurso político, reiterando que esse campo discursivo, estava, já naquele período, amplamente midiaticizado. A *língua de madeira* (dura e hermética) havia se transformado em *língua de vento* (flexível,

cotidiana, mas quase nada referencial), e as eleições pareciam cada vez mais manifestações esportivas transmitidas pelas mídias.

Assim, com as modificações do objeto de análise impuseram transformações teóricas: era chegado o tempo da heterogeneidade, da busca de novos caminhos, da emergência das noções de memória discursiva, de acontecimento discursivo, etc.

Em seguida, final dos anos 70 e início da década de 80, com os estudos de Courtine sobre um *corpus* de discurso político escrito, conforme se fazia tradicionalmente na AD, ele tenta deslocar seu enfoque teórico e alterar os procedimentos analíticos, em direção às perspectivas históricas e antropológicas. Assim, para Courtine (1989, p. 37), “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado”.

Ademais, o autor supracitado afirma que não é possível fazer a mesma AD quando se trata de analisar o discurso político tradicional escrito, ou pronunciado numa tribuna, e quando se trata de considerar o discurso político transmitido pela televisão, no qual, em consonância e/ou em dissonância com a linguagem verbal, o corpo, as imagens e a tela participam da produção de sentidos.

Para Piovezani (2009), com os avanços das pesquisas e análises discursivas, os discursos que se produzem no campo político apresentam diferentes modos e intensidades de controle do dizer, distintas formas de enunciação e legitimação institucional e diversos investimentos de poder. Dessa forma, o discurso político possui certas propriedades que o distinguem de outros discursos e que o caracterizam.

De acordo com Courtine (2009), o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e interrupto. Segundo ele, a intenção não é mais explicar e convencer, como as formas da retórica de uma política clássica, mas seduzir e conquistar.

Segundo Charaudeau (2008), existem algumas estratégias adotadas num discurso político, e, ele acredita que o povo quando vota em um político é mais em função de sua imagem e de algumas frases de efeito que ele ou ela profira do que em razão de seu programa político. Assim, “na democracia o

poder do político advém de uma delegação e esta tem um caráter sagrado (...) é o povo que sagra o político e o faz servidor do bem comum” (CHARAUDEAU, 2008, 78). Nessa perspectiva, ele destaca aspectos sobre a persuasão no discurso político:

Sendo a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de forças simbólicas para a conquista e a gestão de um poder, ela só pode ser exercida na condição mínima a ser fundada sobre a legitimidade adquirida e atribuída. Mas isso não é suficiente, pois o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. É o que o coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ele deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social (CHARAUDEAU, 2008, p. 79).

Os estudos do discurso político hodiernos têm demonstrado que a fala pública³⁹ contemporânea distancia-se da tradição, a qual foi a de examiná-la como se fosse apenas um objeto verbal, desta forma, não levava em conta outros elementos que o constituem, como a cenografia, o corpo, o tom, etc. A fala pública, caracteriza-se, por sua vez, pela presença de um único e determinado falante que se dirige a um conjunto de ouvintes, em um contexto marcado por alguns protocolos e rituais de fala.

Sabe-se que falar em público é uma prática histórica e, por essa razão, apresenta algumas continuidades relativas e diversas da metamorfose ao longo da história.

1.1 O advento do discurso político brasileiro

No Brasil, acredita-se que os estudos mais relevantes sobre o discurso político são aqueles que possuem os *corpora* escritos ou orais que foram transcritos.

Para compreender o cenário do discurso político no Brasil, faz-se necessário compreender as mudanças sofridas pelo discurso político

³⁹ Esse termo é empregado para referir-se aos fatos de linguagem presentes no campo político (...) toda fala política é, evidentemente, por definição, um fato social. Não era necessário, entendê-la como relacionada aos atos de produção exclusivamente oral, um escrito de caráter político pertencente a uma fala política.

contemporâneo e em que medida e de que modo a Análise do Discurso as têm considerado em seus estudos mais recentes.

Os estudos do objeto de análise – discurso político – foi um *corpus* bastante explorado no Brasil, especialmente apresenta-se uma predileção pelos discursos políticos de períodos da ditadura, embora apresente uma perspectiva mais histórica do que propriamente discursiva.

De acordo com Piovezani (2009, p. 173), no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, “as análises se debruçaram frequentemente sobre os discursos dos períodos autoritários e relegaram a dimensão da circulação desses discursos a um segundo plano”.

Segundo o referido autor, o discurso político brasileiro passou por metamorfoses quanto aos interdiscursos aos quais ele se filia, ao intradiscorso que o formula e aos suportes materiais por meio dos quais ele se manifesta e circula na sociedade contemporânea. (PIOVEZANI, 2009, p.171)

1.2 O discurso político de posse: um gênero discursivo

Anteriormente a análise propriamente dita dos discursos políticos de posse que compõe os *corpora* desta pesquisa, é interessante fazer uma breve abordagem sobre os mesmos, para que se possa compreender as suas características discursivas.

Marcuschi (2005, p. 22) considera os gêneros são definidos mais como fatos sociais, que “apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”. Assim não podemos esquecer os elementos estruturais que os constituem. Os discursos políticos de posse são gêneros do discurso são caracterizados como um gênero discursivo autônomo utilizado em um contexto específico – a solenidade de posse.

Marcuschi ainda (2002, p.19) refere-se aos gêneros textuais ou discursivos como eventos textuais que “[...] surgem aparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas.”

Segundo Barros (2008), o discurso político de posse, enquanto gênero discursivo autônomo, possui características que o diferencia dos demais gêneros, principalmente dos gêneros do discurso político em geral, aqui

considerado como um domínio discursivo, ou seja, “uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos” (MARCUSCHI, 2005, p. 23).

Assim Bakhtin (2000, p. 279) conclui:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam de integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas não só pelo seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal [...] mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação [...] cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

Dessa forma, Bakhtin compreende como gênero, um enunciado que apresenta certa unidade formal, contedista e temática, características pertencentes no discurso político de posse e que poderemos verificar quando da análise de nosso *corpus*.

O discurso político de posse é tratado aqui como um gênero argumentativo por apresentar uma estrutura relacionada à persuasão, ao convencimento do auditório, uma vez que, no discurso político, o poder de argumentatividade é mais preponderante e intenso.

Assim, nessa perspectiva:

A estrutura do gênero discursivo de posse pode ser assim esquematizada: uma breve introdução, na qual os comentários sobre o pleito ocupam lugar de destaque; desdobramento(s), em que cada sujeito escolheria que caminho seguir e que assuntos abordar; e uma conclusão,

que mesmo podendo assumir tons diferentes, no caso dos textos analisados, trazem o povo ao poder, para com o eleito e Deus, compor a tríade que governará o estado por, pelo menos, quatro anos (BARROS, 2008, p. 208).

Assim, de acordo com o autor supracitado, a estrutura do gênero discurso político de posse é composto por uma estrutura bem definida, na qual encontramos, inicialmente, um breve comentário sobre o pleito e suas adversidades, alguns comentários sobre o próprio político, retaliações aos opositores e enaltecimento das características e feitos próprios, conclamação para que povo e governo lutem para construir um futuro melhor, profissão de fé e pedido de benção e força a Deus e à família e despedida.

De um modo geral, podemos assim definir um discurso político de posse como um momento de júbilo e ao mesmo tempo de desabafo. E, por conseguinte, um grupo político, personificado em uma pessoa, ascende ao poder em detrimento de outro.

Como já visto anteriormente, o gênero discurso de posse apresenta características específicas e carregam também uma lógica própria. Assim, o conteúdo e seu aspecto formal são concebidos em função do propósito comunicativo daquele gênero.

1.3 Os gêneros discursivos em Maingueneau

Maingueneau integra a Análise do Discurso ao gênero, para ele a AD não pode deixar de refletir sobre o gênero quando aborda um *corpus*, pois nenhum enunciado é livre de coersão.

Para Maingueneau (1997, p. 35), a mudança de uma concepção do gênero como conjunto de características formais, de procedimentos, a uma concepção *institucional* ocorreu a partir da Pragmática. Isso não representa um lugar secundário para a forma, mas é preciso articular o *como dizer*.

De acordo com Maingueneau, os gêneros são associados a momento e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. Assim, o gênero, como toda instituição, constrói o espaço-tempo de sua legitimação.

De acordo com Maingueneau (2001, p. 56), “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso”. Assim, para ele, os gêneros

estariam ligados a um setor da atividade social e estariam inseridos em diversos tipos de discursos.

Ademais, os gêneros discursivos, possuem uma finalidade compartilhada, que possivelmente é compartilhada por membros de uma sociedade. O discurso político, por exemplo, tem a finalidade de apresentar ideias, persuadir, seduzir um determinado grupo de pessoas, etc.

Para Maingueneau (2001, p. 68-69) “(...) todo gênero de discurso está associado a uma certa organização textual.” E ainda, segundo o referido pesquisador, um dado gênero discursivo tem relação direta com os papéis sócio-discursivos desempenhados pelos interlocutores. Assim, o papel está ligado ao lugar institucional, no qual o gênero se circunscreve.

Maingueneau (2006, p. 149) propõe uma divisão dos gêneros do discurso em dois grandes tipos: conversacionais e instituídos. Os gêneros conversacionais abrangem situações de conversação rotineira, sua organização textual é flexível e sua estrutura modifica-se constantemente a partir da interação entre os falantes. Os gêneros instituídos, por sua vez, não implicam interação imediata e podem ser tanto orais quanto escritos e ele os classifica da seguinte forma: gêneros cuja cenografia é fixa ou Gêneros instituídos tipo 1; Gêneros cuja cenografia é semi-flexível ou Gêneros instituídos tipo 2; Gêneros cujas cenografias são completamente livres ou Gêneros instituídos tipo 3; Gêneros não-saturados ou Gêneros instituídos tipo 4.

Dessa forma, consideramos que o discurso político de posse se enquadra melhor no tipo 4, pois são textos que se auto-definem e criam uma cenografia adequada a essa auto-caracterização, são textos que podem se apresentar como liberais, de esquerda, etc., e a cenografia dos mesmos varia, de acordo com essa definição.

2 Ethos: da Retórica à Análise do Discurso

Como compreender e explicar como o discurso se torna eficaz? Antes de qualquer resposta, será necessário compreender a noção de *ethos*, que historicamente foi conceituada por Aristóteles como a construção da imagem de si comprometida em garantir sucesso em sua oratória por meio do discurso.

Aristóteles desenvolveu três espécies de provas empregadas pelo orador para persuadir seu auditório: o *ethos* refere-se ao caráter do orador representado através do discurso, o *pathos* que corresponde às paixões despertadas nos ouvintes, e o *logos* o próprio discurso.

Para Amossy (2008, p. 17), a trilogia aristotélica foi submetida a algumas modificações nos textos de Cícero e de Quintiliano. Assim, conforme mudança, é preciso saber se o *ethos* é, como pretendia Aristóteles, “a imagem de si construída no discurso, ou como entendiam os romanos, um dado preexistente que se apóia na autoridade individual e institucional do orador (estatuto social, reputação familiar, etc.)”.

De acordo com Quintiliano, o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras. Cícero, por sua vez, define o bom orador, o homem que une ao caráter moral a capacidade de bem manejar o verbo.

Dentre as três noções aristotélicas, o *ethos* constituiu-se a mais importante. Distante dos demais retóricos, os quais concebiam que *ethos* não contribui para persuasão, Aristóteles emprega o termo *epieikeia*, como honestidade. Dessa forma, o orador que apresenta em seu discurso um caráter honesto, terá maior credibilidade de seu auditório (AMOSSY, 2008, p. 29).

Em outras passagens da Retórica, Aristóteles diz que “um homem rude não poderia dizer as mesmas coisas nem dizê-las da mesma maneira que um homem culto”. Por isso, em algumas das passagens da obra, verifica-se que o termo *ethos* já não tem o mesmo sentido moral, mas antes um sentido neutro.

Nessa perspectiva, para Aristóteles os temas e os estilos devem ser apropriados ao *ethos* do orador. Para Amossy (2008, p. 30), na Retórica encontramos-nos diante de dois pólos semânticos opostos ao termo *ethos*, um, de sentido moral, que engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência, e outro, de sentido neutro, que diz respeito a modos e costumes ou caráter.

Eggs (1998) chega à conclusão *contraditória*, mas simples: não se pode realizar o *ethos* moral sem realizar ao mesmo tempo o *ethos* neutro, objetivo e estratégico. É preciso agir e argumentar estrategicamente para poder atingir a sobriedade moral do debate. Essas duas faces do *ethos* constituem,

portanto dois elementos essenciais do mesmo procedimento: convencer pelo discurso.

Mainueneau (2008) conceitua o *ethos* em Aristóteles de forma clara, quando ele afirma que o *ethos* não é dito explicitamente, mas mostrado:

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui. (MAINGUENEAU, 1993, p. 138 *apud* AMOSSY, 2008, p.31)

O *ethos* se constitui através do *logos*, o discurso do orador. Para Amossy, esse lugar se mostra apenas mediante escolhas feitas por ele. Assim, toda forma de expressão resulta por uma escolha entre tantas possibilidades linguísticas e estilísticas.

No início do seu tratado, Aristóteles introduz as três *peças de convicção* a partir de um triângulo pragmático em que distingue (i) o orador, (ii) o ouvinte e (iii) o discurso:

As provas fornecidas pelo discurso são três espécies: a primeira encontra-se no *ethos* do orador, a segunda, no fato de colocar o ouvinte em certa disposição, a terceira, no próprio discurso (*logos*), uma vez que ele demonstra ou parece demonstrar.

No modelo apresentado, o *pathos* está relacionado ao ouvinte. O *logos*, por sua vez, convence em si e por si mesmo, independente da situação concreta, enquanto para o *ethos* e o *pathos* estão sempre ligados à problemática específica de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos concretos nela implicados.

O *logos* é inferencial, raciocínio, argumentação. O *ethos* diz respeito ao *habitus*, a virtude, ao caráter. O *pathos* refere-se a paixão, ao afeto.

Segundo a fórmula antiga de Gibert (século XVIII), que resume o triângulo da retórica antiga: “instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas

paixões; insinua-se pelas condutas: os “argumentos” correspondem ao *logos*, as ‘paixões’ ao *pathos*, as “condutas” ao *ethos*.

2.1 O *ethos* em Maingueneau

A noção de *ethos* já passou por muitas transformações, e como sabemos o mundo contemporâneo não é o mesmo da Retórica Antiga e, portanto, a fala não é mais analisada pelos mesmos dispositivos, por isso nos interessa um estudo do *ethos* dedicada ao estudo do discurso, para tanto Maingueneau (1997, 2008) destaca-se como principal representante.

Em consonância com Aristóteles, a noção de *ethos* aqui analisada é concebida por sua discursividade, pois essa noção se constitui por meio do discurso de maneira interativa, já que é um processo de influência sobre o outro, e ainda, é um comportamento socialmente avaliado, por isso, não pode ser concebido fora de uma situação de comunicação sócio-histórica precisa.

Maingueneau (2008), por sua vez, reconceitua e supera a noção de *ethos*, dentro do quadro teórico da análise do discurso, sobre *corpora* de gêneros considerados instituídos. A escolha por esse tipo de gênero se deu por considerar que os sujeitos ocupam papéis preestabelecidos e mais estáveis durante o evento comunicativo, diferente dos gêneros conversacionais, em que os sujeitos podem negociar seus lugares. Além disso, o pesquisador francês avança em seus estudos do *ethos* em relação ao *ethos* Aristotélico, por considerar as imagens criadas pelos enunciadores no discurso para além dos enunciados orais, ampliando a todo e qualquer discurso.

Maingueneau postula que, qualquer discurso, oral e escrito pressupõe um *ethos* que, por conseguinte, implica em certa representação do corpo do seu responsável, do enunciador que assume o discurso.

Maingueneau, ao sistematizar o conceito de *ethos* para a Análise do Discurso, liga-o diretamente ao tom⁴⁰ que engendra o discurso. O tom estaria ligado a uma corporalidade e ao caráter do enunciador. A corporalidade remeteria, assim, a uma representação subjetiva do corpo do enunciador na formação discursiva; já o caráter seria “o conjunto de traços psicológicos que o

⁴⁰ De acordo com Maingueneau, o tom corresponde a “voz”, regidos nos textos escritos, que permite ao co-enunciador construir a representação do enunciador no discurso.

leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer” (MAINGUENEAU, 1997, p. 47).

O *ethos*, então, relaciona-se com a construção de uma corporalidade do enunciador por intermédio de um tom lançado por ele no âmbito discursivo. Dessa forma, a imagem corporal do enunciador faz emergir a figura do fiador, entendida aqui como aquela que deriva da representação do corpo do enunciador efetivo, se construindo no âmbito discursivo. O fiador é, portanto, aquele que se revela no discurso e não corresponde necessariamente ao enunciador efetivo (HEINE, 2006, p. 44).

Assim, no âmbito discursivo pode-se criar a imagem de um fiador popular e simples, mesmo que o enunciador não tenha essas características. Por conseguinte, a imagem do fiador terá relação com as escolhas lexicais⁴¹ feitas pelo enunciador, que conferirão ao enunciado um tom de popularidade e simplicidade, fazendo emergir, portanto, a imagem de um fiador popular e simples.

Vale destacar que o *ethos* não está ligado ao indivíduo, mas ao papel a que corresponde o seu discurso, ao exercício da palavra. Em relação ao *ethos*, o sujeito constrói uma identidade discursiva para si. Essa identidade se atém aos papéis que ele pensa inerentes ao seu ao discurso de enunciação, que é o resultado das estratégias escolhidas para seguir e das situações coercitivas que a ele se impõem.

Maingueneau acredita que para o enunciador conferir credibilidade ao seu discurso e ao seu auditório, deve criar um *status* para legitimação do seu dizer. Assim, ele desenvolve a noção de *ethos* ligada à cena de enunciação, da qual se compõe de três cenas, das quais ele se propôs chamar cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante diz respeito ao tipo do discurso; a cena genérica tem relação com o gênero ou subgênero do discurso; já a cenografia diz respeito à cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado (MAINGUENEAU, 2008, p. 70)

De acordo com Amossy (2008, p. 16), cada discurso pode comportar uma distribuição preestabelecida de papéis, dessa forma, o locutor pode

⁴¹ Em relação as escolhas lexicais feitas pelo enunciador, para a Análise do Discurso o sujeito está vinculado a posições ideológicas e que seu discurso vincula-se a toda formação discursiva à qual prende-se e relaciona-se diretamente.

escolher mais ou menos livremente sua cenografia. Assim, em determinados discursos, como o discurso político, por exemplo, o candidato pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem sério, como intelectual, etc.

Pode-se então concluir que o *ethos* está ligado a uma corporalidade que emerge da enunciação, e que age sobre o co-enunciador, fazendo-o construir a imagem de um fiador, corporificando-o. O co-enunciador, por sua vez, incorpora e assimila um conjunto de características do fiador que está sendo apresentado no discurso, compartilhando com ele de uma comunidade imaginária que lhes permite comungar na adesão de um mesmo discurso – a incorporação.

Exemplificando melhor essa questão, toma-se como base o trecho de um discurso político.

Exemplo 1: Pronunciamento - eleição de Lula, 2003

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. [...] O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

No trecho do exemplo 1, a imagem construída é de um fiador batalhador, operário, determinado, homem do povo, com a qual os co-enunciadores podem se identificar. O tom de determinado e homem do povo revela-se pela escolha de determinadas expressões, tais como: “acreditou no que estava fazendo”, “vejo e sei, com toda clareza e com toda convicção”, “hoje é o dia do encontro do Brasil consigo mesmo”, entre outros. Além disso, o enunciador constrói uma imagem de seu auditório, de seus co-enunciadores, imagem esta que também estará baseada em um estereótipo “hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo”. Assim, para Maingueneau (2008, p. 73),

(...) o texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador, que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido. Assim, para o autor, o poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados.

Maingueneau (2008) estabelece diferenciação entre *ethos* dito e o mostrado. O primeiro é definido por ser aquele que o enunciador fala diretamente sobre suas características, dizendo ser essa ou aquela pessoa, já o último, o *ethos* mostrado, é aquele que não é dito diretamente pelo enunciador, mas é reconstituído através de pistas fornecidas por ele no seu discurso.

Maingueneau ainda acrescenta que se o *ethos* estiver ligado ao ato de enunciação, o público pode construir representações do *ethos* antes mesmo que ele (o enunciador) se pronuncie. Dessa forma, ele faz uma distinção entre o *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo. O *ethos* pré-discursivo seria, portanto, a imagem que o co-enunciador constrói do enunciador, antes que este último tome a palavra para si.

O *ethos* pré-discursivo pode ser confirmado pelo *ethos* discursivo, por aquilo que é mostrado ou dito no âmbito do discurso. Nesse sentido, o *ethos* pré-discursivo liga-se a estereótipos⁴² estabelecidos pela sociedade. Assim, o operário, o homem do povo, carrega um estereótipo de trabalhador, de popularidade, estereótipo este que é ativado mentalmente e que exerce influência nas concepções de *ethos* dito e *ethos* mostrado.

Exemplo 2: Pronunciamento - eleição de FHC, 1995

Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos outros brasileiros. (...)

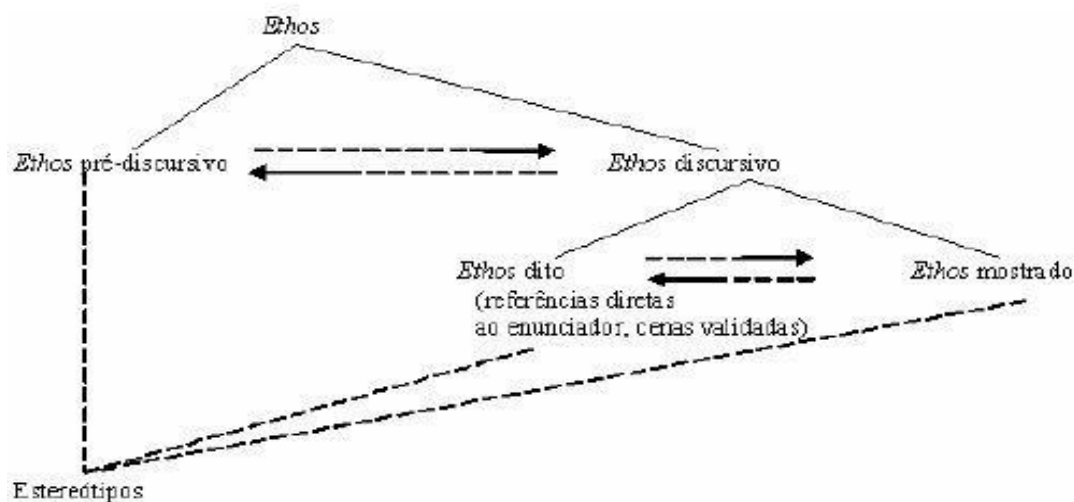
Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um

⁴² Os estereótipos remetem a noções cristalizadas e fixas de algo. Os estereótipos podem ser confirmados pelo que Maingueneau chamou de cena validada, a que está instalada na “memória discursiva” e é aceita como padrão.

Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Nesse trecho, o discurso nos remete à imagem de um fiador, cidadão democrático, justo, dotada de um caráter e a uma corporalidade socialmente validados. Dessa forma, o *ethos* dito se apresenta, através do seu dizer, das referências diretas do enunciador.

A partir do esquema desenvolvido por Maingueneau (2008, p 71), é possível compreender a constituição do *ethos* resultante de uma interação de diversos fatores:



No esquema proposto, Maingueneau apresenta o *ethos* composto de duas partes: o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. Elas se relacionam mutuamente a partir do momento que o *ethos* pré-discursivo pode ou não ser confirmado pelo *ethos* discursivo.

O *ethos* discursivo envolve as noções de *ethos* dito e *ethos* mostrado. O *ethos* dito corresponde aquilo que é criado através de fragmento do texto, de referências diretas ao enunciador. Já o *ethos* mostrado é construído através de marcas seguidas pelo co-enunciador, e não é apresentado explicitamente.

3 Análise dos discursos: a constituição do *ethos* nos discursos de posse de FHC e Lula.

Para melhor entendimento dos discursos a serem analisados, faz-se necessário compreender o que seja o discurso e como se constitui, levando em

consideração o que propõe a AD, nos conceitos de sujeito e suas condições sócio-históricas.

Para a Análise do Discurso, o sujeito do discurso é histórico, social e descentrado. Descentrado, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico, por que não está alienado do mundo que o cerca. Social, por que não é o indivíduo, mas àquele apreendido num espaço coletivo. “O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam” (CARNEIRO, 2007 *apud* ORLANDI, 2005, p. 20).

O funcionamento discursivo se estabelece quando se leva em consideração os elementos mediadores da interlocução que extrapolam o meramente lingüístico, a exemplo da tríade sugerida por Orlandi (2001, p. 132) para explicar o mecanismo de funcionamento do discurso: CP (condições de produção), FD (formação discursiva) e FI (formação ideológica).

O conceito de FD em Foucault é uma espécie de reguladora do discurso, posto que tem como implícito os lugares sociais ocupados pelo sujeito-enunciador, determinando, dessa forma, o que se produz em termos de idéias e das ideologias.

As condições de produção dizem respeito as condições históricas e sociais do discurso, e são fundamentais para à construção do sentido, já que o sentido pode ser alterado a partir das mudanças das condições sociais e históricas.

A formação ideológica diz respeito ao lugar social de onde emerge o discurso.

O discurso político de posse de FHC é atravessado por algumas formações discursivas, como a formação democrata e a formação de direita. Já o discurso de posse de Lula apresenta formações discursivas de militante, de popular, de esquerda.

No caso do discurso político, o *ethos* resulta de uma alquimia complexa feita de traços do caráter, do tom, da corporalidade, da cenografia, de comportamentos e do próprio discurso enunciado.

Assim, inicialmente o *ethos* do presidente Fernando Henrique Cardoso se constitui por uma *corporalidade* que se caracteriza por um estilo discreto,

um tom sério, um figurino sóbrio, um pouco conservador, antes mesmo que o enunciador tome a palavra.

Já a *imagem de si* do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é caracterizado por um estilo mais espontâneo, um tom popular, enérgico, um figurino moderno, um estereótipo marcado pela militância, pela política de esquerda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços nas pesquisas lingüísticas e nos estudos discursivos contemporâneos, o *corpus* para Análise do Discurso tornaram-se mais amplos e heterogêneos, sob influências das mudanças sócio-históricas, e das mídias.

Nesse sentido, buscamos discutir nesse artigo, a forma através da qual o *ethos* é constituído dentro de um gênero discurso político de posse, e como os estereótipos agem nesse processo de estabelecimento e criação do *ethos* no discurso.

Assim, percebemos que, antes mesmo que o sujeito se enuncie ou se aproprie da língua para construir seu discurso, há uma imagem, baseada num estereótipo, criada na mente dos seus co-enunciadores, provavelmente nas campanhas eleitorais ocorridas anteriormente às eleições presidenciais.

Por conseguinte, o estereótipo influencia na construção do *ethos* pré-discursivo que poderá ser confirmado ou refutado dentro do desenvolvimento do discurso.

No caso dos discursos de posse, a figura estereotipada de FHC, de *direita*, de *intelectual*, e de Lula, de *esquerda*, *militante* é reforçada através das imagens, do *look*, da corporalidade, dos enunciados, e é atestada pela aprovação que estes sujeitos tiveram em suas eleições e comprovam a identificação dos co-enunciadores com essa imagem.

Tomando como base teórica a Análise do Discurso de Linha Francesa, e algumas noções como *ethos*, formação discursiva, formação ideológica, condições de produção, esta pesquisa pretendeu demonstrar, a partir do discurso político, como o discurso em toda e qualquer enunciação está relacionada às categorias essencialmente sociais, e que o sujeito enunciador ocupa posições dentro de diversos grupos sociais, como vistos: o de democrático, o de esquerda, o de direita, o de militante.

Assim, percebe-se que dentro de uma única arquitetura discursiva, o discurso de posse, o enunciador filia-se a diversas formações discursivas, marcadas ideologicamente, demonstrando a posição sócio-discursiva do sujeito enunciador.

Como vimos, na perspectiva da Análise do Discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, por que na sua fala outras falas se dizem (BRANDÃO, 1993, p. 92).

Nesse sentido, todo discurso é atravessado por vozes que mantêm com ele uma relação de confronto ou legitimação. O discurso, conforme sua etimologia dá ideia de curso, de percurso, portanto, ele se move sempre em direção a outros. Assim, se estabelece o princípio constitutivo de todo discurso, o dialogismo.

A exemplo disso, o discurso político pode ser um campo onde vários discursos semelhantes residem. Esses discursos se assemelham pelo objeto de suas análises, embora possam ter divergências quanto à interpretação do mesmo. Dentro desse campo, podemos fazer recortes menores, a fim de abstrairmos maiores semelhanças entre os discursos, como por exemplo, dentro do discurso político, podemos fazer uma opção pelo discurso anarquista, pelo discurso de esquerda, entre outros.

Sabe-se que muito ainda precisa ser feito para que os estudos linguísticos se realizem para além da codificação de textos, ampliando o domínio de estudo e análise ao âmbito discursivo, no sentido de manter uma relação menos ingênua com a linguagem, reconhecendo que todo discurso é político, que todo sujeito é atravessado pela ideologia, e é nessa perspectiva que a língua faz sentido.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior et al. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1998.

BARROS, Rogenildo Andrade. **O discurso político de posse**: estudo de caso. *In*: Silva, Leilane Ramos da & Ko Freitag, Raquel Meister (Orgs.). Linguagem e representação discursiva. Ed. Universitária da UFPB, 2008.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

COUTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EduFSCar, 2009.

HEINE, Palmira Virgínia Bahia. **O ethos e a intimidade regulada**: especificidades da construção do ethos no processo de revelação da intimidade nos blogs pessoais. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Trad. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FALARES DE UM POVO: LAÇOS ENTRE CULTURA, LÉXICO E SOCIEDADE

SPEAKEST OF A PEOPLE: TIES BETWEEN CULTURE, SOCIETY AND LEXICON

Gisele Martins Siqueira (PG/UFG)

giselemsiqueira@hotmail.com

Maria Sueli de Aguiar (UFG)

Resumo: o presente trabalho tem em sua abordagem a natureza dialógica que transita por leituras antropológicas, históricas e, sobretudo, linguísticas. Esses arranjos no sistema vocabular dão conta de nomear e significar as relações culturais e sociais entre homens e mulheres rurais no interior de GO, MT, MG e SP, através do registro ou não registro de signos da cultura popular e do vocabulário fundamental herdado de bandeirantes em trilhas linguísticas pelo Brasil adentro. O estudo proposto aborda, certamente, resultados parciais de investigações de pesquisas de pós-graduação que toma, pois, *corpus* oral, gravados em histórias de vida em CDs para grupo de pesquisadores do Projeto Filologia Bandeirante, centradas, porém, na concepção de que o léxico de uma língua é o repositório da cultura e da história de um povo que o constitui.

Palavras-chave: povo, léxico, cultura, sociedade.

Abstract: The present work have in its approach the nature dialogic that transiting through readings anthropological, historical, and especially linguistic. These arrangements of in the vocabulary system, give account to nominate and realize the mean cultural and social relations between men and rural women in the interior of GO, MT, MG and SP, through the record or not, of the signs of culture popular and the fundamental vocabulary inherited from the girl scout by linguistic trails in inside Brazil. The proposed study addresses, certainly, partial results of investigations of research graduate who taking, because, oral corpus, life histories recorded on CDs for a group of researchers

of the Philological Bandeirante Project, centered, but, on the conception that the lexicon of a language is the repository of culture and history of a people that constitutes.

Keywords: people, lexical, culture, society.

INTRODUZINDO OS LAÇOS

Neste trabalho, apresentaremos o estudo preliminar de entrevistas do Projeto interinstitucional Filologia Bandeirante (COHEN *et al.*, 1997), tomando o nível léxico como inquestionavelmente entrelaçado nas relações sociais e culturais, na perspectiva de que práticas culturais específicas se mostram estruturadas na língua.

Constatamos que a língua pode ser preservada e conservada por muitos anos, graças à conservação de hábitos linguísticos dos que a usam, pois a sua realização só é possível através da fala dos indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade linguística.

Neste estudo, falantes de perfil marcadamente rural e acima de sessenta anos, moradores de localidades brasileiras diversas referentes às rotas das bandeiras paulistas, seriam os responsáveis pelos laços linguísticos que unem cultura e léxico numa reconhecida conservação de formas léxicas. Tais formas se mantêm conservadas porque houve condições sociais que o permitiram, como o isolamento deste grupo populacional do processo de urbanização e as condições geográficas da região estudada.

Sabemos que o léxico está ativo nas formas culturais de uma dada língua, e percebemos esse fato nos itens lexicais selecionados para análise, que tendem a resistir, não propositadamente, por parte dos falantes em manter suas práticas culturais a partir de usos linguísticos. Faremos, também, o inventário dos signos mais significativos e recorrentes que formam os campos léxicos *trabalho, religião, saúde e doenças* e os analisaremos na perspectiva da teoria de Coseriu (1977).

A escolha dos campos léxicos específicos se dá pelo fato de as pessoas, falantes rurais, que fazem parte desse *corpus* de pesquisa,

afirmarem-se enquanto sujeitos que trabalham e que fazem disso sua referência de vida; enquanto matéria, corpo físico que é vulnerável às doenças e à morte; se afirmarem no conceito de homem, como ser dotado de alma e de intelecto, indivíduo possuidor de fé e o indivíduo enquanto ser social, que necessita se relacionar com o meio social.

Acreditamos que esse subsistema linguístico rural dos falantes constitui um léxico que se caracteriza por sua especificidade e particularidade, principalmente no que se refere ao conceito de conservação dos traços da língua dos séculos XVII e XVIII. Por isso, se justifica a importância desse estudo dos campos léxicos para levantar dados que caracterizam a relação língua, cultura e sociedade rural das regiões de Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, pontos de abrangência e interesse do Filologia Bandeirante.

1. DESENVOLVENDO OS FALARES

A proposição desta pesquisa foi estudar aspectos lexicais e a relação existente entre léxico, sociedade e cultura, de forma a analisar a língua rural e os campos léxicos comuns a todos os 21 entrevistados do CD do projeto “Filologia Bandeirante”, que vivem nas regiões, situadas em Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais fundadas pelos bandeirantes. Essas regiões compreendem os municípios de Paracatu, Catalão, Cuiabá e outras regiões que foram percorridas e povoadas pelas trilhas das bandeiras citadas no CD Filologia Bandeirante.

Vale ressaltar que o Projeto Temático Filologia Bandeirante foi realizado por um grupo de pesquisadores que percorreram as trilhas das bandeiras em busca de material oral e escrito que contenha traços antigos da língua portuguesa, os quais perduraram por três séculos desde o povoamento e da colonização dessas áreas do território nacional, como bem esclarece Megale (2000), no seu artigo “Bandeiras e bandeirantes”. Este grupo de pesquisadores fez um mapa, onde constam as cidades e estados que guardavam traços de conservação da língua. O termo “bandeirante”, que ora nos serve, é designado como o movimento de ida para o sertão ou pessoa que entrava pelo sertão (HOUAISS, 2001).

O interesse por este estudo se deu pelo fato de esses municípios fazerem parte de uma das rotas de entradas e bandeiras mais antigas do território brasileiro, em especial nos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. As fazendas que aí se desenvolveram tornaram-se o principal motivo de povoamento da região, o que dá um traço típico à cultura local.

A perspectiva que se tem observado, nos estudos da língua, é de caráter fonético, fonológico, semântico e morfológico, havendo pouca tradição para os estudos relacionados com o léxico, por isso, a necessidade de um estudo que aborde essa perspectiva, de forma a relacionar a problemática semântico-lexical para abranger o vasto acervo linguístico rural, comuns às regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e São Paulo. A partir dessa visão, ressaltamos a importância da lexicologia para compreender a língua e a cultura de um povo, já que não pode se falar em língua sem falar em cultura.

Neste estudo fizemos a relação do nível léxico, da cultura e da sociedade como inquestionavelmente entrelaçados. Sapir (1969) defende que a relação mais estreita entre língua e cultura se dá no plano léxico, como se pode constatar ao dizer que o léxico reflete a complexidade da cultura de forma elevada, que é praticamente um acontecimento de ênfase imediata. Já que, o léxico ou o assunto de uma língua, designa-se em qualquer período a funcionar como um conjunto de símbolos, que faz referência ao perfil cultural do grupo.

No entanto, não é necessário dizer que existe uma correlação em meio à complexidade linguística e a cultural, já que, por complexidade de uma língua, entendemos uma série de interesses implícitos em seu vocabulário.

Desse modo, podemos afirmar que a cultura se mostra estruturada na língua, ou seja, como práticas culturais específicas, resultado da atividade continuada do ser humano nas suas interações, se fazem notar nas realizações da língua. Assim, dizemos que a língua é fato de cultura e a interpreta e que a cultura se deixa mostrar no modo como as pessoas recorrem à língua para a tarefa da interação contínua, (PAULA, 2007).

Alguns estudos têm proporcionado várias pesquisas referentes à conservação da língua em algumas regiões, como é o caso do projeto Filologia Bandeirante, que percorre o caminho dos bandeirantes, resgatando a memória e a história desse povo que teve como objetivo adentrar “os sertões” e

desbravar e explorar suas riquezas. No trabalho do grupo de pesquisadores do referido projeto, podemos constatar que a língua de um povo pode ser preservada e conservada por muitos anos, mas esse fato se dá devido à conservação através dos falantes, pois a realização da língua só é possível através da fala dos indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade linguística.

O que os sujeitos entrevistados mostram no CD Filologia Bandeirante é mais que uma configuração de suas práticas culturais. Pode-se afirmar que tratam-se de efetivas manifestações da cultura popular. Esta perspectiva, a de adotar uma intenção de estudar a língua, no nível do léxico, para identificar a relação língua e cultura em um grupo de pessoas que se caracterizam como praticantes de uma cultura popular e, então, de um modo específico de estabelecer e narrar suas experiências sociais é que tem norteado este trabalho de investigação. Machado (2002, p. 337-338) entende que;

Estudar a cultura popular é estar aberto a todas as possibilidades, desvencilhar-se dos conceitos e preconceitos, privilegiando códigos e significados simbólicos partilhados entre sujeitos sociais de um mesmo tempo histórico e de um mesmo espaço geográfico.

Assim, se cultura de um povo é a representação de suas vivências e experiências, ela é expressão de vida, que está impregnada nas formas de sobrevivência e de lutas concretas que fazem parte do mundo real e estão presentes no cotidiano dos seres humanos.

Uma outra perspectiva que abordamos neste estudo é a existência das formas de conservação ou formas em *continuum* arcaizante. Tais formas poderão ser conferidas em seu registro ou não nos dicionários, pois o tesouro vocabular de um idioma constitui-se um conjunto de dimensões indeterminadas (BIDERMAN, 2003, p. 53), tais como o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” (HOUAISS, 2001), “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” (FERREIRA, 1986).

Como afirma Biderman (2003), o dicionário se funda no acervo e no registro das significações que nossa memória não é capaz de arquivar. Diante

disso, surge a necessidade de armazenar os termos da língua para que sirvam de acervo cultural para a sociedade. É assim que neste trabalho, registraremos a memória e a história de um povo pertencente a uma sociedade rural, tomando a memória como “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 2003, p. 469).

A partir do levantamento dos campos lexicais passaremos a ter o registro escrito de campos de significação, da organização lexical da língua rural das regiões mencionadas anteriormente em possível processo de conservação, já que está registrada oralmente no referido CD. Desta forma, pretendemos desvendar os termos que estão enraizados no falar desse povo ruralizado, pois como relata Bosi (1987, p.16):

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado.

Os substratos indígenas da região, somados ao contexto histórico, contribuíram para que ainda hoje encontremos, em pleno vigor, traços atribuídos ao dialeto caipira (AMARAL, 1976) e ao português arcaico. Esses fatos se dão por morarem os informantes (homens e mulheres entrevistados no CD) na zona rural, terem modo de vida simples, costumes relativamente estáveis e baixa escolaridade que podem contribuir para a conservação de traços linguísticos antigos, mantendo um grau de conservadorismo e estabilidade lingüística em vários níveis. Sendo o idioma o principal instrumento de comunicação e intercâmbio social, é comum que os informantes façam uso de variantes linguísticas e lexicais de um passado histórico, já que seu cotidiano é especificamente a simplicidade da vida rural.

Na presente pesquisa inventariamos os signos que constituem os campos léxicos do mundo do *trabalho, religião, doenças e morte, festas e lendas*. Especialmente na conceituação e marcas de conservação dos signos

lexicais que fazem referências a estes campos, percebe-se que as construções léxicas para estes campos relatam traços da cultura do lugar, de forma a registrar o conhecimento dos indivíduos que vivem em uma determinada sociedade.

A escolha desses campos léxicos específicos se dá pelo fato de as pessoas, falantes/narradores rurais, que fazem parte desse *corpus* de pesquisa, se afirmarem enquanto sujeitos que trabalham e que fazem disso sua referência de vida; enquanto matéria, corpo físico que é vulnerável às doenças e à morte; se afirmarem no conceito de homem, como ser dotado de alma e de intelecto, indivíduo possuidor de fé e o indivíduo enquanto ser social, que necessita se relacionar com o seu meio social.

A escolha por estes campos se deve ainda à sua ocorrência entre todos os sujeitos-informantes cujas histórias foram gravadas e que constam do CD. Esta recorrência pode apontar, como hipótese de pesquisa, que há entre estes homens e mulheres das trilhas das bandeiras um traço comum no modo de nomear e significar o mundo e as suas experiências diversas que, aparentemente, por estarem em regiões geográficas distantes, poderiam ser pensadas como muito diferentes. É esta ocorrência comum que impulsiona a proposta de investigar alguns *campos léxicos no caminho das bandeiras*, como *marcas de falares de um povo*, pois, como podemos observar:

O léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade... O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nome aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo (BIDERMAN, 2001, p. 13).

Podemos dizer que o homem conceitua o meio ao seu redor, estruturando o mundo em signos linguísticos através do conhecimento armazenado na memória, ou seja, a partir de experiências e vivências adquiridas ao longo de sua existência vai associando palavras a conceitos.

Segundo Coseriu (1977), os campos lexicais não apresentam homogeneidade na classificação uma vez que há neles influências das nuances particulares da língua, do plano da norma e da fala. O campo léxico, para ele, caracteriza-se por agrupar lexemas cujos referentes se aproximam e se interrelacionam no sistema léxico dos termos estudados para constituir o sistema maior de significação e comunicação, no caso da presente pesquisa, a língua portuguesa utilizada pelos falantes rurais. Esses campos lexicais e conceitos, que são utilizados no dia a dia desses falantes, constituem parte de um sistema.

Esse subsistema linguístico rural dos falantes caipiras, ou o dialeto rural, possui um léxico que se caracteriza por sua especificidade e particularidade, principalmente no que se refere ao conceito de conservação dos traços da língua nos séculos XVII e XVIII. Por isso, se justifica a importância desse estudo dos campos léxicos para levantar dados que caracterizam a língua dita rural dessas regiões.

2. MÉTODOS DE CONCEPÇÃO SÓCIO-CULTURAL DO LÉXICO

O trabalho em questão teve como procedimento primeiro transcrever as falas dos homens e das mulheres que relatam suas vivências e experiências nas entrevistas gravadas no CD Filologia Bandeirante para, a partir das transcrições, fazer um levantamento dos dados referentes aos campos léxicos que se definem na perspectiva do trabalho, religião, festas e lendas, doenças e morte. Por isso, faremos transcrição gráfica dos textos, valendo-nos dos recursos tradicionais de marcação como sinais de pontuação, uso das maiúsculas que caracterizam um texto escrito, de forma a dar aspecto gráfico a um material oral.

Ao escolhermos o que registrar, manifestaremos um posicionamento diante do objeto já que Cintra (2000) nos ensina que a arte de transcrever não se limita a uma tarefa mecânica, que se está sujeita à representação de sons, apenas através de símbolos gráficos, mas que há um posicionamento teórico e ideológico, que propicia designar quais fenômenos são interessantes à observação e por quê. Dessa forma, observaremos quais dos aspectos

coletados são relevantes para os fins almejados, assim como, ressaltar o grau de variação que se pode esperar desses aspectos analisados.

A tarefa de transformarmos o material sonoro em um material gráfico, foi estabelecida com bastante critério, levando em consideração a faixa etária específica, o nível de escolaridade e a localidade, nesse caso rural, em que esses falantes adquiriram seu vernáculo, pois o modo de se definir como sujeitos que pertencem a uma comunidade linguística está projetado nesses indivíduos que carregam na fala marcas de arcaização contínua que justifica os *falares rurais*.

Existem concomitantemente, numa comunidade linguística, diversos sistemas linguísticos, de acordo com os grupos sociais e com as gerações. Em especial, há formas que pertencem somente a alguns locutores mais velhos, que podem ser consideradas pelos falantes mais jovens como arcaísmos em relação à norma comumente falada Dubois (1998).

Consideramos que esse modo de falar conservador que preserva formas de arcaísmo, encontradas nas falas dos entrevistados, pode ser comprovado através de materiais dos séculos anteriores como o “Diccionario de Língua Portuguesa” de Silva ([1813] 1922), em comparação com dicionários atuais para verificar a possível existência do signo e se ele mantém a mesma acepção encontrada nas entrevistas. Para esta etapa recorreremos ao “Novo Dicionário da Língua Portuguesa” (FERREIRA, 1986; 2004) e “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” (HOUAISS, 2001), de forma a fazer um cotejamento dos termos conservados com outros menos conservados e atuais, que ainda são usadas pelos sujeitos.

Podemos dizer que certas formas léxicas se mantêm conservadas no tempo porque houve condições sociais que o permitiram, como o isolamento deste grupo populacional do processo de urbanização, e as condições geográficas da região estudada. Porque o léxico está ativo nas formas culturais de uma dada língua, percebemos esse fato nos itens lexicais selecionados para análise, que tendem a resistir, não propositadamente, por parte dos falantes em manter suas práticas culturais a partir de usos linguísticos.

Em seguida, faremos o inventário dos signos que formam os campos léxicos mencionados para, dessa forma, analisar estes signos, dentro da teoria de Coseriu (1977, p. 32-33), para os campos léxicos.

Se por “estrutura” entende-se o fato de que as unidades funcionais são analisáveis por completo em elementos diferenciais (“traços distintivos”), se pode, também, falar de “estruturas léxicas”, já que, a este respeito, a analogia que se comprova entre os fonemas e os lexemas não é menos evidente.

A análise dos campos léxicos, como um subsistema aberto que se caracteriza por um sistema formal maior, constitui-se de estruturas lexicais, variadas semanticamente e relacionadas por traços opositivos mínimos de conteúdo léxico. Faremos um levantamento dos lexemas dos textos orais que foram estudados, identificando pelas oposições formais, as quais se instauram até onde a realidade extralinguística determina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ENTRELAÇADAS

Durante o desenvolvimento desse trabalho, observamos que as declarações dos informantes revelam que o reconhecimento das formas lexicais significa que estas façam parte do seu vocabulário ativo. O seu uso nas gerações mais velhas ou pode ser condicionado pela variação livre e/ou pelo contexto. Os trechos das entrevistas transcritos confirmam que a seleção lexical depende de fatores que envolvem não só o falante como também o ouvinte.

Dependendo daquele com quem fala, o indivíduo pode selecionar seu vocabulário de maneira que se possa fazer amplamente entendido, sem prejuízo das informações que deseja veicular. Alguns informantes preocuparam-se em fazer substituições no seu vocabulário, desistindo de uma seleção inicial para optar por outra que transmitisse claramente as suas informações, a partir do momento em que se sentiam mais adaptados aos entrevistadores.

O conhecimento linguístico particular de cada falante, decorrente principalmente do grupo social a que pertence, é também um fator condicionante da conservação de formas utilizadas pela maioria dos habitantes

de uma comunidade, neste caso a comunidade rural. Estas formas se mantêm no âmbito do vocabulário ativo e são utilizadas geralmente em situações cotidianas. Os depoimentos dos informantes nos dizem que a história de suas vidas e de suas comunidades, ou seja, o movimento constante da história e da cultura locais é fator importante a ser considerado na pesquisa linguística.

A hipótese de pesquisa apontada no início deste trabalho, de que há entre estes homens e mulheres das trilhas das bandeiras um traço comum no modo de nomear e significar o mundo e as suas experiências diversas que, aparentemente, por estarem em regiões geográficas distantes, poderiam ser pensadas como muito diferentes, pode ser observada e analisada de forma a dá mais credibilidade ao assunto. Mas que ora não apresentaremos por ser uma das questões fundamentais do trabalho final da Pós-Graduação.

No entanto, podemos afirmar que um estudo de linguística histórica, de natureza lexical, social e cultural como o que propusemos não se constituiu totalmente esgotado e aponta para possíveis futuras investigações, sejam na leitura e interpretação da língua rural, no estudo cultural do texto narrativo, ou no estudo das variações e/ou conservações gráficas. Por estas contribuições à nossa formação científica e a de uma linha de pesquisa nesta Universidade Federal de Goiás é que julgamos importantes pesquisas de Linguística Histórica de cunho lexical, como a que aqui apresentamos e que se somará a outras que se realizam no Brasil, no afã de se conhecer a língua transcontinental que usamos nas nossas práticas de interação, atualmente ou outrora.

REFERÊNCIAS

ABBADE, C. M. de S. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, M. da C.R., QUEIROZ, R. de C. R. de e SANTOS, R. B. dos. (Orgs.) **Diferentes Perspectivas dos Estudos Filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 213-225.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec-SCET-CEC, 1976.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística**: (teoria lexical e lingüística computacional). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____.As ciências do léxico. In: ISQUERDO, A. N. e OLIVEIRA, A, M. P. P. (Orgs.) **Ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.

_____. Dicionários do Português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, v 47, supl. p. 53-69, 2003.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. **Cultura brasileira** - temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. p. 16-41

CINTRA, G. Filologia Bandeirante: registro de entrevistas. In: MEGALE, H. (org.) **Filologia Bandeirante** - estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 163-169.

COSERIU, E. **Princípios de semântica estrutural**. Madrid: Gredos, 1977.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Positivo Informática, 2004.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LE GOFF, J. Memória. In _____. **História e memória**. 5. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 419-476.

MACHADO, M. C. T. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, R. e RAMOS, A.F.(Orgs.) **História e Cultura**: espaços plurais. Uberlândia: Aspectus, 2002. p. 335-345.

PAULA, M. H. **Rastros de velhos falares** - léxico e cultura no vernáculo catalano. 2007. tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

SAPIR, E. **Lingüística como ciência**. [1921]. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SILVA, A. M. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Fac-símile da 2. ed. (1813). Rio de Janeiro, 1922, 2 tomos.

USP. **CD Filologia Bandeirante**: entrevistas orais. São Paulo: FFLCH, 2002.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

**LINGUÍSTICA DE *CORPUS* E ENSINO DE TERMINOGRAFIA PARA
ALUNOS DE LETRAS E TRADUÇÃO: UMA PROPOSTA**

**CORPUS LINGUISTICS AND TERMINOGRAPHY TEACHING FOR
LANGUAGE AND TRANSLATION STUDENTS: AN APPROACH**

Guilherme Fromm
(UFU)

guifrom@ileel.ufu.br

Resumo: O objetivo desse trabalho, ainda em fase de pesquisa, é mostrar como alunos dos cursos de Letras e/ou Tradução podem aprender a trabalhar com Terminologia/Terminografia bilíngue para descrição de língua. Durante o processo de aprendizado do fazer terminográfico, esses alunos, valendo-se da metodologia da Linguística de *Corpus*, compilam legendas alternativas, disponíveis gratuitamente na Internet. Essas legendas pertencem a seriados televisivos americanos de ficção que trabalham com terminologia de áreas específicas (como pano de fundo); através delas, e usando programas de análise lexical, como o *WordSmith Tools*, eles aprendem todas as fases para a criação de vocabulários técnicos.

Palavras-chave: Terminologia, Terminografia, Linguística de Corpus, Análise Lexical, Tradução.

Abstract: This article, still in research phase, aims at showing how students of Language and/or Translation can learn how to work with bilingual Terminology/Terminography for language description. During the process of learning the art and craft of Terminology, these students, using the methodology of Corpus Linguistics, compile alternative subtitles, freely available on the Internet. These subtitles belong to American fictional TV series that work with Terminology in specific areas (as background), and through them, and using lexical analysis programs such as *WordSmith Tools*, the students learn all phases for the creation of technical vocabularies.

Keywords: Terminology, Terminography, Corpus Linguistics, Lexical Analysis, Translation.

Introdução

Uma das habilidades que alunos dos cursos de Letras e Tradução podem adquirir, durante o seu aprendizado, é o trabalho com o vocabulário (segundo aceção de BARBOSA, 2001). A organização de obras terminográficas, embora normalmente seja um trabalho realizado em grupos de pesquisa ou em empresas, que mantêm grupos para mapear os termos correntes das mesmas, não necessariamente tem que ser um trabalho de equipe. Trazer um aluno de graduação ou Iniciação Científica para trabalhar em um grupo de pesquisa requer um período de treinamento, às vezes muito extenso. A nossa proposta, aqui, é mostrar como os alunos, especialmente àqueles de Iniciação Científica, em cursos de Letras ou Tradução, através de projetos individuais e relativamente curtos, podem melhorar seu aprendizado de línguas (portuguesa e estrangeira) através do trabalho terminográfico.

1. O que é Terminologia/Terminografia?

Terminologia é o estudo do vocabulário de uma área específica, enquanto a Terminografia se preocupa com a construção (em mídia escrita ou eletrônica) de uma obra voltada para essa área determinada. Trabalhos terminográficos podem variar desde uma simples compilação de termos equivalentes em duas ou mais línguas (como *house* → *casa*) até um verbete completo (totalmente baseado num *corpus* de especialidade).

Os vocabulários são voltados para usuários que buscam respostas sobre termos (ou vocábulos) em determinadas áreas. A elaboração dos termos obedece a alguns parâmetros e a construção de sua microestrutura pode se resumir a:

Termo = {+ entrada + enunciado terminográfico (± PI + PD ± PS + PFE + PP ± Remissivas ± PE)}(FROMM, 2007),

onde o sinal \pm representa a opcionalidade (nem todos os campos podem ser preenchidos em virtude da carência de informações apresentadas pelos exemplos, no caso de um trabalho totalmente baseado em *corpus*) e o sinal + representa a obrigatoriedade. Esses componentes do termo podem ser assim definidos:

PI – Paradigma Informacional: informações gerais sobre o termo, como área a qual pertence, informações morfossintáticas, abreviações, etc.;

PD – Paradigma Definicional: a definição do termo em si;

PS – Paradigma Semântico: toda a rede de relações semânticas que o termo pode suscitar;

PFE – Paradigma de Forma Equivalente: o termo citado em determinada língua tem como equivalente tal termo em outra língua;

PP – Paradigma Pragmático: exemplos e abonações

Remissivas: termos que mantem uma ligação semântica com o citado dentro da obra;

PE – Paradigma Enciclopédico: informações enciclopédicas, inclusive multimídias.

Podemos tomar como exemplo o termo *processador*, na área de informática:

processador. (CPU, UCP). *Hardware. s.m.s.* tipo de chip, parte principal do computador, também conhecido como CPU (Central Processing Unit); executa instruções (processos) e dados (através da UC - unidade de controle) e operações lógicas e aritméticas (através da UAL - unidade aritmética e lógica). Ex.: Processador (UCP). A UCP é a parte principal do computador responsável pelo processamento e execução de programas armazenados na memória principal. *Sinônimos:* CPU, UCP. *Hipônimo de:* computador. *Hiperônimo de:* UAL (unidade aritmética e lógica); UC (unidade de controle). *Co-hipônimos:* chip. *Veja Também:* chipset, CPU, UCP. **Córpus:** *Posição na Ordem de Frequência:* (67); *Nº de Ocorrências do termo:* (1212). **Informações Enciclopédicas:** O processador é a parte mais fundamental para o funcionamento de um computador. Processadores são circuitos digitais que

realizam operações como: cópia de dados, acesso a memórias e operações lógicas e matemáticas. Em: *Processador* – [Wikipedia](#)

De todos os Paradigmas citados anteriormente, aquele que tem a construção mais complicada é o Definicional. Apesar de estarmos acostumados com definições em dicionários gerais de língua, a construção do termo num vocabulário se difere da construção de um lexema num dicionário. Lara (2000, p. 94) apresenta essa distinção, por exemplo, quanto à elaboração da definição:

A diferença entre a definição terminológica e a definição lexicográfica remete, portanto, a perspectivas distintas de abordagem, muito embora elas não sejam isentas: a lexicografia parte do signo para chegar à determinação do conceito (procedimento semasiológico); a terminografia parte da noção (ou conceito) e pesquisa os termos que lhe correspondem (procedimento onomasiológico).

A nossa proposta, voltada para os cursos de Letras (Línguas Estrangeiras) e Tradução, trabalha com a Terminografia Bilíngue, sempre num par português/língua estrangeira (os exemplos, no nosso caso, são todos voltados para o inglês).

O objetivo geral do trabalho é a descrição de línguas, vernácula e estrangeira, atividade que os alunos (de licenciatura ou bacharelado) não estão acostumados a realizar; os mesmos são acostumados a ler sobre descrição de língua, mas raramente estimulados a analisar a língua através de exemplos concretos. A criação desses vocabulários bilíngues, passo a passo, valoriza essa atividade de descrição e, ao mesmo tempo, treina os alunos para outras tarefas nessas áreas.

Os alunos podem ser treinados para realizar um trabalho terminográfico em vários níveis, desde a organização de uma listagem de termos equivalentes até a construção de vocabulários técnicos bilíngues completos (passando, inclusive, pelo processo de criação de definições) nas mais diversas áreas.

2. Compilação de Corpora

Dentre as várias possibilidades de compilação de *corpora* para análise linguística, decidimos trabalhar com os alunos algo que se aproxima mais de seus cotidianos: séries de televisão americanas. Exibidas tanto na TV aberta brasileira quanto em canais a cabo (à exaustão), essas séries, assim como novelas brasileiras, estão se tornando populares entre todas as classes sociais no país.

A escolha das séries que participam do projeto leva em conta alguns parâmetros:

1. Devem ter, como pano de fundo, alguma área de especialidade (médica, jurídica, astronômica, etc.);
2. são todas séries de ficção (excluindo, portanto, documentários, novelas, filmes e reality-shows);
3. todas devem possuir legendas, nas duas línguas analisadas, disponíveis na Internet⁴³;
4. devem ter quatro ou mais temporadas, para gerar um *corpus* de tamanho razoável para análise.

Dentro desses parâmetros, podemos citar séries como *House* e *Grey's Anatomy* (médicas), *CSI* (em suas três versões: Las Vegas, Miami e New York) e *Bones* (criminalística), *Law and Order* e *Good Wife* (jurídicas), *Farscape* e *Jornada nas Estrelas* (astronomia), *Supernatural* (sobrenatural – embora não seja uma área de especialidade no mundo real, acaba por tornar-se de especialidade na ficção ou na religião), entre outras.

As legendas aqui estudadas (figura 1) não são feitas por profissionais autônomos ou firmas de tradução. Elas são produzidas por fãs dos seriados que se juntam através de sites especializados e produzem essas legendas em grupo (SAYURI, 2011). Além da descrição linguística, o aprendiz também pode analisar os processos de composição dessas legendas.

Os alunos aprendem a procurar pelos sites onde podem encontrar os dados para compilar os *corpora* (em língua vernácula e estrangeira), a descobrir o que pode ser trabalhado pelos programas de análise lexical (como o WordSmith Tools, apresentado a seguir), os parâmetros de balanceamento de um *corpus*,

⁴³ Geralmente disponíveis nos sites www.legendas.tv ou www.opensubtitles.org.

a diferença entre corpus paralelo (que é o caso, composto de traduções) e comparável (textos na mesma área, porém não traduções). A composição dos nossos *corpora* segue este padrão (proposto por BERBER SARDINHA, 2004):

- a. Modos: falados (transcrições do seriado original para o inglês) e escritos (traduções);
- b. tempos: sincrônicos e contemporâneos;
- c. seleção: por amostragem (estático);
- d. balanceado: as legendas das séries são analisadas na íntegra, com todas as temporadas disponíveis, tanto no original quanto na tradução;
- e. conteúdos: especializados, multilíngues;
- f. autoria: de língua nativa (falantes nativos);
- g. disposições internas: paralelos (original e tradução);
- h. finalidades: de estudo (*corpus* a ser descrito), de referência (para contrastar com o *corpus* de estudo).

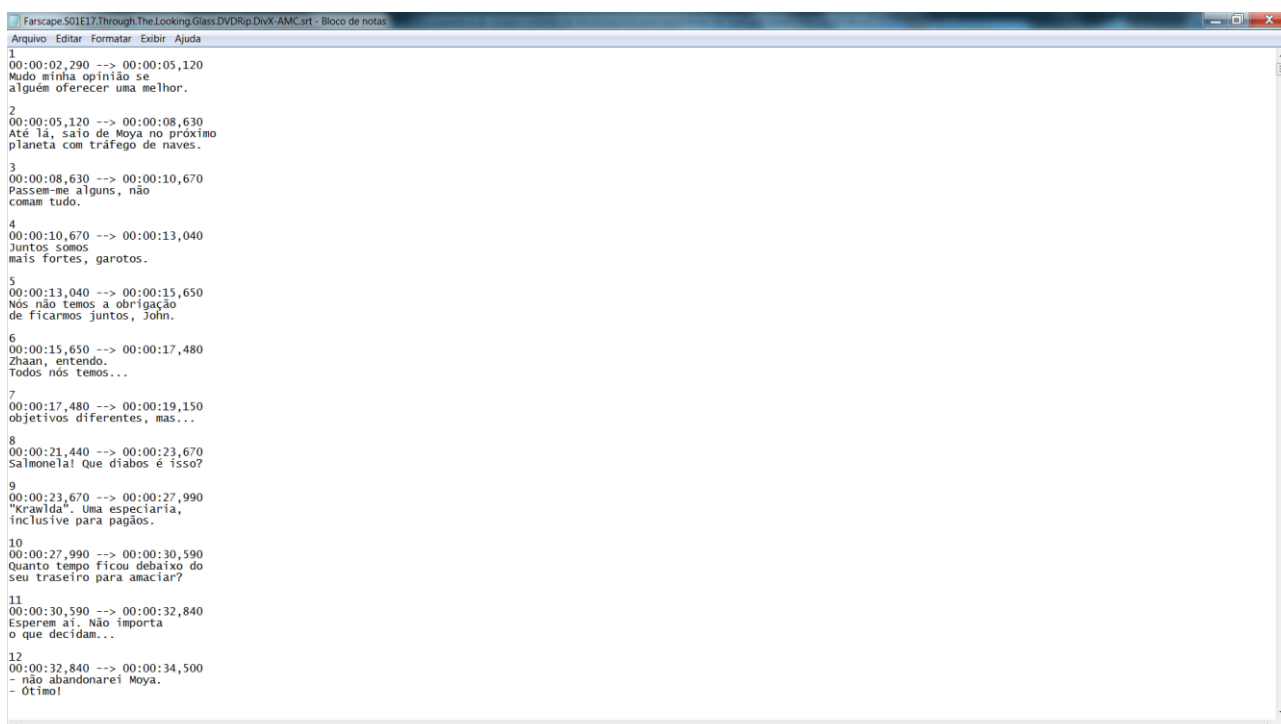


Figura 1. Legendas, em português, de um episódio do seriado *Farscape*. (SANTOS, 2011)

3. Ferramenta de Análise Lexical

Existem várias ferramentas de análise lexical disponíveis no mercado. Podemos citar como exemplos *STABLEX*, *WordSmith Tools*, *Monoconc* e *Concordance* (FROMM, 2004). Um estudo detalhado de todos os programas acima citados e outros (não incluindo o *STABLEX*), em uma análise contrastiva, pode ser encontrado em Lucca e Nunes (2002). Por ser um dos programas mais populares e completos, optamos pelo *WordSmith Tools* (SCOTT, 2011). Para o nosso projeto, trabalhamos com suas três ferramentas principais:

1. *Wordlist*: cria uma listagem das palavras e apresenta, em uma mesma janela (com cinco abas), diferentes tipos de análise (frequência: listagem de palavras em ordem de frequência no conjunto do *corpus*; listagem alfabética das palavras e suas frequências; estatísticas: apresenta várias estatísticas, como a relação entre tokens e types⁴⁴, simples e através de cálculo estatístico; nomes dos arquivos; notas extras); essas listas podem ser levantadas com todas as palavras (como na Fig. 2) ou somente com palavras selecionadas (Fig. 3), através de um filtro de palavras pré-selecionadas em uma lista (*stoplist*).

N	Word	Freq	%	Text	%mmas	Set
1	QUE	3,763,325	60.03	615	100.00	
2	DE	88,140	1.41	614	99.84	
3	A	78,218	1.25	614	99.84	
4	NÃO	64,266	1.03	614	99.84	
5	O	63,636	1.02	614	99.84	
6	VOCÊ	62,862	1.00	614	99.84	
7	EU	38,989	0.62	614	99.84	
8	E	38,095	0.61	614	99.84	
9	UM	37,948	0.61	614	99.84	
10	PARA	33,121	0.53	614	99.84	
11	E	32,737	0.52	614	99.84	
12	SE	30,842	0.49	614	99.84	
13	UMA	28,208	0.45	614	99.84	
14	EM	27,016	0.43	614	99.84	
15	ESTÁ	20,960	0.33	614	99.84	
16	COM	20,954	0.33	614	99.84	
17	OS	19,395	0.31	615	100.00	
18	ME	19,309	0.31	614	99.84	
19	POR	17,330	0.28	614	99.84	
20	MAS	17,286	0.28	614	99.84	
21	DO	15,289	0.24	614	99.84	
22	DA	15,203	0.24	614	99.84	
23	ISSO	14,944	0.24	614	99.84	
24	ELE	14,376	0.23	599	97.40	
25	COMO	13,197	0.21	609	99.02	
26	MAIS	12,496	0.20	614	99.84	
27	SUA	11,196	0.18	614	99.84	
28	AS	10,936	0.17	614	99.84	
29	ES	9,718	0.16	614	99.84	
30	ELES	9,486	0.15	590	95.93	
31	NÓS	9,301	0.15	601	97.72	
32	BEM	9,291	0.15	614	99.84	
33	NOS	9,187	0.15	614	99.84	
34	NA	9,046	0.14	614	99.84	
35	NO	8,960	0.14	614	99.84	
36	SEU	8,941	0.14	614	99.84	
37	MUITO	8,823	0.14	614	99.84	
38	NAVE	8,785	0.14	579	94.15	
39	ESTOU	8,687	0.14	612	99.51	
40	AQUI	8,623	0.14	614	99.84	
41	CAPITÃO	8,552	0.14	527	85.69	

⁴⁴ “Na língua inglesa os estatísticos do léxico costumam opor o *token* (ocorrência no texto) ao *type* (lexema referido pela ocorrência formal).” (BIDERMAN, 2001, p.167)

Figura 2. *Wordlist* de seriados de Jornada nas Estrelas (*Enterprise, The Next Generation, Voyager e Deep Space Nine*), em português, completa. O símbolo # indica os erros de leitura do programa (que considera os horários de inserção das legendas, por exemplo, como erros). Esse corpus foi compilado especificamente para esse artigo.

N	Word	Freq	%	Texts	%	Lemmas	Src
1	E	13,926	0.86	147	100.00		
2	ESTA	8,706	0.54	147	100.00		
3	TEM	3,507	0.22	147	100.00		
4	PODE	2,858	0.18	147	100.00		
5	VAI	2,546	0.16	147	100.00		
6	SER	2,426	0.15	147	100.00		
7	OU	2,369	0.15	147	100.00		
8	ESTOU	2,328	0.14	147	100.00		
9	FOI	2,132	0.13	147	100.00		
10	HOUSE	1,836	0.11	147	100.00		
11	FAZER	1,828	0.11	147	100.00		
12	ESTAVA	1,757	0.11	147	100.00		
13	QUER	1,703	0.11	147	100.00		
14	TER	1,598	0.10	147	100.00		
15	QUANDO	1,586	0.10	146	99.32		
16	HÁ	1,400	0.09	145	98.64		
17	VOU	1,245	0.08	147	100.00		
18	SEI	1,189	0.07	146	99.32		
19	PACIENTE	1,181	0.07	145	98.64		
20	SÃO	1,181	0.07	147	100.00		
21	DISSE	1,177	0.07	146	99.32		
22	COISA	1,123	0.07	147	100.00		
23	ACHA	1,037	0.06	147	100.00		
24	TENHO	1,033	0.06	146	99.32		
25	ESTÃO	1,024	0.06	147	100.00		
26	ACHO	1,023	0.06	146	99.32		
27	ERA	1,015	0.06	146	99.32		
28	TEMPO	977	0.06	147	100.00		
29	SABE	958	0.06	147	100.00		
30	QUERO	939	0.06	144	97.96		
31	DIZER	926	0.06	146	99.32		
32	ANOS	914	0.06	143	97.28		
33	BOM	911	0.06	145	98.64		
34	SOU	909	0.06	147	100.00		
35	POSSO	859	0.05	145	98.64		
36	PRECISA	840	0.05	145	98.64		
37	PRECISO	805	0.05	145	98.64		
38	PROBLEMA	804	0.05	146	99.32		
39	FICAR	794	0.05	144	97.96		
40	VIDA	785	0.05	143	97.28		
41	PESSOAS	775	0.05	140	95.24		

Figura 3. *Wordlist* (somente de palavras lexicais) do seriado *House*, em português. Os erros (#) também foram retirados (BANG, 2011).

2. *Keywords*: elabora uma listagem de palavras consideradas chave (ou candidatas a termos, no nosso tipo de estudo) dentro de um *corpus*; essa listagem apresenta as palavras de uso privilegiado e aquelas de uso comum. Para a elaboração da mesma, é necessário um outro *corpus*, de exclusão. Esse *corpus* de exclusão (ou referência) deve ser representativo em relação ao léxico geral da língua (leia-se: ele deve ser, de um modo geral e segundo BERBER-SARDINHA, 2004, cinco vezes maior que o *corpus* analisado) ou em relação ao léxico especializado daquela área. Nos exemplos abaixo, foram usados como *corpora* de referência uma combinação dos *corpora British National Corpus (BNC)/American National Corpus (ANC)*, para o inglês, e o

Banco do Português, compilado por Berber Sardinha, para o português (FROMM, 2007). Os resultados podem ser disponibilizados de diversas maneiras, como listas monolíngues (Tabela 1) ou uma seleção dessas tabelas monolíngues em contraste (Tabela 2).

N	Key word	Freq.	%	RC. Freq.	RC. %	Keyness	P
9	VÍTIMA	1082	0,0499263 8	0		3662,2004 4	1,675E- 20
13	SANGUE	1545	0,0712904 4	614		2901,2338 9	3,3939E -20
19	ARMA	994	0,0458658 2	213		2326,0500 5	6,6438E -20
24	POLÍCIA	614	0,0283316 1	9		1987,5929	1,073E- 19
27	CABEÇA	542	0,0250093 3	2		1808,7725 8	1,4311E -19
30	MATOU	649	0,0299466	88		1693,2518 3	1,7513E -19
31	LABORATÓRI O	500	0,0230713 4	3		1656,7263 2	1,8722E -19
33	ASSASSINO	534	0,0246401 9	24		1619,0877 7	2,0088E -19
40	BALA	473	0,0218254 9	26		1407,1590 6	3,0898E -19
42	MÃOS	385	0,0177649 3	0		1302,9924 3	3,9148E -19
47	SUSPEITO	452	0,0208564 9	57		1195,9971 9	5,0989E -19
52	EVIDÊNCIA	337	0,0155500 8	2		1116,8295 9	6,301E- 19
54	IMPRESSÕES	318	0,0146733 7	0		1076,2298 6	7,0664E -19

61	CRIME	806	0,037191	622		1025,1702 9	8,2157E -19
63	NÚMERO	316	0,0145810 9	5		1019,9538 6	8,3468E -19
65	CSI	300	0,0138428	2		992,0672	9,0971E -19
68	MORTO	581	0,0268089	310		941,07397 5	1,0719E -18
70	LICENÇA	281	0,0129660 9	2		928,02307 1	1,1196E -18
72	DIGITAIS	507	0,0233943 4	228		898,37036 1	1,2388E -18
74	HOMICÍDIO	261	0,0120432 4	0		883,31512 5	1,3058E -18
84	CARTÃO	247	0,0113972 4	1		823,31707 8	1,6268E -18
86	SEGURANÇA	263	0,0121355 2	11		802,27301	1,7642E -18
87	VÍTIMAS	236	0,0108896 7	0		798,70416 3	1,789E- 18
90	MORTA	364	0,0167959 4	101		786,30523 7	1,8789E -18
91	DNA	696	0,0321153 1	622		785,72674 6	1,8833E -18
93	EVIDÊNCIAS	230	0,0106128 2	1		765,92407 2	2,0403E -18
97	ASSASSINAT O	343	0,0158269 4	89		757,60052 5	2,1115E -18
99	CABELO	312	0,0143965 2	71		717,55566 4	2,5048E -18
102	CENA	526	0,0242710 5	388		691,94512 9	2,8088E -18

Tabela 1. Palavras-chave selecionadas (somente lexicais) do seriado *CSI*, em português, salvas em formato Excel (LAGO, 2011). A primeira coluna indica a posição de chavidade (o quanto essa palavra é chave em relação ao *corpus* de referência), detalhada na coluna sete, de cada termo.

Candidatos a termos			
Inglês		Português	
Posição	Termo	Posição	Termo
5	Hell	15	Demônio
7	Demon	40	Inferno
14	Lucifer	41	Deus
29	Ghost	56	Lúcifer
41	Supernatural	60	Espírito
52	Shapeshifter	77	Anjo
56	Apocalypse	80	Céu
66	Monster	93	Fantasma
74	EMF	124	Diabo
78	Devil	144	Monstro
79	Spirit	145	Apocalipse
80	Trickster	165	Caçador
85	Reaper	175	Feitiço
99	Hunter	229	Cemitério

Tabela 2. Candidatos a termos selecionados (somente palavras lexicais) na área do Sobrenatural em inglês e português no seriado *Supernatural*. A posição indica a chavidade dentro do *corpus*. (CARNEIRO, 2011)

3. *Concord*: o programa elabora, a partir das ferramentas *Wordlist* ou *Keyword*, ou de uma busca por uma palavra qualquer (digitada), uma lista de todas as linhas onde ela aparece em todo o *corpus*. O leiaute apresentado é o KWIC (KeyWord in Context – Palavra-chave em Contexto – a palavra aparece centralizada, na cor azul), como mostrado na figura 4. Dentre os possíveis tipos de análise que podemos fazer a partir da ferramenta, destacamos regências, colocações (possíveis combinações de elementos à direita ou esquerda do

termo estudado), binômios, expressões convencionais, expressões idiomáticas, subsídios para a construção de definições (através de contextos definitórios ou explicativos), *clusters* (agrupamentos de palavras em destaque no *corpus* estudado, como na figura 5), etc.

N	Concordance	Set	Tag	Word #	Sent. #	Int. Pos.	Para. #	Para. Pos.	Para. Lead.	Sect. #	Sect. Pos.	File	%
1	de danos! - Aviso. Dano no núcleo de dobra . 24.00.01.42.600 --> 00.01.46,			213	21	100%	0	2%		0	2%	Star Trek DS9 s01e01-02 Emissary.srt	2%
2	00.02.12.400 Aviso. Dano no núcleo de dobra . Falha de contenção em quatro			274	29	100%	0	2%		0	2%	Star Trek DS9 s01e01-02 Emissary.srt	2%
3	00.02.40.000 Aviso. Dano no núcleo de dobra . Falha de contenção em três			314	37	100%	0	3%		0	3%	Star Trek DS9 s01e01-02 Emissary.srt	3%
4	00.03.32.100 Aviso. Dano no núcleo de dobra . Falha de contenção em dois			410	53	100%	0	4%		0	4%	Star Trek DS9 s01e01-02 Emissary.srt	4%
5	uma pequena nave capaz de viajar em dobra . 332.00.26.51.903 --> 00.26.56,			3.886	398	100%	0	61%		0	61%	Star Trek DS9 s01e03 Pas Prologue.srt	62%
6	,823 - Prepare para ativar motores de dobra . - Não há para onde fugir, Tahna			5.712	574	100%	0	90%		0	90%	Star Trek DS9 s01e03 Pas Prologue.srt	90%
7	40.05.196 - Foram para velocidade de dobra . - Siga-os. 495.00.40.05.196 -->			5.805	583	100%	0	92%		0	92%	Star Trek DS9 s01e03 Pas Prologue.srt	91%
8	para Yangzee Kiang. Saiam de dobra ou abriremos fogo. 496.00.40.11,			5.818	586	100%	0	92%		0	92%	Star Trek DS9 s01e03 Pas Prologue.srt	92%
9	for destruído em velocidade de dobra . 502.00.40.31.223 --> 00.40.34,			5.894	594	100%	0	93%		0	93%	Star Trek DS9 s01e03 Pas Prologue.srt	93%
10	00.42.07.318 --> 00.42.10.321 Saia de dobra . Agoraf 527.00.42.15.410 --> 00:			6.195	620	100%	0	98%		0	98%	Star Trek DS9 s01e03 Pas Prologue.srt	98%
11	atracadas, com alta capacidade de dobra . 49.00.06.18.771 --> 00.06.20,			533	48	100%	0	8%		0	8%	Star Trek DS9 s01e08 Dax.srt	8%
12	Temos oito navios tom capacidade para dobra cinco, ou mais. 53.00.06.28.573			579	53	29%	0	8%		0	8%	Star Trek DS9 s01e08 Dax.srt	8%
13	--> 00.38.16.801 - Então vou entrar em dobra com esta nave. 549.00.38.16.801			6.124	573	79%	0	89%		0	89%	Star Trek DS9 s01e09 The Passenger.srt	89%
14	inteligência. Preparar para entrar em dobra . 580.00.40.03.400 --> 00.40.06,			6.500	607	100%	0	94%		0	94%	Star Trek DS9 s01e09 The Passenger.srt	94%
15	Preparar para acionar os motores de dobra . 585.00.40.25.400 --> 00.40.28,			6.554	611	100%	0	95%		0	95%	Star Trek DS9 s01e09 The Passenger.srt	95%
16	00.23.33.900 --> 00.23.37.100 O curto dobra o perigo para seus jogadores.			2.805	346	62%	0	57%		0	57%	Star Trek DS9 s01e10 Move Along Home.srt	57%
17	23.37.100 --> 00.23.40.100 - E também dobra seus ganhos. - Dobra meus.			2.818	347	82%	0	58%		0	58%	Star Trek DS9 s01e10 Move Along Home.srt	58%
18	,100 - E também dobra seus ganhos. - Dobra meus ganhos? 292.00.23.40.100			2.822	348	60%	0	58%		0	58%	Star Trek DS9 s01e10 Move Along Home.srt	58%
19	396.00.33.11.400 --> 00.33.12.900 Dobra o risco. 397.00.33.12.900 --> 00:			3.824	478	75%	0	78%		0	78%	Star Trek DS9 s01e10 Move Along Home.srt	78%
20	como você vendeu aqueles motores de dobra defeituosos 146.00.13.12.952 -->			1.566	183	61%	0	26%		0	26%	Star Trek DS9 s01e11 The Nagus.srt	25%
21	achamos um traço da assinatura de dobra da sua nave. 129.00.13.08.252			1.408	140	91%	0	23%		0	23%	Star Trek DS9 s01e11 Battle Lines.srt	23%
22	21.57.667 --> 00.22.00.632 A trilha de dobra tem traços de partículas meson.			2.556	249	64%	0	42%		0	42%	Star Trek DS9 s01e11 Battle Lines.srt	42%
23	,041 Pode se tratar de uma espécie de dobra no espaço. 328.00.23.36.041 -->			3.381	356	87%	0	52%		0	52%	Star Trek DS9 s01e11 Battle Lines.srt	52%
24	máxima da nave do Sanyetki para dobra 9,5. 129.00.12.16.051 --> 00.12:			1.379	146	94%	0	25%		0	25%	Star Trek DS9 s01e11 Battle Lines.srt	25%
25	23.938 --> 00.29.27.887 O gerador de dobra do Prometheus funciona como			3.624	400	60%	0	65%		0	65%	Star Trek DS9 s02e09 Second Sight.srt	65%
26	esses reatores não poderiam passar de dobra 9,5. 330.00.29.35.964 --> 00.29:			3.652	402	94%	0	66%		0	66%	Star Trek DS9 s02e09 Second Sight.srt	65%
27	Eu estou captando uma assinatura de dobra . 559.00.42.25.100 --> 00.42.30,			6.392	588	100%	0	95%		0	95%	Star Trek DS9 s02e13 Armageddon Game.srt	95%
28	--> 00.00.15.690 - Curso marcado - Dobra máxima. Acionar. 3.00.00.17,			18	1	91%	0	0%		0	0%	Star Trek DS9 s02e14 Whispers.srt	0%
29	,797 Procure por outras assinaturas de dobra . 63.00.07.40.797 --> 00.07.43,			747	72	100%	0	12%		0	12%	Star Trek DS9 s02e14 Whispers.srt	12%
30	--> 00.07.43.008 Uma assinatura de dobra encontrada. 64.00.07.43.842 -->			755	73	90%	0	12%		0	12%	Star Trek DS9 s02e14 Whispers.srt	12%
31	07.57.941 Eles vão esperar eu sair de dobra e então. .69.00.07.57.941 --> 00:			798	79	86%	0	13%		0	13%	Star Trek DS9 s02e14 Whispers.srt	13%
32	Isso vai sumir assim que saímos de dobra . 440.00.38.26.341 --> 00.38.30,			5.283	516	100%	0	86%		0	86%	Star Trek DS9 s02e14 Whispers.srt	85%
33	--> 00.39.09.054 A Mekong saiu de dobra e ajustou o curso para a mesma			5.303	528	56%	0	87%		0	87%	Star Trek DS9 s02e14 Whispers.srt	87%
34	,17.892 --> 00.16.22.772 - Viajando em dobra dois pelo setor 401. - Em dobra 2			2.780	238	69%	0	43%		0	43%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	44%
35	em dobra dois pelo setor 401. - Em dobra 2. Sem ninguém abordo? 226.00.			2.787	239	50%	0	44%		0	44%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	44%
36	É a Rio Grande, está se movendo em dobra 1.3. 356.00.25.59.147 --> 00.26:			4.395	386	83%	0	69%		0	69%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	68%
37	359.00.26.06.112 --> 00.26.09.387 Em dobra eu ficaria tão ansiosa pra sair			4.441	390	50%	0	69%		0	69%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	69%
38	laçar a Rio Grande em velocidade de dobra ? 368.00.26.37.647 --> 00.26.40,			4.562	397	100%	0	71%		0	71%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	71%
39	uma explorador em velocidade de dobra . 413.00.31.37.513 --> 00.31.39,			5.115	435	100%	0	80%		0	80%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	80%
40	um raio traitor na Orinoco. Reboque de dobra . 424.00.32.13.218 --> 00.32.18,			5.262	445	100%	0	82%		0	82%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	82%
41	achar onde começa a assinatura de dobra da nave. 425.00.32.18.182 --> 00			5.280	446	90%	0	83%		0	83%	Star Trek DS9 s02e15 Paradise.srt	82%

Figura 4. Termo *dobra*, nas séries de Jornada nas Estrelas (citadas).

N	Cluster	Freq	Sel	Leng	Related
1	NÚCLEO DE DOBRA	181	3		
2	MOTORES DE DOBRA	149	3		
3	MOTOR DE DOBRA	120	3		
4	CAMPO DE DOBRA	106	3		
5	VELOCIDADE DE DOBRA	99	3		
6	O NÚCLEO DE	71	3		
7	OS MOTORES DE	66	3		
8	DO NÚCLEO DE	56	3		
9	ASSINATURA DE DOBRA	50	3		
10	O MOTOR DE	50	3		
11	DE DOBRA ESTÁ	45	3		
12	REATOR DE DOBRA	44	3		
13	DE DOBRA E	39	3		
14	DE DOBRA EM	38	3		
15	BOBINAS DE DOBRA	37	3		
16	O CAMPO DE	34	3		
17	ENTRAR EM DOBRA	33	3		
18	PLASMA DE DOBRA	31	3		
19	NOS DE DOBRA	29	3		
20	TIRE NOS DE	28	3		
21	DE DOBRA ESTÃO	26	3		
22	EM DOBRA MÁXIMA	25	3		
23	FORÇA DE DOBRA	24	3		
24	NO NÚCLEO DE	24	3		
25	DE DOBRA DA	24	3		
26	SAIR DE DOBRA	23	3		
27	O REATOR DE	22	3		
28	EM VELOCIDADE DE	21	3		
29	SAINDO DE DOBRA	21	3		
30	DE DOBRA NÃO	21	3		
31	NOSSOS MOTORES DE	20	3		
32	UM CAMPO DE	20	3		
33	VÁ PARA DOBRA	19	3		
34	DO CAMPO DE	18	3		
35	NOSSO CAMPO DE	18	3		
36	DE PLASMA DE	18	3		
37	AS BOBINAS DE	18	3		
38	EM DOBRA 9	17	3		
39	RUPTURA DO NÚCLEO	16	3		
40	DE DOBRA PARA	15	3		
41	DE DOBRA DE	15	3		

Figura 5. Principais *clusters* para o termo *dobra* nas séries de Jornada nas Estrelas.

4. Possíveis resultados

A partir das análises realizadas pelo *WordSmith Tools*, diversas possibilidades de construção de microestruturas são possíveis. Trabalhando com programas que estruturam os dados advindos do *corpus* e os organizam como um trabalho terminográfico (como o E-Termos, Ambiente Colaborativo Web de Gestão Terminológica⁴⁵ e o VoTec (Vocabulário Técnico⁴⁶)) o aluno pode, de acordo com os objetivos iniciais de sua pesquisa, desenvolver o vocabulário técnico daquela série de televisão. Em virtude das pesquisas sobre diversas séries citadas ainda estarem em fase de compilação dos corpora, levantamos um *corpus* próprio das séries de *Jornada nas Estrelas* para esse estudo. Depois da identificação do termo ou do *cluster*, podemos selecionar os exemplos disponíveis nos arquivos (figura 6a e 6b) e inseri-los em algum banco de dados para manuseá-los.

File	%	Word #	Sent. #	Para. #
46% Trek Voyager - 5x18 - Course - Oblivion [NiteShdw 172mb]	46%	3,221	273	69%
23% Trek Voyager - 5x18 - Course - Oblivion [NiteShdw 172mb]	22%	1,609	132	100%
94% Trek Voyager - 5x18 - Course - Oblivion [NiteShdw 172mb]	94%	6,823	579	100%
70% Trek Voyager - 5x18 - Course - Oblivion [NiteShdw 172mb]	69%	4,900	422	100%
Star Trek TNG - S07E12 - The Pegasus.srt	35%	2,746	246	88%
Star Trek TNG - S07E12 - The Pegasus.srt	36%	2,801	251	85%
Star Trek TNG - S07E12 - The Pegasus.srt	36%	586	46	77%
Star Trek TNG - S07E12 - The Pegasus.srt	8%	770	75	80%
Star Trek TNG - S07E12 - The Pegasus.srt	10%	7,261	682	93%
Star Trek TNG - S07E12 - The Pegasus.srt	96%	236	24	81%
Star Trek DSG s07e04 Take Me Out To The Hokosulte.srt	4%	2,516	275	48%
Star Trek Voyager - 5x26 - Equinox Part 1 [NiteShdw 172mb]	32%	6,595	614	55%
Star Trek DSG s07e21 When It Rains.srt	2%	119	6	100%
Enterprise [1x03] Fight or Flight BR.srt	15%	873	77	100%
Star Trek Voyager - 5x22 - Someone to Watch Over Me [NiteShdw]	34%	2,282	230	100%
Star Trek Voyager - 5x21 - Juggernaut [NiteShdw 172mb].srt	6%	430	40	100%
Star Trek TNG - S07E12 - The Pegasus.srt	64%	4,910	432	92%
Star Trek Voyager - s04e26 - Hope And Fear.srt	70%	5,886	522	67%
Star Trek Voyager - s04e26 - Hope And Fear.srt	27%	2,239	207	54%
Star Trek Voyager - 5x02 - Drone [NiteShdw 170mb].srt	64%	4,693	443	100%
Star Trek TNG - S07E25.26 - All Good Things.srt	71%	11,401	1,023	75%
Star Trek Voyager - s04e21 - The Omega Directive.srt	40%	3,548	286	100%
Star Trek Voyager - s04e21 - The Omega Directive.srt	11%	960	83	100%
Star Trek Voyager - s04e26 - Hope And Fear.srt	26%	2,227	206	100%
Enterprise [2x07] The Seventh BR.srt	38%	2,157	196	100%
Star Trek Voyager - 5x12 - Bride of Chaotica [NiteShdw 170mb].srt	27%	1,785	213	82%
Star Trek Voyager - 5x10 - Counterpoint [NiteShdw 170mb].srt	74%	5,293	473	82%
Star Trek Voyager - 5x14 - Bliss [NiteShdw 172mb].srt	83%	5,367	518	73%
Star Trek TNG - S07E23 - Emergence.srt	22%	1,297	126	100%
Star Trek TNG - S07E25.26 - All Good Things.srt	4%	721	56	55%
Star Trek Voyager - 5x05 - Once Upon a Time [NiteShdw 170mb].srt	34%	2,371	249	71%
Star Trek Voyager - 5x06 - Timeless [NiteShdw 170mb].srt	81%	6,243	344	38%
Star Trek Voyager - 5x06 - Timeless [NiteShdw 170mb].srt	13%	972	36	96%
Star Trek Voyager - 5x20 - Equinox Part 1 [NiteShdw 172mb].srt	39%	2,986	316	100%
Star Trek DSG s04e10 Our Man Bashir.srt	15%	1,183	111	79%
Star Trek DSG s04e10 Our Man Bashir.srt	16%	1,234	116	83%
Star Trek Voyager - 6x23 - Fury [NiteShdw 172mb].srt	92%	6,105	594	100%
Star Trek DSG s04e10 Our Man Bashir.srt	15%	1,162	109	100%
Star Trek Voyager - 6x23 - Fury [NiteShdw 172mb].srt	12%	826	83	100%
Star Trek Voyager - 6x23 - Fury [NiteShdw 172mb].srt	10%	857	69	100%
Star Trek Voyager - 6x23 - Fury [NiteShdw 172mb].srt	16%	1,245	117	100%

Figura 6a. Termo selecionado: *núcleo de dobra*.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.etermos.cnptia.embrapa.br/>.

⁴⁶ Página de consulta disponível em: <http://www.quifromm.trd.br/>.

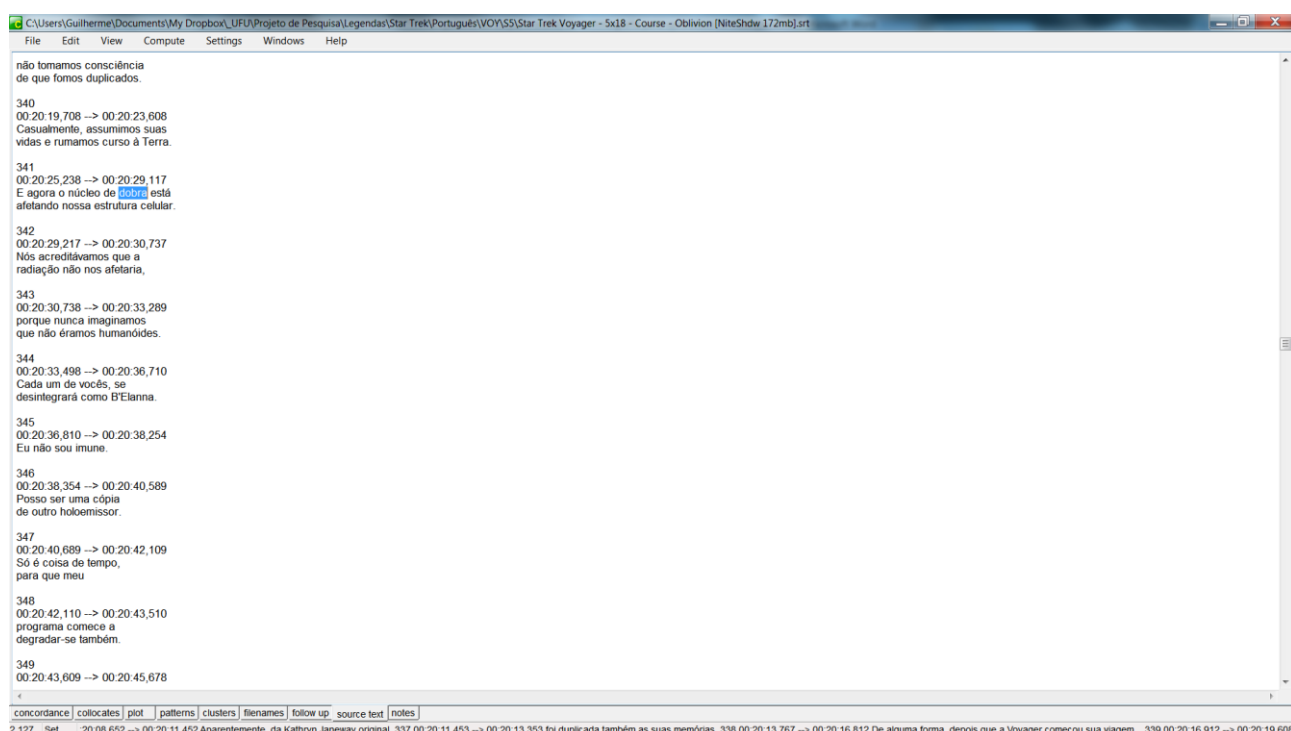


Figura 6b. Arquivo relacionado à primeira linha de concordância do exemplo 6a. A palavra *dobra* está realçada.

Devido ao nosso espaço, apresentaremos (tabela 3) apenas alguns exemplos retirados do *corpus* (sem os horários de inserção das legendas) e a possível construção da microestrutura desse termo. Termo selecionado: *núcleo de dobra*.

Exemplo	Conceito primário
E agora o núcleo de dobra está afetando nossa estrutura celular. Nós acreditávamos que a radiação não nos afetaria,	Afeta estrutura celular dos seres.
Os primeiros efeitos se viram no núcleo de dobra. Na câmara do reator, nos injetores. Tudo perdeu coesão.	Composto por câmara do reator e injetores; coeso.
Computador...prepare para ejetar o núcleo de dobra.	Pode ser ejetado.
Se emitirmos uma explosão polaron, podemos desabilitar seus escudos o suficiente, para	Possível alvo de ataque.

apontar em seu núcleo de dobra.	
Parece com o padrão de um núcleo de dobra da Federação.	Pertence à Federação.
Há uma assinatura de ressonância subspacial vindo daquele asteróide. Pode ser o núcleo de dobra da Pegasus.	Emite uma assinatura de ressonância subspacial.
Me lembro de ouvir sobre isso. A nave foi destruída por uma ruptura do núcleo de dobra, se me lembro bem.	Sua ruptura pode destruir uma nave.
Se chegarmos perto dela, a matriz de dilítio do núcleo de dobra entrará em colapso,	Composta por uma matriz de dilítio.
Isto é o...núcleo de dobra. Abastecido por reação de matéria/antimatéria, o que produz uma saída máxima de 4.000 teradynes por segundo, fornecendo energia para propulsão mais rápida que a luz.	Abastecido por uma reação de matéria/antimatéria, fornece energia para propulsão mais rápida que a luz.

Tabela 3. Exemplos retirado do *corpus* de Jornada das Estrelas (citado), em português, para *núcleo de dobra*.

Possível microestrutura constituída a partir dos exemplos:

núcleo de dobra. *Jornada nas Estrelas*. **s.m.s.** estrutura composta por câmara do reator, matriz de dilítio e injetores, abastecida por uma reação de matéria e antimatéria, que fornece propulsão mais rápida que a luz para uma nave estelar. *Hipônimo de:* nave. *Hiperônimo de:* câmara do reator, matriz de dilítio, injetores. *Co-hipônimos:* chip. *Veja Também:* matriz de dilítio, matéria/antimatéria, câmara do reator, nave. **Cópus:** *Posição na Ordem de Frequência:* (113 - dobra); *Nº de Ocorrências do termo:* (2127). **Informações Enciclopédicas:** núcleo de dobra é a designação comum para o reator de energia principal que energiza o sistema de propulsão de naves estelares com velocidade de dobra (traduzido). Disponível em: http://memory-alpha.org/wiki/Warp_core.

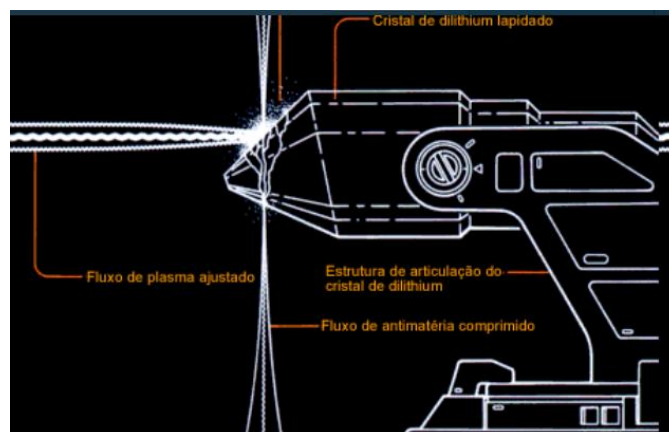


Figura 7. Núcleo de dobra (disponível em: <http://www.startrekfuzion.xpg.com.br/departamentos/engenharia.htm>).

Considerações Finais

A grande quantidade de séries de televisão que usam terminologias específicas como pano de fundo só tem aumentado na última década. Parece haver um esforço de legitimar, trazer para a realidade temas de ficção através de termos técnicos de uso corrente em determinadas áreas (MARTHE, 2011). Quanto mais termos técnicos são empregados nessas séries, mais elas estão perto da realidade.

Num momento em que qualquer área do conhecimento é técnica, ou seja, um trabalho terminográfico pode ser levantado nos mais diversos ramos do saber, do serviço de lavar janelas até o mais alto grau de cientificismo acadêmico, saber trabalhar com Terminologia/Terminografia pode se mostrar um grande trunfo para os futuros profissionais de Letras e/ou Tradução. Esse trabalho pode começar com análises prazerosas, partindo de textos com os quais os alunos estão acostumados. São textos/séries que eles assistem semanalmente, acompanham por anos, adquirem vocabulário de especialidade sem se dar conta do processo. Por que não unir o útil ao agradável?

Referências

BANG, M. **Vocabulário de Especialidade na Ficção**: análise do uso de termos da área médica na Série *House M.D.* Iniciação Científica, em curso. 2011. Orientador: Prof. Dr..

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, I. M. (org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

BERBER-SARDINHA, A. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

BIDERMANN, M.T.C. **Teoria Lingüística**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARNEIRO, R. M. O. **Linguística de Corpus e Ficção**: uma análise contrastiva bilíngue do vocabulário de especialidade na série *Supernatural*. Iniciação Científica, em curso. 2011. Orientador: Prof. Dr..

FROMM, G. Ferramentas de Análise Lexical Computadorizadas: uma aplicação prática. **Revista Factus**, Taboão da Serra, v. 1, n. 3, p. 153-164, 2004.

_____. **VoTec**: a construção de vocabulários eletrônicos para aprendizes de tradução. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Língua Inglesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LAGO, L. P. **Análise de Vocabulário de Especialidade na Ficção na Série CSI**: um estudo qualitativo de tradução. Iniciação Científica, em curso. 2011. Orientador: Prof. Dr..

LARA, M. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a09v33n2.pdf>>. Acesso em: 27 julho 2007.

LUCCA, J.L. de & NUNES, M.G.V. **Breve estudo sobre requisitos de ferramentas de software para construção de dicionários**. São Carlos: NILC/ICMC/USP, 2002.

MARTHE, M. A cura pela razão. **Revista Veja**, 16/03/2011.

SAYURI, J. Legendários. **Revista Superinteressante**, maio 2011.

SCOTT, M. **WordSmith Tools**. Versão 5. Disponível em: <http://www.lexically.net/wordsmith/>. Acessado em: 11/05/2011.

SILVA, F. S. **Uma Viagem ao *Corpus de Farscape***: as questões de tradução envolvidas em um *corpus* trilingue de ficção científica. Iniciação Científica, em curso. 2011. Orientador: Prof. Dr..

MENAS E OS DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA

MENAS AND THE DISCOURSES ABOUT THE LANGUAGE

Heloisa Mara Mendes (UFU /Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Círculo de Estudos do Discurso - CED)

hlsmds@leel.ufu.br

Resumo: Neste trabalho, analisamos, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, mais especificamente, a partir da noção de polêmica desenvolvida por Dominique Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2005), parte da exposição *Menas: o certo do errado, o errado do certo* que ocupou a sala das mostras temporárias do Museu da Língua Portuguesa – São Paulo – Brasil, no período compreendido entre 15 de março e 27 de junho de 2010. Nosso objetivo, ao analisar duas de suas seis instalações, a saber, *Erros nossos de cada dia* e *Jogo do certo e do errado*, é o de descrever/interpretar de que modo essa exposição temporária, realizada no Museu da Língua Portuguesa, configura e solidifica certos discursos sobre a língua e não outros. O que se diz sobre a língua no espaço discursivo em questão materializa uma polêmica entre os discursos sobre a língua que emergem do lugar da linguística e do lugar da gramática normativa, mas que parece ser apagada por um modo de enunciação específico que cede lugar a um discurso que não se opõe ao senso comum e possui um forte caráter didático.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Museu da Língua Portuguesa; discursos sobre língua.

Abstract: In this work, we analyse, under the theoretical perspective of the Analysis of the Discourse, more specifically, from the controversy notion developed by Dominique Maingueneau in *Gênese dos discursos* (2005), part of *Menas* exhibition: *right from wrong, wrong from right* which was temporarily exhibited in the Portuguese Language Museum – São Paulo – Brazil, from March 15th to June 27th 2010. Our aim in analysing two out of his six exhibitions, *Our daily mistakes* and *the Right or Wrong Game* is to describe / to understand

how this temporary exhibition, which took place in the Portuguese Language Museum, forms and consolidates certain discourses about the language, not others. What is said about the language is that the discursive area in question arises a controversy between the discourses about the language which come from the linguistic place and from the grammar place, but which seems to be erased by a specific stating way, which gives place to a discourse that isn't opposed to the common sense and has a strong didactic power.

Keywords: Analysis of the Discourse; the Portuguese Language Museum; discourses about language.

1. Introdução

No período compreendido entre 15 de março e 27 de junho de 2010, o espaço destinado às exposições temporárias do Museu da Língua Portuguesa, localizado na cidade de São Paulo – Brasil, foi ocupado por *Menas: o certo do errado, o errado do certo*. A ideia da sexta exposição a ocupar a sala das mostras temporárias do museu e a nona exposição realizada desde a abertura da instituição em 2006 partiu do secretário de Cultura do Estado de São Paulo, João Sayad, contou com a curadoria de Ataliba T. de Castilho e Eduardo Calbucci e com a consultoria de Rodolfo Ilari. Como o título da mostra parece sugerir, *Menas* explora, em alguma medida, e por meio de jogos interativos, a diversidade linguística do português brasileiro e a ideia decorrente da tradição escolar que costuma separar os fatos linguísticos em dois grupos distintos: o certo e o errado.

De acordo com Antonio Carlos de Moraes Sartini, diretor do Museu da Língua Portuguesa, “Menas” aproxima o público do nosso idioma, de maneira muito clara, divertida e eficaz, demonstrando que **nossa língua é dinâmica, viva, rica, moldável e que se adapta muito bem ao tempo e ao espaço, mas que existe um padrão culto que deve ser dominado por todos**, pois é exatamente este padrão que permite o diálogo e a comunicação dos demais padrões e entre todos os falantes, independentemente de seus padrões próprios e peculiares (MENAS: O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 9, destaque nosso).

Na mídia, a exposição repercutiu assim: “‘Menas’ é mais. Museu da Língua ganha exposição sobre os erros de português”, tal como foi noticiado na capa da Revista Língua Portuguesa, em abril de 2010, e “Menas, por favor”, título de uma reportagem da Revista Época, publicada no mesmo mês, acompanhada do seguinte subtítulo: “Em confronto com as regras da norma culta, duas gramáticas⁴⁷ e uma exposição defendem o modo brasileiro de falar”.

O dizer de Sartini, construído sob a forma *p mas q*, em que o operador argumentativo “mas” introduz o argumento mais forte, oscila entre um posicionamento mais “moderno” com relação à língua, ao tomá-la como “dinâmica”, “rica”, “moldável”, e um posicionamento mais tradicional que preconiza o domínio de um padrão culto. Nessa construção, o saber de que “toda língua varia”, produzido pela área da linguística, é reconhecido, embora não seja tomado com o mesmo prestígio que o “mito da unidade linguística do Brasil”. O que se diz sobre a exposição a partir do posicionamento do jornalista também oscila: enquanto um veículo de comunicação noticia que se trata de uma exposição sobre “erros” de português, o outro parece reconhecer a variação linguística, apesar de o enunciado “defendem o modo brasileiro de falar” contrapor a variante lusitana à brasileira, como variantes unas, homogêneas.

Assim como o dizer de Sartini e das revistas citadas, a exposição parece colocar em cena posicionamentos um tanto mais tradicionais e conservadores, que definem língua como norma ou “padrão culto” e estão associados às gramáticas normativas e ao mito da unidade entre as variedades linguísticas do português brasileiro, e posicionamentos um tanto menos conservadores, que consideram a norma prescritiva apenas um dos muitos aspectos da língua e estão associados aos estudos do campo da linguística. Dito de outra forma, a partir de *Menas*, ora emergem sentidos que se alinham ao discurso daqueles que querem “defender” “a” língua, ora emergem sentidos que se alinham ao discurso daqueles que veem, na variação linguística, opções alternativas, inovadoras que, apesar de não terem sido incorporadas às gramáticas

⁴⁷ A reportagem refere-se ao lançamento da *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho, e da **Gramática do português brasileiro, de Mário Alberto Perini**.

normativas, estão presentes nos usos linguísticos dos brasileiros, inclusive dos considerados “falantes de norma culta”.

Ao analisar duas de suas seis instalações, a saber, *Erros nossos de cada dia* e *Jogo do certo e do errado*, nosso objetivo é o de descrever/interpretar de que modo essa exposição temporária configura e solidifica certos discursos sobre a língua e não outros. Fazemos, aqui, uma análise interpretativa dessas instalações de *Menas* com o intuito de verificar a sustentabilidade da hipótese de que, no espaço discursivo do museu, a polêmica entre os discursos sobre a língua, que emergem do posicionamento dos linguistas e do posicionamento dos gramáticos normativos, parece ser apagada por um modo de enunciação específico que cede lugar a um discurso que não se opõe ao senso comum e possui um forte caráter didático.

2. A noção de polêmica em Maingueneau

Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2005) retoma a noção de discurso que, muito frequentemente, é empregada com diferentes acepções desde as mais restritivas, até as mais abrangentes, para apresentar o posicionamento teórico que assume. Entre as acepções correntes, o autor afirma que, em uma primeira aproximação, a escola francesa de Análise do Discurso, por exemplo, entende discurso como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005, p.15). Outra concepção corrente de discurso, retomada por Maingueneau, é a formulada por Foucault em *A arqueologia do saber*:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1969 apud MAINGUENEAU, 2005, p. 16, destaque do autor).

No nível do discurso, o jogo de restrições que o define permite supor que, no interior de um idioma particular, para uma sociedade, para um lugar,

um momento definido, ou mais especificamente, diante de um conjunto de textos dispersos, apenas uma parte do que é dito é acessível, e que o dito constitui um sistema e delimita uma identidade. Por outro lado e em outro nível, no nível da língua, estão as restrições estritamente linguísticas, a partir das quais também se supõe que não se pode dizer tudo.

Sem afastar-se do propósito de modelizar a apreensão do discurso por meio do interdiscurso, Maingueneau, a partir das críticas que tece aos tratamentos estruturalista e arqueológico do discurso, assume a seguinte definição de discurso:

Ele não é nem um sistema de “ideias”, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, nem uma dispersão de ruínas passível de levantamentos topográficos, mas um sistema de regras que define a especificidade da enunciação (MAINGUENEAU, 2005, p. 19).

O termo discurso é empregado por Maingueneau, em *Gênese*, para referir-se à relação que une os conceitos de formação discursiva (sistema de restrições de boa formação semântica) e superfície discursiva (conjunto de enunciados produzidos de acordo com o sistema de restrições), e sua proposta de tratamento do discurso incide sobre sete hipóteses, entre as quais, destacamos apenas aquela que se refere à polêmica, noção central para este trabalho.

De acordo com Maingueneau (2005), o espaço discursivo, tomado como rede de interação semântica, define um processo de *interincompreensão*, aquilo que por si só possibilita a emergência de diversas posições enunciativas no interior de um campo discursivo. Cada discurso é delimitado por uma grade semântica que regula além daquilo que é enunciado em conformidade com a própria formação discursiva, a “incompreensão” do sentido dos enunciados do Outro. As duas facetas desse fenômeno são descritas assim:

Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A cada posição discursiva se associa um

dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Na perspectiva adotada por Maingueneau, os enunciados do Outro apenas são “compreendidos” no interior do fechamento semântico daquele que os interpreta; esta é uma forma de um discurso constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo: lidando com o Outro não como tal, mas com o simulacro que dele constrói.

O autor denomina *discurso-agente* o responsável pela tradução e *discurso-paciente* aquele que, desse modo, é traduzido. A tradução, que deve ser pensada como um processo no qual cada discurso entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora ambos falem o mesmo idioma, se dá, sobretudo, em proveito do discurso-agente.

A interincompreensão de que trata Maingueneau não decorre de mal-entendidos estritamente linguísticos. Ela é “um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição das formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis” (MAINGUENEAU, 2005, p. 105). Cada formação discursiva interpreta seu Outro de maneira bastante particular, e o fato de a relação com esse Outro ser constitutiva corrobora a hipótese de que, entre discursos aparentemente antagonistas, não existe relação polêmica em si, a polêmica é apenas uma forma do funcionamento interdiscursivo. O autor postula que “a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 108), ou seja, a manutenção da própria identidade e a definição daquilo que o Outro pode assumir são a mesma coisa. Em outras palavras, a polêmica é necessária porque a identidade de um discurso correria o risco de desfazer-se sem essa relação com o Outro, sem essa falta que possibilita sua completude.

Em *Gênese*, a noção de polêmica não deve ser entendida em seu sentido habitual, o de controvérsia violenta. Contrariando a tese geral, na polêmica há mais convergência do que divergência, visto que o desacordo supõe um acordo sobre as leis do campo discursivo compartilhado. A polêmica assenta-se na convicção de que há um código compartilhado pelos discursos antagônicos que lhes permitiria decidir entre o que seria justo e injusto. Trata-

se de algo neutro, da instância que não é nem o Mesmo nem o Outro, uma utopia interessada no conflito e exterior a ele, um *corpus* canônico; nas palavras de Maingueneau (2005, p. 115), trata-se de uma “ficção que sustenta a polêmica sem poder pôr-lhe um termo”.

No *corpus* analisado por Maingueneau, os discursos devotos invocam como *corpus* canônico, a autoridade da Escritura, da Tradição sem inteirar-se de que essas fontes apenas são citáveis a partir das restrições da formação discursiva. Nesse sentido, o que se verifica é certa triagem, seleção dos fragmentos que vão no sentido daquilo que enuncia o sujeito de um discurso e recusa daqueles que se assemelham mais aos sentidos de seu Outro. A essa filtragem soma-se o *comentário*, procedimento que permite a um discurso, tornar os fragmentos do *corpus* canônico citados compatíveis com seu sistema e que procura anular aquilo que, no texto, pode parecer revelar as categorias do Outro. Qualquer enunciado produzido, por menor que seja, remete ao código partilhado que o possibilita.

No interior de um quadro teórico em que a polêmica e a interdiscursividade são constitutivas de um discurso,

[...] o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que se separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência (MAINGUENEAU, 2005, p. 123).

3. Duas palavras

Atualmente, nas discussões sobre língua, é impossível desconsiderar as semelhanças e diferenças entre fala e escrita e a distribuição de seus usos na vida cotidiana. Não se trata apenas de uma mudança de perspectiva, mas da construção de um novo objeto de análise e de uma nova concepção de língua, baseada no fato de que as línguas se fundam em usos.

Entre as tendências no tratamento da língua, a perspectiva voltada para a análise do código, na sua forma mais rigorosa e restritiva, é praticada por

gramáticos e deu origem ao prescritivismo de uma única norma linguística considerada como padrão e que recebe a denominação de norma culta. Essa perspectiva, que trata língua falada e língua escrita como dicotomias estritas, estanques, sugere a separação entre forma e conteúdo, língua e uso, considera a língua um sistema de regras e fomenta o ensino de língua como ensino de regras gramaticais. Para Marcuschi (2001, p. 28), a “perspectiva da dicotomia estrita tem o inconveniente de considerar a fala como o lugar do erro e do caos gramatical, tomando a escrita como o lugar da norma e do bom uso da língua. Seguramente, trata-se de uma visão a ser rejeitada”.

Do interior dessa perspectiva, à fala são atribuídas propriedades tais como: contextualizada, dependente, implícita, redundante, não planejada, imprecisa, não normatizada e fragmentária, enquanto a escrita é descrita como descontextualizada, autônoma, explícita, condensada, planejada, precisa, normatizada e completa.

Goza de maior prestígio entre os linguistas uma perspectiva variacionista da língua que, longe de fazer diferenciações dicotômicas e caracterizações estanques, preocupa-se com as regularidades e as variações. Sendo assim, não são as regras da língua nem a morfologia os aspectos que, primeiramente, merecerão a atenção dos linguistas, mas os usos da língua, determinantes da variação linguística.

Do interior dessa perspectiva, fala e escrita apresentam variedades padrão e não padrão, registros culto e coloquial, formal e informal, normas padrão e não padrão. Todas as variedades linguísticas, valorizadas ou estigmatizadas, estão submetidas a algum tipo de norma e são condicionadas por fatores internos à língua e/ou por fatores sociais (geográficos, de classe, de idade, de sexo, de etnia, de profissão, etc.). Nesse sentido, língua e variação são indissociáveis, e a diversidade linguística é vista como uma qualidade constitutiva do fenômeno da linguagem.

Na perspectiva de Alkmin (2001, p. 40, destaque nosso),

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada de norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são

capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar.

Em sociedades como a nossa, a variedade padrão é a variedade linguística socialmente mais valorizada, possuidora de reconhecido prestígio e cujo uso normalmente é requerido em situações de interação comunicativa que exigem certa formalidade no que se refere tanto ao tratamento do tema quanto à relação estabelecida entre os interlocutores.

Historicamente, no Brasil e em outras sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão coincide com o modo de falar das classes sociais mais favorecidas e de determinadas regiões geográficas.

De certo modo, a tradição escolar brasileira, ao priorizar o ensino e a memorização de um conjunto de normas reunidas em gramáticas normativas, solidifica a ideologia de que a norma gramatical é a língua e subsidia a veiculação de uma série de mitos, entre os quais, “a língua portuguesa falada no Brasil é homogênea”, “brasileiro não sabe português”, “português é a língua mais difícil do mundo”, “as pessoas com baixo grau de escolaridade falam tudo errado, “o certo é falar assim porque se escreve assim” e “é preciso saber gramática para falar e escrever bem”. Para os linguistas, diferentemente, a norma é apenas um dos muitos aspectos da língua.

4. *Erros nossos de cada dia, Jogo do certo e do errado e os discursos sobre a língua*

A instalação *Erros nossos de cada dia* é composta por um painel de três metros de altura por doze metros de comprimento com cem ocorrências de usos da língua, seguidas de comentários que procuram mostrar que, por trás de cada um dos usos ou “erros”, “há uma utilização criativa da língua, uma lógica interna das estruturas, uma analogia que os justifica” (MENAS: O

CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 27). Reproduzimos, abaixo, dois dos cem quadros que formam o painel.



Figura 1 – Um dos “erros” nossos de cada dia

Fonte – Menas: o certo do errado, o errado do certo, 2010, p. 29.

Há **menas** pessoas aqui do que ontem.

No padrão culto da língua, a palavra “menos”, quando funciona como pronome indefinido, permanece invariável, mesmo quando se refere a um substantivo feminino.

Figura 2 – Outro “erro” nosso de cada dia

Fonte – Menas: o certo do errado, o errado do certo, 2010, p. 31.

O *Jogo do Certo e do Errado* é uma instalação que conta com computadores dotados de tecnologia *touch screen*, nos quais os visitantes são levados a responder a quinze perguntas e a escolher, entre três alternativas,

aquela que lhe pareça mais adequada e, em seguida, descobrir quantos visitantes fizeram a mesma opção e que todas as alternativas estavam corretas. A questão de número nove que compõe o jogo é um dos exemplos:

Muitas palavras chegaram ao Português vindas de outros idiomas – como “futebol” (do inglês *football*) e “abajour” (do francês *abat-jour*) – e, à medida que começaram a ser mais usadas, tiveram sua grafia aportuguesada. Qual das palavras abaixo está correta, pois já foi aportuguesada e, portanto, **não precisa mais ser escrita em inglês?** (MENAS: O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 43, destaque nosso).

As alternativas dispostas ao lado da questão são:

- A) roque (em lugar de *rock*)
- B) eslaide (em lugar de *slide*)
- C) uísque (em lugar de *whisky*)

Ao selecionar a alternativa C, por exemplo, a tela que se segue contém, em destaque, a frase “A resposta está correta” seguida da explicação: Uísque é uma palavra que consta dos dicionários e do VOLP, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Ao lado dessa explicação, está disposto o seguinte texto: “Mas você sabia que: Todas as alternativas estão corretas, pois todas as três palavras já foram aportuguesadas”. As demais respostas são semelhantes à resposta dada à alternativa C.

Diferentemente da questão nove, que explora a grafia de estrangeirismos, a pergunta oito aborda o emprego de pronomes pessoais: Os pronomes pessoais em Português podem trazer dificuldades aos usuários da língua, pois há diferenças entre seu emprego na língua falada informal e na língua escrita formal. Aponte o fragmento a seguir em que o pronome em negrito está em desacordo com a norma culta padrão e, portanto, incorreto: A) Aquele carro? Comprei **ele** para mim. B) Isto é um problema entre você e **eu**. C) Ela torceu para **mim** ganhar na loteria (MENAS, O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 43).

Assim como no exemplo anterior, qualquer resposta escolhida pelo visitante estaria correta e viria acompanhada de uma das respostas abaixo, respectivamente:

- A) Na função de objeto direto, emprega-se o pronome oblíquo o: “Aquele carro? Comprei-o pra mim”. B) Depois de preposição, devem-se usar pronomes

oblíquos tônicos: “Isto é um problema entre você e mim”. C) O pronome “mim” não deve ser usado na posição de sujeito: “Ela torceu para eu ganhar na loteria” (MENAS, O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 47).

Como a descrição que fizemos das instalações parece suscitar, *Menas* coloca em cena uma polêmica em torno da língua: é a língua dos linguistas ou a língua dos gramáticos normativos (definições aparentemente incompatíveis) que norteia o que se diz sobre a língua nesse espaço discursivo?

Diferentemente, em *Erros nossos de cada dia* e no *Jogo do certo e do errado*, parece haver todo um modo de enunciação que visa a apagar a polêmica em função de essas instalações trazerem usos que fogem ao padrão da gramática normativa como sendo dados “da” língua. No painel, é dado a ler um conjunto de usos linguísticos estigmatizados que são destacados, ora por uma cor mais vibrante, como vermelho, laranja e azul cobalto ora pelo tamanho grande da fonte, e estão acompanhados de comentários que, embora não pareçam ou não tenham esta pretensão, são normativos.

O painel não se limita, por exemplo, a reconhecer que, no uso efetivo que os falantes do português brasileiro fazem da língua, há construções sintáticas em situação de concorrência, tais como, “As ideias com que concordo são sempre as menos radicais” e “As ideias que concordo são sempre as menos radicais”. O comentário que acompanha o uso que goza de menos prestígio social, na maioria das vezes, é de caráter normativo. Na primeira ilustração de um dos quadros do painel, reproduzida anteriormente, a prescrição é “Como dizemos concordo com as ideias, **devemos dizer**: ‘as ideias com que concordo são sempre as menos radicais’” (destaque nosso).

Na segunda ilustração, a ocorrência que dá nome à exposição é acompanhada do seguinte comentário: “**No padrão culto da língua**, a palavra ‘menos’, quando funciona como pronome indefinido, **permanece invariável**, mesmo quando se refere a um substantivo feminino” (MENAS: O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 31, destaque nosso). Salientamos que “o padrão culto da língua” de que trata o comentário do quadro refere-se tão somente a certo padrão escrito culto.

Em *Erros nossos de cada dia*, as afirmações de que “Não há acerto absoluto” e “Não há erro absoluto” no texto que descreve a instalação parecem

ancorar o discurso que emerge da instalação à posição dos linguistas. No entanto, essa ancoragem não tarda em mudar de terreno e se fixar em um posicionamento mais conservador em matéria de língua, quer pelo nome atribuído à instalação, sem que a palavra “erros” esteja entre aspas – o que indicaria que o sentido requerido para essa palavra naquele contexto não é seu sentido usual de incorreção, inexatidão, desvio –, quer pelos enunciados prescritivos que acompanham os usos linguísticos que, na perspectiva da exposição, carecem de “correção”, tal como procuramos destacar.

Do mesmo modo, *Jogo do certo e do errado* também apresenta um modo de enunciação que visa a apagar a polêmica. Sob a forma de brincadeira e contando com um recurso tecnológico de ponta, a instalação, de modo geral, explora aspectos linguísticos que, muito frequentemente, expõem a insegurança linguística dos visitantes.

Com relação à questão sobre a grafia de estrangeirismos, o enunciado da pergunta nove é claramente prescritivo: as palavras rock, slide e wiskhy já foram aportuguesadas e, portanto, “**não** precisam mais ser escritas em inglês”. Contrariamente ao que determina *Menas*, o uso efetivo que se faz desses vocábulos em português brasileiro, referenda a escrita dessas palavras em inglês.⁴⁸

Nessa brincadeira, a inexistência do que se poderia considerar “errado” é reveladora da presença do posicionamento da linguística com relação à língua, um posicionamento que, comumente, adota a adequação e a inadequação na análise dos fatos linguísticos, mas não o “certo” e o “errado”. No entanto, o nome dado à instalação (que uma vez mais traz a palavra erros sem aspas) e a orientação acerca de como explorá-la – “Escolha a resposta que parecer mais correta” – trazem à tona um posicionamento prescritivo que, embora mencione situações de uso (“Os pronomes pessoais em Português podem trazer dificuldades aos usuários da língua, pois há diferenças entre seu emprego na língua falada informal e na língua escrita formal.”), julga os fatos linguísticos como corretos ou incorretos a partir do que se diz sobre a língua

⁴⁸ Em uma rápida pesquisa, restrita a páginas do Brasil, o site de buscas Google traz cerca de 4.270.000 resultados para roque relacionados, em sua maioria, ao nome próprio Roque e a uma jogada de xadrez. Eslaide apresenta 2.660 resultados contra 3.620.000 resultados para slide. E, com relação a uísque, a diferença entre os resultados para a grafia estrangeira e para a grafia aportuguesada chega a 1.049.000.

nos dicionários e manuais de gramática normativa, nos quais, comumente, a língua é tomada como a modalidade escrita da língua baseada em textos literários.

4. O senso comum e as práticas didáticas sobre língua: a título de conclusão

Mendonça (2006) analisa os debates sobre língua entre linguistas e sujeitos que participam das cidades letradas⁴⁹ no Brasil (jornalistas, professores da mídia, escritores, gramáticos, etc.), considerados puristas pela pesquisadora. Em sua perspectiva, esse diálogo entre quem teria o poder de dizer a língua é tenso.

Essa tensão tende a se manter, porque o discurso purista que constitui o senso comum no país é incompatível com o discurso do linguista que valoriza o falante comum. Assim, o sujeito purista compreende o discurso do outro segundo suas próprias categorias e do lugar social que ocupa; da mesma forma, o sujeito linguista, constituído pelos mecanismos de controle do discurso como a universidade e a disciplina linguística, compreende o purismo segundo seu campo de visão (MENDONÇA, 2006, p. 204).

Em *Menas: o certo do errado, o errado do certo* e, por extensão⁵⁰, no Museu da Língua Portuguesa – espaços discursivos privilegiados para se dizer a língua em nosso país –, essa tensão também se verifica, no entanto, parece ser apagada por um modo de enunciação baseado no lúdico e na interação, como em *Jogo do certo e do errado*, por exemplo.

Assumimos, com Mendonça (2006), a hipótese de que os discursos mais conservadores em torno da língua nacional gozam de maior prestígio na sociedade, ou melhor, “vendem”, para empregar a mesma palavra da pesquisadora, porque seu normativismo é uma versão “atualizada” do que se diz sobre a língua nas gramáticas normativas, manuais que historicamente

⁴⁹ Conceito desenvolvido por Rama (1985) em ensaio no qual analisa de que forma se deu o controle das populações na América espanhola e portuguesa, desde o início do período colonial. De acordo com esse autor, as cidades letradas eram formadas por um grupo de pessoas que “manejavam a pena” (p.43) e, por essa razão, estavam estreitamente ligadas às funções do poder.

⁵⁰ Em conformidade com Dominique Maingueneau (2005), para quem a semântica de um discurso regula seu funcionamento em todos os níveis, a exposição é tomada, aqui, como representativa do modo de funcionamento da semântica discursiva de todo o museu.

orientam a tradição gramatical brasileira. Trata-se, em alguma medida, de um modo de dizer a língua “moderno, mas nem tanto”. Essa “modernidade” deve-se ao fato de que esses discursos, ancorados na linguística e perpassados pelo purismo, não fazem oposição ao senso comum.

[...] o senso comum ressignifica a “norma culta” e a “língua padrão” que aparecem no discurso dos linguistas. Enquanto aquele as vê separadas da variação linguística – o senso comum ainda não distingue norma culta de norma prescritiva –, estes concebem a variação como inerente a elas (MENDONÇA, 2006, p. 204).

Parece-nos que a exposição temporária de que nos ocupamos, aqui, também se reveste dessa “modernidade”, pois ora ancora-se no saber produzido pelo campo da linguística de que *as línguas variam*, ora cede lugar ao *mito da unidade linguística*, fortemente marcado por julgamentos de fatos linguísticos como “certos” e “errados”.

Considerando que, de acordo com Bagno (2004), os termos e conceitos da gramática tradicional, estabelecidos há mais de 2.300 anos, são, ainda hoje, repassados praticamente sem qualquer alteração de uma geração de alunos para outra, como se não tivessem ocorrido variação e mudança linguísticas e também ignorando os estudos produzidos pelo campo dos estudos da linguagem, e que, a partir da década de 1950, a função social dos museus, de modo geral, e, conseqüentemente, de suas exposições, passa a ser educativa: “Com a condição de que seja lógica e agradável, e que proponha, em vez de impor, **a exposição terá por si valor didático**” (ARAÚJO; BRUNO, 1995:16, destaque nosso), acreditamos que a polêmica entre o que se diz sobre a língua da posição da linguística e da posição da gramática normativa, que tem ocupado frequentemente o espaço discursivo midiático, é, de algum modo, apagada em *Menas*. Esse apagamento deve-se, sobretudo, ao modo de enunciação da exposição que, de “maneira muito clara, divertida e eficaz”, procura ensinar “a” língua.

Referências bibliográficas

ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; Bentes, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. Disponível em: <<http://migre.me/49Ft3>>. Acesso em 27 jul. 2010.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 31. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 186 p.

BRYAN, Guilherme. A sabedoria da variante popular. **Língua Portuguesa**, São Paulo, n. 54, p. 42-46, abr. 2010.

MAINGUENAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MENAS: O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2010, 96 p. (Catálogo da exposição realizada no Museu da Língua Portuguesa, de 15 de março a 27 de junho de 2010).

MENDONÇA, Marina Célia. **A luta pelo direito de dizer a língua: a linguística e o purismo linguístico na passagem do século XX para o século XXI**. 2006. 249 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SHIRAI, Mariana. Menas, por favor! **Época**. São Paulo, n. 622, p. 1-2, abr. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/4rNCQ>>. Acesso em: out. 2010.

**CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A
CONSTITUIÇÃO DE *CORPORA* EM PESQUISA DE VARIAÇÃO/MUDANÇA
LINGUÍSTICA**

**THE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONTRIBUTION OF
CORPORA CONSTRUCTION IN RESEARCH VARIATION AND CHANGE
LINGUISTICS**

Juliana Bertucci Barbosa (UFTM, Uberaba / CNPq)

juliana@ielachs.uftm.edu.br

Talita de Cássia Marine (UFU)

talita.marine@gmail.com

Daniel Soares da Costa (UNESP-Araraquara)

dan.fono@gmail.com

Niguelme Cardoso Arruda (UNESP-Araraquara/ PG-CNPQ)

nigcardoso@hotmail.com

Resumo: Este artigo reflete sobre questões discursivas de ordem teórico-metodológica na definição de critérios de seleção de fontes para o estudo da língua. Discutimos a utilização e a importância dos gêneros textuais no processo de constituição de *corpora* como fonte para pesquisas variacionistas – sincrônicas e diacrônicas.

Palavras-chaves: *corpus* - variação e mudança linguísticas – gênero textual

Abstract: This papers deals with theoretical and methodological problems concerning the definition of criteria for the selection of sources for the study of language. Our work discussed the use and the importance of genre in the process of *corpora* construction as variation search – synchronic and diachronic.

Keywords: *corpus* - variation and change linguistics - textual genre

Considerações Iniciais

Embora estudos de fenômenos de variação e mudança linguísticas em uma perspectiva de longo prazo também possam utilizar como *corpus* textos de língua falada como um ponto de partida, vão naturalmente exigir a ampliação do estudo para momentos anteriores na história da língua, período este que não é possível recorrer à análise da língua falada. Fica-se, assim, destinado para os estudos diacrônicos, o estudo dos fenômenos da variação e mudanças em textos escritos.

Seguindo parcialmente essa tradição, acreditamos que uso de *corpus* favorece a realização de descrições linguísticas de base empírica e permite a reflexão sobre questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua. Entretanto, a essa noção, acrescentamos a de que tanto em pesquisas sincrônicas como em diacrônicas, o relevante não é, necessariamente, a modalidade (oral ou escrita) escolhida.

Assim, além de recursos tecnológicos para construirmos e/ou utilizarmos um dado *corpus*, devemos também conhecer o tipo e o gênero textual com que estamos trabalhando, já que cada um deles apresenta peculiaridades que implicam não apenas em aspectos estruturais caracterizadores, mas também em tipos de tema mais recorrentes, grau de formalidade, intenção, entre outros. O conhecimento dessas características conduz o pesquisador a um caminho mais adequado no tratamento do texto utilizado como *corpus*, seja este oral ou escrito, o que, por sua vez, possibilitará uma análise mais pertinente do objeto de estudo do linguista.

Coadunamos, portanto, com Berlinck, Barbosa e Marine (2008), que chamam a atenção para o fato de que a busca pelo texto que represente o menor grau de formalidade, aquele que mais se aproxima da fala, leva à exclusão de “textos tradicionalmente considerados mais formais”, como editoriais, documentos oficiais, textos pertencentes à literatura oratória entre outros. As linguistas propõem, então, que para auxiliar no estudo da variação e mudança linguística deve haver também um maior refinamento nos critérios de seleção e avaliação das fontes, permitindo, assim, uma ampliação de possibilidades de manifestações linguísticas investigadas em estudos de

variação e mudança.

Dessa forma, partimos dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV 1972, 1994, 2001), aliados a noções de **tipos e gêneros textuais** (BAKHTIN, 2000, 2004; MARCUSCHI, 2007). Os estudos se pautam em dois objetivos principais, fortemente interligados: por um lado, buscamos refletir sobre os caminhos teóricos e metodológicos adotados nas pesquisas linguísticas para montagem de *corpora* que auxiliam na reconstituição da história do português; e, por outro, e em associação com o primeiro objetivo, pretendemos fornecer mais subsídios para uma avaliação da pertinência do emprego de diferentes textos como fontes para a investigação da variação e da mudança. A fim de discutirmos tais questões, neste artigo abordaremos o uso dos seguintes gêneros textuais como *corpus*: entrevistas de auditório, cantigas medievais e cartas de leitoras de revistas femininas.

1. O gênero textual “carta”

Sobre a origem das cartas, Vives (1978) afirma que elas surgiram para que o homem pudesse transmitir aos “outros” suas próprias ideias e pensamentos. Como “fiel intérprete e mensajera entre los hombres” (VIVES, 1978, p.559), a carta surgiu como um meio de comunicação à distância antes da era dos “telefones”, transmitindo informações essenciais, não apenas pessoais, mas também sociais, relacionadas ao trabalho, ao cotidiano etc. (CASTILLO GÓMEZ, 2006).

Assim, o texto epistolar pode ser definido como um texto escrito, enviado por um remetente a um destinatário, marcado pela interação, isto é, pela comunicação entre o emissor e um receptor, sendo que a sua feitura pode ter diferentes finalidades, entre elas, informativa, afetiva, argumentativa, de discussão, de polêmica, de acusação etc. Ou seja, cada carta tem uma motivação própria para ser escrita, porém todas elas possuem, de acordo com Castillo Gómez (2006), uma mesma característica, que define e marca essa modalidade da escrita: “a complementaridade entre a ausência e a presença” (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p.29). De acordo com tal autor, no momento em que um indivíduo escreve uma carta, ele pensa em quem será o “outro”, o seu destinatário, com quem manterá um diálogo.

Como podemos observar, as cartas sempre incorporam a presença de um leitor, de um destinatário, o que Guillén (1998, p.190-191) denomina como “interpersonalidade imaginada”, ou seja, a imaginação do “tu leitor” por parte do “eu autor” (o emissor sempre pensa em quem será o seu “outro”).

A carta, acrescenta Violi (1999), baseia-se num efeito simultâneo de presença e ausência em que, embora o receptor esteja sempre presente no texto, sua presença continuamente nos sugere um outro lugar. Coloca-se em um tempo presente frágil, marcado pela nostalgia da presença perdida e a ansiosa espera da volta, de tal modo que a ausência pode fazer dela uma escritura de ficção.

É evidente, portanto, que a carta é o lugar onde se encontram/conflitam várias estratégias comunicativas, constituindo-se uma fonte promissora para a pesquisa da variação e mudança linguísticas, já que a “movimentação linguística”, nos seus mais diferentes níveis, mostra-se como fator essencialmente necessário para que locutor e interlocutor possam estabelecer um contato eficiente aos seus interesses comunicativos. Essa “movimentação linguística”, inerente ao processo constitutivo do gênero “carta”, nada mais é do que a língua em uso. A língua como fato social, dinâmica e multifacetada.

2.1. A “carta” como *corpus*

Assim como Barbosa e Marine (2007), acreditamos que a utilização de *corpus* favorece diversas pesquisas linguísticas e, portanto, deve ser apoiado pelas novas tecnologias, sobretudo àquelas vinculadas ao universo digital, visto que sua utilização possibilita a realização de descrições linguísticas de base empírica e permite a reflexão de questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua.

Entretanto, além desses novos recursos tecnológicos, sejam eles utilizados para a elaboração de um dado *corpus* ou para a pesquisa propriamente dita, não podemos nos esquecer da necessidade do pesquisador conhecer, efetivamente, o gênero textual com o qual está trabalhando ou pretende trabalhar. Afinal, cada um deles apresenta características específicas, que vão desde questões concernentes à sua estrutura formal até, por exemplo, o tipo de sequência tipológica mais recorrente (descritiva, narrativa,

argumentativa, expositiva ou injuntiva), os temas mais comuns, o grau de formalidade, a intenção, entre outros.

É por isso que consideramos altamente relevante o conhecimento dessas características, pois elas podem conduzir o pesquisador a um caminho mais seguro no tratamento do texto utilizado como *corpus* – seja este oral ou escrito. E isso, por sua vez, permitirá uma análise mais confiável do objeto de estudo do pesquisador.

Assim, a fim de discutirmos tais questões e, pautando-nos em uma perspectiva sociolinguística do estudo da Língua, gostaríamos de destacar o uso do gênero “carta” como *corpus* para pesquisas linguísticas, tal como sugerem Berlinck, Barbosa e Marine (2008), pois acreditamos que a carta – nas suas mais diversas facetas - se mostra como um gênero textual bastante pertinente aos estudos de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente os de variação e mudança linguísticas, tal como mencionamos anteriormente.

Sob esta égide, percebemos a utilização da língua como um processo múltiplo e heterogêneo de realização, e, de certa forma, aproximamo-nos das ideias de Bakhtin (2000) no que diz respeito às suas reflexões e conceituação de gênero do discurso. Para ele, dentro de uma dada situação linguística, o falante/ouvinte produz uma estrutura comunicativa que se configura em formas-padrão, relativamente estáveis, de um enunciado, pois são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Segundo, ainda, o filósofo da linguagem, essas formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, pois, dependendo do contexto de produção e dos falantes/ouvintes que a produzem, para cada discurso são atribuídos diferentes sentidos.

Como já ressaltado anteriormente neste artigo, vale lembrar que uma carta, além de servir como meio de comunicação entre pessoas distantes, conserva memórias, bem como aspectos históricos e sociais de uma determinada época. Além disso, cabe destacar, novamente, que nas cartas podemos encontrar diferentes graus de formalidade, dependendo da situação enunciativa em que ela foi produzida – Quem a escreveu? Onde? Quando? – e, principalmente, quem será o seu destinatário.

Como já é sabido, tais características possibilitam ao sociolinguista realizar pesquisas que levem em conta o grau de formalidade ou estilo, fator

cuja relevância para o estudo da variação e mudança já está bem estabelecida na literatura (LABOV, 1972; TRUDGILL, 1974).

2.3. Estudos variacionistas pautados em cartas

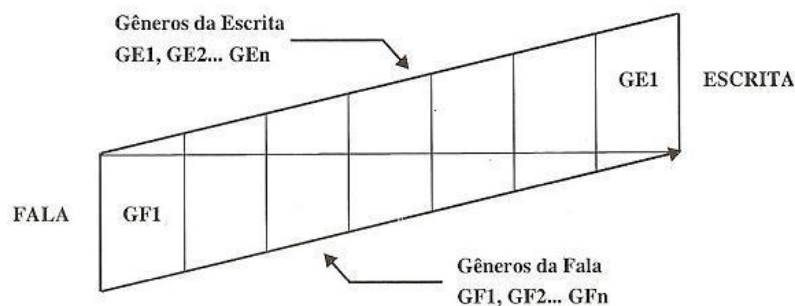
Partindo de todas as reflexões já propostas neste artigo, e lembrando o fato de que os estudos variacionistas⁵¹ privilegiaram e ainda privilegiam o estudo da modalidade falada da língua em contextos menos formais, propomos alguns questionamentos acerca desta “predileção”, já que, como se sabe, existem muitos contextos em que a modalidade escrita da língua é marcadamente menos formal que a da fala, como um bilhete trocado entre amigos ou cartas pessoais em que locutor e interlocutor se “enxergam” como pares. Nesse sentido, será que modalidades escritas menos formais e menos preocupadas em seguir os preceitos da norma padrão, não merecem atenção por parte de estudos variacionistas?

Pensamos que sim e, para justificar tal postura, focaremos nossas discussões no conceito de “língua oral-escrita”, proposto por Marine (2004; 2009), definido como uma face da linguagem verbal escrita, marcada por traços típicos da fala menos formal (MARINE, 2004). Como exemplário desse tipo de escrita, apresentaremos as cartas das leitoras da revista feminina “Capricho”, do final do século XX, e que, como se sabe, destina-se ao público jovem. Como poderá ser observado mais adiante, a escolha das cartas das leitoras desta revista se justifica pelo tipo de linguagem que podemos identificar nelas, notoriamente marcada, por exemplo, por traços típicos da oralidade menos formal (MARINE, 2009).

Diante das características desse tipo de carta, cabe ressaltar o que Marcuschi (2007, p.37) afirma em relação à escrita e à fala: “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos”. Abaixo, apresentamos o gráfico 1 proposto por Marcuschi (2007, p.38) que dá uma noção esquemática dessa postura:

Gráfico 1. Fala e escrita no contínuo dos gêneros textuais

⁵¹ Referimo-nos ao modelo teórico-metodológico da Variação e Mudança Linguísticas proposto por Weinreich, Labov, Herzog, 1968; Labov, 1972, 1982, 1994, 2001.

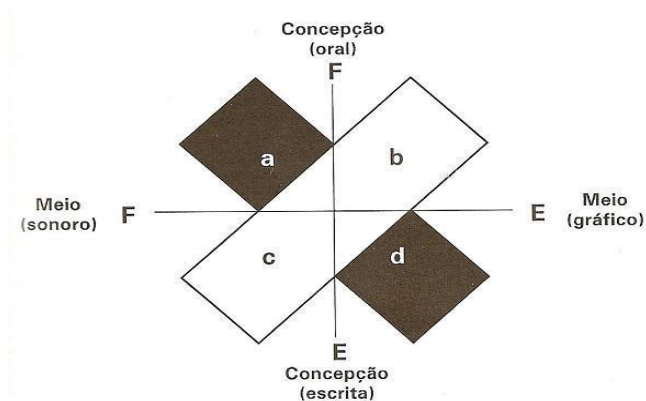


Com tal gráfico, Marcuschi (2007) demonstra que entre os dois domínios linguísticos - fala e escrita - se encontram os gêneros textuais (G), os quais se dão em dois contínuos, a saber: *i*) na linha dos gêneros textuais (GF1, GF2... GFn e GE1, GE2... GEn) e *ii*) na linha das características específicas de cada modalidade.

Assim, segundo o linguista, o GF1 representaria uma espécie de protótipo da modalidade “fala”, como, por exemplo, uma conversa espontânea e, o GE1, por sua vez, uma espécie de protótipo da escrita, como um artigo científico. De acordo com Marcuschi (2007, p.38), existe uma série de textos produzidos em condições naturais e espontâneas nos mais diversos domínios discursivos das duas modalidades e, muitas vezes, esses textos se entrecruzam sob muitos aspectos, chegando, por vezes, a constituírem “domínios mistos”.

A fim de explicitar as relações mistas dos gêneros textuais, o autor, a partir de alguns postulados como “meio” e “concepção”, apresenta o seguinte gráfico, tendo em vista que a fala é de concepção oral e meio sonoro, enquanto a escrita é de concepção escrita e meio gráfico:

Gráfico 2. Representação da oralidade e da escrita pelos meios de produção e concepção discursivos



Ao analisarmos este gráfico, podemos observar que os domínios “a” e “d” são prototípicos, já “b” e “c” são mistos, pois neles a concepção e o meio são de modalidade distinta. “Há gêneros que se aproximam da oralidade pelo tipo de linguagem e pela natureza da relação entre os indivíduos, por exemplo, as cartas íntimas e pessoais” (MARCUSCHI, 2007, p.38).

Marine (2004; 2009) compôs e utilizou em parte de suas pesquisas de mestrado e doutorado um *corpus* formado por cartas de leitoras de revistas femininas, o qual denominou como “língua oral-escrita”, definindo-a como uma modalidade intermediária entre a escrita e a fala, caracterizada por uma escrita fortemente marcada por traços típicos da fala menos formal. Observando o gráfico 2 proposto por Marcuschi (2007), percebemos que essa “língua oral-escrita” proposta por Marine (2004) pode ser considerada um exemplo do que Marcuschi (2007) denomina como “gênero misto”, já que, dentro do que propõe a autora, as cartas das leitoras de determinadas revistas femininas seriam textos de concepção oral - dado o caráter fortemente interlocutório travado na relação revista-leitora e vice-versa⁵² - e meio gráfico, já que se concretizam, ou seja, materializam-se por meio da escrita, podendo enquadrar-se no domínio “b” do gráfico 2.

Por outro lado, acreditamos que um discurso político possa também ser considerado como exemplo de gênero misto, já que representa uma modalidade intermediária entre fala e escrita, caracterizando-se por sua concepção escrita e meio sonoro, enquadrando-se no domínio “c” do gráfico 2.

Como pode ser observado, é evidente que

⁵² Para maiores detalhes ver Marine (2009).

o contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos* (MARCUSCHI, 2007, p.42 – destaques do autor).

Assim, compartilhando das ideias de Marcuschi (2007) quanto ao fato de que tanto a fala quanto a escrita apresentam um *continuum* de variações que deve ser considerado a partir de um *continuum* dos gêneros textuais, acreditamos que recorrer à escrita em estudos variacionistas apenas quando se propõe a pesquisar sincronias passadas, acaba preterindo modalidades de escrita menos formais por conta de tendências ultrapassadas; devemos estar cientes de que novas formas de nos relacionar com a escrita estão surgindo – basta lembrarmos, por exemplo, dos “bate-papos” *on line* – e devemos lançar nosso olhar a elas.

2.2. As cartas das leitoras de revistas femininas como *corpus* para pesquisas variacionistas

Partindo das discussões já expostas sobre o gênero textual “carta”, nesta seção focalizaremos o uso de cartas, em especial, as cartas das leitoras de dadas revistas femininas, em estudos variacionistas sincrônicos.

Desde que surgiu, a seção de cartas acabou se cristalizando na maior parte das revistas, apresentando-se ora mais, ora menos formal. Dada a natureza deste artigo e aos modelos teóricos-metodológicos que o norteiam, nosso interesse, evidentemente, está nas cartas que se apresentam de modo menos formal e, por isso, centraremos nossas considerações apenas nelas.

Partindo do pressuposto de que as cartas de leitores com características menos formais estariam em revistas cuja linguagem fosse também menos formal e que abordassem temas mais relacionados a questões pessoais e do cotidiano, percebemos que algumas revistas femininas se encaixavam

perfeitamente dentro deste padrão. É o caso, por exemplo, da revista brasileira “Capricho”. Destinada ao público jovem, essencialmente feminino e de “classe média”, a revista aborda temas bastante atrelados a questões de relacionamento amoroso, angústias, curiosidades e aventuras da adolescência: primeiro beijo, primeira relação sexual, namoros, traições, amizades, menstruação, dietas etc.

Tais características, associadas ao ponto de vista dos critérios para seleção de fontes para o estudo histórico da língua, conduzem-nos para a observação de um aspecto inestimável deste tipo de carta: as cartas das leitoras da revista Capricho, segundo Marine (2004; 2009), não passam por um processo de edição relacionado à maneira como foram escritas. O que há é o “corte” de alguns fragmentos, visto que geralmente as cartas não são publicadas na íntegra. Nelas nos vemos diante de um texto escrito profundamente marcado por uma oralidade menos formal, inserido num *continuum* entre a escrita e a fala que, tal como já destacado na seção 3.1, pode ser denominado como **língua oral-escrita** (MARINE, 2004; 2009). Vejamos os dois exemplos que seguem abaixo, atentando-nos, em especial, para os trechos em destaque:

(1) Uma menina deve contar ao garoto que ela nunca beijou antes?/ N.Z.P., 14 anos./ *Deve sim. Se ele realmente estiver a fim, não vai fazer diferença se ela nunca beijou antes... não tem aquela história de que o primeiro beijo a gente nunca esquece? Agora, se você ficar sem coragem não conte e nem fique com medo de ele falar alguma coisa, porque essa é uma coisa que não dá pra perceber (...). (Capricho, Março de 1994).*

(2) Meu namorado, o Maurício, vivia inventando jogos de futebol à noite, jantares inadiáveis. Eu nem sou superciumenta, mas também não consigo ficar achando que isso é normal. Fiquei com a pulga atrás da orelha. Cada vez que aparece uma história dessas eu fico morrendo de ciúme. Não falo nada, mas acabo investigando. Já descobri duas mentiras, e aí rodei a baiana. Ele jurou que nunca mais ia mentir, eu fingi que acreditei e a gente fez as pazes./ Maria Luíza, 17 anos (Capricho, Fevereiro de 1996).

Como pode ser observado, os trechos sublinhados demonstram claramente diversos e diferentes traços de oralidade⁵³ e o baixo grau de formalidade desses textos, visto que muitas expressões, marcações discursivas e a própria escolha do léxico são típicas da fala coloquial.

No exemplo (1), por exemplo, o trecho em itálico, que representa a resposta da Revista à pergunta da leitora, além de contemplar todas as características anteriormente mencionadas, demonstra que a maneira pela qual a resposta é construída, mostra-se muito semelhante a um diálogo do cotidiano, ou seja, a um texto de interlocução presencial e pouco formal; daí, mais uma vez, a marcação menos formal desse tipo de texto que se apresenta como uma espécie de diálogo entre amigas, mais preocupadas com “o que dizem” do que “como dizem”. Sobretudo por isso, as variações linguísticas, nos mais diferentes níveis da língua, aparecem de modo expressivo nesse tipo de carta.

A esse respeito, Marine (2004; 2009) afirma que a preocupação das revistas femininas em interagir com suas leitoras fica evidente na seção de cartas, pois nela observamos uma verdadeira relação de confiança e amizade entre a leitora e a revista. Mira (2001) comenta que, na França, por exemplo, as revistas femininas do século XX – principalmente a partir dos anos 50 – que publicavam trechos de cartas e suas respectivas respostas faziam muito sucesso, enchendo a redação de tormentos e pedidos de ajuda de toda a espécie.

É importante destacar que, segundo Marine (2009), uma característica bastante interessante da seção de cartas deste tipo de revista é que a interação “leitora-revista” não ocorre apenas entre uma dada leitora, ou seja, aquela que envia a carta, e a revista, pois as cartas lidas retratam situações que estão acontecendo ou poderiam acontecer com qualquer uma das leitoras. Logo, a seção de cartas constitui-se como uma espécie de “reunião entre amigas”, na qual essas amigas trocam entre si confidências, desabafos, dúvidas, aflições, momentos de alegria, pedem conselhos e sabem que, na “voz” da revista e nas das suas outras “amigas” leitoras, podem ser encontradas respostas, pois lá está a seção de cartas, toda semana (ou mês)

⁵³ Isto é, marcadores discursivos, segundo Marcuschi (2003), bem como características típicas de conversações menos formais.

para lhes “escutar”, dar conselhos e, até mesmo, solução para seus problemas, medos e ansiedades.

3. As cantigas de Santa Maria como *corpus* para estudos do português

Seguindo o objetivo deste artigo – refletir sobre *corpus* para pesquisas linguísticas –, nesta seção visamos demonstrar como o uso de textos poéticos musicados, mais especificamente, as Cantigas de Santa Maria (doravante CSM) de Afonso X, rei de Leão e Castela, podem contribuir para estudos linguísticos a respeito do Português Arcaico (doravante PA).

Nosso trabalho baseia-se nos resultados alcançados por Costa (2010), em sua tese de doutoramento, na qual o autor realizou um estudo da atribuição do acento lexical no PA por meio da observação das proeminências musicais das partituras das CSM, junto com a observação das proeminências linguísticas das palavras dos textos dos poemas e a observação da estrutura métrica dos mesmos. A intenção desse estudo era saber se as proeminências musicais poderiam ajudar a localizar, com segurança, proeminências de palavras nos textos.

Dessa forma, podemos dizer que esta metodologia consiste em localizar a nota musical (ou grupo de notas) que corresponde ao tempo mais forte do compasso musical, o primeiro tempo, e verificar qual sílaba da palavra é cantada com essa nota musical. Em seguida, parte-se para a classificação do tipo de coincidência entre as notas musicais e as sílabas das palavras, atribuindo-se uma cor diferente para cada tipo de coincidência: vermelho, quando a nota musical mais proeminente coincidir com sílaba tônica da palavra; laranja, quando coincidir com pretônica; azul, para monossílaboônico, e assim por diante. O exemplo abaixo ilustra como fica uma ficha de análise, quando as notas musicais mais proeminentes e as sílabas das palavras são marcadas.

(3)

Ca e-la et sseu Fi - llo son jun - ta - dos d'a - mo[r] que par - ti - dos per

Ca e- la et sseu Fi- llo son jun- ta- dos d'a- mor, que
 par- ti- dos per
 Da-quest' a- vê- o, tem- pos sson pa- ssa- dos gran-
 des, que o Con- de de
 Poi- los mon- ges fo- ron en- de ti- ra- dos, mui ma-
 as con- pa- nnas se
 Mas hũ- a mo- ller, que por seus pe- ca- dos en-
 tra- ra na ei- gre- ja,
 O ta- fur, quan- d' es- to vyu, con y- ra- dos e- llos
 a ca- tou, e co-
 E deu no Fi- llo, que am- bos al- ça- dos tĩ- i-
 a seus bra- ços en
 May- o- res mi- ra- gres ou- v' y mos- tra- dos Deus, que
 san- gui cra- ro fez
 E de- mais ou- ve os o- llos tor- na- dos tan
 bra- vos, que quan- tos a
 Ou- tros dous ta- fu- res de- mo- ni- a- dos ouv' y,
 por- que fo- ran a-
 O Con- de, quan- do' est' o- yu, con ar- ma- dos ca- va-
 lei- ros vê- o e
 Pois es- to di- sse, per- nas e cos- ta- dos e a
 ca- be- ça foi log'

Partindo de fichas como esta (exemplo 3), elaboradas para cada cantiga, pode-se ter uma visão global, por meio da quantificação dos dados, do percentual em que as notas musicais mais fortes marcam sílabas tônicas no nível textual.

As CSM são um conjunto de 420 cantigas feitas sob as ordens de D. Afonso X, em homenagem à Virgem Maria, com o intuito de louvá-la ou narrar feitos atribuídos a ela como milagres. Elas estão divididas em dois tipos: cantigas de *miragres* e cantigas de *loores*.

As cantigas de *miragres*, como o próprio nome sugere, têm a função de narrar milagres alcançados por uma figura central que atua como protagonista.

De acordo com Fidalgo (2002, p. 21), uma narrativa de milagre se caracteriza pelo desenvolvimento de uma ação unitária que leva a um ensinamento moral explícito. Estas são a maioria do conjunto – somando um total de 356 cantigas –, e tratam de ações milagrosas feitas pela Virgem, em relação a alguma enfermidade que fora curada, ou a algum socorro prestado, ou no caso da ajuda nas tomadas de decisão do Rei D. Afonso X (BERTOLUCCI PIZZORUSSO, 1993, p. 143).

Já as cantigas de *loores* possuem um caráter mais lírico, exercendo a função de louvar a Virgem Maria como mediadora, interventora e auxiliadora. Com exceção de uma introdução e duas cantigas-prólogo, as cantigas de *loores* somam o restante da coleção (BERTOLUCCI PIZZORUSSO, 1993, p. 143). Nessas cantigas, normalmente, aparece o “rei-trovador” diante da Virgem Maria, numa postura de humildade, exaltando-lhe as suas qualidades e oferecendo-lhe a sua devoção (LEÃO, 2007, p. 28).

Para Parkinson (1998), as CSM representam o maior monumento literário do período medieval, dada a sua riqueza nas áreas da poesia, da música e da pintura, constituindo fontes importantíssimas para a história da métrica, do galego-português antigo, da música, da arte, da religião, enfim, da cultura geral daquela época.

Todas as cantigas possuem uma estrutura de composição muito rígida. Isso quer dizer que a quantidade de sílabas poéticas por verso, o tipo de verso e o esquema de rimas estipulado para a primeira estrofe de uma determinada cantiga é seguido em todas as demais estrofes dessa cantiga. Essa rigidez métrica possibilitou a criação de uma metodologia anterior, desenvolvida no Brasil por Massini-Cagliari (1995, 1999), a qual observa as palavras que aparecem em posição de rima poética. Nessa posição, é possível localizar o acento lexical da palavra que aí aparece, já que a tradição métrica portuguesa conta as sílabas poéticas até a última sílaba tônica do verso.

Foi a partir dessa metodologia de Massini-Cagliari (1995, 1999), que Costa (2010) pôde desenvolver a metodologia que apresentou em sua tese, unindo Música e Linguística como ferramenta na coleta de dados a respeito do PA, no intuito de poder localizar proeminências de palavras em outras posições dos versos e não apenas na última palavra de cada verso.

A partir da intuição de que, ao longo do verso todo, pudesse haver casos de palavras que não aparecem em posição de rima poética, pensou-se em um modo de se poder localizar, com segurança, proeminências linguísticas em outras posições do verso que não apenas na sílaba tônica da última palavra.

Assim, os trabalhos de Massini-Cagliari (2008a, 2008b, 2008c e 2008d) e Costa (2007, 2008 e 2009) apontaram que a observação de proeminências no nível musical, junto com a observação de proeminências no nível linguístico e a observação da estrutura métrico-poética de poemas musicados podem trazer pistas sobre a prosódia de línguas das quais não existem mais falantes.

O intuito da extensa pesquisa realizada por Costa (2010), utilizando essa nova metodologia que une Música e Linguística, foi comprovar que, quando aplicada a um *corpus* mais significativo, ela pode trazer muitas colaborações para o estudo da prosódia do PA (ou de outras línguas mortas ou de períodos anteriores de línguas vivas), elucidando questões mal resolvidas anteriormente (por falta de dados significativos sobre determinado fenômeno, tal como a existência ou não de proparoxítonas no PA) ou trazendo a análise de novos fenômenos prosódicos, os quais eram impossíveis de ser analisados por meio da metodologia anterior (o acento secundário, por exemplo).

O *corpus* utilizado na pesquisa em questão, constituiu-se de um recorte das cem primeiras CSM, o qual gerou um número bastante significativo de trinta e oito mil e dezoito palavras do PA, possibilitando a análise de todas as pautas acentuais possíveis nessa língua (oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas), bem como a análise do comportamento de monossílabos átonos e tônicos e a ocorrência do acento secundário.

Por meio desse estudo, o autor pode concluir que a ferramenta metodológica desenvolvida nessa pesquisa, a qual alia a Música e a Linguística na coleta de dados, mostrou-se bastante eficaz na busca de pistas para a análise da prosódia de línguas que não possuem mais falantes, porém possuem registros poético-musicais que podem fornecer dados linguísticos.

Os dados coletados mostraram-se bastante confiáveis e relevantes para a análise da atribuição do acento no PA, uma vez que as proeminências musicais marcam preferencialmente sílabas tônicas no nível textual (63,32% - somadas coincidências com sílabas tônicas e monossílabos tônicos), possibilitando discussões de hipóteses levantadas por trabalhos anteriores e

apresentando hipóteses inéditas sobre casos de palavras ainda não contemplados dentro do arcabouço teórico adotado pelo autor, a Teoria Métrica de Hayes (1995).

Dessa forma, pode-se afirmar que utilizar textos poéticos metrificados e musicados como base metodológica na coleta de dados para a constituição de um *corpus* linguístico é um recurso bastante viável para os estudos fonológicos relacionados à prosódia de línguas mortas. Dessa forma, as análises feitas por Costa (2010) contribuíram significativamente para os estudos prosódicos do PA, uma vez que apresentaram casos de palavras inéditos em relação às pesquisas feitas até então, além da análise da pauta proparoxítone e do fenômeno linguístico do acento secundário, dentro da Teoria Métrica.

É mais um passo dado em direção à descrição do componente fonológico do PA, além de representar uma inovação metodológica, contribuindo para a melhor compreensão desse período da língua portuguesa e da história de nosso idioma, de maneira geral.

4. As entrevistas/diálogos em programas de auditório como *corpus* para estudos variacionistas

O desenvolvimento de estudos de natureza empírica pressupõe a organização de um *corpus* representativo, seguindo critérios que permitam o desenvolvimento coerente de análises, a fim de sustentar ou refutar as hipóteses do pesquisador. Em se tratando de um estudo linguístico (quer da língua em sua modalidade oral, quer em sua modalidade escrita), essa amostra deve possibilitar ao linguista a observação de como se comportam os usuários de determinada língua em relação ao(s) fenômeno(s) que se proponha a estudar.

Nesse sentido, a constituição de um *corpus* deve tomar como princípio o pressuposto de que os falantes estarão sujeitos a situações semelhantes de uso da língua, possibilitando, assim, a aplicação dos mesmos critérios ao longo da organização de todo o *corpus*.

Um ambiente em que se vê a possibilidade de estruturação de um *corpus* são os programas de auditório veiculados por emissoras de televisão. Isso pelo fato de esse gênero apresentar, em sua estrutura, uma rica variedade de perfis de falantes: informantes de ambos os sexos/gêneros, de idades

diferentes e de diferentes níveis sócio-econômicos, possibilitando, dessa maneira, uma melhor observação dos níveis de variação.

O trabalho com o gênero que aqui se denominará *programas de auditório* permite, ainda, verificar o uso linguístico, seguindo os passos de Duarte (1989, p. 20), em um registro de fala que atinge os países de ponta a ponta, exercendo sobre a comunidade linguística, simultaneamente, uma força inovadora e normalizadora.

Nessa mesma linha de pensamento, Ávila (1999), referindo-se não apenas à televisão, mas também ao rádio, afirma que se constituem em meios de comunicação de massa que contribuem para a difusão de uma língua, da mesma forma que para sua consolidação como língua nacional, contribuindo para a normalização das línguas que transmitem. Essa afirmação toma como ponto de partida os dizeres de Dua (1985, *apud* ÁVILA, 1999, p. 77), ao sustentar a ideia de que

los medios orales de difusión (...) superan la barrera del analfabetismo, y al fomentar el conocimiento promoven la participación y el desarrollo sustentable. (...) La televisión, cada vez más extendida, a ejemplo de lo que pasa con la radio, permite que los mensajes lleguen instantáneamente a las aldeas más apartadas, buscando, así, cubrir áreas más extensas.

Uma vez delimitado um dos contextos a partir do qual é possível organizar um *corpus*, necessário se faz um esclarecimento em torno do gênero aqui referido. Tal esclarecimento se apresenta a seguir.

4.1 Programas de auditório: que gênero é esse?

Recuperamos, aqui, a concepção de Bakhtin (2000, p.262, grifos do autor), já mencionada na seção 2.1. deste artigo, de que "cada campo de utilização da língua elabora *seus tipos relativamente estáveis* de enunciados". Dessa forma, uma determinada função [...] e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é,

determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2000, p.266).

Nessa mesma linha de raciocínio, Marcuschi (2005, p.20) defende que os gêneros textuais “surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem”, sendo, então, caracterizadas “muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais”, concebidos como dinâmicos, de complexidade variável, sendo constituídos sócio-historicamente (MARCUSCHI, 2008, p.159).

Nessa perspectiva, é possível perceber os **programas de auditório** como constituídos sócio-historicamente. Tendo sua estrutura composta por entrevistas e debates e com sua origem em programas radiofônicos⁵⁴, incorporaram, na passagem para a televisão “traços específicos desse meio, entre os quais o do espetáculo orientado pelos recursos visuais-imagéticos” (ROSÁRIO, 2008, p.151). Os programas de auditório ganharam, assim, espaço em um momento em que a diversão dos espectadores não se limitava apenas ao ouvir, mas se completava com o ver.

Esse tipo de programa, segundo Souza (2004b, p.93), constitui-se, na programação das emissoras de televisão, no que mais aproxima “o telespectador da realidade da produção em televisão”, uma vez que possibilita “a entrada do público nos estúdios ou nos locais preparados para gravação”, estando o público “frequentemente convidado a participar do programa”. Na televisão brasileira, foi o primeiro a ter seu reconhecimento pela popularidade e pelo sucesso.

A garantia de sua popularidade se dá, muito provavelmente, pelo fato de que os programas dessa natureza trazem bem presentes uma formatação inspirada no espetáculo – “como carnaval, como festa popular e como espaço público das feiras da Idade Média”. Isso se nota “tanto pela presença da platéia, como pelo uso do cenário, que lembra um ambiente cotidiano, e pela

⁵⁴ Partindo do pressuposto de que, há algumas décadas, o rádio era o meio de comunicação mais comum e, conseqüentemente, mais popular, ao passo que a televisão se constituía em um meio de comunicação mais elitizado, é possível hipotetizar que os programas de auditório transmitidos pelas emissoras de radiodifusão se constituiriam, assim, em um espaço do qual participariam, em sua maioria, pessoas pertencentes a grupos sociais de menor prestígio sócio-econômico.

presença de um apresentador icônico” (ROSÁRIO, 2008, p.151). Esse tipo de produção está composto por uma “sucessão de quadros musicais, entrevistas, jogos e atrações diversas” que fazem com que o programa de auditório se configure em um “gênero que aceita vários formatos⁵⁵: há pequenas reportagens, debates, videoclipes e encenações que dão o ritmo da produção” (SOUZA, 2004a, p.3). Nesse sentido, os programas de auditório se constituem como um gênero formado por outros gêneros (ou subgêneros), o que mostra seu caráter híbrido.

O apresentador assume, nesse contexto, papel fundamental, uma vez que é responsável por garantir a descontração de seus convidados, assim como por fazer com que os membros da plateia se sintam o mais cômodos possível, além de estabelecer interlocução com os que lhe assistem pelas milhares de telas espalhadas por todo um país, devendo, assim, estar a todo momento em interação com o público. Os convidados são recebidos em um ambiente que, embora descontraído, apresenta sofisticação e se mostra propício para que possam estabelecer um diálogo em que, seguindo o pensamento de Rosário (2008, p.151), “intimidades são reveladas e banalidades multiplicadas”, como se pode verificar no exemplo abaixo:

(4) C.V.: ... com o tempo ocioso.. aliás o Wilton falou “como assim, você ainda ta em fase de crescimento?” E gente se lembrou que a gente ia pra pizzaria Guanabara comê uma picanha com batata frita, com farofa, com tudo, cê não sabe disso né?

A.P.: eu sei claro..

C.V.: a minha vida inteira eu fui atracada numa picanha e continuo porque sou uma pessoa que come

A.P.: eu não sei se essa expressão é muito boa pra exemplificar o seu apetite: “to sempre atracada numa picanha”⁵⁶

C.V.: não, ta bom, então ta, então você consegue...

A.P.: uma chuleta

C.V.: dá. Uma maminha.

⁵⁵ Os vários formatos a que se refere Souza (2004a) serão aqui considerados como subgêneros que integram o gênero **programa de auditório**.

⁵⁶ Nesse trecho, utilizou-se **A.P.** para referir-se ao apresentador do programa e **C.V.** para referir-se ao convidado recebido pelo apresentador.

A.P.: um churrasco. Uma maminha.

C.V.: é. Um Chan de dentro

A.P.: ela nunca sabe..

C.R.: deixa eu te explicar um pouco a minha fome...

O exemplo dado representa um momento em que apresentador e convidado (uma atriz) conversavam sobre um espetáculo que a atriz estrearia. De repente, deixam de falar sobre as características desse espetáculo e a convidada passa a falar sobre seus gostos alimentares e, devido ao uso da expressão “atracada numa picanha”, o apresentador faz, então, uma piada com a convidada, gerando um momento de “brincadeira” durante a conversa.

Embora seja possível elencar alguns elementos que caracterizam um programa de auditório – como presença de plateia (fato que contribuirá para a manutenção de um “clima” alegre, aumentando o grau de interação do apresentador), “tiradas” de humor, preocupação com detalhes do cenário, presença marcante do apresentador, diversidade de temas abordados com os convidados –, são as entrevistas sua principal característica. “Sem ela não é *talk show* e, por isso, requer apresentador e entrevistados” (ROSÁRIO, 2008, p.152). Ao assistir a um programa de auditório, o espectador tem a impressão, ainda de acordo com os argumentos apresentados por Rosário (2008, p. 155), de que o humor e a descontração são os elementos que “sustentam informações sobre assuntos do cotidiano”. No entanto, essa estratégia funciona apenas como “gancho de descontração”.

Nesse sentido, é possível pensar que a configuração desse ambiente proporcionará aos convidados/entrevistados tal descontração, deixando-os mais relaxados e, talvez, menos preocupados com o fato de que estão sob o foco de diversas câmeras e sob o olhar de milhares de pessoas.

Sendo a entrevista o principal elemento caracterizador de um programa de auditório, uma nova restrição se coloca à composição de um *corpus* para estudos linguísticos: que situações de produção de fala devem ser consideradas ao longo de um programa. Dada a discussão aqui proposta, limitamo-nos às situações em que se estabelecem diálogos entre apresentador e convidado(s), mesmo que haja participação de membros da plateia. Tal recorte se justifica pelo fato de se constituir, no interior dos estudos

sociolinguísticos, na principal e mais conhecida forma de se conseguir dados de fala.

Partindo, então, dessa perspectiva, o estudo da língua deve tomar como ponto de partida a língua em seu contexto social, tendo como método básico para se obter uma quantidade considerável de dados confiáveis da fala de uma pessoa, a aplicação de entrevista individual gravada (LABOV, 2008, p.63). No entanto, a adoção desse método resultará em um problema: os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados – o famoso “paradoxo do observador”. Ao constituir um *corpus* a partir de entrevistas (ou diálogos) veiculadas em programas de auditório – contexto em que se pressupõe encontrar uma produção relativamente espontânea de fala –, acredita-se que seja fornecida uma solução para tal paradoxo, na medida em que os enunciados avaliados não sofreram qualquer interferência do pesquisador.

O material organizado permite, ainda, o acesso a informações de natureza sociolinguística sobre os falantes, uma vez que os programas de auditório apresentam, em sua estrutura, uma rica variedade de perfis de falantes: informantes de ambos os sexos/gêneros, pertencentes a faixas etárias distintas e a diferentes níveis sócio-econômicos, além de atuarem profissionalmente nas mais diversas áreas.

Palavras Finais

A partir das discussões apresentadas ao longo deste artigo, buscamos, principalmente, destacar o quanto o uso de *corpus* favorece as pesquisas linguísticas, sobretudo aquelas relacionadas a variação e mudança linguísticas, visto que proporciona a realização de descrições linguísticas de base empírica e permite reflexões de questões teóricas fundamentadas em contextos de usos reais da língua. A partir de tal perspectiva, ressaltamos o quão relevante e essencial é o estudo dos gêneros textuais em pesquisas que optem pela utilização de *corpus*.

Buscamos atentar para o fato de que conhecer o gênero textual e as suas peculiaridades é fundamental para a seleção de fontes de estudos

linguísticos, visto que tais questões demonstram se dado texto pode ou não ser adequado ao estudo de determinados fenômenos linguísticos.

Por fim, o que tentamos propor neste artigo é que o linguista pode – e deve – fazer pesquisas variacionistas em interface com o estudo dos gêneros textuais e, para exemplificar nossa proposta, concentramo-nos no uso de diferentes gêneros textuais – cartas, especialmente a de leitoras da revista *Capricho*, cantigas medievais, em especial as Cantigas de Santa Maria, e entrevistas de auditório – como fontes para estudos sincrônicos e diacrônicos da língua. Dessa forma, assumimos que o linguista deve buscar recursos dentro da própria língua para disponibilizar os resultados de sua pesquisa da maneira mais confiável possível.

Referências

- ÁVILA, R. Radio, televisión y lengua: hacia la norma internacional del español. In: MORALES, A.; CARDONA, Julia; LOPES MORALES, H.; FORASTIERI, E. **Estudios de lingüística hispánica: homenaje a María Vaquero**. Puerto Rico: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1999, p. 73-89.
- BAKHTIN, M. [1929]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, J. B.; MARINE, T. de C. O uso das cartas como *corpus*: uma nova possibilidade às Ciências Humanas. In: **Anais do V Encontro de Linguística de Corpus**. São Paulo, 2007. p. 01-18.
- BERLINCK, R. de A., BARBOSA, J.B., MARINE, T. de C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. **Revista da ABRALIN**, v.7, n.1, p. 53-79, jan./jun. 2008.
- BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. Cantigas de Santa Maria. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 142-146.
- BEZERRA, M. A. Padrões de oralidade presentes na explicação de textos na sala de aula. **Linguagem & Ensino**, Vol. 1, n.2, 1998, 27-38.

COSTA, D. S. **Da notação musical às proeminências da fala**: uma proposta metodológica para o estudo do ritmo linguístico das Cantigas de Santa Maria de Afonso X. Comunicação apresentada no 55º Seminário do Gel, Franca, UNIFRAN, 2007.

COSTA, D. S. **Música e linguística**: uma metodologia para estudos da prosódia do português arcaico. In: SIMCAM4. 2008. São Paulo. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/simcam4/downloads_anais/SIMCAM4_Daniel_Costa.pdf>. Acesso em: 28/05/2009.

COSTA, D. S. Música e texto: uma metodologia para o estudo da prosódia de línguas mortas. In: **Estudos Linguísticos**, nº 39, 2009.

COSTA, D.S. **A Interface Música e Linguística como instrumental metodológico para o estudo da prosódia do Português Arcaico**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, 2010.

FIDALGO, E. **As Cantigas de Santa Maria**. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2002.

GIBELLI, A. Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (Org). **La conquista del alfabeto: escritura y clases populares**. Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 189-223.

GUILLÉN, C. L escritura feliz: literatura y epistolaridad. **Múltiples moradas**. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.

HAYES, B. **Metrical Stress Theory**: Principles and Case Studies. Chicago, London: University of Chicago Press, 1995.

LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.) **Perspectives on Historical Linguistics**. Masterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982. p. 17-92.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**. Internal Factors. Cambridge, Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers. 1994. v. 1.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change. Social Factors.** Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers, 2001. v. 2.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns.** Philadelphia : University of Pennsylvania Press. 1972.

LEÃO, A. V. **Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários.** Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

MARCURSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de recontextualização.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCURSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, A. P. et al (org). **Gêneros textuais e ensino.** 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCURSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

MARCURSCHI, L. A. **Análise da conversação.** 5. ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2003.

MARCURSCHI, L. A. Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita. In: **Anais língua falada e ensino.** Maceió: UFAL, 1995, p.27-48.

MARINE, T. de C. **O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele?** 138f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2004.

MARINE, T. de C. **Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no Português Contemporâneo.** 221f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2009.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Cantigas de amigo: do ritmo poético ao linguístico.** Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português. 1995. Tese (Doutorado em Linguística)-IEL/UNICAMP, Campinas, 1995.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Contribuição para a análise do ritmo linguístico das cantigas profanas e religiosas a partir de uma interface Música-**

Linguística. Comunicação apresentada no IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Funchal, Madeira, Portugal, Universidade da Madeira, de 4 a 9 de agosto de 2008c.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Das cadências musicais para o ritmo linguístico:** Uma análise do ritmo do Português Arcaico, a partir da notação musical das Cantigas de Santa Maria. In: **Revista da ABRALIN.** v. 7, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 2008d. (ISSN 1678-1805)

MASSINI-CAGLIARI, G. **Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores:** três momentos da história do acento. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G. Do ritmo musical para o ritmo linguístico, a partir da análise de uma Cantiga de Santa Maria de Afonso X. In: SIMCAM4, 2008a. São Paulo. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/simcam4/downloads_anais/SIMCAM4_Gladis_Cagliari.pdf>. Acesso em: 28/05/2009

MASSINI-CAGLIARI, G. Interface Fonologia-Poesia-Música: Uma análise do ritmo linguístico do Português Arcaico, a partir da notação musical das Cantigas de Santa Maria. Estudos Linguísticos XXXVII – Anais de Seminários do GEL, São José do Rio Preto, Universidade Paulista, v. I, p. 9-20, 2008b. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N1_01.pdf>. Acesso em: 28/05/2009.

MIRA, M.C. **O leitor e banca de revistas:** a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'água/ FAPESP, 2001.

PARKINSON, S. **As Cantigas de Santa Maria:** estado das cuestións textuais. Anuario de estudios literarios galegos, Vigo, p. 179-205, 1998.

PETRUCCI, A. Escritura y espistografía. **Cultura escrita e sociedade.** Gijón: Ediciones TREA, 2006. n. 2.

PORTELLI, A. Historia y Memoria: la muerte de Luigi Trastulli. In: **Historia y Fuente Oral.** Barcelona, 1989, n. 1, p. 5-33.

ROSÁRIO, N. M. do. Do talk show ao televisivo: mais espetáculo, menos informação. In: **Em questão**. Porto Alegre: 2008, v. 14, n. 2, p. 149-162, jul./dez.

SINCLAIR, J. **Corpus, Concordance, Collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SOUZA, J. C. A. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004b.

SOUZA, J. C. A. **Gêneros inúmeros: os formatos na programação da TV brasileira**. Trabalho apresentado na 7ª Conferência Brasileira de Folkcomunicação: 2004a. Disponível em < http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/9/9f/Generos_Inumeros.pdf > Acesso em 17/04/2011, às 9h20min.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics: an Introduction**. Middlesex, England: Penguin Books, 1974.

URBANO, H. **Oralidade na Literatura**. (O caso Rubem Fonseca). São Paulo, Cortez Editora, 2000.

VIOLI, P. Cartas. In: VAN DIJK, T. **Discurso y literature**. Madri: Visor, 1999, p. 181-203.

VIVES, L. **Epistolário**. Madri: Editora Nacional, 1978.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (Ed.) **Directions for historical linguistics: a symposium**. Austin-London: University of Texas Press, 1968. p. 95-199.

**CORRELAÇÃO ENTRE POSIÇÃO E EXTENSÃO DO VOCATIVO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO DOS SÉCULOS XIX E XX⁵⁷**

**THE CORRELATION BETWEEN THE ORDER AND THE SIZE OF VOCATIVE
IN BRAZILIAN PORTUGUESE IN THE XIX AND XX CENTURIES**

Juliana Costa Moreira (UFMG/ CNPq)

julianaichs@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo, discorremos sobre a correlação entre a extensão do SN vocativo e a mudança de posição deste constituinte na oração do Português Brasileiro dos séculos XIX e XX. O corpus utilizado é constituído por diálogos extraídos de peças teatrais escritas por autores brasileiros no período de tempo considerado. Com base em Weinreich, Labov & Herzog (1968) e Labov (1972, 1982 e 1994), Moreira (2008) identifica a mudança de ordem do vocativo na oração: ao início do século XIX, a ordem [Voc + Or] é mais utilizada e, ao final do século XX, a ordem [Or + Voc] torna-se mais produtiva. É nosso objetivo apresentar a análise do fator linguístico a extensão do SN vocativo que exerce influência na mudança em questão. Foram consideradas para a análise as seguintes possibilidades: (i) SN Simples e (ii) SN Complexo. Esse fator foi selecionado tendo em vista sua relevância para avaliar a possibilidade de movimento do SN vocativo. Verificamos que a ordem [Or + Voc] é favorecida quando o vocativo é um SN simples. Esta constitui uma evidência de que o posicionamento do vocativo à direita, como demonstramos em Moreira (op. cit.), deriva-se de um caso de deslocamento da oração à esquerda.

Palavras-chave: vocativo, ordenação, extensão de SN, mudança linguística.

Abstract: The present article discusses the correlation between the size of vocative SN and the change of order within the sentence in Brazilian Portuguese in the XIX and XX centuries. The corpus used consists of dialogues

⁵⁷ Este trabalho, em parte, deriva-se da dissertação de mestrado 'O vocativo no Português Brasileiro nos séculos XIX e XX: um estudo de mudança linguística', desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais com orientação do Prof^o. Dr^o Lorenzo Vitral.

from plays written by Brazilian authors in the time period analysed. Based on the work of Weinreich, Labov & Herzog (1968) and Labov (1972, 1982 e 1994), Moreira (2008) identified a change in the order of vocatives within the sentence. At the beginning of the XIX century the most common order was [Voc + Clause] while at the end of the XX century the order [Clause + Voc] was more productive. The objective of this paper is to analyze whether SN size is a factor that would account for such changes. Both the simple and the complex SN were considered for analysis. Such choice was based on the fact that NP size may influence SN movement, i.e., vocative movement. The results showed that the order [Clause + Voc] is preferred when the vocative is a simple SN, which constitutes evidence that the placement of vocative to the right of the sentence is derived from clause dislocation to the left, as shown in Moreira (op.cit).

Keywords: vocative, order, SN size, linguistic change

Introdução

Neste artigo, avaliamos a influência da extensão do SN vocativo na mudança de ordem/posição deste sintagma na oração.

No que diz respeito à ordenação do vocativo na oração, em Alkmim & Moreira (2005); Moreira (2008), são identificadas três possíveis posições de colocação na oração, como exemplificado a seguir:⁵⁸

(1) Emília, há muito tempo que observo este teu padrasto. [Voc + Or]
(Martins Pena, 1956: 300)

(2) Hoje não é dia de falar de coisas tristes, Vado. [Or + Voc]
(Mauro Rasi, 1995: 114)

⁵⁸ O primeiro trabalho é realizado no âmbito do dialeto mineiro e, o segundo, com amostra ampliada, foi realizado no âmbito do Português Brasileiro.

(3) Deus, senhores, não se compraz com sacrifícios alheios. [Or + Voc + Or]

(Martins Pena, 1956: 316)

Em (1) o vocativo “Emília” aparece à esquerda da oração, realizando a ordem [Voc + Or], e separado dela por vírgula. Em (2), “Vado” aparece à direita da oração, isto é, na ordem [Or + Voc], também separado por vírgula. Já em (3), o vocativo “senhores” aparece dentro do enunciado, ou seja, [Or + Voc + Or] e, por sua vez, intercalado por vírgulas.

Para a análise deste fenômeno variável que envolve a posição do vocativo na oração, foram assumidos os pressupostos teórico- metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (Weireich, Labov & Herzog (1968) e Labov (1972, 1982, 1994)). As posições do vocativo na oração, exemplificadas acima, foram descritas, nos trabalhos citados, como variáveis linguísticas.⁵⁹ O corpus utilizado é formado por diálogos de peças teatrais escritas por autores brasileiros nos séculos XIX e XX.

De acordo com os resultados, a ordem [Voc + Or], que ocorre com mais frequência na 1ª metade do século XIX (.61), descende gradativamente ao longo do tempo. Já a variante [Or + Voc] apresenta perfil ascendente, com maior índice de ocorrência na 2ª metade do século XX (.60). Este perfil é indicativo de um processo de mudança linguística envolvendo a ordem/ posição do vocativo na oração do Português Brasileiro.⁶⁰

Continuando a descrição do fenômeno, foram estabelecidos um conjunto de fatores que poderiam estar condicionando as formas de realização do vocativo na oração (as variáveis independentes, em termos labovianos), as quais são: contexto em que o vocativo está inserido, o modo verbal, o papel do vocativo, a natureza do material que compõe o vocativo, a descrição sintática do material que compõe o vocativo e o tempo verbal.

⁵⁹ Postula-se a existência de formas linguísticas alternativas chamadas *variantes*, que por sua vez, configuram uma *variável linguística*. Uma variável é considerada como dependente, isto é, o emprego das formas não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural.

⁶⁰ Este resultado, exposto de maneira sintética aqui, será exposto, com mais detalhes, na próxima seção.

Dentre as variáveis independentes analisadas, ateremo-nos aos efeitos de uma delas em particular: a descrição do material que compõe o vocativo, que leva em consideração a extensão do SN vocativo. Foram consideradas para a análise desse fator as seguintes possibilidades: (i) SN Simples: considere aqui um determinante do tipo 'este', 'o', 'um', 'meu' e um nome ou apenas um nome; (ii) SN Complexo: os SNs compostos por mais de um nome ou por dois determinantes e um ou mais nomes.

É importante considerar que esse fator foi selecionado tendo em vista sua relevância para avaliar a possibilidade de movimento do sintagma nominal (que corresponde ao *vocativo*). Veremos os resultados da análise da extensão do SN vocativo na seção 2.

O objetivo deste artigo é, portanto, avaliar a possível correlação entre a mudança de ordem/posição do vocativo na oração e a extensão deste constituinte. O artigo organiza-se em duas seções. Na primeira seção, apresentamos a análise da ordem do vocativo na oração que realizamos em Moreira (2008). Na seção subsequente, apresentamos a análise da extensão do vocativo em relação à mudança de ordem deste constituinte na oração. Em seguida, apresentamos as considerações finais.

1 Posição do vocativo na oração

Iniciaremos esta seção, expondo alguns procedimentos metodológicos, que se fizeram importantes para a realização da análise. Na segunda parte da seção, exporemos os resultados da análise da ordem/posição de colocação do vocativo na oração.

1.1 Constituição: a amostra e o corpus

O *corpus* utilizado é formado por diálogos de peças teatrais escritas por autores brasileiros nos séculos XIX e XX. A escolha de peças de teatro para constituição da amostra justifica-se pelo fato de serem textos que mais se aproximam da modalidade oral da língua, uma vez que tendem a ser a representação da fala da personagem.⁶¹ Essa escolha deve-se ainda ao fato de

⁶¹ Deparamo-nos com um problema no estudo de períodos passados da língua: a ausência de falantes da língua representativa destes períodos. Faz-se necessário, então, analisar documentos representativos do(s) período(s) de tempo em estudo.

nesses textos encontrarmos um número considerável de construções com *vocativo* para a realização de uma análise quantitativa. Lembramos que a construção com *vocativo* emerge em situações de interlocução (discurso direto), já que o termo em questão é empregado quando se chama ou se dirige a uma pessoa ou coisa personificada.

As peças teatrais que compõem a amostra do século XIX são: *Leonor de Mendonça* de Gonçalves Dias (1846), - *O Noviço* de Martins Pena (1853), - *A virgem Martyr de Santarém* de Severiano Resende (1870) e - *A onça* de Modesto de Paiva (1897).

O *corpus* do século XX é composto pelas seguintes peças teatrais: *Lucrecia* de Américo Werneck (1900), *Scenários* de Luiz de Oliveira (1917), *Dois perdidos numa noite suja* de Plínio Marcos (1979) e *Pérola* de Mauro Rasi (1995)⁶².

Para evitar que textos que tiveram edições atualizadas fossem analisados, estas foram selecionadas com o máximo de rigor possível. Assim, foram selecionadas as edições mais antigas de cada obra, ou ainda, quando possível, o original manuscrito.

Para a realização de uma análise variacionista, nos moldes da sociolinguística variacionista, foram retiradas das peças todas as ocorrências de *vocativo*, chegando-se à soma de 1420 dados.⁶³ Obtivemos, assim, dados representativos da fala dos períodos passados da língua considerados neste estudo. Os dados foram codificados a partir de hipóteses formuladas no decorrer da pesquisa e submetidos como “input” ao programa de análise estatística Goldvarb 2001 ou versão Varbrul para o Windows.

A seguir, expomos a análise quantitativa realizada.

1.2 A Análise Quantitativa

No *corpus* analisado, computamos, como dissemos, um total de 1420 estruturas contendo *vocativo*, como o mostra a Tabela 1, a seguir:

⁶² A referência de todas as peças e obras estão expostas na bibliografia.

⁶³ Para realização de uma análise variacionista, faz-se necessário o levantamento de um número exaustivo de dados.

Tabela 1: Distribuição das ocorrências de vocativo no corpus analisado

<i>Estrutura</i>	<i>Nº de Ocorrências</i>	<i>Porcentagem</i>
[Or + Voc + Or]	133	9 %
[Voc + Or]	511	36 %
cl	776	55 %
Total	1420	100 %

Considerando as porcentagens acima apresentadas, verifica-se que a modalidade [Or + Voc] se apresenta mais freqüente (55%), em relação às duas outras modalidades [Voc + Or] e [Or + Voc + Or], que representaram, respectivamente, 36% e 9%.

Ao constatar a baixa freqüência relativa da ordem [Or + Voc + Or], optamos por descartar esses enunciados, no que se refere à análise quantitativa realizada neste estudo, já que esta é feita a partir de uma variável binária.

1.2.1 A Variável Independente Externa

No *corpus* do presente trabalho, considerou-se o fator externo *tempo*. Como era de se esperar, este fator foi selecionado como significativo pelo programa estatístico. O trabalho com este fator, como é sabido, visa a comprovar ou não a hipótese de que há um perfil de mudança envolvendo a posição de colocação do vocativo na oração.

A distribuição das estruturas com vocativo do referido corpus em relação ao período de tempo em que foram escritas são apresentadas na próxima seção, correspondendo T1 à 1ª metade do século XIX, T2 à 2ª metade do século XIX, T3 à 1ª metade do século XX e T4 à 2ª metade do século XX.

1.2.2 Análise do uso das Variantes da Variável Dependente de acordo com o tempo

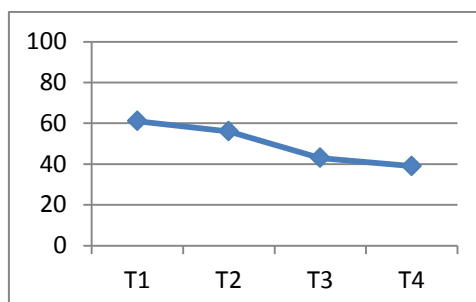
A distribuição das ocorrências de vocativo, em relação ao período de tempo, pode ser visualizada na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Taxa de uso das ocorrências de vocativo em função do tempo

Estruturas	T1			T2			T3			T4			Total
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	Nº	%	PR	Nº	%	PR	
[Voc + Or]	160	43		114	46		131	35		106	36		511
[Or +Voc]		.61			.56			.43			.39		776
	209	57		133	54		245	65		189	64		
		.38			.43			.57			.60		
Total	369	100	-	247	100	-	376	100	-	295	100	-	1287

A comparação dos resultados mostra perfis diferentes entre as variantes, o que sugere estar havendo competição entre as construções com vocativo em todos os períodos de tempo analisados.

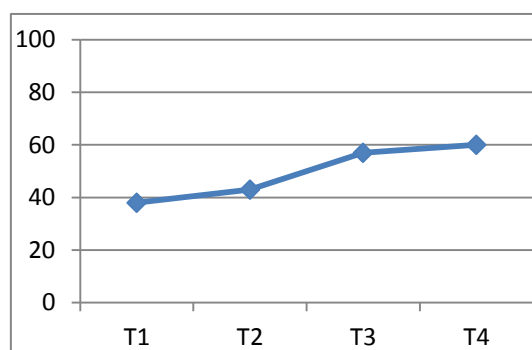
O gráfico 1, a seguir, lança mão dos pesos relativos e mostra o perfil da ordem [Voc + Or] em função do tempo:

Gráfico 1: Efeito do fator tempo sobre o uso da ordem [Voc + Or]

O gráfico mostra que a ordem [Voc + Or], que ocorre com mais frequência em T1 (1ª metade do século XIX), descende gradativamente ao longo do tempo.

Vejam os perfis apresentados pela ordem [Or + Voc] no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2: Efeito do fator tempo sobre o uso da ordem [Or + Voc]



A ordem [Or + Voc], no entanto, apresenta perfil ascendente, com maior índice de ocorrência em T4 (2ª metade do século XX). Observe-se que esse perfil mostra uma curva em S, sendo, portanto, indicativo de mudança lingüística. Por essa razão, daqui em diante, a ordem [Or + Voc] será denominada de ordem inovadora.⁶⁴

Observe-se, ainda, que a preferência por esta ordem começa a acontecer na 2ª metade do século XIX, quando o índice de ocorrência dessa construção mudou de .43, na 2ª metade do século XIX, para .57 na 1ª metade do século XX.

Continuando a análise, em Moreira (2008), desenvolvemos uma análise sobre o perfil de mudança identificado, qual seja o perfil ilustrado por uma curva em S, com base em Kroch (1989). O autor observa, a partir da análise de várias *mudanças* lingüísticas que apresentam o perfil de curva em S, com a utilização de um modelo matemático proposto por ele, que quando uma forma gramatical é substituída por outra em competição em um conjunto de contextos lingüísticos, a taxa de substituição é a mesma em todos eles. Em outras palavras, os contextos que favorecem a forma inovadora são, geralmente, diferentes para cada período de tempo, no entanto, atuam sobre a variante inovadora em proporção igual. O próprio autor admite que este resultado é surpreendente, uma vez que era de se esperar que a mudança procedesse mais rápida em contextos em que a forma inovadora fosse mais comum. Estamos tratando do que o autor denomina Hipótese da Proporção Constante. Acrescenta-se que estes contextos (ou fatores) favorecedores de

⁶⁴ O termo “inovadora”, referente à ordem [Or + Voc], foi empregado no sentido de que esta foi substituindo a ordem [Voc + Or] ao longo do tempo. Do mesmo modo que rotulamos a ordem [Or + Voc] de “inovadora”, podemos rotular a modalidade concorrente desta, [Voc + Or], de ordem “conservadora”.

uma forma inovadora, que apresenta como perfil da mudança uma curva em S, apresentam também, geralmente, uma curva em S como representativa do perfil de atuação do fator sobre o uso da forma inovadora.⁶⁵

Na próxima seção, apresentamos a análise do fator linguístico extensão do SN vocativo em relação a mudança de ordem/posição do vocativo na oração.

3 Extensão do SN vocativo

Como já dito anteriormente, esse fator foi selecionado tendo em vista sua relevância para avaliar a possibilidade de movimento do SN vocativo. Foram consideradas para a análise desse fator as seguintes possibilidades:

A) SN Simples: considere aqui um determinante do tipo 'este', 'o', 'um', 'meu' e um nome ou apenas um nome.

(4) Vê se me esquece, Paco.

(Plínio Marcos, 1978:14)

B) SN Complexo: os SNs compostos por mais de um nome ou por dois determinantes e um ou mais nomes.

(5) Basta de humilhações, senhor conde de Villa Flor!

(A. Werneck, 1900:102)

Ouhalla (1994) descreve uma regra transformacional chamada 'extraposição' que move um XP para o lado direito do VP⁶⁶. Quando essa regra se aplica ao movimento de NP's, é chamada de Heavy NP Shift (Deslocamento

⁶⁵. Para mais detalhes, consultar Moreira (op. cit).

⁶⁶ De acordo com o autor, a extraposição difere dos outros movimentos transformacionais por se tratar de um movimento para à direita.

de NP pesado), uma vez que a regra se aplica somente a NP's pesados⁶⁷. Para explicar a regra, o autor cita o seguinte exemplo:

(6) Mary [_{VP} returned [_{NP} all the books she had borrowed]][_{PP} to the library].

Mary [_{VP} returned [_{PP} to the library] [_{NP} all the books she had borrowed]].

(Exemplos (129 b) e (130 b) de Ouhalla (1994:84-85))

No exemplo acima, o NP *all the books she had borrowed*, complemento do verbo *return*, é movido para uma posição à direita da sentença.

Considerando a regra “Heavy NP Shift”, descrita por Ouhalla, poderíamos pensar que NP's pesados tendem a se situarem à direita da oração. Esta consideração está de acordo com análise sintática das construções com vocativo feita, em perspectiva gerativista, em Moreira (2008).⁶⁸ De acordo com a análise citada, quando temos a ordem [Or + Voc] , não há movimento do *vocativo*, o que se movimenta é a oração para uma posição à esquerda e, este constituinte fica *in situ* (à direita). Tendo como base esta consideração, a nossa expectativa é a de que *vocativos* correspondentes a SN's complexos, por serem mais pesados, sejam mais recorrentes nas sentenças do nosso *corpus* quando à direita da oração.

Nesta perspectiva, consideramos que uma vez que SN's simples são mais propensos a operações de movimento, por serem NP's leves, o esperado é que estes favoreçam a ordem [Voc + Or]. De acordo com a análise sintática das construções contendo vocativos feita em Moreira (op.cit), a ordem [Voc+ Or] é obtida a partir do movimento do vocativo para uma posição à esquerda da sentença.

Na tabela 3, abaixo, apresentamos a taxa de uso da ordem [Or+Voc] em função da extensão do SN vocativo.

⁶⁷ A palavra “heavy”, assim, é entendida como vários constituintes. O autor explica que o NP *book*, por exemplo, não é pesado e, por isso não está sujeito à regra transformacional Heavy NP Shift.

⁶⁸ Moreira (2008) faz uma análise sintática das construções contendo vocativo, considerando as diferentes posições de colocação do vocativo na oração, dentro de uma perspectiva gerativista (Chomsky (1995, 2005), Rizzi (1997)).

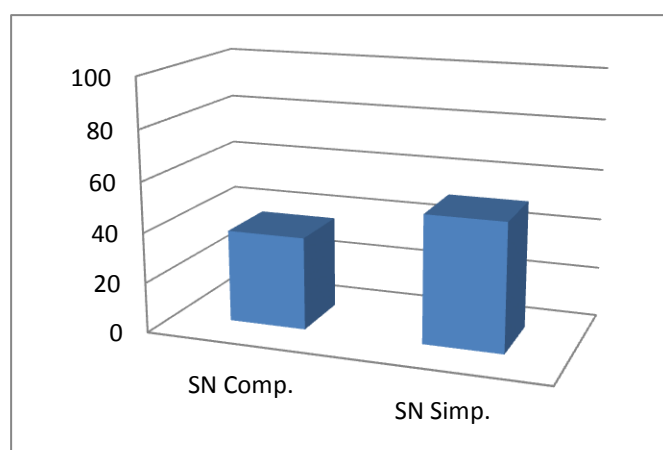
Tabela 3: Taxa de uso da ordem [Or + Voc] em função da extensão do SN vocativo

Fatores	Nº de Ocorrências/ Total	Porcentagem	Pesos Relativos
SN Complexo	64/ 138	46 %	.37
SN Simples	712/ 1149	62%	.51

É observável a maior produtividade da ordem [Or + Voc], quando o vocativo é um SN simples (.51). Observe-se, ainda, que o número de SN's complexos, encontrados nas peças de teatro, é bem menor (64 construções) do que o número de SN's simples (712 construções).

O gráfico 3 apresenta, com base nos pesos relativos, o efeito da extensão do SN vocativo em função da ordem inovadora no *corpus*.

Gráfico 3: Efeito do fator descrição da extensão do SN vocativo sobre o uso da ordem [Or + Voc]



Esse resultado não está de acordo com a suposição feita anteriormente, uma vez que era esperado que o fator SN complexo (SN pesado) favorecesse a ordem inovadora devido à tendência do SN pesado de se estabelecer à direita da sentença, conforme assinalado por Ouhalla (1994): À primeira vista, este resultado contraria também a análise sintática das construções com vocativo feita por Moreira (2008), segundo a qual, como vimos, quando temos a

ordem [Or + Voc] , o que se movimenta é a oração para uma posição à esquerda e, este constituinte fica *in situ* (à direita).

Constatamos, no entanto, que o que temos é uma evidência a favor de ser a ordem [Or + Voc] a modalidade inovadora. Os SN's simples, que apresentam maior produtividade, estão preferencialmente na posição à direita da oração. Em outras palavras, o resultado obtido aponta para o avanço da mudança de ordem do vocativo na oração, mudança esta que atinge preponderantemente as construções contendo vocativos em que este constituinte trata-se de um SN simples.

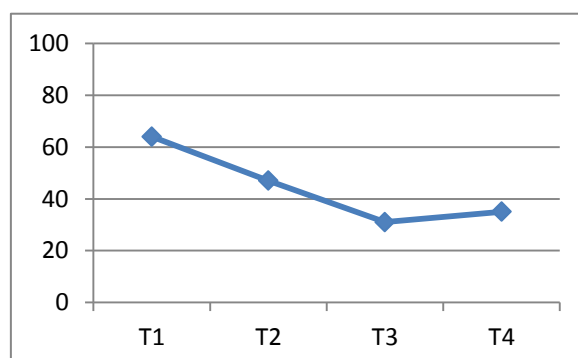
Na tabela 4, expomos os resultados ao longo dos períodos de tempo considerados:

Tabela 4: Taxa de uso da ordem[Or + Voc] em função da extensão do SN vocativo ao longo do tempo

Extensão do SN vocativo	T1		T2		T3		T4		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
SN simples	187	56	108	56	234	69	183		712	
							66		62	
SN complexo	21	64	25	47	11					
					31		6		63	
							35		46	

Observe-se que o uso de SN's simples aumenta ao longo dos períodos de tempo analisados e, portanto favorece o uso da ordem [Or + Voc]. Já o uso de SN's complexos decresce, como ilustra o gráfico 4, a seguir:

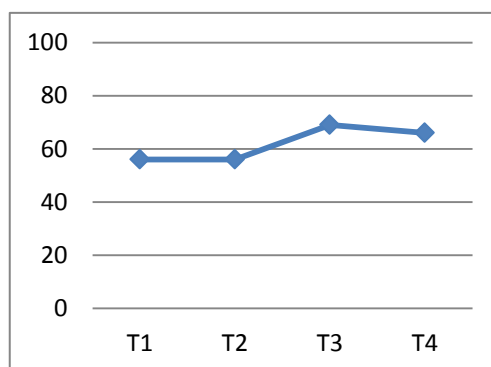
Gráfico 4: Efeito do fator de SN complexo como vocativo sobre o uso da ordem [Or + Voc]



O gráfico mostra o perfil descendente dos SN's complexos, quando da ordem inovadora, ao longo do tempo. De acordo com este resultado, o fator analisado não favorece o uso da ordem mencionada.

O gráfico 5 apresenta, com base em porcentagens, o efeito da influência do fator SN simples sobre o uso da ordem [Or + Voc] ao longo do tempo:

Gráfico 5: Efeito do fator de SN simples sobre o uso da ordem [Or + Voc]



No gráfico, é possível visualizar o aumento de SN's simples (vocativos) no uso da ordem [Or + Voc], ao longo dos períodos de tempo analisados. É curioso observar que o perfil apresentado é também ilustrado por uma curva em S, perfil esse também apresentado pela ordem [Or + Voc], como mostrado no gráfico 2. Considerando a análise de Kroch (1989), é esperado que os contextos (ou fatores) favorecedores de uma forma inovadora, que apresenta, como perfil da mudança, uma curva em S, apresentam também, geralmente, uma curva em S como representativa do perfil de atuação do fator sobre o uso

da forma inovadora.⁶⁹ Constatamos, assim, que os resultados apresentados, corroboram a análise de Kroch (1989) de mudanças linguísticas que apresentam perfil de curva em S.

Considerações finais

Ao diagnosticar um processo de mudança linguística em andamento no PB, investigamos também os fatores que podem levar a mudança à frente. Neste artigo, detalhamos análise de um fator linguístico em particular, a extensão do SN vocativo.

Era esperado que a ordem [Or + Voc] fosse favorecida em casos em que o SN vocativo se tratasse de um SN complexo, devido à tendência de situarem-se à direita da oração (OUHALLA, 1994). Esta expectativa, era também a de Moreira (2008), que considera que, para a obtenção da ordem [Or + Voc], é a oração que se move para à esquerda do SN vocativo, não se tratando, portanto, de extraposição (do SN vocativo) para a direita da oração.

No entanto, de acordo com os resultados, os SN's simples são os que mais ocorrem à direita da oração em construções contendo vocativos. Constatamos que este resultado demonstra que o fator em questão é, de fato, um dos que, auxiliam a levar a mudança à frente.

Obtivemos, assim, neste artigo, uma confirmação de que a ordem [Or +Voc] trata-se da variante inovadora. Em outras palavras, o resultado obtido aponta o avanço da mudança de ordem do vocativo na oração, que atinge preponderantemente as construções contendo vocativos em que este constituinte trata-se de um SN simples.

Ao analisar a influência do fator extensão do SN vocativo ao longo do tempo, verificamos o aumento de construções em que o vocativo é um SN simples, quando do uso da ordem inovadora, a saber [Or + Voc]. O perfil identificado apresenta uma curva em S, característico de mudança linguística, que é representativo da atuação do fator sobre o uso da ordem inovadora; perfil esse também apresentado por esta ordem ao longo dos períodos de tempo analisados. Vimos que este resultado corrobora análise de Kroch (1989), segundo a qual os contextos que favorecem a forma inovadora (SN simples,

⁶⁹Para mais detalhes, consultar Moreira (op. cit).

por exemplo) são geralmente diferentes para cada período de tempo, no entanto, podem estar atuando sobre a variante inovadora em proporção igual.

Bibliografia do *Corpus*

DIAS, Gonçalves, Leonor de Mendonça: In: *Obras Posthumas de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Ed. H. Garnier, 1868. p.144- 264.

MARCOS, Plínio. *Dois perdidos numa noite suja*. São Paulo: Ed. Global, 1978.

PENA, Martins. O Noviço. In: *Teatro de Martins Pena*. Rio de Janeiro: Ediouro. Ed. Tecnoprint Ltda. (Edição Crítica Darcy Damasceno), 1956. p. 293-335.

RESENDE, Severiano N. C. *A virgem Martyr de Santarém*. Manuscrito. Acervo do Clube Teatral Artur Azevedo. Biblioteca da UFSJ, 1870.

PAIVA, Modesto de. *A onça*. Manuscrito Acervo do Clube Teatral Artur Azevedo. Biblioteca da UFSJ. 1897

OLIVEIRA, Luis de, *Scenarios*. Juiz de Fora: Typographia Gutemberg J. Ribeiro, 1917.

RASI, Mauro. *Pérola*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.

WERNECK, Américo. *Lucrecia*. Cidade de Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais,

Referências

_____. & MOREIRA, J. C. *O Vocativo na Língua Coloquial de Minas Gerais no século XIX e XX: uma abordagem variacionista*. Monografia de Bacharelado ICHS/ UFOP, 2005.

KROCH, A., *Reflexes of grammar in patterns of language change*. University of Pennsylvania, 1989

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1972.

_____. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds). *Perspective on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamin, 1982.

_____. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

MOREIRA, J.C. *O vocativo no Português Brasileiro nos séculos XIX e XX: um estudo de mudança lingüística*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OUHALLA, J. Introducing *Transformacional Grammar. From rules to principles and parameters*, London: Routledge, 1994. p.84-86

WEINREICH, U., LABOV, W., HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: Lehmann, W. & Malkiel, Y. (ed.) *Directions for historical linguistics*, Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-189.

**AS VOGAIS POSTÔNICAS DO SÉCULO XIII: UM OLHAR SOBRE A
ESCRITA DA ÉPOCA**

**THE UNSTRESSED WORD-FINAL VOWELS OF 13TH CENTURY: AN
ANALYSIS OF MEDIEVAL WRITING**

Juliana Simões Fonte (PG/UNESP-Araraquara)

jujufonte@yahoo.com.br

Gladis Massini-Cagliari (UNESP-Araraquara)

gladismac@gmail.com

Resumo: O propósito do presente estudo é obter um quadro fonológico do sistema vocálico, em posição átona final, vigente no português do século XIII. Como *corpus* para esta pesquisa, foram consideradas as 420 *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, elaboradas na segunda metade do século XIII. A metodologia adotada neste estudo baseia-se no mapeamento e análise de todos os grafemas empregados no *corpus* considerado para representar as vogais em posição postônica final. Ao observar a grafia e as rimas adotadas nas cantigas afonsinas, o presente estudo obteve informações relevantes sobre a realização das vogais átonas finais no português arcaico.

Palavras-chave: Português Arcaico; *Cantigas de Santa Maria*; Vogais Postônicas Finais; Variação Gráfica.

Abstract: This work aims to obtain a phonological description of unstressed word-final vowels of Medieval Portuguese (MP). The *corpus* of this research is comprised of Alfonso X's *Cantigas de Santa Maria*, composed on the second half of the 13th century. This work maps all the graphemes that represent, in the *corpus* considered, the unstressed word-final vowels. From the analyses of writing and rhymes in Alfonso X's *Cantigas de Santa Maria*, it was possible obtain some important information about the realization of the unstressed word-final vowels in MP.

Keywords: Medieval Portuguese; *Cantigas de Santa Maria*; Unstressed Word-final Vowels; Writing Variation.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma descrição fonológica das vogais postônicas finais do português arcaico (PA), a partir da observação de sua ocorrência nas 420 *Cantigas de Santa Maria* (CSM) de Afonso X, o rei Sábio de Leão e Castela, elaboradas na segunda metade do século XIII.

De acordo com Câmara Jr. (2007[1970], p. 44), o sistema fonológico de vogais átonas finais do português brasileiro (PB) atual é constituído de três fonemas: /a, i, u/. O autor considera, pois, que, para a vogal átona final, há, no PB atual, neutralização entre /o/ e /u/ e entre /e/ e /i/, sendo que /u/ representa o fonema da série das vogais posteriores, e /i/ representa o fonema da série das vogais anteriores.

Partindo desse testemunho de Câmara Jr. (2007[1970]), este trabalho se propôs a analisar a ocorrência das vogais postônicas finais, nas 420 cantigas afonsinas, com o intuito de investigar se, no século XIII, já se verificava essa neutralização entre vogais médias (/e, o/) e altas (/i, u/), em posição átona final, que se verifica no PB atual.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se, principalmente, no mapeamento de todos os grafemas empregados nas CSM para representar as vogais átonas finais. Foram consideradas, nesta pesquisa, as edições das cantigas religiosas organizadas por Walter Mettmann (1986a, 1988, 1989). Além disso, mapeamos todas as ocorrências de vogais átonas finais nas rimas das CSM, com o propósito de investigar a possibilidade de rima entre vogais médias e altas, no *corpus* considerado. Betti (1997) fez um levantamento de todas as rimas empregadas nas 420 CSM. Este trabalho partiu das informações contidas nesse rimário organizado pela autora para mapear a ocorrência das vogais postônicas finais nas rimas do *corpus* referido.

A partir deste trabalho, foi possível obter informações relevantes sobre o sistema fonológico de vogais átonas finais vigente no português do século XIII.

2. O Corpus

As CSM constituem uma coleção de 420 cantares em homenagem à Virgem Maria, escritos em galego-português, na segunda metade do século XIII. Para Leão (2007, p. 21), esse cancioneiro mariano é “de longe a maior e mais rica coleção produzida nos vernáculos românicos da Idade Média sobre esse tema”.

Mettmann (1986b, p. 7) afirma que, das 420 CSM (descontadas sete repetições), 356 são narrativas e relatam os milagres da Virgem, e as demais, excetuando-se uma introdução e dois prólogos, são cantigas de *loor* (louvor) ou referem-se a festividades do calendário cristão, relativas a episódios da vida de Santa Maria ou de seu Filho Jesus Cristo.

De acordo com Leão (2007, p. 23), as cantigas de louvor (*loor*) são manifestações claras do gênero lírico na coletânea. Em relação às cantigas de milagre (*miragre*), a autora declara que, embora pertençam ao gênero narrativo, também apresentam “freqüentes traços de lirismo laudatório, sobretudo nos refrões e nos finais de milagres”. Diante dessa constatação, a estudiosa conclui que as cantigas de *miragre* dedicam, como as cantigas de *loor*, louvores à Virgem e que, de uma forma geral, todo o cancioneiro deve ser considerado um canto de louvor.

As CSM são acompanhadas de notações musicais e de iluminuras (miniaturas) que ilustram e complementam o conteúdo textual das cantigas. Para Bertolucci Pizzorusso (1993a, p. 144), a coletânea das CSM é uma obra para ser vista e ouvida, na qual “uma milagristica por imagens junta-se à milagristica em versos”.

No que concerne à autoria das CSM, como bem notou Parkinson (1998, p. 181), parece bem estranho perguntar quem foi o autor desse cancioneiro mariano, se, quase por definição, a elaboração da coletânea é atribuída a D. Afonso X, o Sábio, Rei de Leão e Castela. Parkinson (1998, p. 182), no entanto, mostra que a questão sobre a autoria das CSM é bastante pertinente e aparece constantemente nos estudos que investigam as características da obra.

Para Parkinson (1998, p. 183), estando Afonso X tão empenhado no projeto mariano, é bem provável que o monarca tenha acompanhado de perto o processo de estruturação e composição da obra. Contudo, considerando-se o caráter extenso da coletânea e o fato de que Afonso X, na condição de Rei de

um vasto território, deveria ter muitos outros compromissos a se dedicar, torna-se difícil de acreditar que ele, sozinho, tenha composto as 420 cantigas que integram o cancionero mariano. Por outro lado, conforme aponta Parkinson (1998, p. 183), embora a lógica indique que Afonso X não poderia ter composto todas as 420 CSM, é improvável que ele, sendo poeta, não tenha escrito, pelo menos, algumas dessas cantigas religiosas.

Diante dessa questão, o autor (PARKINSON, 1998, p. 186) conclui que, embora possa ter havido mais de um colaborador envolvido no projeto afonsino, cabe a Afonso X o título de autor dessa obra, na medida em que foi ele o seu principal idealizador, aquele que “mandou fazer” o cancionero mariano, que encomendou a coletânea, contando com a colaboração de várias pessoas, tanto na criação dos textos poéticos, quanto na elaboração dos manuscritos, tão ricos em conteúdo artístico. Pode-se dizer, pois, que participaram da elaboração do projeto mariano, idealizado por Afonso X: tradutores de milagres franceses, castelhanos, latinos, portugueses; poetas encarregados de versificar os milagres e louvar a Virgem; músicos; copistas; e miniaturistas (cf. PARKINSON, 1998, p. 185).

Leão (2007, p. 20) compara o trabalho de Afonso X, na elaboração do cancionero mariano, ao trabalho cooperativo desenvolvido nas corporações de ofício medievais, “onde toda obra se fazia sob a direção de um ‘mestre’, cuja responsabilidade e autoridade lhe garantiam o direito de autoria sobre o trabalho realizado por ‘companheiros’ e ‘aprendizes’”. A autora considera, pois, que Afonso X foi esse “mestre de obras”, em sua área, no que diz respeito à realização plena das CSM.

Devido ao fato de a figura de Afonso X estar no centro do processo de composição do cancionero mariano, sua biografia, conforme lembra Massini-Cagliari (2005, p. 62), é um fator determinante no que se refere à datação das CSM. De acordo com Filgueira Valverde (1985, p. 11 e 13), Afonso X nasceu em Toledo, a 22 de novembro de 1221, e morreu em Sevilha, a 4 de abril de 1284. Filho de Fernando III, Rei de Leão e Castela, e de Beatriz de Suábia, Afonso X tornou-se rei em 1252, tendo permanecido no trono durante trinta e dois anos, até a sua morte (cf. BERTOLUCCI PIZZORUSSO, 1993b, p. 36). A partir de tais dados biográficos, considera-se que as CSM foram compostas durante a segunda metade do século XIII.

As CSM encontram-se distribuídas em quatro manuscritos provenientes do final do século XIII:

- O *códice de Toledo* (To), que, inicialmente, pertencia à Biblioteca da Catedral de Toledo (daí a abreviação *To*) e, desde 1869, encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid (cf. FERREIRA, 1994, p. 59);
- O *códice rico* de El Escorial (T), que foi transferido, ao final do século XVI, de Sevilha para a Biblioteca Real de El Escorial (Real Monasterio de san Lorenzo, na Espanha),⁷⁰ onde permanece até hoje (cf. FERREIRA, 1994, p. 60);
- O *códice de Florença* (F), que se encontra, atualmente, na Biblioteca Nacional Central de Florença (cf. FERREIRA, 1994, p. 60);
- O *códice dos músicos* de El Escorial (E), que, como T, foi transferido, ao final do século XVI, de Sevilha para a Biblioteca Real de El Escorial (Real Monasterio de san Lorenzo), onde permanece desde então (cf. FERREIRA, 1994, p. 62).

Parkinson (1998, p. 180) afirma que, dos quatro manuscritos, o menor e mais antigo é o *códice de Toledo* (To); o mais rico em conteúdo artístico é o *códice rico* de El Escorial (T), que forma, junto com o manuscrito de Florença (F), os chamados *códices das histórias*; e o mais completo é o *códice dos músicos* de El Escorial (E). Schaffer (2000, p. 207) lembra que *To* é o único manuscrito que chegou a ser terminado: *T*, *F* e *E* estão todos inacabados.

Foi, portanto, esse cancionero mariano monumental, remanescente do século XIII, considerado uma das fontes mais ricas do galego-português, que serviu de *corpus* para esta pesquisa linguística.

3. As Vogais Átonas Finais no Português Arcaico

Antes de apresentarmos os resultados desta pesquisa, é importante que revisitemos alguns trabalhos anteriores que se debruçaram sobre o sistema vocálico vigente no período arcaico. Mattos e Silva (2006, p. 55) resume o sistema fonológico de vogais átonas finais do PA da seguinte forma: “pode-se propor como possível, na distribuição final, um sistema de três membros - uma

⁷⁰ Veja-se Massini-Cagliari (2005, p. 63).

vogal central e duas vogais, uma da série anterior outra da série posterior, com realizações fonéticas variáveis que oscilariam, respectivamente, entre [e] e [i], e entre [o] e [u]”.

Ao analisar as *cantigas de amigo*, Granucci (2001, p. 82) também identificou, para as vogais átonas finais do PA, um sistema vocálico constituído de três vogais, a saber: /a, e, o/.

Conforme se pode observar, os estudos abordados consideram que, no PA, já se verificava a neutralização, em posição átona final, entre [e] e [i], na série das vogais anteriores, e entre [o] e [u], na série das vogais posteriores.

Diante dessa perspectiva, o presente estudo preocupou-se em analisar a grafia e as rimas das CSM, a fim de verificar se os dados desta pesquisa confirmam (ou não) o testemunho das estudiosas referidas.

4. As Vogais Átonas Finais nas *Cantigas de Santa Maria*

Neste item do presente estudo, estão indicados e discutidos os resultados desta pesquisa, obtidos a partir da análise da grafia e das rimas das CSM de Afonso X.

Foram identificados, no *corpus* considerado, os seguintes grafemas vocálicos em posição átona final:

(01)

<a>

<e> e <i>

<o>

Conforme se pode observar, não identificamos, no *corpus* analisado, exemplos de termos grafados com a vogal <u>, em posição átona final. No que diz respeito ao grafema <i>, aparece esporadicamente, nas CSM, sobretudo em algumas formas verbais (ex.: *fezisti, ouvi* etc.), sempre variando com o grafema <e> (ex.: *feziste, ouve* etc.). Pode-se dizer, portanto, que a vogal átona final anterior está representada, nas CSM, de uma maneira geral e quase invariável, pelo grafema <e>.

Nos itens a seguir, apontamos e discutimos a ocorrência dos grafemas <e> e <i>, na série das vogais anteriores, e <o>, na série das vogais posteriores, no *corpus* analisado.

4.1 Os Grafemas <e> e <i>

Sobre a variação entre os grafemas <e> e <i>, em posição átona final, em documentos do PA, Maia (1997[1986], p. 375 e 376) declara o seguinte:

Em posição final, quer em final absoluto quer quando entravado por sibilante ou nasal, ocorre habitualmente, de modo relativamente estável, o grafema *e*. Contudo, nos textos estudados, registei também formas em que, em vez do grafema *e*, surge o grafema *i*.

O uso do grafema *-i* em vez de *-e* reflecte um fenómeno que já existiria na língua falada de então e que se manifesta ainda em vastas zonas dos actuais falares galego-portugueses: a realização de /e/ final como [i] ou como uma vogal de timbre intermédio entre *-e* e *-i*.

Ao analisar as rimas das CSM, mapeadas por Betti (1997), identificamos as seguintes terminações com o grafema <e> em posição átona final:

(02) Em final absoluto

<i>-ade</i>	<i>-ave</i>	<i>-onte</i>
<i>-adre</i>	<i>-ece</i>	<i>-orre</i>
<i>-age</i>	<i>-ede</i>	<i>-orte</i>
<i>-ame</i>	<i>-ide</i>	<i>-oste</i>
<i>-ande</i>	<i>-isse</i>	<i>-ousse</i>
<i>-are</i>	<i>-iste</i>	<i>-ouve</i>

<i>-arte</i>	<i>-obre</i>	<i>-ude</i>
<i>-asse</i>	<i>-ole</i>	<i>-ume</i>
<i>-aste</i>	<i>-ome</i>	

(03) Em sílaba travada por sibilante /S/

<i>-ades</i>	<i>-erdes</i>
<i>-agres</i>	<i>-eres</i>
<i>-ardes</i>	<i>-istes</i>
<i>-ares</i>	<i>-obres</i>
<i>-artes</i>	<i>-oces</i>
<i>-astes</i>	<i>-ontes</i>
<i>-eces</i>	<i>-ores</i>
<i>-edes</i>	<i>-ozes</i>

(04) Em sílaba travada por nasal /N/

-agen
-aren
-assen
-azen
-ecen
-issen

A seguir, estão indicados alguns trechos das CSM envolvendo essas terminações em suas rimas:

(05)

E nunca nos podia | ja mayor amizade
 mostrar que quand' adusse | mandado, con verdade,
 que Deus ome seria | pola grand' omildade
 que ouv' a Virgen sigo.

Muito foi noss' amigo

Gabriel, quando disse:

"Maria, Deus é tigo."

(2ª estrofe da CSM 210)

(06)

Entre Deus e as gentes | que foren pecadores.
 Poren vay-te ta via | e leixa teus pastores
 que guarden teus gãados; | ca muito son mayores
 de Deus as sas merçees | ca ren que foss' osmada.

Be)eyto foi o dia | e benaventurada

a ora que a Virgen | Madre de Deus, foi nada.

(19ª estrofe da CSM 411)

(07)

Cabo do Fillo daquela omagen
 e diss' o menynno: "Queres papar?"
 Mais la figura da Virgen mui sagen
 diss' a seu Fillo: "Di-lle sen tardar
 que non ss' espante,
 mais tigo jante
 u sempre cant' e
 aja solaz
 e seja quito

do mui maldito
 demo que scrito
 é por malvaz.”

(3ª estrofe da CSM 139)

Entre todas as terminações acima indicadas, apenas *-iste* apresenta variação com a terminação *-isti*, ambas referentes à segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo. Tendo em vista essa variação gráfica, analisamos as rimas das CSM, a fim de verificar se os verbos terminados em *-isti* rimavam com os verbos terminados em *-iste*. Não identificamos uma rima direta entre essas terminações, mas verificamos que elas ocorrem em uma mesma cantiga (CSM 40), conforme indicado a seguir:

(08)

Deus te salve, groriosa
Rea Maria,
Lume dos Santos fremosa
e dos Ceos Via.

Salve-te, que **concebiste**
 mui contra natura,
 e pois teu padre **pariste**
 e ficaste pura
 Virgen, e poren **sobiste**
 sobela altura
 dos ceos, porque **quesiste**
 o que el queria.
Deus te salve groriosa...

Salve-te, que **enchoisti**
 Deus gran sen mesura
 en ti, e dele **fezisti**
 om' e creatura;
 esto foi porque **ouvisti**

gran sen e cordura
 en creer quando **oisti**,
 ssa mesageria.
Deus te salve, groriosa...

Salve-te Deus, ca nos **disti**
 en nossa figura
 o seu Fillo que **trouxisti**,
 de gran fremosura,
 e con el nos **remisti**
 da mui gran locura
 que fez Eva, e **vencisti**
 o que nos vencia.
Deus te salve, groriosa...

Salve-te Deus, ca **tollisti**
 de nos gran tristura
 u por teu Fillo **frangisti**
 a carcer escura
 u yamos, e **metisti**
 nos en gran folgura;
 con quanto ben nos **visti**,
 queno contaria?
Deus te salve, groriosa...

(CSM 40)

Embora não haja uma rima direta entre as terminações *-iste* e *-isti*, na cantiga acima transcrita, pode-se dizer que essas duas terminações estão representando, senão um mesmo som, um som bastante próximo (com diferença nada ou muito pouco perceptível), uma vez que, conforme se pode observar, as mesmas rimas são repetidas em todas as estrofes: *-iste*, *-ura*, *-iste*, *-ura*, *iste*, *-ura*, *-iste*, *-ia*, *-osa*, *-ia*, *-osa* e

-ia. Pode-se dizer, pois, que esse fato constitui um argumento a favor de se considerar que, no PA, não havia oposição fonológica entre /e/ e /i/, em posição átona final.

Após analisar a ocorrência das vogais <e> e <i>, nas rimas das CSM, consultamos todos os vocábulos presentes no Glossário de Mettmann (1972), a fim de identificar casos de variação entre essas vogais, em posição átona final, nos demais termos do *corpus* analisado, que não haviam aparecido nas rimas. Foram identificados pouquíssimos casos de variação entre <e> e <i>, em posição átona final, no *corpus* analisado. Na grande maioria dos casos identificados, a variação ocorre entre formas verbais, conforme mostram os exemplos a seguir:

(08) Em final absoluto

(08a) Verbos

ouve (CSM 1, 2, 4, 5, 7) / *ouvi* (CSM 25, 38)

ouviste (CSM 241, 350, 420, 422) / *ouvisti* (CSM 40)

dixe (CSM 55, 125, 144, 233, 238) / *dixi* (CSM 196)

diste (CSM 105) / *disti* (CSM 40)

feziste (CSM 6, 14, 32, 75, 84) / *fezisti* (CSM 40)

(08b) Nomes

sangue (CSM 38 T To, 73, 104, 133, 149) / *sanguí* (CSM 38 E, 101, 104, 154, 222)

(09) Em sílaba travada por nasal /N/

orden (CSM 13, 42, 47, 59, 76, 82, 201, 204, 365) / *ordin* (CSM 7, 88, 154, 241, 354, 304, 332, 365)

A partir do que foi acima apresentado, pode-se dizer que os dados deste trabalho levam-nos a acreditar que, no PA, não havia, de fato, distinção fonológica entre as vogais /e/ e /i/, em posição átona final. Os casos de

variação entre os grafemas <e> e <i>, nos exemplos acima indicados, apontam para possíveis variações fonéticas na realização desse fonema, no PA.

4.2 O Grafema <o>

Ao analisar as rimas das CSM, mapeadas por Betti (1997), não identificamos a ocorrência do grafema <u>, em posição átona final. O grafema <o> aparece, portanto, em todas as rimas que apresentam uma vogal posterior, em posição átona final, no *corpus* analisado:

(10) Em final absoluto

-aço	-avo	-ico	-orto
-ado	-eço	-iço	-oso
-afo	-edo	-ido	-osso
-ago	-ego	-igo	-osto
-allo	-eiro	-indo	-ouco
-alo	-eito	-isto	-ouro
-alto	-ello	-ivo	-udo
-ando	-elo	-ogo	-uito
-ano	-ero	-oiro	-undo
-anto	-esto	-ojo	-uro
-asso	-eso	-ondo	-uso

(11) Em sílaba travada por sibilante /S/

-ados	-elos	-ollos
-amos	-emos	-ortos
-anos	-ermos	-osos
-antos	-idos	-ouros
-eiros	-igos	-udos
-eitos	-illos	

(12) Em sílaba travada por nasal /N/

-*aron*

-*eron*

Os exemplos a seguir mostram a ocorrência de algumas dessas terminações nas rimas das CSM:

(13)

E os panos con que era ende o altar coberto
 eran ricos e mui nobres, esto sabemos por certo;
 e per cima da eigreja era o teito coberto;
 e ostias y menguavan e vynno branqu' e vermello.
A Madre de Deus que éste do mundo lum' e espello,
sempre nas cousas minguadas acorre e dá consello.

Ond' avo na gran festa desta Virgen en Agosto
 que entrou u ome bõo, e viu estar desaposto
 o altar e disse logo: «Par Deus, muit' é gran dosto
 d'o feito da Virgen santa seer metud' a trebello.
A Madre de Deus que éste do mundo lum' e espello,
sempre nas cousas minguadas acorre e dá consello.

(Trecho da CSM 273)

(14)

Ca os que y jajavan foron sãos e guaridos,
 e os que comeron carne, maltreitos e mal feridos;
 e macar que sse preçavan de fortes muit' e d' ardidos,
 non foi tal que non dissesse: “Quen foss' og' en Santaren!”
Maravillo-m' eu com' ousa a Virgen rogar per ren
aquele que as sas festas non guarda e en pouco ten.

(7ª estrofe da CSM 277)

(15)

Quand' esto diss' o meno, | quantos s'y acertaron

aos judeus foron logo | e todo-los mataron;
 e aquel que o ferira | eno fogo o queimaron,
 dizendo: “Quen faz tal feito, | desta guisa o rende.”

*A que do bon rey Davi
 de seu linnage decende,
 nenbra-lle, creed' a mi,
 de quen por ela mal prende.*

(17ª estrofe da CSM 6)

Conforme mencionado anteriormente, não encontramos, nas CSM, termos grafados com <u> átono final.⁷¹ A vogal posterior, em posição átona final, aparece, no *corpus* analisado, invariavelmente representada pelo grafema <o>: *engano* (CSM 26) , *estado* (CSM 65), *feito* (CSM 6), *forno* (CSM 258), *grosso* (CSM 242), *louros* (CSM 325), *raivoso* (CSM 393), entre outros exemplos.

Tendo em vista o que foi acima apresentado, pode-se dizer que os dados deste trabalho levam-nos a acreditar que não havia, no PA, oposição fonológica entre /o/ e /u/, em posição átona final, confirmando, pois, a neutralização entre esses fonemas proposta pelos estudos consultados neste trabalho e anteriormente referidos.

Pode-se dizer, portanto, que a conclusão para a vogal posterior, em posição átona final, é simétrica em relação ao que se concluiu para a vogal anterior: há, no PA, uma neutralização entre vogais médias e altas, nessa posição do acento, tanto para as vogais anteriores (/e/ e /i/), quanto para as vogais posteriores (/o/ e /u/).

Por outro lado, diremos que essa linearidade entre vogais anteriores e posteriores é parcial, se levarmos em consideração os casos de variação gráfica entre <e> e <i>, e entre <o> e <u>, identificados nas CSM. Enquanto que, para as vogais anteriores, foram identificados (embora poucos) exemplos dessa variação gráfica entre vogal média e vogal alta, para as vogais posteriores, não foram registrados termos grafados com <u> átono final.

⁷¹ Identificamos apenas um caso de variação gráfica, nas CSM, envolvendo o grafema <u>, mas a vogal postônica, nesse caso, não é final: *dicipolo* (CSM 426, 427) e *discipulo* (CSM 398).

5. Considerações Finais

A partir dos resultados acima apresentados, pode-se dizer que os dados desta pesquisa apontaram, para o PA, um sistema vocálico constituído de três fonemas: /a, e, o/. Constatamos, pois, que, naquele momento da língua (século XIII), já se verificava a neutralização entre /e/ e /i/, assim como entre /o/ e /u/, em posição átona final, que se verifica no PB atual.

Identificamos, no *corpus* analisado, alguns casos de variação gráfica entre <e> e <i> postônicos finais. Interpretamos essa variação gráfica como reflexo de possíveis variações fonéticas na realização da vogal /e/, em posição átona final, no PA.

Não foram identificados, nas CSM, casos de variação entre <o> e <u> átonos finais. Consideramos, no entanto, que o fato de não ter ocorrido variação gráfica entre as vogais posteriores, em posição postônica final, no *corpus* analisado, não significa que não havia, no PA, variação fonética envolvendo as vogais [o] e [u], nessa posição do acento. Foram levantadas, neste trabalho, duas hipóteses para a ausência de variação entre <o> e <u>, em posição átona final, nas CSM: ou a vogal alta <u> não foi registrada, em posição postônica final, porque naquele momento da língua, ao contrário do que ocorre no PB atual, era mais comum a ocorrência de [o], nessa posição, do que de [u]; ou a variação ocorria, na fala, mas não foi registrada, na escrita, por causas morfológicas, já que <o> está, geralmente, associado à marcação do gênero masculino, em português.

6. Referências

BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. Cantigas de Santa Maria. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993a. p. 142-146.

BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. Alfonso X. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993b. p. 36-41

BETTI, M. P. *Rimario e lessico in rima delle Cantigas de Santa Maria di Alfonso X di Castiglia*. Pisa: Pacini Editore, 1997.

CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2007. (1ª edição: 1970)

FERREIRA, M. P. The stemma of the marian cantigas: Philological and musical evidence. *Bulletin of the cantigueiros de Santa Maria*, Cincinnati, n. 6, p. 58-98, 1994.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de Santa María*: Códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.

GRANUCCI, P. M. F. *O sistema vocálico do português arcaico: um estudo a partir das rimas das cantigas de amigo*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - FCL/UNESP, Araraquara, 2001.

LEÃO, Â. V. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio. Aspectos culturais e literários*. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

MAIA, C. *História do galego-português*. 2ª edição. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. Reimpressão da edição do INIC, 1986.

MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores: estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. Tese (Livre Docência em Fonologia) – FCL/UNESP, Araraquara, 2005.

MATTOS E SILVA, R. V. *O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

METTMANN, W. Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972. v. IV: Glossário.

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (cantigas 1 a 100)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1986a.

METTMANN, W. Introducción. In: ALFONSO X, EL SABIO. *Cantigas de Santa María (cantigas 1 a 100)*. Madrid: Castalia, 1986b. p. 7-42.

METTMANN, W. (Ed.) Alfonso X, el Sabio. *Cantigas de Santa Maria (cantigas 101 a 260)*. Madrid: Castalia, 1988.

METTMANN, W. (Ed.). *Cantigas de Santa María (cantigas 261 a 427)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia, 1989.

PARKINSON, S. R. As *Cantigas de Santa Maria*: estado das cuestións textuais. *Anuario de estudos literarios galegos*, Vigo, p. 179-205, 1998.

SCHAFFER, M. E. The 'Evolution' of the *Cantigas de Santa Maria*: The Relationships between Manuscripts T, F and E. In: PARKINSON, S. (Ed.). *Cobras e Son: Papers on the Text Music and Manuscripts of the 'Cantigas de Santa Maria'*. Oxford: Legenda, University of Oxford, 2000. p. 186-213.

O USO DOS ADVÉRBIOS JÁ E AGORA COMO CONECTORES DE CONTRAJUNÇÃO

THE USAGE OF ADVERBS JÁ AND AGORA AS CONJUNCTIONS THAT EXPRESS CONTRAST

Kátia Maria Capucci Fabri (FAZU - Uberaba / PG UFU)

katia@fazu.br

RESUMO: Este estudo terá como propósito básico uma investigação a respeito do uso argumentativo dos conectores que marcam a oposição entre enunciados, **já e agora** em diferentes tipos de textos escritos, de acordo com a tipologia de Travaglia (1991, 2007), e em um corpus da língua falada, retirado do Projeto NURC (língua falada culta), do Projeto PEUL (língua falada não-culta) e do Projeto Mineirês (Projeto Mineirês e construção de um Dialeto: O Mineirês Belo-Horizontino, língua falada culta e não-culta). Para desenvolvê-lo, partimos das seguintes perguntas: os conectores marcadores de oposição, em estudo, têm empregos argumentativos diferentes de acordo com o tipo de texto e as modalidades de língua: escrita e oral? Quais os valores e condições de usos dos conectores que serão investigados, nos textos escritos e orais? Para responder a essas perguntas contamos com a base teórica da Linguística Textual, da Semântica Argumentativa e dos estudos da gramaticalização. Neste trabalho, concebemos língua como processo de interação e nessa perspectiva a abordagem que será dada aos conectores de contrajunção não apontará apenas para a função gramatical dos conectores analisados, mas sobretudo serão observadas as suas funções semântico-argumentativas.

Palavras-chave: Conectores; gramaticalização; argumentação

ABSTRACT: This study investigates the argumentative usage of conjunctios that express contrast among phrases, such as, **já** and **agora**, in speech language from: Projeto NURC (Rio de Janeiro), Projeto PEUL (Rio de Janeiro), Projeto Mineirês (Belo Horizonte) and in written language. The texts of written language are according to Travaglia's typological proposal (1991, 2007). This

research was developed with the following questions: do the conjunctions that express contrast have different argumentative usages according to different types of texts in written and speech languages? What are the meaning and conditions of usage of the conjunctions *já* and *agora*? The basis for analyses were Textual Linguistics, Semantics of argumentation and grammaticalization. For this study language is a process of interaction and the conjunctions that express contrast, *já* and *agora*, have argumentative and semantic functions.

Keywords: conjunctions, grammaticalization, argument.

Introdução

Para desenvolver este estudo, partimos dos objetivos: i) investigar o uso argumentativo **já** e **agora** dos conectores que marcam a oposição entre enunciados, em diferentes tipos de textos das modalidades da língua escrita e oral; ii) verificar quais são os valores e condições de uso dos conectores em estudo como marcadores de oposição, em textos das modalidades da língua oral e escrita; iii) descrever as orientações argumentativas estabelecidas pelo emprego dos conectores e iv) observar se algum dos conectores está passando pelo processo de gramaticalização.

Como hipóteses levantamos as seguintes: que as orientações argumentativas estabelecidas pelo locutor podem depender dos conectores empregados e conseqüentemente das suas intenções, que há usos de conectores diferentes para textos orais e escritos, já que esses textos possuem diferentes objetivos e que algumas palavras, classificadas pela gramática tradicional como advérbios, estão passando por um processo de gramaticalização.

Compreendemos, neste estudo, gramaticalização como “a transformação de itens e sintagmas lexicais em formas gramaticais”. (HOPPER, 1996, p.217). Para Hopper e Traugott (2003, p. 23), a gramaticalização refere-se à parte dos estudos de mudanças da língua que dizem respeito às questões como: certos itens lexicais e certas construções passam a ter em determinados contextos linguísticos funções gramaticais, ou, então, certos elementos linguísticos desenvolvem novas funções gramaticais.

Para a realização desta pesquisa, buscamos as contribuições dos estudos do texto e do discurso no que diz respeito ao funcionamento da língua em suas diferentes situações de interação verbal. Assim, contamos com a base teórica da Linguística Textual, da Semântica Argumentativa e dos estudos da gramaticalização.

Nesta pesquisa, concebemos língua como processo de interação e nessa perspectiva a abordagem que será dada aos conectores de contração não apontará apenas para a função gramatical dos conectores analisados, mas sobretudo serão observadas as suas funções semântico-argumentativas.

Espera-se que esta pesquisa possa ter impacto no ensino/aprendizagem desses elementos da língua, pois o que se observa, no cotidiano escolar, são condutas estreitas e míopes, que, com frequência, apresentam apenas propostas de classificação e memorização. Além disso, estamos apontando a mudança de significados de alguns itens lexicais, como o **já** e **agora**, até então vistos como indicadores apenas de circunstâncias temporais. Mesmo nas gramáticas tradicionais e em alguns livros didáticos de Língua Portuguesa, há uma visão superficial e taxinômica, no que se refere aos conectores.

Fundamentação teórica

Para a realização desta pesquisa utilizamos as contribuições da Linguística Textual, da Semântica Argumentativa, da Gramaticalização e dos estudos voltados para as questões da língua oral

A Linguística Textual é um ramo da Linguística, que começa a se desenvolver, na Europa, na década de 60. Essa teoria, de acordo com Koch (2008, p. 11), toma como objeto particular de investigação não a palavra ou a frase de forma isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, já que o homem se comunica por meio de textos, e que muitos fenômenos linguísticos só podem ser explicados no interior deles. Assim, ela tem como objeto específico de investigação o texto e não mais a palavra ou a frase.

A concepção de texto e discurso que sustentarão este estudo são,

texto como unidade linguística concreta (perceptível por um dos sentidos: para a língua, geralmente a audição ou a visão) que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independente de sua extensão. (TRAVAGLIA, 2007, p. 99).

E para discurso: “a própria atividade comunicativa, a própria atividade produtora de sentidos, para a interação comunicativa regulada por uma exterioridade sócio-cultural-ideológica.” (TRAVAGLIA, 2007, p. 99).

Dentre as tarefas da Linguística Textual, encontra-se o estudo dos diferentes tipos de texto.

Travaglia (1991, p.39) considera a tipologia como a possibilidade de particularização, de singularização dos discursos e ao mesmo tempo de sistematização e análise. O tipo, nessa perspectiva é, então, uma atividade estruturada sendo as suas regularidades sedimentadas dentro desses tipos.

Assim para o nosso estudo, adotaremos uma das tipologias de Travaglia (2007, p. 97-103), que apresenta os seguintes tipos com suas características: 1) descrição, dissertação, injunção e narração, cujo modo de enunciação é estabelecido para cada um dos tipos em relação ao referente, ao objeto de dizer, ao assunto sendo dado pela perspectiva em que o enunciador/locutor e interlocutor se colocam em relação ao saber/ conhecer x o fazer/ acontecer e o tempo e espaço. Na descrição, o enunciador está na perspectiva do espaço em seu conhecer, o que transforma o interlocutor em “voyeur” do espetáculo. Na narração, o enunciador se coloca na perspectiva do fazer/acontecer, na perspectiva do tempo e o interlocutor como o assistente. Na dissertação, o enunciador está na perspectiva do conhecer/saber, abstraindo-se do tempo e do espaço, e o interlocutor é posto como ser pensante, que raciocina. Na injunção, o enunciador se coloca na perspectiva do fazer/acontecer posterior ao tempo da enunciação, o interlocutor como aquele que realiza aquilo que se quer, ou se determina que seja feito.

Quanto ao objetivo da enunciação, à atitude do enunciador em relação ao objeto do dizer, Travaglia (2007) coloca que na descrição, o que se quer é caracterizar, dizer como é; na narração, o que se quer é contar, dizer os fatos, acontecimentos; na dissertação, busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar o conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações; na injunção, diz-se a ação requerida, desejada, o que e/ou como fazer, incita-se à realização de uma situação.

Ainda nesta pesquisa, Travaglia (2007, p. 67) apresenta o uso de conectores e de tipos de relações entre cláusulas e a ligação desse uso ao tipo de texto. Essa verificação nos interessa já que a nossa pesquisa trabalha com o emprego de conectores de contrajunção.

Assim, nos textos descritivos predominam os conectores de conjunção, somando características e também os conectores de contrajunção, que possibilitam a oposição de características.

Para os textos dissertativos, há o emprego de conectores de diferentes tipos de relações: conjunção, contrajunção, disjunção, alternância, causa, consequência.

Já nos textos narrativos, os conectores mais usados são os que marcam as relações temporais e nos injuntivos, aqueles que apontam o sequenciamento de ações e fazem introdução de justificativa.

Outro suporte teórico que será utilizado nesta pesquisa diz respeito à gramaticalização. Segundo Hopper (1996, p. 217), a gramaticalização é “a transformação de itens e sintagmas lexicais em formas gramaticais”. Para Hopper e Traugott (2003, p. 23), a gramaticalização refere-se à parte dos estudos de mudanças da língua que dizem respeito às questões como: certos itens lexicais e certas construções têm em determinados contextos linguísticos funções gramaticais, ou, então, certos elementos linguísticos desenvolvem novas funções gramaticais. Ainda para esses autores, a gramaticalização é vista como uma mudança que afeta palavras individuais, mas que também tem um significado que pode ser estendido para a frase.

Para Castilho (1997, p. 26), a gramaticalização tem sido compreendida como o processo de migração de forma de uma categoria lexical ou gramatical para uma categoria gramatical ou para outra categoria gramatical.

Conforme Travaglia (2002, p.3, 4) os estudos acerca da gramaticalização devem ser feitos a partir dos fatos em seu contexto textual-discursivo. Ele afirma também que o processo de gramaticalização ocorre em consequência do emprego que se faz dos itens da língua no discurso para a produção de textos que sirvam à interação comunicativa. Ainda, diz que muitos estudiosos concordam com o aspecto de que a gramaticalização é um processo gradual e sem fim, devido à renovação constante das possibilidades de expressão dos elementos gramaticais e por isso ela tem uma dimensão sincrônica, responsável pela variação e uma dimensão diacrônica, responsável pela mudança.

Outra teoria que fundamenta este estudo é a Semântica Argumentativa. Guimarães (1995, p. 49) diz que na linha da Semântica da Enunciação, há a Semântica Argumentativa, que tem filiação direta com os estudos de Benveniste. Nessa semântica, a argumentação recebe um tratamento linguístico, no sentido de que ela é vista como uma relação de sentidos da linguagem, uma relação que orienta de um sentido que se interpreta, como uma conclusão, em uma enunciação particular. Outro ponto da Semântica Argumentativa é que a argumentatividade faz pensar a textualidade como um conjunto de características que faz com que um texto não seja apenas um sequência de frases.

Koch e Travaglia (1996, p. 43-44) afirmam que a Semântica Argumentativa mostra que a interação pela linguagem é dotada de intencionalidade, e que a argumentação seleciona e estrutura os conhecimentos em um texto. Dentre os recursos da língua selecionados, há os conectores.

Nesta perspectiva, os conectores serão definidos como os elementos da gramática de uma língua que têm como uma de suas funções importantes indicar a força argumentativa dos enunciados, a direção, o sentido para que apontam. São, portanto, responsáveis pela orientação argumentativa global do discurso, no sentido de levarem o interlocutor a um determinado tipo de conclusão em detrimento de outras conclusões. (KOCH, 1992, p. 84-89).

Como um dos objetivos deste estudo diz respeito à argumentação, compreende-se, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 5-6), que argumentar é provocar a adesão às teses propostas. Não é provar verdades,

mas, sobretudo, persuadir. A argumentação deve incitar uma escolha e desencadear uma ação ou uma tendência a ela. Para esses autores, os elementos essenciais do processo argumentativo são: o locutor (que apresenta o discurso), o auditório (aquele a quem o locutor quer persuadir) e a finalidade (a adesão à tese). Assim, o discurso argumentativo deve refletir o modo de pensar da comunidade da qual seu auditório faz parte, suas convicções, e, principalmente, a função social dos participantes da comunidade. Para isso, é necessário que o locutor elabore o seu texto de acordo com a imagem que ele tem de seu interlocutor, de seu auditório e ao elaborar o texto ele mobiliza elementos da língua que podem dirigir a leitura desse interlocutor.

Koch (1984) afirma que a argumentatividade está no nível fundamental da linguagem e Guimarães (1987, p. 73-78) diz que os recursos argumentativos estão presentes no enunciado através de uma série de marcas, que são linguísticas.

Ducrot (2009, p. 20), ao fazer a distinção entre argumentação linguística e argumentação retórica, afirma que esta não tem relação direta com a outra, já que a argumentação retórica é uma atividade verbal que pretende fazer com que alguém creia em algo. Desta forma, ela exclui a atividade que objetiva levar alguém a agir. Para o autor essa concepção é um pouco ingênua.

Já a argumentação linguística que Ducrot (2009, p. 21) chama de argumentação, fundamenta-se no fato de que um argumentação não é definitiva. A ideia básica é de que em um encadeamento argumentativo A portanto C, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Diante disso, o sentido de A não é independente do fato de que A é visto como conduzindo a C, pois não há passagem de A a C e C não justifica A. Não há, segundo Ducrot (2009, p. 22) transporte de verdade de A até C, já que o encadeamento apresenta portanto C como já incluído no 1º termo A. Assim o que significa é o encadeamento.

Para que serve, portanto, o encadeamento argumentativo? Não para justificar uma afirmação a partir de outra, apresentada como já admitida, mas para qualificar uma coisa ou uma situação pelo fato de que ela serve de suporte a certa argumentação. O portanto é um

meio de descrever e não de provar, de justificar, de tornar verossímil. (DUCROT, 2009, p. 22)

De acordo com a proposta deste estudo, outra abordagem teórica fundamental diz respeito aos estudos da modalidade falada. Para desenvolvê-la adotamos a posição de Marcuschi (1997)

Esse autor adota uma posição multifatorial entre as duas práticas dentro de um contínuo de usos e gêneros textuais. Para ele, as relações língua e fala não podem estar centradas no código, pois elas são práticas sociais. Essas determinam o lugar, o papel e o grau de relevância da oralidade e da escrita numa sociedade, e justifica que a questão da relação entre ambas seja posta no eixo de um contínuo tanto social-histórico como tipológico.

Ele apresenta distinções entre essas modalidades em duas dimensões: 1) oralidade (do uso mais informal em variados contextos) versus letramento (uso diverso da escrita daquele que sabe somente o valor do dinheiro até o que desenvolve tratado de filosofia) que são práticas sociais diferentes; 2) fala (sem tecnologia) versus escrita (além da tecnologia de representação abstrata textual – discursiva com suas especialidades) que são modalidades de uso da língua.

Marcuschi (1997, p. 133) apresenta também um modelo que trata das relações fala e escrita em uma perspectiva interacional, cujos fundamentos centrais baseiam-se na relação dialógica no uso da língua, estratégias linguísticas, funções interacionais, envolvimento e situacionalidade.

Essa perspectiva interacional trata das relações entre fala e escrita dentro do continuum textual. Nesse modelo, a língua é concebida como um fenômeno dinâmico e ao mesmo tempo estereotipado, voltado para as atividades dialógicas que marcam as características mais salientes da fala. Orienta-se em uma linha discursiva e interpretativa, voltada para as estratégias de organização textual-discursiva que trata das modalidades enquanto relações entre fatos linguísticos (fala x escrita) e enquanto relações entre práticas sociais (oralidade x letramento).

O autor afirma também que as relações entre as modalidades não são lineares e que não há supremacia entre uma e outra; elas são sim duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedades diversas. Como a fala

e a escrita apresentam um continuum de variação, a comparação deve tomar como fundada no continuum dos gêneros textuais.

Para isso, diz o autor, é fundamental que a concepção de língua esteja ligada às condições de produção desta, às atividades dos produtores/receptores situados em contextos reais. A língua se realiza essencialmente como heterogeneidade e variação e não como sistema único e abstrato. Ela se manifesta em situações concretas de uso como texto e discurso.

Desta forma, as distinções entre fala e escrita como: contextualização x descontextualização, implicitude x explicitude ficam eliminadas. Além dessa abordagem teórica, para desenvolver este estudo, verificamos também tanto no dicionário de Houaiss quanto em gramáticas tradicionais os sentidos dos itens **já** e **agora** em estudo.

Em Houaiss (2009), o **já**, etimologicamente é um advérbio, do latim, jam(s. XIII), **já**, agora; imediatamente, com os seguintes significados: 1) de imediato: “saia **já** daqui”; 2) desde logo, então: “se chover, **já** ficam desculpados por não vir”; 3) neste instante, agora: “**já** consigo vê-lo ao longe”; 4) logo, em pouco tempo, num instante: “saiu dizendo que voltava **já**”; 5) antes, antecipadamente: “uma cena **já** vista”; 6) no ano passado, noutros tempos: “São Paulo **já** foi uma cidade tranqüila”; 7) indica um grau relativo, em parte, até: “se conseguirmos vencer alguns obstáculos **já** estamos fazendo muito”; 8) neste momento: “**já** não se importava de ser demitido”; 9) conjunção alternativa, emprega-se repetido no início de duas frase, com valor de ora...ora: “não para, **já** sobe nas árvores, **já** brinca com o cão”; na locução **já que** como visto que: “**já que** todos foram embora, não há razão para permanecer aqui.”.

O **agora** é um advérbio do sec. XIII, que tem os seguintes significados: 1) neste instante: “está entrando **agora** pelo portão”; 2) atualmente: “estamos **agora** diante da relativização dos valores”; 3) daí em diante, doravante: “a aposta fora feita, **agora** restava esperar”; 4) nesse instante: “esgotara suas energia, **agora** só queria descansar”; 5) depois: “se antes tudo fazia para agradecer, **agora** não é capaz da menor gentileza”; 6) conjunção alternativa ora...ora: “**agora** chora, **agora** ri”; 7) conjunção adversativa, mas, porém, contudo : “falar é fácil, **agora** fazer é difícil”.

Para dar continuidade à nossa pesquisa abordaremos a seguir a visão das gramáticas tradicionais acerca do advérbio de forma geral e também, especificamente, dos itens linguísticos examinados nesta pesquisa: **já**, e **agora**.

Ao caracterizar o advérbio, conceituando-o, em geral os autores concordam ao dizer que o advérbio modifica o verbo, o adjetivo ou outro advérbio, denotando circunstâncias de tempo, lugar, modo, intensidade, negação, sendo que os advérbios que modificam adjetivos e os próprios advérbios são apenas os intensificadores. (ALMEIDA, 1962, p. 276; BUENO, 1968, p. 147; SAID ALI, 1971, p.183; CUNHA e CINTRA, 1986, p. 529; BECHARA, 2000, p. 287; ROCHA LIMA, 2000, p. 174).

Bechara (2000, p.290) e Cunha e Cintra (1986, p. 529, 530) observam que sob a denominação de advérbios reúnem-se, numa classe heterogênea, palavras de natureza nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas. Diante disso, nota-se entre os linguistas uma tendência de reexaminar o conceito de advérbio.

Perini (1995, p. 339), concordando com Bechara e Cunha e Cintra, questiona a categoria tradicional dos advérbios admitindo que essa categoria encobre uma série de classes, com comportamento sintático muito diferente.

Cunha e Cintra (1985, p. 531), Bechara (2000, p. 441) e Bueno (1968, p.147), classificam o **já** e o **agora** como advérbios de tempo.

Monnerat (2010, p. 2), em uma pesquisa linguística sobre a categoria do advérbio, afirma que o estudo dessa classe se apresenta com limites imprecisos, e isso se justifica porque os critérios tradicionais de análise se reduzem a defini-la como elemento modificador de verbos, adjetivos e do próprio advérbio. Assim, a autora notifica que:

Alguns advérbios, sobretudo os dêiticos, podem aplicar-se a unidades cujas dimensões ultrapassam não só os limites dos constituintes, como também os da sentença. Esses advérbios dêiticos-anafóricos são o que denominam-se de advérbios do discurso. Caracterizam-se por introduzir um novo momento na organização discursiva, que se distingue do anterior por uma mudança

de tópico e de orientação discursiva (ex. o advérbio **agora** com valor de contra-expectativa). (MONNERAT, 2010, p. 5).

Ao afirmar que o advérbio **agora** pode funcionar com o valor de contrajunção e não como advérbio de tempo, ela apresenta o seguinte exemplo:

Você vai ficar charmoso e elegante. **Agora**, bonito é por sua conta.

Nesse exemplo, o **agora** é chamado de advérbio do discurso, pois “abarca uma sequência discursiva mais ampla, definindo um novo momento na organização do discurso, que se distingue do anterior por uma mudança de tópico e de orientação discursiva, em relação ao trecho que o precede”. (MONNERAT, 2010, p. 5)

Monnerat (2010, p. 5), neste mesmo estudo, analisa o emprego do **já** também como advérbio do discurso. Esse advérbio funciona como um mecanismo sintático de contrajunção, veiculando uma ideia de contra-expectativa, que pode ser parafraseado por ‘mas’.

Para você, a tecnologia Hp photoret é uma nova era. **Já** para a concorrência é o apocalipse.

A seguir apresentamos a metodologia empregada, análises e as considerações finais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e qualitativo e terá como objetivo central observar o uso argumentativo dos conectores de contrajunção, também cunhados como operadores que marcam oposição **já** e **agora**. Para isso o corpus será composto de 20 textos escritos: descritivos, narrativos, dissertativos e injuntivos, de acordo com a tipologia de Travaglia (2007),

retirados de diferentes fontes, como: jornais, revistas, livros didáticos, periódicos, teses, dissertações, artigos científicos.

Além dos textos escritos, farão parte do corpus inquiridos dos seguintes corpora 10 textos do Projeto NURC – Projeto de Estudo da Norma Linguística Culta da cidade do Rio de Janeiro; 10 textos do Projeto PEUL - Projeto Censo de Variação Linguística do Rio de Janeiro e 10 textos do Projeto Mineirês – Projeto Mineirês a Construção de um Dialeto: o Mineirês Belo-Horizontino, da cidade de Belo Horizonte.

Análises

A seguir apresentaremos análises do emprego do **já** e do **agora**, como conectores de contração.

A primeira análise foi feita a partir de um texto escrito, retirado do Jornal Folha de São Paulo, de 8 de dezembro de 2009, que diz respeito ao Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e à posição do Ministro da Educação, Fernando Haddad, em relação à aplicação do Exame.

É de conhecimento geral que, em 2009, o exame foi cancelado por fraude. Somente depois de 50 dias foi aplicado, mas com problemas, pois o gabarito saiu errado.

Vejamos um excerto do texto:

(a) “O exame avalia a qualidade de alunos e escolas no ensino médio e, a partir deste ano, serve como seleção de calouros para universidades federais.

‘Refizemos todos os procedimentos em 50 dias. Às vezes as pessoas se esquecem da dimensão de uma prova para 2,6 milhões de alunos. Tudo funciona de forma satisfatória, com poucos incidentes’. Disse Haddad à Folha, lembrando o vazamento do exame há dois meses.

O gabarito errado entrou no site oficial do Enem na noite de domingo. Retirado, voltou ontem à tarde, corrigido. (b) **Já** a abstenção chegou quase a 40%, a maior nos 11 anos do exame”

Nesse exemplo, em (a), apresenta-se a finalidade do exame, a sua importância e o funcionamento satisfatório de sua realização, mesmo com gabarito errado. Observamos como todo o enunciado indica justificativas para melhorar a imagem do exame, principalmente, a partir da visão do Ministro da Educação. Em (b), o enunciado que conclui o texto é iniciado pelo conector **já**, que lhe dá uma nova direção, ou seja, diante de fatos positivos colocados pelo Ministro, há um que vem contrapor ao que foi colocado. Esse fato é a abstenção, que contraria a sequência anterior. Assim, a partir do **já** temos uma outra orientação, que pretende levar o leitor a questionar a credibilidade do exame e até a credibilidade da fala do Ministro. Parece-nos também que essa orientação, em uma ordenação de argumentos, é mais forte, constatando com o que diz o autor Ducrot (1981, p. 181). Para ele, há uma relação de força entre um enunciado e outro, e essa relação ele chamou de escala argumentativa, responsável pela orientação do discurso.

É provável que, ao fechar o texto com o **já**, apontando para um problema, o autor quer orientar o leitor dando relevância ao seu argumento.

Koch (1984), examinando os morfemas da língua portuguesa, apresenta o **já** como forma adverbial portadora de pressuposto, ou seja, funcionando como um indicador de mudança de estado. Mesmo que a autora não tenha mencionado o emprego do **já** como operador de contrajunção, ela sinaliza para um aspecto importante que é o fato de o **já** comportar uma pressuposição. No exemplo apresentado, podemos reconhecer que ao usar o **já**, o autor faz o leitor pressupor uma mudança de situação e diante dessa mudança uma alteração de opinião, a partir de um novo fato em relação ao que foi colocado em (a).

Assim, o autor do texto, ao dizer que o Ministro considera a aplicação do Enem como satisfatória, sabendo que o primeiro exame de 2009 não foi realizado, por graves problemas, levanta suspeita com relação ao otimismo dessa aplicação.

Segundo Koch (1984), as relações discursivas são subjetivas, pois dependem de suas condições de produção. Assim, salientamos que o autor subjetivamente pode encaminhar o seu discurso, concordando com o Ministro ou discordando dele. Nesse caso, o autor, ao empregar o **já**, conclui o seu texto, discordando de todas as colocações anteriores e tentando levar o seu

leitor a fazer o mesmo, já que o número de 40% de abstenção é uma porcentagem importante no cômputo geral.

Esse é um mecanismo utilizado que pode fazer com que esse leitor levante dúvidas sobre a eficiência e seriedade do exame e a partir disso, inclusive, desencadear um boicote, com maior número de abstenções, para as outras aplicações. Há, então, uma crítica ao exame e, conseqüentemente, à capacidade do próprio Ministro.

Dessa forma, ao empregar o **já** como conector de contrajunção e não como advérbio de tempo, na gramática da língua, ele deixa de ser advérbio e passa a funcionar como conjunção adversativa, com função semelhante à do 'mas', ocorrendo, portanto, um processo de gramaticalização. Determinados elementos da língua em certas construções desenvolvem novas funções gramaticais, como afirmam Hopper e Traugott (2003, p. 28). Nesse caso passou-se de uma função gramatical para outra ainda mais gramatical.

Para o uso do **agora**, apresentamos um excerto, do projeto PEUL- Projeto Censo de Variação Linguística do Rio de Janeiro:

Não, por exemplo, se for com menina eu vou, agora se for com menino eu não vou. Porque menino, se for dois junto, passa uma PM, passa alguma coisa, pensa que eu tô fazendo besteira; que é em grupo; então por exemplo assim, quando a gente (inint) (hes) é tipo um grupo de extermínio! Tá entendendo? Se andar junto os dois homem junto, o- a polícia chega e pára.

Agora se eu andar com uma mulher do lado nunca vai parar. Tá entendendo? Porque sabe... de repente pensa que é a namorada... de repente pensa ("alguma") prima... pensa que tá passeando na rua... Agora, com homem não, com homem já é diferente...

Nesse excerto, retirado de um diálogo com um jovem da comunidade, em uma conversa informal, o jovem diz como, nos finais de semana, o seu grupo se posiciona em relação à polícia. Ele afirma que o melhor é sair acompanhado de alguém do sexo feminino, já que andar com outro homem provoca suspeita na polícia (fazer besteira, pertencer a grupo de extermínio).

Para articular o seu pensamento, argumentando qual a melhor forma de se comportar na comunidade, o jovem emprega o conector agora. Observamos que esse uso não aponta para a relação temporal, como preconizam as gramáticas tradicionais, sobre o uso do agora (Bechara, 2000), mas para uma relação de adversidade, ou seja, estar na comunidade acompanhado de menina não traz problemas, mas estar com alguém do sexo masculino pode levantar suspeita.

Monnerat (2010) afirma que o estudo da classe dos advérbios se apresenta com limites imprecisos, e diz que os critérios tradicionais de análise se reduzem a defini-la como elemento modificador de verbos, adjetivos e do próprio advérbio. A autora confirma essa posição, pelo exemplo, apresentado anteriormente, em que o **agora** foi empregado não como advérbio de tempo, mas como um operador que marca oposição, ou seja, o item **agora** pode ser substituído pela conjunção adversativa “mas”, mantendo o mesmo sentido do enunciado.

Alguns advérbios podem aplicar-se a unidades cujas dimensões ultrapassam não só os limites dos constituintes, como também os da sentença. Esses advérbios dêiticos-anafóricos são o que denominam-se de advérbios do discurso. Caracterizam-se por introduzir um novo momento na organização discursiva, que se distingue do anterior por uma mudança de tópico e de orientação discursiva. ((MONNERAT, 2010).

Observamos neste estudo, por meio do corpus, que nas relações entre as frases, a partir do agora, há uma orientação diferente, um contraste. Observamos, ainda, que há uma comparação entre as proposições, ou seja, estar com alguém do sexo masculino e estar com alguém do sexo feminino. Notamos também que o agora poder ser substituído por mas, considerado o conector de contrajunção por excelência. (DUCROT, 1981).

Ducrot (1972, p. 12) admite também que nas relações intersubjetivas não há apenas troca de informações, mas conforme Guimarães (1981, p. 98), há uma especificação pela estrutura argumentativa, ou seja, o locutor tenta levar o seu interlocutor a uma determinada forma de ler o texto. Assim ao usar o **já** ou o **agora** como conector de contrajunção, o autor pretende orientar argumentativamente o seu interlocutor, direcionando a sua leitura

Considerações finais

Após a apresentação da teoria que embasa este estudo e de duas análises, uma com o conector **já** e outra com o conector **agora**, assinalamos algumas considerações finais. Identificamos que os conectores em estudo, preconizados pelas gramáticas tradicionais como advérbios de tempo, estão sendo empregados como conectores de contração, dando um encaminhamento diferente daquele proposto na sequência linguística anterior. Observamos também que o uso desses conectores favorece à ampliação da informação anterior e pode estabelecer uma ideia de comparação entre as duas sequências. Concluímos que está sendo estabelecido um processo de gramaticalização, ou seja, os itens linguísticos investigados estão migrando de uma categoria lexical ou gramatical para uma categoria gramatical ou mais gramatical: de advérbio para conjunção.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna. 2000. 669p

BUENO, Francisco da Silveira. **Gramática normativa da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1968, 467p.

_____. **Gramaticalização de verbos**: Relatório de pesquisa Pós-Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: Faculdade de letras/UFRJ, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. A. Gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**. 19, Salvador, N. 19, p. 25-64, set. 1997.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. 724p.

DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Linguística** (Dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1972. 331p.

_____. **Provar e dizer:** leis lógicas e argumentativas. São Paulo: Global, 1981. 264p.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual:** Introdução. São Paulo: Cortez, 1994. 105p.

Folha de São Paulo, Cotidiano, C 2: Entrevista, “Aplicação do Enem”, Fábio Takahash, 8 de dezembro de 2009.

GUIMARÃES, Eduardo R. Junqueira. **Texto e Argumentação:** um estudo de conjunções em Português. Campinas: Pontes, 1987. 200p.

_____. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995. 91p.

HOPPER, Paul J. Some recent trends in grammaticalization. In: **Annual reviews anthropology**, nº 25, 1996, p. 217-236.

HOPPER, Paul J. e TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization.** Cambridge: Cambridge University Press. 2003. 272 p.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1 Ed. Rio de Janeiro. Editora Objetiva, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e Linguagem.** São Paulo: Cortez, 1984. 240 p.

_____. Dificuldades na Leitura/Produção de texto: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, Elvo; KIRST, Maria Helena Barão (Org.). **Linguística Aplicada ao ensino do Português.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 83-98.

_____. **A coesão textual**. São Paulo, Contexto, 2008. 75p.

KOCH, Ingedore Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. São Paulo: Cortez, 1989. 107p.

MARCUSCHI, Luiz. Antônio. Oralidade e escrita. **Signótica**, Goiânia: Faculdade de Letras UFG, 9:119-145, jan./dez. 1997.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. **A categoria do advérbio no discurso da publicidade. A interface gramática e discurso**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/01.htm>. Acesso em: dia 10, mês junho. 2010.

PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTEC, Lucie. **Tratado da argumentação a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes. 1999. 653p.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1995. 380p.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual discursivo do verbo em português**. 1991. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. Típelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa Maria de Oliveira Barbosa; MARQUESI, Sueli Cristina (org). **Língua Portuguesa pesquisa e ensino**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2007. v. 2. p. 97-117.

RELATIVAS PREPOSICIONADAS: A FORÇA DA ESCOLA

PREPOSITIONAL RELATIVE CLAUSES: SCHOOL INFLUENCE

Marilza de Oliveira (USP)

marilza@usp.br

Resumo: Este artigo centra-se no emprego das relativas preposicionadas nas modalidades escrita e falada culta do português do Brasil, tomando por base a amostra NURC e redações de ingressantes na universidade. Os resultados apontam a presença maciça de relativa padrão (com os pronomes *que* e *qual*) no texto escrito e a concorrência entre a estratégia padrão e a vernacular no texto falado. Comparando o comportamento das relativas com as completivas nominais, propõe-se que estas servem de notação para a aquisição das relativas preposicionadas.

Palavras-chave: relativa padrão, vernacular, aquisição, notação

Abstract: This article focuses on the use of prepositional relative clauses in written and spoken modalities of Brazilian Portuguese, using corpora from the NURC project and compositions written in university admission exams. The results show high incidence of the standard relatives (headed by the pronouns *que* and *qual*) in the written texts and the concurrence between standard and vernacular strategies in the spoken text. By comparing the behavior of relatives with nominal completives, we propose that the latter serve as a notation for the acquisition of prepositional relatives.

Keywords: standard relatives, vernacular, acquisition, notation

Introdução

A distância que separa as modalidades falada e escrita do Português Brasileiro tem sido observada a partir da análise de diferentes fatos lingüísticos, entre eles as orações relativas introduzidas pela preposição selecionada ou

não pelo verbo. Em geral, as análises têm se pautado nas orações encabeçadas pelo morfema *que*, haja vista que o emprego do morfema *qual* é praticamente inexistente na modalidade oral.

Com o foco na seleção das estratégias de relativização nas modalidades falada e escrita, em contextos de formalidade, este trabalho procura traçar um paralelo entre as orações introduzidas pelos dois morfemas – *que* e *qual* – nos processos de relativização padrão e vernaculares com base em amostra de textos escritos, extraídos da seleta de redações do Vestibular da Unicamp. Para isso, tomamos como amostra 150 redações de ingressantes no mundo universitário⁷². As redações, divididas em gênero dissertativo, narrativo e epistolar, foram selecionadas pelos editores por terem seus autores explorado as ideias da coletânea e mobiliza conhecimentos prévios, de forma a trazerem para o texto indícios de autoria. Apesar da excelente qualidade, os textos, principalmente por terem sido construídos em momentos de tensão e não terem sido editados, deixam vazar fatos linguísticos característicos da modalidade falada e, por isso, interessantes para a pesquisa sobre a relação entre fala e escrita.

Os resultados das construções relativas nos textos redacionais serão comparados com os obtidos por Tarallo (1985) e com aqueles resultantes da análise da modalidade oral culta, aqui representada pelo corpus compartilhado do NURC⁷³, constituído de amostras de fala EF, DID e D2 de informantes de cinco cidades.

Como na maior parte dos casos o emprego ou não da preposição é o fator distintivo entre as duas estratégias de relativização, serão analisadas também as orações completivas nominais e verbais (i.e. as objetivas indiretas) para observar a realização da preposição selecionada pelo predicador. Traçando um quadro sistêmico que toma como célula a preposição, objetiva-se buscar evidências de notações que explicam a recuperação da forma padrão de relativização ausente do *input* linguístico em que a criança está submersa durante o processo de aquisição da linguagem.

⁷² Serviram de amostra as redações referentes aos anos: 2001, 2004, 2005, 2008 e 2009.

⁷³ Projeto Norma Urbana Culta. O projeto consiste na gravação, entre as décadas de 1970 e 1980, de fala de informantes de cinco cidades brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) em três modalidades: Elocução formal (EF), entrevista a um informante (DID) e diálogo entre dois informantes (D2).

1. Orações relativas: transitando entre estratégias

A estrutura das orações relativas preposicionadas com os morfemas *q-* (*que* e *qual*) exige a presença da preposição selecionada pelo predicador. Afora a presença da preposição, elemento compartilhado por ambas as estratégias padrão, há propriedades morfossintáticas que as distinguem claramente. O morfema *que* está subjugado ao traço semântico [+pessoa] de seu antecedente que faz acionar a presença do pronome relativo *quem*(2) em oposição ao pronome relativo *que*, de traço [-pessoa], como em (1); já o morfema *qual* é precedido de um determinante que entra em relação de concordância de gênero e número com os traços formais do seu antecedente. Com base no traço formal do antecedente, o morfema *qual* também pode atualizar o número singular (3-4) e plural (5-6), mas não o gênero. Em ambos os casos, o morfema *q-* cumpre a função de recuperar traços de seu antecedente, sinalizando o seu caráter anafórico.

1. Conhecia bem os perigos a que poderia me expor. (U04)
2. Lembrou-se da namorada, a quem amava tanto. (U 08)
3. É nisso que consiste a cidade, pela qual alguns têm ódio. (U 04)
4. Não desejo a ninguém o sofrimento pelo qual ainda passo. (U 08)
5. ...seria a ruína daqueles seres lindos pelos quais ela daria a sua vida. (U 01)
6. ...não sabem [...] as formas pelas quais se adquire a doença. (U 08)

Paralelamente à estratégia de relativização padrão⁷⁴, o português do Brasil apresenta duas estratégias vernaculares, registradas por Amadeu Amaral não como produções caipiras, mas populares, ou seja, de maior abrangência da área dialetal caipira já na década de 1920. Essas estratégias são retomadas por Lemle (1978), Kato (1981) e Tarallo (1983) que as distinguem da relativa padrão pela ausência da preposição selecionada ou não

⁷⁴Também chamada de *pied-piping*.

pelo predador e pela forma de se articular com o antecedente. A sentença (7) traz o pronome lembrete “essa” que tem a função de copiar o antecedente, característica que lhe dá o nome de estratégia copiadora; a sentença (8), além de inibir a preposição, elide também o elemento responsável pela anaforicidade, daí o nome de relativa cortadora:

7. uma outra assim muito:: [...] de baixa procura e ao mesmo tempo que se necessita dessa ela...é difícil (N)

8. O menor agora passa pelas mesmas dificuldades _ que o irmão passou. (U08)

A suplantação da relativa padrão pela vernacular na fala dos brasileiros⁷⁵ já alcança pelo menos seis gerações⁷⁶, ou seja, precede de pouco a virada do século XIX para o XX. Com efeito, em 1825, a relativa padrão contava com a altíssima frequência de 91.3%; em 1880 o quadro era bem outro: a relativa cortadora quase batia a casa dos 60% (59.5%) e a padrão ficava em segunda divisão, com 35.4%. A relativa copiadora, em um e outro tempo, não saía da terceira posição, já que a oscilação não ultrapassava os cinco pontos percentuais (Tarallo, 1983, 1993).

Advogando a hipótese da motivação sistêmica, Tarallo observa que, ao decréscimo do emprego da relativa padrão, assiste-se à quebra do sistema pronominal⁷⁷, em particular à perda do clítico acusativo de 3ª. pessoa. Tem-se aí a aplicação da hipótese implicacional proposta por Kato (1981), segundo a qual:

- i. Se clíticos, então relativa padrão;
- ii. Se pronome tônico, então relativa copiadora;
- iii. Se objeto nulo, então relativa cortadora.

⁷⁵ Peres e Mória (1995) e Alexandre (2000) sinalizam a frequência das relativas vernaculares copiadoras na modalidade falada do Português Europeu. Entretanto, Arimet alii (2008), ao analisarem as construções relativas em linguagem na rádio, televisão e imprensa em Portugal no ano de 1998, observam que as relativas cortadoras superam as copiadoras, com 28% e 1%, respectivamente. Não superam, porém, a relativa padrão que gira em torno de 71%.

⁷⁶ Se considerarmos o espaço temporal de 25 anos para cada geração.

⁷⁷ Varejão (2008) também observa o uso de estratégias vernaculares no Português Europeu e coloca a questão da motivação de quebra do sistema pronominal, explicação que tem sido aplicada ao Português Brasileiro.

Considerando que um e outro pronome têm função anafórica, o morfema invariável *que* da relativa cortadora que vinha ganhando fôlego foi interpretado não mais como pronome, mas como complementizador. Essa leitura era condizente com a ideia de movimento do sintagma relativizado na estratégia padrão e com a imobilidade e localidade do complementizador. A falta de movimento do morfema *que* encontra encaixamento linguístico na colocação pronominal brasileira que retém o clítico junto ao verbo mais baixo [*deve querer te-ver*].

Numa outra vertente, o sintagma relativizado move-se sempre. A diferença está em que na relativa padrão o sintagma relativizado sofre movimento longo e nas relativas vernaculares o movimento é curto, pois se dá a partir da posição periférica à sentença. A proposta de movimento curto encontra justificativa no fato de que o Português Brasileiro caracteriza-se por explorar a posição periférica da sentença. A alteração do tipo de movimento não é suficiente para mudar o estatuto categorial do morfema *q-*, de modo que se mantém como pronome relativo (Kato, 1993)⁷⁸.

O fato é que, sujeito à ausência de movimento ou a movimento curto, o morfema *q-* da relativa vernacular difere do morfema *q-* da relativa padrão que sofre movimento longo e aparece com rara frequência na fala dos brasileiros. Com o distanciamento de seis gerações, a relativa padrão se torna cada vez mais obsoleta para o brasileiro, que não a tem como dado linguístico em ambiente natural de aquisição da linguagem. De fato, testes aplicados em ambiente escolar mostram quanto os alunos passam ao largo da estratégia padrão de relativização, acionada tão somente na função de adjunto adverbial (Correa, 1998). A função argumental do morfema relativo nunca é precedida de preposição, como se o elo entre o predicador e o seu argumento não precisasse mais da intermediação da preposição. Nesse sentido, para além de a relativa vernacular estar encaixada na quebra do sistema pronominal (Tarallo, 1983, 1993, entre outros), ela também se revela encaixada no sistema preposicional brasileiro, que apresenta algumas peculiaridades: uso da preposição *em* com verbos de movimento, uso da preposição *para* na

⁷⁸ Cohen (1986) assume que morfema *que* da estratégia cortadora ainda mantém o estatuto pronominal.

introdução de objeto indireto, queísmo e dequeísmo, quebra da regência de alguns verbos (*assistir, atender, visar, discordar com*), entre outros.

Diversamente da proposta de correlacionar a estratégia de relativização com os processos anafóricos (Oliveira, 2007), nesta sede busca-se investir na grande diferença aparente entre relativa padrão e não-padrão, a saber, a incidência ou não da preposição, adotando a hipótese de que a aquisição da relativa padrão está ancorada no emprego das orações completivas.

2. Fala e escrita: uma via de mão dupla

A fala se distingue fundamentalmente da escrita pelo fato de ser uma propriedade biológica da espécie e de se desenvolver, de modo não consciente ou quase, a partir da exposição natural da criança a dados lingüísticos robustos. A escrita é, ao contrário, uma habilidade culturalmente adquirida por processos conscientes, em geral, dependente da intervenção escolar.

Entretanto, as duas modalidades lingüísticas se intercomunicam, no sentido de que há uma abertura para reajustes. Se, de um lado, a escrita incorpora construções vernaculares, a fala também é passível de adequar sua gramática-I às normas convencionais que regem a gramática da escrita (Kato, 1986, 1999). Nesse sentido, a trama lingüística que envolve as duas modalidades - fala e escrita- é urdida a partir de esquemas, como:

$$1. \text{ FALA}_1 \rightarrow \text{ ESCRITA}_1 \rightarrow \text{ ESCRITA}_2 \rightarrow \text{ FALA}_2$$

A Fala₁ corresponde à aquisição da linguagem nos primeiros anos da infância, fase em que a criança não tem acesso ao conhecimento da escrita. Com o domínio da escrita (Escrita₁), interpretada por Kato como uma tecnologia, a criança passa a transcrever a fala. Presa à gramática da Fala₁, seu texto escrito não coincide com as normas convencionais da escrita. A contínua exposição a textos escritos faz surgir uma nova etapa, a Escrita₂, em que a criança se distancia da gramática da Fala₁ para incorporar normas convencionais que, por sua vez, incidirão na fala. Surge, então, a fase da Fala₂,

que passa a caracterizar a modalidade oral culta, como é o caso do material do NURC utilizado no presente trabalho.

Tendo em vista que toda inovação gramatical se dá em Fala₁, pressupõe-se que a Escrita₁, pautada na primeira, também é passível de mudança. Diferentemente, Escrita₂ e Fala₂, presas que são a um modelo linguístico institucionalizado, não são permeáveis a inovações. As questões que se colocam são: até que ponto a Fala₂ faz alianças com a Escrita₂, dando as costas à Fala₁, tornando-se impermeável a mudanças linguísticas? Qual a notação que a criança precisa apreender para sair da fase 1 e alcançar a fase 2 da escrita?

3. Construções relativas bifurcadas: padrão e não-padrão

Analisamos as relativas preposicionadas⁷⁹ seguidas dos morfemas *que*, *quem* e *qual/quais*. Na contagem geral, levantamos 96 exemplares de orações relativas na amostra de fala culta e 148 nas redações de vestibular:

Tabela 1: Estratégias de relativização

	Entrevistas/SP		NURC		UNICAMP	
Padrão	21/324	6.5%	43/96	44.8 %	142/148	95.9%
Cortadora	254/324	78.4%	51/96	53.1%	5/148	3.4%
Copiadora	49/324	15.1%	02/96	2.1%	1/148	0.7%

Em amostra constituída de entrevistas com paulistanos em 1981 (coluna 1), em que não foi feito o controle da escolaridade, a relativa cortadora atinge os 78,4% e a relativa copiadora ocorre em segundo lugar com 15,1%. A relativa padrão fica em terceira posição com 6,5%⁸⁰ (Tarallo 1985, 1993).

Diferentemente dos resultados obtidos por Tarallo, a análise das relativas a partir do material do Projeto NURC, caracterizado pela alta escolaridade dos informantes, a relativa padrão (44.8%) sai da terceira colocação e passa a rivalizar com a relativa cortadora (53.1%) pelo primeiro

⁷⁹ Não se verificou nenhuma ocorrência do pronome *cujo* na amostra do NURC. Nos textos redacionais esse pronome tem frequência expressiva: 21 ocorrências. Como nenhuma dessas ocorrências foi precedida de preposição, não usamos esses dados na contagem geral.

⁸⁰ Dados extraídos da tabela 4, a partir das funções de objeto indireto, oblíquo e genitivo.

lugar. Esses resultados sugerem que a Fala₂ – NURC – se deixa sim influenciar pelo modelo linguístico institucionalizado, que prevê o emprego da estratégia padrão (confirmando Kato 1999), mas não dá as costas à Fala₁, que adota a relativa cortadora. Antes, o que prepondera na Fala₂ são as inovações ocorridas na Fala₁, afinal naquela a relativa cortadora se distancia da relativa padrão por 8 pontos percentuais. Curiosamente, porém, o índice de frequência da estratégia vernacular encontrado na fala culta (53.1%) é praticamente o mesmo encontrado um século antes (59.5%). Esse emparelhamento mostra o peso da Escrita₂ na Fala₂.

Contrariamente aos resultados obtidos para a modalidade falada culta, a modalidade escrita favoreceu a construção padrão (142/148 ocorrências), atingindo o alto índice de 95.9%. O uso quase categórico da relativa padrão nos textos redacionais do vestibular da Unicamp, provavelmente, é motivado pela situação de alta competição entre os candidatos para garantir uma vaga na universidade pública. Entretanto, esses textos não deixam de incorporar as estratégias vernaculares. A relativa copiadora aparece transfigurada pela adjacência do sintagma preposicionado (preposição + pronome lembrete) junto ao morfema *que* (9), talvez pelo estigma carregado pela relativa lembrete:

9. Se o comportamento individual alvo da ação preventiva do Estado inegavelmente afeta outros indivíduos que com ele convivem.... (U08)

No caso da relativa cortadora, ocorre a elipse de diferentes tipos de preposições (*de, a, sobre, por, em*, etc.):

10. Belo Horizonte..que é uma cidade _ que eu pelo menos não gosto (N)

11. bastante diferente daquilo _ que a gente tá acostumado (N)

12. Um problema _ que os brasileiros, [...], às vezes padecem. (U 09)

13. ... se comparado à época_ que você era simples radialista (U 05)

Quanto à relativa padrão, ela se manifesta pelo morfema *que/quem*, diferenciados quanto ao traço pessoa, e pelo morfema *o/a qual* vs. *os/as quais*, diferenciados quanto ao traço número e gênero:

Tabela 2. Relativa padrão: modalidade falada x modalidade escrita

	NURC		UNICAMP	
QUE/QUEM	39/43	91 %	81/142	57%
QUAL/QUAIS	04/43	9 %	61/142	43%

Nas duas amostras há preferência pelo morfema *que*, entretanto, no material produzido em contexto de avaliação redacional o morfema *oqual* (e suas variantes) ganha bastante visibilidade (43%), como se fosse uma estrutura distintiva do texto escrito. Ambas apresentam diferentes tipos de preposição, selecionadas pelo predicador ou na função de adjunto:

14. A única coisa de que tinha orgulho era de ser neto. (U05)
15. a cidade em que se encontra é algo muito mais amplo e histórico... (U 04)
16. Basta pensarmos nos jovens daquelas periferias em que trabalhávamos. (U05)
17. ... uma cadeia de supermercado da qual você é assessor (N05)
18. Fabrício nasceu no interior do MS, em uma região na qual o raio próximo de 300km abrigava apenas cidades pequenas. (U09)
19. As sociedades mostram seu constante grau de aprimoramento técnico e social através da maneira como se organizam e mantêm relações múltiplas no espaço físico no qual se instalam. (U 04)

No caso do NURC, o morfema *qual* é precedido da preposição “de” (03 ocorrências) e da preposição “por” (01 ocorrência). A amostra escrita traz uma maior variedade de preposições com esse morfema (*em, de, a, com, por*⁸¹, *entre, para* e *durante*). Nas duas modalidades, a preposição *em* é a que aparece na frente, pelo fato de poder introduzir argumentos, mas também adjuntos.

⁸¹ No caso de *por* e *para*, a escolha pelo morfema *qual* foi categórica, talvez para evitar formas que pudessem se confundir com as conjunções causais e finais.

Não se observaram diferenças entre tipo de morfema q- e função sintática, de modo que tanto argumentos quanto adjuntos podem ser introduzidos pelo morfema *que* ou *qual*. Na amostra do NURC, que apresenta baixa incidência de *qual*, predomina o uso do morfema *que* na função de adjunto, mais um fator que aponta uma proximidade entre Fala₂ e Fala₁.

Na escrita redacional a frequência de argumentos (48.1%) é praticamente a mesma da de adjuntos (51.9%) com o morfema *que*, resultado que se opõe àquele encontrado por Correa (1998), segundo a qual, os alunos não realizam relativas com função de argumento. Essa distância entre padrão e não-padrão se mantém, porém, no campo do uso do morfema *qual* que ocorre com maior incidência na função de adjunto (57.4%):

Tabela 3. Relativa padrão X função sintática X tipo de texto

	NURC				Unicamp			
	QUE		QUAL		QUE		QUAL	
Argumento	12/39	30.7	01/04	25.0	39/81	48.1	26/61	42.6
Adjunto	27/39	69.3	03/04	75.0	42/81	51.9	35/61	57.4

Esses resultados sugerem que a Fala₂ – NURC – não se prende necessariamente à Escrita₂, ao contrário, dá continuidade às inovações introduzidas pela Fala₁. Já a Escrita₂, de um lado, acompanha a forma privilegiada pela Fala₁ (uso da forma exclusiva *que*) estendendo seu uso para formas com função de argumento; de outro, introduz a forma convencional *qual*, mas a liga preferencialmente à função de adjunto. Essas diferenças podem sinalizar futura especialização das formas nas estruturas padrão de relativização: *que* para argumentos e *qual* para adjuntos. Para o momento, entretanto, o que se pode vislumbrar é o emprego dos dois morfemas com função de argumento na modalidade escrita, em oposição aos resultados de Correa (1998), o que nos leva a buscar uma resposta à questão: qual a notação que permite essa ampliação de contextos sintáticos de atuação do morfema relativo padrão? O estudo das completivas pode elucidar o mecanismo.

4. As completivas nominais e verbais: percursos paralelos

Outros contextos que envolvem o emprego da preposição na articulação sentencial são as orações completivas nominais e verbais (objetivas indiretas).

Considerando a prevalência da relativa cortadora, coloca-se a questão a respeito do apagamento ou não da preposição selecionada pelo núcleo das orações completivas. As amostras apresentaram oscilação na realização da preposição selecionada pelo predador nominal (20-23) e pelo verbal (24-27):

20. Tenho certeza _ que se me fosse feito um raio X naquela época haveria um Jackson Pollock, (*sic*) atravessado na garganta. (U04)

21. tinha a mais plena certeza de que viria me procurar mais cedo ou mais tarde. (U01)

22. Na verdade, também tenho conhecimento _ que *A voz do Brasil* é um programa tradicional. (U05)

23. Tomei conhecimento [...] de que o Senado aprovou a Lei Arouca... (U09)

24. tudo que você se lembra de que é::o que é que a gente tem numa escola né? (N)

25. aquilo me chocou era tão criança eu me lembro _ que eu...já achava...diferente o Municipal era LINDomaraviLHOso aquilo visto do lado de cá né?

26. E digo mais, concordo plenamente _ que as ações preventivas devem sempre preceder as corretivas. (U 09)

27. difícil eu, sabe? concordar _ que seja uma economia desenvolvida (N)

Os resultados da tabela 4 apontam comportamento diametralmente oposto entre a modalidade falada culta, representada pela amostra NURC, e a modalidade escrita, representada pelos textos redacionais do Vestibular da Unicamp. Na escrita a presença da preposição selecionada pelos dois tipos de predadores alcança o elevado índice de 90 pontos percentuais, ao passo que na fala a preposição tem baixa expressividade com o predador verbal e já compete com a forma vazia no contexto de predador nominal:

Tabela 4. Orações completivas: padrão e não-padrão

	Completivas Nominais				Completivas Verbais			
	NURC		Unicamp		NURC		Unicamp	
Padrão	16/33	48.5%	57/62	91.9%	3/10	20.0%	9/10	90.0%
Não-padrão	17 ⁸² /33	51.5%	05/62	8.1%	8/10	80.0%	1/10	10.0%

A comparação dos resultados da tabela 1, relativos às orações relativas, com aqueles da tabela 4, relativos às orações completivas nominais, mostra semelhança nos índices percentuais: a frequência de completivas nominais não-padrão (51.5%) coincide com a frequência de relativas cortadoras (53.1%) na modalidade falada; por sua vez, o índice percentual de completivas nominais padrão(91.9%) aproxima-se daquele levantado para a relativa padrão (95.9%) nos textos redacionais.

Esses resultados sugerem que as estratégias de relativização caminham *pari passu* à construção da completiva nominal, ainda que nesta estrutura o predicador que seleciona a preposição se encontre à esquerda do morfema *que* e na relativa à sua direita.

Costurando na via de mão dupla

A análise das relativas preposicionadas no universo da modalidade falada culta e na modalidade escrita evidenciou uma bifurcação na escolha das estratégias de relativização: naquela predomina a concorrência entre as estratégias disponíveis e nesta reina a construção padrão.

A concorrência entre a relativa vernacular (53.1%) e a padrão (44.8%) na modalidade falada culta parece ser efeito da ação escolar, uma vez que em entrevistas colhidas entre informantes de diferentes tipos de escolaridade, na mesma década em que se coletou a amostra NURC, o percentual de relativa vernacular é bem mais saliente (78.4%). Isso significa que o modelo linguístico institucionalizado tem penetração na Fala₂ com força de reter o avanço da estratégia vernacular. Afinal, os índices encontrados para essa estratégia no

⁸² Excluídos as 13 ocorrências nos dados de uma só informante de SP.

último quartel do século XIX (59.5%) é praticamente o mesmo no último quartel do século XX (53.1%).

Por sua vez, a Escrita₂ também é permeável às inovações introduzidas pela Fala₁ e ratificadas pela Fala₂, fator que explica a presença de relativas cortadoras na amostra redacional da Unicamp.

Quanto aos morfemas, nas duas amostras predomina a forma que escolhe a relação anafórica em termos de concordância semântica com o antecedente (*que/quem*), em oposição à forma que explicita concordância formal de gênero e número (*o/a qual, os/as quais*). Ressalte-se, porém, que orações com antecedente de traço [+humano] não se revelaram bastantes nas amostras, o que dificulta uma avaliação sobre a escolha de concordância semântica sobre a concordância de cunho mais formal.

Do ponto de vista da função sintática do morfema q-, a análise mostrou o predomínio de adjuntos nas duas modalidades, resultados esses que se aproximam àqueles encontrados por Correa (1993). Entretanto, na modalidade escrita o morfema q- na expressão *que* e na expressão *qual* atinge índices percentuais não desprezíveis na função sintática de argumento: 48.1% e 42,6%, respectivamente. Esses números devem ser avaliados na conjuntura sistêmica do emprego da preposição, em particular no que diz respeito às orações cujo predicador seleciona argumentos preposicionados. Nesse sentido, as completivas nominais apresentam uma afinidade maior com as relativas preposicionadas.

A afinidade entre relativas e completivas nominais pode ser colhida na semelhança do comportamento das estratégias padrão e não-padrão nas duas construções e deita raiz para a apreensão da notação [Preposição + Morfema q-] responsável por acionar a estratégia padrão da relativa preposicionada que envolve sintagmas com função argumental.

Essa notação é fartamente presente na construção argumentativa dos textos produzidos pelos alunos e, muito provavelmente, está ancorada no patrimônio cultural representado pela escola em sentido amplo. Desse modo, é possível inferir que a escola tem o poder de, quando viabilizar leitura e escrita de textos argumentativos, recobrar fatos linguísticos não manifestos na oralidade.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Nélia. A estratégia resumptiva em relativas do português europeu. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Faculdade de Lisboa.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1920.
- ARIM, Eva; RAMILO, Maria Celeste; FREITAS, Tiago. Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses. ILTEC, 2004. Disponível em: www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-redip-relativas.pdf. Acesso em: outubro de 2010.
- COHEN, M. Antonieta. *Syntactic change in Portuguese: relative clauses and the position of the adjective in the Noun Phrase*. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp, Campinas, 1986.
- CORRÊA, Vilma Reche. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp, Campinas, 1998.
- KATO, Mary. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. In *Estudos Linguísticos*, pp.1-16, 1981.
- _____. *No Mundo da Escrita*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In Ian Roberts, Mary Kato (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Da Unicamp, pp.303-370, 1993.
- _____. Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalinguístico. In Loni Cabral & José Morais (Orgs.) *Investigando a Linguagem. Ensaios em homenagem a Leonor Scliar-Cabral*, Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, pp.201-225.
- LEMLE, Miriam. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n.53/4, 1978, pp.60-94.
- OLIVEIRA, Marilza. Estratégias de relativização e tipologia anafórica: um caso de aprendizagem formal. In: Ataliba Castilho, M. A. Torres Morais, Ruth Lopes e Sônia Cyrino (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*, Campinas: Pontes, 2007 pp. 687-699.
- PERES, João & MÓIA, Telmo (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.
- SUÑER, Margarita. Resumptive restrictive relatives: a crosslinguistic perspective. *Language*, v.74, n.2, 1998, pp.335-364.

TARALLO, Fernando. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, 1983.

TARALLO, Fernando. The filling of the gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese”. In: L.D. King & C.A. Maley (eds.). *Selected Papers from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Co, 1985, pp.354-475.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX. In: Ian Roberts, Mary Kato (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993, pp. 69-106.

VAREJÃO, Filomena. *Variação em estruturas de concordância e em estratégias de relativização no português europeu*. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

**PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO NO DISCURSO MIDIÁTICO: POLÍTICA
DE AÇÃO AFIRMATIVA-COTAS RACIAIS**

**PROCESS OF REFERENCING IN SPEECH MADIATICO: POLITICS OF
RACIAL
ACTION AFIRMATIVE-QUOTAS**

Marilza N. de Araújo Nascimento (NEAD/UEMS/PG/UFMS)

nunesmaril@hotmail.com

Marlon Leal Rodrigues (NEAD/UEMS/UFMS/UNICAMP)

marlonlero@bol.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é de investigar os sentidos discursivos midiático sobre a Política de Ação Afirmativa-cotas para afrodescendentes ao ingresso às universidades públicas. Para isso, analisa-se, sob a perspectiva teórica da enunciação, recortes de enunciados da Revista Veja online edição 2011 de 6 de junho 2007. Justifica-se esse trabalho, por presumir que alguns operadores lexicais modalizados são usados intencionalmente pela mídia para causar aos enunciados efeitos semântico-discursivos persuasivos, banalizadores, irônicos, amedrontadores ou até mesmo de autoridade, cuja intenção, supõe-se, é a de convencer o leitor de que as cotas são desnecessárias, pois a enuncia como promotora de exclusão social por ser usada de forma equivocada. Notou-se que há tentativa de construir sentido discursivo consensual na sociedade contra as cotas, uma vez que se pode interpretar de que não há discriminação no país, mas uma equipe despreparada para lidar com essa questão, ao relatar os equívocos causados, nega-se a legalidade das cotas descaracterizando-as como política pública emergencial e relevante à correção da discriminação e desigualdade social dos afrodescendentes. Os teóricos usados são: (BENVENISTE, 1974), (GUIMARÃES, 1995), (BRAIT, 2005) e outros por melhor se prestarem ao campo dessa pesquisa.

Palavras-chave: Sujeito; Enunciado; Sentido.

ABSTRACT: The objective of this paper is to investigate the way the media discourse on policy-Affirmative Action quotas for blacks to enroll at public universities. For this, we analyze the perspective of theoretical enunciation, clippings of statements online edition of Veja Magazine 2011 June 6, 2007. Justified this work, by assuming that some operators are used lexical modalized intentionally by the media to cause the effects listed semantic-discursive persuasive, trivialized, ironic, or even fearful of authority, intended, supposedly, is to convince the reader that the quotas are unnecessary because the states as a promoter of social exclusion to be used in error. It was noted that no attempt to construct meaning discursive consensus in society against the quotas, since one can interpret that there is no discrimination in the country, but a team unprepared to deal with this issue, reporting the errors caused, refuses the legality of assessments characterizing them as urgent and relevant public policy to correct the discrimination and social inequality of African descent. Theorists are used: (Benveniste, 1974) (Guimarães, 1995) (BRAIT, 2005) and others by providing the best field of research.

Keywords: Subject; Statement, Direction;

INTRODUÇÃO

Objetiva-se neste artigo investigar os sentidos discursivos midiático no que se refere à Política de Ação Afirmativa- cotas para afrodescendentes ao ingresso às universidades públicas do país. Para isso, analisa-se, sob o campo teórico da enunciação, o valor semântico-discursivo de alguns enunciados da Revista Veja online, edição 2011, de 6 de junho 2007.

Justifica-se a investigação pelo referido assunto, por presumir que alguns operadores lexicais modalizados são usados intencionalmente pela mídia para causar aos enunciados efeitos semântico-discursivos persuasivos, banalizadores, irônicos ou até mesmo de autoridade, cuja finalidade, supõe-se, é a de convencer o leitor sobre a política ideológica defendida por esse meio de comunicação, ou seja, a (i) legalidade da Política de Ação Afirmativa – Cotas para afrodescendentes.

Dessa forma, aporta-se em Guimarães (GUIMARÃES, 1995, p. 38) ao dizer que toda enunciação envolve uma ação do locutor e também um desejo. Ainda, o teórico afirma que o enunciador é uma figura do sujeito que não se dá como quem fala, mas simplesmente com o lugar do qual se fala, se enuncia. (Idem, p. 61). Nesse sentido é relevante investigar as condições de produção (PÊCHEUX, 1997) onde tal enunciação fora irrompida, logo, o significado depende de quem, de onde se enuncia e da função que o sujeito enunciador assume no ato da enunciação. Nas palavras de Pêcheux, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. Entende-se que o lugar de onde se fala é regulador de sentidos (PÊCHEUX, 1993, p.77)

No caso do enunciado investigado deve se considerar que há uma intenção enunciativa e uma memória ancorada num ideal cuja função primordial deveria ser a (in) formação (formação prévia), uma vez que o direito do cidadão é de ser informado. Esse ideal tem uma história e seu desenrolar é marcado por dizeres, por formas e por sentidos que não são aleatórios, tampouco estanques; eles se delineiam na linguagem que, nas palavras de Orlandi tende a formular-se, dar-se corpo (ORLANDI, 2001, p.17)

Este trabalho tem como sujeito enunciador a Revista Veja que é uma revista semanal de circulação nacional, publicada pela Editora Abril desde 1968. Ela aborda temas do cotidiano da sociedade brasileira e do mundo, como política, economia e cultura. Possui seções fixas de cinema, literatura, música, entre outras variedades, porém nem todo cidadão pode ter acesso a ela, pois seu preço-custo é destinado à pessoas com poder aquisitivo médio e alto. Sendo assim, questiona-se: Ao enunciar a Política de Afirmação - Cotas para Negros - a Revista Veja a propaga como política emergencial, necessária à promoção de equidade social ou como política equivocada e promotora de discriminação não só do negro, mas também do branco? Qual sua intenção enunciativo-discursiva? Mostra-se a favor do dominante ou dos excluídos? Ou é imparcial?

Nesse sentido, acreditamos que as mídias impõem o que constroem do espaço público, sua função é de atender ao mercado consumidor. Elas, de modo geral, provocam nos leitores /ouvintes efeitos de verdade, sustenta o ato da informatividade, usa da espetacularização dos fatos para dizer apenas o que interessa a alguns e tentar, por meio de homogeneização discursiva,

convencer outros. (CHARAUDEAU, 2009, p.16-17) Assim, constroem um modelo de compreensão de sentidos circulares os quais interessam a instâncias que as dominam (CORACINI, 2007).

Por outro lado, sob a perspectiva da enunciação, o enunciado é o produto de um processo, no caso a enunciação. É esta que o produz deixando nele marcas da subjetividade, da intersubjetividade e da alteridade (BRAIT, 2005, p. 64). Em outras palavras, a enunciação é a língua no mundo por um ato individual de utilização (BENVENISTE, 1995, p. 80).

Já outros teóricos afirmam que a enunciação será para o homem a atividade linguageira exercida por aquele que fala no momento em que se fala (ANSCOMBRE e DUCROT, 1976, p.18) citado por (GUIMARÃES, 1995, p.56). Dessa forma, acredita-se então, tendo os teóricos como aporte, que o sujeito enunciador Revista Veja traz em seus enunciados marcas ideológicas deixando neles sua subjetividade, sendo assim é possível investigar sua intenção enunciativo-discursiva ao tratar de um tema tão polêmico e, de certa forma, ainda desconhecido para a maior parte da população brasileira, Política de Ações Afirmativas-Cotas, pois como afirma Charaudeau, as mídias assumem posição paradoxal, ao mesmo tempo em que elas pretendem se definir contra o poder e a manipulação, seus discursos são manipuladores por estarem a serviço de um aparelho ideológico e a interesse de classes sociais (CHARAUDEAU, 2009, p. 17.)

1. ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Pretende-se, atentar para as possíveis interpretações proporcionadas pelo uso dos operadores lexicais modalizados causadores de diversos efeitos semântico-discursivos, como também problematizar a intenção enunciativo-discursiva da Revista Veja, pois segundo Cervoni, a modalidade é o ponto de vista do sujeito falante sobre o conteúdo enunciado (CERVONI, 1989, p. 53).

Em outras palavras, não existem condições de verdades específicas (CHOMSKY apud CERVONI, 1989, p. 14), o contexto contribui para o sentido do enunciado (CERVONI 1989, p. 16). Então, entende-se que o enunciado analisado a seguir, possibilitará ao sujeito/leitor possíveis interpretações

considerando que a pressuposição semântico-enunciativa se dará também pelos atos de linguagem.

O referido enunciado diz respeito a dois irmãos gêmeos univitelinos Alan e Alex que optaram por prestar o vestibular, na UNB (Universidade Federal de Brasília) concorrendo nas vagas reservadas para afrodescendentes, sendo que a um foi lhe dado o direito de ingressar à universidade por meio das cotas, ao outro lhe foi negado.

ENUNCIADO:

Alan, que quer prestar vestibular para educação física, foi classificado como preto na subcategoria dos pardos e pode se beneficiar do sistema de cotas. Alex, que pretende cursar nutrição, foi recusado. "Não sei como isso é possível, já que eu e meu irmão somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia", diz Alex, que recorreu da decisão. A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial. Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre. Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos. Os nazistas exterminaram milhões de pessoas, principalmente judeus, em nome da purificação da raça.

Revista Veja online edição 2011 de 6 de junho 2007.

Rosana Zakabi e Leoleli Camargo

No segmento enunciativo: "Alan, que quer prestar vestibular para educação física [...]." O verbo auxiliar modal querer traz valor semântico de desejo, vontade, intenção, porém não se pode afirmar se esse desejo será realizado ou não. O uso do presente do indicativo não traz a noção de realidade, tem valor semântico de futuridade e não de ação realizada no momento enunciado, pois se entende que ao manifestar uma vontade, um desejo, estes sejam cumpridos em um futuro próximo ou não.

Já em: “[...] foi classificado como preto na subcategoria dos pardos e pode se beneficiar do sistema de cotas.” O uso da locução verbal foi classificado, denota efeito de sentido de que para se ter direito às cotas é necessário de uma classificação. Dessa forma, interpreta-se que o sujeito enunciador Revista Veja descaracteriza a Política de Ação afirmativa – Cotas para afrodescendentes - como séria, eficiente e eficaz, não há uma maneira adequada para verificar se o cidadão possui marcas identitárias que lhes caracterizam como Afrodescendente.. Comprova-se isso também com o uso da palavra preto, nota-se que há equívocos trata-se da cor e não da etnia, não há busca identitária genealógica do indivíduo pela Universidade para identificar se ele é afrodescendente ou não, observou-lhe apenas a cor, a superficialidade mostrada na pele. Voltando à locução verbal já analisada, foi classificado, interpreta-se que o uso dela traz ao enunciado um deslocamento de sentido, ou seja, mostra o afrodescendente como números, objeto contável.

Ainda no mesmo segmento enunciativo: “[...] na subcategoria dos pardos e pode se beneficiar do sistema de cotas.” Ao usar os termos lexicais subcategoria e pardos, mais uma vez o sujeito enunciador reforça a interpretação de que o que é relevante para se ter direito às cotas é apenas a cor da pele. O uso do verbo auxiliar poder, modalizado, indica valor semântico de possibilidade, eventualidade, exclusão e não de autoridade. Para Cervoni, a polissemia desse verbo é bastante conhecida (CERVONI, 1989, p.64). Também o uso do infinitivo beneficiar sugere o efeito de sentido de incerteza, não há uma condição real que assegure o indivíduo de que ele terá direito as cotas, conduz a um deslocamento de sentido enunciativo-discursivo, entende que as cotas não são uma obrigação do Estado-nação para com todos afrodescendentes, mas apenas um benefício que nem todos terão, apenas alguns. Assim, interpreta-se que o negro não está usufruindo do direito legal que é dele, pode ser contemplado ou não, como se estivesse recebendo um prêmio.

Em: “Alex, que pretende cursar nutrição, foi recusado.” Entende-se que ao trazer essa outra situação, o sujeito-enunciador Revista Veja teve a intenção enunciativo-discursiva de banalizar, ridicularizar e denegrir a Política de Ação Afirmativa-cotas para afrodescendentes, como necessária à equidade social, pois em vez de dar aos dois indivíduos as mesmas condições de igualdade, já

que são gêmeos univitelinos, os responsáveis por tal seleção agem de forma injusta e equivocada. Os léxicos que e pretende analisados no contexto, possibilitam o entendimento de que há apenas intenção, desejo, vontade do sujeito Alex em cursar nutrição, e não de uma ação realizada no tempo e espaço. O uso da locução verbal foi recusado, reforça o sentido de exclusão social e não de inclusão. Nesse segmento enunciativo, observa-se uma incoerência causada pelo uso lexical, uma vez que a função da Política de Ação Afirmativa é de promover a inclusão social do afrodescendente.

O uso do discurso direto em: "Não sei como isso é possível, já que eu e meu irmão somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia [...]" possibilita a interpretação de que o locutor Revista Veja busca efeitos de verdade que assegurem e legitimem aquilo que ela intenciona transmitir ao seu interlocutor, no caso o leitor. Entende-se que o sujeito enunciador se esconde no outro (BAKHTIN 1979, p.369 apud BRAIT 2005, p.109) para ganhar autoridade sobre o seu dizer. Interpreta-se que a intenção semântico-enunciativa dessa mídia é dizer que a forma usada para dar direito ao negro ao acesso a a universidade pública é promotora de discriminação racial e social, é uma política que deve ser banida e não defendida pela sociedade brasileira. Ela, a Revista Veja, ao usar estratégias discursivas intenciona dizer a seu interlocutor que esse critério de avaliação é geral no Brasil, é excludente. Nota-se nesse enunciado valor semântico-discursivo persuasivo e ridicularizador quando o sujeito diz: "[...] somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia [...]".

No segmento: "A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial." Interpreta-se que o valor semântico desse enunciado é de advertência. Sabe-se que a modalidade pode ocorrer também sem marca linguística particular. Ela se encontra no implícito do discurso, é uma categoria conceitual à qual correspondem meios de expressão que permitem explicitar as diferentes posições do sujeito falante e suas intenções de enunciação. (EMEDIATADO, 2006, p. 145), Nesse caso, entende-se que há marcas também de subjetividade que revela o ponto de vista do sujeito enunciador em que ele se mostra contrário a Política de Ação Afirmativa. O uso do verbo ser na terceira pessoa do presente do indicativo em: "[...] é uma prova [...]" marca

temporalidade no momento em que se enuncia, reforça o sentido de advertência e também de afirmação e comprovação da injustiça causada ao dar direito a um dos irmãos às cotas e negá-las ao outro. O uso da locução verbal no infinitivo “tentar classificar” possibilita a interpretação de que não há critérios definidos para dar direito ao indivíduo negro de seu direito já legalizado, às cotas. Há apenas uma tentativa classificatória, equivocada, causadora de danos. A palavra perigo também reforça a ideia de despreparo e irresponsabilidade das pessoas encarregadas para lidar com essa situação, podendo causar catástrofe nacional irreparável. Presumi-se que o termo critério racial foi usado para reafirmar a intenção do sujeito-enunciador Revista Veja e provocar a interpretação ao sujeito/leitor que os meios utilizados para comprovar a etnia da qual o indivíduo pertence é excludente, danoso e principalmente preconceituoso.

Ainda no segmento: “Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre.”

Nesse segmento enunciativo, o uso do pronome indefinido todas dá noção semântica de amplitude, ou seja, entende-se que há intenção enunciativa do sujeito enunciador de convencer o seu interlocutor de que os lugares onde a Política de Ação Afirmativa fora implantada não foi benéfica à população. Assim, entendemos que o sentido está remetido à intenção de quem fala. É a intenção do locutor em dizer algo para alguém. Significar é ter intenção de fazer crer algo ao ouvinte em virtude do reconhecimento dessa intenção (GUIMARÃES, 1995, p. 31). O pronome isso, usado de forma anafórica, remete a ideia anterior do insucesso ocorrido. A locução verbal foi tentado, reafirma essa ideia, porém não esclarece se o fato foi concluído ou não, há marca de indefinição temporal. O uso do advérbio mais, e do adjetivo sólidas modalizam o enunciado dando-lhe sentido de intensidade, consistência, firmeza, de concretude no ato da linguagem. Todo enunciado traz o valor semântico de que há intenção midiática em propagar a Política de Ação afirmativa como promotora de desigualdades raciais e sociais.

Para finalizar, o sujeito enunciador Revista Veja faz recorte na história ao dizer: “Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos. Os nazistas exterminaram milhões de pessoas,

principalmente judeus, em nome da purificação da raça.” Reativa e espetaculariza assuntos polêmicos e sangrentos a fim de mobilizar memórias coletivas para reforçar sentido consensual aos leitores de que a Política de Ação Afirmativa é inviável, pois causa danos irreparáveis.

Dessa forma, compara a Política de Ação Afirmativa aos movimentos racistas já existentes. Pressupõe-se que o uso dos termos lexicais piores, loucuras, tormentos, terríveis, campos de concentração, quetos, extermínio, purificação, além de qualificadores enunciativos, foram usados para induzir e amedrontar o sujeito-leitor, levando-o à interpretação que, de forma geral, não existe uma maneira correta que identifique o sujeito como afrodescendente para lhe dar direito às cotas, e, a permanência dessa política poderá causar o mesmos danos causados pelos nazistas e pelo apartheid. Enfim, o sujeito-enunciador Revista Veja busca dar ao seu dito efeito de autoridade para questionar e problematizar o assunto presente, ou seja, as cotas.

Como afirma Gregolin a mídia constrói história pela sua lente, a linguagem jornalística faz ressurgir o passado como forma de compreensão do presente. No entanto, podemos criar táticas e estratégias de luta contra a alienação que a mídia provoca por meio da cultura do espetáculo (GREGOLIN, 2003, p. 18)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se permear algumas reflexões a respeito da influência discursiva midiática sobre o público leitor/espectador, em que se notou que o discurso da mídia investigada traz operadores lexicais modalizados e atos de linguagem os quais provocam no sujeito/leitor diversas interpretações. É possível apreender que houve intenção enunciativo-discursiva da mídia de descaracterizar a política de ação afirmativa como algo necessário, eficiente e eficaz que vá contribuir para erradicação da desigualdade social e a discriminação racial do país. Ao enunciar que um dos rapazes fora vitimado, entende-se no “fio do discurso” que não por discriminação e sim por despreparo do órgão responsável ao selecioná-lo. Interpreta-se assim, tentativa de construção de sentido enunciativo-discursivo consensual na sociedade brasileira contra as políticas de ação afirmativa, não há discriminação, mas,

sim, uma equipe, segundo o enunciador Revista-Veja, despreparada para lidar com essa questão e isso pode trazer danos à Nação.

Notou-se também, por meio da materialidade lingüística dos enunciados, que o debate das cotas representa um espaço político, polêmico e um local de manifestação e de reprodução de luta mais excludente que inclusiva, pois ao relatar os equívocos causados ao direito do negro às cotas, nega-se a legalidade das mesmas descaracterizando-as como política pública relevante a inserção do negro às universidades públicas brasileiras, mas como promotora de injustiças. Ao questionar se o sujeito-enunciador Revista Veja mostra-se a favor do dominante ou dos excluídos, ou é imparcial, é possível responder que o enunciado analisado deixa “pistas” que nos conduz a interpretação de que há intenção enunciativo-discursiva dessa mídia em apregoar efeitos de verdade em que ela assume papel de dominante em relação aos dominados, já que seu público leitor é classe média e alta.

Entende-se que essas atitudes enunciativo-discursivas oriundas do campo polêmico em que se tenta descaracterizar as cotas como política necessária e emergencial para correção das disparidades vivenciadas não só pelos negros, como também pelos índios nos espaços públicos brasileiros, geram novos discursos e reavivam memórias discursivas causando vontades de verdade cuja intenção é a de persuadir o sujeito /leitor.

Nota-se que há paradoxos no enunciado-discursivo da mídia, enquanto esta se revela zelosa no que se refere à justiça, a denúncia e a luta em defesa da democracia em relação ao que chama de liberdade de imprensa, direito e cidadania. No entanto, o sujeito enunciador-Revista Veja não assume essa posição quando o assunto é a defesa de direitos fundamentais, neste caso, a reparação da desigualdade e da injustiça histórica de que padece a imensa população negra que os mais de 350 anos de escravidão deixaram marcas nessa gente que o país ainda não conseguiu corrigir.

Espera-se que este trabalho seja relevante no que diz respeito à compreensão, por um lado, da política afirmativa das cotas aos negros como acontecimento enunciativo-discursivo veiculado pelas mídias. Por outro, pretendeu suscitar reflexões nos leitores a respeito da intenção enunciativo-discursiva midiática quando se trata de uma questão “cara” aos brasileiros, ou seja, da identidade étnico-racial, levando-os a questionar e analisar a intenção

das mídias, pois essas por mais que se propaguem neutras, podem deixar pistas em seus enunciados de posições ideológicas partidárias, ou seja, tendenciosas.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

CERVONI, Jean. *A enunciação*. Trad. L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

CORACINI, Maria José R.F. *A celebração do outro na constituição da identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*/Maria José Coracini. - Campinas, SP: Mercado de Letras 2007.

EMEDIATO, Wander. Organização enunciativa de modalização no discurso didático. In: LARA, Gláucia M.P. (org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006.

GREGOLIN, M.R.F.V. *Recitações de mitos: a História na lente da mídia*. In: GREGOLIN, M.R.V. (org.). *Filigranas do Discurso: as vozes da História*. 01 ed. São Paulo, SP: Acadêmica, 2000.

GREGOLIN, Rosário. *"Discurso e mídia: a cultura do espetáculo"*. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico enunciativo da linguagem*. Campinas-SP, Pontes, 1995

PÊCHEUX, M. *Semântica discursiva*. Uma crítica à afirmação do óbvio, Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

[VEJA online, nº 2011, 6 de junho de 2007. Disponível em: http://veja.abril.com.br. Acesso em: 05/12/2009.](http://veja.abril.com.br)

**A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* RETÓRICO FEMININO NO DISCURSO DE
DILMA ROUSSEFF**

**THE CONSTITUTION OF THE FEMALE RHETORIC *ETHOS* IN DILMA
ROUSSEFF'S SPEECH**

Marina Gláucia Verzola (UNIFRAN/CAPES)

marina.verzola@hotmail.com

Maria Flávia Figueiredo (UNIFRAN)

mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a constituição do *ethos* retórico feminino no primeiro pronunciamento da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A pesquisa foi feita com base na teoria da Argumentação e da Retórica sobre o *ethos* e os autores que dão suporte a ela são Michel Meyer, Olivier Reboul, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Após o *corpus* ter sido coletado, a análise foi feita para observar a constituição do *ethos* retórico feminino no discurso proferido pela presidente do Brasil no dia 31 de outubro de 2010. Dessa maneira, concluímos que Dilma faz uso de estratégias retóricas para construir sua imagem que, na verdade, é aceita por seu auditório – eleitores brasileiros – devido à identificação deste com a imagem de Lula, à qual Dilma tenta dar continuidade.

Palavras-chave: *Ethos* feminino. Política. Argumentação. Retórica.

ABSTRACT: The aim of this work is to analyse the constitution of the female rhetoric *ethos* in the first pronouncement of the first woman who became Brazil's president, Dilma Rousseff. This research was done based on the theory of Argumentation and Rhetorics about *ethos*, and the authors who support this research are Michel Meyer, Olivier Reboul, Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca. Once the *corpus* had been collected, the analysis was done in order to observe the constitution of the female rhetoric *ethos* in the speech pronounced on October 31, 2010. According to the analysis, we have

concluded that Dilma uses rhetoric strategies to built her image, that, actually, is accepted by her auditory – the Brazilian voters – because they identify with Lula´s image, the image which Dilma wants to continue.

Keywords: Female *ethos*. Politics. Argumentation. Rhetorics.

INTRODUÇÃO

Durante o período de eleições governamentais, percebemos, em qualquer comunidade, discussões acerca dos principais candidatos, suas vidas, discursos e expectativas. A política faz parte do dia a dia de todo cidadão e, por isso, o assunto torna-se ainda mais relevante quando analisamos a situação política mundial e observamos que, mesmo que esta realidade venha sofrendo mudanças, as mulheres continuam a ocupar um lugar bem restrito no que se refere a cargos de liderança. Hoje, apenas oito por cento dos governantes no mundo são mulheres, isto significa 18 líderes do sexo feminino, contando com a atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

No segundo semestre de 2010, período em que ocorreram as eleições presidenciais no Brasil, tornaram-se relevante em nossa sociedade as discussões acerca da candidatura da ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Após 33 homens terem ocupado o cargo mais alto no governo do país, Dilma seria a primeira mulher a conquistar a presidência da República. “No Brasil, a política ainda é tratada como assunto de homem. Dos 513 assentos da Câmara dos Deputados, 45 são ocupados por mulheres. No Senado, apenas dez dos 81 parlamentares são mulheres.” (RIBEIRO, 2010, p. 74)

Uma vez que este trabalho visa tratar da constituição do *ethos* feminino da presidente eleita, faz-se necessária a apresentação de alguns de seus dados biográficos os quais serão úteis ao longo da análise.

Dilma nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte. Teve uma infância feliz, mas, desde cedo, sabia das dificuldades sociais que grande parte da população brasileira enfrentava. Fazia trabalho voluntário no Morro do Papagaio com colegas e freiras do colégio. Estudou no Colégio Estadual Central, onde cursou o ensino médio e depois concluiu a faculdade de economia na Universidade Federal de Minas Gerais.

Sua geração crescera envolvida com a política do país que estava nas vésperas do golpe militar. Quando tinha apenas 16 anos, ela já fazia parte de organizações clandestinas como Polop, Colina e VAR-Palmares. A repressão era tão forte que qualquer reivindicação era proibida. As artes estavam sob censura e pessoas eram presas, torturadas, exiladas e até assassinadas.

Ela se casa com o companheiro de militância Claudio Galeno, mas ao se encaminharem para diferentes cidades, acabam se separando. Em 1970, quando foi presa e torturada, já se encontrava casada novamente com o advogado e militante gaúcho Carlos Araújo. Cumpre pena de dois anos e um mês de prisão por ter atuado na guerrilha contra a ditadura militar.

Sua história de vida, grande para ser detalhadamente contada aqui, age sobre sua imagem de forma ambígua: ora a fortalece, ora a prejudica. Dita guerrilheira, marxista, tendo sido presa e torturada, ela chega à vitória com 56% dos votos.

Por todos os motivos apresentados, parece-nos relevante e interessante o estudo sobre a constituição do *ethos* retórico no primeiro discurso da primeira mulher presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff. O discurso a ser analisado neste trabalho foi proferido pela presidente citada no dia 31 de outubro de 2010, após a notícia de sua eleição.

1 ASPECTOS TEÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO ÉTICA

Este trabalho fundamenta-se nos estudos da Argumentação e da Retórica sobre o *ethos*. Para isso, buscamos entender um pouco do que vem a ser a teoria da Argumentação e da Retórica. Assim, percebemos, de acordo com Michel Meyer (2007), que a argumentação, nada mais é do que a dialética tratada por Aristóteles na antiguidade. No entanto, como reforça esse mesmo autor, Aristóteles opunha a dialética – que se caracteriza como pertencente ao domínio da disputa oratória – à retórica. Ele (Aristóteles) as vê como os dois lados de uma mesma moeda, mas não deixa claro em que consiste sua complementaridade.

A Retórica recebeu três grandes definições através de Platão, Quintiliano e Aristóteles. De acordo com Meyer (2007), o primeiro a definia como uma manipulação de um auditório. O segundo dizia que ela é a arte de

bem falar, e Aristóteles afirmava que é simplesmente a exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir. No entanto, sabemos que cada uma dessas definições visa um dos três pontos principais do tripé retórico que se caracteriza pelo *pathos*, *ethos* e *logos*. Em uma nova definição, e que abarque todas estas três dimensões, temos a retórica, de acordo com Meyer (2007), como a negociação da diferença, ou seja, a negociação da distância entre os indivíduos sobre uma questão dada. E é com essa definição de retórica que iremos trabalhar, pois acreditamos que para persuadir um auditório, o orador deve tentar se aproximar dele, fazendo com que essa distância diminua. Dessa forma, partiremos para o estudo do *ethos* retórico, no qual nosso trabalho se fundamenta.

O *ethos* retórico, em um sentido simplista, se caracteriza como a imagem, verdadeira ou não, que o orador constrói de si mesmo no intuito de persuadir e convencer seu auditório. Dessa forma, o *ethos* está relacionado ao caráter do orador e, por isso, não é possível atingir o objetivo de persuadir sem ser, ou pelo menos sem se mostrar ser, um homem de bem. Reboul (2004, p. 48) diz que o *ethos* “é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança”.

Só o fato de tomar a palavra já indica a construção de uma imagem, pois não é necessário que o orador fale de si próprio para que o *ethos* comece a operar. Assim, é importante que o orador busque atingir as expectativas de seu auditório visando, logo de início, agradar aquele a quem se pretende convencer, pois como diz Reboul (2004, p. 142), “a regra de ouro da retórica é levar em conta o auditório”. No entanto, cada auditório apresenta características únicas e é necessário que o orador esteja atento a essas características e, conseqüentemente, se molde de acordo com elas.

O orador, portanto, não terá o mesmo etos se estiver falando com velhos camponeses ou com adolescentes citadinos. Mas, em todo caso, ele deve preencher as condições mínimas de credibilidade, mostrar-se sensato, sincero e simpático. (REBOUL, 2004, p. 48)

Essas palavras de Reboul demonstram que as estratégias retóricas só funcionam se adequadas ao auditório. Sendo assim, uma estratégia que funcionou em uma dada situação pode não funcionar em outro contexto.

Outro fator importante para a constituição correta do *ethos* é a aproximação do orador ao seu auditório em termos de conteúdo (ideologia) e linguagem. No que se refere à escolha do vocabulário, o orador deve se preocupar em se comunicar com uma linguagem acessível ao seu auditório e sempre levar em consideração o conhecimento de mundo que esse tem. Se o orador comenta acerca de um assunto ou fato desconhecido de seu interlocutor, a consequência mais provável é a criação de uma maior distância entre eles, e não a aproximação. O mesmo fato ocorre se o orador demonstra possuir ideologia contrária à de seus interlocutores, pois, se as idéias são antagônicas, a possibilidade de haver convencimento torna-se ainda mais distante. Além disso, se um assunto se caracteriza como controverso, o orador deve evitá-lo na medida do possível para não despertar no auditório um julgamento negativo. Meyer (2007) diz que a retórica é a negociação da diferença, isto é, da distância entre os indivíduos sobre uma questão dada, ou seja, convencer e persuadir é diminuir a distância existente entre o orador e seu auditório. Dessa forma, até a linguagem deve ser moldada. Se o auditório se constitui em um público culto, é importante o uso, por parte do orador, de um vocabulário refinado, que atenda às exigências daquele determinado público. Por outro lado, se o público representa uma camada menos letrada da população de um país, é de extrema importância o uso de uma linguagem simples e acessível a esse tipo de auditório.

Depois dessas primeiras observações acerca do *ethos* retórico, podemos tecer considerações mais completas sobre sua significação. De acordo com Meyer, o *ethos*

é uma excelência que não tem objeto próprio, mas liga-se à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto outras

suscitam conferem ao orador uma autoridade. (MEYER, 2007, p. 34-35)

Assim, percebemos que o *ethos* se liga à pessoa do orador, no entanto, ele representa uma dimensão bem mais complexa.

O *éthos* é um domínio, um nível, uma estrutura – em resumo, uma dimensão –, mas isso não se limita àquele que fala a um auditório, nem mesmo a um autor que se esconde atrás de um texto e cuja ‘presença’, por esse motivo, afinal, pouco importa. O *éthos* se apresenta de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas. (MEYER, 2007, p. 35)

Dessa maneira, percebemos que a constituição do *ethos* se efetua na medida em que ocorre uma identificação por parte do auditório.

Neste ponto da discussão, podemos comentar o que Meyer chama de *ethos* projetivo e *ethos* efetivo. Ele diz: “O orador pode jogar com a defasagem entre esses dois *éthos*, ou, ao contrário, com a identidade entre eles, a fim de manipular o auditório.” (MEYER, 2007, p. 36). Buscando nos aprofundar nesta questão, vamos explicar qual seria a diferença entre o *ethos* projetivo e o *ethos* efetivo. O primeiro – *ethos* projetivo – é um *ethos* imanente que o outro da relação retórica projeta como imagem, ou seja, é a primeira imagem que o auditório forma do orador e a primeira imagem que o orador forma do auditório. Tanto o orador quanto o auditório projetam no outro uma imagem *a priori*; esta representa o *ethos* projetivo. No entanto, a imagem realmente construída pelo orador, visando persuadir o auditório, é a imagem efetiva, ou seja, o *ethos* efetivo.

O orador, sabendo que o *éthos* projetivo em princípio difere do *éthos* efetivo, pode construir seu discurso de modo que a imagem projetada seja efetivamente

controlada. Isso pertence ao domínio daquilo que Aristóteles chamava de *phrónesis*, ou prudência. O orador se orna da virtude que o auditório espera dele e faz uso dessa congruência para comunicar sua mensagem. Ele aparece como é, ao menos é isso que tentará fazer acreditar, ao adotar essa estratégia de adequação, que é uma estratégia de sinceridade, fingida ou real. (MEYER, 2007, p. 53-54)

Dessa maneira, após especificarmos os pontos teóricos relevantes para nossa análise, partiremos, agora, para a averiguação do *corpus* selecionado.

2 ANÁLISE DO *ETHOS* RETÓRICO DO PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Nesta seção, buscaremos analisar, de acordo com a teoria apresentada, o discurso proferido pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, no dia 31 de outubro de 2010, depois da notícia de sua eleição.

O discurso de Dilma, cuja transcrição na íntegra se encontra anexada, inicia-se em forma de agradecimentos. Ela se dirige às pessoas da seguinte maneira:

Primeiro eu queria agradecer aos que estão aqui presentes nessa noite que pra mim é uma noite, vocês imaginam, completamente especial, mas eu queria me dirigir a todos os brasileiros e brasileiras, os meus amigos e minhas amigas de todo o Brasil.

No excerto acima, podemos perceber que ela se refere a todos como amigos, da mesma forma com que Lula, nosso ex-presidente, se dirigia a seus eleitores utilizando o vocativo companheiro e/ou companheira. Essas formas amigáveis e simpáticas de se relacionar com o auditório já indicam uma estratégia por parte do orador que visa convencer e persuadir seu interlocutor de maneira mais sutil. O vocativo utilizado por Dilma e os pronomes

possessivos meus e minhas aproximam o auditório do orador e, deste modo, as ideias deste são mais facilmente aceitas pelo interlocutor, se pensarmos que para convencer é preciso diminuir a distância entre um e outro.

Logo após o início do discurso, a presidente aponta seu primeiro compromisso: honrar as mulheres.

Já registro, já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade.

O assunto da participação ativa das mulheres na vida do país foi uma constante durante a campanha eleitoral de Dilma, pois ela seria a primeira mulher a governar o Brasil e, enfrentou, devido a este fato, preconceito e repressão. Como pudemos ver, de acordo com a citação da revista Veja que se encontra na Introdução deste trabalho, a política, aqui em nosso país, ainda é vista como assunto para homens. E, essa luta pela maior participação feminina em todo e qualquer campo representa o desejo da maioria das mulheres de nosso país. Dessa maneira, ao abarcar um assunto tão relevante na sociedade atual, Dilma obtém a adesão, por meio da identificação, de uma grande parcela de seus eleitores, as mulheres, que se encontram na mesma situação que então Dilma se encontrava como candidata: a situação frequente do preconceito. Como ressaltamos na parte teórica, o assunto a ser tratado em um discurso representa estratégia para aproximar ou afastar o auditório do orador. Por isso, a escolha por tratar desse assunto logo no começo já garante a aproximação de pelo menos metade dos eleitores. No trecho citado a seguir, a presidente também toca em outros temas importantes, como a liberdade de imprensa e liberdade de religião, abarcando, assim, um grande número de eleitores oriundos das mais diversas religiões encontradas no Brasil. Esse procedimento da oradora está de acordo com os postulados de Meyer (2007) que afirma que quando o orador apresenta uma ideologia contrária à de seus interlocutores, a possibilidade de haver convencimento torna-se ainda mais distante.

Eu vou zelar pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa. Vou zelar pela mais ampla liberdade religiosa e de culto.

Outro exemplo dessa mesma questão é o fato de Dilma não ter nem sequer tocado no assunto do aborto, tema extremamente polêmico. Notamos desta maneira que a fuga aos assuntos controversos faz com que qualquer questionamento ou dúvida sobre a integridade do orador sejam evitados, construindo-se assim um *ethos* de pessoa do bem.

Outra estratégia importante para a criação e manutenção do *ethos* de pessoa do bem é o fato de ela se apoiar em ideias incontestáveis. Dilma diz:

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia.

Ela se mostra disposta a lutar por algo que a própria democracia vigente no país prevê, o que faz desse argumento uma obrigação e não um mérito.

Percebemos no discurso de Dilma uma estratégia muito comum e, por isso, muito utilizada por qualquer tipo de orador que vise persuadir e convencer seu auditório. Estamos falando do fato de que, para mais facilmente convencer o interlocutor, é interessante agradá-lo de forma que se mantenha uma relação harmoniosa, campo mais favorável à persuasão. No trecho a seguir, vejamos como Dilma levanta o moral do povo brasileiro:

O que mais me deu confiança e esperança ao mesmo tempo foi a capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por menor que seja, por mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para si e para sua família. É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo.

Para construir a imagem de pessoa do bem é preciso ressaltar as qualidades alheias e ser humilde. Colocamos aqui outro trecho em que Dilma elogia a população do Brasil:

Zelaremos pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo.

Continuando com a estratégia de agradar o auditório, Dilma fala das necessidades básicas a que muitas pessoas no Brasil ainda não tiveram acesso. Dessa maneira, ela vai ao encontro das expectativas daqueles que, com certeza, esperam ter seus direitos atendidos: afinal quem não busca comida, emprego, moradia e paz social?

Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país: Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais, básicos, da alimentação, do emprego, da renda, da moradia digna e da paz social.

Quando voltamos nosso olhar para a questão da linguagem utilizada pelo orador, tal como expusemos na parte teórica deste trabalho, percebemos que Dilma adéqua seu vocabulário ao daquelas pessoas que compõem seu auditório. Como ela fala para o povo brasileiro, não há necessidade de utilizar palavras restritas ao vocabulário da norma culta, mas sim que essas sejam de fácil entendimento para o grande público. No trecho selecionado abaixo, percebemos a utilização de um vocabulário simples – inclusive coloquial – capaz de criar a aproximação da oradora com o auditório:

O que mais me deu confiança e esperança ao mesmo tempo foi a capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por menor que seja, por mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para si e para sua família. É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo. Por isso, reforço aqui meu compromisso fundamental que eu mantive e reiterarei ao longo dessa campanha: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e para todas as brasileiras.

Além disso, observamos alguns trechos em que a oradora não se atém às regras gramaticais proposta pela norma culta, como, por exemplo, em:

Agradeço a imprensa brasileira e estrangeira que aqui atua e cada um de seus profissionais pela cobertura do processo eleitoral.

E também no excerto:

Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a disposição de servir ao país será o critério fundamental.

Observando a questão do *ethos* projetivo e do *ethos* efetivo de que Meyer (2007) nos fala, podemos imaginar a primeira imagem projetada por Dilma em seu auditório, isto é, a imagem construída de acordo com as informações a que o povo brasileiro tinha acesso. Como dissemos, não é preciso que o orador fale de si próprio para que assim se construa uma imagem dele, pois o simples fato de tomar a palavra já indica a criação de uma imagem. Temos o conhecimento da batalha que Dilma enfrentou para chegar à presidência, pois seu *ethos* projetivo de guerrilheira, marxista e mulher que tinha sido presa contribuiu para que muitos eleitores não a escolhessem como presidente. Mesmo assim, ela se tornou a primeira mulher a governar o Brasil. E, como isso se deu? Sabemos que o orador pode e deve controlar a imagem criada, pois a imagem que fica é aquela do *ethos* efetivo, feita de acordo com aquilo que o auditório espera dele. Como destacamos na teoria abordada neste trabalho, de acordo com Meyer (2007), o *ethos* é uma dimensão que não se limita àquele que fala a um auditório, mas sim àquele com quem o auditório se identifica. Dessa maneira, percebemos que a identificação do povo brasileiro está relacionada ao nosso ex-presidente, Lula, e não à Dilma. No trecho seguinte podemos perceber como Dilma cita os feitos do mandato de Lula:

Valorizarei o micro empreendedor individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliarei os limites do supersimples (palmas) e construirei modernos mecanismos de aperfeiçoamento econômico,

como fez nosso governo, o governo do presidente Lula, na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre vários outros.

É importante observar também que as palmas por parte do auditório indicam o momento em que há identificação do auditório com o orador. Em outros excertos podemos analisar que as palmas são frequentes quando a oradora fala de Lula.

Agradeço muito especialmente e com emoção ao presidente Lula. (palmas seguidas de canto do auditório: Olê olê olê olá Lula! Lula!) Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda. Conviver durante todos estes anos com ele (palmas) me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que eu sinto hoje pela minha vitória se mistura com a emoção da sua despedida. Sei que um líder como Lula nunca estará longe de seu povo e de cada um de nós. (palmas) Baterei muito a sua porta e, tenho certeza e confiança, que a encontrarei sempre aberta. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. (palmas)

Nesse excerto observamos o ponto máximo de identificação do auditório com a imagem de Lula, pois, além das palmas, encontramos um canto que demonstra a admiração do povo brasileiro pelo ex-presidente. Esse fato nos evidencia que esse *ethos* previamente construído por Lula está, a todo instante, amalgamado ao *ethos* de Dilma, seja o projetivo, seja o efetivo.

Ao nos concentrarmos apenas nos aspectos éticos desse pronunciamento, objetivo do presente trabalho, chegamos à conclusão que o *ethos* projetivo de Lula, com o qual o auditório demonstrou se identificar, foi o fator preponderante para chegada de Dilma à presidência da República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de todas as observações feitas neste trabalho, podemos perceber que Dilma Rousseff faz uso de estratégias retóricas para construir sua

imagem de pessoa do bem. Observamos sua tentativa de aproximação com o auditório através dos vocativos amigos e amigas. Além disso, fica clara sua intenção de agradar o povo brasileiro por meio de elogios, fazendo com que o convencimento ocorra de forma mais sutil. Não podemos esquecer que o uso de uma linguagem acessível ao auditório também representa uma estratégia e a oradora soube adequar seu discurso às pessoas que compunham seu auditório. Soube também esquivar-se de temas que pudessem comprometê-la, tal como o aborto, da mesma forma que valorizou temas como liberdade de imprensa e religião e a questão do preconceito em relação às mulheres. Isso fazendo, atendeu às expectativas de vários eleitores que tinham esses temas em alto grau na sua escala de valores. No entanto, os pontos mais relevantes do pronunciamento são aqueles em que a oradora fala do ex-presidente, Luís Inácio Lula da Silva. A esse respeito, as palmas são um forte indício de que o auditório se identifica com a imagem de Lula. Portanto, a construção do *ethos* efetivo de Dilma, na verdade, se deu a partir da tentativa de dar continuidade a esse *ethos* projetivo de Lula, aquele com o qual, nossa análise nos faz crer, o auditório realmente se identifica.

REFERÊNCIAS

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROUSSEFF, Dilma. Primeiro pronunciamento da presidente eleita Dilma Rousseff. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/823569-leia-integra-do-primeiro-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2011

RIBEIRO, Gustavo. Mulheres no poder. **Revista Veja**. n. 2189, p. 70-75. nov. 2010

ANEXO

PRONUNCIAMENTO DE DILMA ROUSSEF NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2010

Primeiro eu queria agradecer aos que estão aqui presentes nessa noite que pra mim é uma noite, vocês imaginam, completamente especial, mas eu queria me dirigir a todos os brasileiros e as brasileiras, os meus amigos e minhas amigas de todo o Brasil. É uma imensa alegria estar aqui hoje. Eu recebi de milhões de brasileiros e de brasileiras a missão, talvez a missão mais importante da minha vida. Este fato, para além da minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: porque pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro (palmas), já registro, portanto o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. (palmas) Eu gostaria muito que os pais e mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas, e dizer: SIM, a mulher pode! (palmas) A minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país: Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais, básicos, da alimentação, do emprego, da renda, de moradia digna e da paz social. (palmas) Eu vou zelar pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa. Vou zelar pela mais ampla liberdade religiosa e de culto. (palmas) Vou zelar pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados na nossa própria constituição. (palmas) Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República. Nessa longa jornada que me trouxe até aqui pude falar e visitar todas as nossas regiões. O que mais me deu confiança e esperança ao mesmo tempo foi a capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por menor que seja, por mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para si e para sua família. É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo. Por isso, reforço

aqui meu compromisso fundamental que eu mantive e reiterarei ao longo dessa campanha: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e para todas as brasileiras. (palmas) Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada apenas pela vontade do governo, ela é importante, mas esta meta é um chamado à nação, aos empresários, aos trabalhadores, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem do nosso país. Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à sua própria sorte e enquanto reinar o crack e as cracolândias. A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida. (palmas) O Brasil é uma terra generosa e sempre devolverá em dobro cada semente que for plantada com mão amorosa e olhar para o futuro. Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, o governo do presidente Lula, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível. Reconheço, eu e meu vice, Michel Temer, hoje eleito, (palmas) reconhecemos que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso desenvolvimento econômico. Essa nova era de prosperidade criada pela genialidade do nosso presidente e pela força do povo brasileiro e de nossos empreendedores e trabalhadores encontra seu momento de maior potencial numa época em que a economia das grandes nações se encontra abalada. No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas próprias decisões econômicas. (palmas) Eu estou longe de dizer, com isso, que pretendemos fechar o país ao mundo. Muito ao contrário, continuaremos propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizar plenamente suas vocações, propugnando contra a guerra cambial que ocorre hoje no mundo. Mas é preciso reconhecer que teremos grandes responsabilidades num mundo que enfrenta ainda os

desafios e os efeitos de uma crise financeira de grandes proporções e que se socorre de mecanismos nem sempre adequados, nem sempre equilibrados, para a retomada do crescimento. É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras muito mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas. Atuaremos firmemente nos fóruns internacionais com este objetivo. Cuidaremos de nossa economia com toda responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável. Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos. (palmas) Mas, mas recusamos as visões de ajustes que recaem sobre programas sociais, serviços essenciais à população e os necessários investimentos para o bem do país. (palmas) Sim, vamos buscar o desenvolvimento de longo prazo, a taxas elevadas, social e ambientalmente sustentáveis. Para isso zelaremos pela nossa poupança pública. Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público. Zelaremos pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo. Valorizarei o Micro Empreendedor Individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliarei os limites do Supersimples (palmas) e construirei modernos mecanismos de aperfeiçoamento econômico, como fez nosso governo, o governo do presidente Lula, na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre vários outros. As agências reguladoras terão todo respaldo para atuar com determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável concorrência e da efetividade do controle dos setores regulados. Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental. Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais e trataremos sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades. Mas acima de tudo quero reafirmar nosso compromisso com a estabilidade da economia e das regras econômicas, dos contratos firmados e das conquistas estabelecidas. (palmas) Trataremos os recursos provenientes de nossas riquezas naturais sempre com

pensamento de longo prazo. Por isso trabalharei no Congresso pela aprovação do Fundo Social do Pré-Sal do marco regulatório do modelo de partilha do Pré-Sal. (palmas) Por meio deles iremos realizar muitos de nossos objetivos sociais. Recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança. O Fundo Social do Pré-Sal é um mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusemos, o modelo de partilha, para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo deste país, a parcela mais importante dessas riquezas. Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao nosso povo só as migalhas. Me comprometi nesta campanha com a qualificação também da Educação e dos Serviços de Saúde. Me comprometi com a melhoria da segurança pública. Com o combate às drogas que infelicitam nossas famílias e comprometem nossas crianças e nossos jovens. Reafirmo aqui estes compromissos. Nomearei ministros e equipes de primeira qualidade para realizar esses objetivos. Mas acompanharei também pessoalmente estas áreas capitais para o desenvolvimento do país. A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso a educação e saúde de qualidade. É aquela que convive com o meio ambiente sem agredi-lo e sem criar passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento. Não pretendo me estender aqui, neste primeiro pronunciamento ao país, mas quero registrar que todos os compromissos que assumi, vou perseguir de forma dedicada e carinhosa. Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, o trabalhador desempregado, o idoso teriam toda minha atenção. Reafirmo aqui este compromisso. (palmas) Eu e o Michel Temer fomos eleitos por uma coligação de dez partidos e com o apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a disposição de servir ao país será o critério fundamental. Vou valorizar os quadros profissionais da administração pública, independente de filiação partidária. (palmas) Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles (palmas). De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio. (palmas) A partir da minha

posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política. Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me, junto com todos os partidos, por uma reforma política que eleve os valores republicanos, (palmas) avançando, avançando e fazendo avançar nossa jovem democracia. Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. (palmas) Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos. (palmas) Deixei para o final os meus agradecimentos, pois quero destacá-los, quero dar à eles muita ênfase. Primeiro, o meu agradecimento ao povo brasileiro que me dedicou seu apoio. Serei eternamente grata pela oportunidade única de servir ao meu país no seu mais alto posto. Prometo devolver em dobro todo o carinho recebido, em todos os lugares em todas as regiões por que passei. Nenhuma região do meu país ficará pra trás ou será menosprezada ou considerada de segunda categoria. Mas agradeço respeitosamente também todos aqueles que votaram no primeiro e no segundo turno em outros candidatos ou candidatas. Eles também fizeram valer a festa da democracia e a eles também, meus agradecimentos. (palmas) Agradeço as lideranças partidárias que inclusive muitas delas estão aqui hoje, que me apoiaram e comandaram esta jornada, meus assessores, minhas equipes de trabalho e todos os que dedicaram meses inteiros a esse árduo trabalho. Agradeço a imprensa brasileira e estrangeira que aqui atua e cada um de seus profissionais pela cobertura do processo eleitoral. Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente amantes da liberdade. (palmas) Por isso, não carregarei nenhum ressentimento. Disse, disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. (palmas) As críticas, as críticas do jornalismo livre ajudam ao país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório. Agradeço muito especialmente e com emoção ao

presidente Lula. (palmas) (O auditório canta: Olê olé olé olá Lula Lula.....)Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda. Conviver durante todos estes anos com ele (palmas) me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que eu sinto hoje pela minha vitória se mistura com a emoção da sua despedida. Sei que um líder como Lula nunca estará longe de seu povo e de cada um de nós. (palmas) Baterei muito a sua porta e, tenho certeza e confiança, que a encontrarei sempre aberta. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. (palmas) A tarefa de sucedê-lo é difícil e desafiadora. Mas saberei honrar este legado. Saberei consolidar e avançar sua obra. Aprendi com ele que quando se governa pensando no interesse público e nos mais necessitados uma imensa força brota do povo e nos ajuda a governar. (palmas) Uma força que leva o país para frente e ajuda a vencer os maiores desafios. Passada a eleição, agora, nós sabemos é hora de trabalho. Passado o debate de projetos agora é hora de união. União pela educação, união pelo desenvolvimento, união pelo país. Junto comigo foram eleitos novos governadores, novos senadores, novos deputados federais. Ao parabenizá-los, e a todos os deputados estaduais também eleitos no primeiro turno, convido a todos, independentemente de cor partidária, para uma ação determinada e para uma ação efetiva, para uma ação enérgica em prol do futuro de nosso país. Sempre com a convicção de que a Nação Brasileira será exatamente do tamanho, será exatamente com a grandeza daquilo que, juntos, nós todos fizemos por ela. Um abraço a cada um meus amigos e minhas amigas. (palmas)

**TENSÃO ENTRE A MEMÓRIA OFICIAL E A MEMÓRIA ALEGÓRICA: O
ESQUELETO ACHADO NO PAÇO IMPERIAL NOS PRIMÓRDIOS DA
REPÚBLICA**

**THE TENSION BETWEEN OFFICIAL MEMORY AND ALLEGORICAL
MEMORY: THE SKELETON FOUND IN THE IMPERIAL PALACE ON THE
BEGINNING OF REPUBLIC ERA**

Marina Pózes Pereira Santos (PG-UFF)

mar_pozes@yahoo.com.br

Pascoal Farinaccio (UFF)

Resumo: O trabalho pretende analisar à luz da Análise do Discurso de escola francesa a produção de romances-folhetins publicados na imprensa jornalística brasileira de fins do século XIX. Para isso, consideram-se as condições de produção, os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem a produção de folhetins no meio jornalístico-literário. Em 1890, período de transição do governo imperial para a república, um esqueleto humano foi descoberto no Paço Imperial - tal descoberta inseriu-se nos movimentos pró-república da época que associavam o governo republicano ao progresso e à civilização inexistentes no período imperial. Dentro desse contexto, encontra-se, entre outros, o romance-folhetim *O esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*, pelo jornal carioca *Gazeta de Notícias*, da autoria de Olavo Bilac e Pardal Mallet. Os folhetinistas visavam, a partir de suas narrativas, construir uma memória negativa do império, acionando outra memória da nossa história ao abordar uma versão do passado imperial diferente da proposta pela memória oficial. Portanto, existe nos folhetins uma tensão entre a memória proposta pela ficção, e a memória oficial, atravessada pela História. A partir disso, pretende-se verificar a constituição da memória negativa do império, aqui chamada de memória alegórica, abordando a tensão entre ela e a memória oficial.

Palavras-chave: discurso, memória, história, imprensa, política e folhetim

Abstract: This essay intends to analyze the serials productions published by Brazilian journalistic press in the end of century XIX. For this, it is considered the conditions of production, the historical, the social and the ideological aspects that involve the serial production in the journalistic-literary area. In 1890, during the transition from the Imperial era to the Republic era, a skeleton was found in the Imperial Palace. The finding was inserted in the movements for republic that associated the republic government to progress and civilization, absent from the prior government. In this context the newspaper *Gazeta de Notícias* published the serial *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*, written by Olavo Bilac and Pardal Mallet. The serial authors wanted to build a negative memory of the Imperial era through their narratives. Giving rise to another memory of Brazilian History, they permit the construction of the Imperial era different from the official memory. Thus, there is a tension between the official memory, said by the History, and the another one, proposed by the fiction. In order that, the essay purposes discussing the constitution of this negative memory, called here as allegorical memory, talking about the tension between official and allegorical memories.

Keywords: discourse, memory, history, press, politics and serial

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a partir da Análise do Discurso de escola francesa a produção de romances-folhetins publicados na imprensa jornalística nos anos de 1890. Para isso, observam-se as condições de produção, os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem a produção de folhetins no meio jornalístico-literário nos fins do século XIX.

No final do século XIX, no ano de 1890, período de transição do governo imperial para a república, um esqueleto humano foi achado na sede do governo precedente, o Paço Imperial da praça Quinze, no Rio de Janeiro, durante as obras para o funcionamento da repartição geral dos telégrafos – período em que o edifício imperial foi desativado.

Com a república recentemente instalada no país, o achado do esqueleto no Paço causou grande repercussão na imprensa e gerou notícias e folhetins que

publicavam histórias romanceadas sobre o caso com a intenção de fornecer explicações e possíveis motivos para a ocorrência de tal incidente. Dentro desse contexto, encontra-se, entre outros, o romance-folhetim *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*, pelo jornal carioca *Gazeta de Notícias*, de autoria primeiramente atribuída ao pseudônimo Vitor Leal, antes de ser revelada a verdadeira autoria do romance: Olavo Bilac e Pardal Mallet.

Tal descoberta inseriu-se nos movimentos pró-república da época que associavam o governo republicano ao progresso e à civilização inexistentes no período imperial, visto como um momento de atraso da nossa história (PORTO, 2002, p. 130). Assim, os folhetinistas visavam, a partir de suas narrativas, construir uma memória negativa do império.

Dessa forma, os folhetins acionam uma outra memória da nossa história ao abordar uma versão do período imperial diferente da proposta pela memória oficial. Reativa-se a memória ditada pela História oficial, para logo em seguida se opõe ao discurso oficial sugerindo uma memória negativa do império, conforme será observado ao longo do texto. Portanto, existe nos folhetins uma tensão entre a memória proposta pelo folhetim, e a memória oficial, atravessada pela História.

A partir disso, pretende-se, num primeiro momento, verificar a constituição da memória negativa do império, aqui chamada de memória alegórica, discutindo a tensão entre ela e a memória oficial. A memória alegórica fundada pelos romances-folhetins passa a fazer parte da memória social do povo brasileiro. Num segundo momento, almeja-se analisar a dimensão político-discursiva desses folhetins no que tange a resposta da seguinte questão: até que ponto a feitura dos folhetins sobre o esqueleto achado no Paço não seria uma forma metafórica de abordar o momento político da passagem do império para a república?

Assim, seguindo os pressupostos da escola francesa de Análise de Discurso, espera-se demonstrar como a memória e o político se manifestam no meio jornalístico-literário.

2. Pressuposto da Análise do Discurso (escola francesa)

Segundo Cleudemar Fernandes (2009), a Análise do Discurso de escola francesa fornece um aparato teórico e metodológico para se trabalhar com a linguagem a partir de diversas condições de produção, observando-se os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem a produção dos discursos e a constituição dos sujeitos (FERNANDES, 2009, p. 8). Assim, conforme Orlandi (1999), apreendidos a partir de uma dada materialidade lingüística, os estudos de análise do discurso configuram procedimentos de interpretação para olhares e possibilidades de sentidos determinados por uma exterioridade à linguagem (ORLANDI, 1999, p. 15-17).

A partir disso, pretende-se realizar um estudo interdisciplinar da Análise de Discurso com a Teoria Literária, tomando como suporte a noção de discurso literário de Maingueneau (2006). Segundo esse autor, o fato literário é um discurso e como tal está sujeito as seguintes regras: o discurso é contextualizado e é considerado no âmbito do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2006, p. 42). Assim, haveria uma interface entre a Teoria Literária e a Análise de Discurso que permite analisar as obras folhetinescas sob a égide da Análise de Discurso, uma vez que “considerar o fato literário como discurso [...] é restituir as obras aos espaços que as tornam possíveis, onde elas são reproduzidas, avaliadas, administradas. As condições do dizer permeiam aí o dito, e o dito remete a suas próprias condições de enunciação” (MAINGUENEAU, 2006: 43).

Assim como Fernandes (2009), com as observações a respeito da literatura, da memória e da História, Bakhtin (1988), com a noção de cronótopo, viabiliza o estudo interdisciplinar da literatura com a Análise do Discurso. De acordo com Fernandes (2009), a produção literária dialoga com a História, e é perpassada por uma memória discursiva, visto que:

As reflexões sobre história buscadas pela Análise do Discurso atestam uma ruptura com a linearidade temporal, por conseguinte, colocam em pauta a noção de descontinuidade; rompe-se também com uma perspectiva tradicional da história e amplia a natureza dos objetos de estudo, conforme assevera Foucault (1995). É nessa perspectiva que os estudos discursivos que inter-relacionam sujeito, discurso e história são desenvolvidos. (FERNANDES, 2009: 15-16).

E é a partir desse aspecto que se pretende discutir aqui a tensão entre a memória oficial e a memória alegórica, demonstrando como atesta Fernandes (2009), a descontinuidade da história, rompendo-se, assim, com o seu aspecto tradicional.

Já para Bakhtin (1988), a interligação fundamental das relações temporais e espaciais são assimiladas pela literatura, visto que a literatura é um processo de assimilação do tempo, do espaço e do indivíduo histórico real e aborda os aspectos isolados do tempo e do espaço em um dado estágio histórico do desenvolvimento da humanidade (BAKHTIN, 1998, p. 211-212). Dessa forma, como afirma Aguiar e Silva (1973), o texto literário é um cronótopo por ser uma mensagem que depende de múltiplos códigos culturais não-literários que atuam numa dada época e numa dada sociedade (AGUIAR & SILVA, 1973, p. 35).

Em vista disso, o presente trabalho almeja fazer um levantamento dos códigos culturais não-literários do final do século XIX na sociedade brasileira, entendidos como as condições de produção, os aspectos históricos, sociais e ideológicos “refletidos” no texto literário, por acreditar que eles permitem possibilidades de sentido da narrativa folhetinesca determinados por uma exterioridade à linguagem e, por conseguinte, ao conteúdo da materialidade lingüística. Assim, esse estudo almeja desvelar sentidos possíveis a partir do espaço de enunciação dos sujeitos envolvidos, que, por sua vez, constitui-se de inscrições socioideológicas e históricas, atravessadas pela memória, constitutiva dos sujeitos e dos discursos. Em outras palavras, eles se inscrevem numa dada formação discursiva.

Dessa forma, conforme Fernandes (2009), a análise de obras literárias a partir da Análise do Discurso ocupa-se da problematização de questões pertinentes a esse campo teórico face à especificidade dos objetos artístico-literários tomados para análise (FERNANDES, 2009, p. 10). Portanto, parte-se do literário para a análise do discurso e não do contrário, visto que a obra literária permite a abordagem de questões relativas a esse campo como sujeito discursivo e memória discursiva como se verifica no folhetim.

De acordo com Eni Orlandi (1999), em todo dizer existe uma memória discursiva e é essa memória que atravessa a produção de sentido e não a intencionalidade do sujeito. Memória não é lembrança, mas lugar histórico onde

ecoam os sentidos (ORLANDI, 1999, p. 30-32). A memória “aciona”, faz valer as condições de produção do discurso. Ela tem suas características quando é pensada em relação ao discurso. Nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso, definida como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Isso é o que se chama memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma do preconstruído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A memória, o já-dito, é um saber discursivo que vai se constituindo ao longo da história, produzindo dizeres que tornam possíveis outros dizeres.

O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o dizer. A relação do texto com o interdiscurso permite uma série de filiações, chegando assim aos compromissos políticos e ideológicos relacionados a esse texto.

No folhetim a figura do esqueleto parece remeter à memória a respeito do governo anterior – o império, parte do conhecimento e da vivência de Bilac e Pardal Mallet. A república, sistema de governo recente na época, se coloca como uma expectativa dos autores diante de sua visão negativa do império. Ela seria, ou se esperava ser, melhor do que o império. Daí, o império, que no esqueleto encontrado no Paço tem sua materialização, deveria ser guardado no armário, “colocado no museu”. Em outras palavras, ele deveria “sair de jogo”, ser esquecido. Os autores do folhetim desejavam romper com o legado dessa memória, se opondo a ela.

Na Análise de Discurso não se focaliza o indivíduo falante, compreendido como um sujeito empírico, ou seja, como alguém que tem uma existência individualizada no mundo. Importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórica e ideologicamente marcado, portanto um sujeito discursivo. Daí, o pseudônimo Vitor Leal utilizado

Olavo Bilac, Aluísio de Azevedo, Coelho Neto e Pardal Mallet acaba por se mostrar como um só sujeito⁸³, inseridos numa dada formação discursiva.

Segundo Eni Orlandi (1999), não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos – da linguagem, “estamos comprometidos com os sentidos e o político mesmo que inconscientemente” (ORLANDI, 1999, p. 9). Os sentidos estão sempre “administrados”, não estão soltos, diante de qualquer fato “somos instados a interpretar, ao falar interpretamos” (ORLANDI, 1999, p. 9).

Essa passagem de Orlandi permite afirmar que a produção de folhetim no jornal não foi ingênua. Os autores de folhetim tinham uma posição política nesse período, a qual eles deixavam transparentes no enredo de suas narrativas folhetinescas que dialogava com o seu contexto de produção. O esqueleto da ficção relaciona-se com o esqueleto da realidade. No entanto, o esqueleto da ficção, por uma série de deslizamentos de sentido, pode representar o império falido. Assim, o político é uma posição discursiva, sem neutralidade, que o sujeito assume ao produzir sentido.

Os discursos são efeitos de sentido produzidos em condições determinadas e que de alguma forma estão presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista tem que apreender. São pistas que ele deve aprender a compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. A partir disso, a narrativa sobre o esqueleto somente tem sentido caso se remonte a conjuntura histórica, ideológica e social de sua época, visto que Bilac e Mallet escrevem o folhetim a partir dessa conjuntura.

3. Condições de produção

⁸³ A autoria do folhetim *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança* num primeiro momento foi atribuída ao pseudônimo Vitor Leal que na época acreditava ser Aluísio de Azevedo. No entanto, mais tarde o autor desmitifica o caso no jornal *Chronica* esclarecendo que o pseudônimo era usado por ele, Olavo Bilac, Coelho Neto e Pardal Mallet que sozinho, em dupla ou quarteto escreviam seus romances.

Nos anos iniciais da república, em março de 1890, o prédio do Paço Imperial na praça Quinze, no Rio de Janeiro – antiga sede do governo imperial -, foi palco de um fato inusitado. Um esqueleto completo em um caixão de molde inglês foi descoberto em um dos compartimentos do antigo prédio durante as obras para a instalação dos telégrafos no local.

Essa descoberta foi amplamente divulgada nos jornais da época – a saber *O Diário de Notícias*, *O Jornal do Commercio*, *O Estado de São Paulo* e *A Gazeta de Notícias*. As primeiras notícias sobre o esqueleto encontrado no Paço Imperial, fornecidas pelo *Jornal do Commercio*, tiveram somente um caráter informativo no que dizia respeito ao fato:

Em um dos compartimentos do Paço da cidade foi encontrado ontem um esqueleto humano, completo e bem assim um caixão funerário de molde inglês. Supõe-se que o esqueleto pertencia a um estatuário, que ali residia e trabalhava. (*Jornal do Commercio*, 1890. apud Porto, 2002, p. 101)

Tal como se observa na citação acima, a posição da imprensa, num primeiro momento, era apenas informativa, neutra e objetiva com relação ao achado no Paço. Dessa forma, a imprensa evitava qualquer ligação do esqueleto com o período anterior – o império – que levassem os leitores dos jornais a relacionar a descoberta com algo secreto ou algum crime encoberto desse período.

Num segundo momento, entretanto, os jornais adquiririam uma postura bem distinta, com publicação de romances-folhetins no rodapé da primeira página. No espaço do folhetim, o rodapé da primeira página, diferentes autores desde os consagrados pela “alta literatura” como Olavo Bilac até autores desconhecidos publicaram romances-folhetins que se distanciavam de um posicionamento dito como informativo, neutro e objetivo.

Resultado do casamento da imprensa com a literatura, o folhetim, histórias escritas em capítulos, em rodapés de jornais, começou na França em meados da década de 1830. De início, o folhetim designava um lugar preciso do jornal – o rodapé – um espaço vazio destinado ao entretenimento: piadas, histórias de crimes e de monstros, charadas, receitas de cozinha e de beleza, crítica de peças, lançamento de livros etc (MEYER, 1992, p. 96). Destinado a ser outra modalidade de folhetim, que atraísse e assegurasse os novos

assinantes, o folhetim-romance, até então chamado, transformava-se numa nova forma de ficção, um novo gênero de romance que passou por diversas fases até se consagrar definitivamente como novo gênero do romance. De início, ele tinha caráter melodramático, porém mais tarde converteu-se em narrativas de crítica social. Nessa fase do folhetim, destacaram-se os folhetins de Eugênio Sue, Alexandre Dumas, Aluísio de Azevedo e Olavo Bilac os quais irião descrever a vida das camadas populares e sugerir uma reinvenção das histórias de suas nações, denunciando os males que afligem essas sociedades.

O folhetim era o espaço onde se podia treinar a narrativa, onde se aceitavam mestres e noviços do gênero para publicarem suas histórias em série. Portanto, ele representava tanto a democratização do acesso à leitura como a produção da literatura no Brasil (MEYER, 1996, p.63-65). Conforme afirma Tinhorão, assim como na França, o surgimento do folhetim aqui representou uma abertura dos jornais no sentido da conquista de novas camadas da sociedade (TINHORÃO, 1994, 41).

Nesse espaço os folhetinistas passavam a sua visão subjetiva do achado no Paço a partir de narrativas fantasiosas acerca do caso, com a intenção de fornecer uma explicação diversa da oferecida pela imprensa da época até então.

No clima de especulações a respeito de um suposto crime no Paço imperial, os jornais publicaram romances-folhetins que versavam a respeito do esqueleto do Paço. Dentro desse contexto encontravam-se os romances-folhetins *Um crime no Paço Imperial*, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*, pela *Gazeta de Notícias*, e *O Esqueleto no Paço: história de além-túmulo*, pelo *Diário do Comércio*.

Esses folhetins remetiam a segredos e mistérios ocultos no período imperial, abordando imagens e símbolos do período histórico anterior à república. Por meio dessas imagens e símbolos, os autores desses folhetins dão destaque a aspectos até então desconhecidos ou mesmo negligenciados desse período, tanto com relação à estrutura política do império como com relação à personalidade de seus integrantes – a corte portuguesa. Dessa forma, eles desvendavam para os leitores de folhetins do final do século XIX os mistérios dos “esqueletos” (segredos) escondidos nos “armários” (nos

compartimentos do Paço) do período imperial, induzindo-os a repensarem o passado histórico da nação brasileira.

Possível evidência de um crime ocorrido há muito tempo, os folhetins da *Um crime no Paço Imperial*, pelo jornal *O Estado de São Paulo* e *O Esqueleto no Paço: história de além-túmulo* publicaram narrativas que associavam o esqueleto a um crime encoberto do período imperial, o qual tinha na ossada a sua prova física. Contrapondo-se a essa vertente, *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*, pela *Gazeta de Notícias* passava uma outra versão para a presença de um esqueleto na sede do governo imperial.

Com fim de revelar o motivo da presença do esqueleto no Paço, o folhetim da *Gazeta* remonta a crise do período colonial com a vinda da família real para a colônia portuguesa, condição do Brasil no início do século XIX. A partir disso, abordam-se os conflitos políticos entre o partido português e o partido brasileiro em torno da emancipação política da colônia, do grito da independência e da conduta moral de d. Pedro I.

Nesse contexto, somente no capítulo final aparece uma referência ao esqueleto do Paço. O esqueleto na narrativa fora comprado por d. Pedro I com uma de suas amantes cigana com a finalidade de assustar d. Bias, um dos elementos populares da corte que adorava “prega peças” nos outros, contador de mentiras e piadas – em suma um bobo da corte:

E teve uma idéia. A idéia de fazer uma caçoada com d. Bias, de pregar-lhe um bom susto. [...] Vieram-lhe a princípio dúvidas para a escolha entre diversos projetos que se lhe apresentavam à imaginação. Mas, à noite, quando se despedia da cigana, lá no circo do Valongo, resolveu-se, enfim, e pediu ao Vampa que lhe vendesse um esqueleto articulado, que havia a um canto da parede e de que o saltimbanco se servia nas suas mágicas e pantomimas. Trouxe-o, nas ruas afora por aquela noite escura, debaixo da capa, como um mistério, bem junto a si, como uma profanação. E, quando entrou no Paço, antes de cear, foi logo ao quarto de d. Bias. [...] D. Bias dormia. [...] Acordou e gritou. Sobre o peito descansa-lhe a ossadura descarnada da mão do esqueleto. E a olhá-lo, com o grande olhar tenebroso e mau das caveiras, estava um vulto bem junto a si, debruçado e sobre o seu leito. Gritou. D. Pedro ria-se [...] E largou o esqueleto que então caiu todo inteiro sobre d. Bias. Foi, neste momento, um espetáculo diabolicamente nunca visto e nunca sonhado

até então. Por entre os lençóis e a capa, no belo contraste do preto e branco, debatiam-se os dois. D. Bias a contorcer-se todo, querer desvencilhar-se desse novo companheiro de dormida, animava-o, fazia-o viver, emprestava-lhe movimento [...] E com os movimentos que tentava, o esqueleto movia-se também, recolhia o braço num amplexo que horripilava o outro, intrometia a perna entre as do fidalgo de Espanha, ligava-se-lhe enfim numa bela conjunção amorosa. (BILAC & MALLET, 2000:98-99)

Finalmente, d. Bias descobriu que se tratava de um falso esqueleto e jogou-o no armário, afirmando que seria uma grande peça às gerações futuras. Assim, os capítulos anteriores não teriam outra função senão fornecer o contexto para o aparecimento do esqueleto na história uma vez que eles apresentariam os personagens da narrativa e uma outra versão da história do Brasil, a qual permitiria uma abordagem cômica do caso do esqueleto no Paço.

A brincadeira com o esqueleto remete a sátira proposta pelos autores com título *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*. A princípio, lendo-se apenas o título, parece que o folhetim pretende desvendar os mistérios que envolvem a casa de Bragança, a dinastia Bragança da qual pertencia a corte portuguesa, acerca da descoberta do esqueleto no Paço Imperial, em voga na imprensa da época. Lendo-se o folhetim, verifica-se que o esqueleto não passa de uma peça pregada nas pessoas da corte com o fim de divertimento, ou seja, não há nenhum mistério.

Dessa forma, o folhetim fornece uma explicação diferente da que vinha sendo proposta de que o achado no Paço correspondia a um crime encoberto do período imperial. Essa narrativa passa uma versão cômica do caso, sugerindo que o esqueleto teria sido utilizado como uma brincadeira comum no interior da corte 70 anos antes da publicação do romance:

O esqueleto, que ficara sobre o leito, incomodava-o. Levantou-se, e escondeu-o dentro de um armário. – Se o esquecer agora, e se o descobrem daqui a cem anos... lembrou o príncipe. D. Bias mastigou barulhentosamente um grande naco de carne; e depois, olhando muito sério para o armário, disse: Caramba! Que boa peça vou eu pregar às gerações futuras! . (BILAC & MALLET, 2000:99)

Essa história, portanto, se passa, aproximadamente, 70 anos antes do surgimento do romance. A fala de d. Pedro estabelece uma conexão com o contexto da época, uma vez que o esqueleto, de fato, foi descoberto quase 100 anos depois, dando muito o que falar.

4. TENSÃO ENTRE A MEMÓRIA OFICIAL E A MEMÓRIA ALEGÓRICA

O enredo do folhetim desperta no imaginário dos leitores uma outra memória, diversa da oficial. O folhetim contrapõe-se a descrição monumental feita pela História oficial de determinados eventos históricos do período imperial como a Independência do Brasil e também a sacralização dos elementos da corte portuguesa, figuras de poder. Dessa forma, vêm à tona eventos desconhecidos que revelam o apagamento de fatos e personagens que fizeram parte da história do país, mas que, oficialmente, não foram reconhecidos e não tiveram inscrição na memória institucionalizada.

O grito da independência é descrito como um evento pitoresco e sem importância política, ocorrido às margens do rio Ipiranga quando o príncipe voltava da casa de uma de suas amantes em Santos, após ter comido uma peixada. O país não passou a ser independente a partir desse evento – como propõe a História oficial. Esse evento representou, segundo o folhetim, apenas um imprevisto que abreviou a viagem de volta de d. Pedro, diante das pressões políticas do momento. No caminho de volta para o Rio de Janeiro, a comissão do príncipe encontrou um cavalheiro com notícias de Portugal: “os deputados brasileiros foram obrigados a fugir de Lisboa. O governo português mandou uma esquadra ao Brasil para reprimir a revolução” (BILAC & MALLETT, 2000: 62). Diante disso, o príncipe chamou o comandante, e pediu para que se formasse o regimento:

D. Pedro não pestanejou. Chamou o comandante.

- A cavalo! Forme o regimento.

E arrancou do chapéu o pendão azul e branco. Depois, tirou de uma árvore uma folha verde, listrada de amarelo, e, substituindo-a ao pendão, montou também a cavalo.

O regimento esperava, em linha, a voz de marchar. O príncipe estendeu o braço:

- A caminho!

E, com uma voz que ecoou longamente, na tarde radiante, pelas quebras da serraria, soltou o grito de guerra – Independência ou morte! (BILAC & MALLET, 2000: 62)

O grito de independência, portanto, não teve valor político nenhum. No entanto, ele demonstra uma real intenção de d. Pedro I de ser, de fato, o imperador e representante do povo brasileiro, visto que ele arranca o pendão azul e branco, símbolo de Portugal, e o substitui por uma folha verde, listrada de amarelo. Agora ele não defenderia mais os interesses portugueses, mas sim os dos brasileiros. Ao se desconstruir as imagens e os símbolos cristalizados do período imperial, como o grito da independência induz-se os leitores do folhetim, conforme assevera Porto (2002), a (re)pensarem o passado histórico de sua nação (PORTO, 2002, p. 128).

Essa revisão do passado histórico da nação brasileira representa, a partir de Pechêux (1999), um acontecimento discursivo novo que vem perturbar e ruir o peso da memória oficial, provocando uma interrupção na regularização dessa memória (PECHÊUX, 1999, p. 52). Assim, a partir do acontecimento discursivo novo - o achado do esqueleto no Paço – produz-se retrospectivamente uma outra série sob a primeira séria da memória oficial, desmascarando o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal .

Com relação à sacralização dos elementos da corte portuguesa no Brasil, as figuras do poder são dessacralizadas no folhetim no que diz respeito a sua conduta. Em torno da corte portuguesa se agregavam uma corja de aproveitadores, malandros e interesseiros, tais como d. Bias e Ângelo Palligrini, mais conhecido como Satanás. D. Bias, fidalgo espanhol da mais pura linhagem, perseguido pelos credores e alguazis, um dia pulou a fronteira e foi ganhar a vida em Portugal. Proveniente da árvore genealógica da fome, ele

comeu e bebeu em Portugal. Através desses predicativos, o fidalgo espanhol ganhou a simpatia de d. João VI, que em 1808 o trouxe com a corte para o Brasil. Ele ainda é descrito como um covarde metido a valente cuja personalidade se contrapõe à valentia e à coragem de Satanás.

Ângelo Palligrini, de origem florentina e de boas fidalguias, depois do incêndio que matou seu pai e sua mãe por conta de uma vingança italiana, transpôs-se para as camadas mais baixas da sociedade. A partir disso, ele passou por várias aventuras para sobreviver, tendo cometido crimes e assassinatos, até que numa de suas experiências arriscadas o seu destino se cruza com o de d. Bias. Juntamente com d. Bias, ele foi para Portugal e mais tarde veio para o Brasil com a corte portuguesa, onde assumiu a função de mestre de armas e alcoviteiro do príncipe d. Pedro. Já para a d. Bias coube o papel de “bobo da corte”, uma vez que divertia a todos da corte com suas mentiras e histórias fantasiosas. Assim, através dessas personagens, Ângelo Palligrini e d. Bias, o folhetim promove a expressividade literária das camadas mais populares, empreendimento impossível na História oficial.

Ao representar o povo em suas narrativas, esse folhetim se aproxima do romance europeu de segunda linha, uma vez que este, como afirma Bakhtin (1988), reconheceu o plurilinguismo da sociedade moderna, rejeitando o absolutismo de uma língua só e única, a da aristocracia (BAKHTIN, 1988, p. 164-167). Nesse folhetim a aristocracia e as camadas populares representadas no meio da corte convivem no mesmo nível sem que os hábitos, costumes e mesmo a fala de um ou de outro seja eleita como inferior ou superior. Assim, o romance-folhetim põe em cena o plurilinguismo, a diversidade e a multiformidade das linguagens da época moderna através da representação das falas, dos gestos, dos atos, das expressões, dos pontos de vista e das percepções de mundo de várias camadas da sociedade.

A segunda linha estilística do romance, assim como o folhetim, pressupõe a descentralização do mundo ideológico-verbal através da interação dos diversos grupos sociais. Essa descentralização do mundo ideológico-verbal verifica-se em *O Esqueleto* através da performance do príncipe regente d. Pedro, representante da linguagem enobrecida, que no romance torna-se apenas um dos participantes dos diálogos das linguagens. A imagem deste

ainda é negativizada pelas constantes amantes e bebedeiras, uma vida que não condizia com a de um chefe de nação (PORTO, 2002, p. 107).

Portanto, o folhetim não fala apenas de uma descoberta já nomeada - o achado do esqueleto no Paço. Anuncia esse acontecimento com um outro olhar, não mais o da imprensa informativa, neutra e objetiva, mas o olhar subjetivo do folhetinista. Este se volta para o passado com o fim de explicar a conjectura do achado diferente do caráter episódico dado ao fato pela imprensa no primeiro momento.

A relação do folhetim com a memória oficial se assemelha com a relação entre o carnaval carioca de 2000 com a memória acerca dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Como alega Souza (2000), nos desfiles das escolas de samba desse ano apaga-se a história oficial quando vem à luz uma outra história, que materializa a re-invenção da memória (SOUZA, 2000, p. 140-141). Segundo a mesma autora, instaura-se um quarto movimento de inscrição do acontecimento histórico no espaço da memória:

aquele que, fora do curso da história, institui a possibilidade fundadora do próprio acontecimento, não porque rompe com uma memória já-dada, nem porque a de-significa, mas porque se institui um outro curso para a história, abrindo-se a possibilidade de uma outra rede de filiações, re-configurando a memória na forma do interdiscurso (...) Portanto, a fundação do próprio acontecimento – que se remete ao passado, mas àquele que não fora memorizado – e que passa a fazer do espaço da memória social. (SOUZA, 2000, p. 148)

Esse espaço de novas redes de filiações observa-se no folhetim, por exemplo, quando ele aborda outros motivos para a presença de d. Pedro às margens do Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822. Ele estava naquele local porque voltava da casa de sua amante em Santos e havia parado para descansar e alivia-se de uma “dor de barriga” que estava sentindo. Diferente do que propõe a memória oficial, o príncipe não foi às margens do Ipiranga com a intenção de proclamar a independência do país. Dessa forma, o folhetim não designifica o dia 7 de setembro, mas institui um outro curso para a história, permitindo uma outra rede de filiações.

A partir disso, se observa, conforme afirma Pechêux (1999), que a memória não é homogênea, mas heterogênea:

a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PECHÊUX: 1999:56).

O folhetim aciona o contra-discurso da memória oficial e funda uma memória alegórica que se sobrepõe à oficial. Essa memória alegórica, através de uma rede de filiações, rompe com uma formação discursiva dominante, ilustrando a heterogeneidade própria às fronteiras da formação discursiva, deslocando os limites entre o mesmo – paráfrase - e o diferente - polissemia (SOUZA, 2000, p. 142).

De acordo com Carlos Ceia (1998), uma alegoria é aquilo que representa uma coisa para dar a idéia de outra através de uma ilação moral (CEIA, 1998, s/nº). No folhetim, o esqueleto, restos mortais de uma morte misteriosa, é usado para representar o império falido. No entanto neste último, não há uma ilação moral, mas sim um fim político.

Ainda segundo Ceia (1998), a alegoria reporta-se a uma história ou uma situação que joga com sentidos duplos e figurados (CEIA, 1998, s/nº). No *Esqueleto* reporta-se ao achado do Paço, articulando a narrativa com os sentidos duplos e figurados possíveis do evento. Porém, esse sentido é construído pelo folhetinista cuja decifração depende de uma leitura intertextual com o contexto de produção do folhetim e com a História oficial.

Assim, através da alegoria o folhetinista constrói uma forma própria de interpretar o texto. Disso resulta a importância dos capítulos anteriores, encarregados da descrição e da crítica do império – no último capítulo representado pela figura emblemática do esqueleto, alvo de brincadeiras entre d. Pedro I e d. Bias.

Convém ainda enfatizar que há no folhetim dois níveis complementares de leitura: um paródico, que vai do primeiro ao décimo terceiro capítulo – onde se faz uma leitura paródica do império; e o outro alegórico, que abrange o

décimo quarto capítulo – aparecimento do esqueleto na narrativa. No primeiro nível de leitura, ocorre a deformação de um texto preexistente do império, a História oficial. Nesse nível, com o fim de se obter um efeito cômico, sobrevém um desvio à norma da memória oficial. A partir disso, pode-se observar uma relação entre o texto parodiante e o texto parodiado – o folhetim e a História oficial. No segundo nível, já observado acima, nota-se uma alegoria do império na figura do esqueleto.

A partir do que foi dito anteriormente, o folhetim forja uma memória para o achado do esqueleto, enquanto a imprensa da época, inicialmente, tenta apagar esse achado. As narrativas folhetinescas, portanto, subvertem duas memórias ditas oficiais: primeiramente, no âmbito da imprensa, se opõe ao caráter episódico, objetivo e neutro relacionado às primeiras notícias a respeito do esqueleto; em seguida contrapõe-se à História ao passar uma outra versão para o período imperial.

Assim, a História do Brasil – embora já-memorizada, está sujeito a um jogo variado de reformulações, por vezes se filiando num movimento parafrásico a essa memória discursiva já-dada, ao visar manter uma regularização com os movimentos implícitos que ela veicula. Ou rompendo com a mesma, numa direção polissêmica, instituindo uma outra memória do império, no caso do folhetim.

5. Considerações finais

O presente trabalho, através do estudo interdisciplinar da Análise do Discurso de escola francesa com a Literatura, fez uma breve análise do papel da memória na história nacional. Assim, verificou-se a constituição de uma outra memória por meio dos romances-folhetins publicados na imprensa jornalística brasileira de fins do século XIX a partir do esqueleto descoberto no Paço imperial, dando-se destaque para *O Esqueleto: Mistérios da Casa de Bragança*. Para tanto se fez necessário um levantamento das condições de produção e dos aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolveram a produção dos folhetins no meio jornalístico-literário nesse período.

Na constituição dessa outra memória, chamada de memória alegórica, o folhetim remete a segredos e mistérios ocultos no período imperial, revelando uma rede de filiações de implícitos apagada pela memória oficial. Como foi visto ao longo do texto, a constituição da memória alegórica surgiu num momento de transição de governos – do império para a república – e inseriu-se nos movimentos a favor da república, os quais relacionavam o governo republicano com o progresso e a civilização ausentes no período imperial. Há, portanto, uma intenção política por parte dos autores dos folhetins que visavam, através de suas narrativas, a construção de uma memória negativa do império. Como afirma Eni Orlandi (1999), não há neutralidade na produção de qualquer discurso, seja ele político, científico e mesmo literário (ORLANDI, 1999, p. 9).

Assim, observa-se uma tensão entre a memória oficial e a memória alegórica. Importante ressaltar que não se pretende abordar um dualismo entre uma memória oficial e uma outra extra-oficial, caindo no reducionismo de verdade versus mentira. Almeja-se antes discutir e analisar a constituição dessa memória alegórica e o diálogo dela com a memória oficial, uma vez que ambas fazem parte da memória social do povo brasileiro. No entanto, não se trata de partir da memória oficial – a história dita oficial – para a memória alegórica fundada pelo folhetim. E, sim, em direção contrária, a partir do folhetim – entender como a (re)construção da memória discursiva sobre a história re-descobre o Brasil.

A partir disso, o trabalho se fundamentou na concepção de Pechêux (1999) de que a memória é um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, através de movimentos de paráfrase e polissemia, ou seja, de repetições e rupturas (PECHÊUX: 1999, p. 56). Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos como se verifica na tensão entre a memória oficial e a memória alegórica discutida acima.

Referências

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1973.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1988.

BILAC, Olavo e PARDAL MALLET, João Carlos de Medeiros. *O esqueleto: Mistério da Casa de Bragança*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

CEIA, Carlos. *SOBRE O CONCEITO DE ALEGORIA*. Rio de Janeiro: MATRAGA, 1998. Disponível em <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/nrsantigos/matraga10ceia.pdf> Acesso em: 16 jan. 2011.

FERNANDES, Cleudemar. *Análise do Discurso na Literatura: rios turvos de margens indefinidas* In: FERNANDES, Cleudemar; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; JÚNIOR, José Antônio Alves (org). *Análise do Discurso na Literatura: rios turvos de margens indefinidas*. São Carlos: Claraluz, 2009. P. 8-25.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____ *Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica*. In: CANDIDO, A. (Org.). *Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. P.93-133.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEU, M. *Papel da Memória*. In: ACHARD, Pierre et all. *O Papel da Memória*. Tradução De José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. P. 49-57.

PORTO, Ana Gomes. *Um esqueleto no Paço Imperial: literatura e política em alguns folhetins no início da República*. Unicamp: Cad. AEL, 2002. Disponível em http://143.106.35.204/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-16-17/anaporto.pdf> Acesso em: 09 dez. 2009

Souza, T. *Carnaval e memória: das imagens e dos discursos*. Niterói: Contracampo, 2000, v. 5.

TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetins no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

A SEMIÓTICA VISUAL EM “A VIDA SE INICIA MUITO ANTES DO QUE SE PENSA”

THE VISUAL SEMIOTICS IN “THE LIFE HAS BEGUN MUCH BEFORE YOU BELIEVE”

Maristela de Souza Borba (UNITINS)

stelaborba@yahoo.com

RESUMO: a vida material se inicia bem antes do que se convencionou por alguns, ou seja, ela inicia com a fecundação do óvulo. Por isso, em “A vida se inicia muito antes do que se pensa”, que tem Borba e Severino (2010) como organizadores, defende-se a grande importância da preservação da vida material pelo fato de sua existência não estar ligada somente a este plano terreno no qual acontece o desenvolvimento espiritual, ou seja, a oportunidade que o espírito tem de se evoluir, sendo o espírito o verdadeiro ser. A partir da capa dessa obra, reflexões acerca da semiótica visual são demonstradas, focando análises/categorias tais como topológica, cromática e eidética, assim como a unidade temática, *vida espiritual (termo eufórico)* que não se acaba com a *morte material (aborto = termo disfórico)*. Sabemos que os estudos dos planos de expressões dos textos sincréticos são significativos já que há o título da obra, o espaço, as cores, as formas e é necessário analisar “o processo de fazer significar na expressão o conteúdo” (MILANI, 2008, p.153) aquilo que está inusitado. Isso para descrevermos e explicarmos o que o texto diz e como ele faz para dizer, ou seja, “os mecanismos utilizados que o faz constituir um todo de sentido que produz em si mesmo condições contextuais de sua leitura” (BERTRAND, 2003, p.23) já que os elementos integrantes dessa rede sugerem os sentidos. Defendemos o estudo historiográfico linguístico semiótico como sendo o percurso fundamental e natural nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica; Visual; Sentido; Literatura; Espírita.

ABSTRACT: The material life has begun before she was agreed, and it begins in the ovum fertilization. Because of it, in “The life has begun much before you

think” that has got Borba and Severino (2010) as organizers, it is argued the great importance of the spiritual life preservation because her existence is not linked only to this material plane, where the spiritual development happens, this means the opportunity the spirit, the true being, has got to evolve. From the book cover, reflections about Visual Semiotics are demonstrated, and it is focused topological, chromatic, and eidetic categories, as well as the theme, spiritual life (euphoric expression), that is not ended with the material life, the abortion (dysphoric one). We know the study of the expression plane of syncretic texts are significative because there is the title of the book, the space, the colors, the forms, and it is essential to analysis “the process of doing mean in the expression the content” (MILANI, 2008, p.153) the unusual relation. This is important to describe and to explain what the text says, and how it says, “the used mechanisms that does constitute the text as a whole meaning, and produce the reading contextual conditions by itself (BERTRAND, 2003, p.23) due to the components of this weaving suggest the meanings. We defend the semiotics linguistics historiographical study as the natural and fundamental way in this context.

KEYWORDS: *Semiotics; Visual; Meaning; Literature; Spiritist.*

1. Introdução

A vida se inicia muito antes do que se pensa é uma obra de literatura espírita editada em 2010⁸⁴ e ditada pelo Espírito que se apresenta pelo nome Pai Tome por meio do Médiun de incorporação Julio Severino e recebido pela Médiun Maristela de Souza Borba, que registrou, na íntegra, as informações ditadas. Esses Médiuns são os organizadores desse trabalho que não foi criado para o fim de análise semiótica. Após o término do registro do que foi ditado, olhou-se essa unidade de sentido, o texto, com olhar semiótico, já que um dos organizadores desse trabalho, a autora desse texto, é também linguista e semioticista.

Neste livro⁸⁵, defende-se a grande importância da preservação da vida humana pelo fato de sua existência não estar ligada somente a este plano

⁸⁴ Obra editada pela Kelps em Goiânia-GO em 108 páginas com ISBN 978-85-7766-874-8.

⁸⁵ Essa é uma obra do campo educacional, ou seja, instrucional segundo Ramos (2009).

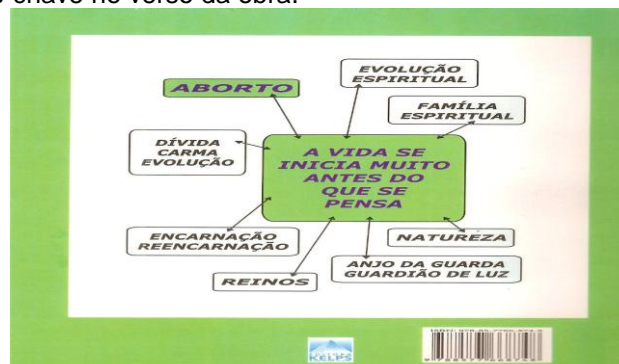
terreno no qual acontece o desenvolvimento espiritual, ou seja, a oportunidade que o espírito tem de se evoluir, sendo o espírito o verdadeiro ser. Para esclarecer melhor as pessoas, o livro aborda todo o aparato de preparo e acompanhamento de um espírito quando vem a esse plano para sua reencarnação. Assunto tais como **vida espiritual**, **aborto**⁸⁶, evolução espiritual, família espiritual, natureza, Guardião de Luz, Anjo da Guarda, Reinos, encarnações e reencarnações, dívidas e carmas⁸⁷ são contemplados nessa obra (BORBA; SEVERINO, 2010, p.15).

Nesse pequeno trecho já percebemos a temática da obra **vida** (espiritual, sagrado) e **morte** material (aborto enquanto interrupção de um plano espiritual, profano), argumentando que, para constituir esse todo significativo, outras informações foram demonstradas tais como evolução e família espiritual, natureza, Guardião de Luz, Anjo da Guarda, Reinos e (re)encarnações, dívidas e carmas. Há o objeto de valor, vida (espiritual) como conjunção versus morte (material, aborto), interrupção de um plano espiritual, como disjunção.

Nossa proposta de estudo visual da capa desse livro parte, principalmente, de uma Semiótica de base greimasiana (Algirdas Julien Greimas), também conhecida como Semiótica Francesa ou da Escola de Paris da década de 1960, para contextualizar a linguagem visual por meio de Floch (1985, 1990, 1995), Pietroforte (2004), Peirce (1999), Barthes (1984), entre outros. Isso se justifica já que “Nenhum cientista nasce sem ter sido orientado por outro cientista, ou instituição científica. Tais instituições se fundem numa

⁸⁶ Grifo nosso.

⁸⁷ Conforme palavras-chave no verso da obra.



rede de pensadores que organizam uma corrente lógica e estruturada da qual nenhum pensamento científico escapa” (MILANI, 2008a, p.4).

O estudo da capa dessa obra, texto, recentemente publicada se justifica já que o objeto de estudo semiótico está sempre em contínuo ajuste, propiciando ao leitor outras leituras e discussões, inclusive interdisciplinares, a partir de diversos gêneros já que é possível análises em diversos campos do conhecimento (LARA, MATTE, 2009), inclusive da literatura espírita. Isso para descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer, ou seja, os mecanismos utilizados que o faz constituir um todo de sentido que “produz em si mesmo as condições contextuais de sua leitura (BERTRAND, 2003, p.23) já que “onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2003, p.307).

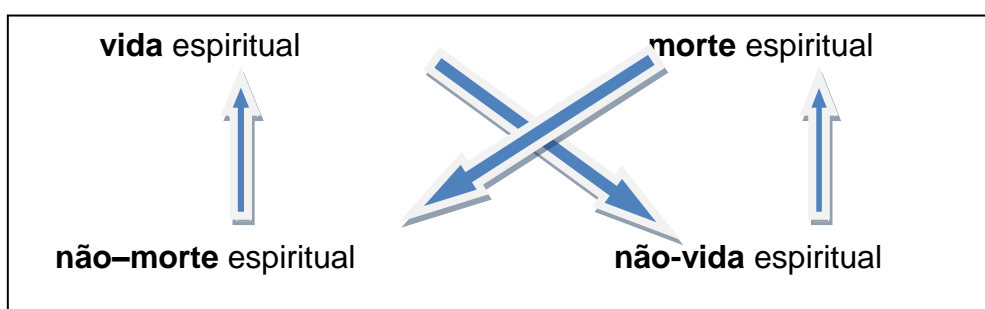
Sabemos que o plano de expressão, com suas manifestações visuais, no encontro com o plano de conteúdo formam uma função semiótica. Isso vem ao encontro do que disse Barros (2007a), os estudos dos planos de expressões de textos sincréticos também são significativos, pois há o título da obra, a imagem, as formas, as cores que marcam esse sincretismo já que é necessário analisar o “processo de fazer significar na expressão o conteúdo” (MILANI, 2008b, p.153) a relação semissimbólica (PIETROFORTE, 2004), ou seja, o plano de expressão expressa o conteúdo, criando novas relações semissimbólicas com esse conteúdo, de acordo com as intencionalidades e contextos comunicativos.

2. A escrita e a imagem

Inicialmente, a partir da capa dessa obra, demonstramos três análises, uma da escrita “A vida se inicia muito antes do que se pensa”, outra do vulto da mulher, sendo a terceira o todo comunicativo, o texto, a capa dessa obra em que há a união dessas duas partes, fragmentos. Vejamos o título da obra na capa, demonstrado na imagem a seguir.

A vida
se inicia
muito
antes do
que se
pensa

A partir da escrita na 3ª pessoa, enunciado enunciado (FIORIN, 2001), *A vida se inicia muito antes do que se pensa*, destacamos que a sintaxe do nível fundamental de base greimasiana orienta a oposição semântica a partir de **relações de negação e de implicação** (GREIMAS, 1973; GREIMAS; COURTÉS, 2008). Nessa oposição vida espiritual e morte espiritual, há relações de contrariedade, as negação (contraditórias) que produzem, respectivamente, os termos *não-vida espiritual* e *não-morte material* que são os subcontrários ou subopostos, implicando, respectivamente, em morte espiritual e vida espiritual. Isso remete dizer que quem cre na vida espiritual nega a não-vida espiritual que implica em morte espiritual. Já quem cre na morte espiritual nega a não-morte espiritual que implica em vida espiritual, conforme visto no quadro a seguir⁸⁸.

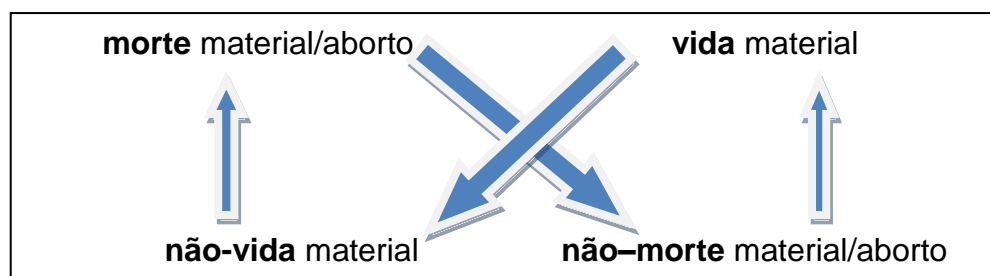


Vejamos agora outra imagem que aparece nessa capa, a seguir.

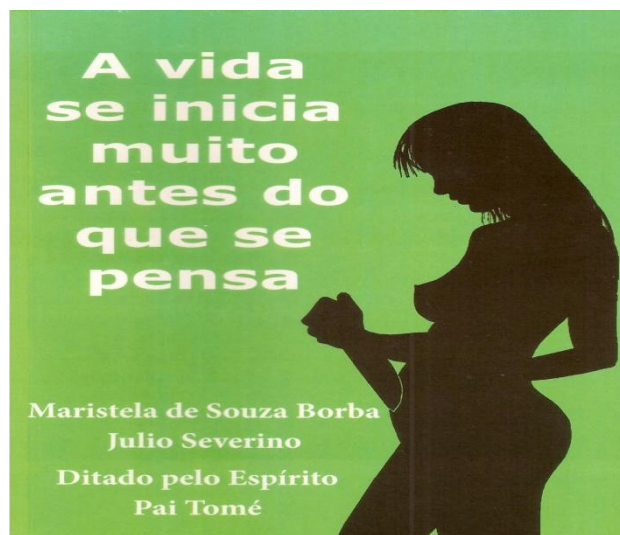
⁸⁸ Outras informações acerca do quadrado semiótico podem ser encontradas em Greimas e Courtés, 2008; Volli, 2007 e Barros, 2007b.



Se pensarmos somente nessa imagem preta, nessa mulher e faca, temos os opostos **morte** material (aborto) e **vida** material, demonstrados no quadro a seguir. A morte material (aborto) nega a não-morte material (aborto) que implica a vida material. A vida material nega a não-vida material que implica a morte material (aborto). A imagem, enunciação reportada, “cria diferentes efeitos de sentido” (FIORIN, 2001, p.40) se observarmos o objeto figurativizado, a faca a ser utilizada na morte material, o aborto.



Analisando agora a capa como um todo, unindo essas duas imagens separadas, temos a imagem a seguir.



As duas visões, agora juntas, nos demonstram o sentido da capa, ou seja, de que “A vida se inicia muito antes do que se pensa” porque

“Na hora da fecundação, a explosão de luzes que acontece naquele momento não é um fenômeno simplesmente material, é o espírito que acaba de se instalar naquele corpo, embora ainda em início de formação.” (BORBA; SEVERINO, p.103-104);

Assim, “A vida não está na matéria (corpo carnal) e sim no espírito. A matéria é apenas o veículo locomotor nesse plano e sua importância se resume apenas enquanto está coabitado pelo espírito.” (BORBA; SEVERINO, 2010, p.58);

Por isso “As pessoas têm que entender que elas são espírito. A matéria é apenas um meio de locomoção e apresentação aqui nesse plano que é material” (BORBA; SEVERINO, 2010, p.77);

e “O aborto é o mesmo que matar uma pessoa indefesa, é uma covardia do mesmo tamanho porque ali já tem uma vida” (BORBA; SEVERINO, 2010, p.17).

Portanto, para o sujeito destinador, Pai Tomé, é errado crer que o aborto interrompe apenas uma vida material já que esse ato causa “a quebra de uma sequência de evolução de um espírito” (BORBA; SEVERINO, 2010, p. 25),

havendo o não poder-fazer, pois há o livre arbítrio e quem pratica o aborto cre não haver implicações espirituais, ou seja, não tem a consciência do grau de complicação desse ato. Isso porque

é por meio das encarnações e reencarnações que os espíritos vão evoluindo. Se todos seguissem as leis divinas, tudo seria muito fácil e as evoluções seriam a cada etapa, a cada encarnação, a cada plano habitado. Porém, Deus deu a todos o livre arbítrio e aí é que começou o princípio das complicações porque as pessoas passaram a não ouvir apenas o que deveria, mas também a ouvir o inimigo e encantar pelas belezas e travessuras que o inimigo as proporcionam para que ele possa desviar do caminho correto (BORBA; SEVERINO, 2010, p.60-61).

Na construção desse sentido, vemos a importância de análise dessa escrita e imagem juntamente com a informação “Ditado pelo Espírito Pai Tomé”, ou seja, a união desses fragmentos nos propiciam a compreensão do todo comunicativo. Nessa capa, há uma relação entre a imagem e a língua escrita que formam um sintagma geral (BARTHES, 1984), ou seja, eles se complementam na construção do sentido, informação, de que *A vida se inicia muito antes do que se pensa*, mostrando que é errado crer que o aborto simplesmente interrompe uma vida material. Esse ato, de forma covarde, provoca a quebra de um plano espiritual de um ser que pode ter levado séculos para ter essa oportunidade de reencarnação.

A capa desse livro demonstra também as relações entre as figuras (termos que remetem ao mundo natural existente ou construído) do texto a partir do conjunto de valores que são defendidos. As figuras, para ter sentido, precisam ser a concretização de um tema, categorias que classificam essas figuras, ou seja, precisam se encadear, articular em percursos (LARA; MATTE, 2009). Nessa imagem, as figuras vida, Espírito, barriga, verde (natureza) e branco (luz, pureza,) sugerem o percurso temático que é euforizante, vida (espiritual). As figuras preta (cor) e faca sugerem o percurso temático disfórico, a morte (aborto).

3. Categorias topológica, cromática e eidética e as simbologias

Na semiótica visual, seus elementos integrantes não se separam. Há uma rede relacional de totalidade de sentido que é construída por meio da relação de semiose (função semiótica) entre o que é chamado de plano de expressão e plano de conteúdo por Hyelmslev (2009) ou por relação entre significante e significado (Saussure, 2000). Esse texto, então, é uma totalidade de sentido, um processo único a partir de um sujeito destinador (Pai Tomé) que faz suas escolhas voltadas a destinatário(s) que atualizam as possibilidades virtuais dos elementos integrantes desse sistema. Isso é assim defendido já que os organizadores registraram e transcreveram, no papel, as informações ditadas, tomando o cuidado de não alterar as palavras, sentidos, do texto ditado, inclusive a descrição da imagem, que foi, durante esse processo e ao final, lido a esse sujeito destinador e também analisado a fim de se obter um texto consistente com aquilo que se pretendia por esse Espírito de Luz.

No estudo da linguagem, semiótica plástica (FLOCH, 1985, 1990, 1995; PIETROFORTE, 2004), há as categorias do plano de expressão que, articuladas em um texto visual ou verbo-visual, sugerem a construção do sentido. Essas são:

1) topológicas: organizações espaciais tal como alto e/a baixo, esquerda e/a direita, periférico e/a central, delimitante e delimitado, horizontal e vertical;

2) cromáticas: referente às cores com suas variações de intensidade (monocromático e colorido);

3) idéticas: formas tais como contornos e as linhas (curvo e reto, anguloso e arredondado, uniforme e multiforme, homogêneo e heterogêneo).

É possível o estudo da semiótica plástica por meio de categorias do **plano de expressão**, comparáveis às categorias do **plano de conteúdo**⁸⁹ (vida espiritual vs. morte espiritual; vida material vs. morte material), unindo as duas análises apresentadas. Na topológica, vemos a palavra vida do lado esquerdo superior em oposição à imagem da faca que está na parte inferior mais à direita da imagem. O título está situado na parte superior mais a

⁸⁹ Maiores informações são encontradas na obra “Semiótica Visual. Os percursos do olhar” de Antônio Vicente Pietroforte (2004).

esquerda e o desenho total da mulher está situado mais na parte inferior e direita

PLANO DE CONTEÚDO	(espiritual) sagrado	vida	morte material (aborto) profano
PLANO DE EXPRESSÃO	CATEGORIA TOPOLÓGICA	lado <i>esquerdo</i> <i>superior</i> a palavra <i>vida</i> título mais na parte <i>superior e esquerda</i>	lado <i>direito</i> , <i>inferior</i> , a imagem da faca imagem da mulher mais na parte <i>inferior e direita</i> .

Se observarmos o plano de expressão por meio das cores verde (natureza, vida), branca (luz) e preta (morte), vemos no plano de conteúdo, respectivamente, vida espiritual (sagrado) e morte material/aborto (profano), categorias fundamentais dessa análise. Argumentamos que a cor verde remete à vida já que onde há verde, há natureza, há vida. O branco representa a luz, a pureza, ou seja, a forma em que um espírito vem a esse plano para encarnar e poder cumprir o seu plano que pode ser de resgate de dívidas e/ou carmas e crescimento. A cor preta da faca e da mulher (vulto desse ser), sem distinção da cor da pele, mostra o caminho obscuro que esse ser está trilhando que é a possível interrupção do início de uma vida a qual não se restringe apenas à matéria, mas a um ser espiritual que já está aqui ligado e com todo o seu plano material traçado. Assim, a cor preta está em contraste com as cores verde (predominante) e branca. Isso está demonstrado no quadro a seguir.

PLANO DE CONTEÚDO	(espiritual)	vida	morte material (aborto)
PLANO DE EXPRESSÃO	CATEGORIA CROMÁTICA	fundo <i>verde</i> letras <i>brancas</i>	imagem <i>preta</i> da mulher e da faca

Se pensarmos na categoria eidética, vemos o curvilíneo na barriga arredondada demonstrando a vida e o pontiagudo da faca representando a interrupção da vida material (o aborto), o semissimbolismo, conforme visto a seguir.

PLANO DE CONTEÚDO	(espiritual) sagrado	vida	morte material (aborto) profano
PLANO DE EXPRESSÃO	CATEGORIA EIDÉTICA	barriga <i>arredondada</i>	faca <i>pontiaguda</i>

Observamos, ainda, que nesse texto sincrético semissimbólico, podemos categorizar a **figura da mulher** como um ícone (tem semelhança com o objeto representado) em função de a iconicidade ser um efeito de sentido (PEIRCE, 1999). As **cores** verde e branca são símbolos (signo que se refere ao objeto denotado em virtude de uma associação de ideias produzidas por uma convenção, arbitrariedade) que representam a natureza/vida e luz (pureza). A **faca** pontiaguda, nesse contexto, é indício de que haverá uma matança, representação do aborto. Lembramos ainda que essas categorizações são culturais.

4. Considerações finais

A análise do plano de conteúdo ligado ao plano de expressão, categorias plásticas, nos mostra o semissimbolismo de um texto sincrético. O estudo dessa relação inusitada nos mostra que o signo é construído na enunciação e que diferentes modos de enunciar podem propiciar olhares significativos. Ora, se cada leitura é única, cada texto é único, não podemos dizer que lemos um mundo semissimbólico e que dele tiramos padrões?

A análise desse texto nos mostra a intenção do sujeito destinador, espírito Pai Tomé, em demonstrar o que é a vida, espiritual, havendo a tentativa de fazer crer ao enunciatário que o aborto não é um ato isolado, simplesmente a interrupção de uma gestação, mas a interrupção de um plano espiritual o qual para se chegar ao nosso plano terreno, o espírito que veio, no

momento da fecundação para encarnar, trouxe consigo toda uma expectativa de poder cumprir aquilo que anos ficou preparando para essa hora (o poder fazer). Essa imagem sugere uma reflexão acerca da gravidade desse ato para que o enunciatário tenha o conhecimento acerca do aborto e, assim, poder evitar a prática desenfreada desse ato que é totalmente contra os princípios divinos. Para Oliveira, (2005, p.118)

os textos têm como traço invariante que, para serem vistos por alguém, eles assumem uma posição de objeto até passarem a assumir um fazer, um agir sobre outros sujeitos, ou seja, uma posição que **faz fazer ou faz não fazer**⁹⁰ [...] o que o define de natureza instrucional e manipulatória, o fazer crer. Se o ver não é um ato descomprometido, o texto é um ato de contato e de contrato com várias axiologias e quem vê é levado ou não a partilhá-lo.

Esse faz fazer ou faz não fazer está ligado à emoção do discurso Aristotélico, “causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças em seus juízos na medida em que comportam dor e prazer” (MESQUITA, 2005, p. 160). Essa mudança do sujeito o faz entrar em conjunção ou disjunção com o real objeto de valor, a vida espiritual.

Analisar a narratividade é importante já que “aprendemos na Semiótica que é preciso não ter tantas certezas, que é preciso desconfiar, para que o rumo possa ser mantido e não interrompido” (BARROS, 2007, p.4). Isso porque sabemos que há estudos semióticos que estudam textos em que vida e morte são categorias semânticas de base (LARA, MATTE, 2009; PIETROFORTE 2004), mas não como são focadas nessa obra tão recentemente publicada, vida espiritual e morte material (aborto como interrupção de um plano espiritual). Esse é um foco de estudo semiótico que precisa de mais reflexões. Por isso, o olhar investigativo semiótico em “A vida se inicia muito antes do que se pensa” continua.

Focamos também a importância do estudo historiográfico linguístico semiótico. O estudo sincrônico do(s) sentido(s) do texto, dessa narratividade, capa da obra analisada, nos remete a vários olhares historiográficos que se complementam tal como foi demonstrado usando Greimas (1973, 2008), Barthes (1984), Floch (1985, 1990, 1995), Pietroforte (2004), Peirce (1999),

⁹⁰ Grifo nosso.

entre outros. Logo, esse percurso é historiográfico e importante na (re)construção epistemológica.

Em relação aos cursos de Letras, defendemos o estudo semiótico como parte fundamental desse contexto já que é necessário propiciarmos aos acadêmico(a)s a compreensão da estrutura do texto, do sentido, por meio do oral/escrito e/ou da imagem. A linguagem plástica também se apresenta como mais um instrumento do processo de ensino-aprendizagem da leitura. Para tal, essa reflexão pode estar voltada ao lúdico, ao prático, ao crítico, a fim de que esse caminhar seja motivador e significativo.

5. Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Rumos da semiótica. **Todas as letras**. Volume 9, No.1, 2007a.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Estudos do discurso. *In*: FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística II**. Princípios de análise. São Paulo: Contexto: 2007b.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Tradução Grupo CASA. Bauru: EDUSC, 2003.
- BORBA, Maristela de Souza; SEVERINO, Julio. **A vida se inicia muito antes do que se pensa**. Goiânia: Kelps, 2010.
- FLOCH, Jean-Marrie. **Petites Mythologie de l'oeil et de l'esprit**. Pour une sémiotique plastique. Paris: Hadès-Benjamins, 1985.
- FLOCH, Jean-Marrie. **Sémiotique, marketing et communication**. Sous les signes, les strategies. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- FLOCH, Jean-Marrie. **Identités visuelles**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien, COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2001.

- HYELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. SP: Perspectiva, 2009.
- LARA, Gláucia Muniz Proença; MATTE, Ana Cristina Fricke. **Ensaio de Semiótica: aprendendo com o texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- MESQUITA, António Pedro. **Retórica**. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda/ INCM, 2005.
- MILANI, Sebastião Elias. **Bases epistemológicas para a Historiografia Linguística: objeto e metodologia**. GELCO, Cuiabá-MT, 2008a.
- MILANI, Sebastião Elias. **Semi-simbolismo na poesia de Drummond. Cerrados**. V. 26, UnB, 2008b. pp. 153-168
- OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei Alves. Visualidade entre significação sensível e inteligível. **Educação e realidade**. 30/32. Jul/Dez 2005. p. 107-122
- PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Semiótica visual**. Os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2004.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- RAMOS, Sueli. O espaço discursivo de divulgação no campo religioso e científico. **Estudos Semióticos**. Vol. 5, N.2, 2009. p.27-36. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es/eSSe52/2009esse52-smrsilva.pdf>>.
- Acesso em 10/3/2011.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 24. ed. Orgs. Charles Bally e Albert Sechehaye. SP: Cultrix, 2000.
- VOLLI, Ugo. **Manual de semiótica**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

**PIRANGA E OURO BRANCO: UM ESTUDO SOBRE A ABERTURA DAS
VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS**

**PIRANGA AND OURO BRANCO: A HALF-OPEN PRODUCTION OF
PRETONIC MID VOWELS STUDY**

Melina Rezende Dias (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

melinarezende@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo compara os resultados das pesquisas sobre abertura das vogais médias pretônicas, realizadas nas cidades de Ouro Branco e Piranga. Com base na Teoria da Variação e Mudança, foram analisados os seguintes fatores linguísticos: vogal da sílaba tônica, vogal entre a vogal da variável e a tônica, modo do segmento precedente, ponto do segmento precedente, modo do segmento seguinte e ponto do segmento seguinte.

Palavras-chave: Sociolinguística; vogais médias pretônicas; abertura.

Abstract: This paper compares the results of a research about the half-open production of the pretonic mid vowels carried out in the city of Ouro Branco and Piranga Minas Gerais State, Brazil. The following linguistic factors were analyzed according to the Variation and Change Theory: vowel of the stressed syllable, vowel between the vowel of the variable and the stressed one, manner of articulation of the preceding segment, place of articulation of the preceding segment, manner of articulation of the next segment and place of articulation of the next segment.

Keywords: Sociolinguistic; pretonic mid vowels; half-open production.

1 Introdução

Este estudo é uma comparação da abertura nas cidades de Ouro Branco e Piranga⁹¹. Para realizá-lo, foram descritas e analisadas as seguintes variantes das vogais médias pretônicas /e/ e /o/:

- a) [e] e [o]: realização fechada;
- b) [E] e [O]: realização aberta;

Para a análise do processo variável, foram assumidos os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança que considera a língua em seu contexto sociocultural, uma vez que, parte da explicação para a heterogeneidade que emerge nos usos linguísticos concretos, pode ser encontrada em fatores externos ao sistema linguístico, não só nos fatores internos à língua. Assim, este estudo busca analisar quais são os fatores que influenciam a variabilidade ocorrida na fala das comunidades pesquisadas.

O *corpus* foi constituído com dados da fala de 8 informantes de Ouro Branco e 8 informantes de Piranga distribuídos por gênero e faixa etária. Os dados foram submetidos ao *modelo logístico multinomial*, incluído no *software SPSS*.⁹²

2 Variável em análise

Câmara JR. (2008), apresenta a classificação das vogais como fonemas na posição tônica:

[...] sem avanço ou elevação apreciável da língua, tem-se a vogal /a/ como vértice mais baixo de um triângulo de base para cima. A articulação da parte anterior, central (ligeiramente anterior) e posterior da língua dá a classificação articulatória de vogais – anteriores, central e posteriores. A elevação gradual da língua, na parte anterior ou na parte posterior, conforme o caso, dá a classificação articulatória de vogal baixa, vogais médias de 1º grau (abertas), vogais médias de 2º grau (fechadas) e vogais altas. (CÂMARA JR, 2008, p.41)

⁹¹ O estudo da variação em Ouro Branco e Piranga é um recorte da dissertação de mestrado defendida por mim e orientada pela Professora Dr^a Maria do Carmo Viegas. Para mais informações consultar DIAS (2008).

⁹² Para informações mais aprofundadas sobre o *software*, consultar OLIVEIRA (2006).

	ANTERIORES	CENTRAL	POSTERIORES
	Não-arredondadas		Arredondadas
Altas	<i>/i/</i>		<i>/u/</i>
Médias (2º grau)	<i>/e/</i>		<i>/o/</i>
Médias (1º grau)	<i>/E/</i>		<i>/O/</i>
Baixa		<i>/a/</i>	

Figura 1 – Sistema vocálico do PB: tônicas

Fonte: CÂMARA JR., 2008, p.41.

Existem cinco fonemas na posição pretônica em oposição distintiva no Português Brasileiro (PB).

	ANTERIORES	CENTRAL	POSTERIORES
	Não-arredondadas		Arredondadas
Altas	<i>/i/</i>		<i>/u/</i>
Médias	<i>/e/</i>		<i>/o/</i>
Baixa		<i>/a/</i>	

Figura 2 – Sistema vocálico do PB: pretônicas

Fonte: CÂMARA JR., 2008, p.44.

Há bastante variação dialetal relacionada à realização desses fonemas. Além da elevação variável dos fonemas /e/ e /o/, a maioria dos estudos, realizados até hoje no Brasil, indica que nas regiões Sul-Sudeste prevalece a pronúncia fechada [e] e [o], e no Norte-Nordeste, a realização mais aberta [E] e [O]. Essa divisão dos falares brasileiros está de acordo com a proposta de Nascentes (1981, p.117): “De um modo geral se pode reconhecer uma grande divisão: norte e sul; norte, até a Bahia e sul, daí para baixo.”

Essa divisão dialetal, em duas grandes regiões, admitiria – segundo Nascentes – quatro subdivisões:

Talvez possamos admitir quatro subdialetos: o nortista (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até a Bahia), o fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal), o sertanejo (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas, sertão dos Estados litorâneos desde o Maranhão à Bahia) e o sulista (S.Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e triângulo mineiro). (NASCENTES, 1981, p.117)

Podemos notar que Minas é citada em três das quatro divisões de Nascentes para os subdialetos do Brasil, evidenciando a grande variedade em Minas.

Segundo Câmara JR. (2008), no contexto pretônico ocorre o processo de neutralização das vogais médias.

Quanto à neutralização ela é diversa segundo a modalidade de posição átona. Nas vogais médias antes de vogal tônica (pretônicas) desaparece a oposição entre 1º e 2º grau, com prejuízo daquele na área cujo centro é o Rio de Janeiro. Assim, há uma distinção, em posição tônica entre *forma* (com /ò/ tônico) e *forma* (com /ô/ tônico); mas não obstante, o adjetivo derivado do primeiro desses substantivos (*forma* com /ò/ tônico) é *formoso* em

que se tem /for/ por causa da posição átona (pretônica) da sílaba. (CÂMARA JR., 2008, p.43)

Em algumas variedades, as vogais [e, o, E, O] se neutralizam em [e, o] e em outros, se neutralizam em [E, O]. Para Lee e Oliveira (2003, p.68), “A situação não é tão simples assim. A realidade é que nos dois grandes grupos dialetais podemos ter [O ~ o ~ u] e [E ~ e ~ i], em posição pretônica.”

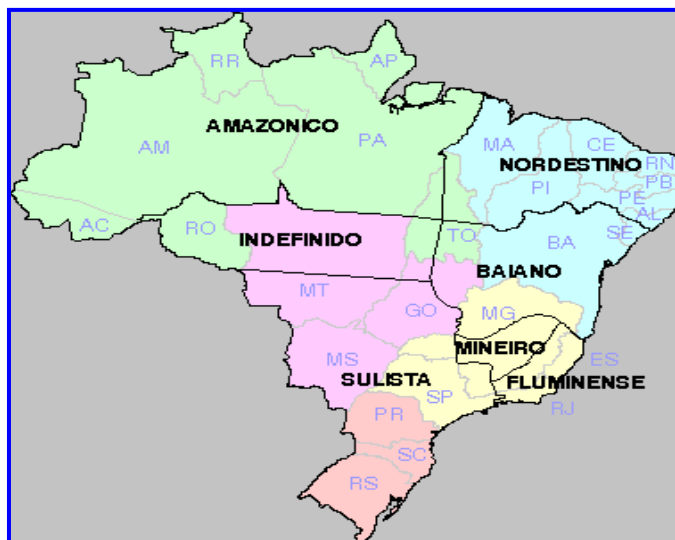
Lee e Oliveira (2003) problematizam a variação intradialetal. Segundo eles, existem itens lexicais no mesmo dialeto que têm ora a vogal alta, ora a vogal média aberta e ora a vogal média fechada. Exemplificam com o dialeto de Belo Horizonte, que segundo eles, é particularmente complexo. Há certas palavras que podem ser pronunciadas de três formas diferentes, como: *modErno ~ mOdErno ~ mudErno*.

Piranga pertence à Zona da Mata Mineira e Ouro Branco pertence à região Central. Viegas (inédito) explica a importância de se estudar as diferentes regiões de Minas Gerais:

Assim, podemos dizer que encontramos em Minas variações que estão presentes em grande parte do Brasil. Como consequência, se estudarmos a fala das diversas regiões de Minas, estaremos estudando a fala de grande parte do Brasil – essa é uma característica importante do Estado. Esse é, portanto, um Estado-chave para os estudos da variação lingüística do português do Brasil. (VIEGAS, inédito).

Viegas (inédito) mostra como são divididas as áreas dialetais, segundo Nascentes.

2. Em uma das classificações dos falares brasileiros de Antenor Nascentes, podemos observar, em Minas Gerais, quatro grandes áreas, cada uma com seu “jeitão” de falar. Vejamos o mapa:



Fonte: www.cin.ufpe.br

3. Em Minas Gerais, há várias maneiras de se falar o português, não há uma maneira só. Como vimos no mapa, Minas pertence à área de falar Baiano, à área de falar Sulista, à área de falar Fluminense e à área de falar Mineiro. (VIEGAS, inédito)

Baseando-nos na divisão de Nascentes, poderíamos dizer que Piranga pertence, provavelmente, à área de falar Fluminense e Ouro Branco à área de falar mineiro.

3. Análise dos resultados

Para análise dos resultados, utilizamos o seguinte procedimento metodológico:

- 1) Analisamos os resultados apresentados pelo SPSS.
- 2) Analisamos os itens lexicais nos casos em que as hipóteses levantadas pelos trabalhos anteriores não foram corroboradas nos resultados apresentados pelo programa estatístico.

3.1 Abertura de /e/

As variáveis independentes que apresentaram significância para a abertura de /e/, em Piranga e Ouro Branco, foram listadas no quadro abaixo:

Quadro 1. Resultados que apresentaram significância para a abertura de /e/, em Piranga, no estilo *entrevista*.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	FATORES	EXEMPLOS
Vogal da sílaba tônica	a, E, O an in, un i, u en, on	ch[E]g <u>a</u> va r[E]z <u>a</u> ndo f[E]st <u>i</u> nha r[E]conhec <u>i</u> das m[E] <u>r</u> enda
Vogal entre a vogal da variável e a tônica	a, E, O in, un en, on	p[E]l <u>a</u> deiros p[E]rg <u>u</u> ntou d[E]p <u>e</u> nder
Modo do segmento precedente	nasais	<u>n</u> [E]rvosa
	fricativas	<u>f</u> [E]chado
Ponto do segmento precedente	dorsais	<u>qu</u> [E]brada
Modo do segmento seguinte	líquidas	p[E]l <u>l</u> ada
	tepe	lib[E] <u>r</u> raram
Ponto do segmento seguinte	dorsais	ch[E]g <u>g</u> ada
	labiais	s[E] <u>m</u> estre

Quadro 2. Resultados que apresentaram significância para a abertura de /e/, em Ouro Branco, no estilo *entrevista*.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	FATORES	EXEMPLOS
Vogal da sílaba tônica	in, un a, E, O	caf[E]z <u>i</u> nho v[E]rd <u>a</u> de
Vogal entre a vogal da variável e a tônica	-----	
Modo do segmento precedente	-----	
Ponto do segmento precedente	dorsais	<u>qu</u> [E]mado
Modo do segmento seguinte	-----	
Ponto do segmento seguinte	-----	

3.1.1 Vogal da sílaba tônica

Os resultados mostram que, nas duas cidades, a abertura é favorecida pela vogal baixa e média baixa oral [a, E, O]. Em Piranga, a vogal baixa nasal [an], também favorece. Esses resultados eram esperados, uma vez que a vogal pretônica assimila o traço de altura da vogal tônica.

Mas temos alguns resultados que não eram esperados como: favorecimento da abertura de /e/ pelas vogais altas nasais [in, un], nas duas cidades.

Buscamos no banco de dados quais eram as ocorrências que apresentaram vogal média pretônica aberta com vogal alta nasal [in, un] na sílaba tônica e concluímos que poderia estar ocorrendo interação com outros fatores como: a influência do paradigma como vogal aberta, analogia com prefixo *–pré/-per*. Podemos observar essa constatação nos exemplos abaixo:

➤ *caf[E]zinho, p[E]rninha, c[E]rtinho, mat[E]riazinha*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que parece favorecer a abertura. Os itens com vogal aberta correspondentes aos anteriores são: *caf[E], p[E]rna, c[E]rto, mat[E]ria*.

➤ *pr[E]zinho*: nessa palavra a base é o prefixo *pré-*, provavelmente historicamente realizado aberto.

➤ *p[E]rgunta, p[E]rgunto, p[E]rmitindo*: nessas palavras pode-se ter o prefixo *per-* ou pode haver nivelamento analógico com ele, em que se poderia encontrar uma explicação histórica para a abertura.

Em Ouro Branco, todas as palavras que possuíam vogal alta nasal na sílaba tônica, tiveram o favorecimento da abertura explicado de outra forma. Mas em Piranga, restaram alguns itens que não puderam ser explicados. São eles: *M[E]lina, s[E]rpentina*. O que nos permite pensar que a nasalidade da sílaba tônica possa favorecer a abertura nessa cidade.

Há ainda, em Piranga, em outros resultados que não eram esperados como: o favorecimento da abertura de /e/ pelas vogais altas orais [i, u] e pelas vogais médias nasais [en, on].

Buscamos no banco de dados quais eram as ocorrências que apresentaram vogal média pretônica aberta com vogal alta oral [i, u] na sílaba

tônica e nos questionamos se poderia estar ocorrendo interação com outros fatores na explicação da realização da abertura, nas palavras encontradas:

➤ *r[E]ública, r[E]conhecidas, r[E]cursos*: nessas palavras a abertura ocorre na forma *re-*. Talvez possamos dizer que há relação da abertura com o prefixo *re-*. Talvez ocorra abertura nas palavras que possuem esse prefixo ou em que há nivelamento analógico com ele.

➤ *p[E]rmitê, p[E]rmitiu, p[E]rmita, p[E]rseguido*: nessas palavras pode-se ter o prefixo *per-* ou pode haver nivelamento analógico com ele, caso em que se poderia encontrar uma explicação histórica para a abertura.

➤ *t[E]rapia, lit[E]ratura, d[E]ligacia, s[E]c[E]taria*: essas palavras apresentam vogal baixa [a] ou média baixa oral [E, O] na sílaba seguinte, que pode estar favorecendo a abertura.

➤ *ac[E]ssível*: essa palavra apresenta paradigma com vogal aberta, que pode estar favorecendo a abertura.

Podemos concluir que não parece ser a vogal alta oral [i, u] a responsável pela abertura delas, pois para todas há outras explicações para essa abertura, já mencionadas na literatura.

Buscamos no banco de dados quais eram as ocorrências que apresentaram vogal média pretônica aberta com vogal média nasal [en, on] na sílaba tônica:

➤ *pr[E]sença, pr[E]tendo, r[E]ferência, pr[E]sente, pr[E]tendendo, r[E]lento, r[E]pente, p[E]rtences, p[E]rtence*: talvez possamos dizer que há relação da abertura com os prefixos *pre-*, *re-* e *per-*. Ou talvez tenhamos a influência da vogal nasal da sílaba tônica.

➤ *qu[E]erendo, dif[E]rente, dif[E]rentes, d[E]scendo, d[E]scemos, d[E]vendo, s[E]rvente, f[E]rramentas, f[E]rramenta, sinc[E]ramente, s[E]tenta, s[E]tecentos, s[E]tembro, d[E]zembro, t[E]rreno, ex[E]rcendo, cr[E]scendo, amadur[E]cendo, aconte[E]cendo, perman[E]cendo, ref[E]rência, comp[E]tente, p[E]rdendo, p[E]rdemos*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

➤ *adol[E]scentes, s[E]ssenta, impr[E]ssiona, el[E]mentos, s[E]leções, exc[E]lente, d[E]senho, tr[E]zentos, v[E]rgonha, m[E]renda,*

*l*d[E]fonso, *im*[E]diatamente, *d*[E]pende, *d*[E]pendem, *f*[E]dorento, *fr*[E]quência, *fr*[E]quenta, *fr*[E]quento, *s*[E]quência: nessas palavras não encontramos explicação para a abertura.

Podemos concluir que para muitas delas é possível explicar o favorecimento da abertura. Mas restaram algumas palavras que não puderem ser explicadas. Assim, as vogais médias nasais [en, on] parecem favorecer a abertura de /e/, nesses casos, embora não seja o único fator favorecedor. Ou seja, em Piranga, somente as vogais altas orais [i, u] e as vogais médias altas orais [e, o] parecem desfavorecer a abertura significativamente, indicando complementariedade com o processo de alçamento e, possivelmente, com o de manutenção da vogal média alta.

Já em Ouro Branco, a abertura é favorecida apenas pela vogal baixa [a] e pelas vogais médias baixas orais [E, O].

3.1.2 Vogal entre a vogal da variável e a tônica

Em Piranga, os resultados indicaram o favorecimento da abertura pelas vogais médias baixas orais [E, O] e pela vogal baixa oral [a] quando se encontram entre a vogal da variável e a tônica.

Mas temos alguns resultados que não eram esperados.

Os resultados indicaram que as vogais altas nasais [in, un] favorecem a abertura de /e/. Procuramos no banco de dados quais eram as ocorrências e encontramos as seguintes palavras: *p*[E]rguntando, *p*[E]rguntar, *p*[E]rguntei, *p*[E]rguntou. Nessas palavras pode estar havendo nivelamento analógico com o prefixo *per-*, em que pode-se encontrar uma explicação histórica para a abertura.

Os resultados indicaram também que, em Piranga, as vogais médias nasais [en, on] favorecem a abertura de /e/. Verificamos quais seriam essas palavras:

➤ *r*[E]sponsabilidade, *p*[E]lengando, *fr*[E]quentar: a abertura nessas palavras poderia ser explicada pela vogal baixa na sílaba tônica.

➤ *pr*[E]tendendo: nessa palavra pode estar havendo nivelamento analógico com o prefixo *pre-*, em que se pode talvez encontrar uma explicação histórica para a abertura.

➤ *d[E]pender, s[E]rpentina*: nessas palavras não encontramos explicação para a abertura.

Observando as palavras encontradas podemos concluir que para muitas delas é possível explicar o favorecimento da abertura. Mas restaram algumas palavras que não puderem ser explicadas. Encontramos ao estudar a vogal da sílaba tônica, um favorecimento das vogais médias nasais [en, on] na abertura de /e/, então, parece-nos, que essa variável favorece a abertura da média anterior, quando se encontra também entre a vogal da variável e a tônica, isso explicaria a abertura em *d[E]pender*.

Em Ouro Branco, os resultados apresentados sobre a influência da variável *vogal entre a vogal da variável e a tônica* na variável /e/ indicaram que nenhum fator apresenta efeito significativo na abertura dessa variável.

3.1.3 Modo do segmento precedente

Em Piranga, os resultados indicam que há um favorecimento da abertura de /e/ pelos fatores *nasais* e *fricativas*.

Ao observar todas as palavras que apresentaram a pretônica /e/ aberta, precedida por nasais e fricativas constatamos que na maioria das vezes o contexto vocálico seguinte era favorecedor da abertura, ou seja, era uma vogal baixa oral ou nasal ou uma vogal média baixa oral.

Verificamos no banco de dados quais foram as palavras que não apresentaram o contexto vocálico favorecedor e se poderia estar ocorrendo interação com outros fatores na explicação da realização da abertura, nas palavras encontradas.

a) precedida por nasal:

➤ *am[E]linha, n[E]lsinho*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

➤ *M[E]lina*: a abertura pode estar relacionada à nasalidade da vogal seguinte, às consoantes adjacentes (líquidas seguintes) ou ao item lexical.

➤ *im[E]diatamente, m[E]renda*: o que parece favorecer a abertura dessas palavras é a vogal média nasal na sílaba tônica. Esse fator é favorecedor da abertura de /e/, em Piranga.

b) precedida por fricativa:

➤ *r[E]conhecidas, r[E]cursos, r[E]ferência, r[E]pente, r[E]pública, r[E]ssuscitou*: nessas palavras a abertura ocorre na forma *re-*. Talvez possamos explicar a abertura nas palavras que possuem esse prefixo ou em que há um nivelamento analógico com ele. Ou pode ser mesmo um favorecimento do /R/ precedente.

➤ *ac[E]ssível, dif[E]rente, dif[E]rentes, ex[E]rcendo, f[E]stinha, ref[E]rência, s[E]rvente, s[E]tecentos, s[E]tembro, s[E]tenta*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

➤ *exc[E]lente, s[E]leções, s[E]quência, s[E]ssenta, s[E]rentina, v[E]rgonha*: o que parece favorecer a abertura dessas palavras é a vogal média nasal na sílaba tônica ou entre a vogal da variável e a tônica. Nos itens *s[E]rentina* e *v[E]rgonha* há ainda a possibilidade de um favorecimento do /R/ seguinte.

Observando então, as palavras encontradas, podemos concluir que não podemos atribuir apenas ao modo das consoantes precedentes o fator responsável pela abertura delas, pois há outras explicações para essa abertura.

Em Ouro Branco, os resultados indicam que em relação à variável *modo do segmento precedente*, nenhum dos fatores apresentou significância para a abertura de /e/.

3.1.4 Ponto do segmento precedente

Os resultados indicam que em relação à variável *ponto do segmento precedente*, há um favorecimento da abertura de /e/ pelo fator *dorsais, nas duas cidades*.

Em Ouro Branco, todas as ocorrências precedidas por dorsais apresentaram contexto vocálico seguinte favorecedor, ou seja, era uma vogal baixa oral ou nasal ou uma vogal média baixa oral, comprovando que nessa cidade ocorre o processo de harmonização vocálica.

Como em Piranga, nem todas as palavras precedidas por dorsais apresentaram contexto vocálico favorecedor, verificamos quais foram essas palavras no banco de dados:

precedida por dorsal:

- *qu[E]rendo*: essa palavra apresenta paradigma com vogal aberta, que pode estar favorecendo a abertura.
- *r[E]conhecidas, r[E]cursos, r[E]ferência, r[E]pente, r[E]pública, r[E]ssuscitou*: nessas palavras a abertura ocorre na forma *re-*. Talvez possamos explicar a abertura nas palavras que possuem esse prefixo ou em que há um nivelamento analógico com ele. Pode haver também a atuação do /R/ precedente.

Observando então, as palavras encontradas, podemos concluir que não parece ser o ponto das consoantes precedentes o fator responsável pela abertura delas, pois há outras explicações para essa abertura.

3.1.5 Modo do segmento seguinte

Em Piranga, os resultados indicam que em relação à variável *modo do segmento seguinte*, há um favorecimento da abertura de /e/ pelos fatores *líquidas* e *tepe*.

Verificamos no banco de dados quais foram as palavras que não apresentaram o contexto vocálico considerado favorecedor:

a) seguida por líquida:

- *am[E]linha, n[E]lsinho, cast[E]linho*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que parece favorecer a abertura.
- *M[E]lina*: a abertura pode estar relacionada à nasalidade da vogal seguinte, às consoantes adjacentes (líquidas seguintes) ou ao item lexical. É possível que este item esteja tendenciando os resultados pelo número grande de ocorrências (63 ocorrências).
- *r[E]lento*: nessa palavra a abertura ocorre na forma *re-*. Provavelmente há uma explicação histórica para a realização aberta da forma prefixal *re-*.
- *s[E]lEções* : o que favorece a abertura nessa é a vogal média baixa na sílaba seguinte.

➤ *exc[E]lente*: o que parece favorecer a abertura dessa palavra é a vogal média nasal na sílaba tônica.

b) seguida por tepe:

➤ *dif[E]rente, dif[E]rentes, ref[E]rência, qu[E]rendo*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

➤ *m[E]renda*: o que favorece a abertura dessas palavras é a vogal média nasal na sílaba tônica.

Observando então, as palavras encontradas, podemos concluir que não podemos atribuir ao modo das consoantes seguintes a abertura das pretônicas, pois podemos ter outras explicações para essa abertura.

Em Ouro Branco, os resultados indicam que em relação à variável *modo do segmento seguinte*, nenhum dos fatores apresentou significância para a abertura de /e/.

3.1.6 Ponto do segmento seguinte

Em Piranga, os resultados indicam que em relação à variável *ponto do segmento seguinte*, há um favorecimento da abertura de /e/ pelos fatores *dorsais e labiais*.

Verificamos no banco de dados quais foram as palavras que não apresentaram o contexto vocálico favorecedor:

seguida por dorsal:

➤ *col[E]guinha, ex[E]rcendo, p[E]rdemos, p[E]rdendo, s[E]rvente, t[E]rreno, t[E]rmina*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

➤ *r[E]conhecidas, r[E]cursos*: nessas palavras a abertura ocorre na forma *re-*. Podemos, talvez, falar em uma realização da abertura baseada na manutenção de uma realização histórica do prefixo.

➤ *p[E]rgunta, p[E]rgunte, p[E]rgunto, p[E]rguntou, p[E]rmita, p[E]rmita, p[E]rmitando, p[E]rmitiu, p[E]rseguido, p[E]rtence, p[E]rtences*: nessas palavras pode estar acontecendo um nivelamento analógico com o prefixo *per-*, em que se poderia encontrar uma explicação histórica para a abertura.

➤ *fr[E]quenta, fr[E]quência, fr[E]quentar, fr[E]quento, s[E]quência, s[E]rpentina, v[E]rgonha*: o que parece favorecer a abertura dessas palavras é a vogal média nasal na sílaba tônica ou entre a vogal da variável e a tônica.

b) seguida por labial:

➤ *d[E]vendo*: essa palavra apresenta paradigma com vogal aberta, que pode estar favorecendo a abertura.

➤ *r[E]ferência, r[E]pente, r[E]pública*: nessas palavras a abertura ocorre na forma *re-*. Essa abertura pode estar relacionada à manutenção de uma realização com uma explicação histórica.

➤ *d[E]pende, d[E]pendem, d[E]pendem, el[E]mentos, ild[E]fonso*: o que parece favorecer a abertura dessas palavras é a vogal média nasal na sílaba tônica ou entre a vogal da variável e a tônica.

Observando então, as palavras encontradas, podemos concluir que não parece ser o ponto das consoantes seguintes o fator responsável pela abertura delas, pois há outras explicações para essa abertura.

Em Ouro Branco, os resultados indicam que em relação à variável *ponto do segmento seguinte*, nenhum dos fatores apresentou significância para a abertura de /e/.

3.2 Abertura de /o/

As variáveis independentes que apresentaram significância para a abertura de /o/, em Piranga e Ouro Branco, foram listadas no quadro abaixo:

Quadro 3. Resultados que apresentaram significância para a abertura de /o/, em Piranga no estilo *entrevistas*.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	FATORES	EXEMPLOS
Vogal da sílaba tônica	a, E, O en, on, an in, un	l[O]t <u>a</u> do m[O]m <u>e</u> nto m[O]r <u>a</u> ndo esc[O]l <u>i</u> inha
Vogal entre a vogal da variável e a	a, E, O	g[O]st <u>a</u> ria

tônica	ausência	b[O]bagem
Modo do segmento precedente	nasais	<u>n</u> [O]rdeste
Ponto do segmento precedente	-----	
Modo do segmento seguinte	líquidas	c[O] <u>l</u> ega
	fricativas	n[O] <u>v</u> ela
Ponto do segmento seguinte	-----	

Quadro 4. Resultados que apresentaram significância para a abertura de /o/, em Ouro Branco no estilo *entrevistas*.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	FATORES	EXEMPLOS
Vogal da sílaba tônica	in, un a, E, O	b[O] <u>i</u> inha ch[O]c <u>a</u> da
Vogal entre a vogal da variável e a tônica	ausência a, E, O	ch[O]rava ch[O]r <u>a</u> rinho
Modo do segmento precedente	nasais	<u>m</u> [O]rava
	fricativas	<u>f</u> [O]rmado
Ponto do segmento precedente	-----	
Modo do segmento seguinte	tepe	c[O] <u>r</u> agem
	fricativas	g[O] <u>s</u> tava
	líquidas	c[O] <u>l</u> égio
Ponto do segmento seguinte	-----	

3.2.1 Vogal da sílaba tônica

Os resultados mostram que, nas duas cidades, a abertura é favorecida pela vogal baixa e média baixa oral [a, E, O]. Em Piranga, a vogal baixa nasal [an], também favorece.

Mas temos alguns resultados que não eram esperados como: favorecimento da abertura de /o/ pelas vogais altas nasais [in, un], nas duas cidades.

Buscamos no banco de dados quais eram as ocorrências que apresentaram vogal média pretônica aberta com vogal alta nasal [in, un] na sílaba tônica e concluímos que poderia estar ocorrendo interação com outros fatores como: a influência do paradigma com vogal aberta, analogia com prefixo *–pro*. Podemos observar essa constatação nos exemplos abaixo:

➤ *s[O]zinha, s[O]zinho, b[O]linha, filh[O]tinha, filh[O]tinho, n[O]rdestino, pac[O]tinho, esc[O]linha*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

➤ *pr[O]fundo*: nessa palavra pode estar acontecendo um nivelamento analógico com o prefixo *pro-*, que é favorecedor da abertura.

Nas duas cidades, foi possível encontrar outras explicações para a abertura, logo não parece ser a vogal alta nasal [in, un] a responsável pela abertura de /o/.

Há ainda, em Piranga, outros resultados que não eram esperados como: o favorecimento da abertura de /o/ pelas vogais médias nasais [en, on].

Buscamos no banco de dados quais eram as ocorrências que apresentaram vogal média pretônica aberta com vogal média nasal [en, on] na sílaba tônica:

➤ *m[O]rrendo, c[O]rrendo, s[O]mente, s[O]frendo, comp[O]rtamento, n[O]vembro, n[O]venta, p[O]demos, p[O]dendo, n[O]rmalmente, n[O]vamente*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

➤ *t[O]talmente*: essa palavra apresenta a vogal baixa oral [a] na sílaba seguinte, que favorece a abertura.

➤ *pr[O]blema, pr[O]blemas*: nessas palavras pode estar acontecendo um nivelamento analógico com o prefixo *pro-*, em que se pode encontrar uma explicação histórica para a abertura.

➤ *m[O]mento, in[O]cência, in[O]cente, in[O]centes, p[O]tência, ad[O]lescentes, fed[O]rento, micr[O]fone, m[O]mentos*: nessas palavras não encontramos explicação para a abertura.

Observando as ocorrências encontradas, podemos concluir que para muitas delas é possível explicar o favorecimento da abertura, com base nos fatores já mencionados. Mas restaram algumas palavras que não puderem ser explicadas. Assim, as vogais médias nasais [en, on] parecem favorecer a abertura de /o/, nessas palavras, embora não seja o único fator favorecedor.

Podemos concluir, então, que as vogais médias baixas orais, a vogal baixa (oral e nasal) e as vogais médias nasais favorecem a abertura de /o/. Além desses fatores, o paradigma com vogal aberta e o prefixo *pro-* parecem favorecer a abertura da média posterior. Há ainda questões lexicais atuando.

3.2.2 Vogal entre a vogal da variável e a tônica

Nas duas cidades, os resultados indicam que a abertura de /o/ é favorecida pela ausência de vogal entre a vogal da variável e a tônica e pela presença das vogais médias baixas orais, pela vogal baixa oral entre a vogal da variável e a tônica.

Após a análise da influência da vogal da sílaba tônica e da vogal entre a vogal da variável e a tônica na abertura de /o/, constatamos que nas duas cidades ocorre um processo de harmonia vocálica. Em Piranga, além da harmonia vocálica, há um favorecimento da abertura pelas vogais médias nasais [en, on] na sílaba tônica.

3.2.3 Modo do segmento precedente

Os resultados indicam que em relação à variável *modo do segmento precedente*, há um favorecimento da abertura de /o/ pelo fator *nasais*, nas duas cidades. Em Ouro Branco, o fator *fricativas* também é favorecedor da abertura.

Ao observar todas as palavras que apresentaram a pretônica /o/ aberta, precedida por nasais (nas duas cidades) e fricativas (em Ouro Branco), constatamos que na maioria das vezes o contexto vocálico seguinte era favorecedor da abertura, ou seja, era uma vogal baixa oral ou nasal ou uma vogal média baixa oral.

Verificamos no banco de dados quais foram as palavras que não apresentaram o contexto vocálico favorecedor e se poderia estar ocorrendo interação com outros fatores na explicação da realização da abertura, nas palavras encontradas.

a) precedida por nasal em Piranga:

➤ *m[O]rrendo, n[O]venta*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que parece favorecer a abertura. O fator *vogal média nasal na sílaba tônica* é favorecedor da abertura de /o/, em Piranga. Aqui pode estar acontecendo interação entre o paradigma com vogal aberta e a vogal média nasal.

➤ *in[O]cência, in[O]centes, m[O]mento, m[O]mentos*: o que favorece a abertura dessas palavras parece ser a vogal média nasal na sílaba tônica. Aqui pode estar acontecendo interação entre a nasal precedente e a vogal média nasal seguinte.

b) precedida por nasal em Ouro Branco:

➤ *n[O]vena*: essa palavra apresenta paradigma com vogal aberta, que pode estar favorecendo a abertura.

c) precedida por fricativa em Ouro Branco:

➤ *f[O]rtíssimo, s[O]zinha, s[O]zinho*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

Observando então, as palavras encontradas, podemos concluir que não podemos atribuir somente ao modo das consoantes precedentes a abertura nessas palavras, pois poderia haver outras explicações para essa abertura.

3.2.4 Ponto do segmento precedente

Nas duas cidades, os resultados indicam que em relação à variável *ponto do segmento precedente*, nenhum dos fatores apresentou significância para a abertura de /o/.

3.2.5 Modo do segmento seguinte

Os resultados indicam que em relação à variável *modo do segmento seguinte*, há um favorecimento da abertura de /o/ pelos fatores *líquidas e fricativas*, nas duas cidades. Em Ouro Branco, o fator *tepe* também é favorecedor da abertura.

Verificamos no banco de dados quais foram as palavras que não apresentaram o contexto vocálico favorecedor:

a) seguida por líquida em Piranga:

- *c[O]leguinha, esc[O]linha, v[O]ltinha*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.
- *p[O]liesportivo*: a abertura nessa palavra ocorre no radical *p[O]li*, que é pronunciado aberto historicamente.
- *ad[O]lescentes*: o que favorece a abertura dessas palavras é a vogal média nasal na sílaba tônica.

b) seguida por líquida em Ouro Branco:

- *b[O]linha, esc[O]linha, psic[O]logicamente*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura

c) seguida por fricativa em Piranga:

- *c[O]rrendo, m[O]rrendo, n[O]vembro, n[O]venta, s[O]frendo, s[O]zinha*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.
- *pr[O]fundo*: nessa palavra pode estar acontecendo um nivelamento analógico com o prefixo *pro-*, em que se poderia encontrar uma explicação histórica para a abertura.
- *in[O]cência, in[O]cente, in[O]centes, micr[O]fone*: o que favorece a abertura dessas palavras é a vogal média nasal na sílaba tônica.

d) seguida por fricativa em Ouro Branco:

- *d[O]rmiam, filh[O]tinha, filh[O]tinho, f[O]rtíssimo, n[O]vena, pac[O]tinho, s[O]zinho*: essas palavras apresentam paradigma com vogal aberta, que favorece a abertura.

e) seguida por tepe em Ouro Branco:

Todas elas apresentaram contexto vocálico favorecedor

Observando então, as palavras encontradas, podemos concluir que não parece ser o modo das consoantes seguintes o fator responsável pela abertura delas, pois há outras explicações para essa abertura.

3.2.6 Ponto do segmento seguinte

Nas duas cidades, os resultados indicam que em relação à variável *ponto do segmento seguinte*, nenhum dos fatores apresentou significância para a abertura de /o/.

5. Conclusão

Ao comparar os resultados obtidos para a abertura de /e/, podemos perceber que nas duas cidades ocorre neutralização da oposição e/E em favor de [E] como harmonia vocálica do grau de abertura com as vogais [a, E, O] (que pode ser descrito também como harmonia em relação ao traço -ATR).

Em Piranga, ocorre também a neutralização, ou abaixamento, da oposição em favor de [E], quando a vogal seguinte é nasal [en, on] ou [in, un].

Constatamos que os prefixos – *pre-/per-/re-* e que o *paradigma com vogal aberta* são favorecedores da abertura de /e/ nas duas cidades.

Ao comparar os resultados obtidos para a abertura de /o/, podemos perceber que, nas duas cidades, ocorre neutralização da oposição o/O em favor de [O] que pode ser expressa pela harmonia vocálica do grau de abertura com as vogais [a, E, O] (que pode ser descrito também como harmonia em relação ao traço -ATR).

Em Piranga, ocorre também a neutralização, ou abaixamento, da oposição o/O em favor de O quando a vogal seguinte é [en, on].

Constatamos que os prefixos – *pro/-co* e que o *paradigma com vogal aberta* são favorecedores da abertura de /o/ nas duas cidades.

Baseados na classificação dos falares brasileiros de Antenor Nascentes, acreditamos inicialmente que Piranga, provavelmente, pertenceria à área de falar fluminense e Ouro Branco à área de falar mineiro. Mas, de acordo com os resultados obtidos, Piranga pertence a uma área de transição entre o falar mineiro/fluminense e o baiano.

QUADRO 05: Resultados gerais em Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Piranga e Ouro Branco para a variável /e/

Literatura	e		i		ɛ		Total		Município
Yacovenço	1299	75,6%	361	21,0%	58	3,4%	1718	100%	Rio de Janeiro
Castro	2287	70%	815	24,9%	168	5,1%	3270	100%	Juiz de Fora
Dias	1128	51%	502	22,7%	583	26,3%	2213	100%	Piranga
Dias	1510	78,2%	360	18,6%	62	3,2%	1932	100%	Ouro Branco

QUADRO 06: Resultados gerais em Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Piranga e Ouro Branco para a variável /o/

Literatura	o		u		ɔ		Total		Município
Yacovenço	788	67,2%	350	29,8%	35	3,0%	1173	100%	Rio de Janeiro
Castro	1571	64,2%	749	30,6%	128	5,2%	2448	100%	Juiz de Fora
Dias	831	61,6%	235	17,4%	284	21,0%	1350	100%	Piranga
Dias	1077	82,6%	145	11,1%	82	6,3%	1304	100%	Ouro Branco

Como podemos observar nos Quadros 05 e 06, os valores percentuais de abertura em Piranga são muito diferentes dos valores de Juiz de Fora, do Rio de Janeiro e de Ouro Branco.

Castro (1990, p. 245) ressalta que “as emissões baixas documentadas na variedade mineira juizdeforana permitem uma aproximação com a variedade carioca, visto que nas duas a possibilidade de abaixamento gira em torno de 5%.”

Piranga apresenta 26,3% de abertura para /e/ e 21% de abertura para /o/. Com base nesses resultados e com base na influência dos fatores favorecedores, podemos concluir que Piranga não pertence à área de falar Fluminense. A ordem geral, como tendência, dos processos em Piranga é

manutenção > abertura, alçamento. No Rio de Janeiro e Juiz de Fora a ordem é manutenção > alçamento > abertura.

Ao comparar os resultados da abertura em Piranga com os resultados obtidos por Célia (2004), em Nova Venécia, no Espírito Santo, (16% de abertura para /e/ e 23% de abertura para o /o/), podemos concluir que a variação das pretônicas em Piranga se assemelha à variação dessas vogais em Nova Venécia, em termos percentuais. Essas duas cidades pertencem à área de transição. Como pode ser visto em Célia (2004):

O abaixamento identificado na variedade estudada não é tão escasso quanto no Rio de Janeiro, mas também não é tão freqüente quanto na Bahia. Parece então, que Espírito Santo é uma região de transição, no que diz respeito à realização das vogais médias em posição pretônica. (CÉLIA, 2004, p. 106)

Em Piranga a manutenção é maior do que a abertura, diferentemente de outros dialetos como o de Salvador, descrito por Silva (1991), em que a manutenção tem o menor percentual.

De acordo com os estudiosos, não há diferença significativa entre o falar mineiro e o fluminense, em relação às vogais médias pretônicas, o que pode ser comprovado com os resultados obtidos em Ouro Branco. Nas tabelas acima, podemos perceber que a fala de Ouro Branco é semelhante aos outros dois trabalhos descritos a respeito do dialeto fluminense, considerando os totais gerais apresentados pelas autoras. É importante ressaltar que esses são valores gerais que mostram uma tendência.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, E. C. de *As pretônicas na variedade mineira juizdeforana*. 1990. 306f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CÉLIA, G. F. *Variação das vogais médias pretônicas no português de Nova Venécia-ES*. 2004. 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIAS, M.R. *A variação das vogais médias pretônicas no falar dos mineiros de Piranga e de Ouro Branco*. 2008. 296f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LEE, S. & OLIVEIRA, M. A. de. *Variação inter- e intra-dialetal no português brasileiro: um problema para a teoria fonológica*. In: HORA, D. da & COLLISCHONN, G. (orgs.). *Teoria Linguística: Fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p.67-91.

NASCENTES, A. *O dialeto brasileiro*. In: PINTO, E. P. (Sel.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1920-1945, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. São Paulo: EDUSP, 1981.

OLIVEIRA, A. J. de. *Variação em itens lexicais terminados em // + vogal na região de Itaúna/MG*. 2006. 156f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Myrian Barbosa da. *Um traço regional na fala culta de Salvador*. *ORGANON*, Revista do Instituto de Letras da UFRS, Porto Alegre, v.5, n.18, p. 79-89, 1991.

VIEGAS, M. C. *Alçamento de vogais médias pretônicas: uma abordagem sociolinguística*. 1987. 231f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

VIEGAS, Maria do Carmo. Por que nossa pronúncia é desse jeito? In: RAMOS, J. (org.). *O mineirês: estudos sobre os falares mineiros*. v.1. Belo Horizonte: Editora UFMG. (a sair)

YACOVENCO, L. C.. *As vogais médias pretônicas no falar culto carioca*. 1993. 185f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

**TESSITURA E TECEDURA: DISPOSITIVOS DE ANÁLISE EM
MATERIALIDADES DO DISCURSO ARTÍSTICO**

**AND WEAVING TESSITURA: ANALYSIS DEVICES ON MATERIAL FROM
ARTISTIC STATEMENT**

Nádia Régia Maffi Neckel (UNISUL)

nadia.neckel@unisul.br

RESUMO: O presente trabalho "*Tessitura e Tecedura: dispositivos de análise em materialidades do discurso artístico*", pretende discutir, à luz da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, as imbricações materiais dos dizeres artísticos contemporâneos. Nessa esteira, a noção de Discurso Artístico rompe epistemologicamente com a rigidez metodológica e a redução estilística, especializando a compreensão diferentes materialidades significantes. Desta forma, ao considerar a noção de materialidade significativa, esta abordagem não trata os aspectos compositivos das produções artísticas como elementos isolados, justamente porque tal o conceito - o de materialidade significativa - carrega consigo a noção de relação. Temos, então, no conceito de materialidade a imbricação da instância plástica (materialidade estrutural) e a historicidade (materialidade histórica). Temos o discurso: Estrutura e Acontecimento. Tessitura e Tecedura são formulações tomadas como funcionamento na ordem da estrutura e do acontecimento do/no *corpus* de análise, permitindo um deslocamento teórico-analítico das noções de Poiésis e Estesia inscritas no artístico e, das noções de Inter e Intradiscurso inscritas na AD.

Palavras Chave: Arte. Discurso. Tessitura. Tecedura

ABSTRACT: This work "*Tessitura and Weaving: analysis devices in materiality of artistic discourse*, " to discuss, in light of the theory of discourse analysis of the French line, the overlapping material of contemporary artistic motifs. On this track, the notion of artistic discourse breaks with the epistemological and

methodological rigidity stylistic reduction, specializing in understanding different material signifiers. Thus, when considering the concept of materiality significant, this approach does not address the compositional aspects of the artistic productions as isolated elements, precisely because such a concept - the materiality of the signifier - carries the notion of relationship. We then have the concept of materiality in the overlapping plastic body (materiality structural) and the historicity (historical materiality). Speech: Structure and Event. So the concepts of weaving and Tessitura formulations are taken as functioning in the structure and order of occurrence of / in the corpus, allowing a shift of theoretical and analytical concepts of poesis and entered in the Aesthetic and artistic, the notions of Inter and entered intradiscourse in Discourse Analysis.

KEYWORDS: Art. Discourse. Tessitura. Weaving.

Introdução: O Tecido do Texto e do Discurso da/nas produções artísticas contemporâneas

As produções artísticas contemporâneas, por sua condição histórica e social, se inscrevem em condições de produção fronteiriças, por isso mesmo, os modos de análises rígidos e apriorísticos pouco contribuem para a compreensão dessas materialidades. Categorizar determinadas produções não especializa o gesto de interpretação, as teorias estabilizadas não dão conta de compreender o funcionamento e os deslizamentos do artístico.

Acreditamos que o dispositivo teórico-analítico da AD especializa a compreensão desses materiais, por meio das noções de Tecedura/Tessitura, e, rompe epistemologicamente com a rigidez metodológica e a redução estilística.

Tessitura e Tecedura são formulações tomadas como funcionamento na ordem da estrutura e do acontecimento do/no *corpus* de análise, permitindo um deslocamento teórico-analítico das noções de Poiésis e Estesia inscritas no artístico e, das noções de Inter e Intradiscorso inscritas na AD. Desta forma, a perspectiva discursiva na leitura/interpretação de imagens e/ou produção artística é capaz de dar conta produtivamente da compreensão das condições

de produção e deslocamentos de sentidos presentes em materialidades contemporâneas inscritas no artístico.

Lamas (2009) ressalta que em particular na arte contemporânea os parâmetros não são rigidamente definidos. Os conceitos investigados são indicados pelo próprio trabalho enquanto está sendo instaurado. Há necessidade de um investimento pessoal na elaboração do trabalho artístico e uma reflexão cujas referências advêm do próprio trabalho poético.

Na perspectiva materialista da Análise do Discurso (AD), o dizer artístico é compreendido como um discurso constituído heterogeneamente. Seus sentidos são produzidos por diferentes posições-sujeito. Tais condições materiais de produção de sentido, nos permite chamar os dizeres da arte de Discurso Artístico (DA⁹³). Dizeres em Curso.

Observamos que no funcionamento do DA e dos processos discursivos que o compõem, os efeitos de sentido são produzidos por condições polissêmicas e efeitos de não linearidade. Para tal formulação, retomamos as tipologias discursivas formuladas por Orlandi (1987): discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário. Por meio dessas formulações, a autora nos mostra que tais tipologias discursivas funcionam diferentemente. Segundo a autora

O discurso lúdico é aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal (enquanto objeto, enquanto coisa) e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o *non sense*). O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada (o exagero é a injúria). No discurso autoritário o referente está ausente, oculta pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando). (ORLANDI, 1987, p.15).

⁹³ Discurso Artístico, doravante no texto simplesmente DA.

Na esteira dessas tipologias, caracterizamos o DA como predominantemente lúdico e polissêmico. No entanto, outras noções foram fundantes para a formulação do DA, dentre elas, as noções de Paráfrase e Polissemia. Orlandi nos lembra que a “linguagem se faz na articulação desses grandes processos”. Dito de outro modo, a linguagem enquanto processo de simbolização é tecida entre a força de um dizer mesmo (sedimentado) e, por conseguinte, parafrástico, e a tensão daquilo que “vaza” e aponta para a possibilidade de ruptura, abrindo à polissemia. Eis a tensão constitutiva do discurso: a paráfrase e a polissemia; o “mesmo” e o “diferente” (1987, p.27). Também, nos foi fundamental a noção de Policromia em Souza (2001), pois tal noção debruça-se sobre os processos discursivos nos quais há a predominância da imagem enquanto matéria significativa.

O Corpus em sua imbricação material

O que nos instiga, em um *corpus* do DA, é o jogo entre as diferentes matérias significantes constitutivas da produção de sentidos. Ou seja, a não predominância desta ou daquela materialidade, mas a imbricação material (LAGAZZI, 2004)⁹⁴ enquanto constitutividade do dizer artístico, principalmente nos dizeres contemporâneos da arte.

No confronto entre as diferentes constitutividades da imagem (pictórica, fílmica, fotográfica ou cinematográfica) como no *corpus* escolhido para a análise, este jogo se acentua, principalmente pela imbricação imagem-memória. Estamos o tempo todo no confronto parafrástico e polissêmico da/na imagem enquanto materialidade significativa. Ao perceber o dizer artístico enquanto estrutura e acontecimento, ou seja, enquanto discurso, configuramos os argumentos que tornam possível a análise do DA e do processo discursivo da Tessitura fílmica em sua Tecedura discursiva.

⁹⁴ Essa noção é proposta por Lagazzi quando a autora formula suas análises sobre os documentários “Tereza” e “Boca de Lixo”, no texto “Pontos de Parada na Discursividade social: alternância e janelas”, publicado em *Giros na Cidade: materialidade do espaço*.

Segundo Pêcheux (1997:161) “a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes”- em uma formação discursiva dada.” Assim, chamamos de processo, nesta pesquisa, todos os elementos significantes da ordem da Tecedura e Tessitura do dizer artístico.

Com a Tecedura, estamos nas teias da relação imagem - memória do/no discurso. Um tecido opaco e enredante que toca o real da linguagem. Já a Tessitura nos dá pistas em seu ordenamento estrutural, tal como a organização de um compasso musical.

Mas, algo nos escapa... Este é o enigma.

Elegemos para esse exercício analítico um exemplar do cinema de poesia contemporâneo, o curtametragem “*Enigma de um dia*”, dirigido por Joel Pizzini Filho, de 1996. Analisando esse material, nos sentimos compelidos a buscar o entendimento acerca dos funcionamentos de diferentes modos de significar da imagem em sua imbricação material: A imagem em seu jogo de memória discursiva; Os estudos sobre o DA (mais especificamente nos dizeres artísticos contemporâneos); E, a própria prática analítica dos dizeres da arte (história da arte e na crítica de arte).

O objeto de arte, dotado de discursividade, não está apenas num lugar único de significação, pois opera sempre num espaço de re-significação, o que já nos remete a outros dizeres possíveis. A consistência histórica e ideológica do DA vem justamente do espaço de interpretação, um espaço polissêmico de interpretação, que funda um gesto próprio. Os sentidos produzidos no interior do DA são gestos de interpretação de acontecimentos *outros*.

Dito de outro modo, o sentido da materialidade significativa está em seu lugar de inscrição, e, não apenas em sua constituição física (forma). Ou seja, é a matéria significativa atravessada pelo histórico e pelo social (sujeito-objeto-situação) que produzem efeitos de sentido, e não a matéria em si mesma ou isoladamente.

Orlandi (1999) nos ensina que “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. E, é pensando deste lugar, que entendemos como sendo as características do DA, em confronto com as características de outros discursos, que determinarão os

efeitos de polissemia ou paráfrase presentes em seu funcionamento. Esse processo é o que chamamos do acontecimento próprio do DA⁹⁵.

Conduzimos nosso olhar em direção à interface da AD — que estuda a materialidade discursiva, levando em conta as condições de produção do acontecimento discursivo e as posições assumidas pelos sujeitos — e as concepções e teorias da arte e do cinema, as quais possibilitam re-construir marcas das diferentes práticas de linguagem que compõem os dizeres da imagem fixa e da imagem móvel; sempre atravessadas pela língua e determinadas histórica, social e ideologicamente.

Os dizeres da arte ao constituírem-se em discursos, mobilizam memórias. Memória discursiva e produz uma “mexida”, um deslocamento da/na rede de filiações sócio-históricas e ideológicas dos diferentes discursos que os atravessam e os constituem, é assim entendida a memória pela AD.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (PÊCHEUX, 1999, p. 31).

A noção de memória em Pêcheux não parte de um conceito individual, portanto, não se trata da memória individual, mas de sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas sociais, e da memória construída pelo historiador. Uma memória que conta com o atravessamento do ideológico, do histórico e do social.

O DA (assim como qualquer outro discurso) funciona, tanto na ordem do intradiscurso, quando na ordem do interdiscurso. Logo, todo discurso é atravessado por outros discursos, isto é, por vozes exteriores que o afetam e o constituem.

⁹⁵ Não nos coube, no estudo, propor definições para a Arte (Acreditamos na impossibilidade disso). O que apontamos são características do DA. Dentre as discussões até hoje delineadas, tanto na teoria da arte quanto na crítica da arte, encontramos a apropriação da denominação discurso em várias instâncias: discurso de arte, discurso sobre arte, discurso da arte, entre outros. Porém, ressaltamos, quando tomamos DA, o tomamos de uma posição materialmente discursiva, como formulação na AD.

Ao adotarmos a perspectiva teórica da AD, que toma o discurso como uma das instâncias materiais (concretas) da relação linguagem/pensamento/mundo, e considerando que nosso *corpus* se constitui a partir do DA.

O que buscamos é compreender, nesse espaço, os movimentos de tecedura e tessitura da imagem, na relação paráfrase/polissemia/policromia, buscando assim, a construção da memória discursiva no/pelo filme. Assim, tomamos como Tecedura aquilo que corresponde aos efeitos de sentido nas redes de memória. E, como Tessitura, o funcionamento de sua estrutura enquanto materialidade significativa (forma e plasticidade em relação ao funcionamento).

Estamos tomando Tecedura no entremear de fios do DA e dos gestos de leitura que lhe são possíveis. Há acessos possíveis e outros não. Podemos dizer que o gesto de leitura do DA se dá na Tecedura do processo. É pela Tecedura que se configuram as relações intertextuais, mostradas pela Tessitura da matéria significativa.

Dito de outro modo, o intertexto só é possível porque o interdiscurso lhe oferece tais condições. Ou seja, a memória marca a textualidade por seus pontos de ancoragem, pontos que chamamos de pré-construídos. Ao lidarmos com uma materialidade como a do audiovisual, o deslocamento das noções inter e intradiscursos fizeram-se necessários para que compreendêssemos o funcionamento da matéria significativa em sua imbricação.

O filme significa pela multiplicidade de sua matéria significativa. O que temos é movência de sujeitos e sentidos.

Movimentos de análise

Na dispersão da imagem fílmica vão se formulando, intertextualmente por sua Tessitura, configurações de um gesto de leitura que passa por uma especificidade de interpretação de um lugar marcadamente brasileiro, no entanto balizado por uma Tecedura de imbricações.

Pizzini realiza uma leitura do “*Enigma de Um Dia*” De Chirico por meio de dizeres de outros artistas brasileiros, desde a semana de arte moderna até a contemporaneidade. O cineasta nos propõe um percurso visual por quadros e cenários do/no Brasil, que lêem os espaços representados na imagem pictórica. O filme evoca relações intertextuais e re-significação por meio de uma memória social.

Nesse movimento de sentidos, o que temos é uma Tecedura de uma ordem complexa, uma rede dos gestos de interpretação os quais possuem Tessituras específicas. Se ao considerarmos, por sua vez, a Tessitura como uma rede material com diferentes funcionamentos. Temos para a imagem móvel uma tessitura de natureza plural, policrômica, uma imagem que se constitui de outras. Já, para a imagem fixa, temos uma Tessitura da ordem pictórica.

O artístico no filme é posto em funcionamento na, e pela interseção de imagens e imbricação material. A memória discursiva é mobilizada pelo fazer intertextual já formulado, e, também, pelo possível e não formulado. Esta é a face polissêmica do DA.

Ao tomarmos como *corpus* de análise um objeto tão complexo como este curta metragem, marcamos uma posição de identidade enquanto diferença, sem negar o mesmo (identidade), porém, privilegiando a diferença, a complexidade que envolve os dizeres contemporâneos, abertos e polissêmicos. Ou seja, assumimos a pluralidade de discursos e seus diferentes funcionamentos, em sua imbricação material.

O traço mais interessante do filme *Enigma de um dia* é que, mesmo que não tomemos conhecimento dos intertextos expostos pelo movimento de paráfrase, ainda assim somos pegos pelo jogo polissêmico do DA e estamos à mercê da errância dos sentidos que as imagens instalam. Diferentes olhares instalam diferentes gestos de leitura determinados pelas condições de produção e projeções sensíveis socialmente marcadas. Como projeções sensíveis, compreendemos o processo da experiência estética, sendo este não apenas como fenômenos, mas, da perspectiva discursiva, trata-se de uma inscrição e sujeitos marcada histórica, social e ideologicamente.

O DA é circunscrito pelo poético e pelo estético e neles se estabelecem as fronteiras do poético e do estético. Tal instalação só é possível pelo jogo

Tessitura e Tecedura. A tessitura operando no nível da formulação significativa do artístico, sendo que a especificidade do DA se dá pela significação sensível (estesia), que por sua vez é determinada pela história. É por meio dessa relação que algumas projeções sensíveis são possíveis e outras não. Pela inscrição de sujeitos e discursos em sua TECEDURA.

Assim, o DA tem um funcionamento que produz estesias a partir da configuração de diferentes significantes. O artístico, portanto, irrompe no sujeito projeções sensíveis marcadas pela história. É nesse processo que sentidos são mobilizados pela memória discursiva. É o lugar da Tecedura. Podemos dizer, ainda, que a tessitura opera pelo intradiscorso e a tecedura pelo interdiscorso, enquanto instância material no batimento estrutura e acontecimento. É mobilizando tais conceitos que compreendemos os modos de funcionamento dos dizeres artísticos.

Se, por um lado, temos a instância do poético e do estético e, por conseqüência, do poiético e do estésico, na inscrição do artístico, por outro lado, no escopo teórico-analítico da AD, temos as noções de intra e interdiscorso e suas mobilizações. É nesse batimento que temos é um terreno fértil para pensar em ferramentas propícias para a análise discursiva do DA em suas múltiplas materialidades. Para tanto, é preciso que façamos certos deslocamentos das noções disponíveis em seus respectivos dispositivos.

As noções de Tessitura e Tecedura nos parecem profícuas para a análise de materialidades inscritas no artístico, sendo elas de múltiplas formas significantes. Trata-se de um deslocamento necessário e conseqüente frente à postura teórica e metodológica da AD e à imbricação material da arte. Assim, operando com a noção de Tessitura, é possível olharmos para a estrutura da linguagem própria do corpus de análise. E, operando com a noção de Tecedura, presentificamos que a materialidade significativa não é formada apenas por elementos isolados (o que é som, o que é palavra, o que é imagem, etc.), mas pela rede de filiações de memória. Pela memória discursiva.

Diferentes linguagens operam diferentemente sua estrutura significativa. Uma imagem funciona diferentemente de um texto verbal, e ainda, uma imagem móvel funciona diferentemente de uma imagem fixa. Não se trata apenas do intradiscorso ou de poiética, mas de uma imbricação dessas noções

frente a sua natureza material tomada de uma perspectiva discursiva. Os sentidos sempre podem ser outro.

A noção de Tecedura funciona na relação com a Tessitura. É esta relação que mobiliza memórias, repertórios e, conseqüentemente realiza inscrições. Trata-se do entremear material do DA, que por um lado precisa pensar em funcionamentos específicos para cada significante e, ao mesmo tempo, potencializa uma rede de memórias porque permite atravessamentos e provoca projeções sensíveis. Ou seja, mobiliza polissemicamente dizeres de outra ordem, mas só pode fazê-lo pelo movimento parafrástico oferecido pela Tessitura. Ou seja, a Tecedura olha para o intra, para a matéria e lança-se para o inter, para a memória. Considera a *poiésis* e move-se pelo *estésico* e, de alguma forma, tenta se inscrever no estético por meio da sua poética. Podemos dizer que esse é o complexo processo de inscrição/produção que chamamos de “processo criativo”. Ao nos dedicarmos a compreensão do artístico a partir de uma perspectiva discursiva, compreendemos o processo criativo e o processo discursivo como constitutivos. A noção de processo para a AD é muito importante, já que contamos com a desestabilização de sujeitos e sentidos em constituição.

Foi pensando neste funcionamento que perseguimos o itinerário do Vigia – o protagonista do filme - na tentativa de traçar o nosso próprio. Nos itinerários o que temos é o espaço e a incompletude. Ao retirar do filme, logo nas primeiras cenas, a narrativa verbal, o cineasta nos propõe uma narrativa visual, deslocando-nos. Desse maneira nos coloca em outra posição de interpretação, que tem na imagem e não mais na palavra seu recorte de memória. Na imagem? No som? Na gestualidade? No movimento.

Nesse “pôr-se em movimento”, o vídeo provoca e evoca movimentos de intertextualidade e de interdiscursividade, entre imagens fílmicas e imagens artísticas de filiação pictórica. O espectador (nós) está “às voltas” com os sentidos que as imagens provocam e desestabilizam.

Esse jogo polissêmico, próprio do DA, põe e dispõe do curso e intercursos dos sentidos. Somos arremessados ao espaço de incompletude, podendo sempre o sentido ser *outro*. O jogo instala-se. E, em seu jogo polissêmico, o filme vai nos mostrando, que de fato, os “*sentidos não tem*

donos”, como nos ensina Orlandi. E, ainda segundo ela, estamos “condenados a significar”.

É pelo olhar que, ao mesmo tempo que filme se desvela ele se torna ainda mais opaco. Tal movimento reforça não apenas sua inscrição como produção visual, mas, principalmente, seu lugar de dizer, de produção de sentido no DA. Ao jogar com a memória do nosso olhar, o vídeo nos propõe um passeio imagético – estético – poético que funciona por meio de uma poética particular produzindo estesias sempre à deriva, provocando-nos projeções sensíveis.

A imobilidade é parafraseada por imagens fílmicas, as quais assumem posições “fixas” sob o efeito do olhar. A mobilidade, por sua vez, vai nos envolvendo no jogo polissêmico e nos enredando nos fios do discurso, exigindo de nós um repertório visual a fim de que apreendamos alguns dos efeitos de sentido que circulam na tela. Memórias pictórica, fílmica e fotográfica são mobilizadas em meio à tecedura de discursos. Dizeres que significam por Tessituras específicas, marcadas, como por exemplo, na relação imagem metafísica e sonoplastica pela música de inscrição metafísica. Tais características estéticas textualizam a cena fílmica.

Como a AD nos ensina, para que algo faça sentido é preciso que já tenha sentido, e, os mesmos precisam ressoar dentre as possibilidades de significar. Neste caso, só é possível evocar as imagens exteriores pelas relações da memória discursiva que circulam a partir da visualização das imagens e da tessitura da imagem fílmica. Ou seja, é pela tessitura que somos lançados à tecedura.

A imagem fílmica, ao mesmo tempo em que convoca, desloca e mobiliza a imagem pictórica pelas próprias condições de produção, mediadas pela tecnologia e intervenção maquínica. Isso produz o efeito de seu auto-reproduzir no tempo e no espaço. Permite várias formulações imagéticas em uma só. Temos diferentes imagens pictóricas significando em uma mesma imagem fílmica.

É importante lembrar que a qualidade de reprodução está arraigada à própria história do cinema. Para reafirmar as palavras de Metz (2006, p.114), “Antes de ser o meio de expressão que conhecemos, foi um simples processo mecânico de registro, de conservação e de reprodução dos espetáculos visuais

móveis”, ou ainda, de outras imagens. É nessa medida que essa relação imagem memória é tecida, pelas próprias condições de produção, as quais se dispõem da/na linguagem fílmica em sua imbricação material.

O filme de Pizzini estreita essa relação no momento em que põe em questão a relação imagem fixa e móvel na e pela arte. Ou seja, ele se inscreve e é circunscrito no/pelo DA, pois mobiliza, pela imagem fílmica, memórias da imagem pictórica inscritas no DA. Por outro lado, lança mão de cenários cotidiano, tanto da realidade urbana, quanto do campo. Dessa maneira textualiza-se no filme um funcionamento não linear.

O caráter intertextual se apresenta nos recortes das imagens pelo movimento de paráfrase e de sua policromia (imagens que significam por imagens). As formas são parafraseadas no texto-imagem, ora por um detalhe na composição, ora por um movimento de câmera, ora por uma sobreposição de imagens. Mas, o movimentar-se da câmera, a gestualidade, a sonoridade, o corte o entremear de *frames*, provocam deslizamentos e a polissemia do artístico se instala. Esse funcionamento é a especificidade e a singularidade da materialidade fílmica em sua imbricação.

IN Conclusões

Circundar os efeitos de paráfrase no funcionamento ou funcionamentos do DA é, por um lado, buscar o rememorado, o dito de outro lugar, o já-lá e tocar o interdiscursivo. Ao mesmo tempo, aquilo que vale, é o que nos escapa.

Ficamos sem resolver o “Enigma”. Felizmente. Pois, esse é acontecimento próprio da arte. Ao dizer “tudo” sobre, a dissolvemos. Sabemos que discursivamente não há como “dizer tudo”, o que temos são efeitos de fechamento, como nos ensina Gallo (2008). Mas ao tratar-se de dizeres repletos de incompletude, como os dizeres da Arte. O que nos resta é a polissemia.

É no efeito da polissemia que a fruição se especializa. São as frestas que mobilizam as estratégias de significação. O estranhamento é a especificidade da arte. E é no deslocamento que a tessitura se inscreve e reclama a tecedura.

A estética contemporânea oferece a possibilidade da leitura de uma obra pela outra, e aí, temos dois movimentos:

- O primeiro movimento que conhecemos por re-leitura, habita a paráfrase, funcionamento este que se dá especificamente ao se percorrer a tessitura, ou seja, ao se estabelecer filiação na e pela matéria significante;

- O segundo movimento se dá quando o funcionamento extrapola as fronteiras da materialidade física, ou melhor, se dá na imbricação material (histórica). É esta imbricação material que nos coloca nas teias do discurso, na sua Tecedura.

A Tessitura fílmica de *Enigma de Um Dia* é marcada por diferentes compassos. Esses compassos são recortados pela tematização de diferentes elementos da pintura de De Chirico: o trem; - o espaço; - as construções; - a estátua; - a torre.

É possível observar mudanças rítmicas (gestuais, sonoras e visuais) a cada novo elemento apresentado. Figuras fílmicas, pictóricas e musicais, misturam-se tal como se misturam imagens em um quadro surrealista: a estátua se transmuta em pessoa, o trem em bicicleta, trilhos em fios de luz... E, é por esta Tessitura de mestiçagens que somos levados ao plano interdiscursivo, à Tecedura. Um funcionamento de imbricação material.

A estética cinematográfica reforça a inscrição do filme no cinema de poesia e marca sua poiética. Essa Tessitura de funcionamento singular nos “joga” à Tecedura polissêmica do artístico, uma memória que funciona pela forma lúdica. Esta forma lúdica é mediada pelo estético e pelo poético produzindo, assim, estesias: as projeções sensíveis dos sujeitos determinadas sócio-histórica e ideologicamente. Esse é o funcionamento próprio do DA.

Os “espaços” e “figuras” tematizados no quadro italiano passam para a forma fílmica, marcados por uma inscrição de espaços e dizeres brasileiros: - a cidade de São Paulo (MASP, Estação da Luz, ruas centrais, a Chapada com seus sons de aves típicas da região); - as obras de arte brasileiras (Tarsila, Volpi, Iberê, Regina Silveira e tantos outros). É dessa forma que o cineasta nos

mostra o quanto esta memória é marcada na diferença, e o dizer não advém de um espaço único de significação.

Essa configuração do filme é reforçada pelo funcionamento do DA em suas características poéticas e estéticas. Reforçadas, também, pela inscrição no gênero de cinema de poesia. O filme de Pizzini que por ora analisamos, ao romper com uma narrativa linear, afirma seu espaço de inscrição e seu funcionamento no/pelo DA.

Não podemos nos furtar, em nossas in-conclusões, de lembrar o que o *Mestre Pêcheux* nos diz a respeito da produção estética: “a ideologia da criação e a re-criação pela leitura – correlativa da criação – encontram, também elas, sua origem naquilo que chamamos de ‘forma-sujeito’, mascarando a materialidade da *produção estética*” (1997, p.169).

Acreditamos que essa forma-histórica seja a forma-histórica marcada pelo projeto de “Passagens” do homem moderno/contemporâneo. Assim, podemos afirmar que a imbricação material, quando mobilizada pelas projeções sensíveis, é o acontecimento próprio do DA.

A interpelação do filme convoca olhares. Deslineariza. Uma leitura que convoca o equívoco da interpretação, pois ao trabalhar uma imagem móvel se produzem efeitos de dinamizar, alargar e reter o tempo na circunstância da tomada. Temos uma multiplicidade de matéria significante que a Arte nos oferece. Tal multiplicidade nos permite afirmar que é por uma variação (ludicidade/polissemia) na Tessitura, que a Tecedura se entrelaça em uma rede de filiação. É por meio desse processo que irrompem as possíveis formulações do artístico. Este é o funcionamento, complexo, intrincado e intrigante do DA

REFERÊNCIAS

GALLO, Solange Leda. **Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva.** (1995) Blumenau SC, Ed. Nova Letra, 2008.

LAGAZZI, Suzy **Pontos de Parada na Discursividade social: alternância e janelas** in: Morello, Rosângela (org.) *Giros na Cidade: materialidade do espaço*. Campinas: LABEURB/NUDECRI – UNICAMP, 2004.

____. **A Contradição no Funcionamento das Discursividades Contemporâneas** http://www.discurso.ufrgs.br/sead/prog/s5_Suzy.pdf disponível em 13 novembro Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2009

LAMAS, Nadjá de Carvalho (org.) **Arte Contemporânea em questão**. Joinville, SC: Ed. UNIVILLE/Instituto Schwanke, 2007.

METZ, Christian. **A significação no cinema**. Tradução Jean-Claude Bernadet. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006.

NECKEL, Nádía Régia Maffi **Do Discurso Artístico à percepção de diferentes processos discursivos**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Ciências da Linguagem – Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

____. **Tessitura e Tecedura: Movimentos de compreensão do Discurso Artístico no audiovisual**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2010.

ORLANDI Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas – SP: Pontes, 1987.

____. **As formas do silêncio, no movimento dos sentidos**. 4ª edição Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

____. **Efeitos do verbal sobre o não verbal**. Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade) Nº. 01 – Unicamp – Campinas, SP, 1995.

____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis -RJ: Vozes, 2004.

____. **Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico.** Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade) Nº. 04 – Unicamp-Nudecri – Campinas, SP, 1998.

PÊCHEUX, Michel; DAVALLON, Jean. ACHARD, Pierre. DURRAND Jacques. ORLANDI Eni. **Papel de Memória.** Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Puccinelli Orlandi Campinas SP: Unicamp (1988), 1997.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de Souza **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação** in Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp) n º 7 NUDECRI – Campinas, SP: Unicamp, março 2001

**NEGOCIAÇÃO INTERSUBJETIVA E ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DAS
ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO EM EDITORIAIS DA IMPRENSA
PAULISTANA DE BAIRRO**

**INTERSUBJECTIVE NEGOTIATION AND ARGUMENTATION: A STUDY OF
PERSUASION STRATEGIES IN SÃO PAULO CITY'S DISTRICT
NEWSPAPERS**

Paulo Roberto Gonçalves (USP)

paulosegundo@uol.com.br

Resumo: A imprensa paulistana de bairro consiste na maior imprensa local do país, assumindo um papel de relativa importância na intermediação entre os interesses da comunidade regional e os agentes sociais de poder político e decisório, ligados às diversas subprefeituras da capital. Nessa perspectiva, por meio do editorial, gênero discursivo preferencial para denunciar uma dada realidade, a voz autoral exorta a comunidade a mobilizar-se no sentido de reverter a situação-problema constituída, propondo soluções para tal. Como corolário, muitos desses textos primam pela construção de vínculos de identificação, compartilhamento de experiências e mesmo intimidade como modos de constituição da autoridade discursiva, processo estreitamente relacionado à orientação persuasiva dos textos. Assumindo como base os pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), da Teoria da Avaliatividade (MARTIN & WHITE, 2005) e do quadro crítico-discursivo de Norman Fairclough (2007), este trabalho propõe analisar um conjunto de editoriais exortativos da imprensa local paulistana, focando na funcionalidade dos recursos de envolvimento e avaliatividade para a construção de tipos específicos e tradicionais de autoridade e legitimidade discursiva, atentando para o papel que esse processo ocupa no desenvolvimento da atividade potencial de *levar* o consumidor textual a *agir* na sua realidade prática.

Palavras-chave: jornal de bairro; editorial; negociação intersubjetiva; persuasão; autoridade discursiva.

Abstract: São Paulo city's local press is the largest of the country, thus assuming a role of relative importance in the intermediation of the target community interests and the social institutions responsible for regional political decisions. Therefore, it's thorough the editorial, the preferential genre oriented towards denouncing a given reality, that the editorialist exhorts the community to mobilize itself in order to revert the construed problem situation, offering solutions for it. Hence, many of these texts focus on the construal of identification bonds, of shared experiences and even intimacy between writer and reader as ways of constituting discursive authority, a process intrinsically linked to the persuasive orientation of texts. Based on the theoretical framework of the Systemic-Functional Grammar (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), the Appraisal Theory (MARTIN & WHITE, 2005) and Fairclough (2007) critical discursive approach of language use, this work aims to analyze a set of exhortative editorials from São Paulo city's local newspapers in order to examine the functionality of involvement and appraisal patterns in the configuration of specific types of discursive authority and legitimacy, focusing on the role that this process occupies on the development of the potential activity of *making* the textual consumer *act* in the practical reality.

Keywords: local newspaper; editorial; intersubjective negotiation; persuasion; discursive authority.

Introdução

Convencer e persuadir consistem em atividades discursivas fundamentais no que se refere ao processo de negociação intersubjetiva que transcorre em cada interação humana. Tanto em contextos institucionais quanto cotidianos, os atores sociais valem-se de estratégias diversificadas que visam tanto a levar o outro a crer em dada representação de mundo ou avaliação da realidade quanto a instá-lo a agir segundo aquilo que se julga pertinente, adequado e/ou válido.

Nesse sentido, a argumentatividade pode ser considerada uma propriedade constitutiva da linguagem humana e, por essa razão, a língua deve fornecer recursos que permitam atualizar meios de construir autoridade, credibilidade, solidariedade, intimidade e poder de modo a propiciar aos atores

sociais potenciais de significação capazes de estabelecer diferentes níveis hierárquicos de posicionamento intersubjetivo entre produção e consumo textual, favorecendo atitudes de *convencimento* (*levar a crer*), por um lado, e *persuasão* (*levar a fazer*), por outro.

Entendendo negociação intersubjetiva como um processo de construção da significação acional, responsável pela correlação linguístico-discursiva dos posicionamentos discursivo-sociais dos indivíduos em interação, o objetivo deste artigo é analisar de que maneira a rede de recursos de envolvimento e atitude, inerentes às opções linguísticas da metafunção interpessoal (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), possibilitam aos atores sociais construir credibilidade e autoridade, construtos sociossemióticos associados aos princípios de poder e solidariedade, necessários para *poder levar o outro a agir*, segundo o projeto autoral. Tal proposta será aplicada a um conjunto de três editoriais de caráter *exortativo*, publicados na primeira década do século XXI, em dois periódicos da imprensa paulistana de bairro.

O presente artigo compõe-se de três partes. A primeira apresentará uma visão acerca da metafunção interpessoal, a partir de uma perspectiva sistêmico-funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004; MARTIN & WHITE, 2005). Na sequência, os subsistemas de envolvimento e atitude, orientados para a construção discursiva, serão sinteticamente expostos e, por fim, a terceira parte abarcará a análise propriamente dita do *corpus*, buscando relacionar padrões linguísticos a estratégias persuasivas.

1. A metafunção interpessoal em uma perspectiva sistêmico-funcional

A metafunção interpessoal da linguagem refere-se à potencialidade linguística envolvida na negociação da intersubjetividade entre os atores sociais engajados em um evento discursivo. Assim, o interpessoal abrange uma rede de recursos linguísticos de caráter semântico-discursivo e, por conseguinte, léxico-gramatical e fonético-fonológico, capaz de, por um lado, prover aos falantes/escritores ferramentas semióticas para construir sua identidade pessoal e coletiva, e, por outro, munir os produtores de diferentes meios de formatar seu posicionamento discursivo-social perante os outros atores sociais em interação, o que confere ao interpessoal duas dimensões: uma, de caráter identitário; outra, de caráter relacional (FAIRCLOUGH, 1997).

Assim, o interpessoal⁹⁶ assume papel privilegiado na construção de significados acionais e identitários, tendo em vista que seus recursos atuam diretamente tanto na formação do *estilo*, ou seja, do *modo de ser discursivo* de cada ator social, quanto na configuração do seu *modo de agir*, ou seja, dos gêneros, atos de fala e estratégias retóricas.

Por conseguinte, o termo-chave para a compreensão do interpessoal é *negociação*. *Negociar* implica um intercâmbio de *valores*; implica dar, demandar, receber, rejeitar. Concerne a um agir sobre o outro e sobre si mesmo na construção de uma (inter)subjetividade que é demandada ou oferecida nas diversas formas de interação a que os indivíduos se encontram engajados na vida cotidiana e institucional.

Martin e White (2005) ressaltam que a abordagem se relaciona diretamente à análise da presença subjetiva dos atores sociais nos textos. Esse fazer-se presente não é aleatório nem secundário no ato linguístico. Todo ato linguístico apresenta marcas subjetivas relativas a quem o enuncia, com maior ou menor comprometimento, com maior ou menor exposição de seus traços identitários, com graus variados de estabelecimento de poder e solidariedade, revelando, em diversas intensidades, aspectos da construção discursiva da autoridade, da intimidade e da credibilidade entre os atores sociais. Em consequência disso, o ato linguístico deve ser, de fato, concebido como um *iterato*, em consonância com Halliday e Matthiessen (2004, p. 107).

A metafunção interpessoal recodifica as opções de três grandes sistemas semântico-discursivos, expostos na sequência:

1. *negociação*, englobando as noções de intercâmbio e função discursiva (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004);
2. *avaliatividade* (ou *valoração*), abarcando as categorias de atitude, engajamento e gradação (MARTIN e WHITE, 2005);
3. *envolvimento*, levando em consideração os eixos de vinculação e captação, segundo proposta desenvolvida por este pesquisador.

⁹⁶ A perspectiva sistêmico-funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004) propõe que as línguas naturais realizam duas atividades fundamentais: 1. construir a experiência de mundo dos atores sociais; e 2. estabelecer relações sociais. Tais atividades correspondem às metafunções *ideacional* e *interpessoal*, respectivamente. A terceira metafunção proposta, a *textual*, consiste naquela que permite concatenar os significados das duas primeiras em fluxos comunicativos organizados, coesos e coerentes.

Todos esses sistemas semântico-discursivos apresentam uma estruturação prosódica, que permite justificar sua pertinência à metafunção em questão. Tal caráter prosódico diz respeito ao fato de os significados interpessoais se espalharem pelos enunciados, assumindo um efeito cumulativo, assim como a prosódia se espalha por diversos segmentos fonético-fonológicos.

Martin e White (2005) definem esse efeito prosódico a partir de três tipos de realização: *saturação*, *intensificação* e *dominação*.

A *saturação* refere-se à possibilidade de um recurso interpessoal poder manifestar-se em várias posições no enunciado, de modo reiterado ou não, em analogia ao fenômeno de harmonia vocálica.

A *intensificação*, por outro lado, diz respeito à possibilidade de amplificação — por repetição, por exemplo — de um significado interpessoal.

A *dominação*, por sua vez, concerne ao fato de os significados interpessoais poderem se associar a outros significados sob seu escopo, dominando o enunciado.

No entanto, defende-se que haja uma quarta categoria prosódica imprescindível para uma compreensão mais acurada do interpessoal — a *contaminação*. Trata-se de um processo similar ao que se denomina assimilação em Fonética-Fonologia. Um recurso interpessoal é capaz de contaminar os significados de outros recursos interpessoais, de forma a diminuir ou aumentar-lhes a carga subjetiva, reduzir ou ampliar o comprometimento autoral, direcionando, nesse processo, o consumidor textual para um ou outro posicionamento intersubjetivo.

Isso posto, a próxima seção apresentará as noções de *envolvimento* e *atitude*, a partir das quais serão realizadas as análises concernentes às estratégias persuasivas dos editoriais da imprensa paulistana de bairro.

2. O envolvimento e a atitude como recursos de negociação intersubjetiva

Envolvimento e *atitude* consistem em redes de opções sistêmicas a que os atores sociais têm acesso a partir da língua — ou de outros sistemas sociossemióticos — como meios de construir relações sociais e identidade em seu processo de integração social. Nesse sentido, suas categorias devem levar em consideração a diversidade cultural e social e prever a possibilidade de

concatenação e padronização de determinados recursos como formas tradicionais de se construir poder e solidariedade nas diversas práticas em que os atores sociais se encontram envolvidos.

Nessa perspectiva, pode-se definir *envolvimento* como um sistema de recursos linguísticos e discursivos que permite criar solidariedade e identificação social, a partir da captação do consumidor textual e de sua vinculação às posições valorativas e às representações textuais por meio de estratégias linguísticas que atualizam proximidade, familiaridade, pessoalidade, destaque e novidade.

Subdivide-se em dois grandes subsistemas: a *vinculação* e a *captação*. O primeiro diz respeito às opções do potencial de significado da língua que permitem à voz autoral solidarizar-se com o consumidor textual, por meio da construção de graus variados de intimidade e/ou identificação. O segundo, por sua vez, refere-se aos meios que possibilitam à voz autoral destacar suas posições valorativas e representações, de modo a facilitar o processo de entendimento e chamar a atenção do leitor/ouvinte para o texto e para o ator social que o produz.

No entanto, deve-se ressaltar que há recursos de envolvimento que instanciam, simultaneamente, vinculação e captação, de modo que os dois subsistemas devem ser compreendidos como um *continuum*. Na sequência, apresenta-se, sinteticamente, a proposta, que não pretende ser exaustiva:

Vinculação (V)

Captação (C)

V1 Compartilhamento	V2 Coletivização	V3 Pessoalização	VC4 Narrativas Pessoais	CV4 Narrativas	C3 Novidade	C2 Presença	C1 Contra-prototipicidade
--------------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	--	---------------------------------	------------------------------	------------------------------	--

V1. *Compartilhamento*: trata-se da rede de recursos linguísticos e discursivos que constroem pressupostos e posições valorativas comuns entre a voz autoral e o leitor/ouvinte. Assim, ela está relacionada ao fundo

heteroglóssico tido como comum e partilhado entre produtor e consumidor textuais em termos axiológicos. Destacam-se os *pressupostos* e seus *marcadores* como principais recursos.

De modo geral, quanto mais posições e representações complacentes são construídas como dadas, maior se torna a sensação de conhecimento mútuo e intimidade, o que colabora para o reconhecimento da voz autoral como uma *autoridade*.

V2. *Coletivização*: diz respeito às opções do sistema linguístico que possibilitam à voz autoral construir corresponsabilidade e covalidação a suas representações e posições valorativas, evitando isolar-se em seus posicionamentos, o que cria identificação com os consumidores textuais. A *coletivização* manifesta-se, principalmente, pelo uso do pronome pessoal de primeira do plural — *nós* e *a gente*. Há três principais campos de abrangência semântica da primeira do plural — *nós exclusivo*, *inclusivo* e *genérico* —, em crescente de abrangência, embora seja a forma *inclusiva* a que pareça constituir-se na mais forte em termos de envolvimento.

V3. *Pessoalização*: refere-se à rede de recursos que constrói os enunciados de modo a torná-los mais pessoais e/ou emotivos, atribuindo à voz autoral e às suas posições valorativas um maior realce no evento discursivo. Trata-se de formas de instauração de envolvimento, na medida em que a emotividade e a expressão explícita da subjetividade pessoal sinalizam intimidade e intensificam a credibilidade — elementos relacionados à *contração* e à *proliferação*, inerentes à solidariedade, conforme proposto por Poynton (1985)⁹⁷.

C1: *Contra-prototipicidade*: abrange atualização de recursos prototípicos de uma das modalidades concepcionais — escrituralidade ou oralidade (OESTERREICHER, 1996) — em textos que estão associados, de modo mais direto, à outra modalidade. Em geral, o efeito é mais forte quando recursos de oralidade concepcional são instanciados em textos que se situam no polo da distância comunicativa, como é o caso, via de regra, dos editoriais.

⁹⁷ Poynton (1985) refere-se à *contração* como um princípio de solidariedade a partir do qual a quantidade disponível de significados a serem potencialmente intercambiados encontra-se em função da proximidade que se estabelece com alguém. Já a *proliferação* diz respeito ao trabalho necessário para se negociar significados, de modo que quanto melhor se conhece alguém, menos se necessita explicitar os significados para que eles sejam compreendidos.

C2: *Presença*: concerne à rede de recursos linguísticos e discursivos que visam a tornar presentes para o consumidor textual determinadas posições valorativas e representações, buscando, em geral, efeitos retóricos.

Segundo Reboul (2004), a figura constitui-se em um recurso que permite uma expressão livre — já que não se é obrigado a utilizá-la para comunicar-se — e codificada — tendo em vista que cada uma possui uma estrutura conhecida, repetível e transmissível. Seu fim é retórico e, segundo o autor, está estreitamente ligada ao *pathos*, ou seja, à manipulação dos valores, crenças, sentimentos e posições do público-consumidor ou auditório.

Tannen (2007) também partilha dessa concepção e propõe a análise das figuras como fortes componentes do envolvimento. Para a autora, toda forma de linguagem poética pode ser concebida como recurso de envolvimento, abrangendo as possibilidades gráficas, fônicas, sintáticas e semânticas.

C3: *Novidade*: abarca os recursos linguístico-discursivos atualizados pela voz autoral no sentido de reforçar o grau de novidade e/ou urgência de determinada proposta ou proposição. Integram tal categoria as formulações adversativas e concessivas, além de formas adverbiais que denotam novidade ou urgência, como os dêiticos *agora*, *aqui*, *já*, dentre outros.

VC4/CV4: as categorias híbridas são representadas pelas narrativas. Segundo Moita Lopes (2002), as narrativas constituem-se em instrumentos utilizados pelos indivíduos para atribuir sentido ao mundo e, nessa perspectiva, assumem um funcionamento hermenêutico. Narrativas pessoais, em especial, tornam-se meios refratários das concepções de mundo e posições valorativas dos narradores. Desse modo, os conhecimentos que se constroem sobre a vida social são, na verdade, marcados pela ação dos atores sociais nas histórias vividas, ouvidas e contadas pelos indivíduos. Em consequência disso, as histórias criam um sentido de pertencimento e de solidariedade a um determinado grupo, o que permite entendê-las como fortes recursos de envolvimento.

A diferença essencial entre narrativas pessoais (VC4) e narrativas sobre terceiros (CV4) reside na dominância da captação ou da vinculação. Em geral, narrativas pessoais apresentam dominância de vinculação, possibilitando uma identificação maior dos consumidores textuais em relação às posições valorativas e às representações do narrador e sua pessoa, de modo que este

se constitui em uma autoridade por exemplo. Em narrativas não biográficas, predomina a captação sobre a vinculação, na medida em que a autoridade é construída sobre um julgamento acerca do conhecimento/saber do narrador.

A *atitude*, por sua vez, consiste em um dos subsistemas da *avaliatividade*. Martin & White (2005) referem-se à atitude como uma dimensão do interpessoal que recobre o posicionamento valorativo dos atores sociais no que tange a três esferas de avaliação humana — o emocional, o comportamental e o estético, que instanciam, respectivamente, valores de *afeto*, *julgamento* e *apreciação*.

Afetos envolvem, por regra, um participante consciente, sobre o qual repousa a validade modal da atitude. Além disso, também abarcam, usualmente, um fenômeno responsável pela ativação da emoção, denominado *gatilho*.

Eles podem ser tidos como *positivos* ou *negativos*, tomando, como referência, o senso comum ou dada representação/ideologia que cerceia um determinado discurso. Ademais, atualizam possibilidades de gradação em *continuum*, assim como todos os outros componentes atitudinais. São subcategorizados nos eixos de *inclinação*, *felicidade*, *segurança* e *satisfação*.

Os *julgamentos*, por sua vez, dizem respeito às avaliações de caráter comportamental, relativas aos diversos modos de agir dos atores sociais. Em geral, associam-se a valores aos quais o senso comum se refere como inerentes ao caráter ou à personalidade de um indivíduo.

Julgamentos baseiam-se em regras, convenções e regulamentos sociais e, portanto, são originários das diferentes representações oriundas das diversas comunidades discursivas. Subdividem-se em duas grandes categorias — a *estima social* e a *sanção social*.

As avaliações de *estima social* relacionam-se a valores compartilhados pelos indivíduos em sua integração plural e multicafejada a diversas redes sociais e instituições, responsáveis por criar hierarquias de comportamentos práticos desejáveis e indesejáveis. Trata-se, portanto, de valores que integram o processo mais básico de integração social e são regulados por meio da cultura oral, do convívio mais íntimo, estando mais estreitamente ligados a comportamentos não passíveis de punição, mas sim, de admiração,

estranhamento, menosprezo ou reconhecimento. São subdivididos em três categorias: *normalidade*, *capacidade* e *tenacidade*.

A *sanção social*, por outro lado, abarca avaliações usualmente codificadas pela cultura da escrituralidade, por meio de decretos, regras, regulamentos e leis, responsáveis pela vigilância da sociedade por meio de instituições que possuem, em geral, poder coercitivo ou simbólico fortemente marcados, como o Estado e as Igrejas. Nesse sentido, os valores compartilhados relacionam-se às obrigações morais e éticas, à cidadania e à filiação institucional (religiosa, por exemplo). Por essas razões, os julgamentos de *sanção social* implicam atitudes não de admiração ou estranhamento, mas sim, de louvor/destaque ou condenação/recriminação. São subdivididos em duas categorias: *honestidade* e *propriedade (ética)*.

Por fim, as *apreciações* constroem avaliações, em geral, de caráter estético ou de valor social. Incidem sobre fenômenos semióticos ou naturais, de acordo com os valores de determinado campo. Nesse sentido, envolvem critérios e parâmetros, diferente das regras e leis que governam os *julgamentos*.

São subcategorizadas em três grandes grupos:

1. *Reação*: avaliação estética baseada na afeição emotiva ou desiderativa, destituída de um gatilho emocional. Trata-se da construção discursiva de uma propriedade intrínseca a determinado objeto ou processo. Em termos de afeição emotiva, tem-se as *apreciações* de *impacto* — *fascinante*, *dramático*, *intenso*, *sensacional*, *entediante*, *monótono* — e, na desiderativa, as de *qualidade* — *bom*, *esplêndido*, *chamativo*, *feio*, *repulsivo*.

2. *Composição*: avaliação estética relacionada à percepção e à organização. Subdivide-se em duas categorias: *equilíbrio* — *simétrico*, *lógico*, *consistente*, *falho*, *contraditório*, *distorcido* — e *complexidade* — *simples*, *elegante*, *claro*, *rico*, *extravagante*, *plano*, *monolítico*.

3. *Valor Social*: avaliação baseada na utilidade, importância, eficácia ou risco para os indivíduos de dada atitude ou de certo fenômeno semiótico ou natural. Relaciona-se, em muitos casos, a *julgamentos* de *propriedade*. Exemplos: *importante*, *original*, *autêntico*, *real*, *útil*, *insignificante*, *comum*, *falso*, *convencional*, *perigoso*.

A próxima seção apresentará de que modo a rede de recursos de *envolvimento* e *atitude* é atualizada nos editoriais da imprensa paulistana de bairro como meios de construir a autoridade e a credibilidade autoral diante da comunidade leitora.

3. Análise do corpus

O editorial da imprensa local paulistana consiste, fundamentalmente, em um gênero discursivo de caráter avaliativo, que problematiza a situação presente, a partir do ponto de vista da instituição, personificada ou não pelo editor do jornal. Em consequência disso, esse gênero atua como um canal de formação de opinião em dada região, exercendo, de modo geral, o papel teleológico de levar o público a crer em alguma representação ou valoração autoral, de modo a alterar a sua perspectiva acerca da realidade mediante uma orientação argumentativa calcada no regional, ou levá-lo a agir em sua localidade, de forma a modificar ou manter as condições sociais que o cercam em campos de atividade nos quais a sua capacidade de mobilização de recursos pode ser significativa para alterar o curso dos acontecimentos.

Ademais, o editorial da imprensa de bairro consiste em um gênero discursivo que legitima sua atividade avaliativa a partir da autoridade constituída no/pelo próprio periódico. Nesse sentido, o *poder dizer* é condicionado à aceitação que o veículo assume na comunidade. Por se tratar de uma mídia local, despida de poder político, econômico ou simbólico que se equipare à grande imprensa, a autoridade do jornal advém da construção discursiva de sua participação na comunidade, de uma leitura complacente de seus leitores como membros de uma coletividade que, representada pelo periódico, tem seus direitos e desejos, como indivíduos e cidadãos, reivindicados e, muitas vezes, garantidos pela atuação do jornal em relação às instâncias de poder decisório.

A motivação envolvida na produção do editorial encontra-se ligada, portanto, à construção discursiva do periódico como agente de formação de opinião, por um lado, e como meio de autopromoção do veículo associado ao cumprimento de um papel de engajamento comunitário, por outro. Assim, a constituição do editorial na imprensa local vincula-se à tradição do gênero na imprensa escrita como um todo, especialmente no que concerne aos periódicos

nacionais, representando, praticamente, um imperativo da mídia atual que, com a ascensão da televisão, do rádio e, mais recentemente da internet, vem se intensificando: a predominância do opinar, avaliar, analisar, formar e arbitrar sobre o informar, descrever e relatar, atividades discursivas mais facilmente operacionalizáveis nos meios de comunicação de transmissão mais imediata, o que não é o caso do jornalismo impresso.

O *corpus* a ser analisado neste artigo é composto por excertos de três editoriais exortativos da imprensa paulistana de bairro. O primeiro deles, intitulado **Hora de mudar**, foi publicado no *Jornal Nosso Bairro*, que circula na Zona Oeste da cidade, na semana de 19 a 25 de agosto de 2006. O trecho sob análise corresponde aos três primeiros parágrafos:

O tempo passou e as coisas mudaram.

Atualmente vivemos um momento de conformismo com a sensação de que não podemos fazer nada para mudar a atual situação política brasileira. Mas na verdade podemos muito. Mais do que pensamos. Mais do que fazemos.

Temos em nossas mãos, o poder do voto — uma força capaz de punir e ao mesmo tempo mudar os processos atuais. Sou convicto deste pensamento contemporâneo e como jornalista contribuo com o meu Brasil.

O editorial em questão tematiza o processo eleitoral do ano de 2006 e busca persuadir o leitor a mudar o presente político brasileiro, por meio do voto consciente, conforme o último parágrafo permite depreender:

O certo é que temos mais do que pensamos e é através deste poder (o voto) que podemos e vamos mudar o presente político brasileiro. Essa é a hora de mudar. Agora e já.

Segundo Longacre (1992), para que um texto seja exortativo, ele deve apresentar uma situação-problema, desenvolver soluções para tal situação e instanciar comandos para que os consumidores textuais ou terceiros possam resolver, na prática, o problema. Além disso, o autor comenta que, para alcançar tal finalidade, a voz autoral deve construir sua autoridade discursivamente a fim de ganhar a adesão do público.

Assim, é nessa tentativa de construção discursiva da autoridade — e da credibilidade — que os recursos interpessoais de envolvimento e atitude podem ser examinados, uma vez que podem compor padrões de construção de tipos distintos de autoridade.

No excerto anterior, é possível depreender uma forte tentativa de vinculação da voz autoral em relação ao público-leitor. O texto é iniciado por duas orações em *modalidade categórica* que constroem um quadro inexorável de mudança, que consistirá em uma premissa para a argumentação do segundo parágrafo.

Note-se que, neste, o editorialista atualiza uma série de recursos de *envolvimento*, associados à *novidade* — *Atualmente* — e à *coletivização*, pelo uso da primeira pessoa do plural genérica, como forma de tanto captar o leitor para a urgência e a necessidade de atenção ao problema, quanto de criar identificação com a comunidade, construindo-se como membro do mesmo grupo a que a comunidade pertence.

Nesse contexto, o valor afetivo *conformismo* é central, visto que ele é instanciado como uma reação emotiva partilhada entre os atores sociais, origem de uma sensação de estagnação política generalizada. O operador argumentativo *mas*, que se segue a tal representação, atua como recurso de *captação* e, nesse sentido, quebra a expectativa do leitor ao propor que há possibilidade para reverter a situação, ou seja, que a comunidade tem capacidade para executar a mudança. Em outros termos, a voz autoral constrói primeiramente um *afeto* coletivizado pressupondo a complacência do leitor para, depois, propor uma saída que só depende da mobilização desse mesmo ator social. Desse modo, o editorialista constrói sua autoridade baseada num papel de *revelador* da própria capacidade de ação do consumidor textual.

No terceiro parágrafo, ele explicita que a solução está no voto e, por meio de uma estrutura de *personalização* — a primeira do singular —, revela alto comprometimento diante da representação proposta e assume, categoricamente, contribuir para o país. Em geral, o uso da primeira pessoa implica uma alta vinculação autoral a uma dada representação ou posição valorativa, de modo que se cria um potencial efeito de credibilidade, dado que se pressupõe que, dificilmente, um indivíduo assumiria a validação de um

enunciado de forma tão intensa se não estivesse, de fato, o corroborando⁹⁸. Tem-se, assim, uma construção de credibilidade por *projeção*.

O excerto abaixo, extraído do editorial **É melhor ir de ônibus**, publicado no *SPNorte*, na semana de 13 a 19 de julho de 2007, expõe uma construção diferenciada de credibilidade e autoridade. Seguem os quatro parágrafos iniciais:

Você pensa que com você não vai acontecer, mas acontece. Quem precisou viajar de avião nos últimos meses, já deve ter passado por diversos dissabores e pensado, muitas vezes, quando não há um oceano no meio do caminho, que é melhor ir de ônibus ou outro veículo, mais confiáveis atualmente, tanto em questão de segurança quanto de pontualidade.

Há tantos responsáveis engolfados em culpar-se reciprocamente que muitas vezes os prejudicados já nem sabem a quem reclamar.

Os “efeitos colaterais” que, mesmo não viajando, afetam outro grupo de pessoas, foram aqueles sofridos pelos moradores próximos aos aeroportos que tiveram, antes que uma liminar proibisse, de agüentar os transtornos causados por pousos e decolagem entre 23:00h e 6:00h. Além do barulho, a poluição prejudicou mais ainda a qualidade de vida dessas pessoas.

E tem gente que fala que o lado positivo é o incentivo para o turismo interno, enquanto viaja para outros países.

A voz autoral inicia o texto por meio de um simulacro de diálogo com o leitor, instanciando um recurso de *personalização* — segunda do singular —, associado à *vinculação*. O operador *mas*, que introduz uma estrutura de *novidade*, atua no sentido de *captar* o leitor para alguma situação excepcional. No caso, trata-se da possibilidade de as viagens de ônibus apresentarem melhor qualidade que as de avião.

Note-se que o editorialista constrói, nesse parágrafo, um conjunto de enunciados que atuam no sentido de prever o que possa ter ocorrido com o consumidor textual, inclusive no que tange a seus pensamentos, de modo a criar um quadro de premissas baseado no compartilhamento não só de

⁹⁸ É óbvio que pode tratar-se de um simulacro de corroboração de representação. Independentemente disso, a análise de fortalecimento da credibilidade não é afetada.

experiências práticas comuns, mas também de valores e expectativas similares.

É relevante verificar, no entanto, que não se trata de uma construção autoritária, visto que a voz autoral matiza suas representações e posições valorativas por meio de formas modais médias — *já deve ter passado e muitas vezes* —, o que bloqueia, de certa maneira, uma potencial leitura resistente associada às atividades de previsão como um todo, especialmente no que tange a valores e afetos do público.

Repare-se que o trecho é permeado por um tom irônico voltado diretamente para os responsáveis pelos aeroportos, atualizando estruturas de *contra-prototipicidade*, uma vez que instauram marcas de oralidade concepcional em um texto, em princípio, associado à distância comunicativa, como se pode depreender do segundo e do quarto parágrafos.

O humor que se pode verificar no quarto parágrafo, especialmente, dada a associação contraditória entre os agentes sociais que valorizam o turismo interno enquanto realizam, na prática, turismo externo, colabora ainda mais para o quadro de envolvimento, uma vez que o humor pode atuar como forte recurso de *captação*, ligado à *presença*. No caso, a *presença* é ainda intensificada pelo efeito retórico do recurso de humor, que permite depreender uma incompatibilidade entre o discurso e a prática de tais atores sociais não identificados, o que fortalece o ponto de vista autoral e enfraquece, em termos argumentativos, as potenciais posições contrárias às autorais, que pudessem visualizar algo de positivo na crise aérea.

Nesse sentido, a autoridade é construída, nesse texto, a partir de uma gama de recursos que privilegiam a *captação*, chamando atenção do leitor para a construção textual, especialmente pelo *humor*, de modo que as contradições textualizadas acerca da crise aérea e da inércia governamental na sua resolução fiquem expostas. Como forma de *vinculação*, o editorialista opta pela *pessoalização*, invocando a segunda do singular, em um simulacro de diálogo, que constrói um efeito de *projeção* do leitor no que tange às representações instanciadas, dramatizando a cena que se configura. Tem-se, portanto, uma autoridade que se constitui como agente de *denúncia* e *revelação* acerca da realidade social circundante.

O próximo excerto integra o editorial **Saudade é para lembrar**, de temática cotidiana, que aborda a sensação afetiva denominada *saudade*, devido ao falecimento do ator Raul Cortez e o batismo de uma escola local com o nome do artista. Neste texto, a voz autoral incita a comunidade leitora a viver esse sentimento, conforme o segmento final permite notar. Segue abaixo o excerto, composto pelos três primeiros parágrafos e pela conclusão:

Saudade é um sentimento? É um pensamento? Uma lembrança? Não sei, mas sei que dói e dói muito... Quem nunca sentiu uma saudadezinha? Todo ser humano que “vive” sente saudades, não importa do que ou de quem, mas sente... No fundinho, sempre sentimos. Não importa, ela está lá, sempre presente...

Muitas vezes, ouço pessoas falarem de um determinado assunto ou pessoa com saudade, o que particularmente acho maravilhoso, mas também ouço pessoas falarem de pessoas e assunto pensando que têm saudades, mas na verdade não vejo como saudade, mas sim uma vontade de voltar ao tempo para poder mudar uma determinada situação.

Sabe aquela pessoa que passou por nossas vidas, tanto nos mostrou, nos ensinou, por vezes brigou, chorou com a gente, e por um motivo qualquer, nunca mais a vimos, nunca mais falamos, - e olha que não se falar, hoje, com tanta tecnologia a nosso favor é difícil! Essas pessoas que por qualquer motivo se perderam de nossas vidas, tantas vezes pessoas tão importantes, tão afetuosas, tão verdadeiras e tão amigas! Dá uma saudade... Sem falar daquelas que estão tão perto e, na verdade, tão longe.

[...]

Por fim, penso que devemos sempre que possível matar a saudades. Seja como for, o importante mesmo é lembrar que a saudade existe e deve ser lembrada, com carinho e emoção.

Diferente dos outros dois editoriais, a voz autoral minimiza seu papel de *revelação* e constrói sua autoridade por meio da intimidade, exacerbando a atualização de recursos de *vinculação* e *afetos*, de modo a configurar um quadro de compartilhamento de experiências com a comunidade leitora.

O primeiro parágrafo é permeado por estruturas ligadas à oralidade concepcional, de modo a favorecer a *captação* do leitor. Entretanto, tais

estruturas são marcadas por uma série de componentes de *vinculação*, que possibilitam aproximar produtor e consumidor textual.

Repare-se que a voz autoral inicia o texto com três perguntas retóricas que indagam acerca da natureza da sensação afetiva *saudade*. As perguntas não requisitam resposta e apontam para um enquadramento de reflexão. Veja-se que, na sequência, por meio da primeira do singular, recurso de *vinculação*, no âmbito da *personalização*, a voz autoral admite não ter a resposta, mas, por meio de uma adversativa, recurso de *novidade*, admite conhecer a dor que tal sensação acarreta.

A menção à dor intensifica a construção *afetiva* e, na medida em que se combina com a nova pergunta retórica — *Quem nunca sentiu uma saudadezinha?* —, pressupõe um leitor que compartilhe daquelas mesmas sensações e inquietações, vinculando-se à comunidade em um mesmo grupo identitário, discursivamente construído. Note-se que o restante do parágrafo constrói o sentimento de *saudade* como inerente a todo ser humano que “*vive*”, ressaltando, pelas aspas, que não se trata apenas de sobreviver, mas de fazê-lo com intensidade. Deve-se destacar que, não obstante a *vinculação*, a construção revela um teor de autoritarismo, na medida em que atualiza uma intensa carga de modalidade categórica e da forma adverbial *sempre*, de habitualidade alta, que atuam no sentido de bloquear a possibilidade de se conceber alguma alternativa dialógica contrária à de que todos sintam *saudade*. Trata-se de uma estratégia importante no âmbito do texto em questão, uma vez que a exortação final se dirige, justamente, a incitar o leitor a viver tal sentimento. Se a premissa de que todos o sintam fosse questionada, o processo de incitação seria, potencialmente, prejudicado, dado que a solidariedade prévia não teria sido atingida.

O segundo parágrafo apresenta a situação-problema — o fato de as pessoas sentirem vontade de voltar no tempo para mudar alguma situação, em vez de viverem a *saudade*. Note-se que a voz autoral assume, em primeira pessoa, a responsabilidade modal pelos enunciados, construindo a situação-problema com base na sua experiência particular de vida, o que consiste em uma estratégia de credibilidade, visto que o ator social se apresenta como um *testemunho* dos fatos.

O terceiro parágrafo volta a associar *captação* e *vinculação*, ao remeter à oralidade concepcional e instanciar formas pronominais de primeira do plural *inclusiva*. Veja-se que é atualizada uma série de recursos de gradação — *tanto* e *tão* — associados a formas verbais que veiculam transmissão de conhecimento — *ensinar* e *mostrar* —, além de julgamentos — *verdadeiras* e *amigas* —, apreciações — *importantes* — e afetos — *afetuosas* — positivos. Tal combinação de recursos cria um quadro hiperbólico da relevância das pessoas de quem, potencialmente, o editorialista e os consumidores textuais sentem saudade, o que exponencializa a construção *afetiva*, numa pressuposição autoral de que a comunidade leitora, de fato, já tenha vivido a experiência descrita, conforme a forma verbal *Sabe*, que encabeça o parágrafo, permite depreender.

Assim, pode-se afirmar que a construção da autoridade, nesse texto, baseia-se no *compartilhamento de experiências*. A voz autoral torna-se crível e legítima seu procedimento persuasivo e avaliativo a partir do potencial reconhecimento do público-leitor acerca da facticidade daquilo que é representado no discurso. Em outros termos, o editorialista não se constrói como um agente de *revelação*, interna ou externa, como nos outros textos, mas sim como um ator social que se iguala, hierarquicamente, à comunidade leitora, no sentido de que, como esta, não sabe exatamente o que significa a *saudade*, mas conhece a sua experiência afetiva e suas consequências. Trata-se, portanto, de uma construção de autoridade que enfatiza a *intimidade*, a *proximidade*, a *afetividade* e, portanto, solidariedade em detrimento de poder.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi descrever e analisar a construção da autoridade e da credibilidade em editoriais da imprensa paulistana de bairro, por meio da análise dos recursos de envolvimento e atitude atualizados pela voz autoral no sentido de solidarizar-se com a comunidade leitora e, assim, poder executar seu projeto persuasivo.

Assim, a primeira parte do artigo abordou aspectos teóricos da metafunção interpessoal, sob uma perspectiva sistêmico-funcional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), ressaltando a importância desse componente para a

análise da negociação intersubjetiva que se processa na construção do Significado Acional.

A segunda parte apresentou os conceitos de *envolvimento* e *atitude* e as categorias analíticas pertinentes a essas duas abordagens.

Por fim, a terceira parte enfocou a análise de padrões de envolvimento na construção da autoridade, estabelecendo diálogos possíveis com o sistema atitudinal. Assim, pôde-se verificar que, nos editoriais da imprensa paulistana de bairro, a construção da autoridade exortativa, em geral, baseia-se em três grandes estratégias:

1. a voz autoral assume uma atitude de *revelação interna*, a partir da qual se constrói como um agente social de conhecimento, que atua no sentido de fazer o consumidor textual perceber que é capaz mobilizar recursos para intervir no curso dos acontecimentos que o cercam, modificando o *status quo*. Para tal, atualiza recursos que enfatizam a *vinculação* sobre a *captação*;

2. o editorialista assume uma posição de *revelação externa*, construindo-se como um ator social capaz de mostrar aos consumidores textuais as contradições da realidade, assumindo uma função de agente de denúncia de uma situação problemática, para a qual propõe, posteriormente, soluções. Nesse sentido, enfatiza-se a *captação* sobre a *vinculação*;

3. o produtor textual constrói um conjunto de *experiências compartilhadas* com o leitor, criando vínculos interpessoais de intimidade, identificação, proximidade e familiaridade, de modo a minimizar o estabelecimento de poder e maximizar a atualização de estratégias de solidariedade. Assim, vincula-se, potencialmente, à comunidade leitora como um membro deste grupo, que vive, conhece, sente e enxerga a realidade do mesmo modo que os outros, assumindo, por conseguinte, um papel de *testemunho* no que tange às representações instanciadas. Nesse caso, tende-se a privilegiar, assim como no primeiro tipo de construção destacado, a *vinculação* sobre a *captação*.

Com isso, buscou-se destacar a importância de se analisar o processo de persuasão não só no que concerne às estratégias argumentativas ou retóricas, mas também ao papel que a rede de recursos interpessoais assume no que se refere à instauração de configurações distintas de relações de poder e solidariedade, por meio da construção de autoridade, comprometimento,

credibilidade e intimidade, elementos de extrema relevância para o estabelecimento de vínculos interpessoais entre produção e consumo textual e, portanto, para o desenvolvimento de qualquer processo argumentativo.

Referências bibliográficas

FAIRCLOUGH, N. (1997) **Critical Discourse Analysis**: papers in the critical study of language. London and New York: Longman.

FAIRCLOUGH, N. (2007). **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge.

HALLIDAY, M. A. K. & MATTHIESSEN, C. (2004) **Introduction to Functional Grammar**. 3ª ed. London: Hodder Arnold.

HOYE, L. (1997) **Adverbs and Modalities in English**. London and New York: Longman.

MARTIN, J. R. & WHITE, R. R. R. (2005) **The language of evaluation**: appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan.

OESTERREICHER, W. (1996) Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a uma tipología. In: KOTSCHI, T.; OESTERREICHER, W. y ZIMMERANN, K. (eds.) **El español hablado y la cultura oral en España y Hispanoamérica**. Madrid: Vervuert, pp. 317-340.

REBOUL, O. (2004) **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes.

TANNEN, D. (2007) **Talking voices**: Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversational Discourse. 2ª ed. New York; Cambridge University Press.

O USO DO CONECTIVO *ONDE* E A APRENDIZAGEM DA ESCRITA

THE USED OF CONNECTIVE *ONDE* AND THE WRITTEN LANGUAGE LEARNING

Priscilla Barbosa Ribeiro (USP)

prybr@yahoo.com.br

Resumo: Atualmente, estudos sobre o Português Brasileiro são numerosos e seus resultados já têm prestado contribuições ao ensino escolar de língua portuguesa. A despeito disso, ainda se observa uma grande lacuna entre os conhecimentos sobre a língua gerados no meio acadêmico e as práticas de ensino de língua nas escolas. Visando aliar a pesquisa lingüística a questões de ensino-aprendizagem, tomamos como objeto de estudo o conectivo *onde* em redações escolares de Ensino Fundamental II. Identificando uma multiplicidade de usos do item que foge ao uso licenciado pela norma padrão, buscamos descrevê-los e analisá-los, discutindo a variação encontrada no contexto de escolarização e de aprendizagem da escrita.

Palavras-chave: onde, variação, gramaticalização, ensino de língua

Abstract: Nowadays there are plenty of studies about Brazilian Portuguese whose results have already been contributing to language teaching. Regardless of this, it is still noticed a great gap between the knowledge developed in the academic environment and the practice of language teaching at school. Thus, aiming at associating linguistic research with questions related to language teaching and learning, we took as object of study the connective *onde* (“where”) in compositions written by middle school students (Ensino Fundamental II). As we identified a multiplicity of uses of the word which are different from the standard linguistic variety, we attempted to describe and analyze these uses, discussing their variation in the context of schooling and written language learning.

Keywords: *onde* (where), linguistic variation, grammaticalization, language teaching

Apresentação

Esta pesquisa apresenta os resultados obtidos a partir do estudo da forma linguística *onde* em textos escritos do Português Brasileiro (PB), tendo como fonte de dados redações escolares produzidas em 2004 por alunos de 7^a e 8^a séries de Ensino Fundamental II de escolas das redes pública e privada de ensino⁹⁹. Conforme observa Pontes (1992, p.28), *onde* é comumente empregado em locais sintaticamente mais adequados, segundo a Gramática Normativa (GN), à forma preposicionada *aonde*. A partir da observação dos dados, percebeu-se ocorrer também o inverso: o emprego de *aonde* correspondendo ao item analisado neste trabalho. Por este motivo, integraram-se ao *corpus* as ocorrências com a forma preposicionada, devido ao tratamento indistinto dado por muitos dos falantes às duas formas em determinados contextos.

Definições do modo de emprego de *onde* são encontradas em manuais de língua portuguesa e gramáticas normativas (GNs). Estas divergem ligeiramente no que se refere à definição da classe gramatical do termo. De modo geral, o classificam como referente a elementos espaciais, sendo descrito como pronome ou advérbio relativo de função locativa, sempre associado à noção de espaço, podendo ser substituído pelas expressões *no lugar em que* e *no qual* (Cegalla, 1991; Cunha, 1985; Sacconi, 1979; Rocha Lima 2003). Essa postura é consonante à dos manuais de redação elaborados pela imprensa escrita, que vetam o emprego do termo quando seu antecedente não apresenta valor espacial no contexto de atualização: “use *onde* apenas com referência a lugar [...]. Não use *nunca* com idéia de tempo, causa, motivo, dedução”¹⁰⁰ (grifo nosso).

⁹⁹ Segundo a divisão de séries vigente na época, correspondente aos atuais 8^o e 9^o anos.

¹⁰⁰ FOLHA DE S. PAULO (2001). *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, p.135.

Tais definições apresentadas pela norma culta, cujos parâmetros são adotados no ensino escolar, mostram-se insuficientes diante do confronto com os usos linguísticos do PB, pois, ainda que realizado atualmente como locativo, *onde* apresenta-se em ocorrências nas quais não tem por função remeter a espaço físico. Surge, assim, a necessidade de outras abordagens, que não partam da teoria para o dado real mas que construam, a partir deste, a explicação e sistematização do fenômeno estudado.

1. O processo de gramaticalização

Apesar das prescrições sobre o uso de *onde*, o conectivo tem sido amplamente utilizado no PB falado e escrito com função não locativa. A possibilidade de aplicá-lo em contextos semanticamente diversificados se deveria ao processo de gramaticalização sofrido pelo item, o qual consiste na perda gradual de conteúdo semântico do elemento linguístico. Segundo Neves (1998, p.47), resulta da abstratização na concepção do elemento, de modo que “conceitos concretos são empregados para entender, explicar ou descrever fenômenos menos concretos”. Assim, o caráter espacial de *onde*, entendido como [+ concreto], estaria se diluindo, assim como sua concretude do ponto de vista semântico, gerando a possibilidade de uso do item com elementos de natureza mais abstrata.

A gramaticalização é marcada por um caráter diacrônico intrínseco que se deve à necessidade de recuperar estados passados da língua para que se possa reconstituir integralmente o processo. No entanto, é possível também o estudo sincrônico, característica deste trabalho, o qual não dispensa o viés histórico, pois, dado o caráter gradual do processo, torna-se possível levantar, em recorte sincrônico, suas diversas etapas, concomitantes no PB. Estas podem ser representadas na seguinte escala, proposta por Hopper e Traugott (apud NEVES, 1998, p.47), baseada numa concepção do processo como sendo marcado por unidirecionalidade, orientando-se o item linguístico sempre em direção à etapa mais funcional:

item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional

Os efeitos do processo são observados sobre a gramática da língua. Consistindo na extensão do uso de determinada estrutura linguística, o processo interfere na divisão categorial, resultando no surgimento de uma nova categoria gramatical. Contudo, a mudança pode se relacionar mais fortemente tanto ao caráter categorial como ao caráter semântico do elemento. É o que se observa no processo de gramaticalização de *onde*, segundo Oliveira (1998, p.150), representante de uma lógica de expansão semântica em que ocorre a projeção de um domínio cognitivo sobre outros, e a partir do qual *onde* passa a recuperar estruturas linguísticas que não apresentam traço semântico relativo a espaço.

Partindo do maior valor espacial do elemento retomado em direção à sua gradativa diminuição, a autora propõe uma escala de gramaticalização de *onde* cuja primeira etapa é constituída pelo item (i) locativo, que, licenciado pela norma linguística culta, tem por função retomar elemento de natureza espacial. Sua expansão semântica originaria o (ii) locativo temporal, se o elemento recuperado é do domínio tempo; (iii) locativo abstrato, se o elemento recuperado é um SN sem relação com o domínio tempo; e (iv) locativo relativo, se o sema espacial do SN retomado for pouco significativo e o item se realiza como sujeito sentencial. A análise do corpus revelou a produtividade de *onde* em todas essas etapas nas redações de Ensino Fundamental II, indiciando um baixo efeito da norma culta sobre as produções nesse período da escolarização, além de contextos não abrangidos nessa escala, decorrentes do alto grau de abstração alcançado pelo conectivo.

2. Os usos de *onde*

Os dados deste estudo mostram que, a despeito do avanço de *onde* na escala de gramaticalização, sua realização como locativo é bastante produtiva (1). Por analogia a esse uso, o conectivo pode ocorrer com referência a elemento de natureza temporal, o qual é concebido como um espaço abstrato (2, 3):

(1) Com o acúmulo de água pode ser que haja alguma poça d'água, **aonde** o mosquito da dengue pode por seus ovos [...].¹⁰¹

(2) Um fato triste que aconteceu meu bisavô morreu em 2001 **onde** iria completar 100 anos de idade.

(3) Num dia chuvoso e nublado, **onde** a névoa tomava parte da rua Principal do Bairro Fallem, ninguém conseguia ver absolutamente nada.

(4) Antigamente a cultura no país era muito valorizada; **onde** as pessoas freqüentavam mais locais culturais.

O uso temporal de *onde*, além de bastante frequente, em geral não causa estranhamento ao leitor. No entanto, a ordem dos elementos na sentença pode dificultar a recuperação do antecedente, como ocorre em (4). Nesse dado, para se obter uma clara explicitação do conteúdo que se pretende veicular, não basta a simples troca do item por *quando* ou *em que*, possível em (2) e (3), mas requer a total reestruturação do trecho.

Em grau ainda mais abstrato da conceptualização de *onde*, identifica-se seu uso com referência a elementos de variada natureza lexical. Conforme se constatou, ocorre com nomes referentes a processos, conceitos, eventos, objetos abstratos, como se observa a seguir, respectivamente:

(5) No último mês ocorreu nos EUA *a eleição presidencial* **onde** o cargo de presidente era disputado por dois candidatos [...].

(6) A democracia [...] é *uma forma de governo* **onde** todos participam, diferente da monarquia, **onde** apenas o rei manda.

(7) [...] o mundo todo saiu pelas ruas pedindo compaixão de um país já sofrido pela miséria sem ter acontecido *a guerra*, **onde** muitas pessoas inocentes morreriam por ele ter tomado a decisão de se vingar [...].

(8) Porém ela pode confundir as pessoas, trazendo *programas* **onde** só aparecem mulheres semi-nuas [...].

A relação estabelecida por *onde* presta-se, muitas vezes, a introduzir uma caracterização do elemento recuperado, a qual pode se realizar de formas

¹⁰¹ Optamos por manter a ortografia original dos dados.

diversas. Em (5) a (8) se encontra a inserção, pelo conectivo, de propriedade do antecedente, sobre o qual apresenta uma predicação. A explicação do antecedente apresentada pela oração adjetiva pode diferenciá-lo de elementos de conjunto maior a que pertença, com os quais compartilhe certas características. Por meio desta caracterização pode-se diferenciar, por particularidades, elementos identificáveis por uma natureza comum, sendo o conectivo, portanto, empregado com valor restritivo. Como se observa nos exemplos abaixo, a baixa especificidade semântica dos antecedentes, em geral, nomes abstratos que, de caráter genérico, revelam-se abrangentes. Em (9), no conjunto das maldições, a lançada por Hera consistia em Narciso apaixonar-se por Eco e passar a vê-la em seu próprio reflexo, especificação da maldição referida, individualizada por meio do *onde*:

(9) Hera ficou furiosa com Narciso então jogou uma *maldição onde* ele é apaixonado por Eco mas pode apenas ver a querida no seu próprio reflexo.

(10) [...] e as mudanças radicais não são bem vindas numa *sociedade onde* o medo das guerras, ditadura é maior a cada dia.

(11) É uma *revista onde* não há diferenças!

(12) Ela diz que desde os 11 anos já decidiu-se na profissão, desejando se tornar jornalista. 'Eu achei uma *profissão onde* é possível argumentar bastante, conhecer lugares e pessoas. [...]'

A estrutura encontrada em (13) e (14) é forma típica de explanação realizada em dissertações. Neste gênero, é recorrente a referência a um conceito, seguida de retomada do mesmo por nome genérico, e introdução de sua definição pelo termo *onde*:

(13) É inacreditável ver que com o passar dos anos, passando-se pela monarquia e anistia, agora, o federalismo (processo *onde* várias pessoas mandam em diversas áreas do país), uma nação como os Estados Unidos, não consegue [...].

(14) O julgamento é um método muito perigoso *onde* damos nossa opinião que é ainda mais perigosa.

Observe-se que *federalismo* e *julgamento* são denominados como pertencentes aos conjuntos dos processos e métodos, respectivamente. São concebidos como sendo o comando de diversas áreas do país realizado por várias pessoas, e o ato de dar a própria opinião, definições que os distinguem dos outros elementos do grupo a que pertencem.

A realização de *onde* nos contextos acima apresentados não provoca dificuldades na interpretação da sentença, antes é suficiente para que se efetue a recuperação do antecedente e se estabeleçam as devidas relações entre os constituintes. No entanto, não se observa o mesmo em outras ocorrências, como a de (15). Além desse fator a dificultar a leitura, há também o fato de *onde* realizar-se em contextos em que o verbo requer preposições diferentes de *em*, como *de* (15) e *por* (16):

(15) Podemos dizer que o Brasil, antes de ser independente, possuía uma Cultura praticamente toda Européia; parte dos Colonos Portugueses e outra dos imigrantes Italianos; **onde** os mesmo nos deixaram principalmente a religião cristã e a Cultura Literária como o Barroco.

(16) Com o objetivo de ampliar as redes de comunicação, é no início do século XIX criado um aparelho aparentemente retangular **onde** eram transmitidas imagens, no início em preto e branco, de programas gravados ao vivo.

Considerando que imagens não são transmitidas *no* “aparelho retangular”, mas *por* este, tem-se certa incompatibilidade semântica, que se pode compreender como uma forma de concepção diferente da convencional, e que confere ao processo de transmissão de imagens um caráter de certo modo estático, devido à atualização de relativo que apresenta este mesmo traço. Da mesma forma, em (17) o complemento do termo *acesso*, localizado em oração anterior, é introduzido por *onde*, e em (18), a oração inserida explica em que consiste o antecedente, *uma lei*, que se diferencia de outras por consistir na não reprovação de alunos de escolas estaduais. Nesse contexto, a expressão *segundo a qual* tornaria mais evidente a relação que se pretende estabelecer com o conectivo.

(17) [...] normalmente os canais de cultura, são os de TV a cabo, **onde** nem todo mundo tem acesso.

(18) A educação, por exemplo, existe um grande número de analfabetos e um item muito especial nesse quesito, é que existe: uma lei, **onde** escolas estaduais não reprovam alunos de nenhuma série e isso acaba prejudicando as pessoas no futuro.

Esses usos de *onde*, de caráter abstrato, são marcados pela diluição do caráter [+ espacial] do conectivo devido à sua associação a elemento de semântica diversa. A intensificação da perda de concretude do conectivo pode levar a usos em que assume a função de sujeito sentencial, em contextos em que tipicamente se realizaria o relativo *que*:

(19) Brasil, um país tão rico e maravilhoso, que pena que tenha de ser consertado. Para começar, devemos melhorar a educação **onde** na minha opinião é a base de tudo.

(20) Há princípio o objetivo da televisão era entreter as pessoas, fazer deste instrumento um passatempo, divertimento e ocupação. Mas infelizmente isto se modificou, pois o dinheiro começou a faltar e foi aí **onde** surgiram os patrocinadores.

Em (20), diferentemente dos outros dados de relativo, o antecedente não é estrutura [+ lexical], e sim o advérbio *aí*, elemento de natureza gramatical. Observe-se que o antecedente, assim como *onde*, não tem referente anteriormente realizado na sentença, o que leva à realização de um duplo processo de referenciação: *onde* remete a *aí* que, por sua vez, remete ao momento em que *o dinheiro começou a faltar*. Deste modo, verifica-se que o *onde*, em contextos de relativo *que*, não assume necessariamente a função de sujeito. Ademais, verificou-se a realização de *onde* como argumento interno do verbo. Em todas as ocorrências em que se realiza nesta função, observou-se que é reatualizado próximo ao verbo, em forma pronominal oblíqua (21) ou nominal (22):

(21) A televisão é uma tecnologia desenvolvida, antiga, porém demorou até se tornar um objeto **onde** todos o tivessem.

(22) [...] o outro menino diz que o pai dele, Zeus, o ensinava varias coisas e que sempre Zeus ia visitalo, e que encinava e dava-lhe presentes, como o ultimo presente era um raio pequeno, **onde** Zeus encinava a manuzear *o raio* e o menino fez a mesma pergunta para Faetonte [...].

Tendo-se em vista estas ocorrências, aventa-se a possibilidade de *onde* ser pouco eficiente para estabelecer referência em contextos nos quais o antecedente é argumento de verbos diferentes em orações diferentes, o que justificaria sua reatualização sob as formas *o* e *o raio* respectivamente, utilizadas de modo a explicitar os papéis sintáticos dos elementos sentenciais.

3. Conectando orações

Ao passar pelo processo de gramaticalização, *onde* perde conteúdo semântico tornando-se passível de aplicação em contextos diversos, conforme apresentado anteriormente. Seu alto grau de abstração permite que seja utilizado estabelecendo nexos lógicos entre orações:

(23) [...] temos que levar em conta os ataques terroristas de 11 de Setembro, **onde** milhões de inocentes morreram [...].

Em (23), tem-se na oração introduzida por *onde* a expressão da consequência da oração anterior, entendendo-se ser a morte de milhões de inocentes resultado dos ataques terroristas de 11 de Setembro, o que seria mais claramente explicitado se utilizada a locução *com os quais*, já que foram os ataques que levaram às mortes. Estabelece-se uma implicação, que é favorecida pela ordem das orações que apresentam, respectivamente, causa (ataques) e consequência (mortes).

Semelhante relação ocorre em (24), em que parece ser de maior relevância o papel de *onde* como instaurador de conexão do que como relativo propriamente:

(24) Seu maior fan são seus pais Eduardo e Neide, **onde** ele era capaz de perde tudo por eles.

Nessa ocorrência, *onde* opera de modo a indicar que o conteúdo apresentado na segunda oração, de que “ele era capaz de perder tudo por eles”, se devia ao apresentado na oração inicial. A relação implícita nessa estrutura se torna mais evidente com o uso de outras expressões, como as locuções *de modo que*, ou *tal que*:

(24') Seu maior fan são seus pais Eduardo e Neide, **de modo que** ele era capaz de perde tudo por eles.

Essas possibilidades de uso, devidas à abstratização de *onde*, vão além do estabelecimento de uma relação com um antecedente, mas relaciona orações:

(25) Seu líder chamado Ossama Binladen foi procurado e perseguido pelo exército de Kayt, **onde** nações do Iraque e do mundo inteiro protestaram contra a guerra [...].

Em (25), *onde* é elo coesivo das sentenças *Ossama Binladen foi procurado e perseguido pelo exército de Kayt*, e *nações do Iraque e do mundo inteiro protestaram contra a guerra*. Estas expressam duas situações, sendo que a primeira delas implica na ocorrência da segunda, antecedendo-a no tempo.

O mesmo parece ocorrer em outras realizações:

(26) Talvez a polícia brasileira deveria começar com esse procedimento, **onde** as cadeias seriam mais organizadas, sem esquecer que mais justas.

O procedimento referido em (26) é a pena de morte, explicitado em momento anterior do texto. A partir da implantação da mesma o Brasil passaria a ter cadeias mais organizadas e justas. Analogamente, em (27) a descoberta

do talento de Jadel por sua professora antecede o início das tentativas do garoto em encontrar o esporte que lhe fosse mais adequado.

(27) Jadel Gregório começou a praticar esportes aos seus 13 anos quando foi descoberto por sua professora, **onde** ele tentou jogar futebol, nadar e handebol [...].

Em contextos como estes, *onde* parece não remeter a estrutura sentencial, mas conectar sentenças, sendo a segunda decorrente da primeira. A realização do conectivo talvez favoreça e explicita a noção de implicação, que se mantém se realizada a simples justaposição das orações.

A hipótese parece confirmar-se também pelo que se observa nos dados (28) e (29). No primeiro deles afirma-se que, ao depósito de ovos por mosquito transmissor da dengue, sucede-se o aparecimento desta doença. A interpretação de (29) apresenta maior dificuldade. São realizados sucessivamente três elementos linguísticos de valor locativo, sendo, em princípio, difícil a identificação das formas a que se referem. Recorrendo então à noção de que *onde* pode conectar situações que se sucedem no tempo, sendo uma decorrente da outra, viabiliza-se a compreensão da ocorrência. A expressão *na onde* indica haver relação entre a separação dos pais do falante e a mudança do mesmo para Curitiba, sendo essa mudança uma das consequências da separação. O advérbio *lá* refere-se à cidade em que o falante passou a morar.

(28) Com o acúmulo de água pode ser que haja alguma poça d'água, aonde o mosquito da dengue pode por seus ovos **aonde** aparece outro problema, a dengue.

(29) Mas em Julho de 99, meus pais se separaram e eu e minha mãe fomos morar em Curitiba (PR). Na **onde** lá eu entrei no Colégio 'Adventista', eu morei com minha mãe durante 2 anos.

Nesses contextos, observa-se que as orações são, de certo modo, independentes entre si, porém relacionáveis. A realização de *onde* parece não priorizar uma das orações, como ocorre nos casos de subordinação,

estabelecendo-se uma oração principal, mas o conectivo indica o aspecto de prossequência entre os enunciados dados, sendo o segundo deles temporalmente posterior ao primeiro, ou uma decorrência deste.

Conclusões

Este estudo, uma observação do conectivo *onde* em recorte sincrônico, pretendeu mostrar suas possibilidades de realização e suas características sintáticas e semânticas, sem a pretensão de esgotá-las. Foi possível verificar o comportamento do item na língua viva, em uso efetivo, não previsível ou prescrito, além de revelar a amplitude de contextos em que tem sido utilizado. Os resultados mostraram que, por se esvaziar semanticamente, *onde* passa ser utilizado com antecedentes não locativos. Mais do que isso, extrapola o contexto de articulação sentencial por subordinação, relacionando sentenças por justaposição, ganhando o estatuto de operador lógico.

A contraposição da descrição e análise das ocorrências do *corpus* às encontradas nas gramáticas normativas revela a insuficiência destas na descrição da língua, presas que estão a modelos canônicos, estes, por sua vez, distantes da língua em uso. Analogamente, nas gramáticas históricas não se encontrou descrição que apontasse para os diversos usos desse item. Não pretendemos, no entanto, condenar a gramática normativa, mas destacar que a escola não deve se pautar exclusivamente nela.

Apesar de termos trabalhado dados de 7^a e 8^a séries, realizamos o levantamento também em redações de 4^a a 6^a séries. Porém, nesses textos encontramos apenas o uso locativo e temporal de *onde*. Analisando os conteúdos gramaticais de livros didáticos de EF II, verificamos que períodos compostos são trabalhados apenas na 7^a e 8^a séries, sendo então analisados estruturalmente. É provável que, nesse momento, devido ao caráter abstrato com que é concebido pelos alunos, *onde* seja acionado como conectivo sentencial.

Não é necessário que a escola fuja dos usos diversificados de *onde*, pelo contrário. É essencial que venha a discuti-los, em atitude reflexiva, sem deixar de apresentar ao aluno a opção normativa pelo uso exclusivamente espacial.

Assim, pode habilitar o aluno a revisar e modificar seu próprio texto, expandindo o conjunto de possibilidades de escrita.

Referências

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática*. 34ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2001.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Os caminhos do 'onde': uma contribuição da semântica ao ensino de língua materna. In: CABRAL, Loni Grimm e GROSKI, Edair (org.). *Linguística e Ensino: Reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Editora Insular, 1998, p. 147-164.

PONTES, Eunice. *Espaço-tempo na língua portuguesa*, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43ª edição. São Paulo: José Olympio Editora, 2003.

SACCONI, Luís Antônio. *Nossa gramática*. São Paulo: Editora Moderna, 1979.

UM CONTRAPONTO ENTRE O DISCURSO NORTE-AMERICANO E O ISLÂMICO VEICULADOS PELA REVISTA *CAROS AMIGOS*

A CONTRAST BETWEEN THE AMERICAN DISCOURSE AND ISLAMIC CONVEYED BY THE MAGAZINE DEAR FRIENDS

Rosemeire de Jesus Ferrarezi Becari (UFMS -Três Lagoas)

rosemeireferrarezi@hotmail.com

RESUMO: O foco de interesse deste artigo é estudar as representações do Islã e dos EUA veiculada na Revista *Caros Amigos* de nº. 55, ano V, de outubro de 2001, problematizando os discursos a partir dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Com o fito de analisar as formações discursivas, os efeitos de sentido e as relações de poder que perpassam tais discursos. Partimos da hipótese de que os norte-americanos tendem a utilizar de discursos negativos para se referir ao povo islâmico como uma maneira de silenciar o outro e de marcar relações de poder, tendo como auxílio a mídia. Assim, utilizando-nos dos pressupostos teóricos da advindos da AD Francesa e dos Estudos Culturais, constatamos que os discursos da revista analisada remetem-nos a posicionamentos sócio-histórico-ideológicos diferenciados. A Revista *Caros Amigos* utiliza-se de “já-ditos” para desconstruir a imagem positiva do norte-americano e dar voz ao islâmico. Os efeitos de sentidos dos discursos instaurados pela mídia mostram como os americanos lutam ou usam de diversos subterfúgios/argumentos para se manter no poder. A revista tenta com esse discurso mostrar que, por trás dos discursos americanos, há uma voz silenciada pelo capitalismo exacerbado, a voz dos islâmicos.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; ideologia; identidade; islâmico; ex-presidente

ABSTRACT: The focus of interest of this paper is to study the identity representation of Islam and the U.S.A. conveyed in the Magazine *Dear Friends* of nº. 55, years V of October 2001, discussing the speeches from the events of September 11, 2001. With the aim of analyzing the discursive formations, the effects of meaning and power relations that underlie these discourses. Our

hypothesis is that Americans tend to use negative speech to refer to the Islamic people as a way to silence the other and scoring power relations, with the aid of the media. So, using the theoretical assumptions of the coming of French AD and Cultural Studies, found that the speeches of the magazine examined lead us to placements socio-historical and ideological differentiated. The Magazine Dear Friends makes use of "already-said" to deconstruct the positive image of the U.S.A. and give voice to Islam. The effects of meanings of discourses initiated by the media show how Americans are struggling or use various subterfuges / arguments to remain in power. The magazine tries to show that this discourse, Americans behind the speeches, there is a silenced voice exacerbated by capitalism, the voice of Islamic.

KEYWORDS: discourse, ideology, identity, Islam, former president

1. INTRODUÇÃO

Desde 2001, temos assistido e lido na mídia sobre o acontecimento de 11 de setembro de 2001, no qual atentados terroristas destruíram as Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova York, nos Estados Unidos da América, uma “catástrofe”: muitos inocentes perderam suas vidas, famílias ficaram sem seus lares e desconsoladas, não se saiba o que de fato aconteceu ao maior poderio econômico norte-americano, só se podia ver a “tragédia”. “Tragédia” esta que fora notícia nos diversos meios de comunicação, em especial na Revista *Caros Amigos*. No entanto, muitos dos discursos veiculados nesta Revista nos remetem ao “ex-presidente” dos Estados Unidos da América (EUA) como o causador de tamanha “tragédia”, uma vez que dizia ser o “Todo-poderoso” de um império inabalável ou ao povo islâmico como sendo “terrorista, pessoas sem coração, frias, inimigos a qualquer hora”. Tal fato nos leva à tentativa de entendê-los pelo viés discursivo, pois destes discursos não só sobressaem os efeitos de sentido, mas também a construção da imagem/identidade/representação social tanto do povo islâmico como do povo norte-americano perante as sociedades mundiais. Tendo em vista que na mídia, os discursos se representam como verdades absolutas e esta passa a ser vista como instituições inspiradoras de credibilidade, tal como postula Coracini (2007), trabalham no inconsciente do público de forma que deixam

vivas determinadas memórias discursivas e passam a ser mantidas no público por meio da repetição, assim, asseguram suas condições de construtoras de estereótipos e representações. (BHABHA, 1998).

Nesse sentido, pode se dizer que após os atentados “terroristas” de 11 de setembro nos Estados Unidos da América (EUA), uma infinidade de artigos do *mass media* escrito, no caso as brasileiras, propiciaram a articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso, pois deram a oportunidade de se observarem como as identidades sócio-discursivas são construídas e focalizar efeitos identitários construídos numa teia entre discurso, história e memória, pensando a mídia tal como afirma Gregolin (2007), como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico.

O atentado, às *Twin Tower* (Torres Gêmeas) de 11 de setembro de 2001, foi tratado como algo inédito, desafiou muitas opiniões ao darem sentidos ao mundo sobre o acontecimento, pois a maneira como esse fato foi selecionado e construído era imprevisível. Os discursos produzidos apresentaram temas voltados para práticas discursivas baseadas nas religiões, como por exemplo, entre Cristianismo e Islamismo, a salvação e a condenação (punição) dos responsáveis pela tragédia, o “Bem” e o “Mal”. Enfim, os estereótipos, os mitos, as afirmações entre povos bárbaros e civilizados, a islamofobia, as diferenças étnicas, culturais e religiosas (identitárias), as crenças sobre o Islamismo se fariam presentes nos discursos midiáticos, diante do inusitado acontecimento.

Para Foucault (1972), os enunciados são efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento, a fim de compreender as condições que possibilitaram a sua emergência em um certo momento histórico, pois o discurso sobre o homem é um acontecimento na ordem do saber. Ou seja, o acontecimento é uma combinação de regras que constituem o arquivo e que determinam as condições de possibilidade de sua aparição. Nesse aspecto, o arquivo é entendido pelo autor como “o que faz com que tantas coisas ditas, por tantos homens, há tantos milênios [...] tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo” (FOUCAULT, 1969, p.160-161). Pode-se dizer, portanto, que este faz surgir o “enunciado-acontecimento”.

Diante destas observações, emerge a necessidade de se problematizar a representatividade dos “atores” envolvidos no acontecimento de 11 de setembro de 2001 nos discursos que circularam na Revista *Caros Amigos* de nº. 55, ano V, de outubro de 2001, por meio das reportagens principais e das cartas do leitor, visando a compreender esses discursos, analisar as práticas discursivas ligadas à constituição da identidade/representação do povo islâmico e do “ex-presidente” norte-americano. Tendo como hipótese de pesquisa que a imagem construída pela mídia dos EUA seria de um país “todo-poderoso”, enquanto que a imagem que se construiu do Islã seria de “submissos”. Assim, partindo dos pressupostos teóricos da Análise do discurso de linha francesa (AD) e dos estudos culturais, faz-se necessário, neste artigo, buscarmos alguns conceitos que serão fundamentais para este trabalho, tais como: discurso, efeitos de sentido, relações de poder, sujeito, heterogeneidade, identidade, representação social, ideologia e relações de poder.

2- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta pesquisa entendemos o discurso, na perspectiva da AD de linha francesa, como algo que não deve ser estudado desvinculado de suas condições de produção (CP). Nessa perspectiva, Orlandi (2001, p.16) afirma que é necessário estabelecer uma ligação entre a linguagem, a história e a ideologia, ou seja, relacionar a língua com sua exterioridade. Desse modo, as condições de produção de discurso não podem ser compreendidas, especificamente, como sendo a situação empírica, mas sim, como a representação no imaginário histórico social do discurso que está em jogo. (CARDOSO, 2003, p. 39). Por isso, o discurso marca de modo implícito a posição do sujeito, regulando e perpassando-o por meio do local de produção do discurso e pela formação discursiva no qual se inscreve. Assim, emerge a necessidade de estudar as CP do discurso norte-americano em contraponto com o islâmico divulgado pela mídia escrita (*Caros Amigos*) em relação ao dia 11 de setembro de 2001.

Já no que concerne o discurso, Foucault (1972, p. 147) postula que o discurso deve ser entendido como o conjunto de enunciados que derivam de

uma mesma formação discursiva. Nas palavras do autor, “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e determinada área, social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Nesse sentido, o discurso enquanto saber marca poder, “o poder mostra alternância entre uma positividade e uma negatividade que lhe é atribuída, mantendo a idéia de prosperidade e exercício de um único soberano, ou de uma minoria sobre uma maioria”. (GREGOLIN, 1988, p. 118).

Como não temos como desvincular a noção de discurso com a de sujeito, recorreremos ao conceito de sujeito do discurso, a partir de Pêcheux (1988) ao postular que todo indivíduo só se torna sujeito quando é interpretado por uma ideia lógica, ou seja, passa a ser assujeitado (enuncia de diversas posições), fala do interior de uma formação discursiva (FD), regulada por uma formação ideológica (FI), pois segundo o autor, as palavras ganham sentido em conformidade com as formações ideológicas, os sujeitos inscrevem o sentido de uma palavra, expressão ou até mesmo de uma proposição a cada enunciação; são os sentidos dependentes da inscrição ideológica da enunciação, de um processo histórico e social. A ideologia é um conjunto das interpretações da realidade social e natural e dos reflexos que o sujeito armazena em seu cérebro e se expressa por meio de palavras ou outras formas signícas (BAKHTIN, 1992). Ainda, segundo esse autor, “a palavra é o signo ideológico por excelência [...] é produto da interação social [...] só aparece entre indivíduos socialmente organizados”. (BAKHTIN, 2003, p. 36-38). Para esse autor (2003, p. 32) “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra, pois todo signo está sujeito aos critérios de uma avaliação ideológica”.

Nessa mesma perspectiva, Authier-Revuz (1990) afirma que toda fala é heterogênea, é “a representação que um discurso constrói em si mesmo de sua relação com outro”, pois o sujeito é dividido entre o consciente e o inconsciente. O sujeito não é a fonte absoluta do significado, do sentido, não é a origem, pois este se constitui por falas de outros sujeitos. O sujeito é o resultado da interação de várias vozes (eu-outro), da relação com o sócio-ideológico (BAKHTIN, 2003). Para o autor, a ideologia é produzida conforme as condições sócio-históricas, numa relação de linguagem e exterioridade, pois

não há sentido sem interpretação e diante de qualquer objeto simbólico (signo), o homem é condicionado à interpretação. Portanto, são as formações discursivas localizadas em uma formação ideológica dada, a partir de uma relação de classe, que determina o que pode e deve ser dito a partir de uma conjuntura social. (PÊCHEUX, 1988).

Recorrendo à teoria de Pêcheux (1990, p. 82), entendemos que a representação social é “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que destinador e destinatário se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Nesse prisma, não existe uma identidade fixa, plena, pois o sujeito é fragmentado, não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas sim instâncias diferentes, assumem identidades diferentes, conforme sua posição social, não sendo mais suas identificações unificadas em torno de um “eu” coerente. Podemos dizer que as identidades são construídas social e culturalmente e existem diversas identidades dentro de nós, sendo todas contraditórias e em constante deslocamento. (BHABHA, 1998). Em suma, os sujeitos constroem as representações da realidade de acordo com o lugar que enuncia, com as experiências vivenciadas e sua ideologia. As identidades, segundo Grigoletto; Magalhães; Coracini (2006, p. 27), são construídas na relação com o outro, dentro das concepções da sociedade e evoluindo com ela. Os sujeitos possuem identidades fragmentadas e proteiformes que se mobilizam num mundo pós-moderno midiático, pois as referências também são fragmentadas e cambiáveis.

Assim, se os sujeitos constroem as representações da realidade de acordo com o lugar que enuncia, observamos que os discursos veiculados na mídia marcam o lugar que esta ocupa na sociedade, o que faz ecoar a máxima de Foucault (1995, p. 13) de que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento do seu retorno”.

3- REVISTA CAROS AMIGOS: O DISCURSO NORTE-AMERICANO X O DISCURSO ISLÂMICO

O nosso foco analítico em relação às representações que a mídia nos repassa, é feito a partir dos recortes retirados da *Revista Caros Amigos*, ano V, nº. 55 de outubro de 2001:

E1: Bush e seus assessores entendem que só há uma maneira de recuperar a economia dos Estados Unidos e manter o poder sobre o mundo. Realizar a nona cruzada. Por isso, a paz não lhes interessa, caso contrário, não manteriam no poder um terrorista e criminoso como Sharon, o Ariel que lava mais branco. (CAROS AMIGOS,2001, p.20).

Não poderemos entender, produzir sentidos desses fragmentos sem nos remeter a acontecimentos anteriores, às formações discursivas de quem diz e é dito nestes enunciados. E1 remete-nos ao discurso político, pois para Bush e seus assessores, a única forma de conduzir uma negociação, ou uma estratégia, seria a de efetuar mais uma “cruzada” (expedição militar), no caso, a de número “nove” (nona) contra os “infiéis”, os “bárbaros” – os islâmicos – para garantir o poder que os EUA exercem sobre os outros países, mesmo que isso acabe com a paz mundial. Neste sentido, a representação que a *Revista Caros Amigos* faz do “ex-presidente” Bush em E1 é de um político extremamente capitalista, egoísta e tirano, que de democrata liberal não possui nenhuma característica.

Tal efeito de sentido pode ser constatado em E1 “a paz não lhes interessa, caso contrário, não manteriam no poder um terrorista e criminoso como Sharon, o Ariel que lava mais branco”. Ao apontar Sharon, como um dos integrantes do governo Bush, o qual está no comando do poder mesmo sendo um “criminoso” e “terrorista”, temos uma comparação irônica, por anáfora indireta que recategoriza metaforicamente o anúncio publicitário “O Ariel, sabão em pó que lava mais branco, é capaz de eliminar toda a sujeira”. Assim, ao comparar Sharon com o sabão Ariel, temos que, da mesma forma, Sharon, experiente em terrorismo e criminalidade, também é capaz, pode eliminar/derrotar toda a sujeira que contamina os EUA, que são os povos bárbaros.

Segundo Foucault (1980, p. 131) “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem”. A verdade é organizada e convencionalizada por instituições que estão ligadas à formação do sujeito, ou seja, o poder atinge ou constitui os sujeitos ideologicamente e penetra em suas atitudes cotidianas.

Notoriamente, por meio da memória discursiva, o sujeito-enunciador tenta resgatar o passado “negativo” de Sharon: os discursos apagados ao longo dos tempos (esquecimento que PÊCHEUX (1988) chamou de ilusão discursiva de autenticidade). O sujeito-enunciador coloca Bush no mesmo nível de Sharon (capaz de matar inocentes para manter a sua honra, tal como os terroristas, criminosos fizeram ao WTC¹⁰² e reforçar que no sistema capitalista, a ideologia dominante é a ideologia dos burgueses, no caso a dos EUA. Portanto, ao recorrer à memória discursiva em E1, pressupondo que Sharon foi um “terrorista” e que este está aliado a Bush, a revista tenta mostrar como os americanos são capazes de “qualquer coisa” para manter seu poder.

Continuando nossa análise, buscamos analisar o segundo recorte:

E2: Hegel explica a guerra dizendo que não existe juiz do mundo. [...] já Fichte escrevera que seria “inevitável a guerra continua entre os Estados, pois entre eles, ao contrário do que ocorre entre os cidadãos de um Estado [...], jamais se assegura o reino de um direito firme”. [...] “incorporar sob ele a espécie inteira é conforme a um instinto enraizado por Deus na alma dos homens”. Nação que não se expande encolhe. Essa é a norma a ser obedecida pelos países que não desejam ser escravos. Benefício pedagógico das guerras modernas, diz Fichte, é que nelas europeus ensinam aos povos bárbaros “de outras partes do mundo, pelo constrangimento, a obediência do domínio civilizado. Combatendo aqueles bárbaros, a juventude européia se fortifica”. Na cena internacional “não há lei sem direito, exceto o direito do mais forte.” (CAROS AMIGOS, 2001, p.12).

Observa-se, então, em E2, que o sujeito-enunciador utiliza-se do interdiscurso, heterogeneidade marcada (marcado pelas aspas) (AUTHIER-REVUZ, 1990), de discursos filosóficos e do discurso legal constitucional, ao se referir ao Estado (EUA), enquanto legitimador de direitos, cujas normas são ditadas pelos três poderes que ele organiza e estrutura, tendo por finalidade manter a ordem no país, na nação e até mesmo no mundo. Assim, entende-se que os países que não forem “ainda civilizados”, ou seja, não estiverem aliados

¹⁰² World Trade Center

aos EUA, serão guerrilhados, postos em constrangimentos, para assim, obedecerem ao líder.

Esses discursos corroboram com o apregoado por Bakhtin (2003, p. 32) ao afirmar que “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra, pois todo signo está sujeito aos critérios de uma avaliação ideológica”, como podemos observar em E2 “Benefício pedagógico das guerras modernas”, diz Fichte, “é que nelas europeus ensinam aos povos bárbaros de outras partes do mundo, pelo constrangimento, a obediência do domínio civilizado”, que o sujeito-enunciador busca por meio do interdiscurso/heterogeneidade mostrada (por meio do uso das aspas) e dos elementos recategorizadores metafóricos sublinhados “benefício pedagógico”, “ensinam”, “povos bárbaros”, “domínio civilizado” desconstruir os discursos favoráveis aos EUA que circularam na mídia internacional, recorrendo à filosofia humanística e jurídica. Utiliza-se, ainda, de uma formação discursiva de ordem institucional pedagógica, a escola, como discurso autorizado. O sujeito-enunciador atribui, desloca este sentido para os EUA, como sendo a escola que ensina o que é ser civilizado, que prepara o cidadão para viver em comunidade. Para tanto, basta ensinar aos países “bárbaros”, sob a lei do mais forte, em que não há juiz para ditar as regras, quem não quiser servir de escravo, siga os ensinamentos dos EUA.

De acordo com Foucault (1972, p. 97), o discurso é um conjunto de enunciados regulados numa mesma formação discursiva, ou seja, “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições da função enunciativa”.

Em E2, percebemos que, por meio da heterogeneidade mostrada (pelas aspas), o sujeito-enunciador retoma os dizeres dos filósofos, para contra-argumentar a favor daqueles que são silenciados e vistos unicamente como “povos bárbaros” – os islâmicos. O que corrobora as postulações de Authier-Revuz (1990), o discurso é constituído por outros dizeres, é a heterogeneidade na constituição do sujeito (diversas vozes o constituem e por vezes emergem na sua fala). O sujeito parece ser a origem de seu dizer, mas, este se constitui por falas de outros sujeitos. Ele é o resultado da interação de várias vozes: eu-outro (BAKHTIN, 2003). Assim, as identidades são construídas social e

culturalmente, porque nós nos deslocamos, somos instáveis, ocupamos diversas posições/lugares e nos transformamos, somos incompletos e plurais (BHABHA, 1998).

Observemos como a representação/identidade do islâmico é construída pela mídia Caros Amigos:

E3: Os filósofos produziram a razão guerreira dos Estados europeus e definiram os slogans repetidos pela CNN e pelos governantes imperiais. O elogio da força nas relações externas, o desprezo pelos “povos bárbaros” que mereceriam a morte pelas mãos dos civilizados, a segurança nacional e axiomas conexos foram idealizados por gerações de teóricos europeus antes do século 20. [...] Cada Estado, define ele, age através da força e dos espões, aranhas cujas redes envolvem os inimigos. (CAROS AMIGOS, 2001, p. 12).

Já em relação à representação do povo islâmico, verificamos em E3 que a mesma revista tende a questionar os discursos negativos apresentados pela mídia internacional (como a CNN), trazendo para o leitor discursos que foram silenciados em virtude do capitalismo - lucro - para a qual estas mídias trabalham, utilizando-se de interdiscursos, como se nota nos trechos “os filósofos [...] definiram os slogans repetidos pela CNN e pelos governantes imperiais” [...], “o desprezo pelos “povos bárbaros” que mereceriam a morte pelas mãos dos civilizados” [...], “gerações de teóricos europeus antes do século 20’ [...] “Cada Estado, define ele, age através da força e dos espões” [...].

O sujeito-enunciador no dizer da imprensa deve dizer a “verdade”, correspondendo ao desejo de conhecimento do leitor: a imprensa se situa a partir de uma imagem de credibilidade perante a sociedade, perante seu público. Diante do exposto, os “acontecimentos discursivos utilizados pelas mídias tendem a construir uma nova identidade remetendo a elementos do passado, não pelo o que neles está dito, mas pelo modo como esse já-dito neles retorna” (SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p.123), ou seja, no acontecimento do seu retorno. (FOUCAULT, 1995).

Refletindo os recortes dos enunciados retirados da *Revista Caros Amigos*, observamos que os discursos utilizados sobre os “terroristas” e o “ex-

presidente” Bush se diferenciam, pois a representação destes atores também são diferentes: Bush é visto como aquele que não visa a paz, não mede esforços para manter seu “império”. Já em relação ao povo islâmico, a representação que se tem é de “ângulos” diferentes, pois nos discursos publicados pela revista internacional, CNN, que a revista Caros Amigos retoma, vê os islâmicos como o “terrorista” sem distinção de país e religião, basta ser islâmico para ter esta característica.

Nesta revista, o islâmico é representado, a partir de grupos étnicos aos quais pertencem, não há um único islâmico, mas sim vários povos com culturas diferentes. São vistos de acordo com as diversas formações discursivas que perpassam a cultura islâmica, pois as identidades são construções sociais e culturalmente situadas, são formadas na relação inescapável e necessária com a alteridade. As identidades dos sujeitos são fragmentadas, não estão prontas, estão em constante movimento, num mundo pós-moderno midiático como o nosso, assim, são as referências também, cambiantes e fragmentadas (GRIGOLETTO; MAGALHÃES; CORACINI, 2006). Assim sendo, os sujeitos-enunciadores constroem suas representações sobre a realidade, os fatos, de acordo com o lugar que fala, com suas experiências e sua ideologia.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados parciais nos permitem afirmar que ao analisar as formações ideológicas sobre o atentado ao World Trade Center ocorrido no dia 11 de setembro em 2001, por meio das marcas enunciativas presentes nos discursos (reportagens principais) da revista Caros Amigos, que os efeitos de sentidos dos discursos instaurados pela mídia mostram como os americanos lutam ou usam de diversos subterfúgios/argumentos para se manter no poder, e afirmar que terroristas só existem entre os islâmicos. A Revista tenta com esse discurso mostrar que, por trás dos discursos americanos, há uma voz silenciada pelo seu capitalismo exacerbado, nesta disputa pelo poder, a voz dos islâmicos.

Assim ao analisar os recortes dos enunciados retirados da revista *Caros Amigos*, observamos que os discursos utilizados sobre os “terroristas” e o “ex-presidente” Bush se diferenciam, pois a representação destes “atores” também

são diferentes: Bush é visto como aquele que não visa a paz, não mede esforços para manter seu “império”. Já o islâmico é representado, a partir de grupos étnicos aos quais pertencem, não há um único islâmico, mas sim vários povos com culturas diferentes. São vistos de acordo com as diversas formações discursivas que perpassam a cultura islâmica.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldi. In: Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, n.19, 1990.

BHABHA, Homi. *O Local da cultura*. Trad. Miriam Ávila et ali. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Martins fontes, 2003.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

CARDOSO, S. H. B. *Discurso e Ensino*. 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves e Ver. Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, [1969]; [1972]; [1995]; 2008.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Manoel Barros da Mota (org.) Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro 2ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006.

_____. *A Ordem do Discurso*. 12. ed. São Paulo: Ed. Loyola, [1971]; [1973]; [2002] 2005.

_____. (1979) *Microfísica do Poder*. 19 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro. Graal, 2004.

GREGOLIN, M. do R. V. *Discurso, História e a Produção de Identidade na Mídia*. In: FONSECA-SILVA, M. da Conceição; POSSENTI, S. (Org.). *Mídia e Rede de Memória*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

_____. *As fadas tinham idéias: estratégias discursivas e produção de sentidos*. Tese de Doutorado em Linguística. Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita”, UNESP, Araraquara: 1988.

GRIGOLETTO, M. MAGALHÃES, I. GRIGOLETTO, M. CORACINI, M. J. (org.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006.

ORLANDI, Eni. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 2 ed. Campinas. Pontes 1990.

REVISTA CAROS AMIGOS, ano V, nº. 55 de outubro de 2001.

VIOLÊNCIA DISCURSIVA NA/DA ESCOLA: ALGUNS SENTIDOS

DISCOURSE ON VIOLENCE / SCHOOL: SOME DIRECTIONS

Silvana Aparecida Bastos Vieira da Silva (NEAD/ UEMS/PG-UFMS/CPTL)¹⁰³

silvanaabastos@hotmail.com

. Marlon Leal Rodrigues (NEAD/UFMS/UNICAMP)

marlonlero@bol.com.br

RESUMO: Objetiva-se neste trabalho analisar os discursos sobre os tipos de violência no espaço escolar, assim como, verificar as tensões de sentido nos discursos dos sujeitos. Tomamos como objeto os discursos que constituem a prática discursiva Violência dos membros integrantes da comunidade escolar conforme a posição sujeito diretor, coordenador, administrativos, professores e alunos. Ao analisarmos as discursividades dos sujeitos, têm-se alguns sentidos de práticas de violências que são próprias do ambiente escolar e outras que adentram a escola. E pelo efeito discursivo, entendemos que tais práticas discursivas são denominadas: relação de poder, física, simbólica, psicológica, verbal e também relaciona ao preconceito de gênero e étnico racial. Verificamos a historicidade da violência, pois ela possui história e se expressa em rupturas. Assim, fatos que não eram vistos como violentos num determinado contextos históricos começam a ser percebidos como tal. Trata-se de uma pesquisa ancorada em teóricos da Análise do Discurso Francesa por melhor se prestarem aos nossos objetivos e proporem uma análise que trabalha na relação limite entre o linguístico e o social.

Palavras-chave: discurso; escola; violência.

¹⁰³ Mestranda em Letras- área de concentração Análise do Discurso, pela UFMS-Câmpus de Três Lagoas. Residente na rua: Miguel Fabrício Duarte, 855- centro, Nova Andradina-MS, CEP:79750-000

ABSTRACT: Objective of this work was to analyze the discourses about the types of violence within the school, as well as verify the tensions felt in the speeches. We studied the discourses that constitute the discursive practice of Violence integral members of the school community as the subject heading director, coordinator, administrators, teachers and students. Analyzing the discourses of the subject, have some sense of practices of violence that are characteristic of the school environment and others who enter the school. And the effect of discourse, we believe that these discursive practices are called: relationship of power, physical, symbolic, psychological, verbal, and also relates to gender bias, racial and ethnic backgrounds. Check the history of violence, because it has history and expresses itself in tears. Thus, facts that were not seen as violent a particular historical contexts begin to be perceived as such. It is anchored in a theoretical study of French Discourse Analysis for better lend themselves to our goals and propose an analysis that works on the relationship between language and limit social.

Keywords: discourse; school; violence

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem deparando com o aumento de prática discursiva de violência nas escolas. Esse acontecimento discursivo tem sido lugar de destaque e preocupação não só no meio acadêmico, mas também no senso comum. Assistimos a diversos episódios de práticas discursivas violentas no ambiente escolar por meio dos veículos de comunicações. Tais episódios envolvem agressões verbais, físicas e simbólicas contra o patrimônio, os quais não eram noticiados ou vivenciados, com frequência, noutras épocas.

Mediante o cenário caótico de relações conflituosas no ambiente escolar, é fundamental compreender esse acontecimento discursivo no processo de ensino- aprendizagem. Este trabalho propõe analisar a discursividade sobre os sentidos de violência no espaço escolar e, para desenvolver esta proposta, o contexto de investigação é uma escola da rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul que por questão de ética

omitiu-se o nome. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo e interpretativo.

Têm-se, como objeto de pesquisa, os discursos que constituem a prática discursiva de violência dos membros integrantes da comunidade escolar ou posições-sujeito e sentidos possíveis: diretor, coordenadores, administrativos, professores, alunos.

O objetivo é analisar os discursos sobre os possíveis sentidos de violência no espaço escolar que se constituem na prática discursiva dos sujeitos. O *corpus* é constituído de questionários abertos a comunidade escolar.

Apreende-se que o discurso sobre a violência possui história e se expressa em continuidades e em “rupturas” (POSSENTI, 2004), isto é, fatos que não eram vistos como violentos começam a ser percebidos como tal. Durante muito tempo foram utilizados os castigos físicos, como a palmatória, beliscões, reguadas, puxões de orelha e a obrigação de se ajoelhar em caroços de milho como modelo disciplinador. Além disso, o professor fazia uso da caneta vermelha para corrigir os cadernos dos alunos e, quando não acertam a lição ou se esqueciam de fazer, repetiam várias vezes cópias, como forma disciplinar.

Os castigos começaram a ser questionados na segunda metade do século XIX (LEMOS, 2005). Nesse sentido, a percepção da violência no meio escolar muda de acordo com o “olhar”: o que é considerado violência para um não é para o outro. As práticas discursivas violentas apresentam “efeitos de sentidos” (PÊUCHEUX, 1997) diferentes, pois cada época tem sua ideologia, se insere num determinado contexto histórico.

No passado, os instrumentos de castigo eram constitutivos da Escola e, portanto, naturalizados: havia até pais que exigiam isso do sistema. Hoje, o olhar que lançamos sobre o passado, tendo como objeto de análise a violência da escola, é de reprovação: posicionamo-nos contra as práticas violentas pedagógicas, educativas de antes, cujos sujeitos (agentes), agressores, eram os professores ou outros representantes da Escola, e os objetos (os pacientes), as vítimas, eram os alunos. Hoje, criticamos a violência na Escola, que não escolhe “papéis”.

1. Pressupostos teóricos

Compreendendo o fenômeno da linguagem e sua relação com a exterioridade, podemos entender alguns dos sentidos de práticas violentas na/da¹⁰⁴ escola, pois a linguagem é entendida como ação, transformação, como um trabalho simbólico em “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc” (ORLANDI, 1998, p. 17).

O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem e, por intermédio dele, observa-se o homem falando. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. (ORLANDI, 1999, p. 15).

Entende-se que, a violência possui história, e o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Ao enunciar, o sujeito o faz a partir de uma conjuntura específica em que estão em jogo não apenas o que discursiva, mas as tensões sócio-históricas e ideológicas, pois o espaço da enunciação é fortemente marcado pelas tensões dos “aparelhos ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

Se voltarmos ao processo sócio-histórico, verificamos que o vocábulo “violência” parece ser mesmo congênito na trajetória do homem sobre a terra. Tem-se a violência explícita na passagem da Bíblia Sagrada, no livro de Gênesis, entre Caim e Abel, marcando a presença do primeiro assassinato e da maldição de Deus ao fraticida: “vai e sê maldito sobre a terra!” (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 52).

Os homens como descendentes de Caim, não deixaram de construir, ao longo dos séculos, práticas violentas como: destruição do ambiente, discursos

¹⁰⁴ O efeito discursivo da preposição na/da refere-se: a preposição “na” faz referência ao efeito de sentido de uma violência que vem de fora para dentro da escola, por isso causa estranhamento nas “redes de memórias” (PÉCHEUX, 2002) do espaço escola; a preposição “da” refere-se que a escola por ser um espaço social, histórico, organizado discursivamente como qualquer outro já possui um tipo de prática discursiva de violência que lhe é “própria” (De Certeau, 2007), ou seja, que é constitutiva.

violentos, agressividade, dificuldade de conviver com a diferença, exclusão social, atos cruéis contra populações indefesas, criminalidade, morte. As diferentes facetas do acontecimento violência estão presentes nas relações do homem em sociedade, ao deparar com o acontecimento cotidianamente.

A violência está na história, no mundo, na cidade e na escola. A temática da violência nas escolas constitui ponto de confluência de processos sociopolíticos, econômicos e culturais. Então, várias são as causas apontadas, desde as sociais, que não oportunizam educação e trabalho digno, até causas psicológicas de aceitação e autoafirmação. (ABRAMOVAY, 2003, p. 24).

Essa temática encontra-se destacada nos noticiários e é amplamente divulgada na sociedade. Assistimos ao acontecimento violência contra a mulher, em relações de vizinhança, na família, num jogo de futebol, ou seja, situações banais e corriqueiras são espaços de práticas de violência, muitas vezes espetacularizadas pela mídia.

As mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas, assumindo discursos homogêneos cuja finalidade é de atingir um grande número de pessoas, tocando a afetividade do destinatário. Dessa forma, apossam-se do conceito de “informação” e “comunicação” para integrar, em suas diversas lógicas (econômica, tecnológica e simbólica), noções que remetem a fenômenos sociais. (CHARAUDEAU, 2009, p. 18).

Os textos midiáticos oferecem aos leitores formas simbólicas que lhes permitem construir uma representação da realidade. Assim, a sociedade incorpora sentidos cristalizados como símbolos de identificação entre os sujeitos. Então, a mídia interfere nos processos de significação e contribui para a construção de uma identidade social. Em se tratando de identidade, a autora defende que nossas identidades são construídas a partir de representações sociais que se estabelecem nos discursos. (GUERRA, 2006, p. 148).

Na história da violência contra a mulher, houve, ao longo dos tempos, deslocamentos do sentido de violência: a ação do homem contra uma mulher já foi considerada uma atitude disciplinadora, semelhante à praticada com as crianças, e uma manifestação de poder patriarcal; ambas “naturais”; hoje, tal prática apresenta efeitos de sentido diferentes, como, por exemplo, punições aos agressores violentos.

Atualmente, a mulher ganhou novo espaço na sociedade e em relação ao papel que exerce no seio familiar. Nesse sentido, a violência que era invisível em determinadas épocas, porque não era vista como tal, passou a ser caso de instituições governamentais de apoio às mulheres vítimas de violência, quer dizer, tem-se lutado pela criminalização da violência doméstica contra a mulher de que resultaram delegacias específicas e a recente “Lei Maria da Penha”.

Acrescentamos que o conceito de violência varia de uma cultura e de uma sociedade para outra, conforme o momento histórico vivido. É o caso da pena de morte, que, em certos países (China, Estados Unidos), é uma medida punitiva que faz parte da cultura e das regras sociais, enquanto outros países adotam meios diferentes de punição.

Também outro acontecimento violento, sob diversas justificativas, foi a destruição terrorista das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e a represália militar que se seguiu, com bombardeio de uma população faminta e acuada por anos de guerra, no Afeganistão.

À luz de tais pressupostos, entendemos que a história humana não está isenta de práticas de violência. Segundo Costa, a violência presente na realidade brasileira articula-se com os efeitos perversos do processo de mercantilização capitalista, com a valorização a sociedade dos bens materiais e com a busca pela satisfação do desejo de consumir, desconsiderando o método utilizado (COSTA, 1989, p. 3).

Costa informa que, no Brasil, vive-se uma cultura “narcísica” da violência em que a figura do Ideal coletivo dá lugar ao Ego-Ideal. Tem-se uma sociedade profundamente individualista e competitiva. Tal competição tem levado pessoas, grupos, instituições e sociedades a se agredirem mutuamente, a se dominarem, a tomarem à força a vida, tomarem bens materiais. (COSTA, 1989, p. 133)

2. Discursos sobre violência

Procedemos à interpretação de enunciados extraídos dos questionários aplicados a membros integrantes da comunidade escolar pesquisada, conforme sua posição-sujeito: diretor, coordenadores, administrativos,

professores e alunos. Esses discursos foram agrupados como discursos em relação à historicidade da violência, por entendermos, que ao enunciar, os sujeitos referem o acontecimento violência a fatores ligados à história e à sociedade, num dado momento de produção. Com isso, o sujeito posiciona o seu discurso em relação aos discursos outros, estando inserido num tempo e espaço socialmente situados.

A fim de apreender os diversos sentidos de violência em relação à historicidade na/da escola, buscamos embasamento sobre ideologia, discurso e sujeito nos estudos da Análise do Discurso, de linha francesa.

Desse modo, levando em conta o sujeito, sua história e as condições de produção da linguagem, seguem análises. Inicialmente, focalizamos enunciados pertinentes ao conceito de violência, conforme a representam membros da instituição escola, inscritos em distintas posições-sujeito.

(01) “para mim hoje a violência de forma em geral é a falta de estrutura familiar, e social em que vivemos, falta de amor e respeito entre os pais e filhos”. (F 18, P, Q01);¹⁰⁵

(02) “acontece de forma gerada por filmes, vídeos que eles vê e acham que colocando em prática eles são vistos pela sociedade”. (F 18, CP, Q02);

(03) “o professor já não é mais respeitado por aquilo que desempenha assim como o pai e a mãe. A escola reflete aquilo que está na sociedade, reproduz etnias, classes sociais, valores, conflitos e claro a violência”. (F 50, A, Q02);

(04) “aqueles que ocupam cargo de comando agem c/ pressão, explorando situação para intimidar (cultuando medo), negando informações, impedindo a participação em decisões importantes no ensino, na aprendizagem”. (F17, P, Q02);

(05) “é comum ver situações como essa de violência tanto física, como simbólica (isso de um modo geral abrangendo toda sociedade)”. (F53,CP,Q02);

(06) “são comuns os casos de violência por sentir ciúmes, por apelidos por falta de incentivos e estímulos na família”. (F45,D,Q03);

¹⁰⁵ Foram associados aos enunciados enumerados códigos para identificação dos sujeitos e dos questionários aplicados: D (diretor), CP (coordenador pedagógico), AD (administrativo), P (professor), A (aluno), F (formulário) e Q (questão).

(07) “puxão de orelhas, reguadas”. (F15,P,Q04);

(08) “na minha época enquanto estudante na década de 70, qualquer brincadeira ou questionamento era passivo de castigo exemplo ficar em pé atrás da porta, de joelhos entre tantos outros”. (F26,P,Q04);

No enunciado 01, “para mim hoje a violência de forma em geral é a falta de estrutura familiar, e social em que vivemos, falta de amor e respeito entre os pais e filhos”, tem-se o enunciado do sujeito professor que discursiviza segundo a posição que ocupa.

O sujeito professor utiliza o advérbio (categoria do discurso) “hoje” para explicitar a violência atual e seus efeitos de sentido. Tal advérbio não só indica o momento da enunciação mas também põe em confronto duas “épocas” do acontecimento violência, situando-o no tempo e no espaço. Ao discursivizar “hoje a violência é: falta de estrutura familiar, social, falta de amor e respeito entre os pais e filhos” pressupõe que, antes, noutra época, não era efeito de várias faltas.

Para apreendermos o fragmento discursivo “é a falta de estrutura familiar, e social em que vivemos” retomamos a memória discursiva. Para entendê-la, apoiamo-nos em Pêcheux, que nos diz ser “um espaço tenso, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e regularização e que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior, isto é, tem-se a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Nesse sentido, ao produzir o discurso, o sujeito professor tem em seu arquivo, memória, o conceito de estrutura familiar: a família de “antes” e representada como algo constituído por pais (pai e mãe) e filhos (mais de um) e solidamente estruturado, contrapondo-se à de hoje, sem estrutura, sem solidez, sem valores.

Então, são vários os efeitos de sentido produzidos pelo enunciado quando nos remetemos à prática discursiva “violência é a falta de estrutura familiar”. Os sentidos se constituíram ao longo de uma história a que já não temos acesso e que “fala” em nós. (ORLANDI, 1999, p. 38).

O sentido de família sofreu alterações ao longo do tempo, pois a base familiar se constituía em: pai, mãe, filho (a); hoje, há outros sentidos de

formação familiar como: casamento entre divorciados, entre homens, entre mulheres. Houve uma ruptura no modelo de família, e mediante esta nova construção familiar vivenciada cotidianamente verifica-se certo preconceito. A desestabilização de um sentido de família para outro gera um sentido de violência.

Em 02, “acontece de forma gerada por filmes, vídeos que eles veem e acham que colocando em prática eles são vistos pela sociedade”, o sujeito professor atribuiu o acontecimento violência a fatores midiáticos.

Ao discursivizar “gerada por filmes” apreende-se que a violência é provocada por programas veiculados pela TV ou que por meio de filmes, vídeos instigam a violência. De fato, assistimos a filmes e seriados que retratam essa realidade e há cenas já nos parecem familiares, sendo compreendidas como diversão, com direito a poltrona e bilheterias. Verifica-se que a mídia espetaculariza a miséria e a violência para “distrair” e obter o máximo de audiência.

As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, mas impõem o que constroem do espaço público e, de maneira organizada, instituem-se em empresa de fabricar informação por meio do que se pode chamar de “máquina midiática” (CHARAUDEAU, 2009, p.19).

Então, o que está acontecendo é justamente a “normalização do sentido de violência”. E o veículo midiático utiliza vários mecanismos para veicular tal normalidade na memória do sujeito, de tal modo que são considerados normais: o desemprego porque faz parte do capitalismo, jovens envolvidos em tráfico de drogas, lutas de gangues, a existência de ricos pobres. É o conformismo do capital concebida, por muitos, também, a mídia é vista como mecanismo que “atrofia” as faculdades intelectuais das pessoas por meio de imagens e de informações superficiais, fragmentárias, difundidas para divertir (LIPOVETSKY, 2004, p. 72).

Nesse mesmo sentido, verifica-se, no fragmento discursivo “vídeos que eles veem e acham que colocando em prática eles são vistos pela sociedade”, que a programação e os noticiários veiculados pela mídia são fatores que contribuem para a banalização da violência. Cenas de acontecimento de violência são servidas em pequenas doses diárias e assistidas pelos sujeitos nos filmes de ficção e são (re)produzidas no cotidiano, invertendo o dito “a arte

imita a vida”. E, ao (re)produzirem, os sujeitos querem ser reconhecidos, também como, protagonista da história, o herói ou o anti-herói vistos na “telinha”. Então, o que eram cenas de ficção passam ser realidade; atualmente, vive-se a sociedade marcada pelo medo e insegurança.

No enunciado 03, “o professor já não é mais respeitado por aquilo que desempenha assim como o pai e a mãe. A escola reflete aquilo que está na sociedade, reproduz etnias, classes sociais, valores, conflitos e claro a violência”, o sujeito professor representa-se como vitimado em seu ambiente de trabalho. Ao analisarmos o fragmento “professor já não é mais respeitado por aquilo que desempenha”, verificamos, pela construção “já não [ser] mais” de natureza aspectual – aspecto cessativo-, posição entre antes e agora, entre e agora, entre presença e falta, ao caso, de respeito. No conjunto das relações sintático-semânticas e discursivas, emergem duas identidades um processo de desidentificação do professor respeitado, ou de desconstrução da imagem do sujeito professor.

Verifica-se, na prática discursiva da posição-sujeito professor, que não somente a imagem do educador apresenta outro efeito de sentido (PÊUCHEUX, 1997) na sociedade atual, como também a figura do pai e da mãe. Apreende-se tal efeito de sentido quando buscamos, na memória discursiva, as imagens de/sobre pais e professores. O sujeito professor era respeitado, visto como autoridade máxima na sala de aula. Sua função era transmitir conhecimento. Também as posições-sujeito paterna e materna eram autoridades no seio familiar. O pai incumbia aos filhos de tarefas e responsabilidades, aos filhos, cabia exercê-las. O mesmo ocorria na escola, na relação hierárquica professor-aluno.

Dito isso, entende-se que as imagens de professor e de pai e mãe sofreram modificações. Pode se entender que as modificações são construídas pelos sujeitos paulatinamente e marcadas no tempo e na história. Assim, para o sujeito professor o contexto social interfere no ambiente escolar: “a escola reflete aquilo que está na sociedade”, ou seja, vivencia-se um fato de violência na sociedade e este adentra a escola, como também, pode ser oriundo da própria instituição.

O crescimento da violência dentro da escola e para com ela tem provocado reações e contrarreações que só fazem piorar o conflito e

realimentar a insegurança nos alunos, professores e nos demais profissionais que nela atuam. (MARRA, 2007, p. 26).

Em 04, “aqueles que ocupam cargo de comando agem c/ pressão, explorando situação para intimidar (cultuando medo), negando informações, impedindo a participação em decisões importantes no ensino, na aprendizagem”, o sujeito professor explicita, por meio do enunciado, que sofre violência quando lhe é negado o direito de participar de decisões em prol do ensino aprendizagem. Verifica-se, em “aqueles que ocupam cargo de comando agem c/pressão”, que há relações hierárquicas no ambiente escolar. Pelo uso do pronome demonstrativo (categoria do discurso) “aqueles”, referencial e dêitico, o sujeito que enuncia exclui-se do rol “daqueles”, distantes de sua posição.

Remetendo-nos à prática discursiva do sujeito, sabe-se que o estabelecimento de ensino escolar é representado pela figura do gestor, coordenador pedagógico, colegiado escolar, representante de pais e mestres, e que estes são representantes de cada segmento para trabalhar em prol da melhoria do ensino. Porém, conforme o enunciado do sujeito professor, quem exerce cargo de comando pressiona, intimida, amedronta os demais colegas no ambiente de ensino. O sintagma verbal (categoria do discurso) “comandar”, segundo o dicionário Globo¹⁰⁶ (1990), significa exercer comando, dirigir, mandar, governar.

Entende-se que, “a escola constitui o conjunto de aparelhos ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 68). Ela é um dos meios utilizados pela classe dominante para influenciar o sujeito e manter a autoridade sobre ele. O sujeito violentado pela instituição escola pode ser o profissional que sofre intimidação ou o aluno, quando este é moldado para cumprir regras, obedecer a ordens e ter disciplina. Nesse sentido, apreende-se que a instituição escolar exerce função controladora e quer ter os sujeitos sobre seu domínio.

Em 05, “é comum ver situações como essa de violência tanto física, como simbólica (isso de um modo geral abrangendo toda sociedade)”, tem-se o discurso do sujeito que exerce a função de coordenador pedagógico da

¹⁰⁶ Embora tenha sido utilizado o dicionário como referência, não queremos dizer que essa fonte contenha o sentido “verdadeiro” das palavras, posto que este só se constrói no conjunto das condições de produção do discurso.

instituição escolar. Para o sujeito coordenador, a violência é considerada prática “comum”, portanto, ele considera como “normal”. De fato muitos sujeitos consideram o acontecimento violência como normal, pois o fato é visto frequentemente nos meios de comunicação e “servido” à sociedade.

A violência é transmitida às crianças por meio dos desenhos animados; aos jovens, mediante filmes e seriados, e aos adultos, pelos noticiários, levando à banalização da violência e da agressividade, sendo a prática de violência na sala de aula uma das manifestações dessa situação. Logo, o acontecimento violência vai sendo reproduzido dentro da escola: aquilo que se vê na programação midiática é arquivado na memória e cristalizado como algo corriqueiro e normal.

Quanto à violência física, é a face mais visível do acontecimento e abrange a sociedade e as escolas. Na escola, ambiente de diversidade, ocorrem brigas, atos de agressividade tanto física quanto simbólica, e as medidas para solucionar os conflitos, em geral, são cabíveis à direção da escola. Os procedimentos coercitivos advertências, suspensões, transferências e outros, dependendo da gravidade do caso, pela perspectiva da escola.

O recurso à violência física justifica-se em algumas situações como forma de defesa pessoal, como proteção aos amigos, os mais fracos, ou como resposta à ação de um sujeito mais forte. Independente da justificativa, a violência é, no entanto, uma forma de negociação que exclui o diálogo. (ABRAMOVAY, 2003, p. 63).

No enunciado 06, “são comuns os casos de violência por sentir ciúmes, por apelidos, por falta de incentivos e estímulos na família”. De acordo com o discurso do sujeito coordenador, o acontecimento violência está arraigado na família. O ambiente familiar é aquele em que a criança convive com os pais, avós, tios, padrinhos e serão estas pessoas que a criança tomará como exemplo e direcionarão sua conduta. (OLIVEIRA, 2005, p. 50).

Nesse sentido, se a criança vive num ambiente em que a família se encontra desorientada, simplesmente chega à escola sem limites e deveres a cumprir. Tal conduta pode gerar atitudes indesejáveis na escola, como agressividade, falta de respeito perante aos colegas, professores e outros.

De acordo com a posição sujeito coordenador, há práticas de violência quando o sujeito “sente ciúmes, por apelidos, por falta de incentivo”. Na escola,

crianças e jovens debocham uns dos outros, criam apelidos mais estranhos para tratarem os colegas. São frequentes os casos de implicância, discriminação, agressão verbal e física. E muitas vezes, a vítima, para mostrar que não é covarde, ou quando percebe que seus agressores ficam impunes, pode escolher outras pessoas e passa a provocá-las, tornando-se alvo e agressor ao mesmo tempo. No contexto social, assistimos a casos brutais de violência por ciúmes. Os sujeitos protagonistas alternam-se ora no papel de agressores, ora no de vítimas. A violência sempre esteve presente na trajetória do homem, e ela não nos é estranha. (MARRA, 2007, p. 24).

Nos enunciados 07, “puxão de orelhas, reguadas”, e 08, “na minha época enquanto estudante na década de 70, qualquer brincadeira ou questionamento era passivo de castigo exemplo ficar em pé atrás da porta, de joelhos entre tantos outros”, têm-se discursos de posição-sujeito professor. Ao discursivizar “puxão de orelhas, reguadas” e “na década de 70, qualquer brincadeira ou questionamento era passivo de castigo”, entende-se que tais práticas de violência aconteciam nas escolas, em outras épocas, e se configuravam como forma “disciplinadora”. Assim, as agressões físicas e outras punições advindas de professores eram comportamentos comuns, inscritos nas práticas sociais e discursivas da Escola. Tanto que eram consentidas pela maioria dos profissionais, ou seja, adotavam-na como prática normal do ato de ensinar. Hoje, métodos punitivos usados por profissionais no espaço escolar em determinado contexto sócio-histórico, atualmente, são considerados “ferramentas” de práticas de violência, evidenciando o que discutimos anteriormente.

Verifica-se que o ato disciplinador passou por uma ressignificação de conceitos e valores, o que se apreende na construção do sujeito em sociedade, pois é nas relações conflituosas que os sentidos vão se reconfigurando. E somos afetados pelo real da língua e pelo real da história; funcionamos pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 1999, p. 20).

Considerações

Apreende-se que a violência possui história, o sujeito vivencia práticas de violência ao longo dos tempos; não há como negar sua existência, seus

efeitos e manifestações. O acontecimento violência está presente nos diversos espaços da sociedade, como: situações de violência no trânsito, na família; na escola; em instituições públicas e particulares, entre amigos no botequim; na falta de assistência médica; na falta de apoio educacional, e entre outros.

É importante ressaltar que a sociedade é constituída de espaço social, e cada espaço manifesta relação com outros discursos. Assim, “se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno” (ORLANDI, 1999, p.39). Temos a chamada relação de forças, as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Nesse sentido, ao analisarmos os acontecimentos discursivos de violência no espaço escolar, apreendemos que o que é violência para um não é para outro, pois as palavras mudam de sentido (PÊCHEUX, 1998, p. 161) conforme mudam de uma formação discursiva para outra, e os sentidos vão-se constituindo ao longo da história.

Entende-se que qualquer prática discursiva do sujeito tem sua historicidade, e o discurso é palavra em movimento, prática de linguagem. Dessa forma, analisar o discurso do homem falando é compreender a língua fazendo sentido na construção do sujeito e da sua história (ORLANDI, 1999, p. 15).

Portanto, constatamos que a violência discursiva na/da escola não é um acontecimento novo, mas que nesse contexto histórico a violência apresenta outro efeito de sentido, pode ser para a posições-sujeitos diretor, coordenador, professores, administrativo o meio de manter a ordem e a disciplina. E o aumento da violência é “sempre o signo do enfraquecimento ou da perda do poder”. (ARENDDT, 1994, p. 89). Entendemos que essas posições consideradas hierárquicas na escola não estão tendo o controle dos alunos, da situação, assim, agem com violência das diversas formas a fim de controlá-los. E quanto aos alunos, já não são mais aqueles sujeitos que somente assimilavam os conteúdos, vivem noutra condições de produção, assim, seus atos, ações e discursos significam. Na verdade, reclamam sentidos, gritam por sentidos, de certa maneira, estamos presenciando grupos de sujeitos inseridos em várias instituições que estão dialogando. É no embate e no confronto que os sentidos vão sendo transformados e redimensionados. Os diversos discursos existentes sobre a violência não são frutos de apenas uma formação discursiva, mas de

várias formações que se atravessam, produzindo o novo e redimensionando o velho. Em suma, vivenciamos na escola relações conflituosas, tensões de sentido e a possibilidade de também transformação do espaço escolar.

O trabalho trouxe algumas reflexões sobre alguns sentidos de violência discursiva na/ da escola, pretendemos fomentar a discussão sobre o espaço escolar a fim de compreendermos as relações conflituosas e instigar políticas públicas para amenizar o problema, intervindo se possível na violência no contexto escolar.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro. Edições Graal.1985.

ABRAMOVAY, Miriam *et alii*. *Violência nas escolas*: versão resumida. Brasília: Unesco Brasil, Rede Pitágoras, 2003.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BÍBLIA SAGRADA. [Tradução portuguesa da versão francesa dos originais grego, hebraico e aramaico, traduzidos pelos Monges Beneditinos e Maredsous (Bélgica)]. 162ª ed. – São Paulo, SP: Editora Ave-Maria, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Corrêa. 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, J.F. Narcisismo em tempos sombrios. In: FERNANDES, H.R.(org.). *Tempo do desejo: sociologia e psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

FERNANDES, Francisco, LUFT, Celso Pedro, GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário Brasileiro Globo*. 15. ed. São Paulo: Globo, 1990.

GUERRA, V.M.L.; NOLASCO, E.C. *Discurso, alteridades e gênero*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Entre a palmatória e a moral. In: *Nossa História*, Ano 2, n.º 15, janeiro de 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia, empresa*. Trad. Juremir M. da Silva. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2004.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. *Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola*. São Paulo: Annablume, 2007.

MARCAS LINGUÍSTICAS PRESENTES EM ANÚNCIOS DE JORNAIS DOS SÉCULOS XIX e XX

LINGUISTICS MARKS FROM NEWSPAPER ADS OF THE XIX AND XX CENTURI

Sílvia Maria Vieira (PPGLetras/UFPE)

sylmavi@yahoo.com.br

Resumo: Todas as línguas vivas mudam contínua e gradualmente. Essas mudanças abrangem os níveis fonético, fonológico, morfossintático, lexical e semântico. Nesse processo, surgem palavras, outras desaparecem ou alteram a grafia ou sentido. Entretanto, alguns termos em desuso não desaparecem completamente ou mantêm elementos de uma época passada. A Língua portuguesa passou por diferentes fases, verificando-se ocorrências mais antigas em textos de épocas posteriores. Em vista disso, esse trabalho analisa marcas linguísticas dessas fases em textos do século XIX e XX. Nossos *corpora* constituem-se de anúncios do jornal O Cruzeiro, do Recife, no ano de 1829, e do Jornal do Brasil, de 1930. Nossa metodologia baseia-se na pesquisa quantitativa na mensuração das ocorrências e qualitativa na compreensão destas. Os resultados apontam traços das fases arcaica e pseudo-etimológica em anúncios dos dois jornais. A análise desses fenômenos, em textos antigos, nos fornece elementos nos quais podemos nos basear ao estudar a língua de uma época, cotejando as ocorrências com as de outros períodos e analisando as transformações por que esta vem passando. Esperamos, com essa pesquisa, contribuir para a compreensão de fenômenos linguísticos presentes nesses e em outros textos, bem como favorecer a uma compreensão de certas dificuldades observadas na escrita atual.

Palavras-chave: Língua portuguesa; Anúncios; Mudanças; Arcaísmos; Fenômenos linguísticos

Abstract: All living languages change continuously and gradually. These changes include the levels phonetic, phonological, morph syntactic, lexical and

semantic. In this process, new words appear, others disappear or change the spelling or meaning. However, some terms do not disappear completely into disuse or retain elements from past age. The Portuguese language has gone through different stages, and there are instances in the oldest texts of later times. As a result, this paper analyzes linguistic traces of these phases in texts of the nineteenth and twentieth centuries. Our corpora are made up from *Cruzeiro* newspaper in Recife, in 1829, and *Brazil* newspaper, 1930. Our methodology is based on quantitative research in the measurement of the occurrences and qualitative understanding of these. The results show traces of the phases and pseudo-archaic etymological advertisements in two newspapers. The analysis of these phenomena, in old texts, provides us with the elements on which we can build upon to study the language of a time, comparing the events with other periods and analyzing the changes that this comes through. Hopefully, with this research, contribute to the understanding of linguistic phenomena present in these and other texts as well as promote an understanding of certain difficulties encountered in writing today.

Keywords: Portuguese language; Advertising; Archaisms; Linguistic phenomena

1 Introdução

Como sabemos todas as línguas mudam com o passar do tempo. Elas não são realidades estáticas, mas dinâmicas, embora os falantes não percebam. Conservando o caráter sistêmico da língua, essa mudança é lenta e gradual, atingindo partes desta, de modo que a história das línguas se constroi num jogo complexo de mutação e permanência, como afirma Faraco (2005). Essa noção de estabilidade e permanência, segundo esse linguista, advém de um padrão estabelecido nas gramáticas, perseguido por letrados e ensinado nas escolas, o qual de certa forma serve para refrear, mesmo que temporariamente, as transformações e como referência para a construção de uma imagem de língua pelos falantes. Em alguns casos estes percebem as mudanças ao se defrontarem com textos escritos antigos, com pessoas muito mais jovens ou mais velhas e até mesmo que tiveram pouco ou nenhum

acesso à escola e à escrita ou, ainda, quando sentem dificuldades no uso de algumas estruturas da língua escrita cultivada socialmente. Quando comparamos manifestações linguísticas distantes no tempo e também realizações diferentes de um mesmo fenômeno linguístico no presente, em função de fatores socio-culturais, regionais, etários dentre outros, observamos algumas transformações: certas estruturas e palavras deixam de existir ou têm sua forma, função e/ou significado modificados.

Com relação à grafia de algumas palavras podemos verificar que a ortografia da língua portuguesa nunca foi uniforme, tendo passado por diferentes fases de evolução. Em vista disso, encontramos algumas formas grafadas de modo diferente, às vezes em um mesmo documento. Essa oscilação, que pode se dar tanto nos sons quanto na escrita, nos fornece elementos nos quais podemos nos basear ao descrever o estado da língua de uma época, comparando a grafia das palavras com a atual e analisando os processos de transformação por que uma língua passou.

Algumas dessas ocorrências podem ser consideradas padrão e outras não-padrão para a norma escrita, mas nem sempre foi assim. Houve uma época em que não havia uma norma definida, o que demonstrava certa instabilidade nos registros de uma mesma palavra. Em vista disso, ao longo dos anos, ocorreram várias tentativas de se estabelecer regras para a língua escrita. As gramáticas e os dicionários representam essa tentativa de uniformidade, ou seja, um processo de standardização da língua.

Todas as grandes línguas passaram por um processo de standardização, isto é, a utilização de uma mesma forma pela maioria dos usuários e a obediência a modelos tidos como “corretos” em detrimento de outros considerados “errados”.

Menos frequente nos dias de hoje, a oscilação era comum em documentos medievais e nas fases de formação da língua portuguesa e mostra que, embora os falantes não percebam, todas as línguas evoluem e modificam-se, caracterizando-se por vários tipos de variação ou marcas dialetais. Essas variações podem ser diatópicas quando relacionadas ao espaço geográfico; diastráticas, relacionadas aos extratos socioculturais; e diafrásicas referentes às modalidades expressivas, além de variações etárias e de uma geração para outra. O conhecimento dessas diferenças leva a uma melhor compreensão da

língua como um todo e dos fenômenos que ocasionaram as mudanças linguísticas dentre os quais a gramaticalização, a lexicalização, os arcaísmos.

Em vista disso, este estudo tem como objetivo analisar a caracterização linguística de anúncios publicados na imprensa nos séculos XIX e XX. Para isso selecionamos 6 anúncios publicados no jornal *O Cruzeiro*, da cidade do Recife, do ano de 1929, e 6 anúncios do *Jornal do Brasil*, de circulação nacional, publicados no ano de 1930. Investigamos algumas ocorrências linguísticas da fase de formação do Português do Brasil que são encontradas nos anúncios desses jornais, produzidos nos séculos XIX e XX. O presente estudo ajudará a compreensão de alguns fenômenos semânticos, lexicais, sintáticos, fonéticos e morfológicos presentes nos textos desses dois períodos, bem como favorecerá a uma compreensão mais ampla de certas ocorrências linguísticas presentes nos dias de hoje.

Inicialmente, tratamos de alguns conceitos teóricos fundamentais para nosso estudo como sincronia/diacronia, arcaísmos, dentre outros aspectos da evolução das línguas com base nos pressupostos da Linguística, da Linguística histórica e da Filologia. Em seguida, apresentamos um breve histórico da língua portuguesa e sua periodização. Depois tecemos algumas considerações sobre a imprensa e os periódicos em estudo

para, em seguida passarmos à análise dos dados, ilustrando as ocorrências com alguns exemplos de cada jornal e finalmente, procedermos às considerações finais.

2 Considerações sobre Sincronia e Diacronia

As transformações por que passa uma língua não se dão por acaso, mas são o resultado de tendências naturais e hábitos fonéticos espontâneos e não simplesmente de moda ou capricho. A constância e a regularidade que se observam nessas transformações permitem aos gramáticos a formulação dos princípios e leis que regem uma língua, cabendo à Gramática Histórica o estudo destes princípios e leis (Cf. Coutinho, 1976).

O desenvolvimento gradual da ciência da linguagem, segundo Coutinho (1976), usando a divisão de Benfey, se deu em quatro fases distintas: a Fisiológica, onde se destacam os trabalhos de indianos como Panini no século IV a.C, cuja preocupação era com a análise dos sons do sânscrito; a fase Filosófica, cujas investigações revelam o interesse dos gregos pela origem da linguagem e em saber se relação entre as palavras e as coisas é necessária e natural ou por convenção; a fase Histórica, que procura explicar a origem e as transformações sucessivas de uma língua em função dos documentos; e a Comparativa, que parte do cotejo entre textos de dois ou mais idiomas afins com o objetivo de encontrar explicação para seus fatos gramaticais ou linguísticos.

Foi nesta última fase que, conforme Coutinho (1976), a ciência da linguagem instituiu seu verdadeiro método de observação, não esquecendo os nomes de estudiosos como Bopp, Rask, Humboldt dentre outros. Desse modo, no século XIX, as pesquisas linguísticas concentraram-se no estudo diacrônico e comparativo dos fatos, que considerava que o estudo científico de uma língua só poderia ser histórico. A partir do século XX, estudos atribuídos a Ferdinand Saussure, opõem-se a esse ponto de vista, diferenciando diacronia, estudo evolutivo dos fatos, de sincronia, descrição de sistemas linguísticos num dado tempo. Para Saussure (2004):

“A Lingüística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são percebidos pela consciência coletiva. A lingüística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que substituem uns aos outros sem formar sistema entre si” (p. 16).

Assim, segundo Saussure, a sincronia é o eixo das simultaneidades onde se descrevem os fatos, o funcionamento concreto da língua em determinado momento. A diacronia pertence ao eixo das sucessividades, no qual o linguista toma a relação entre um fato e outros anteriores ou posteriores, sem relacioná-los com o sistema. Esse dois eixos são transversais, podendo

conviver harmonicamente. Pelo eixo diacrônico podemos estudar tanto a história externa de uma língua, observando as relações entre os fenômenos socioculturais e a evolução desta, quanto a história interna, verificando sua evolução estrutural, fonológica e morfossintática no decorrer do tempo. Pelo eixo sincrônico verificamos como dadas palavras são usadas em determinada época, buscamos conhecer o estado da língua, procurando determinar a natureza do sistema e suas condições de funcionamento. Para Saussure, o estudo sincrônico é prioritário uma vez que o falante nativo usa a língua como veículo de comunicação e interação sem consciência de sua história, de sua sucessão no tempo.

Para Borba (1998), a tarefa linguística diacrônica é explicar estados anteriores não apenas para apreender ou recolher informações de ordem cultural, mas principalmente para compreender como o sistema atual se estrutura. Seu objetivo não é descobrir como a língua funciona através dos tempos, mas descrever estados sucessivos, compará-los e verificar como ela chegou ser o que é e qual a sua deriva ou traços básicos de sua evolução. Borba (op.cit.) enfatiza que os estudos diacrônicos começam pela descrição de estados anteriores e atesta que isto já é sincronia. Os estudos sincrônicos precedem os diacrônicos: primeiro se faz a descrição sincrônica dos fatos da língua e depois pela comparação dos diversos estágios se determina a sua evolução. Assim, para descobrir como e por que as línguas mudam através do tempo, é necessário se estabelecer uma sucessão cronológica dos fatos. Em vista disso, o enfoque sincrônico e diacrônico não devem ser vistos de forma separada, mas como duas coisas complementares.

O estudo diacrônico mostra que a língua, pelo seu caráter dinâmico e variável, é um sistema complexo. Com o passar do tempo algumas palavras se desgastam, perdem sua força expressiva, são trocadas por sinônimos seja por mudanças sociais ou culturais seja por inovações tecnológicas. Entretanto, existem certos termos ou expressões que, apesar dessas mudanças decorrentes da evolução da língua, permaneceram sendo usados por um certo tempo, são os arcaísmos. É possível se verificar o processo de arcaizamento em que vocábulos, expressões ou construções linguísticas deixam de ser usados, sendo trocados por termos mais recentes.

3 Periodização da Língua Portuguesa

A história de uma língua é indissociável da história social dos povos que a falam. Um exemplo disso é a história da língua portuguesa, que está intimamente relacionada com as conquistas romanas e sua dominação na Península Ibérica, com a formação do Estado Português, sua expansão pela África e sua transplantação para o Brasil, através dos grandes descobrimentos. Como o estudo de uma língua nunca se dá desvinculado dos aspectos socioculturais e históricos que concorreram para a sua formação, em sua análise deve-se sempre levar em conta a época em que ela é falada ou os textos que são escritos, os papéis sociais dos usuários e o espaço geográfico onde ela é usada. Como sabemos, a Língua portuguesa tem origem no Latim vulgar, levado para a Península Ibérica pelos romanos que impuseram sua língua aos povos conquistados a qual foi passada de geração a geração. Coutinho (1976) chega a afirmar que o português é o próprio latim modificado, uma vez que a língua dos romanos, adotada juntamente com os seus costumes pelos povos que habitavam a Península, transformou-se no grupo das línguas românicas ou novilatinas.

Segundo Ilari e Basso (2007), apresentando relativa uniformidade em uma boa parte da Europa ocidental, com as invasões bárbaras e depois com os árabes, essa língua foi perdendo sua uniformidade linguística se diversificando cada vez mais, originando alguns falares como o galego, o castelhano, o galego-português e posteriormente o português.

Para Leite de Vasconcelos (COUTINHO, 1976) a história da língua portuguesa divide-se em três grandes épocas: a pré-histórica que começa com a origem da língua e vai até o século IX, quando surgem os primeiros documentos latino-português; a proto-histórica que se inicia no século IX indo ao XII, com textos escritos em latim bárbaro e o aparecimento do dialeto galaico-português e, por fim, a fase histórica, que começa no século XII, já com textos redigidos em português. Esta última compreende a fase arcaica (do século XII ao XVI) e a moderna (do século XVI até os dias de hoje).

Ilari e Basso (2007), afirmam que mesmo não existindo uma coincidência perfeita da parte de muitos estudiosos quanto à periodização da língua portuguesa, a maioria reconhece uma fase arcaica, uma clássica e uma

moderna. No entanto, quanto à precisão de datas e denominações dos vários períodos, os autores apontam algumas divergências.

Na fase arcaica, conforme esses autores, muitos traços da língua ainda não estavam completamente definidos, sendo marcada por algumas particularidades como a falta de diacríticos; a letra *u* indicando os sons de [u] e [v]; o til indicando nasalidade no lugar do *m* e *n* atuais; o *y* indicando a semivogal (feyto) ou a vogal (juyzes); os pronomes clíticos ligados ao verbo; a letra *h* na grafia da palavra *um* e ausente no verbo *haver*. A segunda fase tem início com a publicação de *Os Lusíadas*, em 1572, foi marcada por grande efervescência na cultura e nas artes, com destaque para os grandes poetas e dramaturgos portugueses como Sá de Miranda e Camões, dentre outros, passando por mudanças estruturais importantes a partir do século XVII. Com modificações no léxico e na sintaxe, algumas construções do período arcaico desaparecem. Observa-se, de um lado, uma tentativa de fixação da língua, e de outro a influência da renascença italiana no enriquecimento do léxico com termos do latim e do grego clássicos.

Com relação à língua escrita, devido à falta de uma uniformização ortográfica, algumas dificuldades são visíveis nas primeiras fases da língua portuguesa, sendo possível encontrarmos nos registros escritos mais de uma forma para um mesmo vocábulo. Nesse sentido, Coutinho (1976) afirma que a ortografia portuguesa nunca foi uniforme e, para facilitar o seu estudo, demarca três períodos na sua história: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado. O período fonético, segundo esse gramático, coincide com a fase arcaica da língua e vai até o século XVI. É marcado pela falta de um padrão na grafia das palavras, que apresentam certa oscilação, sendo possível encontrar um mesmo vocábulo escrito de formas diferentes. Além disso, observa-se uma aproximação entre a escrita e os sons das palavras; a letra *h* podia ser usada em substituição à letra *i* (*sabha* = *sabia*), na indicação de hiatos (*cahir*) ou aparecer ou ser suprimida em uma mesma palavras (*homem /omem*).

A fase pseudo-etimológica começa no século XVI e vai até o ano de 1904. Nesse período, conforme Coutinho, verifica-se a separação entre a língua falada e a escrita, no entanto, observa-se uma forte influência das línguas clássicas: a grafia procurava seguir as letras originais da palavra, mesmo que não representassem valor fonético em palavras gregas ou

supostamente gregas (rhetorico, theatro, estylo), ou apresentavam consoantes duplas (approximar, immundos) e mudas (optimo, alumno, contricção). Ele chama de “surto etimológico” esse uso abusivo do latim na grafia de algumas palavras. Foi durante essa fase, de acordo com esse autor, que surgiram os primeiros tratados de ortografia do português. Gonçalves Viana (1904, cf. COUTINHO, 1976) considera a ortografia etimológica um “erro científico”, um “pedantismo” usado por admiradores da antiguidade grega e romana, pertencentes às classes privilegiadas.

O período simplificado surgiu da preocupação do governo português em dar uniformidade gráfica à língua. Começa a partir de 1904, com a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, cujos preceitos, servem de base para a normatização ortográfica, que culminou com o acordo ortográfico de 1911, celebrado entre as Academias de Letras do Brasil e de Ciências de Lisboa. Tendo sido adotada no Brasil em 1931, a ortografia simplificada de Gonçalves Viana, foi rejeitada pela Constituição Brasileira de 1934. Dentre os preceitos propostos por esse filólogo, encontram-se a abolição dos símbolos da etimologia grega (th, ph, ch=/k, rh e y), a redução das consoantes dobradas com exceção de rr e ss mediais, eliminação das consoantes mudas e regularização da acentuação gráfica. Coutinho (op.cit) admite que esse acordo, mesmo apresentando alguns pontos discutíveis, contribuiu inegavelmente para a simplificação da ortografia portuguesa.

Segundo Ilari e Basso (2007), as características morfológicas, sintáticas, lexicais que distinguem uma língua de outras, já foram chamadas de idiotismos e consideradas uma forma de cultura. Consoante esses autores, o português falado no Brasil já foi considerado por alguns filólogos mais arcaizante do que o falado na Europa.

3.1 O Português no Brasil

A língua portuguesa foi transportada para o Brasil através da colonização portuguesa no início do século XVI. Aqui chegando, ela entra em contato com as línguas faladas pelos indígenas tornando-se a língua oficial e nacional. No início não havia tanta normatização. Os textos desse período

demonstram uma aproximação da escrita com a fala e uma falta de rigidez na ortografia.

Segundo Guimarães (2005) a história do português no Brasil passa por quatro períodos distintos, considerando-se como elemento definidor o modo de relação desta língua com as demais línguas praticadas no Brasil. O primeiro momento tem início com a colonização e vai até a expulsão dos holandeses, em 1654. Nesse período o português convive com as línguas indígenas, com as *línguas gerais* e com o holandês. As línguas gerais eram línguas tupi, faladas pela maioria da população e serviam de contato entre diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, sendo uma *língua franca*. O português, como *língua oficial* era usado em documentos oficiais e praticado por pessoas ligadas à administração da colônia.

O segundo período se inicia com a saída dos holandeses e vai até a chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808. Sem a concorrência de outra língua, a relação passa a ser, fundamentalmente, entre o português, as línguas indígenas, especialmente as línguas gerais e as línguas africanas, uma vez que a população do Brasil, que era predominantemente de índios, começa a receber um número cada vez maior de portugueses e de negros, estes trazidos da África como escravos.

No século XVIII, o Brasil possuía por volta de 1,3 milhões de escravos. Neste período, verificam-se ações diretas da coroa portuguesa para impedir o uso da língua geral nas escolas com o intuito de tornar o português a língua mais falada do Brasil, dentre essas ações, o estabelecimento do Diretório dos Índios (1757), pelo Marquês de Pombal, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua, apenas a portuguesa, que já era a língua oficial do Estado e que passa a ser a língua mais falada no Brasil.

Para Guimarães (op.cit.), o terceiro momento do português no Brasil tem início com a chegada da família real em 1808 e vai até 1826, quando se formula a questão da língua nacional no parlamento brasileiro. A vinda de D. João VI traz como conseqüência o aumento da população portuguesa no Brasil e a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império, causando mudanças nas relações sociais e na língua. Com a fundação da Biblioteca Nacional e a criação da imprensa no Brasil, que se torna instrumento de

circulação da língua portuguesa, o português brasileiro adquire efeito de unidade.

O quarto período da língua portuguesa no Brasil começa em 1826. No ano seguinte ocorreram discussões sobre o ensino da leitura e escrita utilizando-se a gramática da língua nacional, impondo-se a língua do colonizador como língua oficial e nacional. Nessa época foram legitimadas as gramáticas para o ensino de português e os dicionários, criando-se, historicamente no Brasil, o sentido de apropriação do português que, sob novas condições, no contato com línguas indígenas, língua geral e línguas africanas, sofre modificações. Assim, surge o “sentimento” do português como língua nacional no Brasil, que começa a ser trabalhada pelos gramáticos, lexicógrafos e escritores brasileiros do final do século XIX. Com a imigração têm início as relações entre o português e as línguas de imigrantes alemães, italianos, holandeses dentre outros. Deste modo, a língua oficial e nacional passa a conviver de um lado com as línguas indígenas e africanas e de outro com as línguas dos imigrantes. Por serem usadas por povos considerados primitivos, as línguas indígenas e africanas não recebem o mesmo tratamento dado às línguas dos imigrantes, legitimadas no conjunto global das relações de línguas.

4 Os arcaísmos

A partir do século XVI, como afirma Coutinho (1976), a língua portuguesa começa a se distinguir da língua usada nos séculos anteriores, fato atribuído ao aparecimento da disciplina gramatical. Esse século, portanto, segundo esse autor, é considerado o marco divisório das fases arcaica e moderna do nosso idioma. As diferenças entre essas duas fases do português são encontradas no vocabulário, na fonética, na morfologia e na sintaxe. No que respeita ao vocabulário, algumas palavras mudam a forma, outras são empregadas em acepções diferentes das que tinham anteriormente e muitas desaparecem. Na fonética verifica-se a distinção entre o valor do *s* e *ç*, do *s* intervocálico e *z*, do *ch* e *x*; o ditongo - *ão* era apresentado por - *om* nos substantivos.

O fenômeno do arcaísmo tem sido analisado por vários estudiosos, dentre os quais destacamos Câmara Jr. (1996), que define arcaísmos como

“vocábulos, formas ou construções frasais que saíram do uso na língua corrente e nela refletem fases anteriores nas quais eram vigentes”. Para Coutinho (1976) são “palavras, formas ou expressões antigas que deixaram de ser usadas”; Cunha e Cardoso (1978: 210), por sua vez, definem arcaísmos como “palavras, expressões, formas e tipos de construção sintática que não são mais correntes em determinada fase da língua”. Classificando-os em léxicos, semânticos, morfológicos e sintáticos, afirmam que estes são vistos por alguns autores como “antiquados em seu tempo”, de usos inadequados.

Dentre as várias causas para que uma palavra se torne arcaica, Coutinho (op.cit.) elenca o desaparecimento do costume, objeto ou instituição que esta designa; sinonímia ou neologismo; eufemismo; degradação de sentido; sentido especial e a homonímia, indicando o século XVI como o marco divisório entre o português arcaico e o moderno. Entretanto, os estudiosos veem esses conceitos com ressalva, uma vez que os arcaísmos são tratados sempre em relação ao uso corrente num dado momento da história da língua, o que denota uma certa relatividade nos conceitos apresentados.

De acordo com Ilari (2002) arcaísmos são “expressões que, tendo já sido de uso corrente na língua, caíram em desuso; quando usadas, refletem um estado de língua mais antigo” (p. 31). Ilari afirma que os arcaísmos podem ser encontrados em todos os domínios da língua: no vocabulário, na morfologia e na sintaxe. As gramáticas tradicionais entendem arcaísmo como um vício de linguagem.

De uma maneira geral, os arcaísmos são definidos como palavras ou expressões que entraram em desuso na norma atual, mas que foram muito usadas em uma época passada. Seu uso em um texto pode recuperar a virtualidade de um termo antigo que, ao ser usado em uma sociedade contemporânea, produz o efeito de voltar ao passado, a épocas remotas. É considerado, por alguns como um vício a ser evitado, pois consiste em empregar expressões antiquadas, comprometendo a clareza do texto para quem não conhece certos aspectos da história da língua e por outros como um recurso estilístico. Tal fenômeno pode atingir tanto o vocabulário, quanto a morfologia e a sintaxe.

Os arcaísmos podem ser léxicos quando as palavras não são mais usadas porque se tornaram desnecessárias ou foram substituídas por

sinônimos; semânticos quando os vocábulos apresentam uma outra significação diversa da conhecida em uma época passada; sintáticos quando utilizam regras da língua vigentes em épocas anteriores, mas “extintas” no momento do uso; morfológicos quando os vocábulos se sujeitam a normas ou processos morfológicos que já não são dominantes na língua naquela época. De acordo com Coutinho (1976), as mudanças na língua não ocorrem de um dia para o outro, elas não são repentinas, pelo contrário, são demoradas e lentas. Nem sempre os vocábulos desaparecem inteiramente, voltando a circular por algum motivo, o que acontece em todas as línguas.

5 O papel da Imprensa na normatização linguística

Segundo Pessoa (2005), de uma maneira geral, a imprensa teve um papel importante na formação e fixação das línguas. Com o surgimento da imprensa, as gramáticas das línguas vulgares começam a aparecer e, de certa forma, o seu funcionamento favoreceu a normatização da gramática, com a fixação da ortografia cada vez menos presa à pronúncia.

Como sabemos, somente a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa é que se pode falar de uma imprensa no Brasil, pois a coroa portuguesa proibia qualquer atividade de impressão em nosso país, um dos motivos pelos quais se desenvolviam publicações periódicas clandestinas, algumas produzidas fora do Brasil como é o caso do jornal de Hipólito da Costa, o Correio Brasiliense, produzido na Inglaterra e enviado para o Brasil. A criação da imprensa régia pela coroa portuguesa libera, com autorização prévia, a impressão de periódicos no país, no entanto, os exemplares das provas eram submetidos aos censores régios para emissão de parecer a fim de prosseguir ou suspender a impressão caso houvesse alguma coisa contra a religião, a moral, os bons costumes, a ordem pública ou contra a Pessoa do Soberano e a Constituição.

Com criação do primeiro jornal escrito e impresso no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, órgão oficial do governo português, editado pela Imprensa Régia a partir de setembro de 1808, os primeiros anúncios de produtos e serviços passam a ser divulgados formalmente no Brasil. O primeiro anúncio de que se tem notícia referia-se à venda de um imóvel, no entanto, foram os anúncios de escravos os que mais se destacaram na época.

Segundo Nelson Varón Cadena (2010), em 25 de fevereiro de 1809, cinco meses após a estréia da Gazeta do Rio de Janeiro, foi publicado o primeiro anúncio de escravos da imprensa brasileira, que reportava a fuga de uma mulata durante o carnaval. Desde então, o jornal passou a ser o veículo mais propício para atingir um número maior de pessoas do que o boca-a-boca tradicional ou avisos manuscritos em prédios públicos.

A proibição à imprensa levou à destruição de várias máquinas tipográficas. A censura prévia, justificada pelo caráter doutrinário, formador da opinião pública, terminou em 1827, ainda no reinado de D. Pedro II. Com a Independência e o advento da Revolução Industrial, os jornais clandestinos se intensificam e surgem diversos jornais em vários pontos do território brasileiro. As tipografias tornam-se espaço para produção gráfica de livros, jornais e folhetos como também postos de venda destes e pontos de encontro entre redatores e leitores. Mais do que veículos de informação, os jornais tornam-se meios de disputas e discussões políticas e culturais, além de servir a interesses comerciais, constituindo-se em principal instrumento de publicação de anúncios e serviços. O comércio de escravos ganhou destaque nas páginas dos jornais, e os negros passam a constar nos periódicos da imprensa como “mercadorias”, dividindo espaço com os anúncios de serviços, venda de animais, casas, terrenos e fazendas e, a partir de 1840 com os anúncios de remédios. Com o fim do tráfico, o espaço destinado aos anúncios relativos aos escravos passou a ser, aos poucos, ocupado por outros voltados para as novidades que começavam a chegar ao país e para a oferta de serviços diversos desde cozinheiras, babás, barbeiros dentre outros.

De acordo com Pessoa (2003), em 140 anos de história, o jornalismo brasileiro produziu riquíssimo material linguístico, cuja investigação nos permite resgatar parte da história da língua portuguesa no Brasil, no entanto essa farta documentação tem sido pouco usada nos estudos da história da língua. Segundo Pessoa, esse tipo de produção é o que há de mais antigo e genuíno na produção impressa brasileira, constituindo-se em uma das fontes mais completas em relação aos estilos, aos diferentes domínios, concepções da língua portuguesa usada no Brasil.

5.1 O jornal Cruzeiro

Em meados do século XIX, a Província de Pernambuco era uma das mais importantes do Império. A cidade de Recife possuía o principal porto da região e não só a atividade comercial era monopolizada pelos portugueses como também a indústria e o artesanato da região. Por outro lado, no interior, os senhores de engenho monopolizavam as terras e a produção açucareira. Em vista disso, as ocupações que restavam à grande maioria da população eram reduzidas, ocorrendo diversas manifestações reivindicando mudanças, nas quais a imprensa teve um papel de destaque. O Diário de Pernambuco, fundado em novembro de 1825, é considerado o jornal mais antigo do Brasil e da América Latina ainda em circulação. Depois de sua fundação até 1900, Nascimento (1966) aponta o surgimento de mais de 60 jornais na cidade do Recife, dentre estes, o jornal O Cruzeiro.

O Jornal O Cruzeiro começou a circular quatro anos após a primeira edição do Diário de Pernambuco, no dia 4 de maio de 1829, em formato de 30x20, com duas colunas e quatro páginas, impresso em tipografia própria, situada à rua da Cadeia (atual avenida Marques de Olinda). Com a proposta de não ser veículo de sátira e imoralidade, esse jornal se propõe a uma postura literária e política conveniente no intuito de servir ao país, defendendo os princípios da sociedade secreta Coluna do Trono e do Altar. Colocando de lado os princípios anunciados, o jornal passou a desferir ataques a outros jornais, principalmente se estes eram contra a Monarquia a qual defendia. Geralmente impresso em quatro páginas, **O Cruzeiro**, às vezes, trazia um suplemento, conforme as "Correspondências" pagas, sem responsabilidade da redação. Sua existência foi curta, saindo de circulação em 06 de maio de 1831, na edição de número 98.

5.2 Jornal do Brasil

O *Jornal do Brasil* foi fundado no dia 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Souza Dantas. Não se pode dissociar sua história, nos primeiros anos, da história da República já que foi concebido durante a consolidação do novo regime. Sua redação funcionava na Rua Gonçalves Dias, número 56. Seu fundador e diretor era ex-Ministro do Império. Mesmo não tendo contribuído para a implantação da República, pois nasceu monarquista, em sua primeira edição, o periódico declarou que considerava um dever patriótico ajudar na sua consolidação. O objetivo era informar de maneira imparcial para não sofrer

repressão do governo. Dentre os principais colaboradores podemos apontar, dentre outros, José Veríssimo, Joaquim Nabuco e o Barão de Rio Branco.

5.3 O papel social do anúncio

De acordo com Nicolau (2005), o anúncio é um gênero impresso encontrado em jornais e revistas, que faz parte de um espaço discursivo propagandístico. Seu objetivo é a divulgação de produtos ou serviços assim como fazer circular uma informação. Segundo a pesquisadora, o termo anúncio em países de língua inglesa, no século XIX, era conhecido por 'advert', ou seja, advertência, e servia para advertir sobre a fuga de escravos negros, oferecendo recompensas a quem os capturasse. De modo que, nesses países, foram tão eficazes que passaram a dar título ao trabalho de anunciar.

O Brasil, até meados do século XIX, vive o apogeu da escravidão negra, de modo que a maioria dos anúncios desse período era colocada nos jornais pelos senhores de escravos com poder instituído pela sociedade escravocrata e não se diferenciavam dos outros anúncios de serviços, objetos e outras transações comerciais usados por comerciantes e pela comunidade em geral. Seu propósito era fazer circular informações sobre fugas, roubos, perdas, ou promover a venda de produtos como escravos, medicamentos, casas e serviços, dentre outros, refletindo, desta forma, a vida da província. Tais anúncios eram conhecidos como reclames e eram textos pequenos e sem ilustração, alguns sem títulos, mas que cumpriam a mesma função. Com o fim da escravidão verificamos que tanto a oferta como a procura por serviços e produtos se intensificaram, passando a fazer parte desses anúncios diversos segmentos da sociedade.

Bastos (2007) destaca o pioneirismo de Gilberto Freyre (1979) na utilização de anúncios de jornais como fonte de pesquisa da história da escravidão no Brasil. Em seu livro Freyre reuniu cerca de dez mil anúncios retirados de jornais do século XIX, dentre estes o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro. Segundo a autora, a publicação de anúncios nos jornais informando à população sobre o desaparecimento de escravos era muito frequente como também informações nos jornais sobre o paradeiro de escravos fugidos, uma vez que os proprietários ofereciam

recompensas pelas informações ou captura. Em alguns jornais os anúncios eram escritos por um redator, em outros pelos próprios anunciantes.

6 Análise dos dados

O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento de ocorrências linguísticas características do período arcaico e pseudo-etimológico das fases de formação do português no Brasil em anúncios de um jornal do século XIX e outro do século XX. Para isso selecionamos seis anúncios publicados no jornal *O Cruzeiro*, de circulação na cidade do Recife, no ano de 1829, cujo *corpus* foi retirado dos *corpora* fornecidos pelo professor Dr. Marlos de Barros Pessoa, do Projeto “O Jornal como Fonte para a História da Língua” (JFHL), da UFPE, e seis anúncios publicados no *Jornal do Brasil* de circulação nacional, no ano de 1930, retirado do acervo digitalizado do Jornal do Brasil. São analisados alguns aspectos linguísticos, buscando-se estabelecer os contextos de ocorrência e as variações de escrita, considerando-se os traços mais antigos da fala ou da escrita, correntes em anúncios publicados nos dois jornais supracitados, verificando-se em que medida os traços do português arcaico e do período pseudo-etimológico da ortografia portuguesa encontrados em anúncios do jornal *O Cruzeiro*, do início do século XIX, se mantêm nos anúncios analisados do *Jornal do Brasil*, do início do século XX.

Com relação à organização dos anúncios, verificamos que, no *Jornal O Cruzeiro* (JC), estes são longos e, quando tratam de fuga de escravo, começam pela data, seguida do verbo “fugio” ou “dezappareceo”, e só então dão o nome da pessoa, características físicas, idade, trajes, finalizando com endereço e promessa de recompensa. Os anúncios de venda de produtos ou escravos pouco se diferenciavam dos relacionados à venda de animais, às vezes se constituindo em um único anúncio, como ilustramos a seguir:

(1) Vende-se **huma** sorte de terra, sem **pensaõ** alguma, e **optima** para toda a lavoura, com huma famosa planta de 30 carros de Canna criõla, e 5, de Caianna, quase prompta ao corte, e 4000 covas de rossa, e outras lavouras miudas com 3, vaccas de leite, **hum** Boi manso, e **hum Escravo carreiro, e de boa enchada**; sita na **Magdalena** comfronte a estrada do Lucca, que segue para a Matris da Várzea: Os pertendentes **dirijaõ**-se a sobre

dita venda da Esquina da rua do Queimado, que aí acharão com quem tratar.
(JC)

Nos anúncios do Jornal do Brasil (JB), verificamos o uso da forma verbal indeterminada “precisa-se”, antecedida ou seguida do profissional ou serviço, quando relativa à procura de mão de obra, como no exemplo (2). Já quando se trata de oferta de serviços ou produtos, estes principiam o anúncio, o qual é finalizado com a indicação do endereço para contato como vemos no exemplo (3):

(2) PRECISA-SE de **dous** bons **officiaes** barbeiros. Paga-se 260\$000 para cima. Que não estiver em condições é favor não se apresentar. Trata-se à Estrada Marechal Rangel n. 247. Salão Vaidade, Largo da madureira. (T.7349 (JB)

(3) FOGÃO a **gaz**: vende-se um **allemão** Otto, esmaltado com quatro **boccas** e um aquecedor para banheiro, todo de pouco uso, urgente; à rua S. Francisco Xavier 449, Maracanã. (T.234 (JB)

Para facilitar nossa análise dos fenômenos linguísticos encontrados, elaboramos um quadro com as principais ocorrências verificadas, mostrando aquelas recorrentes em cada jornal (Cf. ANEXO I) e exemplificamos no corpo do trabalho com alguns anúncios retirados dos referidos jornais.

As ocorrências linguísticas encontradas nos anúncios analisados dos dois jornais demonstram ora a herança do período arcaico da língua portuguesa, com o uso de vocábulos nos quais a grafia se assemelha à oralidade como *peis*, *huã*, *cutuvelo*, conforme os exemplos (6), (9) e (10), ora traços do período “pseudo-etimológico” da língua portuguesa, cuja escrita tende a afastar-se da pronúncia, mas denota uma grande influência latina. Como era de se esperar, haja vista que o século XIX ainda é caracterizado como o período pseudo-etimológico, sob influência do Renascimento clássico com o retorno, na escrita, às vezes equivocada, de algumas letras das grafias grega e latina que não representam nenhum valor fonético e a utilização de consoantes mudas em palavras como *rhetorico*, *theatro*, *estyllo*, *typographia*, *thezouraria*, *chrysto*, *telephone*, *distincta*, *escriptório*, *signal*, *captivo*, *bocca*, *optimamente*, *aprehendedores*, *fucturo*, *hindo*, *machinas*. A incidência do latinismo e consoantes mudas foi muito maior nos anúncios do Jornal do Brasil (Exemplos 4 e 5). Verificamos, ainda, o uso de arcaísmos como *hum*, *huã*

(Exemplos 1 e 9), *dous*, *logar* (E exemplos 2 e 4) e outros mais na escrita dos anúncios dois jornais, o que denuncia a presença tardia das fases arcaica e pseudo-etimológica da língua portuguesa.

(4) **BELLA VIVENDA**: Vende-se uma **optimamente** situada, em **logar** saluberrimo, perto da praia. Preço de ocasião. Tratar com o Sr. Schneider, à rua Buenos Aires, n.46, loja. **Telephone** Norte 1587.(JB)

(5) **MOÇA** viuva **distincta**, com filho de 4 **annos**, **offerece**-se para governanta de casa de senhora. Cartas no **escriptorio** deste jornal para T. 28959. (T. 28959 (JB)

Observamos também uma ocorrência muito significativa de consoantes geminadas em palavras como *annos*, *ella*, *secca*, *cabellos*, *officio*, *commercio*, *collocação*, *sabbado* que demonstra a falta de padronização da ortografia pseudo-etimológica, numa tentativa de atingir a erudição mais do que a busca pela etimologia da palavra, como observamos nestes anúncios:

(6) No dia 20 de Setembro de 1828, **fugio hum molato** meio cabra, de nome Miguel, estatura e corpo regular, espaduado, cara **secca**, **cabellos anellado**, com buço de barba, **peis** a palhetados: representa ter 22 a 24 **annos** de idade, levou vestido **camiza** e calças de estoupinha com suspensorios de **coiro**, e **chapeo** de braga velho qual quer pessoa poderá pegar e levar a seu Snr. residente na rua das Cruzes, casa D. 9, que recompensara o seu trabalho. (JC)

(7) **MOÇA** de 15 **annos** deseja **collocação** em **escriptorio commercial** tendo bastante prática do serviço em geral, principalmente caixa, correspondencia e **facturas**; cartas por favor para Celia; à r. Barão de Mesquita, 127, casa 14 ou pelo tel.**Villa** 1470, depois das 19.30 horas. (T.7457 (JB)

Constatamos, também, alguns fenômenos grafo-fonéticos tais como; a permuta dos ditongos “iu” por “io”, “ua” por “oa” (Exemplos 6, 9: *fugio*, *agoa*), “ou” por “oi” (Exemplo 6: *coiro*), muito frequentes nos anúncios do jornal O cruzeiro, e “oi” por “ou” e “eu” por “eo” (Exemplos 2, 6: *dous*, *cousa*; *chapeo*, *seo*), comuns aos dois jornais e, ainda, a troca do ditongo “ai” nas formas plurais por “ae” (Exemplos 2, *officiaes*) e a troca do s pelo z em *mez*, *camiza*, *portuguez*, estas ocorrências em ambos os jornais. Esse fato demonstra que a

escrita dos dois jornais em estudo, ainda sofre influência da fase arcaica do português.

Além desses fenômenos, podemos observar na escrita dos anúncios do jornal do século XIX, que o til, sinal de nasalização, oscila, recaindo ora sobre a primeira, ora sobre a última vogal do ditongo: *naõ, saõ, Joaõ, maõ, nacaõ* (Exemplo 10,11), e também substituindo a letra *m* final, como observamos na troca da desinência de 3ª pessoa do plural *-m* por *-ao* na indicação do presente, futuro e passado: “representaõ”, “dirijaõ-se”, “que o queirão”, “dezapareceraõ”, além da troca da desinência *-u* do pretérito perfeito por *-o* como acontece no vocábulo “dezappareceo” (Exemplo 8). Estas ocorrências já não são mais encontradas nos anúncios do jornal do século XX, em estudo:

(8) No dia 15 de Maio **desappareceo** hum escravo de nome Luis, **a inda** novo, muito bruto de Nação Angola; e tem os **signaes** seguintes: levou **camiza** e calças novas de estoupa com **suspencorios** da mesma, estatura ordinaria com alguns **signaes** de sua terra sobre os peitos, sorte meio fula, e sem **sobracelhas**: os **aprehendedores o devem** conduzir a rua da Sanzalla Velha n° 20 a onde serão bem satisfeitos do seu trabalho. (JC)

(9) No fim do passado Abril **deixarão** em caza de Arcenio Fortunato da Silva morador na Rua da Cadeia do Recife **hum** papel de venda de hum **Muleque** feito **pella** Sr. D. Anna de Jezus Maria ao Sr. Antonio Joaquim Ferreira, e como julga ser posto ali por engano, e **athe** ao prezente **naõ** lho **tenhaõ** procurado, nem conheça nenhuma das pessoas mencionadas, motivo por que participa a quem pertencer aquelle documento **o** queira **hir** receber que **o** entregará sendo pessoa por **elle** Arcenio conhecida. (JC)

Outro fato interessante relaciona-se ao uso do pronome oblíquo, nos anúncios do Jornal O Cruzeiro. Quando esse pronome exerce a função de objeto direto, como ilustramos nos exemplos 8, 9 e 10: “os aprehendedores **o** devem conduzir”, “aquelle documento **o** queira hir”, “**as** não poçao comprar” e outros mais, verifica-se a preferência pela próclise. Outra ocorrência constatada é o desmembramento ou junção da vogal inicial de palavras como em *a inda* (Exemplos 8, 11) ou junção do pronome oblíquo ou preposição ao verbo ou outra palavra: *sevende e aqual* (Exemplo 10).

(10) Na Botica de Miguel Joze Ribeiro; rua do queimado, **sevende huã** **Agoa** para os olhos **aqual** tem aproveitado nas **inflamaçoens**, com tambem para desgastar nevoas **naõ** sendo estas muito antigas; todas as pessoas, que por indigencia as **naõ poçao** comprar na mesma botica **se** lhe dará gratuitamente. (JC)

Encontramos uma frequência muito grande nos anúncios do jornal O Cruzeiro de palavras que apresentam variações gráficas livres, isto é, que se mostram escritas ora de uma forma ora de outra em razão da falta de normatização ortográfica, o que leva à oscilação quanto à sua grafia como em *pertender, cosinhar/cuzinha, molato,muleque, caza, cazo, sobracelhas, mez, pez/peis, cutuvelo, derija-se, groça, sima, quizer, siroulas, sicatriz, comonicar, calsas, vistido, endereita, pezos, trez, couza, coiro, camisa, emgomar, comduzir*. Já nos anúncios do Jornal do Brasil esse tipo de ocorrência é bem menos.

Podemos verificar que algumas ocorrências semelhantes são encontradas nos dias de hoje, como no caso a escrita fonética, em que há a tendência de algumas pessoas em um nível elementar de alfabetização escreverem como falam, o que pode ser atribuído à falta de domínio da escrita ou de atenção à grafia correta de palavras.

Quanto ao aspecto semântico, um fato que nos chamou a atenção no primeiro jornal analisado, foi o uso do verbo *levar* em frases como “*levou vestido camisa e calças de estoupinha*”, “*Levou vestida siroula curta*” em que o referido verbo *levar* é usado no sentido de trajar, ter o corpo coberto por vestes (Exemplos 6, 8,11). Nesses anúncios verifica-se que, como se não fossem de sua propriedade, as vestes eram um elemento muito importante na caracterização e identificação dos escravos:

(11) No dia 1.º de Junho do corrente **fugio huma** Negra de nome Firmina, **a inda** nova, meia bruta, de **Nação** Benguella, com os **signaes** seguintes – **representa ter** quinze **annos**, rosto redondo, estatura ordinaria, e tem no groço dos braços assim do **cutuvello** de alguns talhos – **levou dois vestidos, hum de riscado azul, e outro de chita roxa da Fabrica por sima do azul**, os aprehendedores a deverão conduzir a rua da Cadeia do Recife, a

caza de Arcenio Fortunato da Silva, onde receberão a recompensa do seu trabalho. (JC)

Encontramos, também, nesse jornal a forma verbal “representa ter” usada no sentido de “aparenta”, nos anúncios de escravos, ao se referir à idade destes (Exemplos 6, 11). O termo *pensão* é usado no sentido de pendência, como no exemplo 12: “*vende-se uma sorte de terra, sem pensão alguma*”, além do uso muito frequente da ordem inversa.

(12) Duas vacas paridas de proximo muito boas leiteiras **com crias ambas**, em fora de portas de fronte do beco largo, ou na **Typographia** desta Folha, para tratar do **seo** ajuste.

7 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo fazer um cotejamento das ocorrências das fases do português arcaico e pseudo-etimológico em textos escritos do século XIX e XX. Para isso selecionamos um corpus constituído por anúncios de um jornal do Recife e anúncios do Jornal do Brasil, que representam um rico objeto de investigação tanto de fenômenos linguísticos quanto sociais e históricos dos séculos XIX e XX, respectivamente. Pela análise das ocorrências encontradas nos anúncios investigados chegamos às seguintes conclusões:

No que se refere às fases da ortografia portuguesa, constatamos algumas evidências muito comuns em textos dos dois jornais tais como grafia de palavras que retomam a ortografia latina de um lado, e de outro um número bastante significativo de oscilações quanto à grafia, merecendo atenção os arcaísmos, os latinismos e algumas variações livres nos anúncios do jornal O cruzeiro, algumas das quais são possíveis de serem encontradas nos dias de hoje. Mesmo pertencendo ao período pseudo-etimológico da língua portuguesa, os textos deste jornal ainda mantêm muitos pontos de contato com o português arcaico do século XVI, hajam vista as muitas ocorrências que se aproximam da escrita fonética daquele período. Essas ocorrências só confirmam a falta de fixação de uma ortografia do português, naquela época, o que levava os escritores a escreverem da maneira que melhor lhes conviesse, conforme suas próprias regras. Já nos anúncios do Jornal do Brasil, em pleno

século XX, ainda encontramos um farto emprego de consoantes geminadas e mudas, o que denuncia a influência de um latinismo tardio.

Destacamos a dificuldade de computar todas as ocorrências de cada fenômeno, uma vez que muitos ocorreram mais de uma vez em um mesmo anúncio, assim como outros fenômenos que foram encontrados nos *corpora* analisados, que são dignos de análise, mas que não foram pontuados neste trabalho devido a exiguidade de tempo e à natureza da pesquisa, mas que poderão ser objeto de análise em pesquisas futuras.

8 Referências

- BASTOS, A. K.P. De H. **O léxico dos anúncios de escravos nos jornais do Recife do século XIX (1853-1855)**. Dissertação de mestrado – UFPE; 2007. Disponível em <http://www.pgletras.com.br/2007/dissertacoes/diss-ana-karine.pdf>. Acesso em 06/01/2011.
- CADENA, N. V. **O escravo como mercadoria na propaganda brasileira**. Disponível em www.almanaquedacomunicacao.com.br/noticias. Acesso em 02/01/2011.
- CÂMARA Jr., J.M. **Dicionário de lingüística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 1976.
- COUTINHO, I. de L. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1976.
- CUNHA, C.; CARDOSO W. **Estilística e gramática histórica**. Português através do texto. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FREYRE, G. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**, 2ª ed., São Paulo, 1979.

GUIMARÃES, E. **A Língua Portuguesa no Brasil**. In: Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>. Acesso em 26/12/2010.

ILARI, R; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2007.

ILARI, R. **Introdução ao estudo do léxico: Brincando com as palavras**. São Paulo: Contexto, 2002.

JORNAL DO BRASIL. **Acervo digitalizado**. Disponível em: <http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>. Acesso em 30/01/2011.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NICOLAU, R. **Aspectos da vida social pernambucana em anúncios do século XIX: uma análise dialógica do discurso**, 2005. Disponível em: www.insite.pro.br/. Acesso em: 15/12/2010.

PESSOA, Marlos Barros. (org) **Língua, Textos e História** (manuscritos e impressos na história do português brasileiro). Programa de Pós-Graduação da UFPE. Recife: 2005.

_____. Projeto “**O Jornal como Fonte para a História da Língua**” (JFHL), 2003. Disponível em <http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/>. Acesso em 20/01/2011.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 2004.

A REFERENCIAÇÃO EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA

REFERENCE CHOICES (REFERENCIATION) IN ADVERTISEMENT ANNOUNCES: A LINGUISTIC-DISCURSIVE ANALYSIS

Solange Aparecida Faria Cardoso (UFU)

solangejac@yahoo.com.br

RESUMO: Os anúncios publicitários, segundo Carvalho (1996), apresentam características linguístico-discursivas específicas, que contribuem para a constituição dos textos, possibilitando o acesso à informação, por meio de uma estreita relação entre o não verbal e o verbal. Partindo do pressuposto de que o anúncio publicitário é um gênero discursivo de caráter persuasivo, este trabalho objetiva fazer uma revisão teórica sobre os mecanismos de referenciação, enfatizando a relação anafórica e a dêixis em um *corpus* constituído por 14 anúncios publicitários retirados da revista Veja. Quanto aos aspectos linguísticos relacionados à referenciação, nossa análise apoia-se nos estudos desenvolvidos, dentre outros, por Milner (2003), Apothéloz (2003), Marcuschi (2005) e Mondada e Dubois (2003). Nessa pesquisa, tivemos a oportunidade de observar como se delineiam as relações referenciais e a produção de anúncios publicitários e pudemos constatar que, além da compreensão facilitada, o publicitário, por meio do trabalho com a linguagem verbal e não verbal, aposta na criação de peças publicitárias em que a criatividade possibilita o envolvimento emocional do interlocutor, favorecendo, assim, maior grau de persuasão.

Palavras-chave: referenciação, persuasão, anúncio publicitário.

ABSTRACT: Advertisement announces, according to Carvalho (1996), present specific linguistic-discursive features, which contribute to the text constitution, enabling access to information by means of a broad relationship between what is non-verbal and what is verbal. Starting from the idea that the advertisement announce is a discursive gender that has a persuasive feature, this work

intends to perform a theoretical review about reference mechanism, emphasizing the anaphorical relationship and the deixis in a corpus constituted by 14 advertisement announces extracted from “Veja” magazine. On the matter of reference related linguistic aspects, our analysis is supported by the studies developed, among others, by Milner (2003), Apothéloz (2003), Marcuschi (2005) and Mondada and Dubois (2003). In this research, we had the opportunity to observe how the referential relationships and the production of advertisement announces take place and we could observe that, beyond eased comprehension, the advertiser, by means of work with the verbal and non verbal language, bets on the creation of advertisement pieces in which creativity enables the emotional involvement of the receiver, which favors a greater degree of persuasion.

Keywords: reference, persuasion, advertisement announce.

1. Introdução

Os anúncios publicitários, segundo Carvalho (1996), apresentam características linguístico-discursivas específicas, que contribuem para a constituição dos textos, possibilitando o acesso à informação, por meio de uma estreita relação entre o não verbal e o verbal ou entre o icônico e o verbal.

Partindo do pressuposto de que o anúncio publicitário é um gênero do domínio discursivo promocional de caráter persuasivo, cujas funções primordiais são i) tentar vender o produto; ii) informar sobre suas características básicas; iii) exaltar as suas qualidades por meio de mecanismos de persuasão e sedução; este trabalho objetiva fazer uma revisão teórica sobre os mecanismos de referenciação, enfatizando a relação anafórica e a dêixis em anúncios publicitários¹⁰⁷.

Para organizar este trabalho, optamos por dividi-lo em três seções. Na primeira, apresentamos algumas considerações teóricas sobre o gênero anúncio publicitário e a referenciação. Na segunda, discutimos e analisamos

¹⁰⁷ Usaremos como base teórica o arcabouço desenvolvido durante o curso Linguística Textual – Coesão, ministrado pela Prof^a. Dr^a. Luísa Helena Borges Finotti (Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos – ILEEL/UFU) a quem agradecemos por suas observações à primeira versão deste estudo.

alguns aspectos textuais discursivos: a referenciação, retirados do *corpus*¹⁰⁸, que faz parte de nossa dissertação de mestrado e, por fim, apresentamos algumas considerações.

2. Revisão teórica: o anúncio publicitário e a referenciação

Nossa primeira consideração sobre o assunto diz respeito à questão da denominação: propaganda ou publicidade. Segundo Carvalho (1996), apesar de ambas, muitas vezes, valerem-se de métodos semelhantes quanto à organização estrutural, diferenciam-se quanto ao universo que exploram. Assim, a propaganda, termo mais abrangente, está voltada para o domínio dos valores éticos e sociais, enquanto a publicidade comercial explora o universo dos desejos, um universo mais particular.

Como nossa proposta de pesquisa não visa a explorar a esfera dos valores éticos e sociais mais claramente veiculados pela propaganda (institucional, religiosa, ideológica), adotamos nesta pesquisa a expressão anúncio publicitário.

Entendemos que as denominações propaganda ou publicidade quase sempre são usadas como se fossem sinônimas, equivalentes. No entanto, são eventos linguísticos distintos, haja vista que possuem características e domínios sócio-linguísticos próprios.

O anúncio publicitário, expressão por nós adotada para o desenvolvimento deste trabalho, é um gênero do domínio promocional (BHATIA, 1993). Bhatia assim o considera pelo fato de apresentar como propósito comunicativo geral a intenção clara de divulgar e vender um bem (produto ou serviço).

Tendo como base estudos desenvolvidos por vários autores (HAHN, 1993; MARTINS, 1997; VESTEGAARD e SCHRODER, 2000; GONZALES, 2003, dentre outros), e por meio de breve comparação entre esses estudos, detectamos traços característicos desse gênero. Assim, é possível assinalar que o gênero anúncio publicitário possui uma forma de organizar as

¹⁰⁸ O *corpus* de pesquisa desse trabalho está constituído por 13 anúncios publicitários retirados da revista *Veja*, veiculados no período de janeiro a dezembro de 2008. Selecionamos esta revista porque ela é distribuída em todo o país, com grande tiragem, e apresenta elevado padrão editorial. Além disso, neste período, a revista completou 40 anos de publicação semanal ininterrupta, com circulação nacional, o que comprova o fato de ser conceituada, e de que apresenta uma relativa diversidade de produtos e serviços anunciados.

informações que lhe é peculiar, o que lhe confere uma estrutura organizacional característica, cujos elementos recorrentes são: título, subtítulo, corpo do texto, assinatura e slogan. Estes elementos são apresentados como resultado do denominador comum encontrado nos autores pesquisados.

É importante destacar que não podemos afirmar a existência de uma língua própria da publicidade, e sim “determinadas habilidades e técnicas linguísticas em uso nos anúncios e nos textos da propaganda rotulados de linguagem publicitária” (MARTINS, 1997). Segundo Vestergaard e Schroder (*apud* GONZÁLES, 2003, p. 14) “o texto publicitário é uma forma de comunicação de massa, cujos objetivos são transmitir informação e incitar as pessoas a certos comportamentos”.

Neste ponto, enfatizamos a mensagem codificada do anúncio publicitário. Ela é o meio físico real que vai ao encontro do destinatário para expressar alguma informação. A composição de suas mensagens é feita por meio de imagens e textos, usando-se conotações culturais, icônicas e linguísticas.

O anúncio publicitário faz uso não só de um conjunto de efeitos retóricos, mas também de estratégias persuasivas, ressaltando-se, sobretudo, o uso de determinados itens lexicais. Entendemos que, as relações frasais no discurso publicitário, também, apresentam jogos de palavras, imagens, cores, que incitam o receptor a participar de um universo lúdico. Vale lembrar que a função principal do anúncio publicitário é tentar vender o produto, informando sobre suas características básicas, exaltando suas qualidades, por meio de mecanismos de persuasão e sedução.

Quando o publicitário produz um anúncio, ele objetiva interagir com o leitor por meio da linguagem, tendo sempre um fim a ser atingido. Há relações que deseja estabelecer, efeitos que pretende causar. Por isso, os publicitários procuram dotar seus enunciados de determinada força argumentativa para convencer o interlocutor a adquirir os produtos e/ou serviços anunciados.

Nos estudos desenvolvidos durante o curso da disciplina Linguística textual: Coesão, assimilamos que a referência diz respeito a um processo caracterizado por instabilidade em relação à língua - em que os itens lexicais são trabalhados em dado texto - e em relação ao ponto de vista e avaliação dos interlocutores sobre os objetos referidos.

No interior do texto, dá-se um processo em que o referente, uma vez introduzido, pode ser reativado, revisto, redirecionado, fragmentado ou enriquecido, repensado e redefinido durante a construção textual. Assim sendo, cada referente é delineado e "construído" de modo bastante característico segundo sua inclusão e desenvolvimento no discurso. Deste modo, a referência ganha um caráter de textualidade que revela dinamicidade e instabilidade, de modo a compreender os referentes como construção discursiva.

Segundo Mondada e Dubois (2003), o termo referenciação deve ser o empregado para se conferir a noção de referência. Para as autoras, o termo referenciação expressa o processo de progressão referencial constituído ao longo do texto de forma situada, além de expressar a dinamicidade e diversidade referencial presente no discurso. De acordo com as autoras, a prática de designar objetos (coisas, eventos, indivíduos) conduz à construção discursiva de referentes na intersubjetividade das interações verbais. Assim, os referentes são denominados objetos de discurso.

Sendo assim, os objetos de discurso dizem respeito à instabilidade das expressões linguísticas em relação ao mundo da realidade – mas também devido à carga semântico-referencial com que essas expressões são empregadas –, à plasticidade dos objetos referidos, à alteração dos objetos ao longo do texto, ao trabalho cognitivo dos interlocutores. Em relação aos referentes serem "manuseados" discursivamente, entendemos que uma relação palavra-mundo é estabelecida, no sentido de os objetos do mundo serem o ponto de partida e a motivação para a produção textual, sem que o uso das palavras, contudo, diga respeito a qualquer relação estável, única ou direta com o mundo. O que ocorre é uma relação referencial instável e múltipla, em especial devido à visão e valores que os interlocutores têm do mundo, às alterações físico-químicas ou ético-morais que os objetos sofrem, e também ao papel que assume o autor nas relações sociais e em cada discurso.

Os objetos de discurso não são compreendidos como entidades estáticas que, uma vez inseridas no texto, cristalizam-se, e sim como entidades dinâmicas, que, em geral, ao longo do texto, são reativadas, revistas, redirecionadas, fragmentadas, enriquecidas mediante o uso de diferentes formas linguísticas, submetidas a diferentes fatores contextuais e a diferentes

pontos de vista e valores. Isto é, o referente pode ser "repensado" e "redefinido" no desenrolar da produção textual, ocasionando, assim, um processo dinâmico denominado progressão referencial.

Didaticamente, a progressão referencial pode ser pensada, tanto acerca de um só referente – neste caso, as expressões que designam o referente seriam correferenciais –, quanto de vários referentes, que estabeleçam alguma relação semântico-referencial.

Na progressão referencial, leva-se em conta a carga semântico-referencial prévia de cada item lexical que serve de designação, como também fatores discursivos e cognitivos particulares a cada texto, os quais parecem fornecer grande contribuição para que o referente se constitua de modo bastante particular em dada situação sócio-verbal.

No processo referencial, constituinte do texto, os indivíduos aproveitam também de inferências – informações implícitas e instauradas pelo co-texto –, o conhecimento de mundo armazenado na mente, o conhecimento compartilhado, o contexto situacional e sócio-histórico.

Para a produção de peças publicitárias, entendemos ser de peculiar importância a maneira como os autores (publicitários) “manuseiam” linguisticamente todos os recursos da língua abordados nesse trabalho para bem atingir seus propósitos argumentativos e incitar as pessoas a certos comportamentos (aquisição de produtos e/ou serviços, dentre outros).

Se no texto publicitário a composição de suas mensagens é feita por meio de imagens e textos, usando-se conotações culturais, icônicas e linguísticas, e no processo de referenciação os indivíduos não apenas utilizam o conhecimento de um sistema linguístico, mas recorrem também a outros expedientes linguísticos, torna-se instigante analisar o processo de referenciação nesse gênero, levando-se em conta a imbricada relação estabelecida entre o não verbal e o verbal.

Esclarecemos que, no *corpus* selecionado para o presente estudo, privilegiamos a análise de trechos de peças publicitárias nas quais pudemos observar uma estreita relação entre o não verbal e o verbal.

3. Análise de alguns elementos referenciais

Durante este trabalho de pesquisa, tivemos a oportunidade de observar como se delineiam as relações referenciais e a produção de anúncios

publicitários. Para a formulação de algumas considerações apresentamos, a seguir, a análise de 14 peças publicitárias em que é observado o uso de dêiticos na distinção de referentes novos por meio da imagem.

Antes de tratar especificamente das relações dêiticas na introdução de novos referentes por meio de imagens, optamos por fazer uma breve revisão teórica das outras relações referenciais para melhor consolidar nossos conhecimentos nesse assunto, dada a sua importância para nosso trabalho no ensino de produção de texto. Isto, porque entendemos que o tema – referenciação - requer ainda muito estudo de nossa parte. Esclarecemos, ainda, que quando a relação merecer, faremos alguns breves comentários acerca dessa relação na promoção de um maior grau de persuasão para a publicidade em destaque.

Existem variadas formas de expressão referencial, manifestadas sob diferentes nomes, pronomes ou sintagmas nominais. As expressões referenciais podem remeter, apontar para lugares distintos onde os referentes devem ser “localizados” pelo leitor: os referentes podem estar representados por uma expressão referencial ou não existir um antecedente explícito no contexto.

Tendo como pressuposto o fato de que os mecanismos coesivos por pronominalização são casos de anáfora simples, tomamos por base os estudos de Milner (2003), que afirma que, em uma relação de pronominalização, o termo substituto é não-autônomo e dependente do termo referente por estar desprovido de referência virtual própria. Com a mesma visão, Cavalcante (2003) afirma que os pronomes pessoais formalizam a anáfora não-co-significativa e não-recategorizadora. Isso ocorre porque essas formas pronominais não têm significação própria nem acrescentam informações ao item antecedente.

Neste estudo, assumimos a posição de que, quando os pronomes, numerais e advérbios de anúncios publicitários formam sozinhos um item referencial (com exceção de “isso” e “isto”), o elo coesivo será considerado por pronominalização. Foram encontrados em nosso *corpus* os seguintes exemplos de retomadas do antecedente por pronomes e numeral:

(1) ... *tome um gole de Fruthos. **Ele** é feito com frutas colhidas com todo o carinho e vai fazer o maior sucesso na sua casa.* (Anúncio 1)

(2) *Se você tiver que levantar uma bandeira para encarar 2009, aproveite a **nossa**.* (Anúncio 2)

(3) *Joãozinho tinha dois pães e comeu **um**. Quantas calorias ele ganhou?* (Anúncio 1)

Os advérbios são considerados nessa categoria, quando o antecedente se encontra no co-texto, não se tratando, então, de dêiticos, isto é, de expressões cuja interpretação é inteiramente dependente do lugar ou do momento de sua enunciação, ou ainda da pessoa que as enuncia¹⁰⁹.

São exemplos de advérbios encontrados em nosso *corpus*:

(4) *Madri vai se tornar o maior amor da sua vida. Voe para **lá** com a Varig.* (Anúncio 3)

(5) *... Então fui a Cancun. Olha, as praias **daqui** são tão paradisíacas que eu tomei uma decisão: assim que eu sair de férias, vamos passar uns dias por **aqui**. Que tal?* (Anúncio 3)

No caso da elipse e da substituição, Halliday e Hasan (1976), inicialmente, apresentam-nas como duas categorias coesivas. No entanto, abordagens posteriores, inclusive a de Halliday (1985), agrupam-nas na mesma categoria, considerando que a elipse é um tipo particular de substituição: a substituição por zero.

Neste trabalho, denominamos essas duas categorias como mecanismo coesivo por elipse, porque a interpretação do item substituído se efetua exclusivamente com referência a algum outro item do texto. Vale lembrar que a parte substituída (ou elidida) pode ser do tipo nominal, verbal ou oracional.

Encontramos elipses nas seguintes frases, contidas em nosso *corpus*:

(6) *Sabe quem fica muito feliz quando você compra um Kia? Seu plano de saúde. **[fica muito feliz...]*** (Anúncio 4)

(7) *Frutas são fonte de carboidratos, vitaminas e minerais, e por isso **Ø** são essenciais na dieta do seu filho. **[frutas]*** (Anúncio 5)

Com respeito à coesão lexical, que é um mecanismo da coesão textual, ela consiste na criação de elos dentro de um texto por meio da seleção vocabular. Qualquer lexema pode integrar um elo coesivo com outro lexema,

¹⁰⁹ Estes mecanismos serão melhor explorados mais adiante nesse trabalho, já que a linguagem publicitária faz uso desse recurso de uma outra maneira bastante peculiar além da aqui apresentada.

desde que entre eles se estabeleça uma relação léxico-semântica evidente na superfície do texto. Esse tipo de coesão resulta normalmente na construção de cadeias coesivas, em que os elos se sucedem uns aos outros, categorizados por: repetição, sinonímia, hiponímia e antonímia.

A repetição é o tipo mais simples de coesão lexical. Corresponde à repetição de um vocábulo, ou seja, a repetição de unidades lexicais com formas idênticas.

Assim, encontramos em nosso *corpus*:

(8) *Favor não chamar de avião. **Avião** é barulhento.* (Anúncio 6)

Entendemos que a repetição nesse anúncio publicitário não ocorre por si mesma.

Ao anunciar o produto – em (8), um carro –, o enunciador vai contra o senso comum de compará-lo a um avião. Ao negar tal comparação, ele ressalta uma característica muito apreciada na atualidade pelos consumidores desse produto: a ausência de barulho quando em funcionamento. O enunciador o faz, entretanto, sem negar ou renunciar a qualquer uma das propriedades e características positivas que um veículo desse segmento apresenta quando em funcionamento. A ideia que se pretende transmitir é, portanto, a de que o carro possui todas as propriedades positivas de um avião, no que se refere ao desempenho do motor, acrescidas da ausência de barulho.

Assim, o publicitário vale-se argumentativamente da repetição lexical, dando a ela um valor que vai além da simples repetição de termos. Em outras palavras, ao utilizar-se da repetição, o tipo mais simples de coesão lexical, o enunciador o faz de maneira a gerar maior grau de persuasão no público consumidor.

Um dos processos de estabelecimento de cadeias em um texto consiste na utilização de itens sinônimos. O conceito de sinonímia segue os critérios seguintes: a) equivalência de sentido ou reciprocidade de propriedades semânticas entre o item substituto e o termo antecedente, dependendo do contexto situacional em que os termos são empregados; b) nem sempre os termos sinônimos são intercambiáveis; c) a sinonímia nem sempre é correferencial; d) a vinculação dos sinônimos com a noção de retomada lexical a um termo explícito no co-texto; e) o entendimento de que a sinonímia é essencialmente uma expressão referencial substitutiva; e f) a concepção de

que o termo sinônimo pode introduzir novas informações, dependendo da seleção do item lexical utilizado pelo produtor do texto.

Exemplo de sinonímia encontrado em nosso *corpus*:

(9) ... São quase 100 milhões de pessoas no Brasil que, todos os dias, estão em contato com nossos produtos. **Uma população** maior que a de muitos países do mundo. E continuamos crescendo. (Anúncio 7)

No tocante à hiponímia, segundo Lyons (*apud* CINTRA, 2002, p. 78), sua concepção está ligada à relação paradigmática de sentido que se pode estabelecer entre um lexema “mais específico, ou subordinado, e um lexema mais geral ou superordenado”. O autor também identifica que a hiponímia estrita é uma relação transitiva. Se x é um hipônimo de y e y é um hipônimo de z, então x é um hipônimo de z. Por exemplo, “vaca” é um hipônimo de “mamífero” e “mamífero” é um hipônimo de “animal”; portanto, “vaca” é hipônimo de “animal”.

Halliday (1985) também exemplifica essa relação com os seguintes casos: “carvalho”, “pinheiro” e “olmo” (tipo de árvore própria da Europa) são co-hipônimos de “árvore”.

Exemplo de hiponímia verificado no *corpus*:

(10) O Pajero TR4 Flex (Mitsubishi bicombustíveis) é um legítimo 4x4 e o único que pode ser abastecido de álcool ou gasolina, ou da combinação entre os dois **combustíveis**. (Anúncio 8)

Neste exemplo, o publicitário visa a destacar a vantagem econômica em se possuir um veículo que pode ser abastecido com qualquer dos dois principais combustíveis disponibilizados ao consumidor brasileiro – o álcool, geralmente mais barato, mas que sofre oscilações de oferta, e a gasolina, com menos problemas de fornecimento, mas mais cara. Em acréscimo, o enunciador promove a qualidade de 4x4 do veículo, o que lhe permite trafegar com maior facilidade por terrenos acidentados. O trunfo do produto, apresentado na peça publicitária, é o de que se trata do único veículo que reúne essas duas vantagens (utilitário esportivo com flexibilidade de abastecimento). Assim, o uso da relação hiponímia se revela argumentativa com auto grau de persuasão.

Outro mecanismo de coesão, denominado antonímia, ocorre quando o item substituto mantém relação antagônica com o termo antecedente. Nesse

caso, há oposição semântica entre conjuntos de lexemas, ou seja, nessa relação, os itens lexicais tecem oposição ao significado. Ressaltamos que, assim como não existe semelhança total de sentido entre sinônimos, não há oposição absoluta entre antônimos.

Um exemplo de antonímia contido no *corpus* de nosso estudo é o seguinte:

(11) ... *A gente poderia dizer que a Claro sofreu duas derrotas. Mas prefere dizer que o consumidor teve duas grandes vitórias...* (Anúncio 9)

Logo de início, observa-se que a dualidade entre as palavras “derrotas” e “vitórias” contextualiza o leitor em uma “guerra” entre operadoras de telefonia celular, no Brasil. Com respeito a este assunto, a mais recente conquista do consumidor é a chamada portabilidade, que permite ao consumidor mudar para a operadora que oferece maiores vantagens sem que, para isso, precise abrir mão do número de seu telefone, já conhecido de todos os seus contatos.

Na “briga” entre as operadoras, a Oi foi a primeira a acabar com a multa por mudança de operadora e segunda a vender aparelhos desbloqueados, que podem ser livremente utilizados na prestação de serviços de telefonia por outras operadoras (a primeira a fazer isso foi a CTBC). Nesse período, os publicitários da Oi souberam articular de maneira argumentativa o desenrolar das negociações legais, por meio da criação de anúncios publicitários que, ao mesmo tempo em que imputavam características negativas às empresas contrárias à portabilidade, visa a obter a adesão de novos usuários. Daí, mais uma vez justifica-se o jogo linguístico *derrota x vitória*, em que, ao depreciar a atitude da outra operadora, o enunciador valoriza o consumidor de uma maneira bastante sutil, mas com forte grau de persuasão.

Em relação à anáfora conceitual, sua principal característica é a de que ela assume uma função resumitiva no co-texto; é um elemento nominal, às vezes, gramatical, não específico, cujo significado encontra-se no antecedente. Esse tipo de anáfora condensa e resume o conteúdo de uma frase, de um parágrafo ou de um fragmento do texto.

Exemplo de anáfora conceitual extraído do *corpus*:

(12) *“Por um amanhã melhor hoje” é mais do que o novo tema institucional da Pepsico. É o nosso ideal de vida. Em cada produto, escolha,*

*decisão ou ação, colocamos **esse compromisso** em primeiro lugar...* (Anúncio 10)

Já as anáforas indiretas (AI) têm recebido na literatura diversas denominações: inferenciais, mediatas, profundas, semânticas, associativas. Muitos linguistas brasileiros, notadamente Marcuschi (2005), Koch (2005) e Cavalcante (2003), adotam a denominação de anáforas indiretas, seguindo a argumentação de Schwarz (2000).

Esse mecanismo referencial é tratado como anáfora associativa por Apothéloz (2003). Segundo esse autor, designam-se, geralmente, como anáforas associativas os sintagmas nominais definidos que apresentam, simultaneamente, as duas características seguintes: por um lado, uma certa dependência interpretativa em relação a um referente previamente – às vezes, posteriormente – introduzido; e, por outro lado, a ausência de correferência com a expressão que introduziu ou designou previamente – às vezes, posteriormente – esse referente.

Marcuschi (2005) identifica a AI como tendo as seguintes características: a) a inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada, e a presença de uma “âncora”, isto é, uma expressão ou contexto semântico para a interpretação da AI; b) a ausência de relação de correferência entre a “âncora” e a AI, estabelecendo apenas uma estreita relação conceitual; c) a interpretação da AI se dá como a construção de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não como uma busca ou reativação de referentes prévios por parte do receptor; d) a realização da AI se dá normalmente por elementos não pronominais, sendo menos comum sua realização pronominal.

Exemplo de anáfora indireta extraído do *corpus*:

(13) *Chegou o SulAmérica Educaprevi, um plano de previdência para crianças e jovens. Com um pouquinho por mês, você pode garantir a educação de **quem ainda tem o futuro inteiro pela frente**.* (Anúncio 11)

Os aspectos textuais discursivos tratados até aqui têm sido objeto de vários estudos em diferentes gêneros textuais, inclusive de anúncios publicitários. Daí não vemos necessidade de um maior aprofundamento nestas discussões. Um aspecto textual pouco estudado diz respeito à anáfora e dêixis na interrelação texto verbal *versus* texto não verbal. Este é o aspecto que atraiu

nossa atenção durante a análise dos anúncios publicitários aos quais dedicaremos nossas próximas análises.

Uma abordagem textual clássica faz uma oposição entre anáfora e dêixis, tomando como base os contextos linguísticos e extralinguísticos. Nessa abordagem, uma expressão é anafórica, quando seu referente encontra-se no contexto linguístico (co-texto), mas uma expressão é dêitica quando seu referente encontra-se na situação extralinguística (contexto). A partir do início dos anos 90, uma nova abordagem para a oposição anáfora/dêixis tomou por base processos cognitivos de memorização. Nessa perspectiva, uma expressão é anafórica quando retoma uma entidade já conhecida, ou que já tem seu lugar no universo do discurso, ou ainda que já se encontra no *locus* de atenção do interlocutor. Uma expressão é dêitica quando introduz um novo referente no foco de atenção. Assim, a anáfora é um processo que retoma um referente já conhecido pelo interlocutor, enquanto a dêixis consiste na introdução de um novo referente ainda não manifestado na memória imediata; portanto, trata-se aqui de uma oposição que não mais se apoia na localização do referente (dentro ou fora do texto), mas sim na distinção referente conhecido *versus* referente novo.

O anúncio (12) apresentado pela Allianz – empresa corretora de seguros tem como chamariz a figura de uma mulher, supostamente uma mãe, carregando o filho. A imagem é introduzida pelo texto verbal: *Ele morou nove meses no lugar mais seguro do mundo. Por que mudar isso agora?*

No excerto apresentado, o locutor parte de um acordo prévio, que é o ponto de partida de sua argumentação. Neste acordo, o seguro residencial oferecido pela empresa está representado pela imagem da mulher que conduz o filho como um “bem material”. Vemos que o direcionamento pretendido pela argumentação é o de que mães procuram, desde a concepção dos filhos, dar-lhes toda segurança e bem-estar. Assim, a peça publicitária apresenta como posto o fato de que, fazendo-se um seguro residencial, pode-se garantir a segurança do filho.

Entendemos que, no caso específico desse anúncio, a coerência do discurso é estabelecida por meio da utilização do item indexical *ele* (pronomes pessoal), que para ser entendido requer a imagem – item não verbal. Ou dizendo em outras palavras, a compreensão de toda intenção comunicativa só

é possível na relação intrínseca existente entre os textos verbal e não-verbal. Assim, por meio da direção indicada pelo pronome pessoal *ele* (texto verbal) a atenção do interlocutor é voltada especificamente para a imagem (texto não-verbal) da mãe que quer proteção para o filho.

Com o intuito de maior envolvimento emocional elevando o grau de persuasão, muitos publicitários têm feito uso de imagens que apelam para as relações familiares, evidenciando que um anúncio publicitário deve “cativar” emocionalmente o receptor para que ele adquira o produto anunciado. O anúncio publicitário leva informação ao público de maneira não coercitiva, ou seja, sem qualquer tipo de cerceamento, mas buscando a adesão por meio do envolvimento emocional.

Outro exemplo presente no *corpus* é o anúncio publicitário (13).

Para anunciar as novidades do novo mix de nutrientes de Ades Frutas foi criada uma campanha em que os anúncios publicitários sugerem comparações de nutrientes contidos em vegetais (beterraba, espinafre) com os nutrientes contidos em um copo de Ades. Nos anúncios, o ponto de partida da argumentação são os benefícios para a saúde por meio do consumo da bebida anunciada.

Em (13), o nutriente em destaque é o ácido fólico, uma vitamina do complexo B. Por meio de uma pergunta retórica, o enunciador compara a quantidade de nutrientes dos dois produtos, sugerindo que um copo de Ades contém a mesma quantidade de ácido fólico.

Assim, o anúncio busca persuadir os consumidores de que o produto contém nutrientes *que ajudam a manter as células do corpo saudáveis*, sendo importante o consumo dos mesmos. O efeito de estranhamento e de diferenciação em relação aos demais produtos fica a cargo da interrogação *Você sabia que os dois têm a mesma quantidade de ÁCIDO FÓLICO?*

Aqui também temos o estabelecimento da coerência do discurso por meio da utilização de um item indexical. Diferentemente do anúncio publicitário (12), em (13) o item indexical é *dois* acompanhado pelo artigo definido *o*. Apesar da diferença de classe gramatical, *ele* (pronome pessoal) e *dois* (numeral), a coerência do discurso é estabelecida por meio da utilização do item indexical que aponta para as imagens beterraba e do copo com a bebida anunciada. Mais uma vez, a compreensão de toda a intenção comunicativa só

foi possível por meio da relação intrínseca existente entre os textos verbal e não-verbal, intermediada pela presença do item lexical.

Seguindo a análise do *corpus*, foi-nos possível detectar níveis mais complexos, da relação entre verbal e não verbal, construindo a orientação argumentativa.

Observando as peças publicitárias aqui apresentadas, em todas, totalizando treze anúncios publicitários, verifica-se a presença de imagens. Sem a pretensão de tecer análises mais detalhadas quanto aos aspectos imagéticos em cada peça publicitária, consideramos importante fazer alguns destaques.

Entendemos que os anúncios publicitários que contemplam o *corpus* de pesquisa têm por objetivo a venda de produtos ou serviços. Assim, para sua eficácia, esse tipo de anúncio publicitário deve gerar o maior número de contatos e consultas sobre o produto ou serviço anunciado.

No universo da publicidade é sabido que “uma imagem vale por dez palavras”. Assim, percebemos ser fundamental a utilização de imagens. O primeiro passo para tornar um anúncio eficaz é fazer com que ele atraia a atenção do leitor. Segundo vários estudos, um anúncio publicitário tem apenas 2 segundos para atrair a atenção de leitores de mídia impressa. Deste curtíssimo período, 1,5 segundo é destinado a prender a atenção propriamente dita, e os outros 0,5 segundos são destinados à leitura do título do anúncio.

Deste modo, a melhor maneira de se atrair a atenção inicial de um leitor é pela utilização de imagens, porque elas aproveitam um período maior (1,5 segundo) dessa atenção dispensada pelo leitor. Para isso, ela deve ser sedutora o bastante para atrair a atenção de quem estiver, por exemplo, folheando uma revista sem compromisso com sua leitura. Mas o grande cuidado que se deve ter com a utilização de imagens é que ela não transmita um duplo sentido, e esteja diretamente ligada à marca, produto ou serviço anunciado.

A utilização de cores, assim como o tamanho do anúncio, são outros fatores muito importantes para tornar um anúncio eficaz. Segundo uma

pesquisa feita pelo *Cahners Research*¹¹⁰, os anúncios coloridos obtêm cerca de 38% a mais de visualizações do que anúncios em preto e branco. Considerando tanto a utilização de cores quanto o tamanho dos anúncios publicitários, aqui analisados, a maioria é colorida e ocupa em média uma página da revista.

Estes esclarecimentos podem parecer desnecessários ou pouco importantes para os objetivos propostos nesse trabalho. Entretanto, ao estudarmos as relações referenciais presentes nos anúncios publicitários, o aspecto que mais nos chamou a atenção foi a imbricada relação entre os textos verbal e não verbal. Como já constatamos ao analisar o *corpus*, com exceção de apenas uma peça publicitária, todas fizeram uso de imagens. Assim, a opção dos anunciantes é pela presença da imagem na elaboração da mensagem dos anúncios publicitários.

Passamos aqui a algumas considerações quanto à relação referencial entre texto verbal e não verbal. Anúncios há em que são usados diferentes itens indexicais apontando diretamente para a imagem. A seguir, relacionamos os anúncios publicitários com os itens em destaque.

Anúncio 2 - *Se você tiver que levantar uma bandeira para encarar 2009, aproveite a **nossa**.* (imagem: bandeira do Bradesco)

Anúncio 11 – *Muito prazer, **nós** somos a família Pepsico.* (imagem: alimentos e bebidas produzidos pela empresa)

Anúncio 12 - ***Ele** morou nove meses no lugar mais seguro do mundo. Por que mudar isso agora?* (imagem: bebê)

Anúncios 13 - *Você sabia que **os dois** têm a mesma quantidade de **ÁCIDO FÓLICO**?* (imagem: suco Ades)

Esses exemplos demonstram que para imprimir força argumentativa específica ao enunciado, orientando o interlocutor para uma dada direção de sentido e ação (comprar produtos e serviços), o enunciador vale-se do recurso textual não verbal, apostando na capacidade cognitiva do leitor (consumidor) de estabelecer a coerência discursiva sem que haja, a priori, indícios de unidade discursiva entre as estruturas verbais e não verbais. Ou seja, no

¹¹⁰ O Grupo Cahners In-Stat é uma empresa sediada nos Estados Unidos, com escritórios nos estados de Arizona, Massachusetts e na China, especializada em pesquisas sobre os efeitos da propaganda, especialmente em mídia digital.

processo referencial, constituinte do texto, os interlocutores aproveitam-se de inferências – informações implícitas e instauradas pelo co-texto –, do conhecimento de mundo armazenado na mente, do conhecimento compartilhado, do contexto situacional e sócio-histórico para estabelecer sentido.

Nesse sentido, podemos afirmar que, ao criar peças publicitárias em que imagem e texto verbal se completam, tornando-se um texto único, o publicitário confia na capacidade do leitor de, ao ler, ativar estratégias cognitivas capazes de possibilitar a interação comunicativa, atingindo, assim, seus propósitos argumentativos de incitar as pessoas a certos comportamentos (aquisição de produtos e/ou serviços). Estes aspectos podem ser observados nos anúncios publicitários exemplificados a seguir.

Anúncio 4 - *Sabe quem fica muito feliz quando você compra um Kia? Seu plano de saúde.* A direção argumentativa sugere que, ao adquirir o carro, o consumidor terá maior segurança no trânsito, já que o carro vem equipado com *airbag* frontal e lateral. Esta informação é percebida por meio das imagens do interior do carro, veiculadas no anúncio.

Anúncio 6 - *Favor não chamar de avião. **Avião** é barulhento.* O enunciador sugere que o carro (imagem) possui todas as propriedades positivas de um avião, no que se refere ao desempenho do motor, acrescidas da ausência de barulho.

Anúncio 11 – *Faça um Plano de Previdência SulAmérica. Porque hoje em dia nem **princesa** pode se dar ao luxo de ficar sem diploma.* O termo em destaque remete à imagem de uma criança (menina em trajes que lembram o de uma princesa), sugerindo que os pais devem assegurar o futuro das filhas por meio de um plano de previdência.

Assim, nesses anúncios publicitários os enunciadores valem-se do inédito em todos os aspectos, apostando na relação verbal e não verbal sem, no entanto, comprometer a comunicação e tornando, certamente, as peças publicitárias com um grau maior de persuasão.

4. Conclusão

Ao tentarmos identificar alguns aspectos predominantes na relação referencial em anúncios publicitários, deparamo-nos com a impossibilidade de grandes generalizações, tendo em vista que nosso *corpus* é relativamente

reduzido. No entanto, constatamos nos anúncios publicitários, um poder infalível da linguagem: o de persuadir, seduzir as pessoas, tentar fazê-las adquirir um certo produto, tomar atitudes, decidir pela compra etc.

Na relação imagem (texto não verbal) e texto, detectamos em nosso *corpus* formas textuais usadas como marcador indexical - isto é, que indica ao invés de denotar. Esse marcador aponta a um referente novo, por meio da imagem, propiciando o entendimento do discurso. No caso dos anúncios publicitários, o uso da imagem serve principalmente para introduzir, de maneira criativa, novas entidades na representação do discurso. Essas imagens são indicadas por meio dos itens indexicais sensíveis à focalização de entidades e, dessa forma, permitem um acesso rápido a uma entidade focalizada, tornando, assim, compreensível a mensagem veiculada pelo anúncio. Além da compreensão facilitada, o publicitário, por meio do trabalho com a linguagem verbal e não verbal, aposta na criação de peças publicitárias em que a criatividade possibilita o envolvimento emocional do interlocutor, favorecendo, assim, maior grau de persuasão. Dessa forma, poderíamos afirmar que, por meio de um imbricado relacionamento com a linguagem verbal, a imagem também é co-produtora de enunciados e discursos.

A linguagem verbal, em consonância com a não verbal, possibilita ao enunciador (publicitário), assumindo o papel de emissor do discurso, externar uma garantia de credibilidade. Assim, a mensagem pode almejar uma ação eficiente, uma implicação positiva, pois, ao trabalhar sentimentos e emoções, o publicitário procura conseguir efeitos persuasivos ao público.

Para finalizar, o texto publicitário é rico em processos referenciais. Os processos, aqui explorados, constam apenas de uma amostra do que podemos estudar, considerando o universo do conhecimento em que eles estão inseridos. No entanto, pelo que conseguimos sistematizar sobre os processos referenciais, em especial a relação intrínseca existente entre os textos verbal e não verbal, cremos que este trabalho poderá ser um ponto de partida para posteriores pesquisas sobre o assunto e que trará contribuições aos estudantes, professores e pesquisadores em geral nas áreas da Linguística textual e afins.

5. Referências

- APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p 52-84.
- BHATIA, V. K. **Analysis genre: language use in professional settings**. London and New York. Longman, 1993.
- CARVALHO, Nelly de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1996. 175 p.
- CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. 256 p.
- CINTRA, Anna Maria Marques, et al. Para entender as linguagens documentárias. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 92 p.
- GONZALES, L. **Linguagem publicitária: análise e produção**. São Paulo: Arte Ciência, 2003. 151 p.
- HAHN, F. E. **Faça você mesmo propaganda**. Rio de Janeiro: Infobook, 1993. 270 p.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional Grammar**. London: Arnold, 1985. 700 p.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976. 374 p.
- KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo. Contexto, 2005. 342 p.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.,
- MORATO, E. M., BENTES, A. C. (org.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p 53-105.
- MARTINS, Jorge S.. **Redação publicitária: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 169 p.
- MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Trad. Camile Botelho Regadas; Mônica Magalhães Cavalcante. In: Cavalcante, M. M;

Rodrigues, B. B.; Ciulla, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

SCHWARZ, M. **Indirekte anaphern in texten**. Tübingen: Niemeyer, 2000. 174 p.

VESTERGAARD, Toben; SCHRODER, Kim. **A linguagem da propaganda**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 197 p.

**“OMO FAZ, OMO MOSTRA”: UMA POSSÍVEL ANÁLISE DE
PROPAGANDAS DE SABÃO EM PÓ**

**“OMO FAZ, OMO MOSTRA”¹¹¹: A POSSIBLE ANALYSIS FOR SOAP
POWDER ADVERTISEMENTS**

Valéria Netto Valente (CEFET-MG)

valeryvalente@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho teve como proposta apresentar uma possível análise de propagandas de sabão em pó, com o objetivo de destacar os elementos linguísticos, icônicos e semióticos que foram usados para persuadir o consumidor em diferentes épocas. Utilizando-se dos estudos sobre gêneros de Patrick Charaudeau (2004) que considera que todo texto é delimitado por condições situacionais e discursivas, e que resulta de uma situação contratual, pretendeu-se, também, identificar as *visées discursives* presentes em tais propagandas e que serviram para definir a finalidade das situações de comunicação. Para compor o *corpus*, foram selecionadas quatro propagandas do sabão em pó da marca OMO, sendo que duas delas foram veiculadas no final da década de 1950 e as outras duas são propagandas atuais. Para melhor organização dos dados e desenvolvimento da análise, utilizou-se o método da Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2009).

Palavras-chave: análise de conteúdo – propaganda – visadas discursivas

Abstract: This work aimed at presenting a possible analysis of advertisements for soap powder, intending to highlight the linguistic, iconic and semiotic elements which were used to persuade consumers at different times. Using the studies of Patrick Charaudeau (2004) on genres which consider that every text is delimited by discursive and situational conditions, and derives from a contractual situation, it was also intended to identify the *visées discursives* which served to define the purpose of communication situations in such

¹¹¹ Por se tratar de um *slogan*, optei por não traduzir para o inglês.

advertisements. Four advertisements of OMO soap powder were selected to compose the *corpus* – two of them were used in the late 1950s and the other two are current advertisements. The method of Content Analysis proposed by Bardin (2009) was used in order to better organize the data and to develop the analysis.

Key-words: content analysis – advertisement – *visées discursives*

Introdução

A todo instante deparamo-nos com as propagandas. Elas se fazem presentes na televisão, no rádio, nos jornais impressos – sejam eles de grande circulação ou não, em toda sorte de revistas e também estão inscritas nas traseiras dos ônibus e *outdoors*. Disputam a atenção dos leitores com mensagens das mais variadas – desde a divulgação de um novo produto, um serviço, até uma mensagem política ou religiosa. O discurso publicitário está repleto de componentes persuasivos, sejam eles verbais ou imagéticos, os quais são utilizados de forma criativa, com a intenção de despertar o interesse do consumidor. Atuando na esfera do imaginário, a propaganda busca vender não apenas o produto, mas também aquilo que ele representa para o consumidor em termos de ascensão social, felicidade, desejo e poder, constituindo-se de um instrumento com a capacidade de preencher as carências do público a que se destina (VARGAS, 2010).

Tendo em vista esse panorama, o presente trabalho pretendeu analisar propagandas de sabão em pó da marca OMO, com o intuito de destacar os elementos linguísticos, icônicos e semióticos usados para persuadir o consumidor em diferentes épocas, bem como identificar as visadas discursivas que serviram para definir a finalidade das situações de comunicação. A análise apoiou-se no método da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), como também nos conceitos de visadas discursivas proposto por Patrick Charaudeau (2004). O *corpus* foi composto por quatro propagandas impressas – duas delas veiculadas na década de 1950 e as outras duas são atuais.

Antes, porém, da apresentação da teoria e da análise dos dados coletados, faz-se necessário um breve histórico da marca OMO. Essa é uma marca de sabão em pó inglesa fabricada pela multinacional Unilever. De cor

azul, este sabão existe desde a década de 1940, mas começou a ser comercializado no Brasil a partir de 1957, inicialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, para concorrer com a marca Rinso também fabricada pela Unilever. OMO é, na realidade, uma sigla da expressão *Old Mother Owl*¹¹² e a imagem de uma coruja constava em sua embalagem inglesa¹¹³ no início do século XX, entretanto, o produto com essa embalagem não circulou pelo Brasil.

Sobre a Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) surgiu no início do século XX nos Estados Unidos, primeiramente com propósitos governamentais de adivinhar as orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros. Utilizava-se, essencialmente, de materiais jornalísticos, sobretudo a propaganda. Após a II Guerra Mundial, boa parte dos trabalhos que se valiam da AC estava relacionada com a investigação política, tendo como foco a análise lexical para detectar propagandas nazistas em jornais americanos. Tal método de investigação desenvolveu-se posteriormente em diversos campos tais como a psicologia, sociologia, psicanálise, política, dentre outros.

Segundo Franco, a AC tem a mensagem como ponto de partida. Essa mensagem pode ser “verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido” (FRANCO,2008, p.19).

Bardin define a AC da seguinte forma:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2009, p.44)

A autora também propõe uma classificação dos domínios possíveis da aplicação da AC, utilizando-se de dois critérios: (i) a quantidade de pessoas implicadas na comunicação (monólogo, diálogo, grupo restrito ou comunicação

¹¹² Tradução: Velha Mãe Coruja

¹¹³ A propaganda em inglês consta dos anexos deste artigo apenas como ilustração.

de massa); (ii) código (oral, escrito, icônico, outros códigos semióticos) e suporte. Ainda segundo Bardin (2009), a AC constitui-se de duas fases, sendo a primeira uma descrição analítica, ou seja, o tratamento descritivo objetivo, sistemático e quantitativo do conteúdo das comunicações, e uma segunda fase constituída pelas inferências que podem ser feitas tanto a partir da produção (enunciados do emissor) quanto do receptor. Dessa forma, pela AC procura-se estabelecer uma relação entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. Ainda sobre as inferências, de acordo com Franco, a AC fornece ao pesquisador subsídios para que ele possa fazê-las sobre qualquer um dos elementos da comunicação, “com base na mensagem que responde às perguntas: O que se fala? O que se escreve? Com que intensidade? Com que frequência? Que tipos de símbolos figurativos são utilizados para expressar as ideias? E os silêncios? E as entrelinhas?” (FRANCO, 2008, p.24).

Sobre visadas discursivas

Em seu trabalho intitulado *Visadas Discursivas, Gêneros Situacionais e Construção Textual*, Patrick Charaudeau (2004) expõe a dificuldade em se classificar os textos quanto ao gênero. Ele, então, faz de forma breve, uma retrospectiva de como os textos foram classificados desde a antiguidade, passando por diversos estudiosos até chegar a sua proposta de gênero situacional.

Se voltarmos à Grécia antiga, podemos perceber que desde aquela época já havia a tentativa de abordar os textos quanto ao gênero. Assim, havia as poesias que celebravam os heróis e descreviam os mitos – enquadradas nos gêneros épico, lírico e dramático, e também os textos que eram utilizados para agenciar a vida pública nas cidades, ou seja, os não literários. Charaudeau (2004), então, se vale dos textos não literários para definir os gêneros sob outra perspectiva.

Charaudeau ressalta a complexidade da questão dos gêneros e demonstra que várias foram ou são as maneira utilizadas para abordá-los. Há aqueles que classificam os textos quanto às funções de base da linguagem, como as propostas por Jakobson (1963 *apud* CHARAUDEAU 2004) – emotiva,

conativa, fática poética, referencial e metalingüística, ou as funções propostas por Halliday (1973,1974 *apud* CHARAUDEAU, 2004) – instrumental, interacional, pessoal, heurística, imaginativa, interpessoal, etc. Há também aqueles que se apóiam na proposta de Benveniste (1969 *apud* CHARAUDEAU, 2004), que faz oposição entre discurso e narrativa. Outra forma de se classificar os gêneros é a proposta por Bakhtin (1984 *apud* CHARAUDEAU, 2004) que os distingue entre “gêneros primeiros ou simples, que são constituídos pelas situações comunicativas do cotidiano, e gêneros segundos do discurso, normalmente mediados pela escrita, que se constituem em situações comunicativas mais complexas e elaboradas”, com a concepção de textos dialógicos ou monológicos, orais ou escritos. Também há aqueles que se propõem a classificar os textos quanto aos tipos de atividade lingüística – narrativo, argumentativo, explicativo, descritivo; e ainda a classificação dos textos a partir da recorrência de suas marcas formais. Vale ressaltar que, nesse último tipo, corre-se o risco de um erro de classificação, uma vez que as formas, tanto lexicais quanto gramaticais, são polissêmicas.

Charaudeau (2004) propõe uma outra classificação a partir do que ele define como gêneros situacionais. Para o autor, os textos são produzidos a partir de contratos estabelecidos entre os interlocutores e sua significação dependerá da situação de comunicação. Alguns elementos compõem a situação de comunicação – a finalidade, a identidade dos participantes, o propósito e sua estruturação temática, e as circunstâncias, ou seja, os meios por onde serão veiculadas as informações. Assim, “cada situação de comunicação seleciona, para definir sua finalidade, uma ou várias visadas dentre as quais geralmente uma (às vezes duas) é dominante” (CHARAUDEAU, 2004, p. 25). Ainda sobre as visadas, Charaudeau esclarece que elas “correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte da própria troca lingüística” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23). As visadas caracterizam-se pela relação de força estabelecida entre o EU comunicante e o TU interpretante e, conseqüentemente, devem ser reconhecidas por estes dois sujeitos. Charaudeau, então, descreve as seis principais visadas:

(i) a visada de “prescrição”: *eu* quer mandar fazer (*faire faire*), e ele tem autoridade de poder sancionar: *tu* se encontra então, em posição de “dever fazer”.

(ii) a visada de “solicitação”: *eu* quer “saber”, e ele está, então, em posição de inferioridade de saber diante do *tu*, mas legitimado em sua demanda; *tu* está em posição de “dever responder” à solicitação.

(iii) a visada de “incitação”: *eu* quer “mandar fazer” (*faire faire*), mas, não estando em posição de autoridade, como no caso da prescrição, não pode senão incitar a fazer; ele deve, então, “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato; *tu* está, então, em posição de “dever acreditar” que, se ele age, é para o seu bem.

(iv) a visada de “informação”: *eu* quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber; *tu* se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento.

(v) a visada de “instrução”: *eu* quer “fazer saber-fazer”, e ele se encontra ao mesmo tempo em posição de autoridade de saber fazer e de legitimação para transmitir o saber fazer; *tu* está em posição de “dever saber fazer”, segundo um modelo (ou modo de emprego) que é proposto por *eu*.

(vi) a visada de “demonstração”: *eu* quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas”, segundo uma certa posição de autoridade de saber (cientista, especialista, *expert*); *tu* está em posição de ter que receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo.

(CHARAUDEAU,

2004, p. 23-24)

Análise do corpus

Apuração dos dados

Abaixo, segue o quadro com os dados apurados na primeira fase da análise:

Elementos icônicos visualizados	Propagandas			
	1	2	3	4
Embalagem ou logomarca do produto	√	√	√	√
Logomarca de campanha			√	√
Figura mãe/ dona de casa	√	√	√	
Figura infantil	√		√	√
Elementos da natureza (sol, céu, flores, plantas)			√	√
Elementos verbais visualizados (composição)	1	2	3	4
Textos longos	√	√		
Uso de metáforas	√	√		
Elementos temáticos	1	2	3	4
Abrangência de mercado	√			
Ideia de modernidade	√	√		
Propriedades do produto	√			
Praticidade do produto	√	√		
Superioridade/ eficácia do produto	√	√		
Valorização do desenvolvimento infantil			√	√
Alusão ao desenvolvimento sustentável			√	√

Interpretação dos dados

Pode-se notar que as embalagens ou logomarca do produto estão presentes em todas as propagandas. Infere-se, assim, que essa estratégia foi utilizada como uma forma de lembrar ao consumidor do produto na hora das compras no supermercado.

Com relação ao tamanho dos textos, nota-se que há a utilização de textos muito longos nas propagandas 1 e 2. Pelo fato de ser um produto recém-chegado, produzido para concorrer com a marca Rinso já consolidada no mercado, percebe-se a necessidade de ressaltar todas as propriedades do novo sabão e as vantagens de sua aquisição. Por outro lado, textos mais enxutos foram utilizados nas propagandas 3 e 4. Infere-se aqui a não

necessidade de explorar a ação do produto, pois o sabão já é líder de mercado. O importante é ressaltar a responsabilidade social do fabricante e sua preocupação com o desenvolvimento sustentável.

Vários são os elementos linguísticos e semânticos que ressaltam

(i) as propriedades do produto:

a. OMO lava, quara, alveja e dá brilho numa só operação. (1)¹¹⁴

(ii) a praticidade do produto:

a. V. não precisa esfregar tanto. (1)

b. E, enxaguando uma só vez, toda sujidade fica na água. (1)

c. Na hora de “passar” é que se vê (...) (2)

(iii) a eficácia do produto:

a. Veja como fica muito mais alva, muito mais limpa. (1)

b. (...) como a roupa está mais limpa, mais alva, mais macia! (2)

c. Onde OMO cai a sujeira sai! (2)

(iv) a superioridade de OMO:

a. A alvura que só OMO dá (...) (1)

b. Toda sua roupa terá uma alvura jamais conseguida com sabão. (1)

c. É outra coisa a roupa lavada com OMO (2)

d. OMO lhe dá a roupa mais limpa de sua vida! (2)

(v) a abrangência de mercado:

a. (...) usado em todo mundo (...) (1)

(vi) a ideia de modernidade:

a. (...) torna o sabão antiquado! (1)

b. (...) pelas donas de casa modernas! (1)

c. (...) sabão é coisa do passado! (2)

d. O moderníssimo produto que transforma o sabão em coisa do passado! (2)

(vii) a valorização do desenvolvimento infantil:

a. Toda criança tem direito de usar sua roupa favorita por muito mais tempo.(3)

b. Toda criança tem direito de descobrir. (4)

c. Porque se sujar faz bem. (4)

¹¹⁴ Os números em parênteses referem-se à numeração utilizada nas propagandas.

São usadas, também, metáforas que ressaltam a excelência de OMO:

- a. “O milagre azul” usado (...) (1)
- b. Com OMO a roupa fica uma beleza! (2)

Alguns elementos icônicos e semióticos utilizados para atingir o consumidor são observados, como por exemplo, a figura da mulher. As propagandas 1 e 2 são direcionadas às mulheres da década de 50, urbanas, donas de casa, pertencentes à classe média e ainda não inseridas no mercado de trabalho. É a “velha mãe coruja” cuidando de seus afazeres domésticos, das árduas tarefas de lavar e passar roupas, mas com a “ajuda” de OMO mostra-se feliz e, sua aparência impecável e unhas bem cuidadas sugerem que lhe sobra tempo para se cuidar. A propaganda 3 é direcionada à mulher moderna do século XXI, inserida no mercado de trabalho e que, além de boa profissional, quer também ser boa mãe. Apesar da correria do dia-a-dia, com a “ajuda” de OMO, ela pode não só cuidar das roupas preferidas de seu filho, como também usufruir de algumas horas de prazer e felicidade ao lado dele.

A figura infantil também foi utilizada, mas de maneira diferenciada. Na propaganda 1 (um), a filha aparece vestida impecavelmente e, da mesma forma que a mãe, segura uma pilha de toalhas alvas. Duas considerações podem ser feitas: primeiramente, o papel da mulher da década de 1950. As filhas eram educadas para serem donas de casa e desde bem novas já ajudavam as suas mães com as tarefas do lar. Podemos inferir, também, a intenção de mostrar que OMO é a marca que veio para se firmar no mercado; uma tradição passada para as gerações futuras, de mãe para filha. Já nas propagandas 3 e 4, percebe-se a intenção do fabricante em demonstrar sua preocupação com a responsabilidade social, mostrando a valorização do desenvolvimento infantil. As fantasias fazem parte do desenvolvimento das crianças. Quem nunca quis ser um super herói? Os *slogans* “Toda criança tem direito de descobrir” e “Porque se sujar faz bem”, somados ao logo de campanha¹¹⁵ que faz alusão a mão espalmada e suja de uma criança, demonstram o aprendizado através da exploração do mundo, da natureza, bem

¹¹⁵ Vide anexos.

como os benefícios de se sujar como algo natural e positivo do crescimento infantil; uma parte importante de sua aprendizagem e desenvolvimento.

Assim como a responsabilidade social, o desenvolvimento sustentável é uma demanda do século XXI. Pode-se inferir essa ideia através do cenário exposto nas propagandas 3 e 4 – dia claro, céu muito azul, atividades ao ar livre e contato com a natureza, ou seja, OMO preocupa-se com o bem estar das pessoas, cuidando do planeta, produzindo de maneira responsável.

Para Charaudeau (2004), uma situação de comunicação midiática pode conter várias visadas, como a de instrução, a partir dos conselhos; a de incitação, pelo viés da dramatização; a de demonstração, a partir da convocação de especialistas no assunto, entretanto, a visada dominante nesse tipo de situação de comunicação é a de informação. Podemos destacar as seguintes visadas nas propagandas analisadas:

Visada de informação

Posição do Eu em relação ao TU: fazer saber / dever saber.

Relação de força: EU está legitimado em sua posição de saber.

- a. É que OMO penetra fundo no tecido, lava fio por fio. (1)¹¹⁶
- b. OMO lava fibra por fibra porque penetra fundo nos tecidos e chega até onde a grosseira espuma do antiquado sabão não pode chegar! (2)
- c. Mesmo em água fria, lava louças, panelas e outras vasilhas na metade do tempo. (2)
- d. Toda criança tem o direito de usar sua roupa favorita por muito mais tempo. (3)
- e. Toda criança tem direito de descobrir – porque se sujar faz bem. (4)

Nota-se que, embora as asserções (d.) e (e.) tenham sido classificadas primeiramente como visadas de informação, pela própria estrutura que apresentam e mensagem que veiculam, elas também transmitem um certo tom de persuasão.

¹¹⁶ Os números em parênteses referem-se à numeração utilizada nas propagandas.

Visada de incitação

Posição do EU em relação ao TU: mandar fazer / dever acreditar.

Relação de força: EU não se encontra na posição de autoridade, mas faz acreditar (por persuasão ou sedução).

- a. **Faça esta prova!** Lave com OMO sua roupa já lavada com sabão. Veja como fica muito mais alva, muito mais limpa. (1)
- b. Adote o fabuloso OMO e veja como a sua roupa vai ficar limpíssima, alva de verdade e macia como nunca! (2)
- c. Lave com OMO e fique maravilhada com os resultados obtidos! (2)
- d. Lave com OMO e tenha orgulho de sua roupa. (2)

Conclusão

Este trabalho demonstrou que a preocupação com os gêneros remonta à antiguidade clássica, quando os mesmos se distinguiam entre épico, lírico e dramático; entretanto esta divisão tinha como objetivo estabelecer a ordem apenas dos gêneros literários. Mais tarde, com o advento da Lingüística Textual, estudiosos se ocuparam da classificação dos gêneros levando-se em conta vários fatores, como por exemplo, a ancoragem social do discurso, sua natureza comunicacional, as atividades languageiras ou mesmo as características formais dos textos. Charaudeau (2004), que se ocupa dos gêneros não literários, considera, então, que todo texto é delimitado por condições situacionais e discursivas, e que resulta de uma situação contratual e, com isso, propõe uma outra classificação para os gêneros, nomeando-os de situacionais. As visadas discursivas aparecem como um dos dispositivos da situação de comunicação que servem para definir sua finalidade. A partir da análise das propagandas, pudemos constatar, conforme prega Charaudeau, a presença de mais de uma visada – a de informação e a de incitação, que são características da situação de comunicação midiática.

Em se tratando da Análise de Conteúdo, segundo Henry e Moscovici *apud* Bardin (2009), “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser

submetido a uma análise de conteúdo”, o que pode ser comprovado com a análise das propagandas apresentadas. Através da “lapidação” dos dados brutos, foi possível sugerir possíveis leituras para as mensagens veiculadas.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. Exposição histórica; Definição e relação com as outras ciências. In: *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 18-48. 281p.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: Ida Lucia Machado e Renato de Mello. *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Nad/Fale-UFMG, 2004. p. 13-41.

FRANCO, Maria Laura P.B. *Análise do Conteúdo*. Brasília-DF: Líber Livro Editora Ltda., 2008. 80p.

VARGAS, Isabel Cristina Silva. *A presença de formação discursiva religiosa cristã em peças publicitárias de roupas íntimas femininas da Duloren*. UNILESTE-MG, 2010, p. 24.

Disponível em: < <http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-lima-publi.pdf> > Acesso em 08 nov. 2010

Sites pesquisados:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Omo_%28sab%C3%A3o_em_p%C3%B3%29

Acesso em 16 out. 2010

<http://www.unilever.com.br/aboutus/historiadasmarcas/Omo/omoanunciosimpressos.aspx>

Acesso em 16 out. 2010

Anexos

Propaganda (1)

O QUÊ? LAVAR SEM SABÃO?

Sim! A alvura que só OMO dá torna o sabão antiquado!

É miraculosa — a potência de limpeza de OMO!

É que OMO penetra fundo no tecido, lava fio por fio — V. não precisa esfregar tanto. E, enxaguando uma só vez, toda sujidade fica na água. OMO lava, quara, alveja e dá brilho numa só operação. Toda sua roupa terá uma alvura jamais conseguida com sabão.

FAÇA ESTA PROVA!
Lave com OMO sua roupa já lavada com sabão. Veja como fica muito mais alva, muito mais limpa.

Use OMO —
o "milagre azul" usado em todo o mundo pelas donas de casa modernas!

<http://propagandatrascendental.blogspot.com/2009/05/anuncio-omo.html>

Acesso em 16 out. 2010

Propaganda (2)

Na hora de "passar" é que se vê...

...como a roupa está mais limpa, mais alva e mais macia!

A senhora ficará satisfeita na hora de "passar" a sua roupa! É outra coisa a roupa lavada com OMO - o moderníssimo produto que transformou o sabão em coisa do passado!

ADOZ ADORNADO DE ESPUMA!
OMO
O MODERNÍSSIMO SABÃO PARA LAVAR

OMO lhe dá a roupa mais limpa de sua vida!

Adote o fabuloso OMO e veja como a sua roupa vai ficar limpinhíssima, alva de verdade e macia como nunca! Lave com OMO e fique maravilhada com os resultados obtidos! OMO lava fibra por fibra porque penetra fundo nos tecidos e chega até onde a grosseira espuma do antiquado sabão não pode chegar!

Com OMO, a roupa fica uma beleza!

Passo a usar OMO e sou feliz!
ONDE CAL A SUJEIRA SAI!

OMO no casinho é um colosso! Não há creche que resista! Mesmo em lugar tão quente, quente, quente, quente e quente, o OMO mantém as crianças frescas no momento da troca!

LAVE COM OMO E TENHA ORGULHO DE SUA ROUPA!

http://www.unilever.com.br/aboutus/historia_das_marcas/Omo/omo_anuncioimpresso_1958.aspx Acesso em 16 out. 2010

Propaganda (3)

OMO Toda criança tem o direito de usar sua roupa favorita por muito mais tempo

http://www.tottalmarketing.com/upload/omo%20aranha_a3337d.JPG

Acesso em 16 out. 2010

Propaganda (4)



<http://www.ninguemtempacienciaomigo.blogspot.com.br/OMO%20-%20Descobrir.JPG>

Acesso em 16 out. 2010

Logomarca de campanha



<http://www.omo.com.br/> Acesso em 16 out. 2010

Propaganda em inglês

A Little OMO—A Big Wash



OMO is the most economical washer.

A 3d. packet yields 10 gallons of splendid washing fluid. Using OMO no other soaps are needed, nor any bleaching powder.

OMO bleaches, cleanses and purifies all at once. And does all these without needing any attention from you.

The OMO way of the wash is this :
You add OMO to the water, put the wash in, and boil for half-an-hour. Let soak a further half-hour, then rinse and hang out to dry—That is all. No rubbing, no scrubbing—just OMO.

For White things of every kind.

Do not use OMO for colours.

OMO is made by Hudsons and is sold everywhere in 1d. & 3d. pkts.

O.S. 76

<http://www.historyworld.co.uk/advert.php?id=119&offset=275&sort=0&l1=Household&l2>

Acesso em 08 nov. 2010

O HÍFEN NA ANÁLISE SILÁBICA AUTOMÁTICA DO PORTUGUÊS

THE HYPHEN IN THE AUTOMATIC SYLLABLE ANALYZE OF PORTUGUESE

Vera Vasilévski (PNPD-CAPES/UFSC)

vvasie@yahoo.com

RESUMO: Apresenta-se a solução para o problema da separação silábica automática de palavras compostas por justaposição com hífen, constatado no desenvolvimento de um programa de computador que separa em sílabas palavras em português, o Nhenhém silabador. O programa tem quatro etapas: lê o texto escrito (entrada); converte-o para a forma fonológica, já com a marcação da sílaba de intensidade; separa em sílabas o texto fonológico; e converte este texto fonológico em escrita canônica separada em sílabas (saída). O aplicativo baseia-se na forma fonológica dos vocábulos, e não na ortografia preestabelecida por convenções. Na versão de 2010 desse silabador, palavras justapostas com hífen configuraram obstáculo para a divisão silábica automática, pois o hífen é divisor silábico na ortografia, o que nem sempre corresponde a sua pronúncia. Esse conflito entre fala e escrita fazia com que a divisão silábica ortográfica, em alguns casos, divergisse do padrão escrito. Por exemplo, para a palavra “pan-americano”, a divisão silábica (ortográfica) é pan-a-me-ri-ca-no, mas a pronúncia é /pã.na.me.ri.'kã.nu/ (divisão silábica fonológica). Traz-se uma nova versão, com esse impasse resolvido, mediante inserção de regras morfofonológicas no algoritmo do programa, para se considerar essa divergência entre fala e escrita, nesses casos especiais.

Palavras-chave: morfofonologia; divisão silábica; ortografia; tradução automática.

ABSTRACT: This work presents the solution for automatic syllable parsing in words composed by juxtaposition separated by hyphen. Some problems were detected during the development of a software that divides Portuguese words

into syllables, the Nhenhém syllable parsing. The program is four steps working: it reads the written text (input); converts it into a phonological transcription, and marks the stressed syllable; it parses the text in phonological syllables; and converts the phonological transcription into written text separated in syllables (output). The application is based on words phonological form, not on pre-established spelling conventions. In its 2010 version, some hyphenated words were an obstacle for automatic syllabic parsing, because the dash is a syllabic spelling splitter, but it does not always matches word pronunciation. This conflict between speech and writing made the syllabic spelling parsing, in some cases, different from the standard. For example, the syllabic parsing for the word "pan-americano" is pan-a-me-ri-ca-no, but its pronunciation is /pã.na.me.ri.'kã.nu/ (syllabic phonological parsing). Now, a new version is brought up, in which this impasse is solved, by the inclusion of morphophonological rules in the algorithm of the program, in order to consider these differences between speech and writing, in these special cases.

Keywords: morphophonology; syllable parsing; spelling; automatic translation.

INTRODUÇÃO

As constantes inovações na área da computação alavancam a construção e o aprimoramento de sistemas de tratamento de texto, com novas possibilidades que os deixam cada vez mais eficientes. Em consonância com o avanço da área, apresenta-se uma nova versão de um programa de computador que separa em sílabas palavras em português, o Nhenhém silabador 2011.

Anteriormente, criou-se um silabador automático para a língua portuguesa, a partir do algoritmo principal de um programa que converte grafemas em fonemas, para a língua escrita, com base na fonologia, no qual se obteve em torno de 96% de acerto na divisão silábica fonológica e ortográfica. Dentre esses 4% de conversão incorreta, estavam casos de palavras justapostas por hífen. Desde então, esforços têm sido feitos para melhorar o desempenho do programa. Agora, chegou-se a uma nova versão do silabador automático Nhenhém, na qual palavras justapostas com hífen são

corretamente separadas em sílabas, tanto fonologicamente quanto ortograficamente.

Desse modo, além de se apresentar o programa em si e detalhar seu uso, apresenta-se aqui a solução para o problema da separação silábica automática de palavras compostas por justaposição com hífen. Ainda, documentam-se, em parte – mediante descrição e discussão –, algumas das soluções adotadas no que tange ao hífen e a novas tecnologias que possibilitaram melhorar o desempenho do programa, a fim de compartilhar conhecimentos com pesquisadores da área e interessados.

1 HISTÓRICO

Inicialmente, criou-se o programa Nhenhém (VASILÉVSKI, 2008a). A primeira versão do sistema eletrônico de conversão grafema-fonema Nhenhém converte texto escrito de até 20 páginas em fonológico, com aproximadamente 97% de acerto, e marca a vogal com intensidade maior da palavra, com 99,9% de acerto. Dependendo do texto a converter, os acertos chegam a 100%. Internamente, o Nhenhém é organizado a partir das regras da fonologia gerativa (CHOMSKY e HALLE, 1968), aplicadas ao sistema alfabético do Brasil (SCLIAR-CABRAL, 2003), e também se apoia na orientação estruturalista (CÂMARA JR. 1977, 1986). Afinal, foi a partir do estruturalismo que a língua passou a ser interpretada como um sistema, em que os fonemas são classes da matéria fônica de um vocábulo e se caracterizam pela circunstância de não se confundirem entre si (CÂMARA JR., 1977). Fez-se uma atualização no programa em 2009, em virtude do novo acordo ortográfico, para que o Nhenhém aceitasse também a nova ortografia.

Em 2010, retomaram-se os trabalhos com o sistema – como parte de pesquisa agregada ao projeto CHILDES (MACWHINNEY, 2000) –, e passou-se o Nhenhém para outra linguagem de programação, mais flexível e compatível com os objetivos do sistema. Nesse tempo, aprimoraram-se seus padrões e tradução fonológica e resolveram-se eventuais falhas de conversão, que não tinham aparecido em testes anteriores (VASILÉVSKI, 2010). A linguagem de programação de computadores em que foi feito o primeiro Nhenhém era estruturada, e ele foi transferido para uma linguagem orientada a objeto.

Nesse tempo, como parte da pesquisa com o projeto CHILDES, criou-se um programa específico para auxiliar o trabalho dos bolsistas desse projeto no Brasil – o Laça-palavras – para interface com o programa Clan, do CHILDES. A interface ocorre em dois níveis: a) manipulação de conteúdo (o Laça-palavras carrega os arquivos com extensões .cut e .chat do Clan, lê seus dados e os dispõe em estatística, sem alterar o arquivo original); b) interferência nos arquivos (o Laça-palavras modifica e edita os arquivos do Clan). Nesse segundo nível de interface, foi possível criar nos arquivos uma linha própria para traduzir automaticamente o conteúdo das linhas dos arquivos para a fonologia: a linha %pho. Essa linha é programada para, mediante comando do usuário, ler o conteúdo da linha acima e traduzi-lo para a fonologia, ou seja, aplicar a ela o algoritmo fonológico-prosódico do Nhenhém, e é possível editá-la para ajuste na tradução (SCLiar-CABRAL e VASILÉVSKI, 2011).

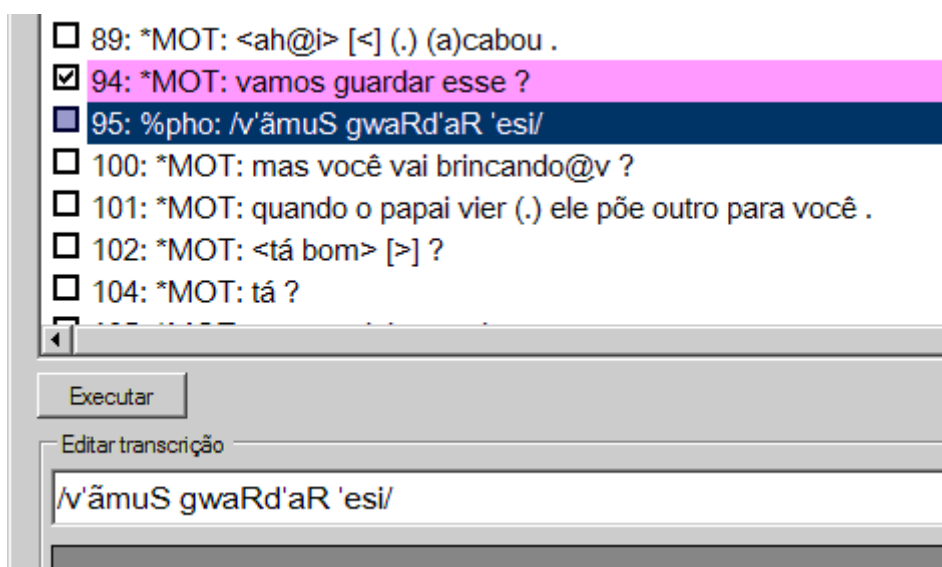


Figura 1: Recorte de tela do programa Laça-palavras, com destaque para a linha %pho e a possibilidade de editá-la.

Durante tais aperfeiçoamentos e criação de novos sistemas, vislumbrou-se a possibilidade de se obter êxito em atribuir ao programa a função de silabador. Pensou-se da seguinte forma: se o vocábulo formal é a contraparte do vocábulo fonológico (CÂMARA JR., 1986), vale considerar ambos para se sistematizar eletronicamente a divisão silábica ortográfica. Assim, incrementou-

se a nova tarefa do sistema Nhenhém: separar em sílabas palavras fonológicas, a princípio, e, então, palavras ortográficas. Na realidade, o que se fez foi novamente utilizar o algoritmo principal do Nhenhém tradutor (fonológico-prosódico) em outro programa, com função específica.

Então, também em 2010, criou-se a primeira versão do silabador, a qual não separava a conteúdo palavras compostas por justaposição com hífen, uma vez que nem todas as regras de interpolação do hífen estão em acordo com a pronúncia. Como era preciso tempo para resolver essa situação, a versão 2010 do silabador não aceitava palavras com hífen. No entanto, já na separação silábica fonológica, foi possível deslocar a marca de prosódia para o início da sílaba tônica, o que não se conseguiu fazer no Nhenhém tradutor, que marca a vogal mais intensa, como dito.

Tendo em vista a possibilidade de aplicar-se o algoritmo fonológico-prosódico em outros programas, aproveitou-se essa circunstância para extrapolar os limites da lingüística. Desse modo, em colaboração interdisciplinar, utilizou-se o mesmo algoritmo para se criar um programa piloto para apoio à clínica fonoaudiológica, com o objetivo de automatizar testes de detecção do desvio fonoaudiológico da dessonorização (BLASI e VASILÉVSKI, 2011).

À exceção da primeira versão do Nhenhém, de 2008, e de sua primeira atualização de 2009, as demais versões do programa e aplicações do algoritmo foram feitas dentro do grupo Produtividade Lingüística Emergente (CNPq), da Universidade Federal de Santa Catarina. A criação desse silabador insere-se no âmbito do projeto CHILDES para o português do Brasil, como dito, cujo objetivo, na presente fase, é depreender uma gramática automática da língua portuguesa, com base na morfologia. Nesse sentido, da mesma forma que se criou a linha %pho, criou-se a linha %mor no Laça-palavras, para fornecer automaticamente a morfologia dos verbos dos arquivos do Clan. Esse trabalho está em andamento, e a análise automática da morfologia verbal do português do Brasil para verbos regulares da primeira conjugação está em fase final (SCLIAR-CABRAL e VASILÉVSKI, 2011).

Intercorrências morfológicas são detalhadamente estudadas no projeto, o que já permitiu aperfeiçoar o silabador. Em 2011, uma nova versão do silabador foi concluída, que ora se apresenta, na qual o impasse causado pelo

hífen foi resolvido, mediante inserção de regras morfofonológicas no algoritmo principal do programa.

O projeto se desdobra em várias partes, que são desenvolvidas simultaneamente.

2 ESTRUTURA SILÁBICA E FONOLOGIA

Silabadores automáticos têm sido desenvolvidos, e a maioria deles baseia-se exclusivamente na escrita. Essa opção elimina alguns problemas, mas causa outros, que limitam seu desempenho. Vários desses problemas decorrem de não se considerar o critério fonológico. Uma vez que a divisão silábica pauta-se na língua escrita, que é uniforme no território nacional, cabe considerar uma tradução fonológica, e não fonética, das palavras (VASILÉVSKI, 2010). No entanto, uma vez que a correspondência entre fala e escrita nem sempre é privilegiada, essa decisão pode gerar alguns problemas na divisão silábica automática também.

A sílaba é uma divisão espontânea e profundamente sentida na segunda articulação (CÂMARA JR., 1986), e se sabe desde longa data que a sílaba é a real estrutura fonêmica elementar (JAKOBSON, 1967, *apud* CÂMARA JR., 1986). Apesar disso, do ponto de vista fonético, tem sido um árduo problema defini-la (CÂMARA JR., 1986), e até hoje não se chegou a um molde silábico que dê conta das estruturas silábicas possíveis e, ao mesmo tempo, exclua estruturas não-possíveis na língua portuguesa (BISOL, 1989).

O critério fonológico rege a escrita, à medida que procura representar aproximadamente os fonemas por grafemas e dividir suas sequências de acordo com as sílabas, enquanto a apresentação do vocábulo na escrita se faz pelo critério formal (CÂMARA JR., 1986). Então, para se fazer um separador de sílabas automático, cabe valer-se de um contraponto entre a sílaba fonológica e a convenção escrita, e há de se lidar com situações adversas que essa decisão pode trazer na prática.

A silabação é a separação em sílabas de uma palavra, que deve obedecer a sua pronúncia, ou seja, respeitar a cadeia sonora da fala. A interface entre pronúncia e escrita é permeada pela fonologia, mas a escrita pode adotar convenções que se desviam da fonologia – sobretudo nas regras

de translineação –, as quais podem ser, por exemplo, etimológicas ou decorrentes de acordos internacionais. Na escrita, a divisão silábica, em fim de linha, por exemplo, é feita por meio do hífen, o qual também é usado em palavras compostas, nas mesóclises e ênclises (casos em que se une o verbo ao pronome átono e à partícula “se”, que nessa circunstância pode ser apassivadora, índice de indeterminação do sujeito ou pronome reflexivo).

Segundo a convenção escrita, “para clareza gráfica, se no final da linha a partição de uma palavra ou combinação de palavras coincidir com o hífen, ele deve ser repetido na linha seguinte” (TUFANO, 2008, p.29). Embora os recursos computacionais façam com que se dispense a hifenização de um texto digitado (comando justificar), e não aceitam com facilidade a duplicação do hífen, no caso anteriormente descrito, a convenção permanece.

Em consonância com isso, o hífen que une as partes da palavra composta e os pronomes objetos aos verbos também delimita sílaba nesses vocábulos. Disso decorrem discrepâncias entre fala e escrita, pois se passa ao âmbito de convenções que priorizam critérios morfológicos, que mascaram a divisão silábica e se refletem no silabador automático.

O programa apresentado faz silabação, não translineação, porque retorna a separação silábica convencional da língua escrita, que é a mais utilizada pelos usuários em geral e a que levanta mais dúvidas.

3 O NHENHÉM SILABADOR

3.1 Organização interna e uso

A organização interna do silabador e suas regras de funcionamento já foram discutidas em outro trabalho (VASILÉVSKI, 2010), de forma que cabe aqui resgatar e resumir partes pertinentes, bem como esticar a discussão para o foco deste artigo: palavras hifenizadas. O Nhenhém silabador associa o algoritmo fonológico-prosódico do Nhenhém tradutor a um algoritmo desenvolvido para o próprio silabador, que contém as regras de divisão silábica fonológicas e ortográficas.

O silabador não se baseia na tipificação silábica canônica, ou seja, em composições preestabelecidas de consoantes e vogais (C e V), mas sim na

forma fonológica dos vocábulos – que corresponde à tradução do que seria sua pronúncia geral –, para depreender os limites da sílaba. Esse trabalho realiza-se em quatro etapas.

Na primeira, o programa lê o texto em escrita canônica (entrada). Quanto à entrada, cabe observar que “Un fonetizador se ha de aplicar a un texto ortográfico normalizado [...]” (MESTRE, 1999, s.p.). Então, sendo o aplicativo desenvolvido para a língua portuguesa, ele lê e analisa apenas palavras dessa língua e em sua ortografia oficial. Ele não lê símbolos numéricos nem caracteres que não fazem parte do alfabeto, e pode fornecer tradução imprópria para abreviaturas e siglas. O funcionamento adequado de qualquer programa eletrônico depende de seu uso correto, por isso, a entrada deve atender à proposta do sistema. Para utilizar o Nhenhém silabador, basta o usuário digitar em **Entrada** a palavra desejada, em sua forma escrita correta. O programa tem apenas uma tela funcional.

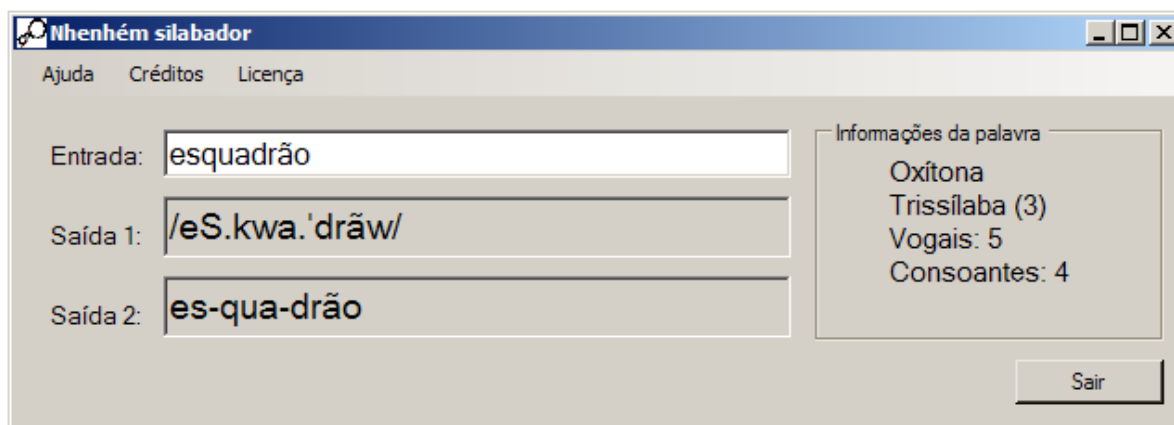


Figura 2: Tela do Nhenhém silabador, versão 2011, enfoque na ortografia.

Quando o cursor está em **Entrada**, o aplicativo fornece, do lado direito da tela, informações da palavra ortográfica digitada (as semivogais dos ditongos são consideradas vogais). O programa registra o “u” não pronunciado que antecede “q”, em palavras como “caqui”, porque esse “u” mudo é grafado.

Na segunda etapa, o programa converte a entrada para a forma fonológica. Nessa fase, pode haver em torno de 1% a 4% de desvio de tradução, devido a poucas partes do sistema alfabético brasileiro que não são previsíveis e a questões morfológicas, contudo, isso nem sempre prejudica as etapas posteriores, como se verá no decorrer deste texto. Nesse ponto, valem

as regras da primeira versão do Nhenhém tradutor e as opções nela feitas, como considerar ditongos somente os decrescentes, pois eles são os verdadeiros (CÂMARA JR., 1997; BISOL, 1989; SAID ALI, 1964). As exceções são “üe” e “üi”, antecidos por “g” e “q”; “ua” e “uo”, antecidos por “q”; e “ua” antecido por “g”. Esse último é assim tratado unicamente pela pronúncia inseparável desse par vocálico, nesse tipo de sílaba: /a.'gwaR/, o que não ocorre com “guo”, que se separa em conjugações de verbos terminados em “guar”: “apaziguo” → /apazig'uu/. Assim, são proparoxítonas palavras terminadas em ditongos crescentes, já que eles se separam: /iS.'to.ri.a/. Tal decisão é respaldada desde a NGB de 1958. Essa etapa é invisível ao usuário. Cabe lembrar que os ditongos com trema ficam imprevisíveis fonologicamente sem esse sinal gráfico, que não deverá ser mais usado a partir de 2012.

A seguir, o aplicativo separa em sílabas esse texto fonológico (**Saída 1**), para o que segue dois princípios gerais: o número de vogais é igual ao número de sílabas da palavra; e o fim de cada sílaba é depois de cada vogal. Então, cada vogal é candidata a ser delimitador de sílaba, mas a ela se sobrepõem as semivogais /w/ e /j/, e às últimas se sobrepõem os arquifonemas |S| e |R|. Nessa hierarquia, o programa encontra a vogal e tende a delimitar a sílaba após ela, mas antes verifica o que vem a seguir. Se encontrar semivogal, esta passa a ser candidata a delimitar a sílaba, mas verifica o que vem a seguir e, se após a semivogal vier um arquifonema, este se torna o delimitador da sílaba: “claustrofobia” → /klawS.tro.fo.'bi.a/. Se houver dois arquifonemas, o último é o delimitador silábico. Desse modo, sílabas compõem-se por uma vogal, consoantes, semivogais e arquifonemas.

Uma das vantagens de usar a fonologia para fazer separação silábica automática é o emprego dos arquifonemas (CÂMARA JR., 1986), pois eles são delimitadores de sílaba por excelência, assim, poupam regras. Sílabas travadas por consoante nasal não precisam de regras, pois tal consoante nasaliza a vogal anterior e desaparece na transcrição fonológica (SCLIAR-CABRAL, 2003): “enxergar” → /ẽ.jeR.'gaR/, “transmutação” → /trãS.mu.ta.'sãw/. Casos de consoantes não seguidas de vogal na escrita, como “afta”, não causam erro, pois fonologicamente há uma vogal reduzida /i/, que constitui uma sílaba a mais: /'afita/ → /'a.fi.ta/. Assim, esse /i/ reduzido de encontros consonantais discrepantes das regras fonotáticas do PB tem valor de

vogal fonológica, uma vez que a pronúncia do /i/ é igual em “pálido” e “pacto” (CÂMARA JR., 1986). Esta etapa foi mais fácil de implementar do que a seguinte.

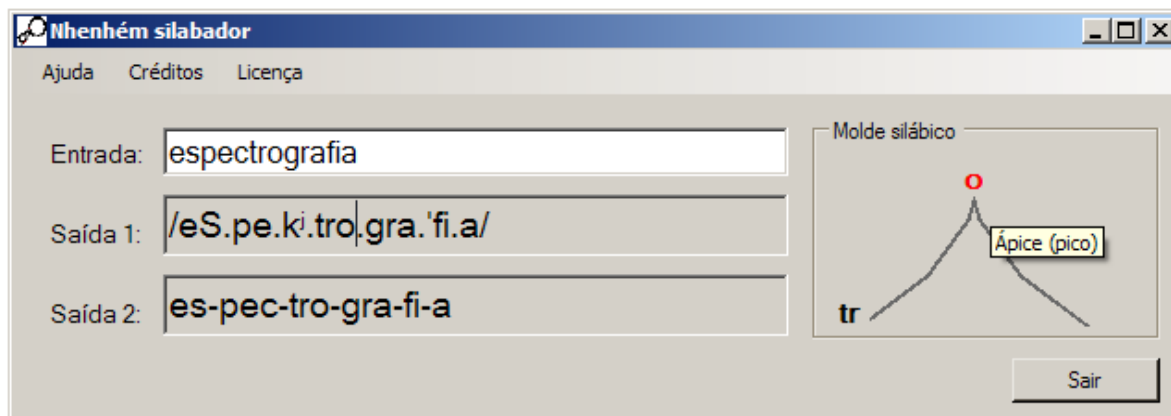


Figura 3: Tela do Nhenhém silabador, versão 2011, enfoque na fonologia.

Quando o cursor está na **Saída 1**, o programa simula, do lado direito da tela, um molde silábico, em que aparecerão características fonológicas da sílaba sobre a qual o cursor está posicionado. O molde mostra o pico de sílaba (que é sempre uma vogal, como se sabe) e seus arredores (active e declive). Esse molde baseia-se em Câmara Jr. (1986), contudo, testes preliminares indicaram que é perfeitamente possível inserir no sistema um molde silábico baseado na fonologia métrica (CLEMENTS, 1985). Afinal, de um para outro, somente muda a forma de distribuir os segmentos. Cabe esclarecer que o molde pode aceitar sílabas que não existem, por haver sílabas estruturalmente semelhantes a elas na língua. Isso significa que tais sílabas poderiam existir. Nesse caso, entra-se no campo lexical. Essa inserção é um dos trabalhos vindouros no Nhenhém silabador. Podem-se testar todas as sílabas da palavra. Ao se passar o *mouse* nas extremidades do molde, aparecem as denominações Active, *Ápice (pico)* e Declive (ver Figura 3).

Por fim, na quarta etapa (**Saída 2**), o programa reverte o texto fonológico separado em sílabas em texto escrito separado em sílabas, ou seja, compara a entrada com a divisão silábica fonológica correspondente e passa essa divisão para a escrita canônica. Nesse processo de reversão, o sistema identifica a vogal (ápice da sílaba) e redistribui seus arredores, ou seja, o active e declive (CÂMARA JR., 1986), para delimitar as sílabas ortograficamente.

Nesse processo, houve-se de lidar com inconsistências provocadas por diferenças entre fala e escrita, como se verá adiante.

3.2 Descrição e análise dos padrões e predefinições

O uso de arquifonemas eliminou ambigüidades entre dígrafos, como “sc”, “sç”, “ss” e “xc”, por exemplo, porque esses grafemas correspondem ao fonema /s/, e os demais casos, ao arquifonema |S|. Com essa diferenciação, foi possível formular regras que abrangessem todos os casos que envolvem esses grafemas e respectivo fonema, e a mesma facilidade se obteve com o uso do arquifonema |R| em relação ao fonema /r/: “artrite” → /aR.'tri.ti/ → ar-tri-te.

A ocorrência de epêntese, /i/ reduzido, provoca diferença entre o número de sílabas fonológicas e ortográficas: “técnica” → /'te.kj.ni.ka/ → téc-ni-ca, porém, como esse caractere epentético não é considerado vogal na separação ortográfica, não há problema, pois não se altera o número de vogais (ver Figura 3). Desse modo, também as raras palavras iniciadas por encontro consonantal discrepante do sistema, como “gnomo”, “psicótico” → /gj.'no.mu/, /pj.si.'kɔ.ti.ku/ → gno-mo, psi-có-ti-co, não causam erro, pois a primeira vogal vem depois desse encontro.

Quando não é possível prever a tradução do grafema, como ocorre com a letra “x” em vários casos, não há desvio na separação ortográfica, pois o programa a recupera da entrada: /'bru.Xa/, /lo.'Xo.ma/ → bru-xa, lo-xo-ma. Também, a imprevisibilidade das vogais abertas /ɔ/ e /ɛ/ (/i.'dej.a/, /pa.ra.'noj.a/ → i-dei-a, pa-ra-noi-a), quando não são graficamente acentuadas, não prejudica a separação silábica fonológica nem ortográfica.

A versão 2010 do Nhenhém silabador não diferenciava palavras átonas e tônicas, no entanto, como os clíticos em português são pouquíssimos, foi possível implementar uma lista deles no sistema, pois isso agora se revelou necessário, como se verá. Lembra-se que haverá ambigüidade com a preposição “para”, tendo em vista que o acordo ortográfico de 1990 elimina o acento que distingue a forma verbal “pára” e essa preposição.

As consoantes velares “q” e “g”, seguidas de “u” na escrita, provocam erros em vários silabadores, mesmo nos baseados na escrita, pois eles tendem a separar a seqüência “qu”/“gu”+vogal (VASILÉVSKI, 2010). Todavia, essa foi

uma dificuldade leve no Nhenhém silabador, uma vez que ele compara a separação fonológica com a ortografia, e sua saída final deve ter os mesmos caracteres da entrada. Assim, nesse programa, à entrada 1) “isqueiro” correspondem: 2) /iSk'ejru/; 3) /iS.'kej.ru/; e finalmente 4) is-quei-ro. Cabe lembrar que, se não se usar trema quando o “u” que precede consoante velar é pronunciado, a transcrição fonológica fica imprevisível, porém, a silabação ortográfica permanece correta: 1) “frequente”; 2) /frek'ēti/; 3) /fre.'kē.ti/; e 4) frequen-te. Desse modo, com a eliminação do trema, o sistema alfabético perde transparência na descodificação, ou seja, na leitura (VASILÉVSKI, 2008b). Se for usado esse sinal, todas as etapas ficam corretas: 1) “freqüente”; 2) /frew'ēti/; 3) /fre.'kwē.ti/; e 4) fre-quen-te.

Vogais repetidas, como em “caatinga”, “reescrever”, “coordenar”, provocavam incompatibilidade entre as divisões silábicas, pois a vogal repetida é pronunciada como uma só – uma delas some na transcrição fonológica –, assim, ocorre diferença no número de sílabas fonológicas e ortográficas. Quando uma dessas vogais era nasal, “depreender”, a dificuldade era maior, pois somem uma das vogais e a letra que assinalava sua nasalização. Então, criou-se uma regra para checar esses encontros vocálicos, a qual não se baseia na fonologia.

Palavras com morfemas sub- e ob-, como “subsídio” e “obséquio”, causaram uma exceção à regra segundo a qual o arquifonema é delimitador silábico. Isso ocorre porque, nesses casos, a pronúncia do “s” que vem após sub- e ob- pode tanto ser /z/ como /s/ (ABL, 2010), ou seja, essa pronúncia flutuante configura arquifonema, mas não acontece em limite de sílaba fonológica, o que causava erro de silabação: */su.biS.'i.di.u/ e */o.biS.'ε.ki.u/. Para se resolver essa situação, tentou-se não alimentar a lista de exceções, afinal, em um fonetizador eletrônico, não há como escapar das exceções (MESTRE, 1999; MATTE, MEIRELES e FRÁGUAS, 2006; VASILÉVSKI, 2008a), mas, quanto maior for essa lista, menos eficiente (automático) será o programa. Desse modo, com regras para analisar qualquer ocorrência de /s/+vogal, somente após /b/, como uma sílaba iniciada por arquifonema, corrigiu-se a separação fonológica: /su.bi.'Si.di.u/ e /o.bi.'Sε.ki.u/. A separação silábica ortográfica esteve sempre correta, porque na escrita não há o /i/ reduzido.

Com esses procedimentos, a grande maioria do vocabulário português pôde ser separada em sílabas corretamente. A partir disso, trabalhou-se para resolver casos que extrapolavam essas regras gerais, ou seja, incompatibilidades entre as duas silabações, como ocorre com o hífen.

4 O HÍFEN NA SILABAÇÃO AUTOMÁTICA

4.1 Questões de hifenização

O maior entrave da programação da primeira versão do Nhenhém silabador era morfológico: o hífen. As intercorrências registradas advêm do processo de composição das palavras em que há hífen, como na justaposição e prefixação. Isso acontece porque o hífen combina morfemas e palavras de diversas maneiras e a silabação ortográfica respeita-o como fronteira silábica, como mencionado. Nem todas as justaposições são complicadas. Casos como “beija-flor” e “dente-de-leão” não causam problemas para as divisões silábicas, posto que nesses vocábulos não ocorre ressilabação: /bej.ʒa.'floR/ e /dẽ.ti.di.le.'ãw/ → bei-ja-flor e den-te-de-le-ão. Já, por exemplo, fonologicamente, “contra-ataque” e “micro-organismo” têm uma sílaba a menos (/kõ.trã.'ta.ki/ e /mi.kroR.ga.'niS.mu/) do que ortograficamente (con-tra-a-ta-que e mi-cro-or-ga-nis-mo), de modo que há reanálise silábica ou ressilabação. A ressilabação é fenômeno comum na pronúncia de palavras distintas, ou seja, frases, assim, palavras com hífen comportam-se como frases. Esses casos demandam programação diferenciada, pois excedem o padrão da palavra.

Mais complicadas ainda são situações em que o hífen está entre consoantes que podem formar sílabas, como o prefixo sub-, em “sub-raça”, em que parece haver o encontro consonantal perfeito /br/ (*su.'bra.sa/), e entre consoante e vogal, como em “mal-intencionado”, em que pode ou não haver reanálise silábica (/ma.lĩ.tẽ.si.o.'na.du/ → *ma-lin-ten-ci-o-na-do ou /maw.ĩ.tẽ.si.o.'na.du/ → mal-in-ten-ci-o-na-do). Quando há mais de uma possibilidade, um programa automático deve estar apto a tomar uma decisão dentre as aceitáveis.

O caso mais difícil é “pan-americano” → /pã.nã.me.ri.'kã.nu/ → pan-a-me-ri-ca-no. Segundo a nova ortografia: “Com os prefixos **circum** e **pan**, usa-

se o hífen diante de palavra iniciada por **m**, **n** e **vogal**: circum-navegação, pan-americano etc.” (TUFANO, 2008, p.25). Trata-se de ressilabação inevitável, natural, dado o encontro consoante+vogal, que forma a sílaba canônica do português.

4.2 Questões prosódicas

Outro aspecto para o qual a sistematização de palavras com hífen chamou a atenção é a ocorrência de mais de uma prosódia. Nas palavras, mesmo nas justapostas sem hífen, basta uma marca de prosódia, que em português ocorre na última, penúltima ou antepenúltima sílaba, na ortografia, e na fonologia, além dessas situações, pode, mais raramente, ocorrer na quarta-última sílaba, como em “núpcias” → /'nu.pi.si.aS/ (CÂMARA JR., 1986). No entanto, quando há hífen, é difícil desconsiderar a prosódia que há em palavras anteriores à última da composição, mesmo porque alguns prefixos são acentuados graficamente. Ao contrário do que se sucede em palavras compostas sem hífen, em que a composição fica mascarada pela grafia das duas palavras em cadeia, o hífen, quando grafado, evidencia que se trata de composição, que mais de um radical forma a palavra em questão.

Outra dificuldade refere-se a composições em que a última palavra é monossilábica. No Nhenhém tradutor, monossílabos não acentuados graficamente não recebiam marca de prosódia, afinal, só há uma forma de ler uma única sílaba. Já o acento dos monossílabos graficamente acentuados era traduzido para marca de prosódia, normalmente. No entanto, as palavras com hífen, embora estejam separadas, formam uma única palavra, de modo que a marca de prosódia deve aparecer nos monossílabos que estão no fim das composições, como em “beija-flor”. Esse é um indício de que a intensidade da última palavra é a mais importante. No entanto, pronomes átonos na ênclise não têm prosódia.

Marcar todas as prosódias traria problemas novos, pois há prefixos cuja grafia não respeita as regras prosódicas, com anti-, cuja leitura, de acordo com as regras prosódicas do português, é /ã.'ti/. Para que fosse lido /'ã.ti/, deveria ser grafado *ante-* ou *ânti-*. Outro exemplo dessa situação são os prefixos terminados em -r, como *super*. Como explicar que o vocábulo “super-

mulher” é composto, respectivamente, por uma palavra paroxítona e uma oxítona, se nenhuma delas leva acento gráfico, mas ambas têm a mesma terminação? Ora, o sistema prosódico guia-se pela terminação das palavras. Assim, há incoerência. Isso permite concluir que, em se tratando de palavra composta com hífen, o sistema prosódico privilegia o último radical.

4.3 Resoluções e considerações

No tratamento do hífen, cabe destacar que a separação silábica ortográfica estava correta na maioria dos casos em que havia incorreção na separação silábica fonológica. Isso ocorreu porque, para fazer a separação ortográfica, o silabador compara a divisão feita com a entrada e, sendo ambas ortográficas, ele resgata todos os caracteres digitados, aplica suas regras internas de divisão de palavras e, assim, ajusta a divisão. Já a separação fonológica é cega para o programa, que não tem como comparar o resultado, somente aplicar o algoritmo fonológico-prosódico, que contém as regras de conversão grafêmico-fonêmicas do sistema verbal do português do Brasil, e então as regras de formação e estrutura silábicas, que estão reunidas em outro algoritmo. Desse modo, para que a divisão silábica fonológica fique correta, essas regras devem abranger todos os casos gerais e específicos, sempre em conjunto.

Quanto à prosódia, as situações descritas demandam marcar obrigatoriamente a prosódia da última palavra da composição e as prosódias das palavras da composição com hífen que tenham acento gráfico. Os outros casos permanecem sem marca, por causa de prefixos cuja grafia se desvia do sistema prosódico do português do Brasil. Assim, considera-se principal a prosódia da última palavra da composição, desde que não seja um clítico. A marcação das outras prosódias é convenção, pois não há como marcar prosódia de palavras justapostas sem hífen, embora a pronúncia não mude por conta de haver hífen ou não. O uso do hífen nas composições é puramente convencional.

Para adequado tratamento das palavras com hífen, a fim de ajustar a separação silábica automática, especialmente, fonológica, as novas regras inseridas no programa contemplam, sobretudo, a fronteira interna das palavras

da composição. Assim, os fenômenos fonológicos provocados na junção vocabular foram mapeados e, a partir disso, desenvolveram-se regras para eles. Tais regras dizem respeito às seguintes junções: 1) duas vogais idênticas, ambas átonas e pretônicas (“anti-inflamatório”) – desaparece uma das vogais; 2) duas vogais idênticas, a segunda tônica (“micro-ondas”) – ambas permanecem; 3) arquifonema |R| e vogal precedida de “h” (“super-homem”) – há ressilabação; 4) consoante nasal e vogal (“pan-africano”) – há ressilabação; 5) consoante “b” e consoante “r” (“sub-região”) – regra específica de separação, não há ressilabação; 6) consoante “x” (arquifonema |S|) e vogal (“ex-aluno”) – há ressilabação; 7) consoante “b” e consoante “b” – as duas são preservadas em sílabas diferentes (“sub-bibliotecário”); 8) consoante “l” com valor de semivogal e vogal – caso flutuante, mas não haverá ressilabação; 9) os clíticos estão reunidos em uma lista que o programa checa antes de inserir a prosódia na última palavra da composição, se essa palavra for monossilábica. Salvo se foi esquecido algum caso do hífen, os demais não trouxeram problema para a separação silábica fonológica nem para a ortoépia.

Demonstra-se como ficaram as saídas para alguns exemplos desses casos:

Entrada:	contra-ataque	Entrada:	sub-raça
Saída 1:	/kõ.trá.'ta.ki/	Saída 1:	/su.bj.'ra.sa/
Saída 2:	con-tra-a-ta-que	Saída 2:	sub-ra-ça

Figuras 4 e 5: Recortes do resultado do Nhenhém silabador 2011 para as entradas “contra-ataque” e “sub-raça”.

Entrada:	mal-intencionado	Entrada:	pan-americano
Saída 1:	/maw.ĩ.tẽ.si.o.'na.du/	Saída 1:	/pã.na.me.ri.'kã.nu/
Saída 2:	mal-in-ten-ci-o-na-do	Saída 2:	pan-a-me-ri-ca-no

Figuras 6 e 7: Recortes do resultado do Nhenhém silabador 2011 para as entradas “mal-intencionado” e “pan-americano”.

Então, no caso de desenvolver um separador silábico ortográfico que dê conta de palavras com hífen, configura-se trabalho maior partir da forma fonológica das palavras, por um lado, ao contrário do que acontece com a separação silábica de palavras em que não há hífen. De qualquer modo, é válido partir da fonologia para fazer silabação automática, uma vez que palavras com hífen são minoria, e todos os vocábulos da língua devem ser contemplados.

Essa parte do desenvolvimento do silabador mostrou implicações antes não levadas em conta, porque não haviam sido constatadas, algumas das quais ainda devem ser conferidas e dirimidas. A maioria delas foi resolvida, mas pode haver outras implicações desconhecidas até o momento. Em resumo, a pesquisa continua, e aqui se documenta um passo à frente em seu desenvolvimento.

Este estudo demonstra o quanto as convenções de uso do hífen divergem da pronúncia, ou seja, distanciam a correspondência entre fala e escrita. Não é à toa que o uso do hífen é a maior dúvida dos usuários do português escrito.

CONCLUSÃO

A criação de um sistema eletrônico para pesquisa lingüística deve acontecer em etapas, pois a variedade de casos é grande e isso dificulta que todos eles sejam testados e ajustados já em suas primeiras versões. Assim ocorre com o Nhenhém tradutor grafema-fonema – cujo algoritmo fonológico-prosódico ainda está em aprimoramento –, com o Nhenhém silabador, como mostra este artigo, e também se preveem melhorias no Nhenhém Fonoaud – que será testado em clínica fonoaudiológica em breve. O aprimoramento do algoritmo fonológico-prosódico do Nhenhém tradutor é o carro-chefe, que interfere diretamente nos demais programas, até no Laça-palavras.

Aos poucos, a morfologia entra em cena, para ampliar o acerto dos programas, ao mesmo tempo em que traz questões lingüísticas ainda não abordadas no desenvolvimento dos sistemas. Quanto mais se lida com os

programas, mais se percebe a imensidão da área. Tal trabalho deve realizar-se aos poucos e em conjunto, no decorrer da pesquisa.

Este estudo mostra que o uso do hífen nas palavras justapostas desafia a relação fonologia-escrita, porque acontece de várias formas, que não coincidem com a pronúncia. Considera-se que a maioria das regras necessárias para lidar com essas situações foram desenvolvidas, contudo, mais situações específicas devem se revelar. Trata-se de trabalho grande, minucioso, mas que pode ser concretizado. É importante destacar que o fato de o Nhenhém estar em uma linguagem de programação orientada a objeto facilitou sobremaneira a inserção das regras específicas para o hífen. Ao mesmo tempo, alguma alteração que se precisou fazer no algoritmo principal, fonológico-prosódico, pôde ser feita, e automaticamente foi aplicada a todos os programas que o utilizam.

Uma versão resumida do Nhenhém silabador 2011 é livre,¹¹⁷ e pode ser copiada e testada por todos. Essa ferramenta poderá se tornar disponível para uso *on-line* e, assim, auxiliar estudantes, pesquisadores e usuários do português do Brasil.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. **Nossa língua**. Busca no Vocabulário. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: abr. 2011.

BISOL, L. O ditongo da perspectiva da fonologia atual. **Revista Delta**, v.5, n.2, p.1885-224, 1989.

BLASI, Helena F.; VASILÉVSKI, Vera. Programa piloto para transcrição fonética automática na clínica fonoaudiológica. **Anais do XVI Congresso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina (ALFAL)**, 6 al 9 de junio de 2011. Alcalá de Henares, Madrid, 2011.

CÂMARA JR., J. M. **Problemas de lingüística descritiva**. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹¹⁷ O Nhenhém silabador *freeware* pode ser solicitado pelo correio eletrônico sereiad@hotmail.com.

- CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CÂMARA JR., J. M. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CHOMSKY, Noam e HALLE, Morris. **Sound Pattern of English**. New York: Harper & Row, 1968.
- CLEMENTS, G. N. The geometry of phonological features. In: **Theory of phonological redundancy**. Cambridge University Press, Cambridge, 1985.
- MACWHINNEY, B. **The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk**. Carnegie Mellon University, March 29, 2010. Disponível em: <<http://childes.psy.cmu.edu/>>. Acesso em: out. 2010.
- MATTE, A. C. F.; MEIRELES, A.; FRÁGUAS, C. C. SILWeb – analisador fonológico silábico-acental de texto escrito. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.31-50, jan-jun. 2006.
- MESTRE, A. R. La transcripción fonética automática del diccionario electrónico de formas simples flexivas del español: Estudio fonológico en el léxico. **Estudios de Lingüística del Español**, v.4, 1999. Disponível em: <<http://elies.rediris.es/elies4/>>. Acesso em: 6 nov. 2010.
- NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA – NGB. 1958. Disponível em <<http://portrasdasletras.folhadaregio.com.br/ngb.html>>. Acesso em: nov. 2010.
- SAID ALI, M. **Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa**. 3.ed. Brasília: Editora da UnB, 1964.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor; VASILÉVSKI, Vera. Análise automática da morfologia verbal do PB: Plataforma CHILDES. Mesa redonda apresentada no VII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, UFPR, Curitiba, 9 a 12 fev. 2011. **Revista da Abralín**, 2011. submetido.
- SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.
- TUFANO, Douglas. **Guia prático da nova ortografia**. Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2008.
- VASILÉVSKI, Vera. Divisão silábica automática de texto escrito baseada em princípios fonológicos. III ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – ENPOLE, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 25-26/nov. 2010. **Anais do...** 2010. CD-Rom.

VASILÉVSKI, Vera. **Construção de um sistema computacional para suporte à pesquisa em fonologia do português do Brasil**. 2008a. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VASILÉVSKI, V. O programa de conversão automática grafema-fonema Nhenhém 1.0 e seu uso como ferramenta para auxiliar o ensino de língua materna. I SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA – SIMELP, USP, FFLCH, São Paulo, 2008b. **Anais do...** Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp40/03.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

REFERÊNCIA E SENTIDO

REFERENCE AND MEANING

Virginia Beatriz Baesse Abrahão (UFES)

virginia_abrahao@yahoo.com.br

Resumo: Esse texto pretende discutir a relação entre sentido e referência, questionando as abordagens propostas pela linguística textual e assumindo uma abordagem discursiva da referência.

Palavras-chave: Referência, Sentido, Discurso

Abstract: This text discusses the relationship between meaning and reference, questioning the approaches proposed by linguistic and textual discourse approach of assuming areference.

Keywords: Reference, Direction, Speech

Introdução

Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. [...] o objeto [...] existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.

Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto [...] elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. FOUCAULT (2008, p. 49-51)

É objeto deste artigo estabelecer uma relação entre *referência* e *sentido*, tema já tão abordado, mas agora pretendemos considerá-lo sob o prisma da discursividade, segundo a perspectiva apresentada na citação acima. Para tanto, tomamos como base o conceito de “referência discursiva” que considera que ao nos referirmos não apontamos para a realidade, mas para relações internas de uma comunidade de linguagem e, desse modo, criamos elos de dependência de grupo e, conseqüentemente, transitamos por relações de poder ou nos submetendo ou questionando os suportes interdiscursivos dessas dependências. Evidentemente as relações referenciais criam mundos próprios e é através desses “mundos possíveis” que temos acesso ao que chamamos de realidade. Mas esses “mundos possíveis” não podem ser discerníveis senão pelas suas relações. Eles não existem em si, mas como um sistema complexo que organiza sujeitos e discursos. Os indivíduos também são estruturados a partir dessas relações, tornando-se sujeitos.

Segundo Foucault:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder [...]. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1987, p.161)

Desse modo, o aparecimento, a transformação, a dispersão, o reaparecimento, a aceitação e a rejeição de objetos nos discurso estão intimamente ligados ao momento histórico-social e transitam por relações de poder e força que estabelecem o que pode e o que deve ser dito dentro de uma conjuntura específica.

Essas relações estabelecem-se em linguagem e estruturam

organizações sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas e pragmáticas específicas. Ou seja, a estrutura linguística ao mesmo tempo organiza e possibilita as relações, em conjunto com os sujeitos e a história. Não estamos aqui considerando uma determinação absoluta da estrutura linguística e social sobre os discursos e sim uma relação de contradição que estabelece jogos de força que possibilitam o dizer e constrói sujeitos e desejos.

Sob essa perspectiva, essas construções linguísticas parecem, então, marcadamente organizadas, não sendo casual o seu aparecimento, pois emergem a partir de uma ordem discursiva específica. Portanto, o primeiro passo para uma análise nesse nível é o de buscar as categorias de análise evidenciadas como condição de referência dos discursos em questão, em conjunto com as relações presentes na organização linguística dos discursos. O passo seguinte é a análise das relações de referenciação presentes nos discursos analisados e suas implicações ou efeitos de sentido produzidos. O resultado esperado, dessas análises, será uma abordagem da referência que congregue dimensões distintas do processo de referenciação dentro do foco da discursividade e nos auxilie a melhor compreender as relações sociais.

Entendemos, enfim, que a língua oferece condições para a construção e reconstrução de sentidos e que, como efeito, produz diversas possibilidades de percepções do que chamamos de realidade. Resta-nos, pesquisadores da linguagem, buscar compreender os discursos e os sujeitos que emergem desses fatos de linguagem e possibilitam formas de vida as mais variadas.

1. A noção de referenciação na Linguística Textual

A Linguística Textual tem retomado a discussão da referência sob o viés do conceito de referenciação.

Segundo Koch:

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de

sentido. Isto é, os processos de referenciação são escolhas de um sujeito em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. (KOCH, 2009, p.61)

Observe que por essa perspectiva o sujeito é indivíduo que faz escolhas linguísticas em função de um querer dizer. Ora, se os objetos são (re)construídos nos discursos, por que os sujeitos não seriam? Estariam eles imunes à linguagem, atuando sobre ela de modo eminentemente racional?

A linguagem, então, se apresenta aos indivíduos como instrumento de expressão, ou seja, o pensamento está separado da linguagem, antecedendo-a. Ela é o lugar da representação do real, como se esse processo de representação fosse individual transferindo-se para o coletivo com muita facilidade, sem gerar problemas de comunicação. Na medida em que o indivíduo vivencia experiências cognitivas do real, ele o ressignifica.

Essa concepção de representação já foi largamente discutida pela filosofia da linguagem, pois implica uma relação de proximidade com a realidade tal que se pode antevê-la, garantindo assim a comunicação, já que se trata de um processo provocado por um indivíduo autônomo, mas que possui experiências cognitivas semelhantes as de outros indivíduos.

Na medida em que esse indivíduo não representa as coisas em si, mas estados de coisas, conforme acima firmado, de que modo ele garante a compreensão do locutor? Dentro dessa teoria, resolve-se essa questão dizendo que o indivíduo categoriza o real a partir de modelos cognitivos, o que seria comum a todos. Desse modo, ele expressa o que é passível de compreensão por qualquer pessoa. Mas não se discute esse processo cognitivo e a linguística cognitiva tem demonstrado a complexidade da questão, com suas diferentes teorias que se debatem.

Essa solução biológica para a representação linguística do real acarreta outros compromissos teóricos bastante positivistas para a teoria. Desse modo, quando essa teoria assume a noção de discurso, limita-se a considerar a interação verbal remontando à teoria da comunicação em que os dois elementos da interação são autônomos em relação à linguagem e a

utilizam dentro de uma relação de isenção. A linguagem não os afeta. Assim, a comunicação está garantida ainda que os indivíduos criem e recriem objetos-de-discurso.

No entanto, o que mais nos chama atenção nessa teoria são as concepções de sentido. Segundo Koch, o indivíduo faz escolhas significativas em função da concretização da sua proposta de sentido. O sentido é tratado aqui como um efeito promovido conscientemente por um indivíduo que manipula a linguagem, tendo este condições de assegurar todos os passos do processo. Além disso, o mesmo sentido está garantido desde o momento da produção até o da recepção.

Portanto, segundo a perspectiva da linguística textual, a relação referencial não existe de fato, em linguagem, dando lugar a um processo de construção de referentes discursivos, ou seja, os sujeitos, em interação, constroem os objetos de discursos, os quais são completamente compreendidos, pois participam de uma representação da realidade, reconstruindo a própria realidade, via linguagem. O sentido está garantido, assim, pelo próprio modo de ser da representação.

Questões como relação pensamento x linguagem, o individual e o coletivo no processamento da linguagem, a própria noção de falante, como também as dificuldades comunicativas, são todas resolvidas no âmbito da “cognição”, a qual é entendida como processo natural resultante das experiências vivenciais do indivíduo. Portanto, algumas questões podem ser pensadas, a partir dessa teoria:

a) Afinal, como se processa a comunicação se os indivíduos criam objetos de discurso? O que garante a compreensão dessa realidade recriada pela linguagem?

b) Se a linguagem representa a realidade, recriando-a, qual o peso do coletivo sobre a linguagem? Ou seria a representação entendida como amálgama da realidade?

c) O que se entende por linguagem, ou mais especificamente, “material linguístico” (citação acima) já que ela se presta à livre manipulação dos indivíduos? Seria a linguagem isenta até que o indivíduo a ‘manipule’? Qual o peso do sistema linguístico sobre a constituição da linguagem?

d) Os indivíduos possuem experiências de realidade e de linguagem.

Estariam eles imunes ou seriam eles construídos nessa relação? Se eles estão imersos na linguagem, seriam os objetos de discurso criações individuais ou histórico-sociais?

e) O que se entende por cognição, dentro da linguística textual?

f) Seria a linguagem instrumento de comunicação ou processo interativo? Há, então, uma anterioridade da linguagem e também uma anterioridade do pensamento, já que o indivíduo utiliza a linguagem em função da sua intenção comunicativa?

g) Como pode o sentido ser fruto de um processo de manipulação da linguagem se ele se faz na história, num processo constante de reconstrução em função das condições histórico-sociais?

h) Como a comunicação é garantida se a realidade é constantemente recriada?

A fim de refletirmos sobre a relação entre referência e sentido sob uma perspectiva que considere a discursividade da linguagem, retomaremos esses dois conceitos, para então pensarmos a sua relação.

2. A Referência

Sempre que, em linguagem, nos remetemos a algo externo a ela, algo que se encontra na realidade concreta, estamos no âmbito da referência. Nesses casos o nosso referente pode ser um objeto, uma pessoa ou algum acontecimento. No entanto, se falamos sobre sentimentos ou objetos imaginários, estaríamos ainda no âmbito da referência?

Essa questão nos faz lembrar que a relação entre o sentido e a referência é muito tênue. Para a Teoria da Referência de Frege o *referente* é um *objeto sensorialmente perceptível* enquanto o *sentido* é o *modo de apresentação desse objeto*. Sendo a *referência* as *impressões de natureza objetiva na relação sujeito/ objeto*. Para Frege (1978), as representações teriam natureza mais subjetiva, pois apontariam para as experiências pessoais do sujeito em relação ao objeto. Intermediando a relação entre a representação e a referência, Frege coloca o sentido. O sentido seria, portanto, o produto da ação dos sujeitos sobre os objetos. Desse modo, se o sujeito representa não

exatamente objetos, mas suas paixões ou seus temores, esses são os seus referentes, naquele momento, e para garantir a compreensão do que expressa, ele trará elementos referenciais para se fazer compreender. Essa teoria serviu de base para as especulações posteriores, sobre a questão.

A referência surge como um parâmetro de exploração da realidade, ainda que essa realidade se pautem nas experiências ou sentimentos do sujeito, pois é ela que permite a compreensão entre os interlocutores. Assim, ao processarmos a linguagem podemos pender mais para o subjetivo (polo da representação) ou mais para o objetivo (polo da referência).

Mas o interessante, nessa abordagem, é que o sujeito não tem acesso à realidade ou ao objeto, de fato, já que essa relação é sempre intermediada pelo sentido. Então resta-nos discutir esse conceito.

3. Sentido

Se o sentido surge como elemento catalizador na relação sujeito/objeto, ele não é nem totalmente subjetivo e nem totalmente objetivo. Mas afinal, o que é o sentido?

Segundo Mari (2008) o sentido é gerado a partir de três condições de determinação: o sujeito, o sistema linguístico e a história, não sendo nenhum deles superior ou mais determinante em relação aos demais, pois o sistema linguístico depende da história e do sujeito, para se fazer; o sujeito depende da história e do sistema linguístico para existir e a história se faz a partir dos sujeitos e do sistema linguístico.

Sujeito, aqui, não significa indivíduo, mas uma categoria de análise que lembra o humano. O sujeito é ao mesmo tempo coletivo e individual, pois o seu discurso se tece dentro de condições históricas específicas, a partir de grupos, de sociedades, mas ele traz traços de individualidade na medida em que estabelece espaços, ainda que ínfimos, de diferença. Esse sujeito depende da linguagem para se fazer, pois é a partir dela que ele reconhece o seu mundo ao mesmo tempo em que estrutura um mundo próprio a partir dela. Portanto, o indivíduo não é independente em relação à linguagem e seu acesso à realidade depende da história enquanto condição.

O sistema linguístico também não está isento da história e do sujeito.

Ele se tece na comunidade e depende das condições históricas dessa comunidade para se estruturar. Poderíamos dizer que ele é o mais determinista de todos os elementos estruturantes do sentido, contudo ele permite a conotação, a metáfora, a ambiguidade e tantos outros processos através dos quais o sentido se renova. Além disso, para a linguagem significar algo ela depende das condições histórico-sociais. E para se renovar também, pois o sistema deve garantir a compreensão da linguagem por todos os envolvidos.

História não quer dizer aqui sequência de acontecimentos, mas aquilo que possibilita os acontecimentos. Por história entende-se todo o sistema de relações que estrutura uma sociedade e possibilita a existência de um povo. A história é em si os homens, a sociedade, os modos de vida e a linguagem. Nos discursos ela se traduz como acontecimento, porque instaura o próprio modo de existência dos fatos, bem como as suas possibilidades, afinal, nem tudo o que acontece na realidade ganha sentido na linguagem. Se algo nos é significativo, ou seja, faz sentido, só o é via linguagem, a partir da qual todos os contornos e possibilidades desse fato ou objeto são articulados, na sua relação com os sujeitos e a história.

O sentido se estabelece, então, nesse tripé entre sujeito, sistema linguístico e história, sendo que essa é uma relação em teia dinâmica, sempre rearticulada, que possibilita a nossa inserção no que chamamos de realidade. Ou seja, a realidade enquanto concretude está mais distante das possibilidades de representação do que se pensa.

Segundo Wittgenstein (1984) até a “experiência mais básica de dor” é possibilitada pela linguagem, ou seja, até os nossos sentidos básicos se influenciam pelas nossas possibilidades historicamente arquitetadas em linguagem. Se assim não fosse, sujeito e linguagem não se confundiriam. Como não há sujeito fora da linguagem, esta determina mesmo as possibilidades de existência para nós daquilo que experimentamos.

Neste sentido, a representação não passa de uma condição determinada pelas possibilidades instaladas pelo sentido. Mas sob essa perspectiva o sentido se apresenta como altamente determinista, impondo as possibilidades do sujeito na sua relação com a realidade.

Segundo Mari (1985):

(...) o determinismo, numa língua natural, é da ordem do necessário, é uma imposição de qualquer sistema linguístico sobre seus usuários (a gramática fala mais alto que o desejo dos falantes), mas o rompimento com esse determinismo é da ordem do possível, portanto, uma hipótese de ação a ser colocada para os falantes.

Por ser uma condição dos sentidos, esse tripé aponta para uma dinamicidade que não soa como coerção e sim como possibilidades infinitas dentro da constante articulação que os sentidos propõem.

No entanto, compensa questionar o que seria de fato a realidade. Na verdade, sob esse prisma teríamos que falar de uma infinidade de realidades, que se articulam pelos sentidos enquanto possibilidades e não de um sistema de representações calcado nas condições sociais dos sujeitos e da linguagem. O que se apresenta como aparentemente estável, tal como o sistema linguístico, as condições sociais dos sujeitos e as possibilidades impostas pela história e, desse modo, garantiriam um mínimo de comunicação necessária à sobrevivência dos sujeitos sociais, quando observados na sua interligação estruturante, esses elementos apontam para uma dinamicidade e uma diversidade sem igual.

Mas dentro dessa possibilidade infinita que o sentido apresenta, em função da dinâmica da sua articulação em linguagem, o que se pode supor é que a comunicação esteja muito mais interditada do que seja gratuita. Afinal como nos diz Mari (2008, p. 28) “O mesmo discurso que revela, esconde, o mesmo que aglutina, desagrega, o mesmo que esclarece, aliena”.

Ou seja, estamos numa condição de não comunicação na medida em que enquanto um falante articula seu discurso a partir da sua condição de leitura, o seu interlocutor pode estar dentro de outro modo de articulação das possibilidades do sentido proposto, tendo em vista as suas próprias possibilidades de leitura. Se as realidades são múltiplas, como garantir a compreensão entre os sujeitos, enquanto falantes de uma língua?

Nesse momento necessitaremos de um outro conceito para que possamos compreender essa relação que se estabelece em linguagem, o conceito de referenciação, agora também ele retomado pelo prisma da

discursividade.

4. Referenciação

Como dissemos na introdução a esse artigo, pretendemos considerar a relação de referenciação nos discursos como modo de ser da linguagem. Isso significa sair da relação básica de comunicação ou de articulação textual e tentar compreender as relações que se dão em linguagem como possibilidades discursivas.

Toda elaboração linguística é produzida a partir de determinadas condições de produção que determinam o que pode e deve ser dito, além disso, dentro do processo de circulação e consumo dessas elaborações que se dão em linguagem ocorrem intencionalidades e efeitos de sentido nem sempre congruentes. Falamos, muitas vezes, não para sermos compreendidos, mas para marcar um espaço ou para direcionar atitudes. Tudo isso se dá a partir de um jogo em que quem elabora o faz a partir do que concebe do seu ouvinte, ou pelo menos do que ele pressupõe que o seu ouvinte pensa dele. Da mesma forma o ouvinte produz uma imagem social daquele que fala, assim como pressupõe que ele o veja de determinada maneira. O que os envolvidos nos discursos produzem ou leem do que foi elaborado depende, portanto, de uma relação complexa, em que as próprias condições sociais determinam as possibilidades do dizer, bem como as possibilidades de leitura. Mas via sentido, toda essa relação pode ser rompida e as partes envolvidas ganham uma liberdade inusitada de compreensão e propulsão dos discursos.

No entanto, os discursos possuem um sistema de restrições que se articula internamente e constrói um caminho de entrada e saída dos discursos, bem como estabelece alguns modos de condução do olhar para esses discursos, pequenas estratégias de adesão ou de eliminação do outro e todo um conjunto coordenado de possibilidades de condução do sentido e dos seus efeitos. É a esse sistema de restrições que chamamos de referenciação. Trata-se de um modo de ser dos discursos que o organizam a partir de algumas possibilidades, como num jogo. Desse modo, não é a intencionalidade dos sujeitos que organiza esse sistema de possibilidades, mas organizações sistêmicas que se constroem a partir de acordos e condições dos discursos

enquanto acontecimentos.

A referenciação é assim um modo de organização dos discursos que pode ser observado na linguagem, mas que se articula dentro de condições históricas específicas e dos sujeitos que nela se articulam. Ou seja, a linguagem deve ser considerada dentro da complexidade que a instaura e as próprias articulações sintáticas precisam ser observadas em função de um sistema de possibilidades apresentadas pelo sentido.

Portanto, a referenciação engendra em cada discurso um modo de ser e o organiza segundo acordos específicos que estruturam as possibilidades do dizer. Para compreendê-la precisamos observar a organização dos elementos envolvidos nos discursos que estruturam um sistema, uma organização própria e que se repete naqueles discursos que mantêm o mesmo padrão, ainda que possam se reorganizar em alguns pontos. Ela cria, assim, um sistema organizacional para além das determinações impostas pelo sistema linguístico, pois propõe estratégias de anexação e de exclusão, modos de ser da linguagem e condições de condução dos discursos que preparam as estratégias de intervenção, garantindo a continuidade da organização, mas também as possibilidades de intervenção sobre os discursos.

O melhor modo de observação desse jogo que organiza os discursos é mesmo o reconhecimento das categorias básicas que direcionarão as propostas de sentido. Se em *Chapeuzinho Vermelho* podemos reconhecer a categoria medo (Moraes, 2008), em *Urupês* de Monteiro Lobato, o Jeca Tatu pode ser analisado a partir da categoria “preguiça” (Cardoso, 2003, p. 135). Essas categorias emergem da observação do momento histórico e elas estruturam uma sintaxe, um léxico, uma organização morfológica e textual. Resta ao analista observar as amarras desses discursos através da análise da enunciação e dos elementos nela envolvidos. Ao detectar o modo de ser dos discursos em análise, em função das suas estratégias de referenciação, o analista toca em um ponto de uma teia complexa que nos remete à memória discursiva e ao discurso como uma prática. Essa é já uma possibilidade de ampliação das nossas condições de leitura do jogo que se estabelece na linguagem e mais um passo para a nossa libertação contínua das forças que os discursos estruturam, em função das relações de poder.

Desse modo, não basta identificar os modos de criação e recriação de

objetos de discurso, é preciso identificar as possibilidades desses objetos nas *práticas discursivas* que para Foucault (2007, p. 136) constituem “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que determinam, para certa época e para uma determinada área social, econômica e geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Além disso, os objetos de discurso não são em si, mas em função dos discursos em que se articulam, pois, como afirma Cardoso (2003, p. 139), “os sentidos de um discurso somente se tornam viáveis pela história, pela formação de uma memória enquanto condição do legível”. Os sentidos não surgem como um adendo do léxico, a sua contraparte conceitual. Eles estabelecem-se enquanto modos de ser da linguagem, na história e como condição dos sujeitos.

Conclusões

Evidentemente a questão proposta nesse artigo é muito mais complexa do que essas linhas nos possibilitam. Cada um dos conceitos tratados exigiria não só uma abordagem histórica da sua constituição como o seu situar dentro de teorias e autores específicos. Falamos em discurso, sujeito, história e sistema linguístico, em referência, sentido e referenciação, como se esses conceitos não fizessem parte de uma ampla discussão sobre a linguagem. Além disso, todos eles implicam uma série de outros, tais como memória discursiva, interdiscurso, polifonia, prática discursiva, formação discursiva, forma sujeito, dentre tantos outros, já que tomamos por suporte as teorias sobre o discurso.

No entanto, nossa proposta foi de conduzir um diálogo entre as novas propostas de trato com a referência, a partir da linguística textual, levantando, então o conceito de “referência discursiva”, tomando por base a discursividade como modo de ser da linguagem. Interessava-nos, sobretudo, pensar a relação do sentido como propulsor das relações de referenciação da linguagem.

Nossa proposta foi de chamar a atenção para a complexidade da linguagem, hoje tão intensamente assumida, denunciando posturas que tendem a simplificar essa relação ao retomar posturas já tão fortemente

combatidas pela linguística contemporânea. Isso porque, via ideologia o sujeito tem a ilusão de que seu discurso reflete um conhecimento objetivo da realidade. Ora, como dissemos acima, o sentido não está anexado ao léxico, mas é determinado pelo jogo sócio-histórico que possibilita o dizer. Por isso o sentido está mais em função das posições que os sujeitos ocupam nos discursos, seja no momento da sua produção ou do seu reconhecimento, do que em função da sua relação referencial ou, mais precisamente, de uma intencionalidade referencial.

Segundo Cardoso (2003, p. 132)

Dessa forma, os processos discursivos são comumente apagados em nome de uma “evidência de literalidade”. Os elementos do interdiscurso são reinscritos no discurso do sujeito sob a forma de “pré-construídos”, que impõe a “realidade” sob a forma de universalidade (“mundo das coisas”). (...) Pelo viés dessa operação de articulação, é ocultada do sujeito a sua subordinação à formação discursiva. Essa operação de “selecionar” dá ao sujeito a ilusão de que o sentido do seu discurso se dá pela *co-referência a uma formação discursiva*, por sua vez determinada pelas formações ideológicas. “Esquecendo” a relação com a formação discursiva, o sujeito tem a ilusão da novidade, de que está realmente criando coisas novas. O processo de *referência*, que se dá com relação a uma formação discursiva, é apagado de tal forma que o que de fato aparece como evidência é o processo de *co-referência* no interior do discurso do sujeito. (grifos da autora)

Ora, pelo que pudemos observar é na reafirmação desse esquecimento que as teorias linguísticas modernas têm se pautado para discutir as estratégias de referenciação, fixando-se, principalmente, nos processos co-referências que se dão no interior dos textos. Isso porque reafirmam as possibilidades de escolha e da livre manipulação dos sentidos, por parte dos

sujeitos. Desse modo, os teóricos que assim agem não só reafirmam esse “esquecimento” do sujeito em relação à formação discursiva, como o referendam, apagando, assim, a relação ideológica que conduz esse esquecimento.

Firmando-se na ilusão da referência, essas teorias relegam para segundo plano as relações de poder que instauram os discursos e os mantém. Na medida em que se detêm nas operações textuais envolvidas no processo de referenciação, introduzem uma perspectiva do sentido que dá a ele um estatuto de isenção, desconhecendo as práticas discursivas como modos de coerção social.

Menos libertárias, ainda, são as posturas puramente referenciais da linguagem, sem dúvida, mas desconhecer os mecanismos implicados na estruturação das estratégias discursivas, implicadas no processo de referenciação é reafirmar todo um sistema histórico de organização do saber como reafirmação das estratégias de poder.

Referências

- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- KOCH, Ingedore. G. Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2ª ed., São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- FREGE, G. *Sobre o sentido e a referência*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MORAES, Fabiano de Oliveira. *As estratégias de referenciação em “Chapeuzinho Vermelho”: da Idade Média à modernidade* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da UFES, 2008.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. SP: Abril Cultural, 1984.

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO SOBRE COMO CHEGAMOS AOS MULTILETRAMENTOS

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: A STUDY OF HOW WE GOT TO THE MULTILITERACIES

Viviane Raposo Pimenta (UnB/Unicamp)

vivianeraposo@netsite.com.br

Valdete Aparecida Borges Andrade (UFU)

valdeteba@bol.com.br

Cláudia Gomes (SEMEC/UNICAMP)

claugiadasilva@hotmail.com

Resumo: Neste estudo objetivamos apresentar um panorama do ensino de Língua Portuguesa no Brasil (conforme KLEIMAN, 1989, 1992; RAZZINI, 2000; SOARES, 2001, 2004; VIEIRA, 2008; ROJO, 2010; dentre outros) com vistas a discutirmos nossas práticas de letramento(s) na atualidade. Entendemos que as práticas educacionais não podem ser desvinculadas do contexto histórico político da época a que se referem. Tentaremos esclarecer com base nos fundamentos epistemológicos e no desenvolvimento histórico, os motivos que levaram certas práticas de ensino a se cristalizarem. Nota-se que nas últimas duas décadas a intensificação vertiginosa e a diversificação da circulação da informação nos meios de comunicação analógicos e digitais acarretaram, e continuam acarretando, mudanças significativas nas maneiras de ler, de produzir e de fazer circular textos nas sociedades e gerar novos gêneros. Nessas últimas décadas, a diminuição das distâncias espaciais tornou mais importante o plurilinguismo e o multiculturalismo; além disso, a diminuição das distâncias temporais ou a contração do tempo colaboraram para mudanças nas práticas de letramento e exigiram letramentos críticos. Assim, a multissemiótica ou a multiplicidade de modos de significar, que as possibilidades multimidiáticas e hipermediáticas do texto eletrônico trazem para o ato de leitura, faz com que não seja suficiente a leitura do texto verbal escrito; é

preciso colocá-lo em relação com um conjunto de signos de outras modalidades de linguagem.

Palavras-chave: ensino de Língua Portuguesa; contexto histórico político cultural; multiletramentos

Abstract: In this study we present an overview of the teaching of Portuguese in Brazil (as KLEIMAN, 1989, 1992; RAZZINI, 2000; SOARES, 2001, 2004; VIEIRA, 2008; ROJO, 2010, among others) in order to discuss our literacy(ies) practices today. We understand that the educational practices can not be detached from the political historical context of the time they refer to. Thus we will attempt to clarify based on the epistemological foundations and historical development the reasons why certain teaching practices have been crystallized. In the last two decades we have noticed that the intensification and diversification of flow of information in the media, analog and digital have entailed and still entail significant changes in ways of reading, producing and circulating of texts in our society and generate new genres, the reduction of spatial distances makes the multilingualism and multiculturalism more important, the reduction of temporal distances or contraction of time collaborates to change the practices of literacy and requires critical literacies. Thus the multissemiose or the multiplicity of ways of signifying that the potential array of multimedia and hypermedia electronic text bring to the act of reading means that the reading of the written text is not enough any longer, you must place it in relation to a set of signs of other forms of language.

Keywords: teaching of Portuguese Language; historic politic and cultural context; multiliteracies

1- Introdução

As práticas educacionais estão vinculadas ao contexto histórico-político e sócio-cultural da época a que se referem. Diante dessa constatação, propomos, neste artigo, fazer um estudo sobre o ensino de Língua Portuguesa no Brasil dos fins do século XIX até o presente, para que possamos discutir as origens de nossas práticas na sala de aula e, assim, entendermos essa

disciplina enquanto se constitui como disciplina escolar com objeto de ensino próprio. Nesse sentido, para melhor entendermos porque certas práticas de ensino cristalizaram-se, buscamos reconhecer os fundamentos epistemológicos e o desenvolvimento histórico do ensino de Língua Portuguesa no Brasil.

Sabemos que a prática pedagogia encontra-se aliada às políticas públicas de educação e, com o ensino de língua não é diferente, pois ele está intrinsecamente vinculado à trajetória da política brasileira, mesmo antes do Brasil tornar-se independente da colônia portuguesa. Segundo Razzini (2010), a partir dos pressupostos teóricos da cultura escolar na História das Disciplinas, o estudo sobre a história da disciplina de Língua Portuguesa (doravante, LP) tem contribuído muito para o conhecimento das normas, práticas e currículos em diferentes períodos da nossa história e para o enfrentamento dos desafios que se tem apresentando para a prática docente.

No processo de ensino, o professor deve reconhecer que a valorização da língua é garantida, principalmente, por questões políticas, econômicas, culturais e científicas (ZANINI, 1999). Assim, na tentativa de tentar suprir o professor com alguns dados relevantes do profícuo campo de pesquisa da História das Disciplinas Escolares decidimos apresentar um panorama que retoma alguns aspectos históricos que consideramos marcantes para a compreensão da evolução do ensino de língua materna no Brasil, principalmente no que diz respeito ao conteúdo curricular.

Na apresentação da estrutura de exposição deste artigo procuramos, em um primeiro momento, apresentar sumariamente o panorama histórico social político e cultural do ensino de Língua Portuguesa (LP) desde os fins do século XIX até o século XX. Em seguida, apresentamos a discussão sobre os multiletramentos nas duas últimas décadas (final do século XX e início do século XXI) como desafios a serem enfrentados pelo docente de Língua Portuguesa na escola contemporânea. E, finalmente, nas considerações finais, deixamos claro que, em favor da universalização do acesso à educação pública, a escola tem como um dos seus objetivos fazer com que seus alunos participem das várias práticas sociais que utilizam da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática.

2- História da Língua Portuguesa

A partir do século XVI, o ensino, que antes era realizado de forma aleatória, sem espaço nem tempo determinado, mudou. A instituição escola criou uma nova forma de lidar com a aprendizagem, e substituiu o ensino que acontecia em lugares não definidos, por um ensino delimitado pelo espaço. Como consequência dessa mudança, delimitou-se também o tempo de aprendizagem, e a partir dessa invenção, sentiu-se a necessidade de burocratizar o ensino. Com o objetivo de sistematizar sua racionalização e torná-lo mais eficiente criou-se graus escolares, séries, classes, currículos, matérias, disciplinas.

Na verdade, entre *disciplina curricular*, ou melhor, entre *currículo e disciplina*, de um lado, e escola, de outro, há, de certa forma, uma relação de causa-efeito: o surgimento da instituição escola está indissociavelmente ligado à instituição de *saberes escolares*, que se corporificam e se formalizam em currículos, disciplinas, programas, exigidos pela invenção, que a escola criou, de um *espaço* de ensino e de um *tempo* de aprendizagem. (SOARES, 2002, p. 155)

A disciplina Língua Portuguesa (ou Português) somente foi inserida como disciplina curricular nas últimas décadas do século XIX. Além de não pertencer aos currículos escolares, essa língua não prevalecia no contexto social dos tempos do Brasil Colônia. Tanto a língua do colonizador quanto a disciplina escolar de português demoraram a se fixar no território brasileiro. Após o descobrimento do Brasil, além das várias línguas faladas pelos indígenas (língua geral), a população usava mais duas línguas: o português (língua do colonizador), e o latim (objeto de ensino utilizado pelos jesuítas no ensino secundário e superior). Dessas línguas, a mais falada no dia a dia da população brasileira era a língua geral, o que justifica a quantidade de nomes indígenas das nossas cidades, fauna e flora. As poucas crianças privilegiadas economicamente, filhas dos colonizadores, iam à escola aprender ler e escrever o português, mas essa língua ainda não fazia parte do currículo

escolar, constituía-se apenas como instrumento para a alfabetização, e era considerada como segunda língua¹¹⁸.

Até meados do século XVIII, no Brasil, o sistema de ensino era dominado pelos jesuítas, que implantaram o programa de estudos da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum*. Nesse programa, o método consistia em passar da alfabetização diretamente para o ensino do latim, sem dar espaço para o aprendizado da língua falada pelo povo. Essa determinação não foi contestada até a primeira metade do século XVIII, pois para aqueles que pertenciam às camadas privilegiadas e que tinham acesso à escola, o que interessava era adquirir o modelo educacional vigente, que se baseava na aprendizagem do latim através do latim. Além disso, como mencionamos, o Português, ao contrário da língua geral, não era a língua que prevalecia no meio social, e essa língua ainda não havia se constituído, durante o século XVII, em uma área de conhecimento capaz de dar origem a uma disciplina curricular.

Nos anos 50 do século XVIII, diante do fato da população colonizada não falar a língua do Príncipe, Marquês de Pombal elaborou reformas no ensino de Portugal e suas colônias, tornando obrigatório o uso da Língua Portuguesa e proibindo o uso de outras línguas. A imposição dessas reformas contribuiu enormemente para a consolidação da Língua Portuguesa e sua consequente inserção nos currículos escolares.

Alguns anos antes da reforma pombalina, Luiz Antônio Verney havia defendido o ensino da gramática da Língua Portuguesa em contraste e em comparação com o latim, diferentemente do que era proposto pelos jesuítas. Após a reforma, as sugestões feitas por Verney foram acatadas e, então, passou-se a ensinar nas escolas a gramática da Língua Portuguesa como instrumento para se aprender a gramática latina.

Do século XVI até o século XIX, o ensino da gramática da Língua Portuguesa e da retórica persistiu como componente curricular. De maneira progressiva, a retórica (arte de se expressar bem) deixa de ser estudada por meio de autores latinos e com fins eclesiásticos, e passa a ser estudada em

¹¹⁸ O ensino de Língua Portuguesa, historicamente, iniciou sendo desvalorizado, isso perdura, quando pensamos que o ensino de língua nas escolas, hoje, não ocupa um lugar privilegiado como instrumento efetivo de ferramenta política e ideológica a favor do aluno.

autores de Língua Portuguesa e direcionada para a prática social. Inicialmente, a retórica englobava o ensino da poética, mas com o passar do tempo, essa disciplina desmembrou-se da retórica, constituindo-se o que hoje chamamos de literatura ou teoria da literatura. À medida que o ensino da gramática latina foi perdendo notoriedade (fato que aconteceu definitivamente no século XX), a gramática da Língua Portuguesa passou a ter autonomia. Vale destacar que foi relevante a contribuição da grande quantidade de gramáticas elaboradas a partir do século XIX para que isso acontecesse.

Segundo Razzini (2000), a história do ensino de Português (e de sua literatura) na escola secundária brasileira foi marcada pelas condições culturais e educacionais da sociedade brasileira. No século XIX, muitas mudanças ocorreram na sociedade brasileira. Com o fim da escravidão e com a remuneração do trabalho; a proclamação da Independência; a implantação da República, a população se concentrou nas grandes cidades (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo) em busca de vida mais confortável e de educação. Deu-se, dessa forma, uma acentuada procura pelo ensino. Nessa época, a escola pública era pouco desenvolvida e enfatizada e, como consequência, poucas pessoas eram alfabetizadas. Além disso, faltavam pessoas qualificadas para o serviço público de alto escalão. Existia em todo o Brasil apenas 10 escolas superiores distribuídas entre faculdades, seminários, cursos militares e escolas. Para ingressar no ensino superior era necessário passar nos Exames Preparatórios. Diante dessa exigência, cria-se, no Brasil, o ensino secundário, que visava preparar os alunos para os Exames Preparatórios, assim como acontece hoje no Ensino Médio, em que o objetivo é preparar o aluno para passar no vestibular.

Paralelamente ao crescimento da demanda pelo curso superior tem-se o aumento do ensino secundário, ou seja, a proliferação dos colégios, liceus, ateneus, ginásios e escolas normais. O objetivo desses colégios era preparar o aluno para prestar o Exame Preparatório, pois concluir o ensino secundário não era pré-requisito para ingressar no ensino superior, apenas o exame era. De acordo com Razzini (2000) enquanto a maioria da população brasileira permanecia analfabeta, a elite brasileira se preparava às pressas no curso secundário, cuja conclusão não era obrigatória para prestar os Exames Preparatórios, como eram chamados os exames de ingresso das poucas

faculdades e cursos superiores existentes no país. Quase não existiam os colégios públicos e, nessa época, proliferavam as escolas particulares que preparavam os alunos para os exames em menos tempo e com maior eficiência.

Surge, em 1837, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio Pedro II, um dos colégios mais importantes da época, que se tornou um modelo a ser seguido por outras escolas e que, durante décadas, indicou os conteúdos do português para o ensino secundário no Brasil.

Até o fim do Império, a gramática, a retórica e a poética eram utilizadas para fazer o ensino da Língua Portuguesa, posteriormente, foram agrupadas em única disciplina que passou a ser denominada: português. Manteve-se, até os anos 40 do século XX, a tradição do ensino da gramática, da retórica e da poética, pois o ensino continuava sendo direcionado para os filhos das classes mais privilegiadas economicamente, os quais tinham grande interesse por esse tipo de aprendizagem. Assim, para atender as expectativas desse alunado, mantém-se o ensino da gramática da Língua Portuguesa e a análise de textos de autores consagrados.

Mesmo com a atribuição da denominação português, por muito tempo, essa disciplina trouxe embutido o ensino da retórica e da poética, mantendo a individualidade de cada uma delas. Isso fica evidente com a presença, nas escolas, de dois diferentes manuais didáticos: a gramática e as coletâneas de textos. Os livros didáticos das cinco primeiras décadas do século XX trazem separadamente a gramática e as coletâneas de textos. Os textos dessas coletâneas eram constituídos por partes de trechos de autores consagrados, e não vinham com nenhum comentário, explicação ou exercício, cabendo ao professor a responsabilidade de interpretá-los, analisá-los e elaborar questões e exercícios. A maioria desses professores não tinha formação acadêmica, eram estudiosos das línguas e das literaturas que se dedicavam ao ensino.

No século XX, a partir da década de 50, conhecida como os “anos dourados”, houve uma profunda mudança nas condições sociais da população, provocada pelos avanços tecnológicos, científicos, culturais e comportamentais. Com o fim da guerra e dos racionamentos, novos comportamentos foram adquiridos. A criação e transmissão da televisão provocaram uma grande revolução nos meios de comunicação. A

efervescência cultural que acontecia no mundo atingiu o Brasil fazendo com que houvesse mudanças na música, cinema e teatro. Podemos citar como exemplo de movimento cultural de grande repercussão da época, a Bossa Nova. Além da intensa movimentação cultural, temos também a movimentação na política brasileira que almejava o desenvolvimento econômico do país. Nessa década, Juscelino Kubitschek chega à presidência do país, com o intuito de modernizá-lo. Planeja e constrói a nova capital, Brasília, e elabora seu plano de metas, prometendo governar cinquenta anos em cinco.

Mas a mudança mais radical acontece mesmo na década de 60. A inauguração de Brasília e a eleição de John F. Kennedy testemunharam a revolução ideológica e de costumes. Essa foi uma década de grandes acontecimentos para a cultura, mas um retrocesso para a política. Com a suposta desconfiança de que o regime comunista seria implantado no Brasil por Jango Goulart, o então presidente é deposto, e ocorre o golpe militar de 1964; regime que durou 21 anos.

A escola como qualquer outro setor social não ficou imune a essas transformações. Assim como houve mudança nas condições sociais e nos comportamentos das pessoas, houve mudança no ensino, nos currículos escolares e, claro, na disciplina português. No início da década de 60, Paulo Freire e a pedagogia crítica caminhavam no sentido de um novo currículo, o currículo crítico. Com o Golpe Militar, Paulo Freire foi preso e exilado, e a elaboração desse novo currículo foi interrompida e somente retomada nos anos 80.

Nos anos 50 e 60, diante dessas mudanças sociais e comportamentais, as camadas populares começam a reivindicar o direito ao acesso à educação, como consequência a escola se democratiza. Somado a isso se tem a escassez de profissionais nessa área, fato que levou ao recrutamento menos seletivo de professores para atender à crescente demanda dos alunos, filhos dos trabalhadores. “As condições escolares e pedagógicas, as necessidades e exigências culturais passam, assim, a ser outras bem diferentes.” (SOARES, 2002, p. 167). Assim, em busca de suprir essas novas exigências, ora passa-se a estudar o texto buscando na gramática, elementos para melhor interpretá-lo, ora se estuda a gramática a partir do texto para melhor compreendê-la.

Ao contrário do acontecia anteriormente, os livros didáticos começam a trazer exercícios de interpretação, vocabulário, gramática, tornando-se grandes parceiros dos professores, pois as respostas vinham prontas no livro do professor, isentando tanto os professores quanto os alunos de fazerem questionamentos.

Assim, em função da quantidade de alunos oriundos de diferentes classes sociais, da necessidade de facilitação do trabalho docente e da contratação de professores sem qualificação, retira-se a responsabilidade do professor de preparar as aulas e questões e a transfere para os manuais didáticos. Nos livros didáticos, a gramática e o texto passam a ser incorporados em um só volume, mas separados graficamente. Apesar da fusão: gramática e texto, o estudo da gramática continuou prevalecendo sobre o estudo do texto. Isso pode ser explicado, até mesmo nos dias de hoje, pela força da tradição do sistema jesuítico que sempre enfatizou o estudo da gramática.

Assim, diante desse novo panorama, o professor perde campo para os livros didáticos. Uma vez que as aulas já vinham preparadas, ele acreditava que não tinha muito que fazer, talvez pela falta de tempo em virtude da grande quantidade de alunos, talvez pelo medo imposto pela situação política da época - regime militar, ou talvez por ser mais fácil cumprir tarefas que questionar. Na realidade, não havia espaço para o questionamento, pois o professor tinha obrigação de cumprir um programa pré-estabelecido por outros professores e que, muitas vezes, não era compatível com a realidade dos seus alunos.

2.1- A Virada Comunicativa

No início dos anos 80, professores manifestaram em defesa da ampliação das discussões sobre a importância dos conteúdos programáticos, métodos de ensino e teorias educacionais. Expressaram uma crítica ao período autoritário e à centralização de poderes no Estado e suas instituições, bem como afirmaram a inadequação dos guias curriculares a uma sociedade em vias de se redemocratizar. A bandeira era defender a educação pública, estatal e com qualidade.

A denominação da disciplina Português foi alterada para Comunicação e Expressão para as primeiras séries, e Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, para as séries do segundo grau. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 5692/71, doravante LDB, prevaleceu o caráter tecnicista para todos os níveis de ensino, priorizando uma meta profissionalizante para o segundo grau.

Nesse período, no movimento dos professores afirmava-se a inadequação dos guias curriculares e defendia-se a educação pública, estatal e com qualidade. A disciplina “Comunicação e Expressão” e “Comunicação em Língua Portuguesa” volta a ser denominada Língua Portuguesa diante de insistentes protestos dos profissionais dessa área, com a justificativa de que a concepção de língua e ensino já não encontrava mais respaldo no contexto político e ideológico da época, nem das teorias linguísticas que começavam a ser introduzidas no ensino da língua materna.

As reflexões acadêmicas da área dos estudos da linguagem foram interpenetrando propostas, práticas e materiais didáticos em circulação nas escolas, em especial no que se diz respeito ao trabalho com o texto na sala de aula e às práticas de leitura e produção. A gramática progressivamente perde espaço para práticas de leitura e produção textual, diante dessa nova realidade, Geraldi (1984) anuncia a tão alardeada "crise na linguagem", que tinha muito a ver com um estranhamento da escola com respeito aos novos alunos, filhos dos trabalhadores, que apresentavam outros falares, querer e leituras –, fazendo-se necessário aproximar seus letramentos locais daqueles valorizados pela escola.

Segundo Bonini (2002), citado por Rojo (2010), temos como ápice a “virada pragmática no ensino de língua materna”, também conhecida como “virada comunicativa” no ensino de Língua Portuguesa¹¹⁹, o que consideramos um movimento de ascensão da área, um momento de transição, que parte de uma visão centralizadora, voltada para os aspectos linguísticos com fins em si mesmos, para uma visão abrangente, descentralizadora. Nessa época, foi apresentada aos professores uma nova concepção de linguagem, entendida

¹¹⁹ Nesse período, o ensino abre espaço e incorpora teorias que tratam de questões relativas ao funcionamento da linguagem, considerando que a língua recebe influência, tanto dos falantes quanto do grupo social que a utiliza.

enquanto instrumento emancipador, a partir da qual o homem se coloca enquanto sujeito cognoscente, deixando de privilegiar os aspectos prescritivistas e incorporando o texto e a sua enunciação (BONINI, 2002). As principais teorias que trabalharam com essa mudança foram: “a teoria da enunciação, a teoria polifônica de Bakhtin, a AD (análise do discurso) anglo-saxônica, o funcionalismo, a AD francesa, a análise da conversação e a linguística textual.” (ROJO, 2010, p. 22)

O ensino de língua materna também foi influenciado pelas pesquisas na área da cognição, redirecionando a concepção de língua e do seu ensino na sala de aula. Os professores foram orientados a trabalhar o texto como uma unidade complexa, assim, atividades com enfoque metacognitivo ganharam espaço (BRAGA, 2007; BUZATO, 2007). O texto entra na sala de aula não mais como modelo de bem falar e de bem escrever, mas como um enunciado a ser lido, compreendido, interpretado e que deveria servir de base a futuras produções de textos pelos alunos.

Surge, então, a teoria da comunicação que concebe a língua como comunicação, ao contrário do que vinha sendo postulado anteriormente, em que a língua era entendida como um sistema. O objetivo da mudança no ensino da disciplina Português passa a ser pragmático e utilitário: trata-se de desenvolver e aperfeiçoar o comportamento dos alunos com o uso da linguagem, tornando-os emissores e receptores de mensagens por meio de diferentes códigos, sejam verbais ou não verbais. Nesse contexto, a ênfase recai sobre estudo do desenvolvimento do uso da língua, e não em análises sobre a língua ou da língua.

Assim como ocorreu com o nome da disciplina, os livros didáticos dessa época sofreram também alterações. Neles a gramática foi minimizada; os textos eram escolhidos a partir do uso das práticas sociais; ampliou-se a concepção de leitura e o foco do ensino foi direcionado tanto para a recepção e interpretação dos textos verbais, quanto para os não verbais; passou-se a valorizar a linguagem oral, enfatizando a comunicação no cotidiano. Questiona-se, portanto, por que ocorreram essas mudanças? A história nos indica uma movimentação social importante na época, o acesso à escola das camadas populares.

2- E como chegamos aos multiletramentos?

Nos anos 80, a “virada comunicativa” ou “pragmática” foi fortemente influenciada pela entrada das camadas populares na escola pública, os filhos dos trabalhadores. Consideramos isso um fenômeno histórico, pois marcou a ascensão de pessoas ditas desprovidas desse benefício social, que agora passa a ser garantido por lei. Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 5692/71, reforça-se a os direitos constitucionais no que se refere à garantia de educação para todos os cidadãos, o que foi coerente com o avanço midiático de uma época que apresentava uma explosão da industrialização e da comunicação de massa no Terceiro Mundo (como então era denominado o Brasil). A referida Lei considera a Língua Portuguesa como um “instrumento de comunicação e expressão da cultura brasileira”, no entanto, a classe popular não poderia (na visão dos representantes da elite que estava no poder) conquistar a escola nos moldes pensados para a elite, os filhos dos trabalhadores precisavam de uma escola adequada à sua condição de trabalhadores em potencial, ou seja, de operários, portanto a saída para esse problema seria a adequação à formação técnica e profissional.

Assim, com base no discurso pedagógico, a escola, cumpridora de seu papel social, implementado por força de lei, adotou uma educação adequada ao que a sociedade necessitava, seguindo a tendência escolanovista - com raízes no Brasil desde 1932 - e, que teve em destaque Anísio Teixeira, militante pela causa com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (SAVIANI, 2007). Isso implicaria, em tese, uma reforma curricular do ensino de Língua Portuguesa, visando uma formação pró-ativa, um aluno protagonista, que deveria ser preparado para o mercado de trabalho, mas, apesar de tantos esforços no sentido de fazer com que essa reforma fosse realizada, o currículo continuou o mesmo.

O que era para ser uma reforma, uma revolução no ensino público brasileiro, com a proposta escolanovista, tornou-se, mais uma vez uma proposta fracassada, pois a falta de apoio político e uma compreensão equivocada por parte dos profissionais da educação sobre essa nova proposta trouxe para a maioria das escolas brasileiras uma postura pedagógica que provocou

o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado (SAVIANI, 1997, p. 22).

Como exemplo de uma postura pedagógica remodelada, temos o Programa Oficial de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, publicado em 1965, que explicita as questões de conteúdo ainda de forma tecnicista, por exemplo, listagem de conteúdo para o professor seguir, conteúdo estruturado de gramática normativa, gramática histórica, temas preestabelecidos para redação, literatura brasileira e portuguesa clássicas. (VIEIRA, 2008, p. 442 – 443). Na década de 80, esse documento foi muito discutido e serviu de parâmetro para uma nova proposta reformulada.

Mesmo que os documentos oficiais sejam modificados, sempre existirá a luta contra um fator cultural, o imaginário coletivo. A postura tecnicista ainda hoje tem o seu lugar em muitas posturas de profissionais do ensino como uma maneira de se fazer educação e propor conteúdos, ou melhor, os professores ainda têm a ilusão de que sabem para onde vão, que as “coisas” estão postas e organizadas e que a imposição pode gerar ordem e progresso. O ensino de Língua Portuguesa incorpora bem essa concepção, por ser a língua um instrumento de poder. Os professores, na grande maioria, ainda têm a ilusão de que é preciso trabalhar com metodologias e propostas que privilegiam regras e conceitos separados, acreditando que, dessa maneira, contribuem com a formação de bons leitores e bons escritores.

3- Do letramento aos multiletramentos

Trilhamos, hoje, o caminho dos multiletramentos na escola, mas para se chegar a essa concepção, passamos pelo letramento (ROJO, 2009; SOARES, 1998)¹²⁰, que contou com o suporte da nova LDB (9394/96) e dos Parâmetros

¹²⁰ Entendemos letramento como práticas sociais de leitura e escrita e a capacidade que o aluno desenvolve para se fazer uso delas na vida

Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1988) trazendo uma visão progressiva sobre a concepção de letramento do aluno, principalmente no ensino fundamental.

Letramento, aqui, é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas. (BRASIL, 1988, p. 21)

De acordo com Geraldi (1984), a escola deve ser concebida como um espaço de produção de textos, não um lugar para se aprender a fazer redação (para o professor corrigir e indicar os erros, principalmente ortográficos e gramaticais). Em relação à produção de textos, o referido autor sugere o trabalho com antologias, para que se dê a devida função social à escrita do aluno. No entanto, percebemos essas ações na escola como estratégias pontuais, e não como uma prática diária. Nessa prática podemos verificar uma certa circularidade, pois não se tem um avanço no sentido de desenvolver as competências leitora e escritora dos alunos; prepara-se o aluno para expor-se enquanto autor, mas depois volta-se a cobrar o texto pelo texto, principalmente em forma de avaliação. Dessa forma, o aluno não incorpora o compromisso de ser autor para ser lido em qualquer situação, mas para que, de vez em quando, possa ser lido em um ambiente escolar diferenciado. Isso não se configura como mudança no ensino, mas sim como estratégias pontuais, também conhecidas como atividades diferenciadas. Por que a escola, os professores ainda têm medo de mudar definitivamente as estratégias de ensino na sala de aula?

A escola, inserida na sociedade moderna urbana, recebe um aluno já letrado, mesmo que não seja de acordo com os preceitos tradicionais de letramento. Esse aluno encontra-se em contato com um espaço sócio-cultural

reconfigurado e imerso nas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTCs), o que proporciona maior flexibilidade na construção do conhecimento. Com o advento da inserção da internet na sociedade, não há como deixar de participar, em alguma medida, da sociedade da comunicação, mediada pelas tecnologias e pela influência da globalização. Assim, temos uma nova sociedade que influencia também um novo aluno, que é conseqüentemente portador de novas linguagens e concepções de comunicação diferenciadas. Podemos citar como exemplo de novas linguagens os textos imagéticos, que constituem novos gêneros e maneiras diferenciadas de letramentos, e que alteram convenções e forçam novas práticas pedagógicas.

A gramática progressivamente perde espaço para práticas de leitura e produção textual nas aulas e os textos literários passam a dividir terreno com outros gêneros de outras esferas de circulação. Hoje os textos que circulam na sociedade, assim com os hipertextos devem ser material pedagógico para o ensino de Língua Portuguesa. Vários gêneros, considerados não canônicos, como artigos de jornais, revistas, receitas, panfletos, notícias, anúncios, HQs, tiras, charges dentre outros, apresentam

uma complexa inter-relação entre texto escrito, imagens e outros elementos gráficos, além disso, esses elementos se combinam pelo desenho da página, por intermédio do layout. A habilidade de produzir textos nesse formato, apesar da sua importância, não é ensinada na escola.(SANTOS, 2009, p. 84).

O letramento digital compreende o domínio da linguagem no seu aspecto cognitivo, plástico, social visando ao desenvolvimento do aluno no seu contexto social e educacional. Os multiletramentos nos direciona ao compartilhamento de práticas letradas associadas ao letramento digital e a outros letramentos possíveis na escola, contribuindo para desenvolver gêneros significativos e encurtar distâncias entre a interculturalidade, o plurilinguismo e o multiculturalismo.

O professor, ao abrir a sala de aula para as NTCs oportuniza aos alunos sua inserção na sociedade contemporânea e cumpre o papel social da escola em relação ao ensino e aprendizagem de língua. Apropriar-se das linguagens midiáticas e suas variações na composição de gêneros textuais e discursivos modernos implica um trabalho pedagógico que valoriza as multissemioses e a autoria do aluno, carregada de intencionalidade na formação de um sujeito protagonista, autônomo, “atenado” com o mundo contemporâneo e suas transformações.

4- Considerações Finais

À guisa de encerramento, e para não concluir, vimos como as origens de nossas práticas e o contexto político histórico social e cultural influenciam as práticas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade e nos preparam para os desafios que nos são apresentados no contexto educacional brasileiro.

É fato que a mudança de abordagem do ensino da Língua Portuguesa proposta nos diversos PCN, elaborados no final da década de 90, trouxe consigo a possibilidade de se atrelar o ensino da língua às necessidades reais do uso da linguagem pelos seus falantes reais em seu meio social. Os novos documentos propõem que, no ensino, nossas atenções estejam voltadas para os textos encontrados na vida diária com padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, tema e estilos concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas.

Neste sentido, em relação às nossas práticas didático-pedagógicas, é preciso considerar a heterogeneidade de textos existentes em nossa sociedade e levar em conta a necessidade de tornar os alunos leitores proficientes e produtores de textos. Aqui se inscreve o nosso desafio: criar situações em sala de aula que permitam aos alunos a apropriação dessa diversidade, face a uma reflexão sobre como os diversos gêneros circulam na sociedade e como, por meio deles, se dá a interação social.

Na atualidade, o aumento e a diversificação da circulação da informação nos meios de comunicação acarretam mudanças significativas na forma de ler, produzir e fazer circular os textos nas sociedades, o que gera novos gêneros textuais/discursivos. O plurilinguismo e o multiculturalismo se tornam mais

importantes frente à diminuição das distâncias espaciais proporcionada pela internet. Com a diminuição das distâncias temporais, as práticas de letramento passam a exigir letramentos críticos. A multissemiose ou a multiplicidade de modos de significar que as possibilidades multimidiáticas e hipermediáticas do texto eletrônico trazem para o ato de leitura, faz com que não seja suficiente a leitura do texto verbal escrito; é preciso colocá-lo em relação com um conjunto de signos de outras modalidades de linguagem. Assim, com a universalização do acesso à educação pública, a escola tem como um dos seus objetivos fazer com que seus alunos participem das várias práticas sociais que utilizam da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática.

5-Referências

BONINI, A. Metodologias do ensino de produção textual: a perspectiva da enunciação e o papel da Psicolinguística. **Revista Perspectiva**, v20, n.01, pp.23-47. Florianópolis: jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10366/9634>>. Acesso em: 15/07/2010.

BRAGA, D. B. Práticas letradas digitais: considerações sobre possibilidades de ensino e reflexão social Crítica. In: Júlio César Araújo. (Org.). **Internet & Ensino** - Novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, v. 1, pp. 181-195.

BUZATO, BUZATO M. E. K. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. Tese de doutoramento, IEL, UNICAMP, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 5.692/71. Disponível em: < http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso em 11/07/2010.

_____. **Plano decenal de Educação para Todos (1993-2003)**. Brasília: MEC, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília: Presidência da República, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2000.

_____. PCN - Ensino Médio – **Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais** – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2001.

_____. **Orientações curriculares para o Ensino Médio** – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

GERALDI, J. W. (Org.) **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel, PR: ASSOESTE, 1984.

_____. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Linguagem e ensino: Exercícios de militância e divulgação**. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

KLEIMAN, A. **Texto & leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. Campinas, SP: Pontes, 1999[1989].

_____. **Oficina de leitura: Teoria & prática**. Campinas, SP: Pontes, 1992.

MARCUSCHI, B. Escrevendo na escola para a vida. In: E. O. RANGEL; R. H. R. ROJO (Orgs.) **Língua Portuguesa no Ensino Fundamental de 9 anos e materiais didáticos**. Coleção Explorando o Ensino. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010, a sair.

RAZZINI, M. P. G. **O espelho da nação**: A Antologia Nacional e o ensino de Português e de Literatura (1838-1971). 2000. 428 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000213348>>. Acesso em: 05/06/2010.

_____. **Práticas de leitura e memória escolar**. 2002. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache%3Ahr4_lqnUNIEJ%3Awww.sbhe.org.br%2Fnovos%2Fcongressos%2Fcbhe2%2Fpdfs%2FTema3%2F0303.pdf+RAZZINI%2C+M%C3%A1rcia&hl=pt-BR&gl=br>. Acesso em: 05/06/2010.

_____. **Produção de livros didáticos e expansão escolar em São Paulo (1889-1930)**. Disponível em: http://74.125.155.132/scholar?q=cache:6il5JuihgMAJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=2000>. Acesso em: 05/06/2010.

_____. **A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo**. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/marciadepaulorazzini.pdf>>. Acesso em: 05/06/2010.

_____. História da disciplina Português na escola secundária brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. v. 4, jan./jun. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2010. Pp. 43-58.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. Letramento e capacidades de leitura para a cidadania. Texto de divulgação científica elaborado para o **Programa Ensino Médio em Rede**,

Rede do Saber/CENP_SEE-SP e para o **Programa Ler e Escrever** – Desafio de Todos, CENPEC/SME-SP. SP: SEE-SP e SME-SP, 2004.

_____. Revisitando a produção de textos na escola. In ROCHA, G.; COSTA VAL. M. G. (Orgs.). **Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto** – o sujeito-autor. BH: CEALE/Autêntica, 2003. Pp. 185-205.

SANTOS, S. R. Multiletramentos e ensino de línguas. Revista **Ao pé da letra**. Disponível em: <<http://www.revistaaopedaletra.net/volume11-1-home.html>>. Acesso em: 01/08/2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, A. O. **Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/042/42pc_critica.htm>. Acesso em: 14/07/2010.

SOARES, M. B. Português na escola – História de uma disciplina curricular. In: M. BAGNO (Org.) **Linguística da norma**. SP: Edições Loyola, 2004. Pp. 155-177.

_____. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In: M. MARINHO (Org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras/ALB, 2001. Pp. 31-76.

VIEIRA, A. Formação de leitores de literatura na escola brasileira: caminhadas e labirintos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0938134.pdf>>. Acesso em: 11/07/2010.